



**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
ACÓRDÃO**

**RECURSO ORDINÁRIO ELEITORAL Nº 0606570-47.2022.6.19.0000 – RIO DE JANEIRO – RIO DE JANEIRO**

**Relatora originária:** Ministra Isabel Gallotti  
**Redator para o acórdão:** Ministro Antonio Carlos Ferreira  
**Recorrente:** Ministério Público Eleitoral  
**Recorrido:** Cláudio Bomfim de Castro e Silva  
**Advogados:** Henrique Neves da Silva – OAB: 7505/DF e outros  
**Recorrido:** Rodrigo da Silva Bacellar  
**Advogados:** Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro – OAB: 25341/DF e outros  
**Assistente:** União Brasil (UNIÃO) – Nacional  
**Advogados:** José Eduardo Rangel de Alckmin – OAB: 2977/DF e outros  
**Recorrido:** Thiago Pampolha Gonçalves  
**Advogados:** Tiago Paes de Andrade Banhos – OAB: 61030/DF e outros  
**Recorrido:** Gutemberg de Paula Fonseca  
**Advogados:** Allan de Moura Silva Rosário – OAB: 220528/RJ e outros  
**Recorridos:** Leonardo Vieira Mendes e outros  
**Advogados:** Carolina Cruvello D' Avila Reis Figueiredo – OAB: 209651/RJ e outros  
**Recorrido:** Bernado Chim Rossi  
**Advogados:** Jordani Fernandes Ribeiro – OAB: 163454/RJ e outros  
**Recorrido:** Allan Borges Nogueira  
**Advogados:** Fernando Reis de Carvalho Peres – OAB: 171869/RJ e outros  
**Recorrido:** Max Rodrigues Lemos  
**Advogados:** Larissa Paes Leme da Cunha – OAB: 228465/RJ e outros  
**Recorrido:** Marcus Venissius da Silva Barbosa  
**Advogados:** Lauro Vinicius Ramos Rabha – OAB: 169856/RJ e outros  
**Recorrido:** Patrique Welber Atela de Faria  
**Advogados:** Josias Ramos Vieira – OAB: 226862/RJ e outros

RECURSOS ORDINÁRIOS ELEITORAIS. AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL - AIJEs. ABUSO DOS PODERES POLÍTICO E ECONÔMICO. CONDUTAS VEDADAS. ART. 22 DA LC N. 64/1990 C.C. O ART. 73, II, DA LEI N. 9.504/1997. DESVIO DE FINALIDADE NA UTILIZAÇÃO DA MÁQUINA PÚBLICA. DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS DESTITUÍDAS DE FINALIDADE PÚBLICA. INSTRUMENTALIZAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS COM FINALIDADE ELEITOREIRA. CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO (CEPERJ) E UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ). CONTRATAÇÃO MASSIVA DE MILHARES DE FUNCIONÁRIOS SEM PARÂMETRO OBJETIVO. PAGAMENTOS EM ESPÉCIE. OPACIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DELIBERADA DE QUAISQUER MECANISMOS DE CONTROLE, PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA COM VISTAS À COOPTAÇÃO DE APOIO POLÍTICO. GRAVIDADE QUALITATIVA E QUANTITATIVA. COMPROVAÇÃO. LEGITIMIDADE E NORMALIDADE DAS ELEIÇÕES. COMPROMETIMENTO. ALTÍSSIMA REPROVABILIDADE DAS CONDUTAS INVESTIGADAS. RESPONSABILIZAÇÃO ELEITORAL. NECESSIDADE. INELEGIBILIDADE. CASSAÇÃO DO DIPLOMA DE DEPUTADO ESTADUAL, COM A RETOTALIZAÇÃO DOS VOTOS. PREJUDICIALIDADE DA CASSAÇÃO DOS DIPLOMAS E DOS MANDATOS DO GOVERNADOR E DO VICE-GOVERNADOR. MULTA. RECURSO DOS INVESTIGANTES NÃO CONHECIDO. RECURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL - MPE PARCIALMENTE PROVIDOS.

#### **I. CASO EM EXAME**

1.1. Julgamento conjunto de AIJEs por abuso dos poderes político e econômico, consistente no uso eleitoral de

estruturas estatais (CEPERJ e UERJ) para escoamento de recursos públicos com finalidade de perpetuação de grupo político no poder, inclusive em período eleitoral (art. 22 da LC n. 64/1990 c.c. art. 73, II, da Lei n. 9.504/1997).

1.2. A acusação sustenta que, em ano eleitoral, houve incremento orçamentário e reestruturação de entidades públicas para expansão de programas sociais sem base normativa, com contratações em massa sem processo seletivo, ausência de controle e pagamentos em espécie, utilizados para distribuição de vantagens indevidas e mobilização político-eleitoral, caracterizando uso indevido da máquina pública, desvio de finalidade e comprometimento da lisura e legitimidade do pleito.

1.3. Embora reconhecida a gravidade das irregularidades, com possíveis repercussões criminais, o Tribunal local julgou improcedentes as ações, por maioria, por ausência de prova do vínculo dos fatos com efeitos eleitorais.

## II. QUESTÕES EM DISCUSSÃO

2.1. Há quatro questões em discussão: (a) as preliminares; (b) a admissibilidade recursal, quanto à tempestividade e legitimidade; (c) a configuração das condutas vedadas do art. 73 da Lei n. 9.504/1997, independentemente de prova de finalidade eleitoral; e (d) a caracterização de abuso dos poderes político e econômico pelo uso indevido da máquina pública, com gravidade apta a comprometer a normalidade e a legitimidade das eleições para a Chefia do Poder Executivo e para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

## III. RAZÕES DE DECIDIR

### Preliminares

3.1. A conclusão, por maioria, pela ausência de finalidade eleitoral não torna o acórdão deficiente, nem o invalida a falta de análise individualizada das condutas, prejudicada pela improcedência das ações.

3.2. Não há cerceamento de defesa em razão do compartilhamento de provas, desde que assegurado o contraditório.

3.3. É legítima a atuação do MPE na função de parte ou de *custos legis*, inexistindo violação ao princípio da unirrecorribilidade por tratar-se de duas AIJEs autônomas, julgadas em conjunto.

### Mérito

3.4. Não se conhece do recurso da coligação e do candidato, por intempestivo, inaplicável a contagem diferenciada de prazo, diante da regular publicação no DJe e da inexistência de prerrogativa de intimação pessoal.

### Das condutas vedadas

3.5. O Colegiado, por maioria, reconheceu a prática da conduta vedada do art. 73, II, da Lei n. 9.504/1997, consistente no uso de materiais e serviços públicos além das prerrogativas legais.

3.6. O conjunto probatório, considerado em sua cronologia, revela método estruturado de promoção pessoal custeado pelo erário, mediante contratação de servidores públicos temporários para obtenção de dividendos eleitorais.

3.7. A ausência de informações mínimas sobre os projetos político-sociais inviabiliza o exame de outras condutas

vedadas, impondo-se o não acolhimento das demais imputações.

#### Do abuso do poder político-econômico

3.8. Configura-se abuso do poder político quando o agente público, valendo-se da função e em desvio de finalidade, compromete a igualdade e a legitimidade do pleito.

3.9. O abuso do poder econômico caracteriza-se pelo uso excessivo de recursos patrimoniais, públicos ou privados, apto a viciar a vontade do eleitor e desequilibrar o pleito.

3.10. No caso concreto, a prática abusiva foi viabilizada por decreto estadual editado pelo então governador, a menos de sete meses das eleições, para conferir aparência de legalidade às movimentações orçamentárias relacionadas à CEPERJ, bem como expansão expressiva de projetos vinculados à UERJ e a contratação massiva e irregular de cerca de 30 mil trabalhadores temporários, com pagamentos em espécie.

3.11. As provas indicam a descentralização orçamentária de cerca de R\$ 600 milhões, com crescimento exponencial de repasses à CEPERJ e à UERJ em 2021 e, principalmente, no ano eleitoral de 2022.

3.12. A implementação de programas sociais como justificativa para vultosos repasses, com contratações ilegais, ausência de controle e pagamentos em espécie, revela prática institucionalizada, grave e com finalidade eleitoral, voltada à perpetuação do grupo político no poder, com afronta a princípios da administração pública.

3.13. A gravidade quantitativa evidencia-se pela ampla capilaridade, elevado número de beneficiários e montante expressivo de recursos públicos, substancialmente superior ao teto de gastos eleitorais para o cargo em disputa.

3.14. Presentes os requisitos para a incidência do art. 22, XIV, da LC n. 64/1990.

#### **IV. CONCLUSÃO**

4.1. O TSE, por unanimidade, não conheceu do recurso dos investigantes e rejeitou as preliminares. Por maioria, julgou parcialmente procedentes as AIJEs para: (i) declarar a inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes, como responsáveis diretos pelo abuso de poder; (ii) cassar o diploma e, em decorrência, o mandato de deputado estadual de Rodrigo da Silva Bacellar; e (iii) reconhecer a prejudicialidade da cassação dos mandatos de Cláudio Bomfim de Castro e Silva e Thiago Pampolha Gonçalves, em razão de suas renúncias, sem formação de maioria para cassação de seus diplomas.

4.2. Votaram pela (i) decretação da inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, as Ministras Isabel Gallotti, Estela Aranha e Cármen Lúcia e os Ministros Antonio Carlos Ferreira e Floriano de Azevedo Marques; (ii) inelegibilidade de Gabriel Rodrigues Lopes, as Ministras Isabel Gallotti, Estela Aranha e Cármen Lúcia e os Ministros Antonio Carlos Ferreira, Floriano de Azevedo Marques e André Mendonça; (iii) cassação do diploma e, em decorrência, do mandato do deputado Rodrigo da Silva Bacellar, as Ministras Isabel Gallotti, Estela Aranha e Cármen Lúcia e os Ministros Antonio Carlos Ferreira, Floriano de Azevedo Marques e André Mendonça. Votaram pela prejudicialidade de cassação do mandato de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, as Ministras Cármen Lúcia e Estela Aranha e os Ministros Antonio Carlos Ferreira, André Mendonça e Floriano de Azevedo Marques. Não votaram pela cassação dos diplomas de Cláudio Bomfim de Castro e Silva e de Thiago Pampolha Gonçalves, a Ministra Cármen Lúcia e os Ministros André Mendonça e Antonio Carlos Ferreira, em razão da prejudicialidade decorrente da renúncia dos mandatos; e o Ministro Kássio Nunes Marques, por julgar improcedentes as AIJEs, vencidas as Ministras Isabel Gallotti e Estela Aranha, que votaram pela cassação dos respectivos diplomas, e o Ministro Floriano de Azevedo Marques, que votou pela cassação do registro e do diploma de ambos.

4.3. Por maioria, fixou-se multa individual de 100 mil UFIRs a Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva

Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes, e de 5 mil UFIRs a Thiago Pampolha Gonçalves, na condição de beneficiário, por violação do art. 73, II, da Lei n. 9.504/1997, registrando-se votos vencidos quanto à tipificação legal.

4.4. Determina-se a realização de novas eleições para a Chefia do Poder Executivo e a retotalização dos votos para o cargo de deputado estadual, com exclusão dos votos atribuídos a Rodrigo da Silva Bacellar.

4.5. Determina-se o envio dos autos ao Ministério Público Eleitoral e ao Ministério Público estadual para apuração de eventuais ilícitos civis e penais, inclusive com relação aos investigados não condenados na seara eleitoral.

4.6. Acórdão com eficácia executiva imediata (art. 257, § 1º, do CE).

## V. DISPOSITIVO E TESES

5.1. Recurso ordinário dos investigantes não conhecido. Recursos ordinários do MPE parcialmente providos.

### Teses de julgamento:

(i) as condutas vedadas do art. 73 da Lei n. 9.504/1997 configuram-se objetivamente, sendo desnecessária a comprovação de finalidade eleitoral; (ii) a ausência de enquadramento dos fatos à determinada hipótese de conduta vedada não obsta que a narrativa fática seja analisada à luz do art. 22 da LC n. 64/1990; (iii) a utilização de programas sociais para, em ano eleitoral, distribuir bens, valores ou benefícios em descompasso com critérios legais e objetivos, caracteriza abuso de poder apto a comprometer a igualdade de oportunidades e a normalidade do pleito; (iv) a ausência de transparência e do uso de critérios objetivos na contratação e no pagamento de funcionários públicos temporários, assim como o assédio eleitoral destes, denotam o uso ilícito da máquina pública; (v) a proteção à normalidade e legitimidade das eleições impõe repressão firme a práticas que visam à instrumentalização do aparato estatal para a obtenção de dividendos político-eleitorais.

## ACÓRDÃO

O Tribunal, por unanimidade, não conheceu do recurso ordinário dos investigantes e rejeitou as preliminares. Por maioria, julgou parcialmente procedentes os recursos ordinários do Ministério Público Eleitoral para (I) decretar a inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, vencidos os Ministros Nunes Marques e André Mendonça; de Rodrigo da Silva Bacellar e de Gabriel Rodrigues Lopes, vencido o Ministro Nunes Marques; (II.a) julgar prejudicada a cassação do mandato de Cláudio Bomfim de Castro e Silva - no ponto, a Ministra Isabel Gallotti não participou do julgamento, pois já não integrava a Corte quando da renúncia do ex-Governador; (II.b) julgar prejudicada a cassação do mandato de Thiago Pampolha Gonçalves; (III) cassar o diploma e, por conseguinte, o mandato de Rodrigo da Silva Bacellar, vencido o Ministro Nunes Marques; (IV) impor multa individual no valor de 100 mil UFIRs a Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes, bem como multa no valor mínimo de 5 mil UFIRs a Thiago Pampolha Gonçalves, por violação do art. 73, II, da Lei nº 9.504/1997, vencido o Ministro Nunes Marques quanto ao reconhecimento da infração e, parcialmente, o Ministro Floriano de Azevedo Marques quanto ao valor da multa; vencidos as Ministras Cármen Lúcia e Estela Aranha e o Ministro Antonio Carlos Ferreira quanto à infração do inciso IV do art. 73 da Lei nº 9.504/1997; e vencido o Ministro Floriano de Azevedo Marques quanto à infração do disposto no inciso III do art. 73 da Lei nº 9.504/1997; (V) determinar a realização de novas eleições para a Chefia do Poder Executivo, nos termos da legislação vigente, e a retotalização dos votos para o cargo de deputado estadual, excluindo-se os votos atribuídos a Rodrigo da Silva Bacellar, vencido o Ministro Nunes Marques; (VI) executar imediatamente o acórdão, por força do art. 257, § 1º, do Código Eleitoral; e (VII) remeter cópia dos feitos ao Ministério Público Eleitoral e ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, para que aprofundem as investigações, inclusive com relação aos investigados não condenados no âmbito desta justiça especializada.

Brasília, 25 de março de 2026.

MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA – REDATOR PARA O ACÓRDÃO

## RELATÓRIO

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI: Senhora Presidente, trata-se de três recursos ordinários interpostos em dois processos (AIJEs 0606570-47.2022.6.19.0000 e 0603507-14.2022.6.19.0000), dos quais dois foram apresentados pelo Ministério Público, um em cada ação, e o terceiro pela Coligação A Vida Vai Melhorar e por Marcelo Ribeiro Freixo, candidato não eleito ao cargo de governador do Rio de Janeiro nas Eleições 2022, contra acórdão do TRE/RJ assim ementado:

ELEIÇÕES 2022. AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO. CONDUTAS VEDADAS A AGENTES PÚBLICOS. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE RECURSOS. JULGAMENTO CONJUNTO. CONEXÃO. FINALIDADE ELEITORAL. AFASTAMENTO. FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS.

1. Julgamento conjunto de Ações de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) ajuizadas: a primeira em desfavor do candidato reeleito Governador no Rio de Janeiro em 2022, de seu Vice, e do então Presidente da Fundação Pública Estadual CEPERJ; e a segunda em face dos dois primeiros e de mais outros dez investigados, dentre os quais candidatos eleitos e suplentes e secretários do governo estadual.

2. Preliminares de (i) incompetência absoluta da Justiça Eleitoral; (ii) inépcia da petição inicial; (iii) ausência de justa causa; (iv) nulidade por quebra da cadeia de custódia; (v) conversão em diligência; (vi) ilegitimidade passiva; (vii) violação à ampla defesa e ao contraditório; (viii) desrespeito ao litisconsórcio passivo necessário; (ix) decadência pela inobservância do prazo para ajuizamento da AIJE; (x) reabertura da instrução; (xi) desmembramento de autos; (xii) e nulidade da prova. Rejeição de todas, nos mesmos termos do voto relator.

3. Ausência da prova inequívoca da existência de ordens, *lato sensu*, partidas dos detentores das funções superiores para os integrantes das diversas estruturas administrativas que executaram as ações questionadas, com a finalidade de propiciar àqueles superiores as vantagens eleitorais apontadas como indevidas nas AIJE's. Se, no que tange aos subordinados, não se encontraram provas de ato ilícito, não parece razoável recorrer a elas, como se faz na teoria do domínio do fato, como evidências de ilegalidade por parte dos respectivos superiores hierárquicos, não fazendo qualquer sentido se cogitar, num mesmo ato, de ilicitude numa ponta e licitude na outra.

4. Apesar da importância e da relevância da contribuição da imprensa, em todas as suas formas de expressão, a atribuição indiscriminada de efeito probatório a tal espécie de material extrapola os limites dentro dos quais deve ser interpretada a notoriedade de que cuida o art. 23 da LC 64/1990, com a consequência do art. 374, I do CPC. O fato notório é aquele que possui amplo conhecimento e cuja veracidade não se discute. A transmissão de determinada informação na mídia a torna, apenas, de amplo conhecimento, mas não possui o condão de torná-la indiscutível ou uma verdade absoluta.

5. As ações apontam, no âmbito das Eleições de 2022, em suma, a prática dos ilícitos cívico-eleitorais de (i) abuso do poder político e econômico; (ii) condutas vedadas a agentes políticos; e (iii) captação e gastos ilícitos de recursos, imputando-se, na primeira, as condutas descritas nos arts. 22 da LC nº 64/1990; 73, IV, V e §10 e 30-A da Lei nº 9.504/1997; e, na segunda, as tipificadas nos arts. 22 da LC nº 64/1990 e 73, II, IV, V da Lei nº 9.504/1997.

6. A primeira ação, ajuizada por candidato opositor, tem seu objeto mais limitado ao alegado desvirtuamento de finalidade da CEPERJ, para atender à campanha de reeleição do Governador e beneficiar seu grupo político apoiador. A operacionalização da empreitada teria se dado mediante termos de parceria firmados ao final de 2021 e no primeiro semestre de 2022, em maior parte com secretarias do governo estadual, para "turbinar" programas sociais já existentes ou lançar novos no ano eleitoral, financiados com verbas públicas. Isso teria sido legitimado, no entendimento dos autores, a partir do Decreto Estadual nº 47.978 de 09/03/2022 da lavra do Governador.

7. A segunda ação, proposta pelo Ministério Público, além da CEPERJ, também contempla o mesmo suposto esquema institucionalizado para atuação em projetos sociais promovidos pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ em parceria com órgãos do governo estadual, para promoção de candidaturas e cooptação de votos no pleito de 2022, mediante descentralização de créditos das secretarias de estado.

8. Caso amplamente divulgado na imprensa quanto às supostas contratações de funcionários sem concurso público, procedimento seletivo prévio ou folha de pagamento regulamentada, cuja remuneração se dava mediante saques na "boca do caixa", pela agência Bradesco, por Ordem de Pagamento Bancária (OBP) e recibo de pagamento autônomo (RPA).

9. Deflagração de outras demandas fora do âmbito eleitoral, ainda em andamento, como Ação Civil Pública em trâmite perante Vara de Fazenda Pública; Inquérito Civil Público; bem como processos no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

10. Interrupção das ações sociais e dispêndios de verbas públicas ligadas à CEPERJ, em agosto de 2022, após liminar concedida pelo juízo fazendário, resultando em um movimento de instauração de auditorias internas pelas próprias entidades estatais. Em relação à UERJ, a suspensão dos projetos ocorreu posteriormente, por determinação do TCE-RJ, mediante acolhimento de pedido de tutela provisória.

11. Existência de indícios de graves irregularidades em contratações no âmbito do CEPERJ e UERJ, encontrando-se em trâmite Ação Civil Pública cujo objeto é justamente a apuração desses possíveis ilícitos. Além disso, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi determinada a suspensão da continuidade de 22 projetos executados pelo CEPERJ.

12. Independente do clamor social que rodeia os fatos e de possíveis desdobramentos diversos para essas supostas irregularidades, certo é que o exame aqui em questão deve estar estritamente limitado à ótica da afetação da legitimidade, equilíbrio e lisura do pleito eleitoral. Não se trata simplesmente de reconhecer a ocorrência de uma irregularidade cível, administrativa ou até mesmo criminal. Deve haver, nessas irregularidades, um claro intuito e impacto eleitoral.

13. O reconhecimento dos ilícitos imputados, por possuir gravíssima consequência, qual seja, a cassação do cargo diplomado e inelegibilidade, deve ser feito com base em elementos do caso concreto e a repercussão eleitoral do ato específico deve ser claramente demonstrada. Inexistência de clara repercussão eleitoral nas supostas irregularidades perpetradas no âmbito do CEPERJ e UERJ. Contratações aparentemente irregulares que não possuem uma automática repercussão na lisura e equilíbrio do processo eleitoral.

14. Os depoimentos testemunhais dos servidores do TCE-RJ são no sentido de apenas confirmar a possível existência das irregularidades, sem qualquer menção ou indicação de desvio de finalidade no sentido eleitoral. As narrativas não permitem, autonomamente, concluir pela utilização da máquina administrativa ou coação de servidores para obtenção de favorecimento eleitoral em prol de candidatos.

15. Além de considerar esses elementos absolutamente insuficientes para o reconhecimento dos graves ilícitos imputados, não é possível identificar concretamente esse “esquema de cooptação de votos”, sendo que as testemunhas parecem relacionar uma suposta “propaganda eleitoral” ao simples comparecimento em eventos referentes à inauguração de obras públicas vinculadas aos projetos para os quais teriam sido contratadas para atuar, em períodos anteriores ao de campanha eleitoral. Testemunhas que foram expressas ao negar a prática de campanha eleitoral e não indicaram a participação em eventos no período vedado. Outras testemunhas ouvidas durante a instrução foram categóricas em afastar a utilização dos contratados pelo CEPERJ em eventos de caráter eleitoral. Oitivas que não se prestam para assegurar, de forma clara, a prática de condutas que indiquem finalidade eleitoral, embora possam caracterizar, em tese, irregularidades administrativas ou até mesmo criminais.

16. Ausência de ilicitude eleitoral imputável aos investigados a respeito de supostas publicações em redes sociais de contratados do CEPERJ, uma vez que, conforme jurisprudência do TSE, “não há proibição a que um servidor público, também cidadão, crie uma página em rede social onde divulgue positivamente os atos da Administração e sinalize sua preferência eleitoral, de forma explícita ou implícita” (RespEI nº 37615, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE em 17/04/2020). Afirmação, por duas testemunhas, de que não lhes era solicitado que fizessem publicações em suas redes sociais.

17. Consignação, pelo TCE-RJ, que dos “R\$275.622.297,16, correspondentes aos valores pagos a título de remuneração ao pessoal contratado para atuar no âmbito dos projetos desenvolvidos pela CEPERJ em cooperação com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual”, R\$248.584.157,85 (ou seja, aproximadamente 90%) foram despendidos em período anterior ao próprio registro de candidatura.

18. Entre os contratados no CEPERJ existem diversas pessoas vinculadas a partidos políticos que compõem a coligação responsável por ajuizar a primeira AIJE, ou seja, os próprios adversários eleitorais da chapa vencedora e agora impugnada, conforme planilhas citadas na inicial da segunda AIJE e encaminhadas através do Ofício TCE-RJ nº 561/202, a afastar a finalidade eleitoral.

19. No que se refere à UERJ, o seu próprio reitor foi candidato a deputado federal pelo PT nessa mesma eleição de 2022. Foge à lógica imaginar que esse reitor, filiado e candidato pelo PT, estivesse participando de um esquema de cooptação de votos para a chapa formada pelo atual Governador. De acordo com o art. 207 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, a UERJ goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, sendo certo, que foi esse próprio reitor o responsável por aprovar a “Proposta Orçamentária da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, referente ao exercício de 2022”.

20. A chapa do governador investigado foi eleita em primeiro turno com um total de 4.930.288 votos (58,67% dos votos válidos), com uma ampla distância para o segundo colocado (que se trata, justamente, de um dos autores da primeira Ação de Investigação Judicial

Eleitoral), qual seja, aproximadamente 2.600.000 votos. Apesar de a “potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição” não ser mais elemento caracterizador do abuso imputado, não é desprezível a expressiva votação alcançada pelo então candidato e governador no pleito eleitoral ora impugnado, especialmente quando comparada com a dimensão das supostas contratações irregulares.

21. Mesmo após a liminar deferida nos autos da já mencionada ACP em agosto de 2022 (onde se determinou a suspensão dos projetos do CEPERJ), o então candidato à reeleição continuou aumentando sua distância para o segundo colocado nas pesquisas eleitorais, tal qual se verifica das divulgações pelos meios de comunicação social colacionadas aos autos. De fato, foi a partir de setembro que houve um crescimento vertiginoso na intenção de voto registrada para esse candidato.

22. Em situações semelhantes, envolvendo contratações administrativas aparentemente irregulares, entenderam outros Regionais pela necessidade de prova suficiente à caracterização da finalidade eleitoral, para que seja possível a condenação. (TRE-RN. RE nº 060034945, Relator(a) Des. Fernando de Araujo Jales Costa. DJE 12/11/2021; TRE-MA. RE nº 060000129, Relator Des. Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos, DJE 18/11/2022; TRE-CE. RE nº 183, Des. Cassio Felipe Goes Pacheco, DJE 12/04/2018). Todos esses precedentes – análogos ao presente caso – vão ao encontro da jurisprudência do TSE, que já sedimentou o entendimento de que “não se admite a condenação pela prática de abuso do poder econômico ou político com fundamento em meras presunções quanto ao encadeamento dos fatos impugnados e ao benefício eleitoral auferido pelos candidatos” (AgRRespe nº 286-34, Rel. Min. Og Fernandes, DJE de 23.04.2019). Este Regional vem seguindo esse entendimento no sentido de exigir uma análise cautelosa quanto ao benefício eleitoral de eventuais irregularidades (REI nº 060057705, Rel. Des. Daniela Bandeira de Freitas, DJE 29/02/2024).

23. De acordo com o Portal da Transparência do Estado do Rio de Janeiro, o processo administrativo relativo à tramitação do Decreto Estadual nº 47.978/2022, teve início em outubro de 2021, e contou com parecer jurídico ratificado pela Procuradoria do Estado, no qual houve opinativa pela viabilidade jurídica da edição do Decreto, o que ocorreu após adequação às normas referentes a Controladoria Geral, em março de 2022. Regulamentação das atividades da CEPERJ pelo decreto que parece ser a consolidação das finalidades institucionais da Fundação CIDE e da FESP, dentre as quais já se verificava essa atribuição (agora questionada) de realizar projetos com órgãos da administração pública. Nota-se que a maioria das parcerias foi firmada anteriormente, em 2021. Testemunha do TCE/RJ que, em seu depoimento, afirmou que os projetos do CEPERJ poderiam acontecer sem autorização dos Secretários ou do Governador do Estado.

24. Não se localiza nos autos material probatório que corrobore a afirmação genérica do suposto emprego irregular das verbas provenientes da privatização da CEDAE para o incremento dos projetos sociais questionados. Partes autoras que não se desincumbiram do ônus de demonstrar que a destinação dos recursos oriundos daquela companhia estaria vinculada a determinado fim, a afastar os critérios de discricionariedade que, a rigor, o Administrador Público detém na gestão do seu orçamento.

25. Em consulta ao Portal da Transparência do Estado do Rio de Janeiro, é possível verificar que o resultado orçamentário de 2022 como um todo não destoia dos anos anteriores e subsequentes, tendo sido, inclusive, superior aos anos de 2019, 2020 e 2023 – o que sugere que não parece ter havido um gasto exacerbado em vinculação ao pleito eleitoral.

26. Para a configuração do abuso de poder e de conduta vedada de agentes políticos, cujas consequências são graves, não bastam indícios da ocorrência de ilícitos administrativos, cíveis ou até mesmo penais, sendo imprescindível que os fatos em apuração guardem correlação direta com o certame eleitoral.

27. Necessária observância à ferramenta hermenêutica do consequencialismo jurídico quanto à consideração do julgador acerca dos efeitos e repercussões práticas que as sanções pretendidas podem ocasionar no mundo real. O julgador deve considerar diversos fatores ao reconhecer ilícitos eleitorais que possam gerar a cassação do mandato e a inelegibilidade do investigado, especialmente quando se trata do respeito à vontade popular demonstrada nas urnas, dentre os quais: (i) proporcionalidade à gravidade da violação; (ii) impacto na eleição; (iii) precedentes e jurisprudência; (iv) respeito à ampla defesa; (v) interesse público. Inteligência do art. 5º e 20 da LINDB.

28. Prestígio à vontade popular expressada nas urnas, a fazer incidir o princípio *do in dubio pro suffragio*, tantas vezes reconhecido pela jurisprudência desta especializada (TSE. REspEI 060060673, Min. André Ramos Tavares, DJE, 26/02/2024; TSE. AgR no REspEI 060047115, Min. Raul Araujo Filho, DJE, 05/12/2023).

29. Conclusão pela fragilidade do acervo probatório no que concerne ao objetivo de favorecimento da campanha dos candidatos investigados, sem prejuízo de que os fatos sejam eventualmente examinados sob outro prisma de ilicitude, que foge da competência da Justiça Eleitoral.

30. Considerando a impossibilidade de atribuir responsabilidade pela via da teoria do domínio do fato, a inexistência de uma evidente ilegalidade na edição do Decreto Estadual nº 47.978/2022 e a absoluta fragilidade do acervo probatório acerca do liame eleitoral, não há como acolher os pedidos de cassação dos mandatos, inelegibilidade pela prática de abuso de poder político-econômico e aplicação de multa em decorrência da conduta vedada tipificada no art. 73 da Lei nº 9.504/1997.

31. Expedição de ofício ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para apuração da responsabilidade criminal dos envolvidos nestes litígios.

32. Improcedência dos pedidos.

(Id. 162201968 da AIJE 0606570-47 e Id. 162200812 da AIJE 0603507-14)

O Ministério Público Eleitoral propôs a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) 0606570-47.2022.6.19.0000 em que aduziu a prática de abuso de poder político e econômico (arts. 14, § 9º, da CF e 22 da LC 64/90) e das condutas vedadas previstas no art. 73, II, IV e V, da Lei 9.504/97, em desfavor de Cláudio Bomfim de Castro e Silva e de Thiago Pampolha Gonçalves (respectivamente reeleito ao cargo de governador do Rio de Janeiro e eleito ao cargo de vice nas Eleições 2022), de Rodrigo da Silva Bacellar (ex-secretário da Secretaria de Estado de Governo no primeiro mandato de Cláudio Castro e reeleito ao cargo de deputado estadual em 2022), de Danielle Christian Ribeiro Barros, Patrique Welber Atela e Allan Borges (respectivamente ex-secretários e ex-subsecretário do governo estadual), de Aureo Lídio Moreira Ribeiro e Max Rodrigues Lemos (deputados federais), de Gutemberg de Paula Fonseca e Marcos Venissius da Silva Barbosa (candidatos não eleitos ao cargo de deputado federal) e de Leonardo Vieira Mendes e Bernardo Chim Rossi (deputado estadual e suplente).

De outra parte, a Coligação A Vida Vai Melhorar e Marcelo Ribeiro Freixo ajuizaram a AIJE 0603507-14.2022.6.19.0000 em desfavor dos citados governador e vice-governador e de Gabriel Rodrigues Lopes, ex-presidente da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), por alegado abuso de poder político e econômico (arts. 14, § 9º, da CF e 22 da LC 64/90), condutas vedadas a agentes públicos descritas no art. 73, IV, V e § 10, da Lei 9.504/97 e captação e gastos ilícitos de recurso de campanha (art. 30-A da Lei 9.504/97).

Alegou-se, em ambas as ações, a existência de um suposto “esquema institucionalizado no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro” (id. 162200901 da AIJE 0606570-47) envolvendo a contratação de milhares de trabalhadores temporários e a execução de projetos sociais criados ou ampliados no ano eleitoral com o objetivo de favorecer a candidatura à reeleição do titular do Poder Executivo estadual e dos demais investigados.

Sustentou-se que o Governador Cláudio Castro, alegadamente imbuído de intuito eleitoreiro, editou o Decreto Estadual 47.978, de 9/3/2022, por meio do qual teria desvirtuado a finalidade da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (CEPERJ). Apontou-se que, tradicionalmente dedicada ao recrutamento e capacitação de servidores públicos e à produção de dados estatísticos visando orientar políticas públicas, a CEPERJ passou a executar projetos atinentes às atividades finalísticas de outras pastas da administração pública estadual mediante acordos de cooperação técnica (art. 5º, X, do decreto).

Afirmou-se que, para o desempenho dessa nova função, a CEPERJ contratou milhares de trabalhadores temporários em 2021 e sobretudo em 2022, supostamente sem processo seletivo e sem que existisse necessidade temporária de excepcional interesse público, muitos no período vedado pela legislação eleitoral.

Arguiu-se que a remuneração desses colaboradores era paga por meio de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA), documento usado para pagar serviços prestados por profissionais autônomos. Segundo os investigadores, isso consistiria numa estratégia para evitar a inclusão desses indivíduos na folha regular de pagamento de pessoal do Estado do Rio de Janeiro, o que denominaram de “folha de pagamento secreta”, inclusive porque os valores eram sacados em espécie (diretamente na “boca do caixa”), dificultando a identificação dos destinatários. Argumentou-se que teria ocorrido, ainda, um aumento expressivo nas despesas empenhadas pela CEPERJ entre os anos 2020 até junho de 2022, em grande parte com recursos advindos do leilão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE).

Relatou-se que arranjo similar teria sido implementado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Com base na Lei Estadual 9.255, de 27/4/2021 – que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo no Estado do Rio de Janeiro – a instituição firmou convênios notadamente a Secretaria de Governo do Estado do Rio de Janeiro (SEGOV), à época chefiada por Rodrigo da Silva Bacellar (ora recorrido).

Aduziu-se que as contratações de trabalhadores temporários pela UERJ, inclusive no período vedado na Lei das Eleições, seguiram a mesma dinâmica de admissão sem critérios objetivos e de remuneração mediante Recibo de Pagamento Autônomo (RPA), sacada na boca do caixa. De acordo com os investigadores, o acréscimo de transações bancárias por essa via foi tão significativo em 2022 que levou o Banco Bradesco, responsável pelos pagamentos, a notificar as autoridades responsáveis.

Expôs-se que os projetos sociais implementados por intermédio da CEPERJ e da UERJ teriam sido utilizados com o propósito de promover as imagens dos investigados, visando às Eleições de 2022. Alegou-se que o governador e demais candidatos sob investigação compareceram a um número exagerado de inaugurações de novas unidades desses projetos ao longo do ano eleitoral, além da intensa divulgação dos projetos nas redes sociais, com explícita associação aos investigados. Sustentou-se, ademais, a exigência imposta aos contratados, sob pena de desligamento, de que comparecessem a eventos correlatos, arrematadas pessoas para participar das inaugurações e fizessem postagens nos seus perfis sociais, atuando como verdadeiros cabos eleitorais.

O TRE/RJ, por maioria de 4 a 3 votos, em análise conjunta das ações, julgou improcedentes os pedidos, nos termos da ementa transcrita. A Corte de origem reconheceu a existência de indícios de graves irregularidades administrativas nas contratações, no entanto, compreendeu que o conjunto probatório é frágil para demonstrar a finalidade eleitoral das condutas e a

sua gravidade para desequilibrar as eleições.

A Corte de origem, ademais, rejeitou embargos de declaração em acórdão assim ementado:

ELEIÇÕES 2022. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DE PODER, CONDUTAS VEDADAS E CAPTAÇÃO ILÍCITA DE RECURSOS. JULGAMENTO CONJUNTO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA.

1. Não se verifica a existência de quaisquer dos vícios descritos no art. 1.022 do CPC, consoante o art. 275 do CE, objetivando os embargantes a reapreciação das matérias decididas.
2. Voto inaugural da divergência que efetuou uma digressão não apenas sobre o abuso de poder imputado aos investigados, como também acerca de todos os tipos eleitorais a eles atribuídos nas duas ações de investigação judicial eleitoral julgadas em conjunto, descabendo falar em omissão por ausência de fundamentação individualizada das condutas.
3. A tese vencedora, ao efetuar o cotejo com o material colhido ao longo da instrução, sobretudo a prova testemunhal, não negou a existência dos programas sociais e a possibilidade da ocorrência de irregularidades que possam refletir em outras searas. Pelo contrário, a decisão colegiada foi clara quanto à gravidade em abstrato dos fatos imputados, ressaltando a independência entre as instâncias eleitoral, civil, administrativa e penal.
4. Corte que concluiu pela improcedência dos pedidos em razão da fragilidade do conjunto probatório quanto à própria finalidade de mácula à legitimidade e à lisura do pleito, tratada como elemento essencial à consubstanciação de quaisquer dos ilícitos apontados, cujas consequências pela cassação e inelegibilidade seriam gravíssimas.
5. Não se prestam os aclaratórios a servir de debate acerca da (im)prescindibilidade de análise subjetiva do viés eleitoreiro no âmbito das condutas vedadas, tema sobre o qual o acerto ou desacerto da maioria representa mero inconformismo dos embargantes.
6. A impossibilidade de mensuração de eventuais graus de abuso dos opositores, suscitada pelos embargantes, não configura contradição ou erro material do argumento de reforço utilizado na decisão colegiada sobre a constatação de que os adversários políticos dos investigados também estavam envolvidos nos programas sociais. Trata-se, a toda evidência, de mais uma irresignação que não guarda pertinência com vícios passíveis de esclarecimento por esta via, e sim, de revolvimento do mérito da decisão.
7. A alegação de que a tese vencedora dispôs de fundamentação genérica, a exemplo da ausência de menção ao nome do terceiro investigado é igualmente impertinente. O voto condutor, ao rebater a teoria do domínio do fato suscitada pelo Relator, afastou as responsabilidades de todos aqueles apontados como efetivos executores, dentre os quais se incluía o referido réu. Integra, ainda, o acórdão, outro voto divergente que dedica grande parte de sua fundamentação a examinar e rechaçar especificamente a conduta do referido investigado.
8. Inexiste contradição e obscuridade quanto à invocação da técnica de imputação penal da teoria do domínio final do fato, no âmbito da aferição da responsabilidade eleitoral. A uma porque a contradição que rende ensejo aos embargos não é aquela existente entre os fatos e a fundamentação jurídica a eles atribuída, mas sim a que diz respeito ao próprio conteúdo interno do julgado, que poderia vir a tornar a conclusão do resultado duvidosa ou teratológica. A duas porque tal abordagem, como dito, foi trazida pelo próprio Relator como fundamento para a condenação, tendo o inaugurador da dissidência apenas se referido à tese justamente para afastar os argumentos pela sua aplicabilidade ao caso concreto.
9. Tampouco há obscuridade ou contradição quanto ao exame da gravidade das circunstâncias. O voto condutor foi claro quanto à aferição do duplo viés a que alude a jurisprudência do TSE, acerca dos aspectos qualitativos e quantitativos pertinentes à reprovabilidade e à repercussão das condutas, referindo-se “à potencialidade de alterar o resultado do pleito” como elemento a ser analisado apenas secundariamente pelo julgador.
10. Menção aos resultados das pesquisas de intenção de votos ao longo do processo eleitoral que teve por escopo tão somente corroborar os argumentos sobre a fragilidade da demonstração do liame eleitoreiro das condutas.
11. O órgão julgador não está obrigado a enfrentar todas as teses suscitadas no processo, mas apenas aquelas capazes de, em tese, infirmar a conclusão da decisão. Inteligência do art. 489, §1º, IV, do CPC/2015. (TSE, ED no AgReg no AgRespE nº 60019595, Min. RAUL ARAUJO FILHO, DJE 22.3.2024).
12. Descabida a pretensa aplicação da multa a que alude o art. 275, §6º, do Código Eleitoral. Os embargantes, integralmente

derrotados em seu pleitos autorais, são aqueles que dispõem de maior interesse na celeridade do andamento dos feitos para que possam buscar êxito na reversão do julgamento, nas instâncias superiores, não se tratando, aqui, de intento meramente protelatório, mas sim de estratégia jurídico-processual.

13. De toda sorte, mesmo que os embargantes queiram evitar a barreira imposta pelos verbetes sumulares nºs 282 e 356 do STF, para, eventualmente, interpor novos recursos com o questionamento previamente realizado no feito, o acórdão dispensa complementação integrativa. Incidiria, de qualquer forma, o art. 1.025 do Código de Processo Civil.

14. Desprovidimento dos embargos de declaração.

(id. 162202020 da AIJE 0606570-47 e Id. 162200855 da AIJE 0603507-14)

O Ministério Público interpôs recursos ordinários em ambas as ações, nos quais alegou (id. 162200872 da AIJE 0603507-14 e id. 162202027 da AIJE 0606570-47, transcrições extraídas desses segundos autos):

a) “[...] preliminarmente, [...] suscita a nulidade absoluta do acórdão [...] por ausência de fundamentação, em afronta aos Art. 93, inc. IX, da CRFB e Art. 489, §1º, inc. IV, do CPC e, ainda, ao Tema nº 339, do e. STF” (fl. 15). “[...] No aludido acórdão, que só foca o voto e acórdão na pessoa do primeiro investigado, CLAUDIO CASTRO, Governador reeleito do Estado do Rio de Janeiro, para absolvê-lo, apenas com menção genérica aos demais investigados para absolvê-los por falta de provas (!)” (fl.15). A Corte de origem “[...] não esclarece [...] sobre a inequívoca desnaturação das atribuições das referidas instituições, a partir do Decreto Estadual nº 47.978 de 9/3/2022, da lavra do Governador [...]; a existência da folha secreta de pagamento, [...] para o pagamento na boca do caixa; a partir de contratos de trabalho não celebrados e não assinados; ausência de contraprestação efetiva daqueles que receberam e dos seus respectivos contracheques; a modificação do orçamento estadual, em pleno ano eleitoral, e o desaparecimento de milhões de reais do Estado, via CEPERJ e UERJ” (fl. 18). “Ademais, afere que o acórdão deixou de analisar as categorias de infrações eleitorais, de forma individualizada, deixando de examinar seus elementos configuradores típicos e próprios”. Por fim, “[...] as condutas materiais imputadas aos recorridos são incontroversas (materialidade), e à Corte impunha-se a apreciação da gravidade concreta, em sua dúplici feição: reprovabilidade e repercussão” (fl. 22);

b) “[...] as condutas materiais imputadas aos recorridos são incontroversas (materialidade), e à Corte impunha-se a apreciação da gravidade concreta, em sua dúplici feição: reprovabilidade e repercussão”. “[...] a reprovabilidade, em seu aspecto qualitativo, é tão evidente que foi reconhecida por outras instâncias, independentemente do contexto eleitoral” (fl. 22);

c) “[...] quanto à repercussão, ou gravidade quantitativa, [...] o estratagema ilícito ocorreu, em ano eleitoral, capitaneado, pela administração do Estado, em mãos de pré-candidatos. O benefício potencial às candidaturas desses detentores de cargos, ou seja, da chapa do Governador e seu vice e do seu Secretário de Governo, o terceiro investigado, todos reeleitos, é evidente” (fl. 22). Também é relevante a expressão econômica dos valores despendidos com a empreitada ilícita. “[...] tais programas e projetos sociais, que ensejaram a contratação massiva e injustificada de servidores temporários, via CEPERJ e UERJ, custaram ao Erário estadual aproximadamente R\$ 915.000.00,00 (novecentos e quinze milhões de reais) – apurados por amostragem até o momento, de acordo com o TCE, via CEPERJ e UERJ, vultoso importe que, ao fim e em arremate, foi adversado e revertido para a ilícita promoção da imagem e estímulo à candidatura dos três recorridos. Os volumes dispendidos foram altos, quando correlacionados com os limites dos gastos de campanha. É contraditório medir esse volume de gastos em relação ao orçamento do Estado. O parâmetro deve ser o das campanhas eleitorais, já que o bem jurídico a ser protegido aqui é a isonomia e o equilíbrio do Pleito de 2022, e não a proteção do patrimônio Público” (fl. 23). “[...] ainda que alguns dos convênios (22 projetos custeados pela CEPERJ) tenham sido suspensos antes do período eleitoral crítico, o capital eleitoral obtido com sua efetivação já era certo. E tudo foi feito no ano eleitoral!” (fl. 25);

d) “[...] o acórdão se refere à inexistência de uma lista das contratações realizadas dentro do período eleitoral vedado de três meses anteriores ao pleito. A prova, repita-se, é impossível. Isto porque os Investigados vêm se recusando a fornecer esses dados até mesmo à Corte de Contas, embora venham sendo instados a fazê-lo” (fls. 25-26). “[...] Por outro lado, é possível observar nitidamente nas planilhas elaboradas e que integram os processos do TCE a respeito dos eventos ilícitos ocorridos na UERJ (Ids. 31950611 e 31950612), o aumento na quantidade de pessoas que passaram a receber nos meses de julho/2022 e seguintes, e que não integram a lista de pagamentos anteriores, prolongando-se tal incremento nos meses seguintes até a sua efetiva finalização, em dezembro de 2022 (Documento – Id. 32175579). É prova mais do que bastante a satisfazer a demonstração da tipicidade das condutas vedadas” (fl. 26);

e) “[...] outra falha contida no julgado, em relação aos itens 18 e 19, no que se refere ao argumento de que integrantes ou candidatos de ‘adversários eleitorais da chapa vencedora Impugnada’, ou de que ‘o próprio reitor da UERJ foi candidato a deputado federal pelo PT nessa mesma eleição’ e que ‘fugiria à lógica imaginar que esse reitor, filiado e candidato pelo PT, estivesse participando de um esquema de cooptação de votos para a chapa formada pelo atual Governador’. “[...] Os abusos são aferidos individualmente de forma concreta. Múltiplos abusos de partes adversas não tornam um pleito mais equilibrado” (fl. 27);

f) “[...] também se localizam vícios na *ratio decidendi* do acórdão quanto à incongruência entre os itens 3 e 30 da ementa (Id. 32215853) (fl. 27). [...] No âmbito do Direito Eleitoral, [...] é impertinente a análise e apreciação da técnica de imputação penal denominada como teoria do domínio do fato, tal como constou do acórdão” (fl. 28). [...] nada disso tem relevância na delimitação da responsabilidade eleitoral, ao menos no que diz respeito à cassação do diploma, já que para esse resultado, a responsabilidade [...] se mede pelo grau de benefício auferido pela conduta abusiva, e não pelo eventual domínio que tenha tido sobre a ação ilícita” (fl. 28);

g) “[...] a narrativa ministerial foi corroborada, na instrução processual, e evidenciou que o Governador e os seus então Secretários, em especial, o terceiro investigado, ora recorrido, todos candidatos à reeleição

praticaram/ordenaram/possibilitaram a consecução adversada dos projetos/programas sociais e a perfectibilização de contratações temporárias de servidores, bem como o empenho monstruoso e injustificado de recursos públicos, no ano eleitoral 2022. E o fizeram, via Decreto nº 47.978/2022 e Resoluções conjuntas de cooperação das Secretarias de Governo, em conjunto com a CEPERJ e UERJ, diretamente editadas e executadas, por eles, o que denota mais do que simples anuência e conhecimento (que já bastariam para a caracterização do elemento subjetivo). Ressalta que foi demonstrada a participação e vinculação direta desses investigados, em especial, os três primeiros ora recorridos, nos eventos eleitorais de divulgação dos projetos, com ampla divulgação nas redes sociais, por meio de marcações dos @ e vinculação direta desses feitos às suas respectivas imagens, excedendo em muito a consideração de ‘meros atos de gestão ou publicidade institucional’” (fls. 28-29);

h) acerca da validade das provas advindas da Ação Civil Pública 0207873-93.2022.8.19.0001, aduz-se que “[...] em se tratando de operações em que há emprego de dinheiro público, estas devem ser regidas, sobretudo, pelo princípio da publicidade, razão pela qual, *a prima facie*, não podem ser camufladas pelo manto da alegação de sigilo bancário, a ensejar a sua ‘obtenção nula’ a ser ‘desconsiderada nestes autos,’ [...] mormente quando o requerente e detentor dessas informações foi o Ministério Público, no âmbito de investigação de ato de improbidade administrativa” (fl. 36). No caso, “[...] só após formalizado pela aludida Promotoria de Justiça e deferido pelo respectivo Juízo, foi enviado integralmente os autos daquela cautelar, e juntados no citado procedimento (Doc 33, 34, 39 e 40 – PPE 1141 – Ids. 317746809ss). Portanto, não há qualquer mácula processual que afete à obtenção e produção dessas provas, motivo pelo qual são aptas a serem consideradas a valoradas no acervo probatório da AIJE, em julgamento” (fl. 38);

i) “[...] os depoimentos colhidos extrajudicialmente dos então servidores temporários contratados para atuar no Programa “CIDADE INTEGRADA”, (Documentos 117 e 122- PPE 1141 Ids. 31746808ss), ratificados em r. Juízo (Ids. 32080940ss; 32028770ss; e 32026331ss), são convergentes e uníssonos e demonstram, com riqueza de detalhes, o caráter eleitoreiro das ações governamentais” (fl. 39). “Na verdade, eram verdadeiros acontecimentos políticos para promoção da campanha dos ora recorridos, inclusive, com entrega de material de campanha (travestido de ‘comunicação’ sobre projetos realizados) à população durante a inauguração dos projetos na localidade. Na hipótese de haver algum questionamento ou discordância em ser ‘cabo eleitoral’, tais profissionais eram imediatamente desligados” (fl. 40);

j) “o escoamento exorbitante de dinheiro público para fins escusos, por meio de tais projetos, programas sociais e contratações irregulares em período próximo e em pleno ano eleitoral somente foram interrompidos em razão das medidas judiciais adotadas, pelo r. Juízo da 15ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital/RJ, após o ajuizamento da ACP nº 0207873-93.2022.8.19.0001 (Ids. 31244014 a 32144021), pela 6ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva, e não por qualquer iniciativa dos recorridos” (fl. 44);

k) “[...] novamente teve lugar, agora por intermédio da consagrada UERJ, verdadeira farra com recursos públicos, com inequívocas benesses eleitoreiras aos recorridos, uso abusivo da previsão contratual da modalidade de Ordem Bancária de Pagamento (OBP), e intenso fluxo de pagamentos, transbordando tanto do absurdo, que levou o Bradesco a enviar uma carta à universidade para ‘informar e notificar’ sobre o ocorrido (Documento 56 do PPE 591) – Ids. 31747007 e ss; Id. 32175583” (fl. 47); “Também, na UERJ, verificou-se a existência de contratações e pagamentos por meio de Recibo de Pagamento Autônomo – RPA, que serviram como burla às restrições à admissão de pessoal prevista na legislação eleitoral para camuflar dolosamente a prática dos abusos de poder político e econômico e práticas vedadas capazes de comprometer a integridade do pleito de 2022” (fl. 49);

l) “[...] o voto condutor do acórdão de improcedência apresenta equívocos contraditórios de fundamentação, como o raciocínio de que 27 mil pessoas contratadas teriam de arranjar, cada uma, 100 votos para conseguir modificar o resultado das eleições de 2022. Ora, tal conclusão ilógica já foi há muito superada, e contraria frontalmente as Leis Complementares nº 135/2012 c/c 64/1990, que, a rigor, estabelecem que o ponto fulcral da AIJE foi aferir se houve afetação da lisura e normalidade das eleições de 2022 – o que restou provado, e não contabilizar “a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição”, mas apenas a avaliar gravidade das circunstâncias que caracterizam os ilícitos abusivos (Art. 22, inc. XVI, da LC nº 64/90)” (fl. 50);

m) “no plano das condutas vedadas, a subsunção típica é cristalina, já que é bastante clara a possibilidade de adequação das condutas às espécies de vedação eleitoral elencadas no Artigo 73, da Lei nº 9.504/97. No âmbito da UERJ, a documentação relativa aos processos (Ids. 31950611 e 31950612), em curso, deixou evidente a continuidade dos pagamentos aos “contratados” não apenas ao longo do ano eleitoral, mas durante todo o período vedado; e apenas foram ‘cessados para a apuração das irregularidades no dia 31/12/2022’, conforme o Ato Executivo de Decisão Administrativa (AEDA) nº 129/REITORIA/2022 (doc. 2 – Ids. 32175578 e 32175579) exarada, pela própria Reitoria da UERJ, que entendeu pela suspensão dos diversos projetos sociais regulados pelas AEDAs 13 e 7/REITORIA/2021, por ela executados, incluindo os de parceria com as Secretarias Estaduais de Governo (SEGOV e SECC)” (fl. 51); e

n) “[...] no plano da configuração dos abusos de poder político e econômico, também, não há grande dificuldade na subsunção dos fatos às hipóteses abusivas, já que uma tomada de assalto de tal ordem, em uma estrutura governamental à exclusiva disposição dos recorridos, que a geriam, em pleno ano eleitoral, evidencia o excesso. Seja o excesso, pela via econômica, já que os valores despendidos nos tais projetos são demasiados e injustificadamente elevados, no ano eleitoral de 2022, quando comparado com os anos anteriores (v.g processos e auditorias internas do TCE/RJ), além de que avultam quando comparados com gastos médios de campanhas eleitorais, seja o excesso pelo plano do abuso do poder político” (fl. 51).

Pelas razões expostas, requereu a declaração de nulidade do acórdão por deficiência de fundamentação, com o retorno dos autos ao TRE/RJ para novo julgamento. No mérito, pugnou pela reforma do acórdão para julgar procedentes os pedidos formulados nas petições iniciais das ações, a fim de reconhecer a prática simultânea de abuso de poder político e econômico e de condutas vedadas e, por conseguinte:

a) na AIJE 0606570-47, cassar os diplomas de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Thiago Pampolha Gonçalves e Rodrigo da Silva Bacellar, declarar a inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva e de Rodrigo da Silva Bacellar, além de aplicar multa aos três recorridos no patamar máximo previsto em lei, com fundamento nos arts. 14, § 9º, da CF, 22 da LC 64/90, e 73, II, IV e V, da Lei 9.504/97; e

b) na AIJE 0603507-14, cassar os diplomas de Cláudio Bomfim de Castro e Silva e Thiago Pampolha Gonçalves, declarar a inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva e de Gabriel Rodrigues Lopes, além de aplicar multa aos três

recorridos no patamar máximo previsto em lei, com base nos arts. 14, § 9º da CF, 22 da LC 64/90, e 73, IV, V e § 10, da Lei 9.504/97.

Marcelo Ribeiro Freixo, a Coligação A Vida Vai Melhorar e a Federação Brasil da Esperança (FÉ BRASIL) interpuseram recurso ordinário na AIJE 0603507-14, aduzindo (id. 162200864):

a) “[...] antes de expor as muitas razões para a reforma do julgado, cabe esclarecer a tempestividade deste Recurso Ordinário” (fl. 9). “[...] O lançamento da disponibilização do ato de comunicação no sistema foi feito no dia 26/07/2024 (sexta-feira), e conforme assinatura e Id. destacados mais abaixo, no dia 29/07/2024, o sistema confirmou a ciência, mas não por ter ocorrido acesso pelos advogados a referida disponibilização do ato de comunicação no sistema antes do término do período de dez dias para ciência, mas sim em razão de que o lançamento do ato de comunicação no sistema considerou a ciência com base na publicação do diário oficial, e não no acesso ao sistema para ciência a ser efetivado pelos advogados das partes” (fl. 12);

b) “[...] o Colendo Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento em que na hipótese de coexistir intimação por publicação no diário oficial e intimação eletrônica, deve-se privilegiar a intimação eletrônica, quando do julgamento do EAREsp 1.663.952-RJ, Rel. Min. Raul Araújo, da Corte Especial, por maioria, dado de 19/05/2021, julgado que resultou no Informativo no 697 24 de maio de 2021” (fl. 12);

c) “[...] para além do que dispõe a Resolução TSE no 23.417, [...] há um motivo de força maior que, por si só, justificaria a devolução do prazo, tal seja o fato de que a genitora do advogado subscritor – quem efetivamente atua pelos recorrentes – ter realizado uma cirurgia de hérnia inguinal no último sábado – dia 27 de julho de 2024 e, apesar da sua alta hospitalar no dia 28 de julho de 2024, por força de sua idade (83 anos) e, também, por ter sofrido alguns problemas médicos pós-operatórios, exigiu do advogado subscritor estar acompanhando sua mãe até o dia de ontem – 01/08/2024, o que impediu o seu exercício profissional nestes últimos dias – documentos em anexo” (fl. 14);

d) no que se refere ao mérito, “[...] o v. acórdão do Id 32215797 nada dispôs sobre a violação expressa ao que determina o § 10 do artigo 73 Lei no 9.504/97. Neste ponto da omissão, apesar da oposição dos Embargos de Declaração, o v. acórdão do Id 32264370, com a devida vênia, permanece omissis, quanto as razões para desconsiderar a afronta ao que determina o § 10 do artigo 73 Lei no 9.504/97, sendo certo que o próprio acórdão do Id 32215797 reconhece, em especial nos votos divergentes, a criação de programas assistenciais no ano das eleições” (fl. 32);

e) “[...] se indica, com a devida vênia, o equívoco do voto condutor da maioria, pois a ciência ou participação do Governador reeleito não teria importância para o Provimento Parcial da demanda – cassação do diploma, tendo apenas pena a inelegibilidade. O equívoco também decorre do fato de que não há como desconsiderar a interferência nas eleições decorrente da contratação de cerca de quase 30 mil pessoas, se está a falar do efetivo de todos os professores do estado do Rio de Janeiro, do efetivo da Polícia Militar nas ruas. Foram contratações sem nenhum critério e há poucos meses das eleições de 2022. Tudo isso gerou um gasto de mais de 310 milhões do dinheiro público para estas milhares de contratações e programas sociais criados há poucos meses das eleições” (fl. 33-34);

f) “[...] o abuso de poder é inequívoco, porque sem o Decreto editado pelo Governador, candidato a reeleição, a Fundação CEPERJ não poderia realizar as milhares de contratações e os gastos milionários para pagamento de cerca de 30 mil pessoas, contratações sem sequer a formalização de contrato formal. Com a edição do Decreto (guarda-chuva) do Governador, a CEPERJ tornou-se um verdadeiro fosso infinito de escoamento de dinheiro público com fins eleitorais, mediante a execução de duvidosos projetos e programas sociais criados e/ou potencializados, em pleno ano das Eleições de 2022” (fl. 34-35);

g) “[...] os programas sociais possuíam um viés inequívoco de promoção pessoal do governador candidato, e uma intenção contundente de influenciar e interferir na disputa para o cargo de Governador do Estado (Eleições de 2022), tanto que há prova do Governador presente no lançamento destes programas” (fl. 35);

h) “[...] a partir das provas nos autos, o voto do Relator originário cita que muitos dos milhares beneficiados com os recursos públicos da CEPERJ destinavam a totalidade ou parte dos valores sacados na boca do caixa para enriquecer e turbinar financeiramente as campanhas eleitorais de 2022 dos investigados e de seu grupo político às custas do erário” (fl. 42);

i) “[...] com todas as vênias, para a análise do § 10 do artigo 73 da Lei das Eleições, que não foi feita no v. acórdão objeto destes Embargos, não cabe analisar apenas o período de campanha eleitoral, pois a lei especifica o ano todo das eleições. Da mesma forma, não cabe uma análise subjetiva para saber se o programa social tem ou não viés de interferir no processo eleitoral, pois a lei não remete o julgador para esta análise – aqui deve se considerar os princípios da tipicidade e de legalidade estrita” (fl. 53);

j) “[...] por fim, não cabe alegar que os investigados foram eleitos em primeiro turno com expressiva vantagem e não cabe porque o resultado da eleição está maculado pelo desvio de centenas de milhões de reais para turbinar projetos eleitoreiros, que na verdade serviram para tentar justificar a contratação de milhares de pessoas – milhares de pessoas – que tinham como finalidade turbinar a campanha eleitoral do Governador Candidato à reeleição, ora Recorrido” (fl. 54); e

k) “[...] a CEPERJ foi turbinada com inequívocos fins eleitorais. Não havia estudos e nem verbas orçamentárias para os milionários projetos, com milhares de contratações sem critério algum e com pagamentos em valores vultosos por meros RPAs sacados na ‘boca do caixa’. E a maior prova disso é que não houve previsão na Lei Orçamentária” (fl. 54).

Requereram, ao final, que o recurso seja conhecido e provido para cassar os diplomas de Cláudio Bomfim de Castro e Silva e de Thiago Pampolha Gonçalves, além de declarar a inelegibilidade do primeiro e de Gabriel Rodrigues Lopes.

Thiago Pampolha apresentou contrarrazões na AIJE 0606570-47 em que alega (id. 162202041):

a) não prospera a preliminar de nulidade do acórdão por ausência de fundamentação. “[...] como se depreende de vários excertos dos julgados, não há falar em falta de individualização de condutas, tampouco em vícios quando da análise específica das infrações eleitorais. Muito pelo contrário. No caso, procedeu-se com minucioso exame dos autos, reconhecendo-se a ‘absoluta fragilidade do acervo probatório acerca do liame eleitoral’” (fl. 16);

b) quanto à teoria do domínio do fato em processo eleitoral, “é absolutamente equivocada e imprópria a alegação do *parquet* eleitoral” (fl. 17). “[...] nos termos do voto do i. Desembargador Marcello Granado, a e. Corte procedeu com correta interpretação da controvérsia – com adequado manejo da referida teoria, afastando a equivocada compreensão exarada pelo i. Desembargador Peterson Barroso Simão – para constatar a absoluta falta de provas das ilicitudes apontadas pelo *parquet* eleitoral e para afastar qualquer responsabilização eleitoral aos investigados” (fl. 18);

c) “[...] no caso do ora recorrido, não há como se configurar ato abusivo, de quem – como Thiago Pampolha – não praticou conduta alguma, quanto mais conduta ilícita ou abusiva, em relação à qual não se pode aferir – portanto – gravidade” (fl. 20);

d) “[...] ao contrário do alegado pelo recorrente, muito embora a LC n° 135/2010 tenha afastado a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, a reiterada jurisprudência do TSE passou a usar os referenciais qualitativos e quantitativos para aferição da gravidade da conduta. Diante disso, não há falar em vício no v. acórdão recorrido, mas mero inconformismo do recorrente. No caso, em conformidade com o entendimento jurisprudencial, o v. acórdão recorrido concluiu pela inexistência de gravidade” (fl. 21);

e) “[...] em sentido oposto ao alegado pelo *parquet* eleitoral, eventuais medições dos quantitativos envolvidos frente ao orçamento estadual serviram tão somente para demonstrar a ausência de desvio de finalidade no sentido eleitoral, restando expressamente consignado no acórdão recorrido que ‘não parece ter havido um gasto exacerbado em vinculação ao pleito eleitoral’ (ID 32215797, p. 209). Assim, como antes destacado, trata-se de reforço argumentativo à fundamentação que lastreou o v. acórdão recorrido que julgou improcedente ambas as ações, ante a manifesta impropriedade das acusações, fundadas em ilações e sem lastro probatório suficiente a demonstrar as alegadas ilicitudes Eleitorais” (fl. 23);

f) “[...] tampouco há falar que o v. acórdão recorrente impôs à investigante ônus derivado de prova impossível. [...] Trata-se de mera ilação. Não há comprovação da alegada retenção de documentos públicos. E mais, esclareça-se que o fornecimento da referida documentação não seria de responsabilidade dos investigados, mas sim dos dirigentes das respectivas entidades. O fato incontroverso – e inclusive reconhecido pelo e. Tribunal Regional Eleitoral – é que o órgão ministerial não providenciou as diligências necessárias, tampouco apresentou provas suficientes, para a devida instrução dos autos e comprovação do alegado” (fl. 23); e

g) “[...] esclareça-se que as controvérsias discutidas no âmbito das tomadas de conta em trâmite no TCE-RJ dizem respeito à suposta grave lesão ao erário decorrente de possíveis irregularidades cometidas pelas entidades – e não pelos investigados – na condução dos procedimentos de admissão de pessoal para operacionalização dos projetos, além dos riscos de dano iminente ao erário na continuidade dos pagamentos e das contratações tidas por irregulares. Nesse sentido, reitera-se que não é crível imputar Governador e muito menos ao Vice-Governador, Thiago Pampolha, a responsabilidade sobre atos alheios à sua esfera de atribuição, visto que: a) tanto a UERJ como a Fundação CEPERJ possuem autonomia administrativa e financeira; e b) não há qualquer prova ou indício de que se tenha feito uso indevido dessas instituições para fins eleitorais, tal como reconhecido pelo Tribunal de origem. Diante disso, na ausência de conotação eleitoreira dos fatos em apuração, os investigados não podem ser responsabilizados e muito menos punidos por eventuais falhas administrativas ocorridas nas referidas entidades” (fl. 23-24).

Em contrarrazões apresentadas na AIJE 0603507-14, Thiago Pampolha acrescenta o seguinte (id. 162200883):

a) intempestividade do recurso ordinário interposto pela Coligação A Vida Vai Melhorar e por Marcelo Ribeiro

Freixo;

b) “[...] no caso em tela, em decisão proferida em 10.4.2024 (ID 32153510, na AIJE n° 0606570-47, apensada à presente ação), os autos da presente AIJE foram apensados à AIJE n° 0606570-47 para que fossem julgadas simultaneamente [...]. Não obstante [...], o MPE interpôs dois recursos ordinários, sendo um recurso em cada AIJE. O primeiro recurso interposto pelo *parquet* eleitoral foi protocolado no dia 8/8/2024 às 13h38 na AIJE n° 0606570-47, enquanto o segundo recurso foi peticionado no mesmo dia 8/8/2024 às 13h42 na presente AIJE [0603507-14]. Desse modo, apesar da proximidade temporal entre os protocolos dos referidos recursos ordinários, constata-se a violação ao princípio da unirrecorribilidade recursal, devendo apenas o primeiro recurso ser conhecido” (fls. 20-21); e

c) “[...] além disso, ainda que não se reconheça a flagrante violação ao princípio da unirrecorribilidade recursal, [...], observa-se, no presente caso, outro óbice intransponível, qual seja, a ausência de legitimidade processual do *parquet* eleitoral para interposição de recurso na presente ação (AIJE n° 603507-14), de autoria da Coligação e de Marcelo Freixo. Isso porque na tramitação desse feito, como evidenciado anteriormente, o MPE não é parte, limitando-se a atuar como fiscal da lei, inexistindo legitimidade para interposição de recursos” (fl. 21).

Com base nessas razões, requer o “não conhecimento dos recursos ordinários interpostos: (a) pela Coligação e Marcelo Freixo, ante a manifesta intempestividade; e (b) pelo MPE, em razão da violação ao princípio da unirrecorribilidade recursal e da preclusão consumativa, bem como da ausência de legitimidade processual do *parquet* eleitoral para interposição de recurso nesta AIJE, de autoria da Coligação e de Marcelo Freixo. Na remota hipótese de conhecimento dos feitos, [...] postula-se o desprovimento dos recursos ordinários”.

Rodrigo da Silva Bacellar, em contrarrazões, sustenta (id. 162202048 da AIJE 0606570-47):

a) não procede a preliminar de nulidade do acórdão por ausência de fundamentação individualizada para cada um dos investigados”. “[...] o voto condutor do acórdão ora rebatido é explícito e inequívoco ao registrar QUE NÃO HOUVE PROVAS ROBUSTAS – e de fato não houve – de que as contratações questionadas tenham tido qualquer tipo de conotação eleitoral” (fl. 19). “[...] se não há provas do desvio de finalidade e da conotação eleitoreira das condutas, [...] descabe demandar qualquer tipo de “individualização de responsabilidades” (fl. 20);

b) não prospera a “suposta não ‘separação’, pelo acórdão recorrido, da análise do ‘impacto na normalidade e legitimidade do pleito’ dos atos questionados e ‘do controle de atos de gestão” (fl. 25). “[...] a separação, portanto, foi explicitamente feita pelo acórdão ora recorrido, que expressamente reconheceu a possível ocorrência, em tese, de irregularidades civil e criminal (o que motivou, inclusive, a expedição de ofícios aos respectivos ministérios públicos), mas que igualmente assentou, de forma expressa, a ausência de prova inequívoca a respeito da repercussão eleitoral dos atos, a impor a correta improcedência da AIJE” (fl. 26);

c) “[...] também não assiste razão ao recorrido, no ponto em que sustenta que o voto vencedor [...] seria passível de reforma por vincular a aferição da gravidade da conduta com o resultado da eleição. [...] Na verdade, o fundamento determinante da corrente vencedora foi a absoluta falta de comprovação, pela acusação, da conotação eleitoreira da conduta, o que torna dispensável até mesmo qualquer tipo de investigação sobre gravidade de uma conduta cuja projeção eleitoral sequer foi demonstrada. E foi nesse cenário que a larga vantagem obtida nas urnas pelo primeiro investigado, Governador Claudio Castro,

foi mencionada como mais um elemento de reforço, secundário, portanto, da absoluta ausência de projeção eleitoral dos atos administrativos questionados” (fl. 26);

d) “[...] sustenta, ainda, o *Parquet*, que o acórdão ora recorrido merece reforma por ter deixado de analisar de forma individualizada cada uma das infrações eleitorais apontadas na inicial. Na verdade, nem mesmo a inicial individualiza suas respectivas imputações ou justifica cada um dos pretendidos enquadramentos! Seja como for, no entanto, o acórdão recorrido foi explícito ao registrar a ‘absoluta fragilidade do acervo probatório acerca do liame eleitoral das condutas’, [...] tudo devidamente fundamentado, a despeito dos termos genéricos em que posta a tese acusatória” (fl. 27-28). “[...] Também assim o voto convergente do Desembargador Fernando Cabral, a não permitir qualquer mínima alegação de omissão sobre explícito, correto e devido enfrentamento da questão seja sob a ótica do abuso de poder, seja sob a ótica das condutas vedadas” (fl. 30);

e) “[...] nem se alegue, finalmente, tal como fez o *Parquet* no recurso ordinário, [...] que seria ‘impossível’ comprovar eventuais contratações de pessoal mesmo durante o período vedado, o que atrairia a proibição inscrita no inciso V do art. 73 da Lei n. 9.504/97. Isso porque a própria defesa deste recorrido, Deputado Rodrigo Bacellar, POSTULOU, em sede de diligências complementares, PRECISAMENTE A EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO ÀS AUTORIDADES RESPONSÁVEIS, PARA QUE INDICASSEM E QUANTIFICASSEM EVENTUAIS CONTRATAÇÕES QUE TIVESSEM SIDO REALIZADAS DURANTE O PERÍODO PROIBIDO. E, PASME-SE, O PRÓPRIO MINISTÉRIO PÚBLICO SE OPÔS A TAL DILIGÊNCIA, sendo surpreendente que, agora, venha a alegar tratar-se de prova de impossível produção” (fl. 31);

f) “[...] ao contrário do que alega o MPE, o fato de a presente ação não ter sido proposta em face do então reitor da UERJ é de suma importância, pois reforça, para além da absoluta ausência de prova em sentido contrário a cargo do *Parquet*, a absoluta inexistência de desvio de finalidade eleitoreira nos atos administrativos questionados” (fl. 34);

g) “[...] competia, portanto, ao *Parquet*, COMPROVAR, com provas robustas e inequívocas, produzidas sob o crivo do contraditório, que especificamente o Deputado Estadual Rodrigo Bacellar ‘indicou apoiadores políticos seus para serem contratados’, e que essas pessoas ‘promoveram sua respectiva candidatura, a ponto de se converterem em verdadeiros cabos eleitorais’. Essa prova, contudo, não foi produzida. Como já dito, NINGUÉM, ABSOLUTAMENTE NINGUÉM DISSE, A DESPEITO DA LARGA INSTRUÇÃO PROCESSUAL, TER ASSUMIDO QUALQUER TIPO DE CARGO TEMPORÁRIO POR INDICAÇÃO DE RODRIGO BACELLAR!!! NINGUÉM” (fl. 35-36). “O caso, portanto, em relação ao ora recorrente, não é de insuficiência probatória” (fl. 36);

h) “[...] quanto à CEPERJ, insiste o *Parquet* Eleitoral, em seu recurso ordinário, que ‘diversos aliados políticos, amigos íntimos e familiares, do então Secretário da Secretaria de Governo (SEGOV) e candidato a deputado estadual (eleito), RODRIGO BACELLAR, foram contratados em seu reduto eleitoral, na Cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, sem qualquer transparência’. No entanto, os ‘diversos’ aliados políticos, os supostos amigos íntimos ou os muitos ‘familiares’ não são sequer nominados. Apenas é individualizada e indicada a contratação de uma única pessoa com vínculo com este defendente, qual seja, sua cunhada Bárbara Lima, sequer arrolada como testemunha de acusação. De todo modo, chega a ser intuitivo que a contratação de uma única pessoa, parente por afinidade, por entidade integrante da administração indireta do Estado, é um INDIFERENTE ELEITORAL” (fl. 37);

i) “[...] no mais, quanto à CEPERJ, dada a completa ausência de mínimo lastro probatório que revele a participação ou o benefício de Rodrigo Bacellar em qualquer contratação com conotação eleitoreira, o *Parquet*, com apoio em documento bancário obtido de forma absolutamente ilícita, considerada a falta de prévia autorização judicial de quebra de sigilo, sugere que teria havido algum tipo de concentração de contratações e pagamentos em Campos dos Goytacazes, o que automaticamente autorizaria a conclusão de que ilícitos eleitorais teriam sido praticados em benefício do ora recorrido. [...] o *Parquet*, surpreendentemente, buscou se valer de mera matéria jornalística do ‘questionável’ e já multiplamente processado judicialmente Portal de notícias Ururau.com, conhecido veículo de comunicação instrumento de propaganda da família Garotinho, notórios adversários do investigado” (fl. 38);

j) “[...] a matéria jornalística, claramente tendenciosa, de veículo de imprensa com claras vinculações políticas, distorce os fatos, para criar falsa narrativa que só aproveita a quem sempre dele se utilizou para fins políticos. Isso porque, em Campos dos Goytacazes, apenas a agência central do Bradesco (0065) promove pagamentos de ordens bancárias diretamente nos caixas. NENHUMA OUTRA AGÊNCIA REALIZA ESSE TIPO DE OPERAÇÃO. DAÍ A ESPECIAL MOVIMENTAÇÃO NESSE ESPECÍFICO ESTABELECIMENTO BANCÁRIO, POIS ELE É O ÚNICO QUE COMPORTA AQUELE TIPO DE ORDEM” (fl. 39-40);

k) “[...] frise-se, ainda, por oportuno, que Campos é o maior município em extensão territorial do Estado do Rio de Janeiro, contemplando praticamente 9,2% do território fluminense; Nilópolis é o menor (0,04%). Nesse cenário, é evidente que projetos relacionados com aplicação de pesquisas e formulários para obtenção de dados e respostas, como eram as naturezas operacionais, por exemplo, dos projetos ‘Observatório do Pacto RJ’ e ‘Cenários de Vulnerabilidade da Poluição no Programa RJ para Todos’ da SEGOV, terão dimensionamentos diferentes para avaliação, aplicação e análise vinculados à cobertura de todo território em apuração e envolverão outro volume de mão de obra. [...] outro aspecto local de notória publicidade é o de que a cidade de Campos dos Goytacazes é o centro socioeconômico de sua mesorregião [...]. Isso significa que é altamente possível e provável tenha havido recebimentos na agência de Campos, por moradores de Municípios vizinhos que já frequentam a cidade para consumo de serviços médicos, hospitalares dentre outros. (fl. 40-41);

l) “[...] além dos aspectos acima demonstrados, a acusação não promove nenhuma análise qualitativa dos pagamentos realizados, a fim de demonstrar qual ou quais projetos realizados pela Fundação CEPERJ representaram os pagamentos realizados em Campos dos Goytacazes e, ainda mais, sequer analisa o período de tais pagamentos, a fim de certificar, respectivamente, se o montante se refere aos projetos que eram vinculados à SEGOV e durante período que este Deputado Estadual exerceu o respectivo cargo de Secretário, O QUE ERA ABSOLUTAMENTE IMPRESCINDÍVEL” (fl. 41);

m) “[...] finalmente, mas não menos importante, [...] o ora recorrido sequer foi o candidato mais votado em Campos dos Goytacazes, sendo certo que seu percentual de votos obtidos na cidade campista é praticamente a metade dos demais candidatos eleitos, o que torna absolutamente insustentável a especulação acusatória de que Rodrigo Bacellar teria sido o beneficiário de qualquer tipo de contratação irregular com conotação eleitoral, de toda sorte sequer provada” (fls. 41-42); e

n) “[...] como absolutamente nada coletado na instrução diz respeito a este Deputado Estadual eleito com quase

100.000 votos, restou ao *Parquet* apenas reforçar seus argumentos especulativos e indicar apenas duas pessoas contratadas, com conhecida e pública relação com este Parlamentar: sua cunhada e o Sr. Aislan, que posteriormente viria a prestar serviços para a campanha. Especificações, no entanto, não se prestam à gravíssima sanção de desconstituição da vontade popular. A contratação de duas pessoas, ainda que fosse irregular – e não o foi – jamais configuraria a prática de abuso de poder, pois as premissas eleitas pelo próprio *Parquet* para demonstrar a conotação eleitoral das alegadas irregularidades (indicações políticas, contratação de cabos eleitorais, realização de atos de campanha) NEM DE LONGE ALCANÇAM O ORA INVESTIGADO” (fl. 50).

Requer, ao fim, “o desprovemento do recurso ordinário, mantendo-se integralmente o acórdão que julgou improcedente a AIJE em relação a RODRIGO BACELLAR” (fl. 51).

Nas contrarrazões de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, assinala-se (id. 162202050 da AIJE 0606570-47 e id. 162200885 da AIJE 0603507-14):

a) intempestividade do recurso ordinário interposto pela Coligação A Vida Vai Melhorar e por Marcelo Ribeiro Freixo;

b) intempestividade do recurso ordinário interposto pelo Ministério Público. “[...] considerando que o *parquet* eleitoral foi devidamente intimado do acórdão que negou provimento aos seus embargos de declaração e recebeu os autos no dia 26.7.2024, sexta-feira, iniciando a contagem no primeiro dia útil subsequente (29.7.2024, segunda-feira), deveria ter interposto o seu recurso dentro dos três dias seguintes, ou seja, até o dia 31.7.2024, quarta-feira. Como o protocolo se deu somente no dia 8.8.2024, quinta-feira, ou seja, oito dias depois do fim do prazo, o recurso é, sem dúvida alguma, INTEMPESTIVO” (fl. 3);

c) “[...] apesar da narrativa de conluio, o reitor da UERJ não foi incluído no polo passivo da AIJE, motivo pelo qual, evidente a deficiência na formação do litisconsórcio passivo necessário, pois o reitor da universidade pública estadual possui autonomia constitucional e não é um simples mandatário do Chefe do Executivo. [...] Todos os procedimentos do TCE-RJ (nº 104.093-8/22 e nº 104.897-2/224) invocados nas iniciais, incluindo a famigerada ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, não indicaram o Chefe do Executivo Estadual como responsável ou réu, e isso por razões óbvias, tanto CEPERJ como UERJ possuem autonomia administrativa e financeira. A ação civil pública nº 0207873-93.2022.8.19.0001, em trâmite perante a 15ª Vara de Fazenda Pública, foi ajuizada em face do Estado do Rio de Janeiro, Fundação CEPERJ e Banco Bradesco S/A, e o recorrido não consta do polo passivo” (fl. 24);

d) “[...] a Fundação CEPERJ existe há vários anos, não é uma instituição criada de forma oportunista no período eleitoral, e sempre se prestou a desenvolver e fomentar políticas públicas essenciais para o Estado do Rio de Janeiro, não sendo algo idealizado pela gestão do primeiro Investigado ou tampouco utilizado pelo seu governo de forma ilícita, com viés eleitoral. A ausência de finalidade eleitoreira dessa instituição é tão evidente que diversas pessoas sabidamente ligadas a adversários políticos do primeiro Investigado prestavam serviços como contratados da Fundação CEPERJ. Ademais, jamais poderemos esquecer que havia demandas represadas pela paralisação do período da pandemia, bem como a necessidade de modernização estrutural e organizacional para adequação da Fundação à nova realidade, o que justifica o aumento de projetos em 2021, sua execução em 2022, sem qualquer correlação ao pleito, tal qual fora expressamente destacado no parecer da assessoria jurídica que analisou a minuta de Decreto” (fl. 27);

e) “[...] o Decreto, único ato indicado pelos autores para tentar aferir a responsabilidade do Chefe do Executivo, teve regular tramitação, parecer favorável da PGE-RJ, apenas replica conteúdo da legislação pré-existente e, mais, é fato incontroverso que os projetos existiam desde 2021. Portanto, eis mais uma comprovação que não foi o decreto responsável pela forma como as contratações ocorreram. Portanto, não há que se falar em ilegalidade no referido ato, muito menos afirmar que o ato normativo administrativo em abstrato permitiu consequências ou desdobramentos eventualmente irregulares, ainda que sob o viés da responsabilidade fiscal, praticados por outros gestores” (fl. 30);

f) “[...] os projetos desenvolvidos pela UERJ, Universidade respeitada, dirigida pelo reitor RICARDO LODI, o qual sabidamente não comunga do mesmo ideário político-eleitoral do Governador, tendo sido candidato a Deputado Federal pelo PT e tendo apoiado explicitamente MARCELO FREIXO, adversário direto do Governador reeleito. Portanto, além de estarmos diante de projetos em execução antes de 2022, lícitos e de interesse público, não se pode imaginar ou presumir que a UERJ, instituição que possui autonomia administrativa e financeira, estivesse sendo utilizada pelo Chefe do Executivo Estadual” (fl. 30);

g) “[...] antes de qualquer recomendação ou determinação oriunda dos órgãos de controle externo (TCE ou MP) foi o próprio Governador do Estado quem tomou a iniciativa de determinar a instauração de auditoria visando averiguar a regularidade dos programas executados pela CEPERJ, o que permitiu que o TCE-RJ e o MP-RJ, em seguida, adotassem medidas semelhantes, como é o caso da proposta de auditora aprovada pelo TCE-RJ em 05.08.20229. E mais uma vez reforçando a inexistência de qualquer caráter eleitoreiro ou caracterizador de abuso de poder nas ações executadas, sobretudo em benefício do investigado, o próprio Governador do Estado, ao ser intimado da aludida decisão judicial, além de ordenar seu cumprimento imediato, determinou que o Procurador-Geral do Estado não recorresse da decisão, bem como que a PGE buscasse a celebração de TAC quanto aos fatos narrados na ACP” (fl. 350);

h) “[...] conforme é público e notório, especialmente após a determinação de realização de auditoria sobre os projetos da CEPERJ (julho/2022), a concessão de liminar e consequente suspensão, nos autos da ACP em 03.08.22, e, também, depois de determinada a extinção em definitivo de diversos projetos (14.09.2022), a intenção de votos do Governador teve significativo aumento. De acordo com as pesquisas registradas perante a Justiça Eleitoral e divulgadas nos meios de comunicação, CLÁUDIO CASTRO se distancia de MARCELO FREIXO a partir de meados do mês de setembro” (fl. 38);

i) “[...] tampouco as fotos acostadas nas alegações finais do MPE com uso de pessoas que trabalhavam no projeto usando ‘hashtag’ com o nome de atores políticos pode ser considerado ilícito. O que atrairia a configuração do ilícito seria a utilização do aparato estatal para tal finalidade, inclusive por meio de canais exclusivos da Administração, de modo que a reprodução das propagandas em rede social privada não caracteriza, em princípio, a conduta vedada, se não houver provas idôneas do emprego direto de recursos públicos para a produção das postagens” (fl. 41);

j) “[...] o testemunho da senhora MAYRA SANTOS CARVALHO (ID. 32080341-32080458) é extremamente impreciso. Ela não sabe distinguir qual era a natureza dos panfletos distribuídos, e quando foram as inaugurações das obras públicas, nas quais não se admite a presença de candidatos apenas nos três meses que antecedem o pleito (fl. 42). “[...] os

panfletos mencionados por algumas testemunhas são referentes ao programa institucional “Cidade Integrada”, que obviamente não possui cunho eleitoral, nem traz o nome ou a imagem do Governador, posto que totalmente institucional” (fl. 44);

k) “[...] MARCOS PAULO P. MENDES, funcionário do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), questionado se houve análise e autorização de contratação por meio da CEPERJ quanto ao programa “Esporte Presente”, informou que houve parecer do setor jurídico da CEPERJ e das secretarias, mas não soube confirmar se houve da PGE (vídeo 18 – ID. 32044349). E ainda, há uma passagem que é extremamente exemplificativa quanto a ausência de prévio conhecimento do Governador em relação aos fatos ora em apuração, no vídeo 23 (ID. 32044605): “[...] Aliás, no processo não tem nada que faça titular ao Executivo” (fl. 46);

l) “[...] a testemunha IZABEL TOLEDO (ID. 32117595-32117599) atual Presidente do CEPERJ, que afirmou que tomou medidas para garantir o despacho do Governador que extingue qualquer tipo de projeto e pagamento, além da implementação da transparência nos sites e principalmente, que foram extintos todos os contratos após a decisão proferida na ação civil pública. Fl. 48 Logo Excelências, não há benefício eleitoral, a campanha do Governador foi massacrada pela mídia e a interrupção dos trabalhos oriundos dos instrumentos firmados com CEPERJ e a UERJ geraram reclamações trabalhistas, o que, sem dúvidas, é fato gerador de desgaste político e não de dividendos eleitorais” (fl. 49);

m) “[...] também é esclarecedor o depoimento de VITOR BORGES (ID. 32117641-32117643), que esclareceu que os integrantes do projeto não eram compelidos a realizar atos de promoção pessoal, mas simplesmente exercer as funções inerentes ao serviço” (fl. 49);

n) “[...] é incompatível com a reserva legal proporcional a cassação dos diplomas e a declaração de inelegibilidade, em razão de benefício eleitoral inexistente, não comprovado ou ato ilegal praticado pelos demandados, muito menos quando não foi indicado elemento explícito da vinculação eleitoral dos programas executados na CEPERJ e na UERJ. Com o devido acatamento, a Justiça Eleitoral não compete à análise das alegações que podem ensejar improbidade administrativa” (fl. 52);

o) “[...] não se pode olvidar, também, que a eleição em tela ocorreu em todo o estado do Rio de Janeiro, com quase 13 milhões de eleitores e não apenas na sua capital, com menos de cinco milhões de eleitores, onde as instituições indicadas têm sede. A extensão da circunscrição do pleito, por certo, também deveria ser considerada na aferição da (inexistente) gravidade, se ilícito eleitoral houvesse, mas não há!” (fl. 53);

p) “[...] no caso em tela não há nenhum indício de participação do Governador Cláudio Castro na execução ou fiscalização dos programas em questão. Logo, não se verifica de forma indubitosa, um conjunto probatório coeso a autorizar o édito condenatório, com a robustez e clareza que o caso exige para caracterizar o abuso de poder” (fl. 53);

q) “[...] fundação CEPERJ não realizou nenhuma contratação em período vedado, como alegam os Investigantes, à míngua de qualquer lastro probatório. Cumpre esclarecer que, conforme esclarecido em Juízo, todos os projetos desenvolvidos já se encontravam em curso no ano de 2021 e não se enquadram no conceito de programas sociais, que em nada se amoldam a qualquer vedação eleitoral” (fl. 57); e

r) “[...] o fato, por si só, de pessoas nomeadas nesses programas terem feitos de forma espontânea postagens em redes sociais particulares em prol da candidatura dos candidatos de sua preferência é atípico, eis que, nas redes privadas, os servidores públicos, tão como todos os eleitores, possuem total liberdade para participar de qualquer manifestação política” (fl. 58).

Ao final, requer o não conhecimento dos recursos ordinários ou o seu desprovimento.

Gabriel Rodrigues Lopes, em suas contrarrazões (id. 162200881 da AIJE 0603507-14), argui preliminares de intempestividade do recurso interposto pela Coligação A Vida Vai Melhorar e por Marcelo Ribeiro Freixo, a ausência de representação legal da referida coligação e nulidade do processo por cerceamento de defesa, tendo em vista que não foi parte no processo em que produzidas as provas aproveitadas na AIJE 0603507-14. No mérito, aduz que:

a) “[...] os Projetos desenvolvidos pela Fundação se encontravam em vigor desde o ano de 2021, ou seja, sem qualquer fim eleitoral” (fl. 9);

b) “[...] sua atuação como Presidente envolvia a participação como representante da Fundação na assinatura dos termos e acordos jurídicos necessários para o início dos projetos, melhor dizendo, não fazia parte de suas atribuições nomear ou selecionar pessoas ocupantes de cargo nos projetos celebrados, ficando a cargo das secretarias conveniadas envolvidas em cada projeto” (fl. 10);

c) “[...] no inciso I, da cláusula segunda dos acordos de cooperação técnica assinados entre a Fundação e as secretarias parceiras, estão as atribuições da Fundação [...]. Portanto, não há em nenhum momento a atribuição de contratação ou seleção de pessoas para trabalhar nos projetos, este fato foi comprovado no depoimento da testemunha Nathália por diversas vezes, que todos os projetos eram realizados em parcerias com as secretarias do Governo do Estado, ficando a cargo dos parceiros os processos de seleção para contratação” (fls. 10-11);

d) “[...] os depoimentos das testemunhas, Ana Maria Furbino Bretas, Jeferson Luiz Rosa de Souza e Marcus Paulo Peixoto Mendes, servidores do TCE/RJ, foram genéricas, relatando somente atos de gestão, e que não guardam qualquer relação com a seara eleitoral. Já o depoimento da testemunha Ruben Berta Stein somente reafirmou tudo escrito pelo próprio em sua entrevista, deixando claro sua parcialidade no depoimento” (fls. 11-12);

e) “[...] o abuso do poder político [...] ocorre nas situações em que o detentor do poder vale-se de sua posição para agir de modo a influenciar o eleitor, em detrimento da liberdade de voto”. “Sendo assim, resta de maneira muito clara que o recorrido não possuía nenhum tipo de poder para influenciar eleitor e/ou favorecer algum Candidato, Partido, Coligação ou Federação” (fl. 12); e

f) “[...] os demandantes não comprovam em nenhum momento as alegações contidas em sua peça inicial e, tão pouco que as pessoas contratadas trabalharam durante a campanha eleitoral de 2022 em favor do candidato ao Governo do Estado, as provas colacionadas nos autos, não possuem condão eleitoral sendo insuficientes para demonstrar o impacto relevante no pleito, sendo que qualquer suposta prática de improbidade administrativa deverá ser averiguada no juízo competente” (fl. 14).

Requer o não conhecimento do recurso ordinário interposto pela Coligação A Vida Vai Melhorar e Marcelo Ribeiro Freixo e o não provimento do recurso do Ministério Público.

As demais contrarrazões ao recurso ordinário do Ministério Público na AIJE 0606570-47 foram apresentadas por Áureo Lídio Moreira Ribeiro, Leonardo Vieira Mendes e Danielle Christian Ribeiro Barros (id. 162202034), Marcus Venissius da Silva Barbosa (id. 162202038) e Max Rodrigues Lemos (id. 162202043).

Petição de Allan Borges Nogueira em que requer a certificação de trânsito em julgado do acórdão de origem em relação a si (id. 162202036 da AIJE 0606570-47).

A Procuradoria-Geral Eleitoral opina pelo não conhecimento do recurso de Marcelo Ribeiro Freixo e da Coligação A Vida Vai Melhorar e pelo provimento parcial dos recursos do Ministério Público para impor multa a Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Gabriel Rodrigues Lopes, Thiago Pampolha Gonçalves e Rodrigo da Silva Bacellar pela prática da conduta vedada do art. 73, II, da Lei 9.504/97, além de cassar os diplomas de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Thiago Pampolha Gonçalves e Rodrigo da Silva Bacellar e declarar a inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes (id. 162848441 da AIJE 0606570-47 e id. 162848440 da AIJE 0603507-14).

Petição de id. 164808109 juntada no RO-EI 0606570-47, em que o diretório nacional do União Brasil requer ingresso no feito como assistente simples, o que foi deferido conforme decisão de id. 164813846.

Petições de ids. 164814727 e 164818953 juntadas no RO-EI 0606570-47, por meio da qual suscita-se questão de ordem pela ausência de formação de litisconsórcio passivo necessário com o reitor da UERJ.

Petição de id. 164818623, juntada no RO-EI 0606570-47, em que Thiago Pampolha não se opõe aos pedidos requeridos na questão de ordem.

A Procuradoria-Geral Eleitoral apresentou manifestação à questão de ordem (id. 164826517).

**É o relatório.**

## VOTO

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI (Relatora): Senhora Presidente, conforme se relatou, trata-se de três recursos ordinários interpostos contra acórdãos proferidos pelo TRE/RJ, que julgou improcedentes os pedidos formulados em duas Ações de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) propostas em desfavor do governador de Rio de Janeiro reeleito em 2022 e do vice-governador eleito, além de outros, por alegada prática de abuso do poder político e econômico (arts. 14, § 9º da CF e 22 da LC 64/90) e de condutas vedadas (art. 73, II, IV, V e § 10, da Lei 9.504/97).

Examino, inicialmente, o recurso ordinário interposto por Marcelo Ribeiro Freixo e pela Coligação A Vida Vai Melhorar nos autos da AIJE 0603507-14 e, em seguida, os recursos ordinários do Ministério Público em ambas as ações.

### 1. Recurso ordinário interposto por Marcelo Ribeiro Freixo e pela Coligação A Vida Vai Melhorar

A peça do recurso ordinário interposto por Marcelo Ribeiro Freixo e pela Coligação A Vida Vai Melhorar (id. 162200864 da AIJE 0603507-14) está assinada eletronicamente pelo Dr. Paulo Henrique Teles Fagundes, cujas procurações se encontram nos ids. 162200242 e 162200243.

A respeito da tempestividade, anoto que, no âmbito da Justiça Eleitoral, prevalece a Res.-TSE 23.417/2014 que estabelece em seu art. 21 que **“as intimações endereçadas aos advogados ou às partes por eles representadas deverão ser feitas no Diário da Justiça Eletrônico**, hipótese em que a contagem dos prazos reger-se-á na forma prevista nos §§ 3º e 4º do art. 4º da Lei nº 11.419, de 2006 – que disciplina o processo judicial eletrônico –, exceto no período eleitoral, em que será observado o disposto no art. 48 desta resolução”.

A regra, assim, é que as intimações às partes e aos advogados ocorrem pela publicação do DJe e os prazos processuais têm início no primeiro dia útil seguinte ao da publicação.

Diversamente, nos casos em que a lei exige intimação pessoal de determinados sujeitos processuais, como o Ministério Público Eleitoral, o ato se efetiva por meio do painel eletrônico, em conformidade com as disposições do art. 5º, §§ 3º e 6º, da Lei 11.419/2006.

Nesse sentido, a jurisprudência deste Tribunal é de que, nos processos judiciais eletrônicos, a intimação dos atos processuais na forma do art. 5º, §§ 3º e 6º, da Lei 11.419/2006 restringe-se aos sujeitos que, por expressa previsão legal, devam ser intimados pessoalmente. Destaco os seguintes julgados do TSE: AREspEI 0602950-87.2022.6.06.0000/CE, Rel. Min. Raul Araújo, DJe de 11/6/2024 e AgR-AREspEI 0601109-90.2020.13.0175/MG, Rel. Min. Sérgio Banhos, DJe de 8/6/2022.

No caso, o acórdão de julgamento dos embargos de declaração proferido pelo TRE/RJ (id. 162200855 da AIJE 0603507-14) foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico de 29/7/2024, consoante a certidão de id. 162200862.

Tendo em vista que aos recorrentes não assiste a prerrogativa de intimação pessoal, o prazo para interposição do recurso teve início no primeiro dia útil seguinte à data da publicação no Diário da Justiça Eletrônico (art. 4º, §§ 3º e 4º, da Lei 11.419/2006). Constato, dessa forma, a intempestividade do recurso ordinário (id. 162200864 da AIJE 0603507-14) por ter sido interposto somente em 2/8/2024, ou seja, um dia após encerrado o prazo trienal estatuído no art. 276, § 1º, do Código Eleitoral.

Conforme já assentou este Tribunal, para fins de reabertura de prazo de interposição de recurso, “somente se configura força maior quando demonstrada a absoluta impossibilidade de o patrono da parte exercer a profissão ou substabelecer o mandato” (AgR-AI 6-24.2017.6.03.0000/AP, Rel. Min. Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, DJe de 18/6/2019).

O alegado procedimento cirúrgico a que fora submetida a genitora do advogado subscritor do recurso não configura motivo de força maior apto a ensejar a devolução do prazo, uma vez que não é suficiente para demonstrar a absoluta impossibilidade de o patrono interpor o recurso no lapso legal ou de outorgar substabelecimento, sobretudo diante da existência nos autos de outros procuradores habilitados.

Desse modo, não conheço do recurso ordinário (id. 162200864 da AIJE 0603507-14). Prejudicada a análise da

preliminar de ausência de representação legal da coligação ora recorrente.

## 2. Questões preliminares

### 2.1. Preliminar de intempestividade dos recursos ordinários do Ministério Público

Cláudio Bomfim de Castro e Silva, em contrarrazões (id. 162202050 da AIJE 0606570-47 e id. 162200885 da AIJE 0603507-14), argui a intempestividade dos recursos ordinários interpostos pelo Ministério Público. Aduz que a Procuradoria Regional Eleitoral (PRE) foi intimada do acórdão de julgamento dos embargos de declaração em 26/7/2024 (sexta-feira) e, na mesma data, os autos foram recebidos no gabinete do procurador regional eleitoral, o que configuraria o termo inicial para interposição de recurso.

Argumenta que “não se aplica ao presente caso a regra prevista no § 3º do art. 5º da Lei 11.419, que rege o processo eletrônico, pois no caso não se trata de mera consulta eletrônica ao teor da decisão, como previsto no § 1º do mencionado dispositivo, mas do efetivo ingresso dos autos na secretaria e no gabinete do Procurador Geral Eleitoral, que é apto a caracterizar a realização da intimação pessoal a qual o *parquet* faz jus, pois conforme previsto no § 1º do art. 183 do Código de Processo Civil, ‘a intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico’” (fl. 4).

Assevera, outrossim, que a intempestividade se verificaria mesmo que a fluência do prazo fosse contada a partir da data de publicação do acórdão no Diário de Justiça eletrônico (DJe), “pois o prazo, nesta hipótese, teria findado no dia 1º.8.2024, quinta-feira” (id. 162202050, fl. 5, AIJE 0606570-47).

Quanto ao tema, anoto que a legislação que disciplina o processo judicial em meio eletrônico (Lei 11.419/2006) estabelece apenas duas formas de se realizar a intimação pessoal: a) a certificação da consulta eletrônica ao teor da intimação; ou b) o decurso do lapso de dez dias corridos contados do envio da intimação sem que haja registro dessa consulta. Veja-se:

Art. 5º As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2º desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

**§ 1º Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.**

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

**§ 3º A consulta referida nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.**

(sem destaque no original)

Além disso, a referida legislação também disciplina que todas as intimações, incluindo a Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico. Confira-se:

Art. 9º No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma desta Lei.

§ 1º As citações, intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais.

§ 2º Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, esses atos processuais poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se o documento físico, que deverá ser posteriormente destruído.

(sem destaque no original)

Os precedentes deste Tribunal assentam que, “no âmbito do processo eletrônico (caso dos autos) e nos termos do artigo 5º, § 1º, da Lei nº 11.419/2006, ‘tem-se como realizada a intimação no dia em que efetuada, pelo intimado, a consulta ao teor do ato, que pode ser realizada em até 10 dias, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo’ (AgR-AREspEI no 0600470-43/SC, rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe de 4.3.2022)” (ED-RO-EI 0602962-04.2022.6.06.0000/CE, Rel. Min. André Mendonça, DJe 27/11/2024).

Na espécie, verifico que a intimação da Procuradoria Regional Eleitoral foi disponibilizada em 26/7/2024, sexta-feira (id. 162200860 da AIJE 0603507-14). Em contrapartida, não consta nos autos registro de que a Procuradoria Regional Eleitoral tenha certificado a realização de consulta ao teor do referido ato de comunicação processual. A sua intimação,

portanto, se aperfeiçoou dez dias corridos após a data do envio desse ato no sistema eletrônico, na forma do art. 5º, § 3º, da Lei 11.419/2006, o que, na espécie, ocorreu em 5/8/2024, segunda-feira.

Pela relevância, cito novamente o precedente AREspE 0602950-87.2022.6.06.0000/CE, Rel. Min. Raul Araujo, DJe de 11/6/2024, cuja ementa transcrevo:

ELEIÇÕES 2022. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREFEITA. DEPUTADO ESTADUAL. REPRESENTAÇÃO. CONDUTA VEDADA. DESVIRTUAMENTO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL. PRELIMINAR. INTEMPESTIVIDADE. REJEIÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. DECISÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO TSE. PRETENSÃO DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DOS ENUNCIADOS DAS SÚMULAS NºS 24 E 30 DO TSE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Diante da prerrogativa de intimação pessoal conferida ao MPE, não se pode ter por parâmetro para aferir a tempestividade do agravo apenas a data de publicação no DJe da decisão que negou seguimento ao recurso. Compatibilização de tal prerrogativa com a dinâmica do processo eletrônico. Inteligência dos arts. 5º, § 3º, e 9º da Lei nº 11.419/2006 e dos arts. 19 e 22 da Res.-TSE nº 23.417/2014. Preliminar rejeitada.

[...]

6. Negado provimento ao agravo em recurso especial.

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, em processo de minha relatoria, tive a oportunidade de me manifestar no sentido de que a jurisprudência daquela Corte orienta que "recaindo a data da consulta eletrônica ou o término do decêndio em feriado ou dia não útil, considera-se como data da intimação o primeiro dia útil seguinte". Cito:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INTEMPESTIVIDADE. FERIADO LOCAL. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO NO ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. PRECEDENTES.

1. Intempestivo o recurso especial interposto fora do prazo previsto no art. 1.003, § 5º, do Código de Processo Civil de 2015.

2. A jurisprudência desta Corte orienta que, "recaindo a data da consulta eletrônica ou o término do decêndio em feriado ou dia não útil, considera-se como data da intimação o primeiro dia útil seguinte" (REsp n. 1.663.172/TO, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 8/8/2017, DJe 14/8/2017).

3. Transcorrido o prazo de 10 (dez) dias em 2/10/2021 (sábado), considera-se como data da intimação o primeiro dia útil seguinte - 4/10/2021 (segunda-feira). Em consequência, a contagem do prazo para interposição do recurso especial teve início em 5/10/2021, findando-se no dia 26/10/2021. O recurso especial, no entanto, foi interposto apenas em 27/10/2021, razão pela qual intempestivo.

4. Na vigência do Código de Processo Civil de 2015, é necessária a comprovação da ocorrência de feriado local ou suspensão de prazos processuais no Tribunal local por meio de documento idôneo no ato de interposição do recurso.

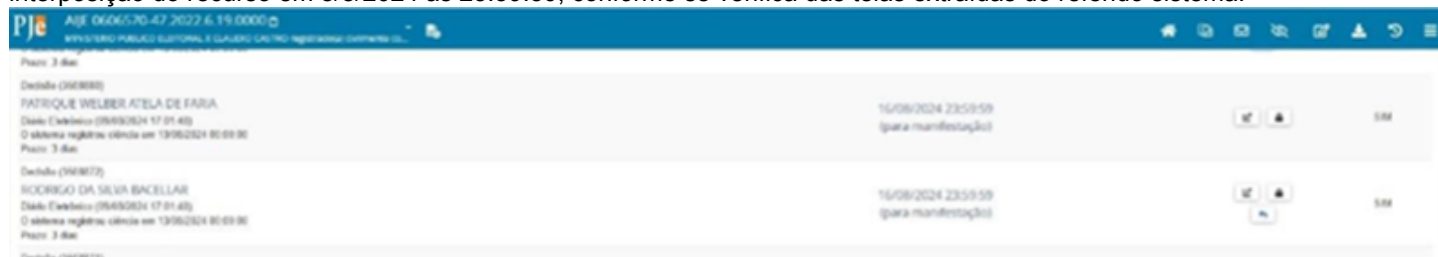
5. Agravo interno a que se nega provimento.









(AgInt no AREsp n. 2.098.050/MG, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 14/8/2023, DJe de 17/8/2023)













Nesse contexto, tendo em vista que a intimação se efetivou em 5/8/2024, afigura-se tempestivo o recurso ordinário interposto em 8/8/2024 (id. 162200873 da AIJE 0603507-14).

Destaco que a legislação do processo judicial eletrônico não contempla a possibilidade de intimação por meio de remessa dos autos e que os julgados citados pelo recorrido não se aplicam ao caso, uma vez que foram proferidos tendo como paradigma processos físicos.

Por fim, registro, ainda, que, conforme informação da Assessoria do Processo Judicial Eletrônico do TSE, em ambas as AIJEs, o PJe registrou ciência ao Procurador-Regional Eleitoral no dia 5/8/2024 e sinalizou o termo final para interposição do recurso em 8/8/2024 às 23:59:59, conforme se verifica das telas extraídas do referido sistema:



<p>THIAGO PAMPOLHA GONCALVES          Data Eletrônica (26482024 17:01:40)          O sistema registra ciência em 19/08/2024 00:00:00          Prazo: 3 dias</p>	19/08/2024 23:59:59 (para manifestação)	  SM
<p>Interação (267072)          Procuradoria Regional Eleitoral,          Representando: Procuradoria Regional Eleitoral do Rio de Janeiro          Expediente eletrônico (25/07/2024 10:40:24)          O sistema registra ciência em 09/08/2024 23:59:59          Prazo: 3 dias</p>	09/08/2024 23:59:59 (para manifestação)	  SM
<p>Interação (267064)          ALLAN BORGES NOGUEIRA          Data Eletrônica (26470024 10:46:34)          O sistema registra ciência em 29/07/2024 00:00:00          Prazo: 3 dias</p>	01/08/2024 23:59:59 (para manifestação)	  SM
<p>Interação (267070)          ALREO LEÃO MOREIRA RIBEIRO          Data Eletrônica (26470024 10:46:34)          O sistema registra ciência em 29/07/2024 00:00:00          Prazo: 3 dias</p>	01/08/2024 23:59:59 (para manifestação)	  SM

<p>Interação (267160)          THIAGO PAMPOLHA GONCALVES          Data Eletrônica (26482024 12:13:20)          O sistema registra ciência em 29/07/2024 00:00:00          Prazo: 3 dias</p>	01/08/2024 23:59:59 (para manifestação)	  SM
<p>Interação (267160)          Procuradoria Regional Eleitoral,          Representando: Procuradoria Regional Eleitoral do Rio de Janeiro          Expediente eletrônico (26482024 12:13:20)          O sistema registra ciência em 09/08/2024 23:59:59          Prazo: 3 dias</p>	09/08/2024 23:59:59 (para manifestação)	  SM
<p>Interação (266430)          CLAUDIO BOMFIM DE CASTRO E SILVA          Data Eletrônica (22810024 14:41:40)          O sistema registra ciência em 29/07/2024 00:00:00          Prazo: sem prazo</p>		  SM
<p>Interação (266440)          COLEGAÇÃO A VIDA SEM MELHORAR Federação Brasil da Esperança - FE BRASEL(PT/PC do SP) / Federação PSDB Cidadania(PSDB/CIDADANIA) / Federação PSOL REDE(PSOL/REDE) / 40-PSB          Data Eletrônica (22810024 14:41:40)          O sistema registra ciência em 29/07/2024 00:00:00          Prazo: sem prazo</p>		  SM
<p>Interação (266440)          GABRIEL RODRIGUES LOPES          Data Eletrônica (22810024 14:41:40)          O sistema registra ciência em 29/07/2024 00:00:00          Prazo: sem prazo</p>		  SM
<p>Interação (266430)          MARCELO RIBEIRO FREDO          Data Eletrônica (22810024 14:41:40)          O sistema registra ciência em 29/07/2024 00:00:00          Prazo: sem prazo</p>		  SM

Assim, também sob a perspectiva da legítima expectativa dos sujeitos do processo, da fidedignidade das informações fornecidas pelo sistema processual gerido pela própria Justiça Eleitoral, e à luz dos princípios da boa-fé, da cooperação processual e da proteção da confiança, os recursos do Ministério Público são tempestivos. Nesse sentido: ED-Rec-Rp 0600855-52/DF, Rel. Min. Raul Araújo, DJe 28/6/2023.

Rejeito, portanto, a preliminar.

## 2.2. Preliminar de ausência de legitimidade recursal e de preclusão consumativa quanto ao recurso ordinário interposto pelo Ministério Público na AIJE 0603507-14

Thiago Pampolha Gonçalves alega carência de legitimidade do Ministério Público para interpor recurso nos autos da Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) 0603507-14 por não ter figurado como autor dessa demanda.

Não prospera a alegação.

Nos termos do art. 996 do Código de Processo Civil, “o recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica” (sem destaque no original).

Na mesma linha, a jurisprudência do TSE reconhece o interesse e a legitimidade do Ministério Público para interpor recurso em processos eleitorais nos quais atua como fiscal da ordem jurídica, como ocorre na espécie. Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. RCED. PREFEITO E VICE-PREFEITO. ELEIÇÕES 2008. LEGITIMIDADE E INTERESSE RECURSAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ATUAÇÃO COMO FISCAL DA LEI. SÚMULA 99/STJ. PREQUESTIONAMENTO. MATÉRIA VERSADA NOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. EXAME PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. SATISFAÇÃO.

1. O Ministério Público atua como fiscal da lei, condição que não se confunde com a de terceiro interessado e nem com a de assistente simples, razão pela qual não se exige que o Ministério Público tenha sido prejudicado, ainda que indiretamente, com a prolação da decisão ou mesmo que o autor da ação recorra da decisão para que ele interponha, com legitimidade e interesse, o competente recurso (Súmula 99/STJ).

2. **Por atuar como fiscal da lei, o Ministério Público Eleitoral possui interesse de recorrer com a finalidade de garantir a correta aplicação do direito à espécie, não se exigindo, como consequência, uma utilidade imediata com o provimento do recurso. Possui, portanto, legitimidade e interesse para recorrer mesmo quando não for o autor da ação eleitoral.** Precedentes.

[...]

5. Agravo regimental não provido.

(AgR-REspE 39216-24.2009.6.26.0000/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe de 3/2/2012 - sem destaque no original)

Da mesma forma, não verifico a ocorrência de preclusão consumativa no que tange à interposição do recurso na AIJE 0603507-14, por ter sido protocolado em momento posterior ao apresentado nos autos da AIJE 0606570-47.

A atuação do Ministério Público em cada um dos processos ostenta natureza jurídica distinta: na AIJE 0603507-14, interveio na condição de fiscal da ordem jurídica, enquanto na AIJE 060570-47, de espectro fático mais abrangente, figurou como o autor da ação.

Com efeito, os processos são autônomos entre si. A reunião para julgamento conjunto, destinada a evitar decisões conflitantes, não elide a independência das ações propostas por litigantes distintos. A autonomia entre as demandas, por conseguinte, legitima a interposição de recursos para cada um dos processos, conforme procedeu o Ministério Público.

Rejeito, pois, a preliminar.

### 2.3. Preliminar de litisconsórcio passivo necessário

Cláudio Castro alega em contrarrazões “[...] deficiência na formação do litisconsórcio passivo necessário, pois o reitor da universidade pública estadual possui autonomia constitucional e não é um simples mandatário do Chefe do Executivo” (id. 162202050, fl. 24). A matéria também, embora não ventilada em contrarrazões pelos outros recorridos, foi suscitada como questão de ordem (id. 164814727).

Sustentam que o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), Ricardo Lodi, não é parte em nenhuma das ações. Segundo defendem, o reitor deveria ter sido incluído no polo passivo da demanda, pois, além de agente público que atuou com autonomia administrativa e financeira nos termos do art. 207 da Constituição Federal, ele foi candidato ao cargo de deputado federal pelo Rio de Janeiro nas Eleições 2022.

A tese, contudo, não merece ser acolhida.

A respeito do tema, a jurisprudência do TSE, aplicável a partir do pleito de 2018, é de que não se exige litisconsórcio passivo necessário entre o candidato beneficiado e o responsável direto pela conduta ilícita no âmbito da ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) fundada em abuso do poder político.

Conforme assentou esta Corte ao fixar esse entendimento, não há previsão legal expressa no ordenamento jurídico que imponha a presença de ambos como condição de validade do processo, tampouco existe relação jurídica controvertida incidível entre o autor da conduta e o beneficiário no contexto de suposto abuso de poder. Confira-se:

ELEIÇÕES 2018. RECURSO ORDINÁRIO. CARGO DE GOVERNADOR. ABUSO DO PODER POLÍTICO. CONDUTA VEDADA. CABIMENTO DO APELO NOBRE. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO ENTRE CANDIDATO BENEFICIÁRIO E AUTOR DA CONDUTA ILÍCITA. DESNECESSIDADE. HIPÓTESE NÃO ABRANGIDA PELO ART. 114 DO CPC/2015. AFASTAMENTO DA EXIGÊNCIA EM AIJE POR ABUSO DO PODER POLÍTICO. ALTERAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. APLICAÇÃO PROSPECTIVA. SEGURANÇA JURÍDICA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVAS PREVIAMENTE REQUERIDA. RETORNO DOS AUTOS DIGITAIS À ORIGEM. AMPLIAÇÃO OBJETIVA DA DEMANDA. INVIABILIDADE. PROVIDO O RECURSO ORDINÁRIO PARCIALMENTE.

[...]

Mérito recursal

**1. A jurisdição eleitoral, considerados os bens jurídicos que se presta a defender, não pode criar óbice à efetividade da norma eleitoral nem exigir a formação de litisconsórcio sem expressa previsão no ordenamento jurídico.**

2. O art. 114 do CPC/2015 prevê a formação do litisconsórcio necessário em apenas duas hipóteses: (a) por disposição de lei; e (b) quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.

**3. Não há, no ordenamento eleitoral, disposição legal que exija a formação de litisconsórcio no polo passivo da AIJE.**

**4. Inexiste relação jurídica controvertida entre o candidato beneficiado e o autor da conduta ilícita nas ações de investigação judicial por abuso do poder político.**

**5. Firma-se a tese no sentido de não ser exigido o litisconsórcio passivo necessário entre o candidato beneficiado e o autor da conduta ilícita em AIJE por abuso do poder político.**

6. A fixação do novo entendimento tem aplicação prospectiva, para as eleições de 2018 e seguintes, por força do princípio da segurança jurídica.

[...]

8. Recurso ordinário provido em parte, tão somente para afastar a necessidade de litisconsórcio passivo necessário entre o candidato beneficiário e os autores da conduta ilícita e determinar o retorno dos autos digitais ao TRE/DF, a fim de que realize a instrução probatória quanto aos fatos narrados na petição inicial.

(RO-EI 0603040-10.2018.6.07.0000/DF, Rel. Min. Mauro Campbell, DJe de 1º/7/2021 - sem destaque no original)

Essa diretriz jurisprudencial tem sido reiterada por este Tribunal, como se infere dos seguintes julgados:

ELEIÇÕES 2020. AGRAVOS EM RECURSOS ESPECIAIS ELEITORAIS. AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJEs). FEITOS CONEXOS. JULGAMENTO CONJUNTO NO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. ABUSO DO PODER ECONÔMICO E CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. CASSAÇÃO DOS DIPLOMAS. INELEGIBILIDADE. MULTA. PRELIMINARES. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL, LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO E NULIDADE DA PROVA ADVINDA DA BUSCA E APREENSÃO. REJEIÇÃO. MÉRITO. PROMESSA E OFERTA DE BENEFÍCIOS A ELEITORES EM TROCA DE VOTOS. DIÁLOGOS NO APLICATIVO WHATSAPP. APREENSÃO DE DINHEIRO. LISTA DE ELEITORES. MATERIAL DE PROPAGANDA. CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. ENUNCIADO Nº 24 DA SÚMULA DO TSE. INCIDÊNCIA. GRAVIDADE. PRESENÇA. NULIDADE DOS VOTOS. RECÁLCULO DOS QUOCIENTES ELEITORAL E PARTIDÁRIO E REALIZAÇÃO DE NOVAS ELEIÇÕES. MODALIDADE INDIRETA. PRECEDENTE. NEGATIVA DE PROVIMENTO.

[...]

**2. Nos termos da jurisprudência firmada nesta Corte, aplicável às eleições de 2018 e seguintes, a viabilidade da AIJE não depende da inclusão, no polo passivo, de pessoas apontadas como responsáveis pela conduta abusiva, sem prejuízo de que figurem como litisconsortes facultativos dos candidatos beneficiários. Precedente.**

[...]

18. Agravos em recursos especiais desprovidos.

(AREspEI 0600161-88.2020.6.0064/CE, Rel. Min. André Mendonça, DJe de 23/9/2024 - sem destaque no original)

ELEIÇÕES 2018. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ACÓRDÃO EMBARGADO QUE MANTEVE A CONDENAÇÃO PELA PRÁTICA DE CONDUTA VEDADA E ABUSO DE PODER POLÍTICO. ALEGADOS VÍCIOS DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. MERO INCONFORMISMO. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO E PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

[...]

2. O embargante alega "omissão e contradição quanto à preliminar de decadência pela não formação de litisconsórcio passivo necessário", aos argumentos de que o acórdão embargado não correlacionou o caso concreto com o precedente utilizado para fundamentar a rejeição da referida preliminar e de que se está diante de uma viragem jurisprudencial.

2.1. O acórdão embargado efetivamente analisou – e rechaçou – a tese, repisada nos presentes aclaratórios, de que "[...] deveriam estar no polo passivo a [...] coordenadora direta dos eventos sociais do Estado do Rio de Janeiro e os presidentes da Fundação Leão XIII e do Detran/RJ [...]", tendo consignado, de forma clara, a **aplicação, ao caso, do entendimento firmado no julgamento do RO-EI nº 0603030–63/DF, rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, ocorrido em 10.6.2021, DJe de 3.8.2021, segundo o qual não se exige "[...] o litisconsórcio passivo necessário entre o candidato beneficiado e o autor da conduta ilícita em AIJE por abuso do poder político". Ademais, o referido acórdão expressamente assentou que "a fixação do novo entendimento tem aplicação prospectiva, para as eleições de 2018 e seguintes, por força do princípio da segurança jurídica", sendo essa a hipótese dos autos.**

[...]

7. Embargos de declaração rejeitados.

(ED-RO-EI 0608809-63.2018.6.19.0000/RJ, Rel. Min. Raul Araujo, DJe de 28/06/2023 - sem destaque no original)

Desse modo, com o respaldo na jurisprudência consolidada deste Tribunal, não é obrigatória a inclusão, no polo passivo, do reitor da UERJ, um dos agentes públicos que praticaram os atos sob investigação.

A circunstância de o mencionado reitor ter sido candidato no pleito de 2022, a meu ver, não afasta essa compreensão.

Com efeito, não há, no ordenamento jurídico, qualquer disposição legal que imponha a formação de litisconsórcio passivo necessário na hipótese em exame. Por outro lado, inexistente entre o reitor e os demais investigados vínculo jurídico de natureza material que se revele incindível, de modo que a decisão judicial não precisa, necessariamente, ostentar caráter uniforme em relação a todos.

Assim, ainda que o reitor tivesse sido incluído no polo passivo da presente ação, a análise dos fatos deveria ser realizada de forma individualizada, considerando-se a conduta e o eventual proveito eleitoral obtido por cada um dos candidatos envolvidos. Por idêntico fundamento, eventual benefício eleitoral atribuído ao reitor poderia ser objeto de apuração em ação de investigação judicial eleitoral autônoma.

Rejeito, portanto, a preliminar.

#### **2.4. Preliminar de nulidade por cerceamento de defesa**

Em contrarrazões (id. 162200881 da AIJE 0603507-14), Gabriel Rodrigues Lopes aduz nulidade do processo por cerceamento de defesa, argumentando que o compartilhamento das provas produzidas nos autos da AIJE 0606570-47 lhe teria acarretado prejuízo, haja vista que não integrou o polo passivo da referida demanda.

Consoante a jurisprudência deste Tribunal, admite-se o traslado de elementos probatórios produzidos em outras ações judiciais, desde que sejam resguardados os postulados do contraditório e da ampla defesa no processo em que essas provas serão aproveitadas. Cito:

[...]

3. À luz da jurisprudência firmada nesta Corte, **admite-se o uso de elementos probatórios produzidos em procedimento investigativo criminal, desde que resguardados os postulados do contraditório e da ampla defesa no processo em que tais provas serão aproveitadas.**

[...]

18. Agravos em recursos especiais desprovidos.

(AREspE 0600161-88.2020.6.06.0064/CE, Rel. Min. André Mendonça, DJe 23/9/2024 - sem destaque no original – sem destaque no original)

[...]

4. Conquanto seja sólida a orientação jurisprudencial de independência entre as esferas cível-eleitoral e criminal, esta Corte Superior entende que **não há óbice à utilização de prova emprestada em feitos eleitorais, admitindo-se, em AIJE, o compartilhamento de provas produzidas inclusive em procedimento investigativo criminal, desde que resguardados os postulados do**

**contraditório e da ampla defesa no processo em que tais provas serão aproveitadas.**

[...]

14. Agravo em recurso especial a que se nega provimento.

(AREspE 0600398-33.2020.6.24.0061/SC, Rel. Min. Raul Araujo, DJe de 8/8/2023 – sem destaque no original)

Não vislumbro prejuízo ao recorrido, pois, embora ele não tenha sido demandado na AIJE 0606570-47 – processo no qual os elementos probatórios foram originariamente constituídos – ele teve oportunidade de exercer o contraditório e a ampla defesa no que concerne a esses elementos de convicção no âmbito da AIJE 0603507-14.

Rejeito, assim, a preliminar.

### **3. Recursos ordinários interpostos pelo Ministério Público**

As peças dos recursos ordinários interpostos pelo Ministério Público (id. 162200872 da AIJE 0603507-14 e id. 162202027 da AIJE 0606570-47) estão assinadas eletronicamente por Procuradora-Regional Eleitoral.

#### **3.1. Preliminar de nulidade do acórdão por deficiência de fundamentação e negativa de prestação jurisdicional**

O Ministério Público suscita preliminar de nulidade do acórdão por deficiência de fundamentação e negativa de prestação jurisdicional.

Quanto ao ponto, deixo de apreciar a tese do recorrente com fundamento no art. 282, § 2º, do CPC, segundo o qual “quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta”. No mesmo sentido: AgR-REspEI 0600421-20.2024.6.26.0275/SP, Rel. Min. Floriano de Azevedo Marques, DJe de 23/5/2025; REspEI 0600467-44.2020.6.26.0341/SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 4/12/2023.

#### **3.2. Tema de Fundo**

Rememoro que estão sob julgamento dois recursos ordinários interpostos pelo Ministério Público contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE/RJ), que, por maioria de 4 a 3 votos, julgou improcedentes os pedidos formulados nas Ações de Investigação Judicial Eleitoral 0606570-47.2022.6.19.0000 e 0603507-14.2022.6.19.0000, propostas em desfavor dos vencedores do pleito majoritário do Rio de Janeiro nas Eleições 2022, além de outros onze investigados.

##### **3.2.1. Delimitação subjetiva da demanda**

A AIJE 0603507-14.2022.6.19.0000 foi ajuizada em 1º/9/2022 pela Coligação A Vida Vai Melhorar e por Marcelo Ribeiro Freixo em desfavor de Cláudio Bonfim de Castro e Silva (Governador), Thiago Pampolha Gonçalves (Vice-Governador) e Gabriel Rodrigues Lopes, versando precipuamente sobre irregularidades na Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ).

Por outro lado, a AIJE 0606570-47.2022.6.19.0000, proposta em 14/12/2022 pelo Ministério Público, ampliou o quadro dos investigados e das irregularidades, para abranger, além dos fatos relacionados à CEPERJ, outros concernentes à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Nela, figuraram como investigados Cláudio Bonfim de Castro e Silva, Thiago Pampolha Gonçalves, Rodrigo da Silva Bacellar, Gutemberg de Paula Fonseca, Leonardo Vieira Mendes, Aureo Lídio Moreira Ribeiro, Bernardo Chim Rossi, Allan Borges Nogueira, Max Rodrigues Lemos, Marcus Venissius da Silva Barbosa, Patrique Welber Atela e Danielle Christian Ribeiro Barros.

Percebo que, no recurso ordinário interposto na AIJE 0606570-47, pleiteia-se o reconhecimento dos ilícitos em detrimento de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Thiago Pampolha Gonçalves (governador e vice-governador) e Rodrigo da Silva Bacellar (deputado estadual e ex-secretário da Secretaria de Estado de Governo do Rio de Janeiro até abril de 2022), enquanto na AIJE 0603507-14, o pedido se volta contra os dois primeiros e Gabriel Rodrigues Lopes (ex-presidente da CEPERJ). Nada se requer em desfavor dos outros nove investigados.

Desse modo, quanto aos investigados contra os quais não houve insurgência nos recursos – Gutemberg de Paula Fonseca, Leonardo Vieira Mendes, Aureo Lídio Moreira Ribeiro, Bernardo Chim Rossi, Allan Borges Nogueira, Max Rodrigues Lemos, Marcus Venissius da Silva Barbosa, Patrique Welber Atela e Danielle Christian Ribeiro Barros – reconheço que o acórdão de origem transitou em julgado.

##### **3.2.2. Delimitação objetiva da demanda: abuso de poder político e econômico e conduta vedada a agentes públicos em campanha eleitoral**

Conforme se relatou, apuram-se na espécie atos praticados durante a primeira gestão de Cláudio Bomfim de

Castro e Silva no Governo do Estado do Rio de Janeiro alegadamente com o objetivo de angariar vantagens indevidas para a sua campanha à reeleição e a de aliados políticos.

O cerne da investigação consiste no suposto desvirtuamento das atribuições da Fundação CEPERJ e da UERJ a fim de utilizá-las na execução de projetos sociais ligados a diferentes pastas administrativas estaduais. Esse artifício possibilitou a contratação de milhares de trabalhadores temporários alheios à folha regular de pessoal, bem como o direcionamento de milhões de reais em recursos públicos, conjunto de ações que teria sido perpetrado com finalidade eleitoral e em dimensão capaz de prejudicar a legitimidade do pleito.

Os fatos, segundo o recorrente, caracterizam a prática de abuso de poder político e econômico (art. 22 da LC 64/90) e das condutas vedadas a agentes públicos descritas no art. 73, II, IV, V e § 10, da Lei 9.504/97.

Antes de adentrar a análise do acervo fático-probatório, cumpre delinear os contornos teóricos dos ilícitos eleitorais imputados, à luz da legislação e da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O abuso de poder político, consoante a jurisprudência do TSE, “[...] se caracteriza como o ato de agente público (vinculado a Administração ou detentor de mandato eletivo) praticado com desvio de finalidade eleitoreira, que atinge bens e serviços públicos ou prerrogativas do cargo ocupado, em prejuízo à isonomia entre candidaturas” (REspEI 0600840-72.2020.6.26.0245/SP, Rel. Min. Floriano de Azevedo Marques, DJe de 2/2/2024).

Paralelamente, o abuso do poder econômico “[...] pressupõe o emprego excessivo de recursos patrimoniais, públicos ou privados, de modo a tisonar, com nota de gravidade, a igualdade de chances na disputa eleitoral e a legitimidade das eleições” (RO-EI 0602279-92.2018.6.10.0000/MA, Rel. Min. André Ramos Tavares, DJe de 5/9/2023).

O TSE reiteradamente destaca que atos perpetrados antes do período de campanha ou do registro de candidatura podem caracterizar abuso de poder político e econômico, com especial relevância aqueles praticados no ano das eleições. Confirmam-se os seguintes julgados:

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DE PODER E CONDUTA VEDADA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DISTRIBUIÇÃO DE CHEQUES PELA PREFEITURA PARA TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO (TFD). CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES PÚBLICOS.

[...]

12. Diante do quadro fático registrado no acórdão regional, que não pode ser alterado nesta instância, **o abuso ficou configurado em razão da contratação, sem concurso público, de 248 servidores temporários (em município de 7.051 eleitores) no período de janeiro até o início de julho do ano da eleição, sem que houvesse justificativa válida para tanto.**

[...]

(REspe 0001522-10.2012.6.13.0119/MG, Rel. Min. Henrique Neves, DJe de 4/12/2015 - sem destaque no original)

ELEIÇÕES 2020. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DO PODER POLÍTICO. COOPTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS. SUSPENSÃO DE OBRA PÚBLICA. ASSÉDIO A SERVIDORES. MOTIVAÇÃO POLÍTICA. DESVIO DE FINALIDADE. PROVA ROBUSTA. ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. INCIDÊNCIA DOS VERBETES SUMULARES 24 E 28 DO TSE. NÃO PROVIMENTO.

[...]

5. Não assiste razão aos agravantes quanto o argumento de que as exonerações de servidores não seriam capazes de afetar a concorrência por terem ocorrido mais de cem dias antes das eleições, pois **é possível que fatos ocorridos antes do início do período eleitoral configurem abuso de poder, de modo que atos perpetrados por agentes públicos que desvirtuem a normalidade e a legitimidade do pleito podem ser apreciados pela Justiça Eleitoral, ainda que tenham sido praticados antes do registro de candidatura, tal como ocorre na espécie.** Nesse sentido: RO 3-71, rel. Min. Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, DJE de 20.2.2019.

[...]

Agravo regimental ao qual se nega provimento.

(AgR-REspEI 0601325-35.2020.6.13.0148/MG, Rel. Min. Floriano de Azevedo Marques, DJe de 18/9/2024 - sem destaque no original)

ELEIÇÕES 2020. PREFEITO. VICE-PREFEITO. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE). ABUSO DE PODER POLÍTICO. ART. 22 DA LC 64/90. VERBA PÚBLICA. ENCARTE PUBLICITÁRIO. PROMOÇÃO PESSOAL. DESVIO DE FINALIDADE. FINALIDADE ELEITORAL. GRAVIDADE. JUÍZO NEGATIVO DE

ADMISSIBILIDADE. SÚMULAS 24, 28 E 30 DO TSE. NEGATIVA DE PROVIMENTO.

[...]

3. **O Tribunal Superior Eleitoral entende que atos praticados no ano anterior ao da eleição podem configurar abuso de poder, o que atrai a competência desta Justiça.** Incidência da Súmula 28/TSE quanto ao precedente mencionado no recurso especial (REspEI 1087–39.2014.6.20.0000/RN, Rel. Min. Luciana Lóssio, DJe de 26/10/2015), por ausência de similitude fática, visto que no acórdão paradigma o cargo em disputa era o de governador e a publicidade institucional tida como irregular havia sido veiculada por prefeitura, cujos cargos de prefeito e vice-prefeito não estavam em disputa naquela oportunidade.

[...]

8. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgR-AREspE 0600720-49.2020.6.19.0172/RJ, Rel. Min. Isabel Gallotti, DJe 24/10/2024 - sem destaque no original)

O reconhecimento do abuso exige prova robusta e a presença de gravidade, elemento que se desdobra em um aspecto qualitativo (alto grau de reprovabilidade da conduta) e outro quantitativo (significativa repercussão dos atos em um determinado pleito). Seu exame demanda a análise contextualizada da conduta, que deve ser avaliada conforme as circunstâncias da prática, a posição das pessoas envolvidas e a magnitude da disputa. Sobre o tema, cito:

ACÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2022. ELEIÇÃO PRESIDENCIAL. CANDIDATO À REELEIÇÃO. LIVE SEMANAL. DIVULGAÇÃO DE ATOS DE GOVERNO. ALTERAÇÃO DE FINALIDADE. ANTECIPAÇÃO. ANÚNCIO DE LIVES DIÁRIAS. PROMOÇÃO DE CANDIDATURAS. ATO PÚBLICO DE CAMPANHA. PALÁCIO DA ALVORADA. BEM PÚBLICO. ESPAÇO NÃO ACESSÍVEL A OUTRAS CANDIDATURAS. PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATO A GOVERNADOR. BIBLIOTECA. SIMBOLISMO. DESVIO ELEITORAL. USO INDEVIDO. ART. 73, I, LEI Nº 9.504/1997. VIOLAÇÃO OBJETIVA. SERVIDORA PÚBLICA. INTÉRPRETE DE LIBRAS. TRABALHO VOLUNTÁRIO. AUSÊNCIA DE REGISTRO CONTÁBIL. OMISSÃO DE DOAÇÃO ESTIMÁVEL. INDÍCIO. ART. 73, III, LEI Nº 9.504/1997. NÃO CONFIGURAÇÃO. TUTELA INIBITÓRIA. REPERCUSSÃO MITIGADA. DESCUMPRIMENTO NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DE GRAVIDADE. ABUSO DE PODER POLÍTICO NÃO CONFIGURADO. IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. FIXAÇÃO DE TESE PROSPECTIVA.

[...]

35. **A “prova robusta”, necessária para a condenação em AIJE, equivale ao parâmetro da prova “clara e convincente” (clear and convincing evidence).**

36. **A tríade para apuração do abuso – conduta, reprovabilidade e repercussão – se perfaz diante de: a) prova de condutas que constituem o núcleo da causa de pedir; e b) elementos objetivos que autorizem: b.1) estabelecer um juízo de valor negativo a seu respeito, de modo a afirmar que são dotadas de alta reprovabilidade (gravidade qualitativa), e b.2) inferir com necessária segurança que essas condutas foram nocivas ao ambiente eleitoral (gravidade quantitativa).**

[...]

V. Dispositivo

53. Pedidos julgados improcedentes.

[...]

(AIJE 0601212-32.2022.6.00.0000/DF, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Publicação: DJe de 22/2/2024 - sem destaque no original)

A inelegibilidade, corolário da prática do abuso de poder, consiste em sanção personalíssima, que se impõe “a quantos hajam contribuído para a prática do ato [abusivo]”, conforme o disposto no art. 22, XIV, da LC 64/90. Essa contribuição deve ser analisada considerando-se a conduta de cada pessoa frente ao padrão de comportamento que lhe era exigível.

No que tange ao abuso de poder político, a identificação do agente público responsável observa a parcela de poder detida e que foi empregada em desvio de finalidade, não se excluindo desse desenho o poder indevidamente apropriado por terceiros em decorrência de tráfico de influência ou outras condutas contrárias aos princípios republicano e da impessoalidade. A esse respeito, aponto o seguinte julgado:

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2022. ELEIÇÃO PRESIDENCIAL. BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA. COMEMORAÇÃO OFICIAL. DESVIO DE FINALIDADE ELEITOREIRO. BENS, RECURSOS E PRERROGATIVAS PÚBLICAS. USO EM FAVOR DE CANDIDATURA. APROPRIAÇÃO SIMBÓLICA. GRAVIDADE. ABUSO DE PODER POLÍTICO. ABUSO DE PODER ECONÔMICO. RESPONSABILIDADE. CHAPA NÃO ELEITA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. INELEGIBILIDADE.

[...]

**42. A inelegibilidade decorrente da prática de abuso é sanção personalíssima, que se impõe “a quantos hajam contribuído para a prática do ato [abusivo]” (art. 22, XIV da LC nº 64/1990). Essa contribuição deve, portanto, ser avaliada considerando-se a conduta de cada pessoa frente ao padrão de comportamento que lhe era exigível. Assim: 42.1 No caso do abuso de poder político, a identificação do agente público responsável observa a parcela de poder detida e que foi empregada em desvio de finalidade, não se excluindo desse desenho o poder indevidamente apropriado por terceiros em decorrência de tráfico de influência ou outras condutas contrárias aos princípios republicano e da impessoalidade;**

[...]

(AIJE 0600972-43.2022.6.00.0000/DF, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 20/3/2024 - sem destaque no original).

A seu turno, as condutas vedadas aos agentes públicos, previstas na Lei 9.504/97, são ilícitos de natureza objetiva, que se configuram pela prática dos atos descritos na norma, os quais, por presunção legal, tendem a afetar a isonomia entre os candidatos. Destaco: AgR-REspEI 0600726-74.2020.6.25.0015/SE, Rel. Min. André Mendonça, DJe de 14/11/2024.

Esta Corte entende, ainda, que “[...] o reconhecimento da conduta vedada implica aplicação de multa independentemente de autorização ou anuência do beneficiário com a prática do ato (art. 73, §§ 4º e 8º, da Lei 9.504/1997). Precedentes”. (AgR-RO-EI 0603705-69.2018.6.09.0000/GO, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe de 20/10/2021).

A depender da sua gravidade, as condutas previstas no art. 73 da Lei 9.504/97 podem também caracterizar abuso de poder previsto no art. 22 da LC 64/90. Assim, não há óbice, em AIJE, à apuração das ações abusivas a partir de fatos que se enquadrem naquelas vedações. Nesse sentido: AIJE 0600972-43.2022.6.00.0000/DF, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 20/3/2024; REspE 0600314-77.2020.6.26.0028/SP, Rel. Min. Floriano de Azevedo Marques, DJe de 27/8/2024; e REspE 0600564-30.2020.6.24.0105/SC, Rel. Min. Floriano de Azevedo Marques, DJe de 23/8/2024.

Feitas essas considerações, passo à análise conjunta dos atos imputados aos recorridos e do acervo probatório, composto por vasta documentação oficial, registros bancários, documentos extraídos de auditorias do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) e da ação civil pública em que os fatos estão sob investigação, além de depoimentos testemunhais.

### 3.2.3. Desvirtuamento das funções da CEPERJ e da UERJ

O ponto inicial para desvendar o alegado desvio de finalidade eleitoreira das práticas administrativas implementadas no Governo do Estado do Rio de Janeiro consiste nos atos normativos editados pelo governador para descentralizar a execução de projetos sociais.

O Governador Cláudio Castro sancionou a Lei Estadual 9.255, de 27/4/2021, que acrescentou os §§ 4º, 5º, 6º e 7º ao art. 8º da Lei 5.361/2008. A norma passou a permitir que entidades estaduais dedicadas à área de pesquisa científica e tecnológica – tais como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) – contratassem colaboradores para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. Essas contratações, seguindo os termos do art. 37, IX, da CF, deveriam ser feitas mediante processo seletivo simplificado, para prestar serviços eventuais de gerenciamento, de acompanhamento e de execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e/ou tecnológico, de inovação e de extensão. Reproduzo o teor da norma:

#### LEI Nº 9.255, DE 27 DE ABRIL DE 2021

**ALTERA A LEI Nº [5.361](#), DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008, QUE DISPÕE SOBRE INCENTIVOS À INOVAÇÃO E À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO AMBIENTE PRODUTIVO NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Governador do Estado do Rio de Janeiro Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº [5.361](#), de 29 de dezembro de 2008, passa a vigorar acrescido dos §§ 4º, 5º, 6º e 7º, com a seguinte redação:

“Art. 8º - (...)

(...)

§ 4º Nos termos da Lei nº 6.901, de 02 de outubro de 2014, as instituições a que se refere este artigo poderão contratar para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mediante a realização de processo seletivo simplificado, colaboradores que não componham o seu quadro efetivo, para prestar serviços eventuais de gerenciamento, de acompanhamento e de execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e/ou tecnológico, de inovação e de extensão, sob a coordenação de pesquisadores efetivos, ficando a contratação limitada ao tempo de duração do projeto, observado o prazo máximo previsto no art. 5º da mesma lei.

§ 5º O processo seletivo simplificado para a contratação temporária deverá ser amplamente divulgado nos sítios eletrônicos e mídias sociais do Poder Executivo.

§ 6º As contratações temporárias de que trata o §4º terão caráter excepcional, sendo vedadas para substituir vacâncias de cargos efetivos nas instituições a que se refere o caput.

§ 7º A contratação temporária não substitui, em nenhuma hipótese, a necessidade de realização de Concurso Público para preenchimento das vagas existentes.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2021

CLÁUDIO CASTRO Governador

(sem destaque no original)

Com base nessa legislação e na sua autonomia administrativa e financeira (art. 207 da CF), a UERJ firmou acordos de cooperação com o Estado do Rio de Janeiro e passou a executar projetos vinculados a diferentes secretarias do governo estadual, com destaque para o projeto Observatório Social da Operação Segurança Presente, firmados junto à Secretaria de Estado de Governo do Rio de Janeiro (SEGOV) em 2021, sob a chefia de Rodrigo da Silva Bacellar (recorrido).

Simultaneamente, o governo do Estado do Rio de Janeiro passou a operacionalizar projetos sociais por intermédio da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio De Janeiro (CEPERJ).

De acordo com o seu estatuto – aprovado pelo Decreto 42.298/2010 – a CEPERJ tinha como função o recrutamento, a capacitação de servidores públicos e a coleta de dados estatísticos, como sugere o próprio nome da entidade.

Não obstante os fins institucionais que lhe eram inerentes, a partir do segundo semestre de 2021 e, de forma mais intensa, no primeiro semestre de 2022, a fundação, sob a presidência de Gabriel Rodrigues Lopes (recorrido), passou a executar projetos de cunho assistencial ligados a diferentes secretarias do Governo do Rio de Janeiro.

Vários dos acordos de cooperação técnica que formalizaram essa prática foram publicados no órgão de imprensa oficial do estado no ano de 2021, tais como os relativos aos projetos Esporte Presente, Casa do Trabalhador, Observatório do Pacto RJ, RJ para Todos, Resolve RJ, Incentivos e Governo Digital.

A alteração normativa da estrutura organizacional da CEPERJ, de forma a adequá-la à nova atribuição que lhe fora informalmente delegada, adveio em março de 2022, quando o Governador Cláudio Castro editou o Decreto 47.978, publicado em 9/3/2022, que ampliou as finalidades da instituição.

É certo que muitas das admissões de pessoal destinadas aos projetos sociais foi efetivada pela Fundação CEPERJ anteriormente à edição do referido decreto. Tal circunstância, contrariamente ao que sustentam os recorridos, não afasta a relevância desse ato emanado do Chefe do Poder Executivo, pois, a meu juízo, demonstra a chancela do governador Cláudio Castro e a sua atuação direta no sentido de concretizar a execução dos projetos de índole social por intermédio da referida fundação.

### **3.2.4. Contratações irregulares de trabalhadores temporários pela CEPERJ e pela UERJ. Aumento exponencial de gastos.**

O expediente de execução de projetos sociais por intermédio da Fundação CEPERJ e da UERJ resultou em dezenas de milhares de contratações de pessoal efetuadas à margem das normas constitucionais, administrativas e de direito financeiro.

A instrução probatória revelou graves irregularidades em dezenas de milhares de contratações. Apenas a CEPERJ contratou mais de 27.000 pessoas para trabalhar nos projetos sociais, conforme planilha bancária e relatório de auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ). Com relação à UERJ, a dificuldade de se obter informações precisas, relatadas por auditores do TCE/RJ, impediu que se revelasse o número de pessoas contratadas, mas os elevados repasses financeiros destinados aos projetos executados pela universidade indicam que foram milhares.

Além da ausência de justificativa para o significativo volume de contratos temporários, percebeu-se que os trabalhadores foram admitidos sem critérios objetivos e transparentes de seleção, sem instrumento contratual nem controle da contraprestação laboral.

A remuneração dos colaboradores contratados pelo Estado do Rio de Janeiro por intermédio das referidas

entidades públicas se materializava via Recibo de Pagamento Autônomo (RPA), ferramenta que por natureza se destina à retribuição pecuniária pelo poder público a pessoas físicas que lhe prestam serviços eventuais de forma autônoma. Por esse motivo, esses indivíduos não constavam na folha de pagamento de pessoal regular do governo estadual e permaneceram à margem dos mecanismos de controle de despesas estatais. Esse método de pagamento permitiu, assim, a contratação de milhares de trabalhadores temporários disfarçados de prestadores de serviços autônomos.

Chama a atenção o fato de que os trabalhadores temporários contratados pela CEPERJ e pela UERJ recebiam suas remunerações mediante saques em espécie (“na boca do caixa”).

Planilhas fornecidas pelo Banco Bradesco, responsável pelos pagamentos, vieram a estes autos por empréstimo da Ação Civil Pública 0207873-93.2022.8.19.0000, em trâmite na 15ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro (id 162201871 da AIJE 0606570-47), na qual se apura a prática de improbidade administrativa decorrente dos mesmos fatos.

Esse documento evidencia a emissão de 91.788 Ordens Bancárias de Pagamento (OBP) para custear despesas da CEPERJ, cujos valores foram retirados em espécie no guichê bancário no período de janeiro a agosto de 2022, quando a execução dos projetos sociais foi interrompida por ordem do juízo fazendário. Nessas planilhas, constam como beneficiárias 27.665 pessoas físicas, perfazendo um dispêndio de R\$248.490.061,91. Considerado o contexto das provas produzidas na espécie, sobretudo a testemunhal, a percepção de múltiplos pagamentos pela maioria dos beneficiários evidencia que não se tratava de fornecedores eventuais, mas sim de remuneração referente aos contratos de trabalho celebrados à revelia das normas.

Merece destaque a extraordinária quantia resultante de saques em espécie no Banco Bradesco em Campos dos Goytacazes/RJ, reduto eleitoral de Rodrigo da Silva Bacellar, à época dirigente da Secretaria de Governo do Estado do Rio de Janeiro (SEGOV).

Conforme documento bancário anexo aos autos, foram mais de R\$12.000.000,00 sacados “na boca do caixa” em uma única agência daquela cidade. Uma cunhada do secretário estadual, Bárbara Lima, sacou R\$22.000,00 vinculados aos pagamentos da CEPERJ. Outro contrato que chama a atenção foi o efetuado pela citada fundação com Aislan de Souza Coelho, que depois veio a ser administrador financeiro das campanhas de Rodrigo Bacellar e de Cláudio Castro no pleito de 2022.

Vale destacar a validade probatória desses documentos bancários, os quais foram requisitados pelo Ministério Público nos autos da mencionada ação civil pública e compartilhados nestes autos mediante autorização judicial. Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, operações financeiras que envolvam recursos públicos não estão abrangidas pelo sigilo bancário a que alude a Lei Complementar 105/2001, visto que submetidas aos princípios da administração pública (art. 37 da CF). Ademais, o poder do Ministério Público de requisitar informações bancárias de entes públicos compreende, por extensão, o acesso aos registros das operações bancárias destinadas a particulares a partir das verbas creditadas na conta do ente público. Entendimento diverso esvaziaria o princípio da publicidade, cujo objetivo é permitir o controle do emprego das verbas públicas. Nesse sentido, destaque: STF: MS 33340/DF, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe de 3/8/2015; e RHC 133118/CE, Segunda Turma, Rel. Dias Toffoli, DJe de 26/9/2017.

O volume atípico de “saques na boca do caixa” levou o Banco Bradesco a monitorar o incremento da demanda por Ordens Bancárias de Pagamento (OBP), notadamente pelo impacto gerado no fluxo e no atendimento de suas agências. A instituição financeira, em reiteradas ocasiões no decorrer do ano de 2022, diligentemente alertou a CEPERJ, a Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e o Governo do Estado do Rio de Janeiro acerca do expressivo aumento de pagamentos efetuados por essa via, manifestando apreensão quanto ao uso rotineiro de uma modalidade concebida para uso excepcional e que possui impacto negativo no controle dos gastos públicos (id 162200252, fls. 80 e seguintes da AIJE 0603507-14).

Comunicação análoga foi efetuada no que tange aos pagamentos vinculados aos projetos executados pela UERJ, conforme se depreende do ofício de 2/8/2022 enviado pelo Banco Bradesco à reitoria da universidade, alertando para a impropriedade dos pagamentos recorrentes “na boca do caixa”, tendo em vista a excepcionalidade com que deve ser utilizado esse mecanismo de pagamento (id. 162201870 da AIJE 0606570-47).

A sistemática de pagamentos feitos em espécie no guichê bancário, à míngua de fiscalização mínima, apresenta-se indene de dúvida. Essa prática foi confirmada inclusive em depoimentos de testemunhas indicadas pelas defesas dos investigados, tais como Nathália Emygdia Andrade (servidora comissionada da CEPERJ), Victor Borges Lopes de Souza (colaborador no projeto Cidade Integrada), Caio Maia Feitosa (colaborador no projeto Esporte Presente) e Mauro Araújo (auditor do estado do Rio de Janeiro que exerceu o cargo de assessor de controle interno da CEPERJ), transcritos no acórdão de origem.

A prova oral é convergente em apontar o cometimento de inúmeras ilegalidades nas contratações. Os ex-colaboradores Marcos Pimentel, Rodrigo Gaviorno e Mayra Carvalho narraram em juízo a experiência de terem sido contratados pela CEPERJ, destacando a completa falta de critério objetivo para admissão, a ausência de formalização dos vínculos de trabalho e a falta de efetiva contraprestação laboral em muitos casos. Confirmaram o recebimento da remuneração “na boca do caixa”, inclusive para aqueles que possuíam conta na instituição bancária, o fato de nunca terem obtido contracheque ou sido informados dos descontos que incidiam sobre seus salários. Relataram, ainda, a percepção de que os resultados práticos dos projetos eram pífios ou inexistentes.

Outro aspecto relevante abordado nos depoimentos desses trabalhadores foram as vinculações de natureza política que permeavam os projetos sociais, evidenciadas pela ingerência de políticos na indicação de pessoas a serem contratadas e pela interferência em relatórios de vistoria dos projetos.

Essas testemunhas relataram a ampla participação de políticos com pretensões eleitorais no pleito de 2022 em eventos destinados a divulgar as ações assistenciais. Disseram ter recebido orientação para arremeter moradores a participar desses eventos e, em alguns casos, a removerem os coletes de identificação do projeto a fim de “fazer volume”, simulando que o público presente era maior. Apontaram, por fim, solicitações de seus superiores hierárquicos imediatos para que os colaboradores dos projetos publicassem, em suas redes sociais, conteúdos favoráveis a pré-candidatos do grupo político de Cláudio Castro, sob pena de desligamento.

Transcrevo as declarações prestadas em juízo por Marcos Pimentel, que, entre abril e agosto de 2022, trabalhou no programa Cidade Integrada (por meio do qual a CEPERJ coordenava os projetos sociais), no qual fiscalizava obras de engenharia, cursos profissionalizantes e demais serviços oferecidos à comunidade por meio dos projetos sociais.

Além dos aspectos ilegais referentes à forma de admissão e ao recebimento dos salários, a testemunha confirmou que os trabalhadores eram orientados pelos coordenadores dos projetos a comparecerem a eventos com a presença de pré-candidatos, nos quais distribuíam panfletos institucionais do governo e chamavam a população para participar dessas solenidades. Veja-se:

A testemunha **Marcos Pimentel** disse o seguinte (ID 32115575):

*“que hoje trabalha na Time Multi empresas, multifunções; que começou a trabalhar nessa empresa em setembro; que faz a função de bombeiro hidráulico; que é formado em bombeiro hidráulico, porém tem nível superior tecnólogo em Petróleo e Gás; que não é filiado ou foi filiado a um partido político, nunca foi; que não é atuante por nenhum partido ou candidato; **que não trabalhou para campanha direcionada, mas trabalhou no Cidade Integrada que era vinculada ao Governo do Estado**; que não era específico para nenhum candidato, a princípio não; que em 2022 foi quando trabalhou para o Cidade Integrada; que a princípio não sabiam a quem estavam vinculados, foram selecionados e ele ficou no Cidade Integrada uma vez que tem conhecimento de construção civil e no caso lá faziam isso, então a quem eram vinculados, não tinham, até porque **o contrato de trabalho era uma folha que não dizia muita coisa**; que a sua base territorial do Cidade Integrada era dentro do Jacarezinho, Mandela, aquelas favelas ali vinculadas; **que estavam formando pessoas e com isso foi buscando pessoas vinculadas, então não foi por base de telefone e inscrição; que seu cunhado que entrou também, como sabia do seu conhecimento na área da construção civil foi e lhe chamou para trabalhar junto com eles no Cidade Integrada; que trabalhou de abril a 15 de agosto de 2022; que foi quando todos que estavam vinculados, houve aquele escândalo do fantasma e aí ficaram até mesmo sem receber e aí pararam de trabalhar, desvinculou todo mundo**; que não houve uma recomendação, seu cunhado foi e ficou ele trabalhando em uma área e ele em outra; que seu cunhado é o Marcelo e assim que começou isso ele lhe perguntou seu nível de escolaridade pra ver se ele se enquadraria porque era exigido nível superior; que como a menina saiu, e aí ele falou que como ele conhecia e não tinha ninguém vinculado, engenheiro, nada, ele o puxaria pois só tinha um arquiteto e como o depoente trabalhava dentro disso conhece o dia a dia da obra; que começou a trabalhar, se não se engana dia 01 ou 02 de abril e apresentaram o que era; que como era da área da construção civil ia em todas as obras que estavam sendo executadas, os colégios que tinham lá, até onde era a CUFA que virou a Casa da Mulher que foi específico para as obras da mulher, cursos profissionalizantes, todas as obras vinculadas junto ao Cidade Integrada estava indo diariamente fazer a vistoria; que faziam um relatório diário do que estava andando e o que não estava; **que solicitaram para o contrato a documentação normal, identidade, CPF, xerox, tanto sua como de seus dependentes, comprovante de escolaridade somente e conhecimento na área específica onde ia atender**; que embora trabalhasse com isso, vivia sendo autônomo; que eles disseram que ele iria ver e ser avaliado; que preencheu curriculum mas disse que não havia conhecimento na carteira, uma vez que trabalhava como autônomo na área de construção; **que não houve entrevista; que receberam o contrato de trabalho pelo e-mail muito tempo depois, porém, aquilo que eles falaram que era, não tinham conhecimento se realmente era o certo; que não conseguia entrar, mas as pessoas quando conseguiam viam que o salário estava divergente daquilo que constava no contrato; que a divergência era para mais, só que eles recebiam para menos**; que quando recebeu o contrato, dizia que o salário era R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e como só vieram a receber esse contrato tempos depois, até porque houve o problema e a menina disse que estava indo o contrato para eles e eles deveriam receber e mandar de volta para eles fazer a atualização; que pessoas que trabalhavam com o depoente falaram que quando foram buscar o INSS do salário estava diferente; que no seu caso não conseguiu abrir em nenhum momento; que não conseguiu ver e até hoje para ele recebia R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e **como recebia em banco, ia lá dava o nome e esqueceu o nome que dá, só apresenta a identidade e recebe**, e já vinha aquele valor com os descontos; que tudo que pegava era vinculado ao Cidade Integrada, não tinha nome específico, era obra Cidade Integrada; que até quando teve a obra em um condomínio lá no Mandela I e II, tudo colocava nome Cidade Integrada, não tinha nome específico; que não sabe a que secretaria era vinculada Cidade Integrada; **que de secretário de estado a única pessoa que vinha e falava com eles quando ia lá era o Allan Borges, que era o responsável pelo Cidade Integrada, a quem mais não tinham**; que não sabe informar sobre outros funcionários da secretaria de estado porque eles se apresentavam dizendo que faziam parte do corpo Cidade Integrada, então a que secretaria, não sabe nem os nomes, só daqueles que trabalhavam no dia a dia; que Cidade Integrada seria a melhoria da população da área de habitar, educação, igual estava acontecendo no Jacarezinho quando houve o curso que era Cidade Integrada, pegou a CUFA e virou a Casa da Mulher, botaram cursos profissionalizantes e eles iam lá para ver se os cursos estavam realmente sendo aplicados e se tinham pessoas executando; que na escola que não se recorda o nome e era do outro lado, de um lado é Jacarezinho e do outro lado não se lembra o nome da comunidade, estavam fazendo reparos, reparos na piscina; que o Cidade Integrada era um todo, não era uma única coisa eram várias coisas em uma só; que fiscalizava aquilo que era demanda para eles, por exemplo, vai começar a obra Cidade Integrada no Mandela, mais distante do Jacarezinho, então foram lá viram como que estava, fizeram o diário, então tudo para eles era obra do Cidade Integrada; que se eram outros projetos não tinham conhecimento uma vez que falavam que era obra do Cidade Integrada; que de resultados essa escola mesmo foi um resultado concreto, a Faetec que tem lá, a Casa da Juventude, a obra que iniciou mas saíram antes da conclusão, era dentro de um condomínio e não lembra o nome, é do lado do Jacarezinho, então assim, houve várias obras de melhorias não só ali, mas teve um outro colégio que é próximo da Cidade da Polícia, foi uma escola que teve melhorias e era Cidade Integrada, então, assim, viram vários pontos com melhorias até o dia que saíram; que relatavam as melhorias, tudo que estava andando como aquilo que estava parado, era um relato diário e davam*

o nome de diário de bordo; que ali no Jacarezinho tinham, se não se engana, 8 pessoas, só que tinha o Cidade Integrada também no PPG e em Campo Grande, esqueceu o nome agora da comunidade que tem ali; que não sabe informar se as pessoas que trabalhavam se conheciam previamente, porque quando chegou não conhecia ninguém, ele não conhecia ninguém; que como estavam ali, ninguém falava como era a contratação, falavam apenas a parte de trabalho, se apresentou, mas como você chegou ali ninguém entrou a profundo; que todos faziam a mesma função até porque se caso viesse a faltar alguém o outro entendia o que estava fazendo; que era liderado; **que não pegaram contracheque; que falavam que o pagamento estava no banco e era nominal apresentava a identidade e sacava na boca do caixa; que não tinha emitente, não tinha cheque, era na boca do caixa, apresentava a identidade e já recebia;** que não sabia quem estava lhe pagando, apenas recebia o valor específico; **que recebiam o valor que era três mil trezentos e pouco mais ou menos, o comprovante de pagamento e retirada;** que era pelo Banco Bradesco; que não teve que abrir conta no Bradesco, não precisou, até porque o depoente já tinha conta no Bradesco, mas nunca foi direcionado, eles iam lá receber todo mês na boca do caixa; que quando fizeram foi colocado a conta, mas nunca caiu; que no primeiro mês falaram que tinha dado problema, aí o segundo deu problema era só ir lá e sacar o dinheiro e assim foi até que chegou agosto e todo mundo foi cortado; que os 8 poderiam ter conta no Bradesco, porém, ninguém recebia na conta, todo mundo ia na boca do caixa pra fazer a retirada; que ele como já tinha conta no Bradesco, já sacava e depositava na sua conta; que no início eles falaram que estava dando problema de divergência e estava dando problema no pagamento e para eles não ficarem sem receber mensalmente iam lá e assim foi sendo; que no banco mostrava sua identificação e sacava e eles já sabiam; que vinha sempre o mesmo valor; **que a princípio não foi pedido para fazer propaganda para político ou partido, foram fazendo, porém quando foi chegando começaram a falar “gente, as eleições estão chegando”, porém o tempo de sair foi antes do início de tudo;** que era pra eles darem continuidade no processo, foi meio uma barganha que deu a entender, **“você vão estar aqui, a gente tem que forçar, aqueles que já estão a gente tem que dar continuidade pra gente dar continuidade ao nosso trabalho”;** que ocorria da seguinte forma, não só no Mandela, mas também quando houve as inaugurações foi solicitado **“oh gente, vai pra rua, nos moradores e fala que o Governador, Fulano, Beltrano, vai vir aqui pra estar com o maior número de pessoas possíveis para estar ali fazendo”;** que não foi solicitado campanha nas redes sociais, até porque quando começaram a falar o depoente disse que tudo bem, era seu trabalho e estava ali e ia fazer, mas sua vida pessoal não podia fazer uma vez que tem pessoas que estava indo lá, candidatos que o depoente não vota, independentemente de estar ali ou não; que não sabe informar se alguém ficava vendo suas redes sociais se tinha campanha em favor, na verdade sua rede social calhou de ter sido hackeada e então perdeu e nesse meio tempo teve que mudar tudo, até mesmo na época se e-mail era do Yahoo e perdeu esse e-mail, e até pediu para mandar seu contrato para o Gmail, então ficou quase um mês e meio sem rede social; que no dia da inauguração iam chamar a população e estaria lá pra fazer a inauguração com alguns candidatos e quanto maior a quantidade pra estar apresentando não só aquilo que foi entregue, por exemplo, a obra concluída ou se ia iniciar uma obra do Cidade Integrada e ali tinha os candidatos; **que os candidatos estavam presentes na hora que estava determinada, e não de manhã cedo quando faziam;** que tinham que fazer, recebiam panfletos para distribuir, por exemplo, naquela manhã seria preciso estar indo e tal local para estar motivando aquela área porque Fulano de Tal vai estar lá, apresentando o início da obra ou o término da obra, então iam lá de manhã panfletava, chamava a população e assim acontecia; que sobre palanque estavam lá e tinham que ficar no evento e só saíam após o término; que eram obrigados a comparecer como se fosse parte do trabalho; que os eventos eram do Governador Claudio Castro, teve o Chiquinho da Mangueira, o Romário, Max Lemos, tem alguns que não lembra, mas esses lembra porque falaram no microfone algumas vezes em algumas obras; que não sabia que isso fazia parte do trabalho, e isso veio a acontecer no meio, até porque quando lhes apresentaram era Cidade Integrada e era pra ver aquilo que estava sendo executado, quando foi se aproximando que começou a direcionar pra esse lado; que falou que o panfleto estava lá pra inauguração aonde tinha a pessoa e apresentavam o panfleto dizendo ‘oh vai ter a inauguração’; que no panfleto estava o início da obra Cidade Integrada e avisava, falava que o Governador estaria lá, mas não estava no panfleto, falava Cidade Integrada; que não subiam no palanque; **que no palanque viu o Governador, o Romário, o Max Lemos, o Chiquinho da Mangueira, teve outros que não se recorda, que lembra deles porque estavam mais ali presentes;** que o Romário subiu e falou uma vez, foi no Jacarezinho e em outras obras ele não esteve, mas o Max Lemos esteve e em outras também, Chiquinho da Mangueira; **que o Governador estava porque era ele quem dava início à obra;** que era informado tipo no final do expediente que no dia seguinte estaria em determinado local e vai iniciar ou terminar uma obra e precisavam estar lá pra movimentar os moradores pra esse evento que vai acontecer; que não fez nenhum trabalho eleitoral porque quando saíram foi em agosto, então não houve esse tempo assim, houve no início da campanha do Cidade Integrada a informação das obras, mas não houve; que foi no dia 15 de agosto que houve a paralisação do Cidade Integrada pelo Ministério Público, se não está enganado, e ficaram até sem receber; que por isso o contrato de trabalho se encerrou, o de todos que ali se encontravam; que no 15 de agosto se encerrou e houve uma reunião explicando que não haveria possibilidade e também não seria justo com eles continuar trabalhando sem receber, porque não tinham recebido julho e os 15 dias de agosto que não ia conseguir cumprir; **que não receberam até hoje;** que no curso viam como estava a qualidade, aquilo que estava sendo executado, por exemplo, curso de barbeiro se tinha material pra dar o curso, se não tivesse eles relatavam e direcionavam, na obra do banheiro relatavam o material que estava faltando e encaminhava, tanto na área social dos cursos, quanto na parte da construção civil; que não sabe quem era o idealizador desses projetos; que recebiam as informações de cima para baixo até chegar no chefe imediato que direcionava para eles; **que quem coordenava era o Allan Borges, era o responsável pela obra Cidade Integrada;** que os serviços eram efetivamente prestados, o curso existia, no caso de trancista na casa da mulher do

Jacarezinho estava sendo executado e em frente, esqueceu o nome da Comunidade estava sendo concluída também a Casa da Mulher em frente a FAETEC para aplicar o mesmo curso porque mesmo as Comunidades sendo próximas elas falavam que não iam de um lado para o outro; que falavam que tinha no Jacarezinho e não lá, aí tinha que fazer, abrir espaço e executar o serviço pra acontecer; que todos os projetos que viam era vinculado a Cidade Integrada, por exemplo, fizeram a reforma do campo do Jacarezinho, uma obra do Cidade Integrada; que tem pessoas que depois que não estavam mais lá, souberam que foram lá e assumiram o filho bonito, mas não foi com eles lá, mas as obras aconteciam, tiravam fotos, relatavam no diário de bordo sempre colocando Cidade Integrada; que não sabe informar se tinha alguma negociação com o crime organizado para entrarem no Jacarezinho; que além dos já mencionados, nenhum secretário de estado subiu em palanque lá, não se recorda; que quando estavam organizando com os moradores que estavam lá, como não subiam, ficavam de longe ali organizando, mas escutavam quando era o Chiquinho da Mangueira, e viu ele passando por ele e o Romário como é uma pessoa pública que todo mundo conhece e o Max Lemos também porque quando ele estava lá no Jacarezinho falou que foi um ex secretário se não se engana e assim surgiu; **que cada órgão era responsável pela formação de sua equipe para trabalho e que só viam se estava sendo realmente aquilo que estava sendo oferecido ou falado que estava sendo oferecido realmente acontecia, mas a responsabilidade de contratação não era deles; que não sabe dizer como eram feitas as contratações;** que não tem como dizer se, por exemplo, na barbearia eram barbeiros que estavam sendo contratados; que chegavam lá e tiravam fotos do curso propriamente dito e ali contavam, se são dez alunos relatava que estiveram lá e estava sendo realizado o curso de barbeiro com dez alunos; que recebiam o cronograma e tudo que estava sendo dado no curso, início e término, nome do professor, os dias e horários; que não sabe lhe informar se a sua escolha ou a de seu cunhado ou de outros trabalhos se teve interferência de assessores ou cabos eleitorais; que não tinha acesso aos dados das pessoas contratadas, só pegavam os dias e horários, início e término e davam continuidade, vai iniciar com x alunos, então nos dias dos cursos iam lá ver se estava dando continuidade; **que só foi ter conhecimento de contratações via CEPERJ, no âmbito da UERJ, quando teve o escândalo;** que passaram para eles que estavam vinculados à CEPERJ e foi quando perguntaram porque não estavam recebendo e aí na reunião do dia 15 ela falou que era porque houve um problema com a CEPERJ e estavam tentando fazer o pagamento, porém o Ministério bloqueou tudo e tem que apresentar e não tem como e foi quando descobriu por onde estava recebendo; que não sabe a que secretaria era vinculada a CEPERJ; que não sabe a origem do recurso dos pagamentos; que tinham um programa onde faziam e encaminhavam e iam direto para os responsáveis do Cidade Integrada, ali direcionavam o diário de bordo todos os problemas que tinham ou melhorias e nesse programa era direcionado direto; que enviavam para a Cidade Integrada, a diretriz Cidade Integrada como chamavam; que trabalhou nos projetos Esporte Presente, Casa do Trabalhador, Cultura para Todos e iam lá para conferir; que basicamente fiscalizava, não só ele como os demais que estavam lá; que a sua função era basicamente fiscalizadora; que prestou depoimento no procedimento 1141/2022; que recebeu mensagem de Whatsapp do Ministério Público dizendo que seria intimado, que respondeu para perguntar se seria em São João mesmo mas não obteve resposta.”

(Id. 162201968 – com inclusão de negritos)

Rodrigo Gaviorno também trabalhou no âmbito do programa Cidade Integrada, exercendo função fiscalizatória nos projetos Esporte Presente, Casa do Trabalhador e Desenvolve Mulher, no período de abril a agosto de 2022. Suas declarações ratificam as ilegalidades nas contratações e a exigência de que participassem dos eventos que contavam com a presença de pré-candidatos no pleito de 2022.

Adicionalmente, pontuou que os relatórios de vistoria eram alterados pelos superiores hierárquicos sem que os problemas apontados fossem resolvidos e expôs detalhes sobre a ineficiência dos projetos e as distorções na apresentação dos seus resultados. Afirmou ter recebido pedidos de superiores hierárquicos para que enviasse fotografias das ações assistenciais a fim de serem publicadas nas redes sociais, dando a falsa impressão de que estavam em bom funcionamento.

Também relatou a pressão a que eram submetidos os colaboradores para que se engajassem nas pré-campanhas dos candidatos nas redes sociais, sob pena de demissão, esmiuçou a atuação dos trabalhadores nos eventos de inauguração dos projetos e afirmou haver interferência de políticos, seus assessores e cabos eleitorais na indicação de pessoas para constar na lista de pagamento da CEPERJ, dos quais muitos não trabalhavam.

Essa testemunha narrou, ainda, uma reunião ocorrida após os projetos terem sido suspensos por liminar judicial, em que a coordenadora exigiu que os trabalhadores fizessem propaganda eleitoral para Cláudio Castro e aliados mediante a promessa de que poderiam ser novamente contratados após o pleito. A publicidade eleitoral, segundo ele, deveria ser feita nos perfis pessoais dos colaboradores nas redes sociais, não em perfis falsos, o que seria averiguado pelos solicitantes, evidenciando a pressão a que foram submetidos esses funcionários. Reproduzo o depoimento:

No dia 14 de novembro de 2023, a **testemunha Rodrigo Gaviorno Maia de Castro**, indicada pelo Ministério Público, foi ouvida pelo Exmo. Juiz da 229ª Zona Eleitoral, quando afirmou o seguinte (ID 32028373):

**“que trabalha atualmente de Uber, desde novembro do ano passado; que antes trabalhava no Estado pela CEPERJ pelo Governo do Estado pela Casa Civil; que é formado em Zootecnia e em Direito e tem Pós-Graduação em Direito Penal; que é bacharel; que nunca foi filiado a nenhum partido político; que nunca trabalhou na campanha de nenhum candidato direta nem indiretamente; que em 2022 trabalhava pela Casa Civil lotado no Jacarezinho; que recebia pela Fundação CEPERJ; que começou em 1 de abril e**

era pra terminar em dezembro, podendo ser renovado, mas dia 15 de agosto eles, não a CEPERJ, mas os superiores lhes chamaram em uma reunião e lhes demitiram; que a data foi de 01 de abril de 2022 até 15 de agosto de 2022; que eram da coordenação executiva de projetos pelo CEPERJ, não era vinculado a nenhuma secretaria e nenhum projeto; **que uma amiga de sua esposa estava trabalhando para o Allan Borges como coordenadora e ela quem lhe chamou para trabalhar com ela, porque ela precisava formar uma equipe multidisciplinar**; que ela lhe chamou e a outras pessoas que ela conhecia; que Allan Borges deu esse poder a ela para que chamasse as pessoas; que acredita que foi chamado pela proximidade e também pela qualificação técnica; que pode falar que se ela não o conhecesse não lhe chamaria; **que ela devia ter na base de uns 15 cargos, se não se engana ela tinha R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) pra montar essa equipe e tinha uma média de uns 14 ou 15 trabalhadores; que começou no Jacarezinho e depois foi para Muzema e depois teve Pavão-Pavãozinho; que Pavão-Pavãozinho não foi ela que indicou, foi o Rudolph Hassan que é o outro assessor do Allan Borges**; que não tem nenhum vínculo com Hassan, mas trabalhou com ele, ele era acima do depoente, ele coordenava todas as equipes junto com a Ana Cláudia Albino e o Allan Borges que comandava tudo e era subsecretário na época; **que o contrato veio por e-mail e enviaram suas informações e era um contrato genérico para todos e tinha lá seu nome e essas coisas e não precisava retornar o e-mail; que nunca recebeu contracheque, por mais que pedisse; que sempre tinha que receber na boca do caixa mesmo fornecendo duas vezes a conta do Banco Bradesco; que o e-mail informando que estava contratado foi enviado pela CEPERJ**; que de cabeça não sabe quem subscreveu o e-mail, não lembra; que tem o e-mail; que houve a orientação que não havia necessidade de responder; **que o início era imediato**; que na sexta-feira foram contratados e na segunda-feira tinha uma reunião na SEINFRA e foi passado o que eles fariam e na terça-feira foi dividida a equipe e foram conhecer a Muzema e o Jacarezinho e já começaram o trabalho cada um na sua área que foi dividida; que no e-mail não foi solicitado curriculum, mas mandou o seu para Ana Cláudia Albino, que era quem estava formando a equipe, aí mandou seus documentos, curriculum e tudo mais; que mandou seu curriculum e sua documentação, sua habilitação, comprovante de residência e depois recebeu o e-mail da CEPERJ; **que não houve nenhuma entrevista, foi um processo seletivo direto a partir dos documentos**; que quando se apresentou foi recepcionado pela Ana Cláudia Albino, Rudolph Hassan e pelo outro assessor do Allan Borges, na verdade dois assessores que lhes demitiram também; que já sabia qual era a função e a orientação é que deveriam coordenar todos os programas e deveriam ver tanto as obras quanto se os programas estavam funcionando ou não, se precisavam de alguma coisa ou não, se estava tudo dentro do padrão; **que na verdade em um primeiro momento acharam que realmente iam trabalhar como coordenadores, mas não foi isso que aconteceu; que no e-mail veio informado que receberiam pela conta do Bradesco e tinha o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**; que veio expresso no e-mail os R\$5.000,00 (cinco mil reais); que isso não havia sido combinado anteriormente; que se candidatou para o cargo sem saber o valor que receberia; **que o valor era R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e com os descontos, recebia R\$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais), alguma coisa assim, mas nunca soube quais eram os descontos; que retirava o dinheiro na boca do caixa; que isso foi feito três vezes, pois não receberam o mês de julho nem os quinze dias trabalhados de agosto**; que fiscalizou todos os projetos dentro do Jacarezinho e Manguinhos; que tinha que ir em todos os projetos nessas regiões, Jacarezinho e Manguinhos; que ele não estava vinculado a nenhuma secretaria, mas cada projeto era de uma Secretaria, Esporte Presente, obras do Campo do Abóbora, Complexo Esportivo de Manguinhos, Biblioteca Parque, todos eles; **que nos eventos os secretários compareciam, mas não nas visitas**; que compartilhou a visita deles quando era início de obras, início de obra no Mandela 2, inauguração do complexo poliesportivo; **que no Complexo Esportivo estava o Chiquinho da Mangueira, o Governador Cláudio Castro, Allan Borges, Max Lemos, tinha bastante autoridades lá; que no Complexo de Prédios do Jacarezinho foi o Romário, Max Lemos, Cláudio Castro e Chiquinho da Mangueira; que no Mandela foi Max Lemos, o Allan Borges não estava porque parece que estava em Portugal apresentando algo de seu mestrado ou doutorado, mas ele estava coordenando tudo de lá e todo pessoal da SEINFRA lá**; que ele tinha uma coordenadora lá que não lembra o nome agora, que levou transferida com ele, pois saiu subsecretário; que esqueceu o nome dela, mas o Allan Borges que era o coordenador do projeto tem essa pessoa de confiança que coordenava tanto a SEINFRA quanto toda a equipe da SEINFRA que também fazia as visitas com eles ou participava desses projetos; **que também participou quando Max Lemos foi condecorado na Câmara Municipal, também estava lá, foi obrigado a ir né**; que as secretarias sempre tinham um coordenador, Casa do Trabalhador de Manguinhos, Casa do Trabalhador do Jacarezinho, Sandiclay era responsável pelo complexo esportivo ali do Jacarezinho; que nunca teve acesso a Secretaria do Meio Ambiente, então não sabe os nomes, mas sabe que um coordenava a Secretaria do Meio Ambiente do Jacarezinho e outra pessoa coordenava a Secretaria de Manguinhos, o projeto era dividido; que eram vários coordenadores, teve o DETRAN; que ele ia em todas as obras, Campo do Abóbora, Complexo Poliesportivo, tudo que acontecia de obra ele estava; que o programa era para dar tanto segurança como habitação, cursos, cultura, tudo isso era pra trazer para a população do Jacarezinho e depois também se estendeu para Manguinhos, até porque lá tinha sido feito o PAC e tinha uma estrutura que resolveram utilizar; que esse projeto foi idealizado pela Ruth, mas ela não conseguiu assumir porque parece que ela estava em Portugal aí ficou em quarentena na pandemia e aí o Allan Borges conseguiu assumir esse projeto; que a sua função tinha o objetivo de fiscalizar os demais projetos do governo pois tudo estaria debaixo do Cidade Integrada, todos os projetos do governo estão debaixo do Cidade Integrada; que o Cidade Integrada era que deveria estar por cima coordenando tudo; **que os resultados obtidos com esse programa foram basicamente zero porque a Casa do Trabalhador, o tempo que ele ficou lá, nunca teve sequer uma empresa cadastrada e nenhuma pessoa conseguiu emprego através da Casa do Trabalhador; que o Desenvolve Mulher as bolsas ficavam atrasadas e eles falavam que tinham 1000 pessoas inscritas fazendo curso mas mentira, se tivesse 300 era muito**;

que a subsecretária ia lá mas nada era resolvido, faltava material, faltava tudo; que o Complexo Poliesportivo foi o que melhor funcionou, mas também a obra foi horrível, tinha alagamento, vazamento, problema na bomba d'água da piscina, alagava também a bomba d'água; que o Desenvolve Mulher construíram a casa lá mas também não começou; que o Rio Salgado que era para o INEA limpar a máquina ficava lá ligada e o motorista dormindo na porta deles e não saía dali; que quando as mídias iam lá eles tinham que avisar à Ana Cláudia, ao Rudolph Hassan que são do Allan Borges, aí mandava, eles ligavam pra lá aí a máquina funcionava dava duas ou três pazadas lá e acabou, tanto que eles nunca passaram da linha do trem com a máquina, sempre com a máquina aqui; que aí pediam fotos para eles e eles mandavam, aí o Allan Borges botava no Instagram dele que estava funcionando essas coisas mas realmente não funcionava; que eles não queriam a polícia lá dentro também, por diversas vezes o depoente viu; que quem não queria a polícia lá dentro era o Allan Borges nem o Gelbe Justus; que o Gelbe estava bem ligado a isso e estava sempre lá; que o Fernando estava sempre lá, ele era engenheiro diretor de um dos projetos e quando estava a polícia dentro do campo deles ali, da área onde ficava a base, ele filmava e falava "oh Gelbe, a polícia tá aqui e as pessoas daqui a pouco não vem mais" ou então o pessoal da Ruth que também ficava lá pelo aluguel social, filmavam ou ligavam pra alguém, Comandante do Batalhão, não sabe quem e os carros se retiravam de dentro; que em abril de 2022 já iniciou nesse Cidade Integrada direto no Jacarezinho; que trabalhavam com ele Mayra, Ulie, Marcos, Ricardo Claudinei chegou em pouco depois, Marcelo Lima, depois saiu e a Carol assumiu, Carol Santana, Willian Botelho, Tadeu Braga, acha; que algumas pessoas se conheciam previamente, o Marcelo já havia trabalhado na Leão XIII com a Carolina Santana; que o Marcelo também conheceu na pós graduação a Mayra, a Ulie e a Tati, mas a Tati foi pra Muzema, não ficou lá com eles; que essas pessoas eram todas assistentes sociais e no programa faziam a mesma coisa que o depoente, não tinha diferenciação porque era formado em Direito, a única coisa que tentou fazer lá pela zootecnia foi uma horta comunitária pois tem um espaço grande lá na Clínica da Família, aí entregou o projeto na sexta e quando foi na segunda-feira falaram, "oh a horta caiu porque o dono do morro não quer que faça a horta aí" e realmente não foi feito; que escreveu em relatório falando que lá não era o lugar ideal, que era uma praça pública, tem campo de futebol e ia passar animais e o espaço não caberia, não comportava; que mandava a documentação diariamente no google drive e tinha acesso o Rudolph, a Ana Cláudia e tinha acesso o pessoal que ficava no palácio, Paola, as outras meninas que trabalhavam também mas dentro do palácio, não ficavam em campo; que no início tinham reuniões semanais, depois quinzenais ou então às vezes acontecia alguma coisa e por telefone mesmo ou por WhatsApp ligavam ou por mensagem e diziam faz isso e isso e muitos relatórios foram alterados por eles lá em cima; que viam pelo google drive que os relatórios tinham sido alterados e não era aquilo que tinham escrito; que o conteúdo do documento era alterado, não só o dele, mas de muita gente que trabalhava ali ao seu lado; que no início eles diziam que poderiam chegar nos locais e cobrar a lista de presença, quem era o coordenador, se estava funcionando ou não, se estavam recebendo ou não, aí depois foi amenizando, não podia mais cobrar; que depois foi dito para fazer outras coisas porque não podem mais cobrar as secretarias, que o Governador tem um acerto com cada secretaria, então, como não sabem o que é, não podem ficar cobrando das secretarias o que não sabem e foi acertado entre eles; que a remuneração sempre foi na boca do caixa; que insistentemente pedia pra Ana Cláudia e o Rudolph Hassan verem isso, até porque depois teve isso, a mídia em cima e tudo mais, aí em julho eles falaram para dar os números novamente que iam pagar pelo Banco Bradesco, mas não pagaram; que todo mundo lá recebia, tanto que a Casa do Trabalhador do Jacarezinho entrou em greve porque não recebeu; que o pagamento de todo mundo foi via CEPERJ na boca do caixa; que quem realizava o pagamento era a CEPERJ através de verba destinada da CEDAE; que sempre soube que o CEPERJ iria lhe pagar mas não sabia que seria na boca do caixa, ficou sabendo perto do dia do primeiro recebimento; que soube sobre a verba dois meses depois, em junho, que a verba vinha da venda da CEDAE; que acha que já tinha conta no Bradesco sim, já tinha, criou pelo próprio aplicativo, mas já tinha; que informou sua conta ao CEPERJ e à Ana Cláudia Albino duas vezes; que eles receberam e ignoraram a informação, falaram que iam resolver mas nunca resolveram; que o CEPERJ nunca mandou nenhum contracheque para eles, mesmo com mais de vinte e-mails; que foi solicitado que fosse feita campanha eleitoral em página de rede social; que no dia 05 de agosto receberam uma ligação da Ana Cláudia Albino via WhatsApp pelo celular da Mayra e aí ela pediu que chamasse todo mundo e se reuniram dentro do container e ela falou que o Allan Borges fez um acordo e precisava de 4 vagas e essas 4 vagas saíam deles ou do pessoal da Muzema, ia sair do Cidade Integrada e a questão era quem não aceitasse fazer campanha eleitoral ia ser demitido, aí vieram os nomes Lula, Cláudio Castro, Romário e Max Lemos e Dionísio Lins; que esse foi o primeiro, mas lógico que tinha que fazer campanha por WhatsApp, as redes sociais todas e participar se tiver de alguma comitiva ou outra coisa, tanto que nessas apresentações do Governador para início de obra, tinha que ir de colete e dependendo da quantidade de número de pessoas que estivessem lá, mantinham o colete ou eram obrigados a tirar pra dar número e não falar que era do governo, como se fosse morador da região; que eles usavam dessa técnica e o Allan Borges sempre estava lá controlando tudo, ele só não foi em uma pela questão da viagem que já falou; que não chegou a fazer a propaganda eleitoral e na verdade nem votou no primeiro turno; que aceitou fazer a propaganda, quem não aceitou foi o Tadeu e prontamente foi desligado antes deles, Tadeu Braga, Willian Botelho, Gabriela que era fisioterapeuta, e mais uma pessoa do palácio que não sabe quem foi; que essas pessoas que se recusaram foram desligadas porque eles precisavam de 4 vagas e, na verdade, até onde sabe, quem não aceitou foi o Tadeu; que aceitou mas não fez, todo mundo aceitou porque precisava do emprego e essa era a primeira condição deles; que ela falou que essa questão da propaganda seria fiscalizada e aí depois teve uma outra reunião no Bar Elo Perdido na Praça da Bandeira em que a Ana Cláudia Albino convocou todo mundo que era do CEPERJ, tanto do Jacarezinho quanto de Jacarepaguá, e nessa reunião ela

**falou que todo mundo ia ter que fazer a campanha nas mídias, a mesma coisa, mas que o Allan Borges não ia conseguir segurar ninguém porque já tinham demitido eles no dia 15, só que pra ninguém falar nada fizeram essa reunião e que logo depois chamariam novamente, criariam um grupo até porque ele quer ser vereador em 2024 e é filiado ao PT;** que nesse período de 5 a 15 de agosto entre o pedido de campanha e a demissão não fez nada em relação aos pedidos de campanha; **que o pessoal lá estava combinando de fazer um Instagram falso pra fazer, mas aí a Ana Cláudia disse que não adiantava fazer Instagram falso porque o pessoal vai estar de olho e tinha uma equipe para isso, então tinha que usar o deles mesmo; que aí todo mundo ficou com aquele medo, pois muita gente não queria votar nessas pessoas;** que nesse período não adotou políticas de campanha; **que houve essa reunião dia 05 e depois só houve depois de serem desligados;** que quem fez o contato foi Ana Cláudia Albino e ela trabalhava no palácio, mas ela era responsável pelas equipes, era coordenadora das equipes que ficaram nos territórios, tanto ela quanto o Rudolf Hassan; que só ela fazia contato por ela; que ela que fazia contato em nome do Allan; que todo mundo foi desligado dia 15, menos quem já era contratado do CEPERJ como a Carolina Santana, ela começou um mês antes, Marcelo Lima, esses ficaram; que ficou tendo vínculo com Ana Cláudia até um pouco depois quando realizou uma postagem no Instagram do Allan Borges reclamando que o projeto não funcionava, não servia para nada, escancarou, aí ela lhe bloqueou e não teve mais contato; **que no dia 05 a ligação foi pra isso, foi às claras, quem não fizer vai sair do projeto;** que diz Ana Cláudia que ficou com essa obrigação, sempre foi ela e o Rudolph Hassan; que o Rudolph foi quem montou a equipe do Pavão-Pavãozinho; **que não ficava no palanque, mas tinha fazer volume e fazer acontecer, ir na comunidade, bater de porta em porta, chamar, panfletar, ver se estava tudo funcionando;** que pra esses eventos políticos eram eles dois que faziam as convocações, Ana Cláudia e Hassan; que além dos já mencionados o Chiquinho da Mangueira também estava sempre presente; **que os eventos eram sempre para o Cláudio Castro, o Governador, Senador Romário, Max Lemos como Deputado Federal, Chiquinho da Mangueira como estadual e em alguns eventos o Dionísio Lins e a Vera Lins que é vereadora, são os padrinhos políticos do Allan Borges, por isso que ele está sempre pulando de cargo em cargo, já foi da Fundação Leão XIII, ele está sempre de diretor em algum lugar;** que os eventos políticos eram informados pelo grupo de WhatsApp chamado Inter equipes e depois o Allan Borges veio a fazer parte, ou ligação por WhatsApp ou então nessas reuniões que antes eram semanais, depois quinzenais e acabaram sendo mensais; que no período do dia 05 de agosto e 15 de agosto não houve determinação para que fosse feito trabalho eleitoral, não chegaram a pedir; que houve uma movimentação pelo salário de julho que não havia sido pago e o pessoal estava reclamando no grupo inter equipes e aí o Allan Borges determinou essa reunião do dia 15 chamando todo mundo do CEPERJ na SEINFRA e ele estaria lá; que nesse período eles não determinaram e vieram a determinar após; **que a determinação posterior foi que eles deveriam proteger o Allan Borges, o nome dele não pode aparecer de jeito nenhum, e teriam que fortalecer o Dionísio Lins e o Governador para que, quando eles ganharem, conseguirem trazê-los de volta;** que a determinação foi dada por Ana Cláudia a mando de Allan Borges diretamente por uma reunião no bar na Praça da Bandeira chamado Elo Perdido; que ela ligou por WhatsApp e pediu que se reunissem lá, ligou pra diversas pessoas; que outros ex contratados foram chamados para a mesma atividade; que havia promessa de continuar no projeto se comparecessem ou em outros projetos que viessem a aparecer; que já sabiam que Allan Borges não ficaria nesse projeto porque o projeto dele sempre foi o Na Régua que também fazia parte do Cidade Integrada e ele deveria sair em dezembro mais ou menos ou janeiro até porque a repercussão que estava dando e a Ruth voltaria a assumir, já tinham essa ciência, voltaria a assumir não, assumiria; **que essa promessa de continuidade de trabalho era feita expressamente por Ana Cláudia;** que teve promessa pelo WhatsApp também, quando o Cláudio Castro ganhou, ela mandou mensagem dizendo que não via a hora de chamar eles de volta, que ia perguntar ao Allan Borges se podia chamar eles novamente, em tom de brincadeira, mas houve; que até onde sabe a idealizadora dos projetos que estavam no Cidade Integrada foi a Ruth, ela que idealizou tudo, mas não estava aqui para tocar pois estava em Portugal presa na quarentena e tinha que fazer aqueles 14 dias para voltar e quem a substituiu foi Allan Borges; que Max Lemos saiu para se candidatar e aí não botaram outro secretário, o Allan Borges sempre foi o coordenador do projeto e ele continuou sendo o coordenador e sem secretário, ficou somente ele como subsecretário; **que eram muitos projetos, Na Régua, Esporte Presente, Casa do Trabalhador, Fundação Leão XIII, NAC, Casa da Mulher, Desenvolve Mulher;** que não podiam entrar no Jacarezinho sem o Sr. Branco, que é o pai do Chico Bento, e ele trabalhava no projeto também na equipe de campo; que Chico Bento é o traficante chefe do Jacarezinho; que Manguinhos é outro chefe e Jacarezinho é ele; que tudo ali é Comando Vermelho, como eles chamam a turma da antiga; que havia autorização desde que falado com o Seu Branco que ia entrar uma turma lá e ir em tal lugar, ou então falar com o Léo, que era o presidente da associação de moradores; que quase foram mortos porque Allan Borges criou uma pesquisa e queria saber quantos comércios tinha dentro do Jacarezinho; que falaram que isso ia dar problema e não tinha como fazer isso, pois usavam colete azul igual colete da polícia; que vieram dois representantes da UERJ também fazer a pesquisa e de manhã cedo entraram, ficaram por ali e tiveram que falar com o pessoal e eles não comunicaram ao Seu Branco, a equipe de campo que era o Jair Rodrigues, Rafael Passarinho e o Seu Branco; que por birra entre equipes não comunicaram; que entraram e tiveram que falar com o pessoal que estava lá vendendo droga, a droga continuou vendendo escrachadamente, e eles falaram que estava tudo ótimo, tranquilo e seguiram; que fizeram um pequeno quadrado para que explicassem como seria feito; que cada um fazia uma rua e insistiram e ficaram em duplas; que em determinado momento da tarde o pessoal da UERJ achando que aquilo ali era mundo de fantasia com celular na mão tirando foto, e estavam com o mapa das ruas do Jacarezinho e quando ele e Ulie estavam terminando sua rota já e quando estavam em um beco chegou um traficante e começou a falar: o que vocês estão fazendo aí?; que o traficante o empurrou e foi até Ulie e a xingou de diversos nomes; que a sorte é que estavam na principal perto do Rio Salgado; que o radinho

tocava dizendo pra levar o "Cidade Integrada" pra associação que eles iam matar; que o gerente da boca ali de baixo estava mais tranquilo em cima de uma moto e armado; que o resto do pessoal que estava vendendo drogas começou a juntar; que as pessoas que estavam mais acima conseguiram conversar e também conseguiram mandar uma mensagem de WhatsApp; que eles pegaram o mapa e disseram que eles estavam com o mapa da favela inteiro, com drone e que iam matar; que por sorte conseguiram convencer que não estavam com nada e estavam bem próximo da linha do trem; que depois desse dia foi determinado que eles nunca mais usassem o colete, que levassem o colete na mão e só colocasse para tirar foto, pois tudo tinha que ter foto, quando estivessem dentro da instituição que fossem; que se fosse na Casa do Trabalhador, com Seu Branco, colete na mão; que a grande maioria dos palanques era perto mas no asfalto; que tudo ali é dominado pelo tráfico; que na inauguração do Cidade Integrada eles chegaram a entrar em locais onde as pessoas andavam armadas, mas não ostentavam mais o poderio de fogo que eles tem, não andavam mais de fuzil, mas andavam de pistola; que entraram nessas áreas o Cláudio Castro, Allan Borges, Max Lemos, Romário, Chiquinho da Mangueira, o Gelbe Justus estava lá toda semana, entrava e saía de lá porque essa Rafael Passarinho da equipe de campo ele dizia que "era Gelbe Justus" e eles fizeram campanha abruptamente para os dois filhos do Picciani; que não precisavam de benção pra entrar o Gelbe, o Chiquinho da Mangueira não, o Chiquinho da Mangueira dava dinheiro lá pro pessoal limpar a calçada e usava a blusa amarela dele; que tinha uma deputada federal que não lembra o nome que também tinha acesso; que quem podia entrar mesmo era o Gelbe, o Chiquinho, Romário, essa deputada federal que não lembra o nome; que cada secretaria que contratava as pessoas; **que a Casa do Trabalhador chegou a contratar mais de 1500 pessoas de uma vez só;** que não vai lembrar o nome mas cada secretaria já tinha gente que já era deputado, já era vereador e já tinha o cargo público sim; que tinha fantasma, tinha questão de dividir, veio descobrir no final nos últimos 15 dias ou no último mês; **que nunca achava o Esporte Presente, era uma coisa absurda, ninguém achava o Esporte Presente, aí o Jair Rodrigues pegou meia dúzia de coletes, três bolas e deu na mão de um professor lá de Educação Física, Carlos, e falou ensina futebol aí para as crianças;** que Carlos perguntou como ia ensinar, não tinha colete, bola, aí falaram pra ele começar amanhã na quadra onde eles ficavam; que perguntou se ele estava recebendo e ele disse que o professor de capoeira recebia e lhe dava a metade do salário; **que os candidatos ou assessores, cabos eleitorais que indicavam pessoas que constavam na lista de ordem de pagamento da CEPERJ é Allan Borges, Chiquinho da Mangueira, o Romário não sabe dizer, o Governador com certeza porque via as secretarias, mas não ouviu ninguém dizer que foi indicado diretamente pelo Governador, só os secretários ou secretárias que eram diretamente indicados por ele e faziam parte do projeto, era de cada secretaria;** que o Gelbe Justus indicou muita gente; **que uns trabalhavam e muitos não, teve gente que recebeu até no Sul; que não tinham a dimensão de quantos eram contratados, quem era e quem não era, que conheciam os que apareciam, os que nunca apareceram não tem como saber;** que os que conhecia trabalharam nas campanhas, o Rafael Passarinho trabalhou para o Gelbe que trabalhou para os filhos do Picciani; que ele dava acesso à comunidade, fazia churrasco, sabe disso porque via as postagens no Instagram, ele, o Jair Rodrigues, por incrível que pareça o Seu Branco não gostava dessa parte, ele ia lá ficava até meio dia e ia embora, tanto que só podiam entrar na comunidade até meio dia e depois só podiam ir em Manguinhos que era mais próximo do asfalto; **que utilizavam esses projetos para fazer campanha eleitoral também, pois colocavam somente pessoas indicadas, cabos eleitorais, pessoas indicadas já para aquela votação, já era determinado já; que não tinha acesso aos dados das pessoas contratadas;** que haviam contratações via CEPERJ no âmbito da UERJ, o Na Régua é pago pela UERJ por isso que eles ficaram até dezembro e depois como eles saíram e a justiça determinou que ninguém mais trabalhasse, eles chamaram estagiários da UERJ ou de outras faculdades e pagavam pela UERJ, não pagavam mais pela CEPERJ, faziam essa cambalacho; que o pessoal do Na Régua recebia no banco; que essas pessoas recebiam pela CEPERJ ou pela UERJ, só os nomeados; **que a origem dos recursos pelo que ficou sabendo era da venda da CEDAE;** que não sabe se os estagiários da UERJ recebiam na boca do caixa, mas o pessoal do Na Régua, eles tinham conta e recebiam na conta; que tinham valores superiores dependendo do cargo, engenheiro, arquiteto; que era na faixa de R\$ 8.000,00 (oito mil); que no caso deles no contrato estava R\$ 5.000,00 (cinco mil) mas, quando o CEPERJ colocou no INSS, ele colocou R\$ 6.500,00 e eles indagaram diversas vezes e eles não explicam o porquê; que prestou depoimento na Procuradoria Regional Eleitoral no procedimento 1141/2022-33; que não chegou a enviar fotos ou e-mail, apesar de tê-los; que enviou para a sua advogada o contrato; que se não se engana enviou para outro processo não criminal, o outro que também foi testemunha; **que sabe quem é Thiago Pampolha mas não teve contato; que não o viu nos lugares, mas seu nome surgiu porque ele tinha lá uma secretaria mas não teve contato com ele não; que também não teve contato com Rodrigo Bacelar, mas a mesma coisa, o nome dele surgia diversas vezes; que Gutemberg de Paula Fonseca também não, Leonardo Vieira Mendes não, Aureo Lidio Moreira Ribeiro não, Bernardo Rossi não, Allan Borges sim; Max Lemos sim, Marcos Vinicius da Silva Barbosa não, Patrick Welber Atela não e Daniele Cristian Ribeiro Barros não;** que estava desempregado antes disso; que hoje é Uber; que deve ganhar líquido hoje por volta R\$ 3.000,00 (três mil reais) para baixo; que no início faria a coordenação executiva do Cidade Integrada; que pensou que eles iriam coordenar os programas, olhar se estava tudo certo e ir coordenando os programas juntamente, aí não foi isso que aconteceu, foi dado pra cada secretaria um programa e eles é que coordenavam o programa, se o funcionário ia, se não ia, quem eles iam colocar ou não; que o que faziam era ir nas obras fiscalizar se a obra estava sendo feita, a obra hoje do Campo do Abóbora não foi colocada a tela, o refletor, relatório, mas também não adiantava nada, obra na Casa da Mulher, a mesma coisa que faziam nas obras faziam nos serviços, tantos alunos no Desenvolve Mulher, na turma de tal horas tantas mulheres, em todos os projetos faziam isso; **que, no Complexo Esportivo iam lá ver se estava tendo aula de judô, mas a grande maioria dos projetos não estavam acontecendo;** que ficavam baseados antes da linha do trem, em uma praça e iam a pé, atravessavam e todos eles iam a pé, até a Clóvis Monteiro que é do outro lado e é um

colégio, visitavam as obras da Clóvis Monteiro também; que relatavam sobre iluminação, se estava vazando água, se tinha pedreiro no local, se estavam pintando qual sala, qual não estava, a mesma coisa dentro dos cursos; **que no início falavam que iam passar a lista de presença para eles e só iam coordenando, mas aí as secretárias todas falaram que não iam passar lista de presença nenhuma**; que a base onde ficava era do Cidade Integrada e ali ficava o Na Régua; que era uma praça pública e tinha dois contêineres e um contêiner de banheiro; que era um contêiner do Na Régua, um contêiner deles que dividiam com outro projeto da Ruth do Aluguel Social; que esses contêineres eram do Governo do Estado; que iam pra continuar visitando os locais mas não conseguiam mais trazer informações ou as informações que descobriam, porque acabam fazendo amizade e o cara que está lá fala, repassavam através de relatórios, mas ficava nesse, vamos passar pro Allan e vamos ver o que ele vai resolver; que não podiam cobrar mas os problemas eram passados diariamente e planilhas também; **que eles fizeram isso só pra dizer que o projeto estava continuando, mas o projeto não foi continuado, não tinha, tanto que a Carolina Santana tá lá sozinha**; que Carolina Santana começou a trabalhar um mês antes deles e por isso ela foi nomeada; que ela foi nomeada porque Ana Cláudia conseguiu nomeá-la porque chamou o Marcelo de Lima e eles já tinham trabalhado junto na Fundação Leão XIII em um abrigo e ele indicou essa Carolina Santana que foi a primeira indicação, foi através do Marcelo que é amigo da Ana porque trabalhavam no abrigo; que a Gabi também foi desse abrigo, acha que só esses três mesmo, os três nomeados começaram um mês antes; que a sua equipe não entrou em greve, quem entrou foi a Casa do Trabalho; que eles entraram em greve e pagaram julho para eles, receberam e voltaram trabalharam julho e quando foi receber em agosto; **que não pagaram julho nem os quinze dias de agosto**; que passou um segundo aperto que quando teve as doze mortes no Jacarezinho que a polícia entrou, o primeiro tiro saiu e o depoente estava atravessando para Manguinhos a menos de cinquenta metros dele; **que exigiram que ele fizesse propaganda política e ainda não sabiam que seriam demitidos, que a reunião foi dia 05 e foram demitidos dia 15**; que receberiam em agosto, não pagaram o mês de julho que era pago até o dia 05; **que a reunião foi dia 05 e ninguém perguntou sobre se ia receber, a ligação foi diretamente para perguntar que só ia continuar fazendo parte quem aceitasse fazer propaganda**; que não fez propaganda, mas algumas pessoas fizeram, a Tati, o Jorge, acha que a Carolina Santana também mas ela já era nomeada e não ia ser mandada embora mas queriam cargo, mas Ulie, o Marcos, não fez, o Ricardo participou dessa; que quem fez a propaganda fez por vias públicas também e sabe porque tinha contato com eles e conversavam e falavam que tinham esperança de voltar e eles continuaram tendo contato com a Ana Cláudia e ela cortou o contato com ele porque ele explanou dentro do Instagram do Allan Borges e ele inclusive usava fotos do depoente no Instagram dele para falar do Cidade Integrada; que da sua equipe ninguém foi readmitido, quem era nomeado continuou, não caiu, agora a Ana Cláudia Albino e o Rudolf Hassan eles iam ser mandados embora em dezembro, aí o Rudolf foi para Brasília e ficou três dias e quando voltou eles voltaram pro Cidade Integrada, mas eles iam ser exonerados; que o Allan Borges foi ser diretor de uma ala da CEDAE; que o Seu Branco tinha contato com eles, toda a equipe, olha não pode entrar hoje ou pode entrar, mas falava com ele no WhatsApp só final de semana e o contato mesmo era via presencial antes dele levar eles lá dentro, ele explicava a situação; que todo dia às 7h30 da manhã o Seu Branco estava lá para trabalhar e ficava até 12h, aí ele ia pra casa e eles não podiam mais entrar no Jacarezinho; que Seu Branco foi na inauguração do Complexo todo e foi no ex combatente, no Mandela ele não foi não e ele não sai do Jacarezinho; que quando foram apertados pelos traficantes tentaram mandar mensagem para o Seu Branco, para o Jair e para o Rafael que era o pessoal; que a equipe de campo era os três e a função deles era permitir o acesso e dizer quando podiam entrar ou não dentro da comunidade, tanto que no Mandela quando foi ter o Mandela 2, e isso o depoente viu, estava atrás e viu, foram antes 2h da tarde para mobilizar todo mundo e ia ser às 7h da noite e quando deu 4h da tarde, não, foi de manhã, e quando deu 12h ele disse para irem embora almoçar e depois voltaria com eles pois não podiam ficar lá na rua do lado já tinha barricada e quando foram entrando para mobilizar os moradores, quando fizeram a curva estava o Rafael e o Jair e mais o pessoal da SEINFRA, estava a bancada da boca de fumo e eles pedindo para recolherem que o Governador vinha mais tarde, então teve esse acordo, que eles chamam de acordo dos cem dias, que eram cem dias que o Governo poderia entrar ali e eles não ostentariam armamento muito pesado; que sabe que o Allan Borges fez reunião com todos os líderes comunitário, Jair, Rafael, Seu Branco e os líderes comunitários e o Gelbe Justus também fez bastante reunião, aí eles faziam com o Léo, o presidente da associação e faziam com o Júnior, que é o presidente da quadra do Unidos do Jacarezinho e também com o Sandi, que é o Sandiclay que é, fugiu agora o nome do complexo, que é uma obra do Governo do Estado mesmo mas quem coordena é alguém que o próprio tráfico indica.”

(Id. 162201968 da AIJE 0606570-47 – com inclusão de negritos)

As declarações de Mayra Santos Carvalho confirmam os aspectos abordados nos depoimentos anteriores, inclusive a obrigatoriedade de que comparecessem às inaugurações de unidades dos projetos sociais. Nessas ocasiões, Mayra e a equipe tinham que passar o dia inteiro organizando, distribuindo panfletos e, quando o candidato chegava, deviam ficar na frente do palanque “fazendo volume”. Ela afirmou ter participado de evento ocorrido em junho ou julho de 2022, ou seja, próximo do início da campanha eleitoral.

Destaco suas palavras em que detalha um cenário de coerção dos colaboradores dos projetos para que fizessem campanha para Cláudio Castro e aliados. Ela narrou o telefonema de uma coordenadora dos projetos sociais, que “a depoente atendeu e ela [a coordenadora] pediu para colocar no viva voz para a equipe ouvir; que ela falou que estava chegando a campanha política e o trabalho ia se intensificar e que ela precisaria que a depoente e a equipe fizessem campanha eleitoral, inclusive nas redes sociais, para esses candidatos já citados e, quem não concordasse, deveria avisar no momento porque ia ter que ser desligado”.

Transcrevo a íntegra do depoimento:

No dia 31 de janeiro de 2024, a **testemunha Mayra Santos Carvalho**, indicada pelo *Parquet* e ouvida pelo Exmo. Juiz da 184ª Zona Eleitoral, afirmou que (ID 32080333):

**“que não é amiga nem parente de ninguém do processo; que só tem interesse com o compromisso da verdade; que é assistente social no Sian de Rio das Ostras; que não foi nem é filiada a nenhum partido político; que já trabalhou em campanha política durante o trabalho que exerceu no Cidade Integrada para o candidato Claudio Castro; que em 2022 trabalhou no Projeto Cidade Integrada; que um amigo seu da Pós Graduação chamou a depoente para trabalhar com ele nesse programa; que a depoente foi numa reunião na Secretaria de Obras em São Cristóvão para saber como seria o Projeto; que a reunião foi com a Coordenadora Ana Claudia; que ela passou o trabalho e disse que a CEPERJ ia entrar em contato para assinar o contrato; que essa reunião já era de contratação; que isso foi numa sexta-feira e na segunda já começava a trabalhar; que da reunião já iniciou o trabalho; que o contrato foi enviado por e-mail uns dois meses após o início do trabalho e a depoente nunca assinou; que ninguém cobrou a depoente para assinar o contrato; que não se recorda bem da reunião; que se lembra que quando chegou no container, que era no Jacarezinho, não conseguia entender o trabalho; que Marcelo, que era o chefe direto, dizia que a depoente e outros precisavam preencher o container; que depois eles começaram a ir nos projetos do Cidade Integrada para meio que fiscalizar o que estava acontecendo; que apresentou um currículo antes da reunião; que seu colega foi quem pediu; que o colega da depoente era esse chefe direito lá no Jacarezinho; que não se recorda se esse Cidade Integrada estava ligado a alguma Secretaria específica mas se lembra que as reuniões tanto de admissão quanto de demissão aconteceram na Secretaria de Obras em São Cristóvão; que durante seu trabalho não conheceu funcionários das Secretarias que estavam relacionadas com a CEPERJ; que o Programa Cidade Integrada tinha como proposta a cidadania por meio de esporte, de curso, de trabalho; que fiscalizavam, entre outras, a Desenvolve Mulher, a Faetec, e um projeto de esporte que não lembra agora; que a equipe da depoente fiscalizava outros projetos mas parece que o objetivo do Programa Cidade Integrada era promover esporte, lazer, cultura e educação; que praticamente todo dia a depoente ia num equipamento diferente, tinha um cronograma e a equipe era dividida; que um dia era Desenvolve Mulher, o outro Faetec, o outro Esporte e outro lugar que não lembra; que eram todos próximos ao Jacarezinho e num outro morro na frente; que o registro da fiscalização era feito num caderno e, quando chegava, tinha uma planilha onde tinha data, o que foi observado, e o relatório que era feito pela equipe; que esse relatório era enviado para Marcelo, que era o chefe; que ele ficava uma época no Palácio Guanabara também e ele passava para alguém da gestão; que acha que era Alan, Rudolph e Ana Claudia; que esse relatório dessas fiscalizações que eram devolvidos não gerava para a depoente e sua equipe nenhuma providência a ser adotada; que no Jacarezinho oito ou dez pessoas integravam esse Projeto do Cidade Integrada; que acha que começou a trabalhar no dia 01 de abril de 2022; que a maioria das pessoas que trabalhavam no Jacarezinho foram convidadas por Marcelo porque estudaram com ele ou na graduação ou na pós, o especialista em Geografia era da Ana Claudia e o arquiteto era do Luis Otávio; que já conhecia antes uma das pessoas que foi trabalhar lá mas ela ficou na Muzema; que Marcelo tinha um cunhado dele na equipe; que na primeira reunião foi perguntado quanto ao pagamento dos integrantes do Projeto Cidade Integrada e eles disseram que o CEPERJ ia dar as orientações; que demorou um tempo para receberem o pagamento e todos ficaram inseguros porque não tinham assinado contrato e aí Ana Claudia disse que no primeiro pagamento iam sacar direto na boca do caixa; que inicialmente ela falou que ia cair na conta que foi passada na reunião; que depois ela disse que isso ia ser só no primeiro mês e pediu para todo mundo abrir conta no Bradesco; que abriram conta no Bradesco mas nunca receberam pagamento por transferência, foi sempre na boca do caixa (banco Bradesco); que trabalhou nesse projeto por cinco meses; que saiu no dia 15 de agosto; que Ana Claudia solicitou que a depoente fizesse campanha eleitoral nas páginas da rede social; que ela disse que a campanha eleitoral seria a favor de Lula, Claudio Castro, Dionísio Lins e Max Lemos; que a depoente estava em horário de expediente e Ana Claudia lhe mandou uma mensagem pedindo para atender uma ligação via WhatsApp; que a depoente atendeu e ela pediu para colocar no viva voz para a equipe ouvir; que ela falou que estava chegando a campanha política e o trabalho ia se intensificar e que ela precisaria que a depoente e a equipe fizessem campanha eleitoral, inclusive nas redes sociais, para esses candidatos já citados e, quem não concordasse, deveria avisar no momento porque ia ter que ser desligado; que eles pediram para abrir o Instagram mas a depoente não abriu; que ficou privado e aparentemente ninguém fiscalizava; que quem não concordasse com a campanha teria o contrato finalizado; que tinham obrigação de comparecer a eventos políticos; que houve dois eventos, um no Jacarezinho e outro na comunidade da frente, não se recordando o nome; que eram campanhas de inauguração de obras do Claudio Castro; que a depoente e a equipe tinham que ficar o dia inteiro organizando, distribuindo panfleto e quando ele chegava eles tinham que ficar na frente do palanque fazendo volume; que teve um segundo evento, na parte da noite, depois do horário do expediente; que, quando não tinha muita gente, eles pediam para tirar o colete do Cidade Integrada para parecer eleitor; que no primeiro evento, além de Claudio Castro, tinha o Romário acompanhando e no segundo tinha o Max Lemos; que isso não foi um convite, foi uma ordem da chefia como parte do trabalho; que isso não foi avisado para a depoente e a equipe quando eles foram contratados; que essa orientação foi sempre de forma verbal; que a divulgação dos panfletos era enviada no grupo que eles tinham de trabalho; que a divulgação dos panfletos tinha as fotos dos candidatos e os feitos deles, inauguração da obra, essas coisas; que a depoente e a equipe iam nos eventos divulgando e eles tinham o panfleto impresso para entregar para a população; que isso era sempre enviado por WhatsApp; que teve um momento em que cobraram os salários que estavam atrasados; que foram chamados nessa reunião do dia 15 e foram desligados; que eles disseram que o CEPERJ não poderia pagar os salários porque estava sendo investigado; que depois”**

Ana Cláudia convocou nova reunião dando esperança de que retornariam assim que as campanhas políticas retornassem; que estavam saindo muitas reportagens na época e algumas com fontes de alguns colegas de trabalho e ela pediu para eles não falarem com a imprensa porque tinham que proteger a imagem de Alan porque ele seria candidato a vereador em algum momento, acha que em 2024 e ele não poderia ficar com a imagem suja, e viria também a campanha do Cláudio Castro; que essa reunião Ana Cláudia convocou de forma bem informal num bar na Tijuca com a promessa de que eles retornariam, tendo pedido os currículos de todos de novo; que eles não assinaram nada no desligamento, foi só um desligamento verbal; que a depoente sacava três mil e oitocentos reais mas no contrato tinha outro valor, a mais; que não viu nenhum serviço efetivamente chegar à população por meio desse Projeto Cidade Integrada; que o Desenvolve Mulher e a Faetec falavam que não tinham nenhuma ligação com esse programa; que as coordenadoras desses lugares diziam que não entendiam porque eles estavam indo investigar porque o Cidade Integrada não tinha feito nada por eles, principalmente na Faetec que acontecia bastante; que a interpretação deles é que esses locais não pertenciam ao Cidade Integrada; que para a depoente e a equipe falavam que o idealizador desse projeto era o Alan Borges; que existia um drive que todo mundo da gestão tinha acesso; que tudo que a depoente e a equipe faziam ficava no drive; que a equipe que ficava no Palácio Guanabara, que era administrativo, tinha acesso e quando faltava alguma coisa eles sempre perguntavam e exigiam alguns dados; que Marcelo cobrava muito isso deles mas não tinha um e-mail para ser enviado; que era um drive onde todos tinham acesso às planilhas; que havia um disse-me-disse de facilitação de acesso por parte do crime organizado para que os projetos entrassem nas comunidades mas isso nunca foi comprovado; que Cláudio Castro entrou em comunidade na primeira inauguração que teve, junto com Romário; que Marcelo dizia que tinha um acordo para eles entrarem nas favelas; que eles entravam com autorização do tráfico; que um dia teve algum problema pois o pessoal da boca de fumo questionou o que eles estavam fazendo lá num dia que tinham pedido para eles fazerem um levantamento do comércio de lá; que isso não aconteceu com a depoente mas a outra equipe que estava com a depoente foi interceptada; que todo mundo que a depoente conheceu nesse projeto entrou porque conhecia alguém, ou tinham trabalhado ou estudado juntos; que Ana Cláudia e Marcelo, que eram chefes, tinham trabalhado juntos num abrigo em Guaratiba, no Rio; que uma amiga que ficou na Muzema fez pós graduação com a depoente e Marcelo; que outra tinha feito graduação com Ana Cláudia; que não sabe dizer se tinha alguém que era indicação de algum Secretário ou Governo; que o pessoal da equipe da depoente todo mundo comparecia; que o máximo que acontecia era colocar alguém em home office uma vez ou outra; que depois chegou Ana Carolina, que a depoente nunca tinha visto antes, que falaram que era já trabalhava e depois ela virou chefe da depoente no Cidade Integrada; que todos os técnicos iam presencialmente, trabalhavam, cumpriam carga horária; que a depoente e sua equipe não batiam ponto nem tinham qualquer tipo de controle; que não sabe se algum assessor ou cabo eleitoral de algum político indicava alguém para trabalhar na CEPERJ; que a depoente via muito o Alan Borges postando coisas sobre o Cláudio Castro, mas campanha não viu ninguém fazer, além desses momentos em que iam nos eventos; que tem informações que essas contratações que ocorreram via CEPERJ também ocorreram no âmbito da UERJ; que falavam que tinha uma ligação mas a depoente não entendia e não sabe explicar como; que alguns eram contratados via CEPERJ e outros via UERJ; que esses contratados via UERJ também sacavam o dinheiro na boca do caixa; que não sabe dizer se eles eram remunerados pelas Secretarias; que falavam para a depoente e os outros que esse dinheiro que saía na boca do caixa era do CEPERJ; que prestou depoimento na Procuradoria Regional Eleitoral; que pediram para a depoente os prints que ela tinha das mensagens e a depoente enviou para um número específico que lhe deram; que esses prints tinham fotos da depoente e a equipe atuando, com o colete da Cidade Integrada, prints da divulgação da campanha no grupo de trabalho deles e de algumas solicitações de Ana Cláudia; que eles mandavam que a depoente e a equipe tirassem fotos quando fossem em alguma obra, mesmo que nada tivesse sido feito; que tinha que aparecer o colete com o nome Cidade Integrada; que era foto na obra, no Desenvolve Mulher, às vezes foto com a coordenação; que cada passo tinha que ser fotografado; que eles tinham que ficar de costas nas fotos com o colete aparecendo; que acredita que ainda tenha esses prints encaminhados; que foi convocada para ir em duas inaugurações de obras e nesses eventos eles davam alguns panfletos para a depoente e equipe para entregar para as pessoas que passavam na rua; que não sabe dizer se os panfletos tinham número de candidato mas era o Cláudio Castro convidando para a inauguração da obra; que não se lembra se era Cláudio Castro candidato ou Cláudio Castro governador, panfleto institucional do Cidade Integrada; que não sabe dizer como teve campanha nesse período três meses antes da eleição; que não lembra ao certo a data desses eventos, mas teve uma em junho ou julho de 2022, todas antes da campanha eleitoral; que foram a um evento em que Ana Cláudia orientou a eles que tirassem o colete para fazer volume e parecer que eram população; que o governador não estava do lado; que a orientação veio de Ana Cláudia, que estava embaixo, e o governador estava no palanque; que a depoente e equipe tiraram o colete e ficaram embaixo fazendo volume como eleitor; que não viu Ana Cláudia conversando com o governador.”

(Id. 162201968 da AIJE 0606570-47 – com inclusão de negritos)

A testemunha Lucia Helena de Oliveira, líder comunitária e candidata ao cargo de deputado federal em 2022, contribuiu com informações sobre a ingerência política nos projetos sociais e a sua utilização para promover candidatos ligados a Cláudio Castro. Ela disse ter se comprometido a apoiar a candidatura de Marcos Venissius da Silva Barbosa, um dos demandados na AIJE 0606570-47, com a expectativa de receber ajuda financeira para viabilizar a sua própria campanha, o que se materializou em abril de 2022 por meio da disponibilização de um cargo no projeto Esporte Presente. A depoente afirmou ter ciência de pessoas ligadas ao referido candidato que exigiam parcela da remuneração dos colaboradores que ele tinha indicado,

prática semelhante à denominada “rachadinha”. Confira-se:

No dia 9 de novembro de 2023, a **testemunha Lucia Helena de Oliveira**, indicada pelo Parquet e ouvida pelo Juízo da 233ª ZE, disse o seguinte (ID 32024249):

“que a depoente não é parente, nem amiga íntima, nem inimiga de nenhuma das partes do processo; que a depoente acha que esse processo vai afetar a sua vida negativamente, porque já foi lá, denunciou e toda hora lhe chamam para poder fazer alguma coisa; que a depoente chegou até a ir à Polícia Federal, por causa de um carro que estava rodando na época o condomínio onde a depoente mora; que a depoente não tem nenhum interesse nesse processo, sendo que o resultado desse processo não irá lhe beneficiar ou lhe prejudicar de alguma forma; que a depoente trabalha com música, sendo autônoma, sendo que ontem, por exemplo, tocou, trabalhando mais nessa área em que mora mesmo, Padre Miguel; que a depoente trabalha com música há trinta anos; que, em 2022, a depoente tinha um estúdio de pilates, ainda tendo lá, mas não está registrado, não tendo CNPJ; que a depoente tem nível superior incompleto, de Cinema; que a depoente foi do Patriotas, sendo que, anteriormente, chegou, mas não chegou a participar de nada; que a depoente já teve, então, uma mudança de filiação partidária; que foi até uma confusão que teve feito esse processo todo; que, no caso, a depoente tinha feito uma filiação no partido da Mulher Brasileira e, aí, quando tem aquela transição no finalzinho de abril, que você pode mudar correndo pra partido, sendo que, no caso, nessa época, a depoente estava com o Vinícius, a gente ia fazer um, sendo que ele estava decidindo para qual partido ele iria, se ele ia para o PDT ou se ele ia para o Prodemus; que ele é Vinícius, sendo que a depoente só conhece como Vinicius, sendo que na campanha ele é como Vinícius; que, aí, na ocasião, tudo começou ali, que ele ficou de resolver, não resolvendo e, aí, o Patriotas pegou uma ficha que a depoente tinha, muito antiga, e acabou fazendo a sua filiação no partido em cima da hora, porque perdeu a sua filiação no outro partido, mas nada assim demais; que a depoente já deu apoio, mas eventual na internet, para o Renato Moura; que a depoente já participou de eleição para deputada federal, na qualidade de candidata, no ano passado; que a depoente só trabalhou indiretamente na campanha de um candidato, Renato Moura, mas não foi nada, sendo mesmo de apoio, porque, no caso, a depoente é líder comunitária, sendo que a gente já se conhecia; **que Marcos Vinícius da Silva Barbosa, de Angra dos Reis, foi candidato a deputado federal, tendo a depoente contato com ele;** que, quando ele convidou a depoente, fez um reunião com a depoente, sendo que a depoente não queria se envolver, mas, aí, ele desconversou através do caso das pessoas que lhe apresentaram e ele lhe chamou, indo a depoente até a Angra para a gente conversar e ele achava interessante, porque ele não tinha representatividade aqui no Rio de Janeiro e ele queria apoio; que ele perguntou se a depoente queria fazer uma dobrada com ele, que seria interessante para a depoente, que seria legal, que a depoente daria apoio para ele, enfim, a depoente fechou com ele essa parceria, ficando tudo por conta dele; que o Eduardo Gil e o Marcelo Félix que apresentaram a depoente ao Vinicius; que trabalhava para ele; que ficou expresso esse apoio político a esse candidato e, aí, no caso, o Eduardo Gil e o Marcelo Félix que faziam a ponte dele lá em Angra com o pessoal aqui no Rio; que o Eduardo Gil, na verdade, mora no mesmo condomínio que a depoente, sendo que ele é marido de uma vizinha, sendo que a depoente não tinha intimidade com ele, até que um certo dia essa vizinha pediu para a depoente ir até à casa dela, que ele queria conversar com a depoente; que foi tentando fazer a cabeça da depoente, falando ‘não, porque já fez um trabalho legal aqui dentro, seria legal você vir a candidata, isso dá uma visibilidade legal até pra você trazer mais recursos aqui para a associação’, sendo que ele que apresentou a depoente ao Vinicius; que na reunião que a gente fez, foi até numa igreja aqui em frente ao Mc Donald’s, aonde o Eduardo Gil frequenta; que lá foi dito o seguinte, que ele queria dar ao depoente, no caso o Vinicius, que ele lhe apresentou e na conversa rolou o seguinte, que ele iria lhe apoiar na campanha, que a depoente ia fazer dobrada com ele, ele ia lhe apresentar o pessoal do partido, que ia dar todo o suporte para que a depoente dobrasse com ele e trouxesse o nome dele pra cá; que, quando passou um certo tempo, a depoente falou que queria esse apoio, porque pra trabalhar com campanha, a gente precisa botar gasolina, fazer essas coisas; que, aí, o Marcelo Félix, junto com o Gil, colocaram, no caso, no Esporte Presente, porque a depoente já tinha um projeto, como tem até hoje, para idosos lá na praça, só que isso era custeado pela associação de moradores, sendo que a depoente arrecadava e pagava os professores através da associação e sempre esteve procurando o apoio; que foi quando o Vinícius ganhou alguns cargos e, aí, o Marcelo Félix, junto com o Eduardo Gil, falaram, sendo quando a depoente começou a perceber, começou a questionar; **que, no caso, a ajuda que eles iriam dar seria ficar dando o cargo para trabalhar como cabo eleitoral, tendo a depoente questionado; que, no caso, no Esporte Presente, eram quatro pessoas, no caso, coordenação, supervisão, um professor e um técnico de enfermagem;** que, aí, no caso, o Vinicius deu à depoente coordenação, os meninos lá, no caso, Marcelo Félix e Eduardo, porque o Vinicius só mandava; **que parece que distribuíram para ele uns trinta cargos, misturado Esporte Presente e CEPERJ, só que nisso eles foram distribuindo para as pessoas, que, no caso, seriam cabos eleitorais e, aí, a depoente começou a questionar, porque a depoente foi um dia para receber na boca do caixa e, aí, dava o seu CPF, mas não recebia;** que esse projeto seria para acontecer, no caso, lá na praça, aonde a gente sempre fez; que a praça fica no condomínio onde a depoente mora, no Parque Real, em Realengo, sendo que seria para os moradores; que a gente chegou a fazer o cadastro tudo bonitinho no Esporte Presente, sendo que a professora fez todo o procedimento do cadastro das pessoas, estando tudo legal; **que os profissionais envolvidos eram quatro, mas, no caso, a técnica de enfermagem, o Marcelo Félix a colocou no quadro de funcionários, mas ela, na verdade, ficava lá no núcleo da Saens Pena;** que eles tinham núcleo em Campo Grande, no caso esse em Realengo, que era com a depoente, um na Saens Pena e um no Recreio dos Bandeirantes; que lá no caso do núcleo de Realengo, no da depoente, como é até hoje, é alongamento e circuito funcional para idosos; que o plano de trabalho quem fazia, no caso, era a professora, sendo

que ela que jogava tudo lá, sendo que tinha um site, sendo que era até bem organizadinho o negócio do Esporte Presente; que, se não se engana a depoente, esse projeto iniciou em abril de 2022, sendo que, como a depoente começou a questionar, por que a depoente estava indo no banco e não tinha recibo do que estava recebendo; que, aí, se por exemplo, mas, por exemplo, se for cinco mil reais o valor do salário, era descontado setecentos reais, começando a questionar 'por que é descontado o INSS, porque não está assinando nenhum documento, está indo na boca do caixa recebendo o dinheiro e depois como fica isso'; que, aí, a depoente via, no caso, o Eduardo Gil, na porta, começando a observar que iam pessoas pegar dinheiro com ele, a pessoa entrava, recebia e, aí, dava um dinheiro na mão dele; que a depoente começou a questionar e, aí, começou a perguntar, 'não quero o meu nome envolvido com esse tipo de coisa, porque é a única coisa que, já sendo casa, tendo um casamento homoafetivo, já é mulher e, aí, se envolve com algum tipo de coisa desse tipo, 'a corda sempre arrebenta do lado mais fraco'; que, aí, foi quando a depoente começou a questionar e, passado um mês, começou a ver uma movimentação meio esquisita, falando assim, desculpe a expressão, 'eles vão dar uma sacaneada aqui, né'; que, aí, a depoente ligou para o Vinicius, no dia do pagamento, falando 'não caiu', sendo que, no caso, eles tinham colocado o Eduardo Gil dentro, sendo que ele era funcionário público de um colégio, tendo ele pedido emprestado para poder trabalhar dentro da CEPERJ, na ocasião; que, como a depoente estava questionando muito, começou a ver que eles já estavam incomodados pelo fato de a depoente estar questionando, perguntando e, aí, começou a prestar mais atenção; que, aí, a depoente viu que eles tinham pedido mais vinte cargos, sendo que só o Marcelo Félix ele devia ter umas cinco nomeações, ou seja, a depoente não pode precisar, mas ele indicou vários amigos, que sacavam o dinheiro e davam o dinheiro para ele; que, então, a depoente já ficou meio ressabiada; que o Vinicius chegou, tendo fotos, sendo que a depoente mandou, no caso, quando fez a denúncia, chegando a ligar vários veículos de comunicação para poder denunciar, sendo que a depoente ligou para o Vinicius, falando 'olha só, eu estou percebendo o que vocês estão fazendo e eu vou deixar bem claro pra você, eu não quero saber, eu não quero receber, eu não quero nada, mas a minha professora deu aula e ela vai ter que receber'; que, se vocês não pagarem ela, seja de que forma for, eu não quero confusão, se não receber, eu vou fazer uma denúncia com o Ministério Público porque eu não quero o meu nome envolvido com isso'; que ninguém falou nada, no dia em que a professora foi receber, não caiu o pagamento, sendo quando a depoente percebeu que eles já tinham, pelo fato de a depoente ter questionado, ficado em cima, sendo que chegou a ir uma semana antes do ocorrido a Angra dos Reis falar com o Vinicius pessoalmente e ele já sabia que isso estava acontecendo e não lhe falou nada; que, neste momento em que a depoente esteve em Angra, teve conato com ele, sentou, tomou café; que, depois desse movimento, a depoente sentiu que ele estava meio esquisito, sendo que a depoente estava o apoiando; que a depoente foi à Angra, não tendo ele falado nada, não tendo lhe comunicado nada e no dia do ocorrido a depoente esperou dar cinco horas da tarde, ligando para ele, tendo áudio; que entregou, sendo que tudo o que está falando tem como provar; que as outras pessoas a depoente não as conhece, sendo que, no caso, o seu problema específico foi com o Vinicius, tendo a depoente falado para ele que se rolasse essa traiçagem, porque a depoente o levou dentro do lugar onde mora, como nunca havia apoiado ninguém; que, quando a depoente disse que tinha apoiado o Renato Moura, foi na internet, sendo uma pessoa conhecida aqui de Bangu, de Realengo, Padre Miguel, mas ele, Vinicius, foi a única pessoa que levou lá dentro, que a depoente falou com os moradores, falou com os seus vizinhos, porque ele prometeu cumprir, deixar um projeto, porque a gente faz um trabalho com os idosos lá dentro e ele falou também que iria lhe dar esse apoio; que foi quando a depoente descobriu que ele não tinha feito nem a minha filiação e, aí, a depoente esteve, foi direto no Podemos, sendo o único contato que teve com o Patrick, sendo que a depoente não o conhecia; que ele atendeu a depoente prontamente, sendo até muito gentil, sendo que ele viu lá e disse que ele não tinha feito a sua filiação, que, no caso, seria estadual, mas que ele poderia estar fazendo para federal, abrindo uma exceção; que ele falou 'não, vou botar aqui pra você, no momento eu não posso ajudar em nada, mas só que a mulher tem cota, pra mulheres sempre é destinado uma cota para pode ajudar na campanha pra mulher, quando chegar na hora, posso te ajudar'; que, aí, veio uma pessoa lá falar com a depoente; que a depoente não conheceu outros projetos envolvidos pelo Governo do Estado; que ele, Marcos Vinicius, só foi, no caso, lá no meu, ao que saiba a depoente, sendo que dos outros não pode afirmar, porque não estava; que, nestas ocasiões, ele chegou a pedir voto, fez discurso, com cunho eleitoral, sendo que isso foi lá em Realengo, tendo a depoente mandado fotos; que ele, inclusive, falou para as alunas da depoente que ele estava vindo a candidato e que seria muito importante que elas soubessem também que a depoente estava com ele, que a depoente seria parceira dele como candidata estadual; que a depoente não estava ciente de que as pessoas seriam contratadas para supostamente atuarem nos projetos, quando, na verdade, elas deveriam atuar como cabos eleitorais na campanha dos candidatos da coligação do Governador, que foi reeleito, e na própria campanha do Governador; que lá no caso do Vinicius era uma coisa que a depoente queria muito, porque, por exemplo, no pilates, a depoente queria muito fazer esse negócio com as idosas, porque lá no seu horário da tarde a gente não tem funcionamento, então, por exemplo, a gente tendo um projeto que conseguisse pagar os professores, a gente conseguiria colocar os idosos para fazer de manhã e nos horários que a academia não estivesse funcionando, a gente lá também à tarde; que ele visitou a academia e a quadra, mas só que, no caso, para a depoente, a intenção do Esporte Presente seria um projeto para poder ajudar a associação de moradores, da qual a depoente era Presidente; que foi quando a depoente começou a ver que o Esporte Presente estava tendo a mesma coisa que estava rolando com a CEPERJ, porque, até então, não estava aparecendo na televisão o Esporte Presente, você só ouvia falar em CEPERJ; que foi aonde começou a rolar um questionamento de como seria, 'você vai continuar, esse projeto vai acabar depois das eleições, como é que vai ser, como é que eu vou ficar, e as minhas idosas'; que a depoente começou a perturbar, a perguntar demais, ao ponto de que, quando ele não lhe respondeu, pegou o carro e foi à Angra; que lá no Podemos, na ocasião, quando a depoente saiu da sala do Patrick, a depoente não

lembra o nome da moça, responsável pela parte das mulheres no partido; que ele, no caso, falou assim 'ó, pra você começar', negócio de trabalhar, 'dá para, de repente, arrumar umas vinte nomeações para você'; que isso foi lá no gabinete, lá no Podemos, sendo que algum agregado lá do Patrick, que, no caso, era o Presidente do partido, do Podemos, mas só que a depoente não lembra o nome do rapaz que estava na salinha; que, aí, a depoente foi pra casa; que a depoente estava sozinha nesse momento lá, porque foi lá, começou a questionar e começou a procurar as coisas; que a depoente foi lá no Podemos para saber se estava filiada ou não, tendo ele falado 'não, fica tranquila', tendo o áudio que a depoente mandou, não sabendo se vocês tiveram acesso; que foi uma matéria da UOL, que foi divulgada, tendo a depoente o áudio do Vinicius, é porque o seu telefone mudou, o aparelho e, aí, perdeu um monte de coisas, mas, se for o caso, até pode pedir para o repórter: **que, durante o desenvolvimento do projeto, tem registro por fotografia e vídeo, sendo que, inclusive, marcava ele na rede social, para poder marcar ele, o Vinicius, como se ele fosse o padrinho;** que o Vinicius era marcado e o Podemos também; **que, às vezes, eles botavam lá também o Cláudio Castro, porque era apoio, sendo que quem determinava isso, no caso, eram o Marcelo Félix e o Eduardo Gil;** que eles falavam que o pagamento seria até o dia no Bradesco, que a gente teria que ir com documento com foto na boca do caixa, aí daria o CPF e, aí, o caixa ia o pagamento, ia dar ordem de pagamento, sendo que a gente só assinava um papelzinho lá que recebeu, mas não levava nenhum comprovante; **que, no caso da CEPERJ, a depoente sabe que o Vinicius tinha quatro projetos aqui para o Rio, do Esporte Presente, mas na CEPERJ ele tinha bastante cargos, bastante mesmo, e quem estava administrando essa parte aqui no Rio era o Marcelo Félix junto com o Eduardo Gil;** **que o pagamento era na boca do caixa, em dinheiro, cash;** que a depoente até questionou isso, sendo que não podia refazer; que a depoente não lembra se o pagamento era no dia 10 ou no dia 15, sendo que, no caso, o Eduardo Gil e Marcelo Félix falavam assim 'ó, parece que vai cair hoje'; que, aí, o pessoal ia para o banco; que, numa ocasião, a gente, nós três, estávamos almoçando juntos, sendo quando a depoente viu e, aí, aquele ali foi o momento que lhe desapareceu totalmente; que, quando a depoente viu, a gente estava na porta do banco e, no caso, o Marcelo Félix não tinha recebido o dele, no caso, da CEPERJ, mas só que ele também tinha do Esporte Presente, que ele foi colocando um monte de parentes, amigos; que foi quando a depoente viu uma pessoa chegando, que a depoente não sabia quem era, sendo conhecido do Eduardo Gil; **que ele falou 'vai lá, vai lá receber'; que o rapaz entrou, recebeu, chamou ele num canto, percebendo a depoente que ele separou um dinheiro, dando para o Eduardo Gil, e levando o restante;** que a depoente chegou a fazer um saque, achando que era no valor de, no total, no bruto quatro mil e trezentos reais, não tendo certeza, e no líquido três mil e setecentos reais, sendo uma vez só; que eles descontavam dinheiro e, aí, a depoente começou a questionar; que a depoente assinava o papel só no banco, sendo que o desconto era de boca, no caixa e, por isso, que a depoente começou a ficar assim, 'como é que eu vou assinar'; que foi uma vez que a depoente fez isso; **que, se não se engana a depoente, era dia 15, sabendo que na hora que a gente ia receber estava lá quatro mil e trezentos reais e, na hora de receber, vai vir a três mil e setecentos reais;** **que, aí, a depoente questionou esse desconto, falando 'esse desconto é o que, é INSS', tendo o caixa falado 'não sei, sei que já vem descontado já'; que a depoente falou 'e o recibo', tendo o caixa falado 'não, a única coisa que você vai fazer é assinar aqui que você recebeu, e esse papel fica comigo';** que, aí, a depoente pegou o dinheiro e veio embora, mas a depoente mesmo não tinha nenhum recibo de que recebeu aquele dinheiro, para aonde foi esse outro valor; que, aí, foram as coisas que a depoente começou a perguntar, a perguntar, porque é chata pra caramba; que a depoente nunca chegou a fazer nenhum repasse para outra pessoa; que, além desses pagamentos, no projeto não foi feito nenhum outro tipo de investimento público ou privado, isso só, um mês só, um mês e meio, que a depoente começou a encher o saco lá, a perturbar, a perturbar, perguntando, eles chiaram; que não ofereceram outros cargos para a depoente, só o Esporte Presente; **que o Esporte Presente, na verdade, o problema todo que a depoente achou foi que não era para poder beneficiar as idosas da depoente, era que estavam lhe pagando por cabo eleitoral e, aí, a depoente, tipo assim vai acabar o projeto depois de outubro e como é que fica, então, esse é o pagamento para poder trabalhar para ele como cabo eleitoral, sendo os seus questionamentos;** que só a técnica de enfermagem que estava cadastrada no seu polo, porém nunca apareceu, que é amiga do Marcelo Félix, que ela estava atuando no núcleo da Saens Pena; que quem indicou a técnica de enfermagem foi o Marcelo Félix, sendo que as outras quem indicou foi a depoente, sendo que eram pessoas que já trabalhavam com a gente desde 2020, que tem um projeto lá que é pela associação desde 2020, sendo a mesma professora até hoje; que teve contrato de trabalho, mas a professora teve acesso à plataforma, que a depoente mandou prints e tudo para o jornal da plataforma do Esporte Presente, ela fez o cadastro dos alunos, ela fez o cursinho que tem do Esporte Presente; que, então, para a depoente, até então, estava tudo legal, porque estava rolando esse negócio da interação com o pessoal mesmo do Esporte Presente; que, no dia em que a depoente chutou o balde, a depoente pediu para ela 'olha só, pega o número dos administradores que você tem no grupo', e a depoente mandou mensagem para todos eles, falando 'olha, tá acontecendo isso, isso e isso, a gente tinha o Esporte Presente, tiraram o Esporte Presente, por isso, por isso e por aquilo', e, simplesmente, eles não souberam falar nada; que, aí, foram passando para outros telefones e a depoente ligando para todo mundo, mandando mensagem, printou tudo e mandou para o jornal; **que ela não tinha nenhum tipo de contracheque, nem de recibo, sendo da mesma forma, sendo que ela, inclusive, no caso, na ocasião ela, a professora, denunciou junto com a depoente, no caso, no jornal da UOL, a professora;** que ela fazia tudo pela plataforma do Esporte Presente; que era tudo virtual, que a professora tinha esse papel, sendo que o nome dela é Angélica; que, inclusive, depois de eles terem tirado o Esporte Presente da gente, a depoente acha que o Esporte Presente nem sabia, porque continuaram a chamando no grupo, sendo quando ela falou que ela tinha sido desligada, porque, na verdade, quem tirou o Esporte Presente foi o Marcelo Félix e o Gil, porque o Gil estava representando o Vinicius dentro do, sendo que não vai lembrar o nome agora, mas ele foi emprestado, que o Vinicius pediu a do colégio aonde ele trabalhava, para ele poder ficar nesse local, que era onde distribuía mesmo

esse negócio, sendo que no outro depoimento tem o nome, sendo que agora, na verdade, não lembra; que a depoente não tem conhecimento se que houve oferta injustificada do aumento do número de cargos para a distribuição desses profissionais em 2022, sendo que só pode falar mesmo; que tinha um programa lá no gabinete do Vinicius que a gente tinha que preencher, era tipo um programzinho que tinha que baixar, que tinha colocar o nome das pessoas, CPF, identidade, endereço, título de eleitoral, zona eleitoral; que, no caso, os organizadores aqui no Rio dele, que eram o Eduardo Gil e o Marcelo Félix, que deram essa orientação de que deveria proceder dessa forma; que todo mundo que estava no gabinete do Vinicius, que foi lá, lá em Angra, presenciou essa combinação; que, no caso, a professora só trabalhou na parte do esporte mesmo, que é a área dela, de entrar na plataforma, de cadastrar os alunos, a parte que competia a ela mesmo; que a depoente soube que não estava filiada ao Podemos no momento em que mandou mensagem para o Vinicius, sendo tudo num dia só, que se estourou e, aí, no dia seguinte pegou o seu carro, viu o endereço no Google, indo direto lá no Podemos; que, no caso, a depoente se identificou, pedindo para falar com o Patrick e, aí, ele lhe atendeu, vendo que o nome da depoente não estava como candidata e quem iria fazer isso, que estava com toda a documentação, era o Vinicius; que, no caso, a depoente ficou injuriada, e falou 'agora não vir nem estadual, vou vir a federal', só para tirar os votos dele; que a depoente confessa, só para tirar os votos dele, sendo que fez mesmo, não tendo vergonha de falar não; que a depoente sabia que não ia ganhar, mas também os votos que ele poderia ganhar ele não ia tirar dali não; que ninguém do Podemos, nem da parte do candidato Vinicius procurou a depoente depois desse rompimento; que a depoente que foi até ele; que a depoente acredita que essas pessoas que a depoente conhecia foram essas que conheceu através do Marcelo Félix e do Eduardo Gil, que era do núcleo deles, que a depoente sempre estava acompanhando em reuniões, mas depois que a depoente denunciou, todo mundo ficou sem receber, sendo só o que a depoente queria; que a depoente falou para ele 'se me sacanear, eu vou denunciar'; que, no dia em que jogou na internet, todo mundo ficou sem receber; que a depoente não tinha conhecimento de que Esporte Presente era vinculado a algum candidato à eleição ou à reeleição, até porque, na ocasião, era tudo muito novo para a depoente, não tendo essa vivência; que ninguém do Governo fez algum contato com a depoente pra tratar de assuntos envolvendo a execução deste projeto ou também outros assuntos relacionados a apoio político; **que o único contato específico que a depoente teve foi mesmo com o gabinete do Vinicius;** que esse projeto depois lá em Realengo não foi executado, acabou, sendo que a depoente continuou dando o seu jeito, com a associação de moradores, como continua até hoje, e hoje em dia até conseguiu dar prosseguimento através de uma ONG; que a depoente já se sentiu ameaçada, com certeza, no caso, um aplicativo que não usa muito, que usou mais nas eleições, que era o Telegram, e a depoente tinha uma pessoa nas eleições que fazia essa parte para a depoente, de mexer na Internet, de estar mexendo com o Telegram, essas coisas; que, quando acabaram as eleições, a depoente deixou o Telegram de lado, sendo feito tipo um grupo no Telegram para poder passar para os seus amigos os seus contatos, sendo que, no caso, estava vindo a deputada federal, sobre a sua campanha; que, aí, passou um tempo, depois das eleições, o Marcelo Félix entrou de uma forma assim moleque, entrando numa conversa lá, porque a depoente tinha bloqueado eles na sua rede social e falou um monte de besteiras; que a depoente printou, chegando até a levar para a Polícia Federal, sendo que a sua esposa, na ocasião, ia para a academia, lá onde tem o estúdio de pilates, malhar, e ela é paulista e, então, a depoente ficava sempre com esse negócio de medo, 'olha, tem que andar na rua, tem que olhar, tem que ver se tem moto', porque não está acostumada com o Rio de Janeiro, e ela lhe omitiu que ela estava estranhando que tinha um carro preto, que sempre aquele carro chamou a atenção dela, mas ela não lhe contou, até que um dia ela desceu, sendo que a depoente até relatou isso na polícia, falando com os jornalistas, indo até a Polícia Federal para poder fazer essa denúncia, que ela desceu para poder ir numa vendinha perto da nossa casa; que, nisso que ela desceu, indo de carro, ela percebeu esse mesmo carro que ela já tinha visto outras vezes, fechou ela, sendo que ela ia até xingar ele, mas, aí, depois alguma coisa chamou a atenção dela, e a rua da depoente tem uma ladeira e, quando ela parou em casa, o carro ficou parado na ladeira esperando, sendo quando ela entrou e lhe falou; que a depoente falou 'você não pegou a placa, eu sempre falo para você, toda vez que você for sair, se ver que tem algum carro diferente, você tem que a primeira coisa que ver é olhar a placa', e ela não viu sendo um carro preto, parecendo ser um Siena, enfim, mas não pode afirmar se era de quem, sendo que não vai falar de uma coisa que não tem prova; que a depoente confirma que prestou depoimento na Procuradoria Regional Eleitoral; que a depoente não tinha ciência se esse programa era ligado à alguma Secretaria do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo que nem sabia que existia; que, na época, ao que saiba a depoente, eles, Eduardo Gil e Marcelo Félix, tanto quanto o Vinicius foram do Patriotas; que a depoente não sabe dizer se o Marcus Vinicius ocupava algum cargo no Governo estadual; que lá em Angra, no gabinete, é o comitê; **que o partido do Marcus Vinicius, o Podemos, apoia o Governo estadual;** que a depoente não procurou o Podemos para se filiar, sendo que foi o Vinicius que, como a depoente ia dobrar com ele, ele, no caso, estava em dúvida se ia para o Podemos ou se para o PDT e, aí, acabou na última hora, no último dia de trocar de partido, ele decidiu ir para o Podemos, e ele que fez no dia do lançamento do campanha dele, sendo a única vez que foi apresentada ao Patrick, porque ele estava descendo, não lembrando a data, mas foi lá em Angra; que, no caso, a depoente foi no dia, chegando lá direto no Podemos e, aí, no dia seguinte o advogado do Podemos disse que a depoente não estava filiada, não lembrando a data, mas acha que, se não se engana, foi final de abril ou junho, sabendo que não dava nem mais tempo de recorrer, nem nada; que a depoente enviou tudo para o Vinicius, tanto é que foi até ele, não enviando nada para o partido; que a depoente veio candidata a deputada federal pelo partido Patriota; que o que ocorreu no Patriota foi o seguinte, um ano anterior às eleições, a depoente foi a uma reunião em que o Eduardo Gil lhe levou, naquele afã de querer 'ah, você tem que conhecer política, por causa do seu trabalho', tendo a depoente ido a uma reunião de mulheres, e nisso, quando ele chegava; que a depoente tinha se filiado ao Partido da Mulher Brasileira, chegando a se filiar, todo bonitinho, sendo que tinha avisado ao Vinicius e tudo e, quando chegou naquele período, no ano das eleições, em abril, que você tem aquela janela

pra mudar de partido, no caso, ele iria fazer, sendo que a depoente nem contava que estava no Patriota; que o Patriota pegou a ficha da depoente que estava lá, sem lhe avisarem, e a sua filiação; que, quando a depoente foi ver, estava filiada, sendo que eles tinham tirado esse, se tiver como puxar, vai estar como o que, no Partido da Mulher Brasileira depois; que, aí, nessa transição, o Patriota, sendo quando a depoente resolveu vir pelo Patriota mesmo; que a depoente questionou o partido; que eles fizeram, mas naquela hora impossível; que naquela hora ele sacaneou a depoente, então, eu vou vir pelo Patriotas; que, quando a depoente falou que ofereceram vinte cargos, quando a depoente estava no Podemos, lá no partido, não lembrando data, sendo que foi um dia antes do advogado, não lembrando a data, achando que foi em junho, mas não tem certeza; que em abril era o prazo para poder fazer a troca da janela, sendo que, se não se engana a depoente, foi dia cinco de abril; que a depoente não fez filiação no Patriota; que a depoente havia feito antes, no ano anterior, no Partido da Mulher Brasileira, só que aí conheceu o Vinicius e ele lhe ofereceu vir dobrando com ele, sendo que ele ainda ia escolher o partido; que a depoente falou que era filiada em outro partido, no MB; que ele falou 'tem que fazer, então, a mudança'; que, aí, ele ficou naquela, achando a depoente que era no dia cinco de abril, se não se engana a depoente, até meia-noite, sendo sexta-feira; que a depoente até falou assim 'poxa, eu não quero vir pelo Podemos não, por causa do Moro', acabando que veio pelo Patriota; que ele falou 'não, estou pensando em ir para o PDT'; que a depoente estava na sede do partido, mas não sabia, até então, se ainda constava naquela nominata ou não, porque a depoente havia sido apresentada; que, até então, quando a depoente descobriu que o advogado lhe ligou, que não estava na nominata, tendo sido um dia depois que esteve no partido; que a depoente foi lá e ele falou 'amanhã eu vou ligar pra você pra gente acertar tudo direitinho', para ver a documentação; que no dia seguinte a depoente chegou em casa e ele falou assim 'Lucia, olha, não foi feita a sua filiação e nem tem como entrar com processo, nem nada'; que isso foi uma dia depois de a depoente ter ido lá; que a depoente não foi lá ver vinte cargos, sendo que foi lá ver; que em junho a depoente soube que não constava da nominata do Podemos; que a depoente não se filiou ao Partido Patriota, sendo que o Patriota pegou uma ficha da depoente do ano anterior e colocou nessa janela, provavelmente para poder contar como cota de mulher; que uma pessoa que trabalhava com a depoente, que mexe com a sua internet, ela falou 'Lucia, me dá os seus dados', sendo que ela entrou, porque a depoente nem sabia, sendo péssima de internet; que ela falou 'você está filiada no Patriota', tendo a depoente falado 'como assim', porque, até então, a depoente tinha ido para o Partido da Mulher, mas nunca tinha nem entrado, concluído a defesa, porque não voltou mais lá, porque, na verdade, o único partido, até então, desde 2005, que a depoente era filiada era o PDT; que, no caso, o combinado foi da janela, em abril, do Vinicius, quando a depoente ia para o mesmo partido que ele, sendo que ele que iria fazer esse trâmite; que, no caso, lá é grande, sendo que tinha uma mulher, 'ah, fica na reunião de mulheres, é no outro prédio'; que, quando foram oferecidos esses vinte cargos por pessoa, o Patrick não estava presente; que a depoente só conhecia o Esporte Presente, depois desse episódio; que a depoente nunca teve nenhuma ligação com nenhum tipo; que a depoente não conhecia o projeto da Secretaria de Trabalho, sendo que nem sabia.

(Id. 162201968 da AIJE 0606570-47 - com destaques no original)

As oitivas dos auditores do TCE/RJ reforçam as irregularidades administrativas ocorridas nas contratações de pessoal tanto pela CEPERJ quanto pela UERJ com vistas ao pleito eleitoral de 2022, além de contribuírem com informações sobre o vultoso crescimento orçamentário dos projetos.

O auditor Marcus Paulo Peixoto Mendes elucidou detalhes dos projetos Esporte Presente e Cultura para Todos. Colhe-se de suas declarações que o acordo de cooperação técnica para desenvolver o projeto Esporte Presente foi firmado no final de 2021 com previsão de cerca 550 núcleos a um custo de R\$70.000.000,00 a R\$100.000.000,00. Em 2022, foi ampliado para 1.250 núcleos, elevando a despesa para quase R\$300.000.000,00, dos quais R\$240.000.000,00 foram empregados no pagamento direto de pessoal pela CEPERJ. Segundo a testemunha, a ampliação resultou na contratação de cerca de 8.000 pessoas no projeto ligado ao esporte e de outras 3.000 no relacionado à área de cultura, totalizando 11.000 trabalhadores.

Segundo se apurou, o número de contratados foi de cerca de 20.000 pessoas em todos os 22 projetos da CEPERJ que foram fiscalizados pela Corte de Contas. O orçamento da fundação, que outrora girava em torno de R\$80.000.000,00 anuais, ascendeu a mais de meio bilhão de reais com a implementação dos projetos sociais no período compreendido entre o final de 2021 e o primeiro semestre de 2022.

A testemunha confirmou, ainda, que o pagamento dessas pessoas era feito por recibo de pagamento autônomo (RPA), que não havia análise de acompanhamento dos projetos nem de frequência dos prestadores de serviço e que o setor responsável pela área de pessoal do TCE/RJ, ao realizar cruzamentos das folhas de pagamento, identificou inconsistências, incluindo indivíduos que não residiam no Rio de Janeiro e até presidiários beneficiados com esses pagamentos.

Transcrevo os depoimentos dos auditores Marcus Paulo Peixoto Mendes e Ana Maria Furbino Bretas Barros, que fiscalizaram os projetos Esporte Presente e Cultura para Todos, executados via CEPERJ:

A testemunha **Marcus Paulo Peixoto Mendes** – analista de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – disse o seguinte (ID 32082606):

**"que o depoente é servidor do Tribunal de Contas; que, enquanto servidor do Tribunal de Contas, atuou em procedimentos de fiscalização relativo à atuação do Ceperj; que, nessa atuação, o depoente verificou um incremento orçamento considerável no Ceperj a partir do final de 2021 e no primeiro semestre de 2022; que, no orçamento original, pelo nosso sistema, não havia previsão na Lei Orçamentária de 2021, sendo que não é que é transferência, na verdade, é reorganização orçamentária, sendo que essa parte o depoente não sabe dizer a origem, mas não havia previsão inicial na lei no montante não; que, salvo engano, detectamos em abril de 2022 que houve um ato normativo, um decreto, uma lei que ampliasse a atuação do Ceperj;**

que isso aumentava as atribuições do Ceperj também; que o depoente vai só fazer um esclarecimento, que primeiro que o processo, como tem muito tempo que passou, então, pode ser que o depoente tenha esquecido alguma data, mas está tudo lá na peça que o depoente elaborou, está tudo lá, então tem datas lá, tem tudo lá, se o depoente falhar alguma coisa, realmente, foi esquecimento; **que o depoente é auditor da área de educação, de cultura, de esportes e ciência e tecnologia, na coordenadoria**; que a parte mais específica de pessoal depois desse nosso trabalho foram abertas fiscalizações pela Especializada de Pessoal e, então, eles abriram uma auditoria, uma tomada de contas, já tendo até decisão, mas não está ativa, ainda estando em trâmite; que o nosso foco não era o pessoal, sendo que o nosso foco era uma matéria jornalística que falava que o programa era muito caro, e comparando com o anterior, que era na área de esporte, que tinha um anterior, RJ em Movimento, então 'olha, no RJ era tanto, agora cada núcleo está muito mais caro'; que, a partir daí, o colega que antecedeu o depoente, o Jefferson, ele baixou os processos no SEI, que é a plataforma de processo eletrônico administrativo e, aí, o depoente começou o trabalho; que a fiscalização é uma representação ativa, sendo um processo que a natureza dele, no início a gente reúne o máximo de elementos que tiver e, a partir daí, a gente questiona, o Conselheiro decide, o Relator, determina e, aí, a gente recebe uma documentação para ter mais elementos; que, então, essa inicial, os elementos são todos à distância, a partir do sistema do próprio Estado, que é o CIAF, que é de gestão orçamentária, e a partir do outro sistema administrativo, que é o SEI; que esse processo, essa representação, ela trata do Esporte Presente, que foi ativo, e de uma outra representação por parte de um Parlamentar e, aí, naturalmente, a gente respondeu que foi na área da cultura, Cultura para Todos, então, esses dois foram os que o depoente atuou; que a auditoria que a área de Pessoal realizou foi no âmbito dos vinte e dois projetos; que o início dele foi uma provocação, no caso do esporte, foi uma provocação da Ceperj; que foi uma provocação das partes envolvidas em 2021, sendo que uma parte oficiou à outra, sendo que, se não se engana o depoente, a Ceperj oficiou à Suderj, sendo um acordo de cooperação técnica, no final de 2021; que, para o público, o depoente não tem como afirmar, sendo que começou-se a transferir no final de 2021; que são duas partes, sendo um acordo de cooperação, que não tem transferência, com a Suderj, entre a Ceperj e a Suderj, sendo uma operação técnica, a Suderj que é a área do esporte e a Ceperj a área da estatística, da pesquisa; **que, aí, no mesmo projeto tinha um termo de colaboração entre a Ceperj e o Instituto Fairplay, que era uma entidade parceira que ia gerir os núcleos**; que isso que o depoente diz de transferência foi para o instituto, sendo que o instituto já começou recebendo em setembro de 2021, se não se engana o depoente; **que a transferência para a entidade começou em setembro, outubro de 2021, não se engana o depoente, então, em tese, ela começou na mesma época, perdurando em 2022, terminado com uma decisão judicial de uma ação civil pública, terminando em julho**; **que inicialmente estava previsto para quinhentos e cinquenta núcleos, então, se não se engana o depoente, geraria em torno de cem milhões, talvez menos um pouco, setenta milhões, mas depois propôs-se uma ampliação para mil, duzentos e cinquenta núcleos; que, então, aí, houve incremento para quase trezentos milhões, sendo que seriam quarenta milhões para a parceira, para a organização parceira e duzentos e quarenta para pagamento de pessoal, que a Ceperj fazia diretamente às pessoas; que questionaram e não houve resposta quanto a se havia algum procedimento, algum processo simplificado para escolher as pessoas que trabalhariam, se havia análise de currículo, ou se não tinha nenhum critério objetivo, sendo que questionaram, não tendo a resposta, não conseguiram esclarecer; que, com a ampliação, passou-se a em torno de oito mil pessoas no esporte e três mil pessoas na cultura, onze mil pessoas, mas nos vinte e dois foi apurado que se chegaria a dezoito mil, se não se engana o depoente, próximo a vinte mil pessoas; que cabia ao Ceperj fazer a remuneração dessas pessoas, no caso do esporte sim, e na cultura também; que a informação sobre os pagamentos a gente não consegue, mas depois ficou veiculada que eles sacavam na boca do caixa, mas no nosso trabalho, a Ceperj fazia pagamento por meio de RPA, que é recibo de pagamento de autônomo, só que ela usava um credor genérico, que é a transferência para esse credor, então, a Ceperj faz a transferência para esse credor no SIAP, mas orçamentariamente ela faz essa transferência e, aí, na execução financeira o dinheiro vai pra essa conta e de lá ele é distribuído, e as folhas eram sigilosas e, então, a gente não tinha acesso e, aí, questionamos; que as pessoas envolvidas também não sabiam nem o nome, nem quanto cada um recebia, ninguém; que, sendo que, assim, no plano de trabalho tinha, olha, o professor ou o instrutor recebia tanto, os gerentes; que, depois, eles mandaram pra gente; que tem a inicial e, aí, depois, o depoente elencou em torno de umas trinta determinações, sendo que o Conselheiro é que decide, sendo que ele que determinou e, a partir daí, eles responderam algumas, e mandaram as folhas, mas, como já tinha saído a decisão, aí no trabalho da Especializada de Pessoal eles fizeram cruzamento de folhas, tendo eles tratado muito com o Ministério Público; que esses serviços foram interrompidos a partir de uma decisão judicial numa ação civil pública proposta pelo Ministério Público; que o nosso trabalho foi cumprido antes, mas o Conselheiro demorou um pouco para decidir e, quando ele decidiu, se não se engana o depoente, já tinha saído a liminar, mas no MP ele falou que muitos elementos eles aproveitaram do nosso trabalho; que, em relação à essa questão de pessoal, isso é da Coordenadoria de Pessoal, sendo que teve trabalho, e na tomada de contas até levantaram sim, mas aí, o que eles conseguiram provar mesmo, porque tinham pessoas que não moravam no Rio, algumas pessoas, até presidiárias, se não se engana o depoente, mas foi um trabalho que o depoente leu por curiosidade, não tendo nenhuma participação, mas tem esse documento, tendo essa tomada de contas; que Ceperj, antes da atuação do Tribunal de Contas, ele não fez nada, agora no processo, agora justificativa, realmente, se ele tocou nesse ponto, agora o depoente não se recorda, assim especificamente o que foi utilizado, sendo que o depoente acredita ter sido por questões administrativas, para facilitar, mas o depoente não pode afirmar, até porque o processo ainda está em trâmite e vai voltar pra gente; que o trabalho do Tribunal de Contas foi a partir uma matéria jornalística, sendo que, até então, não tinha nada de informações vindas do Ceperj para o Tribunal de Contas, mas ele não tem essa obrigação, o que acontece é que a gente tem sistemas de identificar; que**

no sistema ele tem que colocar só o termo de colaboração, que ele bota transferência, sendo que agora o depoente não se recorda se consultou o sistema, porque, como existe o SEI, o depoente foi direto no processo administrativo eletrônico; que, na verdade, o Presidente da Ceperj mudou, alterou, entrando um outro, mas o prazo e o que o Conselheiro determina, se não se engana o depoente, quinze dias, mas as respostas chegaram pra gente, e o depoente está até verificando, para se lembrar, que já estava preparando a instrução, mas, como esclareceu quando esteve aqui, identificou que tinha uma última transferência já em julho com um projeto parado, de dezesseis milhões e, aí, o depoente conversou com a sua chefe, que também lhe antecedeu aqui, na época, agora ela é Subsecretaria e, na época, ela era coordenadora, e ela apoiou que a gente elaborasse um pedido de cautelar para que devolvesse de imediato, porque o próprio instituto tinha dito que não tinha mais projeto para aplicar e, então, ele estava com dezesseis milhões, estando no processo, não tendo sido o depoente que falou, o instituto que falou 'tem dezesseis milhões aqui parados'; que, aí, o depoente falou então vamos devolver, senão eles vão gastar', só que como o trâmite demorou muito, aí, eles, já no retorno, disseram que aplicaram treze milhões, e que no final lá sobram três milhões e eles devolveram; que, como houve esse pedido de cautelar no meio do processo, ele não retornou para a gente fazer a análise das respostas da Ceperj, sendo que a gente tem lá os documentos que eles mandaram e, pelo o que o depoente viu, a maioria ficou sem resposta, mas eles mandaram algumas listas, tiraram o sigilo de algumas coisas, que o Conselheiro determinou, mas algumas coisas eles não conseguiram responder, que é o caso até do método de seleção; **que não havia análise de acompanhamento dos projetos, sendo que foi um dos questionamentos, porque, pelo plano de trabalho, tinha que ter uma comissão de avaliação, de acompanhamento, não havendo nada, inclusive, para liberar a segunda parcela, porque no termo de colaboração você faz antes de executar; que, então, você faz a primeira, executa, mostra, presta contas e, aí, você faz a segunda; que, então, eles já estavam na quinta transferência, quarta, não sabendo, e sem essas avaliações;** que, aí, a Ceperj apresentou um relatório de avaliação já datado de agosto, sendo que o Conselheiro decidiu em julho; **que não foram apresentados critérios; que também não havia análise de frequência desses prestadores de serviços, se estavam trabalhando, se estavam efetivamente cumprindo horário, praticamente inexistente; que a Ceperj entrou com a expertise da pesquisa estatística, não tendo feito nada, elaborando esse relatório depois, a resposta que eles iam fazer depois, mas não tem dados, sendo que fizeram um relatório, estando até no processo;** que a Suderj ia prestar o apoio técnico, também respondendo que tudo era de responsabilidade da Ceperj; **que eles tinham as folhas, mas eram sigilosas; que só foi mostrada depois da ação civil pública;** que atuação do TCE se iniciou após a notícia, mas antes disso o Ceperj não tinha a obrigação de informar diretamente ao TCE qualquer tipo de contratação dessa forma, sendo que, como o depoente tinha dito, no Sistema que se chama SIGFIS, que é do tribunal, eles são obrigados a alimentar esse sistema, mas a Ceperj alimentaria com o termo de colaboração, que foi entre a Ceperj e o Instituto Fairplay, só que, como falou, como o Estado tem o processo eletrônico, que é o SEI, que é uma fonte mais completa, se o depoente consultou, não lembra, porque como já tinha olhado, porque são dados básicos que eles prestam nesse sistema, como foi a seleção, documentos básicos ali, o termo, a assinatura do termo; que o depoente não sabe dizer se eles tinham feito essa informação, mas é de simples verificação porque no sistema tem data que ela é inserida; **que essa questão da boca de caixa, na verdade, foi a área de pessoal que apurou e no âmbito da ação civil pública também chegou-se a essa informação, mas no processo em que o depoente atuou a gente não tinha nem como ter essa informação, sendo que a informação que a gente conseguiu é que era pago por RPA por meio do credor genérico;** que, então, depois de muita consulta lá, o depoente conseguiu identificar esse credor genérico, só que no RPA o credor genérico não dá para a gente ver para quem vai, então, está lá cem milhões, uma folha, vamos dizer, que dá dez milhões, e dali ele distribui para essas pessoas que estão cadastradas; **que as folhas eram sigilosas, sendo que elas existiam no processo do SEI, mas eram sigilosas e, então, a gente pediu para eles tirarem o sigilo;** que o credor genérico é criado, sendo que ele é apenas administrativo, então, é para gerar uma conta pra ele e daí distribui; que o depoente acredita, porque esse detalhe já não é com a gente, que ele encaminhe para o banco a folha e essa conta lá e, aí, o banco faz a distribuição para quem ele determinou, mas esse detalhe não é com a gente; que, quanto à origem dos recursos, havia uma hipótese de que seria da Cedae, só que pelos códigos, sendo que se chegou até a pedir a liberação com o código da Cedae, mas os que estão nos processos, ao que o depoente se recorde, era tudo ordinário, da fonte dos cofres do Estado mesmo, ordinário; que, antes dessa época, até no processo o depoente colocou um comparativo, já no da Cultura, sendo que agora o depoente não vai saber precisar, sendo que **o orçamento da Ceperj, vamos dizer que era, talvez, oitenta milhões por ano, mas esses vinte e dois projetos eles representavam mais de meio bilhão; que esses dois que o depoente trabalhou, depois da ampliação, eles representavam trezentos milhões, sendo que eles eram os dois principais, mas foram vinte e dois projetos ao todo;** que, depois, só pra enriquecer aqui, foi criado, até por determinação depois que veio a mídia, o Governador determinou a criação de uma comissão de auditoria, fizeram auditoria interna, concordaram com os apontamentos, de que a Ceperj não era feita para isso, que a Ceperj era de estatísticas e, aí, o Governador encerrou os projetos; que o Cultura pra Todos, como não teve essa questão da tutela, então, a gente já está mais adiantada; que, então, no Cultura pra Todos, o presidente que assumiu no lugar do Dr. Gabriel falou que não tinha nenhum registro de contrato, seja de que forma for, nenhuma pactuação com as pessoas que foram alocadas, sendo que ele não achou lá; que, então, ele pediu mais um prazo, porque ele não conseguia, sendo que depois até trocou agora, agora é uma senhora que está lá, não lembrando o depoente o nome dela, mas até trocou de novo o presidente; que, depois dessa inicial, que o Conselheiro determina, aí sim que a Ceperj encaminha; que, com relação à fiscalização de pessoal, o depoente só fez mesmo por conta própria no Cultura, fez uns cruzamentos, mas só pra ver algumas inconsistências, mas aí tinham inconsistências de nomes e, aí, foi questionado, mas assim alguma coisa, como o depoente citou, de alguém receber indevidamente, foi feito o cruzamento, sendo até uma colaboração, uma cooperação entre o Ministério

Público do Estado e a área de pessoal.”

[...]

A testemunha Ana Maria Furbino Bretas Barros – coordenadora-geral da Coordenadoria de Auditoria em Educação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – disse o seguinte (ID 32082606):

**“que é servidora do Tribunal de Contas do Estado do RJ; que atuou em dois processos relativos a contratações feitas pelo CEPERJ em 2022; que, pelo que a depoente apurou nesse trabalho, pode dizer que houve incremento orçamentário vultoso no final de 2021 e início de 2022; que não sabe dizer se esse incremento orçamentário estava previsto no orçamento ou foi proveniente de outros órgãos; que nesse incremento orçamentário houve incremento de demandas para o CEPERJ em 2022; que houve modificação do regimento deles e eles começaram a fazer outros trabalhos; que houve uma norma alterando; que não pode afirmar que foram cerca de dezoito mil contratações; que não tem esses números na cabeça; que houve um número vultoso de contratações, o que chamou a atenção para começar o trabalho; que esse incremento do trabalho do CEPERJ não foi precedido de nenhuma comunicação do Tribunal de Contas; que o Tribunal de Contas faz algumas análises de risco e uma delas é a leitura de clippings e leituras jornalísticas e especificamente foi a partir de uma notícia jornalística, o Esporte Presente; que tem um outro que envolve cultura, que chega ao conhecimento da depoente por meio de representação de uma parte externa do Tribunal; que essas contratações do CEPERJ se davam sem nenhum tipo de critério; que isso foi o que apareceu para o Tribunal de Contas; que estamos falando de contratação de milhares de pessoas; que essas pessoas contratadas eram pagas por RPA; que não havia contrato; que isso foi o que chamou a atenção; que a depoente era coordenadora de uma área de auditoria em política de educação, esporte e cultura, ciência e tecnologia; que não fiscalizou diretamente essa área de pessoal, tem outra área dentro do Tribunal que fiscaliza; que chamou a atenção o volume de recursos que aumentou, que a CEPERJ passou a executar; que quando iniciaram os trabalhos perceberam que o CEPERJ era o responsável nos projetos pelo pagamento das pessoas; que a atividade que a depoente trabalhava nessa coordenadoria parava por aí; que foram só avaliar se os projetos estavam sendo executados; que essa área de pessoal é uma outra área do Tribunal que viu; que não sabe se os valores do pagamento eram creditados em conta corrente; que os relatórios que o Tribunal teve acesso eram relatórios simplificados; que a princípio as informações estavam todas sigilosas nos processos eletrônicos que acompanhavam; que depois tiveram acessos a alguns relatórios que eram simplificados, não eram detalhados; que esses projetos tiveram início em 2022; que o projeto que a depoente mais se aprofundou e foi objeto de um processo específico no Tribunal foi Esporte Presente, que eles mudaram o nome no decorrer do projeto; que era um projeto com um núcleo de esportes para prestar atividades esportivas para a população iniciado em 2022; que a área da depoente não fez análise crítica de contratação de pessoas; que tem outra área do Tribunal que fez isso; que tem uma auditoria e um processo decorrente dessa auditoria; que no primeiro relatório que tiveram acesso não tinha o número de pessoas atendidas por esse projeto; que não sabe dizer se esse número apareceu depois; que em alguns planos de trabalho deles aparecia a quantidade de pessoas envolvidas, qual era a composição de cada núcleo; que o CEPERJ contratou, não era bem um contrato, a Fair Play e repassava os recursos para essa Fair Play, que era responsável por implantar os núcleos; que em cada núcleo tinha quais profissionais deveriam atuar, em tese; que não tinha controle de frequência; que não lembra do custo do orçamento envolvido nesse processo, mas se recorda que ultrapassava a casa dos cem milhões, o que chamou bastante a atenção; que não se recorda se quando o Tribunal começou a investigar em razão das notícias veiculadas se houve cooperação do CEPERJ fornecendo documentos ou se houve uma chancela por parte deles; que o Tribunal pediu uma medida cautelar para o que era sigiloso se tornasse de acesso público; que o objeto principal do trabalho da depoente e o Tribunal era fazer cessar o repasse dos recursos; que aí começaram a afunilar a atuação do Tribunal; que não houve justificativa do CEPERJ para esse incremento vultoso de contratações; que tem outro processo responsável pela análise crítica das contratações, se tinha parentes; que não era da área da depoente; que não lembra o mês que houve o encerramento do repasse para a Fair Play; que lembra que houve o processo inicial e depois teve uma cautelar para estancar esse processo e não se recorda se foi no final do ano que isso ocorreu; que sabe que houve um decreto alterando as atribuições da CEPERJ; que foi mudança no regimento interno deles; que não lembra quando foi isso; que acha que foi no próprio ano de 2022; que já tinha iniciado o projeto e houve essa modificação; que os dados referentes a atos e contratos tem que ser lançados no sistema do TCE; que isso é regra geral para Estados e Municípios; que esses atos que são acordos de cooperação entre o CEPERJ e os outros deveriam ter sido lançados mas mesmo assim o Estado fiscaliza diretamente; que não há obrigatoriedade de informar ao TCE, só lançar no sistema; que a depoente se recorda que atuou no projeto do Esporte Presente e Cultura para Todos; que esses foram dois processos que a coordenadoria da depoente atuou; que o Esporte Presente era promover atividade física para a população e o Cultura para Todos englobava projetos culturais, cursos relacionados à cultura; que os relatórios da execução do projeto é que eram simplificados, eles apareceram no final; que não lembra se havia repasse de outros órgãos para o CEPERJ; que não sabia sobre as pessoas beneficiadas; que com relação ao Esporte Presente foi pedido para a Fair Play que devolvesse o dinheiro recebido porque não tinha comprovado a prestação do serviço; que eles devolveram parte dos recursos; que os outros trabalhos da parte de pessoal a depoente não sabe; que não sabe se já teve decisão quanto à legalidade e regularidade dessas contratações pelo CEPERJ; que o CEPERJ pagava diretamente às pessoas e transferia o dinheiro para essa Fair Play, que era responsável por organizar os núcleos e comprar o material”**

utilizado nos núcleos esportivos; que as pessoas que participavam do projeto recebiam por RPA; que não sabe se outras pessoas que não participavam do projeto recebiam."

(Id. 162201968 da AIJE 0606570-47 - com inclusão de negritos)

Os auditores Ricardo Luis França e Amélia Norma Cardoso da Silva atuaram na fiscalização de projetos da UERJ. Suas declarações demonstram que as irregularidades no método de contratação e de pagamento também estavam presentes nos projetos executados pela universidade. Eles destacaram o expressivo aumento de recursos financeiros transferidos pela SEGOV à UERJ em 2022 em comparação com o ano anterior e atestaram que, por meio de cruzamento de dados, o TCE/RJ identificou, entre os contratados para trabalharem no projeto, pessoas que eram candidatas no pleito de 2022 e alguns familiares, um presidiário, diversos servidores públicos que acumularam remuneração sem devida prova da compatibilidade de horários e, inclusive, um vereador do município de Lage/RJ. Reproduzo:

No dia 10 de novembro de 2023, a **testemunha Amélia Norma Cardoso da Silva**, indicada pelo Ministério Público, foi ouvida pelo Exmo. Juiz da 204ª Zona Eleitoral, ocasião em que esclareceu o que consta a seguir (ID 32044609):

"que a depoente é servidora efetiva do Tribunal de Contas, sendo que o seu primeiro concurso foi em 1998; que, atualmente, o cargo da depoente como servidora é auditora de controle externo; que a depoente tem formação jurídica, Direito; que no processo que envolve a UERJ a depoente atuou como coordenadora, a Coordenadoria de Auditoria em Segurança Pública e Direito de Cidadania; que nós fizemos uma representação, instrumento de representação, sendo que um colega, um servidor que atua sob a sua hierarquia que fez a peça e a depoente assinou, como coordenadora, fez a revisão e assinou; que, especificamente, foi o Projeto Observatório do Programa Segurança Presente; que a depoente não lembra dos valores do repasse para esse projeto, porque esse processo já tem um tempo, sendo que foram valores vultosos, foram transferidos de uma das Secretarias de Estado, sendo que agora não lembra exatamente qual, se foi a Casa Civil ou SEGOV para a Uerj; que de um ano para o outro os valores foram acrescidos, sendo que houve um grande aumento; que a depoente não lembra do número de pessoas que foram beneficiadas; que o Tribunal agora não recebe mais, obrigatoriamente, documentos, sendo que há um lançamento de dados nos bancos de controle do Estado e, aí, através de trabalhos de amostragem, a gente seleciona, levando em consideração risco, materialidade, oportunidade, sendo que a gente seleciona para uma análise amostral; que foi uma representação em face de uma notícia veiculada e, fruto dessa notícia, a gente foi olhar as contas, verificando esse projeto do Observatório do Programa Segurança Presente; que a depoente não pode afirmar se havia alguma justificativa plausível da UERJ capitanear esse Projeto do Observatório do Programa Segurança Presente, porque a gente ainda está em investigação; que a gente instaurou esse processo, essa representação, e pedimos esclarecimentos da UERJ, sendo que ainda não nos manifestamos definitivamente sobre o tema, sendo que a gente vem pesquisando e, pelo o que o auditor levantou, não havia os valores e projeto, sendo que a gente não conseguiu verificar essa possibilidade; que a gente não conseguiu verificar, sendo que a prestação de contas estava lacônica, então, não conseguimos averiguar se todo aquele valor que foi repassado, se realmente o serviço prestado, se o interesse público ali foi preservado; que a depoente não se recorda muito se chegaram a identificar a origem das fontes, pagamento empenhos, no caso da Uerj, sabendo que os valores foram transferidos ou da Casa Civil, ou pela SEGOV, direto para a Uerj para executar esse projeto, que era o Observatório do Programa Segurança Presente; que a depoente não se recorda se, quando olharam esses lançamentos de dados, o Governo ou a Secretaria da Segov havia lançado os dados corretamente em relação à essa parceria, ou se os dados estavam acessíveis; que, quando a gente foi fazer a análise, sendo que os procedimentos do Estado, eles têm um sistema eletrônico de informação; que, então, quando a gente foi ver o processo administrativo para entender a contratação, havia documentos que estavam em sigilo e, então, a gente até solicitou que fosse retirado o sigilo para a gente poder analisar, sendo que esse era um dos problemas que citamos na representação; que o chamou a atenção na notícia que motivou o TCE a instaurar o procedimento foram os valores, muito altos, a contratação de pessoal e o pagamento por RPA, sendo um pagamento que é direto; que, quando o Estado contrata, ainda que por prazo determinado, existem dados que são encaminhados para a base do Tribunal de Contas; que essa contratação da UERJ, como ela foi por essa contratação de autônomo, que são de pequenas montas, de serviços mais imediatos, serviços em que o prestador presta aquele serviço e depois não volta mais, não sendo cotidiano; que, quando é temporário, o Tribunal tem acesso, o Tribunal pode fiscalizar por amostragem, mas esse projeto não, esse projeto foi para pagamento no boca de caixa, no banco diretamente, então, fugiria do nosso controle, e como eram extensionistas, sendo pessoas que iriam prestar serviços ali por um longo tempo, não deveriam ser pagos daquela forma e, então, isso também chamou a atenção; que a depoente não lembra da época contratação, achando que o processo tramitou no ano passado, a representação; que o depoente não lembra de que contratações foram feitas após o prazo que é vedado ao governo contratado, sabendo que em 2021 havia essa contratação da UERJ; que a depoente não lembra dos números dos valores contratados, estando lá no nosso parecer; que a depoente não se recorda do número de processo que tenha atuado, sendo que está citado na inicial de vocês, achando que é o último processo do rol que o Ministério Público, já não se recordando; que a depoente não lembra se, dentre as pessoas contempladas, havia servidores públicos; que a depoente não lembra do número de pessoas que foram contratadas, senão vai chutar, mas está escrito lá no nosso parecer, na nossa peça de representação; que o processo ainda está em trâmite, sendo que ainda não temos julgamento definitivo, sendo que ainda estamos pedindo esclarecimentos à UERJ; que a depoente sabe

que um parecer lá da UERJ, do órgão de fiscalização da própria UERJ, do controle interno da UERJ; que a depoente não lembra de um parecer do Procurador da UERJ, não lembrando se esse Procurador da UERJ foi um dos beneficiados no projeto; que o processo ainda está pedindo esclarecimentos e justificativas, o último voto, à UERJ, sendo que foi solicitada a suspensão dos pagamentos; **que nós sugerimos ao plenário do Tribunal que, de forma cautelar, suspendessem os pagamentos**; que a depoente acha que teve um parecer da reitoria falando sobre projetos, achando que depois que saíram os escândalos, houve uma movimentação por parte da reitoria para regularizar esses projetos, mas, em termos desse Observatório do Segurança Presente, o projeto continua, mas com outro nome, Lábia Trox; que esses escândalos foram da mídia, da imprensa; que a gente só tomou ciência dessa situação a partir da matéria jornalística; que a depoente não se recorda de a gente pedir responsabilização, sendo que solicitaram; **que o Tribunal pode aplicar multas em face do não atendimento; que, então, a gente sugeriu, mas agora já não lembra qual foi a decisão plenária, sendo que sugerimos que fosse aplicada multa no caso de a UERJ não encaminhar os documentos que a gente estava solicitando, que a gente precisaria para fechar essa matéria, a conclusão definitiva**; que a depoente acha, não tendo certeza, sendo que precisaria ver os autos, mas estaria lá no parecer, achando que a gente sugeriu aplicação de multa diária, no caso do não encaminhamento dos documentos; que houve uma deficiência de encaminhamento dos documentos; que, do processo que a depoente atuou, não se recorda se houve responsabilidade com relação à legalidade do projeto, com devolução de valores; que a depoente não se recorda quem era o reitor da UERJ, na época.”

No dia 10 de novembro de 2023, a **testemunha Ricardo Luis França**, indicada pelo Parquet e ouvida pelo Exmo. Juiz da 204ª Zona Eleitoral, afirmou (ID 32044708):

**“que o depoente é servidor do TCE desde 1993**; que o depoente é engenheiro, sendo que atualmente exerce o cargo de Assistente e, na época também da auditoria, também exercia o cargo de assistente; **que o depoente trabalhou no caso da UERJ; que essa questão, se houve um volume exorbitante de contratos temporárias na UERJ, foi abordada no processo, sendo uma das discussões**; que nós fomos pra lá, até pra ver se eram, realmente, contratos temporários ou se as pessoas estavam sendo pagas por RPA; **que o que a gente viu foi que em alguns casos nós constatamos RPA e também constatamos contratos, mas esses contratos, como consta no relatório, muitos deles, embora a própria UERJ diga que foi feito, não foram assinados, sendo que eles não apresentaram os documentos devidamente assinados, sendo que tudo nós colocamos, apontamos no relatório**; que, em alguns, eles acabaram reconhecendo e vendo, sendo que comprovamos para eles o que estava acontecendo, que aquilo era um pagamento autônomo, e não um processo com prazo determinado, sendo que era uma quantidade, realmente, grande, não conseguindo dimensionar; **que, na época, salvo engano, foram colocados dois processos, um relativo à auditoria, e outra, através de uma listagem, que nos foi fornecida pela própria UERJ, onde nós questionamos, já que essas pessoas prestaram serviços, e deveria ter sido feita a formalização da contratação por prazo determinado e encaminhado ao Tribunal de Contas, como é de praxe**; que as contratações por prazo determinado têm que ser encaminhadas ao Tribunal de Contas; **que, após essas reportagens que noticiaram supostas listas secretas de contratações, foram instauradas essa auditoria da CEPERJ e a auditoria da UERJ, no nosso setor, porque, como são várias, digamos, coordenadorias, sabendo o depoente em relação à coordenadoria em que estava à época, e essa até da UERJ foi instaurada por um pedido da ALERJ para que se observássemos 21 (vinte e um) projetos**; que esses processos só foram instaurados depois que veio o conjunto de reportagens noticiando as irregularidades; que já se passou algum tempo, sendo que alguns documentos foram apresentados pela UERJ, sendo que outros eles tiveram algumas dificuldades em alguns documentos, mas parte dos documentos foram apresentados; que, em parte, os documentos não foram apresentados, talvez pela questão de inexistência de alguns, e parte também pela, salvo engano, questão de uma pequena desorganização, alguma coisa; que a única coisa que o depoente lembra é que quando pedimos a folha de pagamento, nos foi informado que os sistemas não se falavam entre si, o sistema que apresentava a questão dos pagamentos dos projetos e a folha de pagamento da própria UERJ, sendo que nos foi informado que seriam sistemas distintos; que é complexo, não podendo o depoente dizer nem que sim, nem que não, se as contratações celebradas não foram devidamente justificadas, tendo em vista a não comprovação das situações pontuais e previsíveis ou temporárias, capazes de legitimar essas contratações por prazo determinado, porque nós abordamos muitas coisas dentro do tal núcleo estruturante, e esse núcleo estruturante, eles nos apresentaram alguns pareceres, que salvo engano, fizeram menção no relatório, que ora as pessoas eram vistas como cargo em comissão, ora eles colocavam em alguns pontos do parecer como, não lembrando, se bolsistas ou colaboradores, que era o núcleo estruturante, digamos que era a parte pensante do projeto, porque tinha a parte pensante e a parte de ponta; que, então, é bem truncado e complicado fazer essa linha, precisando de informações e afirmar isso com total certeza; que, dentro do núcleo pensante, as finalidades das contratações eram para participar da elaboração do projeto e ajudar os pesquisadores em desenvolvimento de pesquisa, e a parte de ponta que tinha uma parte de execução, sendo que eram, como falou, nesses 21 (vinte e um) projetos que a gente olhou, somente nesses 21 (vinte e um); que o depoente não vai lembrar de todos os serviços prestados, mas alguns tinham, se não se engana o depoente, Mulher mais Segura, Casa, sendo que eram várias áreas, e ainda tinha a assistência à mulheres que sofriam violência doméstica, tinham projetos para desenvolver a questão da pesca, que tinham projeto que para desenvolver melhores habitações em comunidades, tendo projetos em várias áreas; que alguns desses processos, quando a gente viu, eles já estavam desenvolvimento e, então, é aquela coisa, não podemos dizer que eram emergenciais, porque alguns já vinham acontecendo, outros eram novos, esse por exemplo, da questão da mulher, a gente acabou descobrindo lá que parece que já era uma coisa antiga, agora dizer para a

senhora, emergencial assim, não tem como o depoente precisar; que as características que devem estar presentes para a contratação em processos seletivos, ainda que simplificados, a justificativa para a contratação, digamos, a realização de um processo seletivo, alguns critérios para se faça essa seleção e para que ela seja impessoal, fixação da remuneração; que, como o depoente falou, eram diversas contratações e, então, algumas tinham justificativa, tanto é que no site do Prosim, da UERJ, em algumas contratações, quando foi realizado o processo seletivo, eles até colocavam lá, pra ponta, mas na questão no núcleo estruturante não havia essa contratação por prazo determinado; que, então, são dois momentos, núcleo estruturante, que seria a parte pensante, achando que eram pessoas que eram mais voltadas à área, que tivessem alguma experiência, sendo que foi uma das questões que a gente até perguntou, qual era a formação, qual era a área de atuação, para que justificasse a participação da pessoa dentro do núcleo estruturante, para que a gente pudesse tentar visualizar isso; que, em alguns processos, tiveram processo seletivo, sendo que conseguiram ver que foram publicadas uma listagem dos aprovados, uma determinada classificação, mas diante da questão do contrato físico, não tivemos como observar, porque era um quantidade muito grande, os que nos foram apresentados, porque alguns, realmente, não foram, sendo que nós solicitamos que fossem encaminhados processos para o Tribunal; que, então, é uma coisa assim, alguns tinham, outros não; **que perguntado pela Dra. Promotora de Justiça se foi identificado a origem das fontes de pagamento e dos empenhos da UERJ dos anos de 2021 e 2022, pelo depoente foi dito que a nossa parte foi pessoal, mas o que a gente viu é que o dinheiro era, não é remanejamento, sendo que é um termo técnico que tem na parte da contabilidade, onde o dinheiro era repassado da secretaria para a UERJ, para que o projeto fosse desenvolvido; que cada Secretaria do Estado transferia para a UERJ os recursos orçamentários para o desenvolvimento do projeto;** que a depoente não tem como saber se essa informação deveria ter chegado ao Tribunal de Contas do Estado antes desse manejo, porque a sua área é pessoal, então, questão orçamentária, esse trâmite, o depoente não sabe informar; que nós levantamos alguns números lá, sendo que agora, de cabeça, não tem como o depoente precisar se houve aumento no final de 2021 e ao longo do ano eleitoral, no ano de 2022, porque, como falou, são 21 (vinte e um), não lembrando se nós chegamos a fazer um global, não tendo como afirmar, porque o relatório em si, realmente, lembrar dos detalhes é muito complicado, mas o depoente acha que a gente chegou a tentar fazer uma relação de quanto estava sendo repassado para que o projeto acontecesse, sendo que algumas informações eram publicadas ou nos diários oficiais, ou então nós tentamos buscar dentro dos processos SEI; que o depoente não se recorda da cifra, do total de recursos fiscalizados, na UERJ, nos exercícios de 2021 e 2022, não se recordando do valor preciso despendido com essas contratações, não podendo afirmar pra senhora, sendo que se isso foi levantado, está no relatório; que o depoente não sabe dizer se foi apurado nos processos do TCE a destinação de verbas de venda da CEDAE para a UERJ ou para alguma Secretaria de Estado, que contratou ou que repassou esses valores para pagamento de pessoal para a UERJ, porque a nossa parte era de pessoal, sendo a questão das fontes não entramos, sendo que cada um age dentro do seu setor, e a nossa questão foi a questão das admissões; **que o depoente lembra de alguma coisa sobre se o TCE fez um cruzamento das folhas de pagamento da CEPERJ e da UERJ com as planilhas do Bradesco, identificando filiados a partidos políticos, candidatos a pleitos eleitorais daquele ano, contratação de familiares de candidatos, contratação de apenados, de servidores públicos;** que, do CEPERJ, parece que foi uma folha do Bradesco para lá pra gente pedir, a única coisa do CEPERJ que sabe, que foi uma folha do Bradesco pra lá para gente pedir; **que, dentro da UERJ, nós solicitamos à UERJ, desse sistema que eles falavam que não se comunicavam, nós solicitamos os pagamentos de vários meses ao longo do ano de 2021 e 2022, e aí solicitamos pagamento e o número de CPF da pessoa; que, de posse disso, nós solicitamos à uma coordenadoria que tem dentro do TCE, que é quem tem condições de fazer esse cruzamento de dados, porque ela, em função de convênios, tem acesso a essas bases de dados, e com base na relação que obtivemos da UERJ, das pessoas que foram renumeradas, dentro dos projetos, dos 21 (vinte projetos), e com o cruzamento de dados obtidos pela coordenadoria, pela SIC, é que investigamos, e pedimos para que fossem feitos alguns cruzamentos, de levantamento de dados de pessoas, pedimos também essa questão de alguns que tivessem, digamos, não filiação partidária, mas entendendo, obviamente, qualquer um teria direito a se filiar partidariamente, pra ver se teria alguma informação discrepante, e aí duas pessoas que nós, realmente, observamos, e isso foi citado no relatório: que uma, porque foi uma pessoa que o depoente acha que tinha saído uma reportagem na mídia, e a gente confirmou que essa pessoa, realmente, tinha sido remunerada pela UERJ e constava lá nessa listagem que foi fornecida pela UERJ; que a outra foi de um, que o que nos chamou a atenção, também apontamos, mas não há como afirmar, categoricamente, que é um cometimento de irregularidade, tanto é que só foi colocado isso, porque saltou aos olhos, e também consta no relatório, exemplo, que acha que foi um vereador, de algum lugar, achando que de Lage e, aí, pela distância, as coisas todas, isso que nos saltou aos olhos; que a questão é que ele, esse vereador de Lage, participou do projeto: que o depoente não lembra de mais algum caso que a gente visse que saltasse aos olhos não, sendo que o que também consta lá é que a gente colocou, mas, aí, foram casos de pessoas que eram servidores e que também estavam prestando serviço, só que a gente não tem como afirmar se essa colaboração deles nos projetos estariam atrapalhando o desenvolvimento do seu labor público: que não seriam duas remunerações, sendo que ele tem uma carga horária a cumprir, dentro da participação do projeto, a compatibilidade de horário das atividades, digamos assim; que uma coisa só que chamou a atenção ao depoente no plano de trabalho foi a questão de que em alguns planos de trabalho, não lembrando totalmente, muitos poucos, era a questão da descrição da atividade, isso nos chamou a atenção, porque, em muitos, não havia a descrição da atividade, e quando havia era assim, digamos, definição da atividade do pesquisador 4, ajudar o pesquisador 3, do pesquisador 5, ajudar o pesquisador 4; que, então, a gente entendeu que isso não era uma atribuição que estava clara e o plano de trabalho deveria ter sido mais específico quanto a essas atribuições de atividades, e**

isso foi no relatório; que o depoente não se recorda qual era o período definido para a prestação desse serviço, no plano de trabalho, se essa atividade começou em 2021, se ela ia a 2022, se ela avançava em 2023, ou ela iria parar em 2022, não se recordando o depoente; **que as informações conclusivas que o órgão de contas fez sobre essas auditorias de conformidade nos processos que envolveram os projetos executados pela UERJ em 2021 e 2022 foram pagamento de RPA, contratação por RPA, em alguns casos o não envio dos contratos por prazo determinado ao TCE;** que houve indícios de irregularidades apontados pelo Tribunal de Contas nestes instrumentos, do não encaminhamento, dessa forma de admissão indevida, que seria contrato por prazo determinado e pagaram por RPA; **que tiveram mais irregularidades, lembrando o depoente que foram sete listadas no relatório, que nós chamamos de 'achados', sendo que foram sete achados apontados no relatório;** que perguntado pela Dra. Promotora de Justiça se foi apontado algum uso desvirtuado da UERJ para a prestação desse serviço, dessa forma como contratados, pelo depoente foi dito que não, porque isso não teríamos como nos aprofundar; que, na auditoria, não houve conclusão da Corte de Contas pelo uso desvirtuado da UERJ para esse tipo de contratação, para executar programas de governo através da UERJ, porque até a fase do primeiro relatório o depoente participou, sendo que, no retorno, onde teve desdobramento, onde foram analisadas as respostas e os questionamentos feitos, o depoente já não participou dessa análise e, então, não tem como precisar se surgiu algum fato novo, mas, no relatório em si, o depoente acha que esse questionamento não foi feito; que o projeto Observatório Segurança Presente foi feito especificamente pela Cad-Segurança e, aí, foi uma outra coordenadoria, e eles, salvo engano, tiveram enfoque onde eles, realmente, mergulharam nessa questão e fizeram uma avaliação de programa, porque o Tribunal hoje está dividido em políticas públicas; que, então, essa questão da avaliação da política pública é feita pelas coordenadorias especializadas dessa área, e a nossa é a questão da admissão; **que existiam servidores públicos que recebiam proventos do Governo do Estado ou da Prefeitura da Capital que também cumularam valores recebidos da UERJ, porque alguns estavam, como falou, nesse núcleo estruturado, que era o que pensava e, aí, esses servidores é que eram convidados a participar dessa parte pensante do programa, sendo que o depoente lembra que isso foi até um questionamento, que a gente falava do respeito ao teto constitucional, essas coisas todas, sendo que isso, como caberia à parte de pessoal, a gente tentou observar isso; que a gente não essa informação de como cruzar participantes, mas tinham professores que participavam sim, desse núcleo estruturante, sendo que existiam vários servidores da UERJ que participavam desses núcleos estruturantes, porque a gente, salvo engano, observou que em alguns casos tinham servidores participando em mais de um projeto, servidores da UERJ mesmo;** que o depoente não tem como precisar de onde eram, com certeza, não tem como, sendo que tinha essa participação, e isso nos chamou a atenção; que a gente não tem essa informação de dados pessoais, se tinham familiares desses servidores da UERJ prestando serviços também por esses contratos, então, não tem como a gente fazer esse tipo de cruzamento específico, nós da coordenadoria; **que o depoente acha que o Bruno, Procurador da UERJ junto ao gabinete da Reitoria, participou de projetos, agora tem que ver na listagem;** que, se está lá na planilha do TCE, foram as informações que nós obtivemos, os valores, e tudo, sendo que a questão de servidores, de pessoas participando de mais de um projeto, isso foi levantado pela gente, tudo, agora, os valores, essas coisas todas, a gente não tem como precisar números; **que esse vereador de Lage chamou a atenção, sendo que o depoente acredita que deva ter alguém que foi candidato naquele ano eleitoral e que também estava na folha da UERJ, não sabendo de nomes;** que o nosso intuito, ao levantar essa questão, até para que não parecesse que fosse um direcionamento, ou qualquer coisa assim, nós levantamos de todos os partidos; **que, então, nós vimos pessoas que tinham essa associação partidária, mas nomes o depoente não se recorda;** que nos foram apresentados os pareceres, sendo que questionamos muito a questão do núcleo estruturante, quando foi o parecer, não sabendo se foi da PGE da UERJ, porque esse servidor, Bruno, na época, quando a gente teve contato com ele, ele era Chefe de Gabinete do reitor, achando o depoente, porque, da Procuradoria, o depoente acha que apareceu uma outra pessoa numa reunião que nós fizemos com todos os chefes dos projetos, até mesmo para sabermos se esses projetos existiam ou não e como estava o desenvolvimento; que foi agendada uma reunião com todos os professores encarregados pelos projetos; que, como o depoente falou, os projetos já existiam, e até para tentar analisar de uma forma mais técnica e impessoal, tentamos até afastar a questão CEPERJ da UERJ, e foi uma das questões que nós colocamos na reunião, porque muitos desses professores quando tiveram essa reunião, eles colocaram 'não, nossos projetos existem, não é como da questão que está sendo veiculada pela imprensa da CEPERJ, de que as coisas não acontecem, de que ocorrem'; que eles tiveram cuidados, sendo que muitos levaram material, querendo mostrar, apresentar os seus projetos, dizendo que as coisas, realmente, de fato, existiam, sendo quando a gente observou que alguns projetos já se encaminhavam ao longo de algum tempo, então, falar pra senhora, como falou, essa questão contábil de 'ah, foi vultoso, aumentou de uma hora para outra ou não', nós não nos atemos a isso, e sim mais a questão da admissão dessas pessoas, dessa legalidade dessa questão da admissão; **que, como falou, o que foi apresentado pra gente dessa questão do projeto não foi uma folha de pagamento, mas sim listagens e, nessas listagens, a gente tinha que ficar caçando qual era o mês e qual era o valor do pagamento, sendo que nos foi passado, nome, mês e CPF;** que falado pela Dra. Promotora de Justiça que, de acordo com os autos do processo do TCE, no. 105181-8, relacionado à UERJ, observou-se um aumento de quase o triplo dos valores empenhados para a execução do plano de trabalho do Projeto Observatório Segurança Presente no ano de 2022 em relação ao ano de 2021, havendo uma discrepância, um aumento de custo desse projeto no ano de 2022, se essa discrepância foi justificada, pelo depoente foi dito que quem fez esse relatório que a senhora está falando foi a CAD-Segurança, então, a abordagem deles foi diferente da nossa, não podendo o depoente precisar, porque não participou desse relatório e, aí, não tem como afirmar; que perguntado pela Dra. Promotora de Justiça que foram detectados indícios, dispêndios de recursos públicos sem qualquer pertinência, justificativa ou comprovação com despesas de pessoas fora do escopo do projeto social

*Observatório do Segurança Presente, pelo depoente foi dito que fica difícil, porque não sabe qual foi a documentação apresentada para eles, sendo que a gente teria que ver se tiveram contracheques, se foi apresentada alguma listagem, se eles conseguiram totalmente essa listagem, essas questões todas, sendo que, como o depoente não tem ideia de como eles chegaram a esses números, qual foi a abordagem, qual foi a técnica aplicada por eles, mas, com certeza, se está no relatório, ou foi feita tal técnica, sendo que teve essa avaliação, o depoente não tem como responder, porque não participou desse relatório; que falar do projeto, da análise do projeto em si, o depoente não tem essas condições, porque, volta a falar, eles fizeram uma análise da política pública, sendo que nós não fizemos análise da política pública e, então, esses pormenores, essas avaliações não fizeram parte do escopo do nosso relatório; que eles foram dentro da política pública, nós fomos para avaliar, a nossa equipe foi para avaliar essa questão da legalidade da admissão dentro dos vinte e um projetos, e o Observatório do Segurança Presente era um dentre esses vinte e um projetos; que, então, nós não nos ativamos a esse nível de análise que eles tiveram, porque eles, realmente, por ser política pública, eles vão analisar o projeto com um todo, se o retorno, se fazer essa avaliação era realmente necessária, não era, ou dispêndio, se ele saiu fora do seu eixo, digamos assim; que o nosso enfoque, o nosso objeto não era esse, e sim a questão da admissão dessas pessoas, não o valor, mas sim como era feito o pagamento, houve clareza nesses processos de admissão, nessa contratação, a contratação foi feita pela forma correta, sendo que esse foi mais o nosso objeto; que o depoente tem ciência de que o ex-reitor da UERJ foi candidato à deputado federal pelo PT, partido opositor ao do Governador Cláudio Castro; que nós fazemos auditorias de contratação por prazo determinado em todo o Estado, seja ele no nível de Estado, Município, em função de demandas, em função de programações e de auditorias; que essa auditoria foi demandada, como falou, em função de um documento que foi encaminhado pela ALERJ ao Tribunal de Contas; que essa acabou sendo não uma auditoria, digamos assim, que fosse corriqueira, que tivesse sido programada, não tendo sido uma demanda espontânea, sendo que a demanda dela ocorreu em função dessa solicitação e provocação da ALERJ.”*

(Id. 162201968 da AIJE 0606570-47 – com inclusão de negritos)

A nova atribuição concedida à CEPERJ por meio do decreto de 9/3/2022 resultou no aumento exorbitante de aporte de recursos públicos a ela destinados. Em 2020, a fundação empenhou cerca de R\$20.000.000,00. No ano de 2021, passou para aproximadamente R\$127.000.000,00 e, no ano eleitoral de 2022, circundou a cifra de R\$470.000.000,00, conforme dados extraídos da secretaria de fazenda estadual. Ou seja, o volume de recursos destinados a essa fundação no ano das eleições de 2022 foi aproximadamente vinte e três vezes maior do que em 2020.

A UERJ, por sua vez, recebeu cerca de R\$640.000.000,00 entre 2021 e 2022 para execução dos projetos em parceria com o Governo do Rio de Janeiro.

Destaca-se o aumento vertiginoso nos repasses autorizados para o projeto Observatório Social da Operação Segurança Presente, identificado no Processo TCE/RJ 105.181-8/22, juntado aos autos. A Corte de Contas verificou que, em 2021, a dotação orçamentária foi de mais de R\$67.000.000,00, dos quais foram gastos R\$26.384.947,35 e devolvidos ao Poder Executivo a diferença de R\$41.351.705,60. Apesar disso, para o exercício financeiro seguinte, a SEGOV (sob a chefia de Rodrigo da Silva Bacellar), a Secretaria de Estado da Casa Civil (SECC) e a UERJ firmaram resolução conjunta autorizando a liberação de R\$141.087.659,00 (Resolução Conjunta SECC/SEGOV/UERJ nº 57/20221, de 4/1/2022, alterada pela Resolução Conjunta SECC/SEGOV/UERJ nº 58/20222). Portanto, a previsão orçamentária para 2022 foi cinco vezes maior do que o valor efetivamente gasto com o projeto no ano anterior, sem a devida transparência ou justificativa para tal incremento, sobretudo em ano eleitoral.

Documento fornecido pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) do Rio de Janeiro, por solicitação do Ministério Público (anexo aos autos), evidencia que Rodrigo Bacellar, chefe da Secretaria de Estado de Governo (SEGOV), desempenhou papel determinante na descentralização de verbas públicas para a CEPERJ e a UERJ. Objeções internas arguidas por secretarias e outros órgãos estaduais quanto ao custeio dos projetos foram desconsideradas após a determinação de Rodrigo Bacellar para que se concretizasse a distribuição dos recursos públicos.

Destaco excerto do acórdão de origem em que se minudenciou a atuação do secretário no processo administrativo, anotando que o id. 31764280, citado na transcrição, corresponde ao id. 162201092:

**O documento colacionado pela Procuradoria Regional Eleitoral no id 31764280, que corresponde à resposta encaminhada pela Secretaria de Estado de Fazenda, por meio do Of.SEFAZ/GABSEC Nº 1222/2022, apresenta um panorama pormenorizado dos percalços experimentados dentro das Secretarias e outros órgãos do Estado, diante das investidas do então Secretário de Governo para aprovação de convênio com a CEPERJ, de modo a viabilizar o Projeto Pacto RJ, que previa contratação de pessoal e aumento de gastos, e a resistência externada pela Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Casa Civil em aquiescer com sua formalização, diante das debilidades técnicas observadas, notadamente em relação às contratações temporárias almejadas, sem a satisfação das exigências legais incidentes.**

Frise-se que a iniciativa do projeto era da Secretaria de Estado de Governo (Of.SEGOV/GABSEC SEI Nº 233, de 12/08/21), destacando-se que as políticas públicas implementadas pelo PACTO RJ, que buscavam o desenvolvimento econômico e social, principalmente nas áreas da saúde, educação e segurança pública, seriam executadas até agosto de 2022, início do período eleitoral, e envolveriam a contratação de aproximadamente 800 pessoas, conforme registra o Projeto Observatório e Coordenação Política do PACTO RJ.

De pronto, quando da primeira análise jurídica do PACTO RJ (PROMOÇÃO ASJUR/SECC N° 22/2021 - RCC — PROCESSO N° SEI-420001/000625/2021 — fl. 64 do mesmo id 31764280), o Assessor Jurídico Especial da Casa Civil apontou a necessidade de que fossem promovidos alguns ajustes e prestados esclarecimentos, com ênfase no *“reforço da instrução, com o melhor detalhamento da proposta, cronograma de desembolso e das tarefas a serem desenvolvidas;”* e em especial para que restasse identificada *“a natureza do vínculo da mão de obra alocada no programa - que contará com aproximadamente 827 profissionais - com a Administração Pública”* para saber se a mão de obra em questão seria composta *“de servidores efetivos ou a partir da contratação temporária de pessoal, o que deve ser melhor detalhado pela origem inclusive para fins da análise futura de compatibilidade da despesa com o Regime de Recuperação Fiscal”*.

Registra, ainda, o aludido parecer que *“o plano de trabalho previu a despesa total do Projeto no montante de R\$ 88.445.280,00 (oitenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil e duzentos e oitenta reais), dentre os quais R\$ 57.686.400,00 (cinquenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e seis mil e quatrocentos reais) serão alocados em despesa de pessoal”*.

Em seguida, a Subsecretaria de Administração (fl. 70 do mesmo id 31764280) assim consignou: *“não há disponibilidade orçamentária no exercício de 2021 para atender a despesa prevista no Plano de Trabalho n° 21366743. Comunicamos que a Secretaria de Estado de Governo - SEGOV no exercício de 2021 não possui programas de trabalho para despesas de custeio, apenas programas relacionados aos projetos desenvolvidos pela SEGOV. Informamos ainda que a solicitação orçamentária transpõe o exercício de 2021. Sugerimos que os valores sejam inseridos no planejamento do ano seguinte.”*

**Nesse ínterim, enquanto se tentavam sanar as questões suscitadas pelo referido Assessor Jurídico, o então Secretário determinou (fl. 93 do id 31764280) que, caso não houvesse disponibilidade de recursos, fosse *“pedida suplementação orçamentária capaz de suprir o valor necessário, previsto no plano de trabalho”*, o que foi feito com relação ao exercício de 2021, além da inclusão da despesa no exercício de 2022 (fl. 95 do id 31764280).**

Além disso, é esclarecido, no documento de fl. 94 (id 31764280), que a seleção *“dos profissionais em caráter temporário para integrar a equipe do Observatório é uma responsabilidade da Secretaria de Estado de Governo (SEGOV)”*, a evidenciar a responsabilidade do então Secretário na realização das contratações irregulares.

Após a realização de diligências, os autos do expediente administrativo retornaram à análise da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Casa Civil (fl. 96 do id 31764280), tendo o Procurador do Estado e Assessor Jurídico-Chefe, André Uryn, exarado parecer no sentido da necessidade de serem prestados novos esclarecimentos, quais sejam: (i) justificativas para a contratação temporária de 827 profissionais; (ii) explicitação das atribuições dos servidores a serem contratados para fins de se evidenciar a extraordinariedade das funções a serem exercidas; (iii) subsunção legal da contratação temporária; e (iv) *“atestar a existência ou não de aumento de despesa para o Estado do Rio de Janeiro e a compatibilidade com o RRF, sendo recomendável a oitiva da SEFAZ para verificar se a despesa aqui projetada possui lastro financeiro no Plano de Recuperação Fiscal e avaliar eventual impacto do atendimento das obrigações trazidas no art. 7º do Decreto Federal nº 10.681/21.”*

**Cabe destacar que esse parecer é datado de 01/09/2021, mesma data em que é assinada Resolução Conjunta SECC/SEGOV/CEPERJ (fl. 103 do 31764280), para descentralização da execução de crédito orçamentário para a CEPERJ no valor de R\$22.111.320,00 para mais de setenta projetos no âmbito do PACTO RJ, tendo como interveniente a Secretaria de Estado de Governo.**

**A abrupta iniciativa da liberação de verbas antes de concluídas as avaliações prévias não passou despercebida pelo órgão de assessoramento jurídico da Casa Civil, que em nova manifestação ressaltou a necessidade de (fl. 114 do id 31764280) *“avaliação futura das resoluções de descentralização orçamentária, de tal sorte que a resolução conjunta acostada no doc. SEI 21708688 não foi acompanhada de opinamento jurídico prévio desta ASJUR/SECC.”***

Uma vez mais o expediente foi submetido a diversos setores para instrução, ocasião em que salientada a necessidade de sua remessa à PGE, diante dos possíveis impactos da proposta no Regime de Recuperação Judicial a que estava submetido o Estado (fl. 110 do id 31764280).

Seguiu-se que o próprio Secretário de Governo encaminhou o expediente à Comissão de Acompanhamento e Monitoramento Econômico-Financeiro do Regime de Recuperação Fiscal, *“para análise conclusiva.”* Todavia, a Presidente da referida Comissão conclui pela necessidade de esclarecimentos adicionais sobre (i) a quantidade de cargos temporários disponíveis e (ii) a possibilidade de descentralização de crédito orçamentário.

**Não obstante tal manifestação – de todo ignorada -, a indicar o não exaurimento de todos os trâmites burocráticos**

necessários à implementação do projeto, o Secretário de Governo determinou, em 27/10/2021, que fosse “*providenciado o repasse do valor integral da descentralização, objeto da Resolução Conjunta SECC/SEGOV/CEPERJ que trata da institucionalização do observatório de política social voltado ao monitoramento da política pública do Pacto RJ*” (fl. 137 do id 31764280).

Tal fato é, inclusive, apontado pela Diretora Geral de Administração e Finanças, que menciona, em despacho de 27/10/2021, que será realizada a descentralização, “*mas que consta no processo solicitação de pronunciamento da SUBGEP, a pedido da COMISSARF, que ainda não foi respondida e, portanto, a questão levantada ainda não foi esclarecida*”, no que o Secretário de Governo reitera, em despacho (fl. 141 do id 31764280), “*venho por meio deste, em complementação ao despacho desta Secretaria de Estado de Governo (24070948), encaminhar o presente processo administrativo para solicitar ainda que seja providenciado o repasse integral da cota financeira, referente ao valor total da descentralização, objeto da Resolução Conjunta SECC/SEGOV/CEPERJ que trata da institucionalização do observatório de política social voltado ao monitoramento da política pública do Pacto RJ.*”

A mencionada ausência de esclarecimentos é novamente apontada pelo Subsecretário de Tesouro (fl. 144 do id 31764280) e em diversos outros despachos subsequentes.

No entanto, da leitura de outros documentos do mesmo id 31764280, observa-se que, em dezembro de 2021, já estavam sendo apresentados relatórios sobre o PACTO RJ e, em janeiro de 2022, Gabriel Rodrigues Lopes informava (fl. 227) “*que o valor total para complementação da Resolução Conjunta referente ao Projeto RJ para Todos visando dar subsídio nos meses de janeiro a abril de 2022 é de R\$ 32.721.480,00.*”

**Assim, em janeiro de 2022, foi editada a Resolução Conjunta SEGOV/CEPERJ, assinada pelos Secretário de Governo e pelo Presidente da CEPERJ, descentralizando R\$ 32.721.480,00 para a CEPERJ por conta dos projetos do PACTO RJ (fl. 233 do id 31764280). Posteriormente, em 24/05/2022, sobreveio nova resolução conjunta, descentralizando mais valores (fl. 268), a indicar que a proximidade do período eleitoral se sobrepôs aos trâmites administrativos regulares, dado o interesse pessoal dos réus na implementação do PACTO RJ, a despeito da não satisfação das exigências legais a tanto indispensáveis.**

Fato é que o volume de recursos remanejados mediante Resoluções Conjuntas para descentralização de créditos orçamentários editadas pela Secretaria de Estado de Governo e a CEPERJ alcançou, em 2022, cerca de R\$ 460.000.000,00, em projetos comuns, destacando, dentre as irregularidades, as 27.000 contratações irregulares.

Com relação especificamente à UERJ, em 04/01/2022, foi editada a Resolução Conjunta SECC/SEGOV/UERJ nº 57/20221, posteriormente alterada pela Resolução Conjunta SECC/SEGOV/UERJ nº 58/20222, descentralizando a execução de crédito orçamentário para ampliação do Projeto do Observatório Social da UERJ da Operação Segurança Presente. O valor dos repasses é superior a R\$ 140.000.000,00.

Frise-se que também essas resoluções foram assinadas, dentre outros, pelo Secretário de Estado de Governo, cuja unidade figurava como interveniente.

(Id. 162201968 – com inclusão de negritos)

Vale ressaltar que houve a determinação, por decisão liminar na Ação Civil Pública 0207873-93.2022.8.19.0001 (id. 162200368 da AIJE 0603507-14), de que os pagamentos irregulares nos projetos executados pela CEPERJ fossem suspensos somente em agosto de 2022, ou seja, menos de dois meses antes do primeiro turno das eleições.

Não obstante as inúmeras falhas na execução dos projetos sociais, noticiadas pela imprensa desde junho de 2022 e reconhecida em liminar judicial, o ato em que o governador determinou a extinção de sete projetos executados pela CEPERJ sobreveio apenas em 14/9/2022, a cerca de 20 dias do primeiro turno das eleições, que ocorreu em 2/10/2022.

Por outro lado, os projetos desenvolvidos por intermédio da UERJ permaneceram em atividade até dezembro daquele ano, quando foram interrompidos por decisão do TCE/RJ.

Não procede a conclusão a alegação dos recorridos - aceita pelo voto condutor do acórdão recorrido - de que, a despeito da decisão liminar na Ação Civil Pública haver determinado o fim das contratações temporárias por meio do CEPERJ antes do início da época de campanha eleitoral, as intenções de voto em Cláudio Castro cresceram aceleradamente a partir de setembro, o que indicaria a falta de impacto eleitoral de tais admissões.

Isso porque, além de não haver “*prova robusta e convincente de que tais projetos, de fato, foram suspensos no início do calendário eleitoral*”, em agosto de 2022, conforme destacado no voto do Desembargadora Eleitoral Daniela Bandeira, a campanha do investigado passou a pagar pessoal por meio da UERJ. Nesse sentido, extraído do depoimento da testemunha Rodrigo Gaviorno Maia de Castro:

(...) que utilizavam esses projetos para fazer campanha eleitoral também, pois colocavam somente pessoas indicadas, cabos

eleitorais, pessoas indicadas já para aquela votação, já era determinado já; que não tinha acesso aos dados das pessoas contratadas; que haviam contratações via CEPERJ no âmbito da UERJ, o Na Régua é pago pela UERJ por isso que eles ficaram até dezembro e depois como eles saíram e a justiça determinou que ninguém mais trabalhasse, eles chamaram estagiários da UERJ ou de outras faculdades e pagavam pela UERJ, não pagavam mais pela CEPERJ, faziam essa cambalacho;”

(Id. 162201968)

O quadro de evidências dos autos é, portanto, bastante diversificado e robusto quanto ao cometimento sistemático de gravíssimas irregularidades efetuadas no Governo de Cláudio Castro no ano em que ele disputou a reeleição. A magnitude dos recursos públicos envolvidos, as sérias ilegalidades constatadas nos procedimentos de contratação e de pagamento dos trabalhadores, o uso indevido da força de trabalho custeada pelo poder público para contribuir em eventos que visavam promover a imagem de candidatos e a vinculação de muitos beneficiários de ordens bancárias de pagamento a interesses políticos dos investigados formam um conjunto de circunstâncias extremamente grave.

O juízo da 15ª Vara da Fazenda Pública e os Conselheiros do TCE/RJ reconheceram existir fortes indicativos das ilegalidades ao ordenarem a suspensão da continuidade das ações sociais executadas via CEPERJ e UERJ. Aliás, os membros do TRE/RJ também convergiram quanto à existência de indícios de graves irregularidades praticadas no Governo de Cláudio Castro no ano em que ele disputou a reeleição à chefia do Poder Executivo do Rio de Janeiro.

### 3.2.5. Finalidade eleitoral

O cenário evidenciado nos autos, além de configurar irregularidades administrativas ou mesmo atos de improbidade, transcende, a meu ver, para a seara eleitoral, revelando um articulado esquema de utilização indevida da máquina pública estadual com o propósito de desequilibrar o pleito de 2022 no Estado do Rio de Janeiro em favor dos investigados.

O vertiginoso aumento de contratações e despesas públicas deu-se, sobretudo, no ano de 2022, especialmente a partir da edição do Decreto Estadual 47.978/2022. Os recursos alocados à CEPERJ foram expandidos em vinte e três vezes no período de 2020 a 2022. No que concerne à UERJ, apenas o projeto Observatório Social da Operação Segurança Presente, vinculado à SEGOV, teve previsão orçamentária para 2022 majorada em cinco vezes quando comparado ao montante efetivamente despendido no ano anterior.

Não há como dissociar esse aumento de gastos do calendário eleitoral.

A magnitude do orçamento destinado aos projetos sociais não encontra justificativa plausível nas necessidades ordinárias da administração pública. Esse incremento coincide com a alteração dos fins institucionais da fundação por meio do decreto editado pelo governador meses antes das eleições. A sincronia de eventos não pode ser considerada mera coincidência. Ao contrário, aponta para um planejamento cujo alvo era a Eleição de 2022.

A coincidência temporal entre a edição do referido decreto, o aumento exponencial de contratações (que chegou a mais de 27.000 pessoas), o incremento de despesas e a intensificação da exposição midiática dos investigados em eventos de caráter social não consiste em um fenômeno casual. Trata-se de uma sequência de atos que, analisados em seu conjunto, revelam um planejamento orientado para a obtenção de vantagens eleitorais ilícitas.

O uso dos projetos sociais para promover a imagem dos investigados e de aliados políticos foi feito em larga escala por meio de postagens em suas redes sociais e de colaboradores dos projetos, bem como de eventos de inauguração de novas unidades no ano de 2022, nos quais se utilizou de mão-de-obra remunerada pelo poder público para favorecer a imagem do governador e de outros pré-candidatos ao pleito daquele ano.

Os depoimentos colhidos em juízo são categóricos ao expor o constrangimento a que eram submetidos os colaboradores dos projetos a fim de que promovessem candidatos em seus perfis de rede social. Havia, ademais, a orientação para que retirassem os coletes identificadores dos projetos durante eventos políticos, a fim de “fazer volume” como se fossem populares, na tentativa de simular um apoio espontâneo, quando, na verdade, tratava-se de um conluio remunerado com dinheiro público.

Os atos de massiva promoção pessoal, em que se vinculava a imagem de políticos a projetos desenvolvidos pelo poder público visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas, possuem, sem dúvida, grande capacidade de interferir na consciência do eleitor.

As provas constantes nos autos, que incluem documentos oficiais, relatórios de órgãos de controle da administração pública, registros de eventos e depoimentos testemunhais, apontam para uma atuação governamental atípica e concentrada no ano de 2022, com foco em ações de alto apelo social e elevado alcance midiático.

A execução dos projetos ocorreu, em larga escala, sem critérios objetivos de seleção de pessoal e com flagrante ilegalidade na forma de pagamento, por meio de Ordens Bancárias de Pagamento (OBP) com saque em espécie “na boca do caixa”, evidenciando um modo de agir orientado à captação de apoio político-eleitoral.

A vinculação de aliados políticos e seus familiares às contratações, especialmente em redutos eleitorais de determinados investigados, como o então Secretário de Governo Rodrigo Bacellar em Campos dos Goytacazes/RJ, reforça a finalidade eleitoral do fomento dos projetos sociais no ano de 2022. O uso direcionado da política de contratações evidencia o objetivo de maximizar os ganhos eleitorais em certos municípios, o que reforça a tese do desvirtuamento da política pública para fins eleitorais.

A contratação de pessoas ligadas a partidos da oposição não elide, na minha compreensão, a possibilidade de um esquema amplo de cooptação política e o uso da máquina pública para benefício eleitoral dos principais articuladores.

A propósito da circunstância de o Reitor da UERJ, Ricardo Lodi, ter sido candidato a Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores, que, em regra, faz oposição aos investigados, o parecer da Procuradoria-Geral Eleitoral destaca que “na espécie, sequer há relação de disputa concreta entre os recorridos (candidatos a Governador, Vice-Governador e

Deputado Estadual) e o Reitor da UERJ (candidato a Deputado Federal), admitindo, todavia, que “há espaço de genuína indagação” sobre o o porquê Cláudio Castro teria se valido da Universidade estadual dirigida Reitor vinculado a partido de orientação política oposta à dele para alavancar sua campanha.

Neste ponto, é digno de registro que o Partido dos Trabalhadores não lançou candidato próprio ao cargo de Governador na eleição de 2022. Igualmente, é fato notório que o diretório regional do PT aprovou rompimento da aliança com Freixo ao governo estadual (Portal G1, 2/8/2022)<sup>1</sup>, em razão de conflito entre o PT e o PSB em relação à disputa pelo Senado. Pesquisa divulgada pelo Datafolha em 30/09/2022 apurou que “15% dos eleitores de Lula escolhem candidato do PL no Rio” (O Globo, 30/9/2022)<sup>2</sup>. Constatou-se do depoimento de Rodrigo Gaviorno que “no dia 05 de **agosto** receberam uma ligação da Ana Cláudia Albino via WhatsApp pelo celular da Mayra e aí ela pediu que chamasse todo mundo e se reuniram dentro do container e ela falou que o Allan Borges fez um acordo e precisava de 4 vagas e essas 4 vagas saíam deles ou do pessoal da Muzema, ia sair do Cidade Integrada e **a questão era quem não aceitasse fazer campanha eleitoral ia ser demitido, aí vieram os nomes Lula, Cláudio Castro, Romário e Max Lemos e Dionísio Lins**” (id. 162201968 – sem destaque no original).

Como se vê, a fragilidade de nosso sistema partidário, em que assume maior relevo perante o eleitor o viés personalista dos candidatos do que a linha programática partido, frequentemente enseja a formalização coligações ou federações entre partidos de ideologia antagônica, ou, como no caso, apoiantes, mesmo que informais, que seriam inexplicáveis à luz dos programas partidários.

Ademais, a contratação de eventuais adversários pode ter ocorrido como mero efeito colateral de um esquema de dimensões amplas, cujo núcleo decisório estava orientado à obtenção de vantagem eleitoral para os seus principais articuladores. A dispersão partidária entre os beneficiados não afasta o intuito ilícito dos agentes públicos responsáveis por implementar a política pública viciada.

Por fim, cumpre notar que, embora as universidades tenham autonomia financeira e administrativa, na prática, essa autonomia se resume à administração dos duodécimos previstos na lei orçamentária, pois, como ressaltou o Desembargadora Eleitoral Daniela Bandeira, às universidades “é pragmaticamente sonogada sua autonomia em função da submissão ao financiamento do ente estatal, o que revela a ingerência dos primeiros 3 (três) investigados quanto à decisão de repasse e empenho de recursos financeiros destinados à UERJ e à CEPERJ (id. 162201968).

Assim, sem a interferência da SEGOV (sob a chefia de Rodrigo da Silva Bacellar) e da Secretaria de Estado da Casa Civil (SECC), certamente a UERJ não teria sido contemplada com a liberação de R\$141.087.659,00 no ano eleitoral (Resolução Conjunta SECC/SEGOV/UERJ nº 57/20221, de 4/1/2022, alterada pela Resolução Conjunta SECC/SEGOV/UERJ nº 58/20222).

Observadas, portanto, em sua totalidade, as condutas investigadas, sua cronologia, extensão territorial, vulto financeiro, forma de remuneração de trabalhadores por meio de dinheiro em espécie e massiva exposição pública dos investigados revelam um elaborado esquema de uso da estrutura administrativa estadual e de seus recursos com a finalidade de influenciar nas eleições que se aproximavam e, com isso, garantir a permanência no poder daqueles que detinham o comando da gestão no governo estadual e o favorecimento de aliados, em detrimento da igualdade de oportunidades entre os concorrentes.

### 3.2.6. Gravidade

As condutas praticadas pelos investigados se revestem de gravidade no contexto eleitoral de 2022 no Estado do Rio de Janeiro.

O alto grau de reprovabilidade das condutas é manifesta.

As ações não foram atos isolados ou improvisados, mas parte de uma estratégia implementada no âmbito do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Envolveu a edição de atos normativos pelo governador (a Lei Estadual 9.255, de 27/4/2021, e o Decreto 47.978, de 9/3/2022) para transformar a Fundação CEPERJ e a UERJ em ferramentas que viabilizaram a distribuição massiva e obscura de recursos públicos com vistas a alcançar dividendos eleitorais.

O procedimento adotado para remunerar os trabalhadores e a sistemática de saques dos salários diretamente no guichê bancário denotam um esforço deliberado para burlar a transparência e os mecanismos de controle, o que dificultou a fiscalização e o rastreamento dos verdadeiros beneficiários.

Os investigados utilizaram as posições de comando na estrutura de poder estadual (Governador, Secretário de Governo e Presidente da CEPERJ) para, valendo-se de suas prerrogativas e do aparato estatal, construir um projeto de poder. A CEPERJ e a UERJ, instituições com relevantes funções sociais, foram desvirtuadas para servir de fachada a um esquema de cooptação de votos e financiamento irregular de uma rede de apoiadores de suas pretensões eleitorais.

A dimensão quantitativa da gravidade também salta aos olhos.

Auditorias do TCE/RJ apontaram que o Poder Executivo gastou R\$470.000.000,00 com projetos na CEPERJ em 2022 e, para esse mesmo exercício financeiro, autorizou a liberação de R\$141.087.659,00 apenas para um dos projetos executados pela UERJ (o Observatório Social da Operação Segurança Presente, vinculado à SEGOV), ações governamentais com pouca ou nenhuma transparência.

Essas cifras, aplicadas de forma irregular para fomentar ações de cunho social em um ano de eleições de âmbito estadual, possuem um poder desestabilizador que não pode ser ignorado.

São volumes extremamente altos quando comparados ao limite de gastos de campanha para o cargo de governador em 2022, que para o Estado do Rio de Janeiro foi de R\$17.788.806,16 no primeiro turno, com acréscimo de R\$8.894.403,08 para o segundo turno, conforme dados disponíveis no sítio eletrônico desta Corte. Em outras palavras, a quantia aplicada nos projetos sociais em 2022 foi mais de 22 vezes superior ao teto de gastos para aquela eleição, incluindo o máximo de despesas autorizado para o primeiro e o segundo turnos do pleito.

A quantia empregada nos projetos sociais não deve ser cotejada com a totalidade do orçamento anual do estado, como se procedeu no acórdão de origem, uma vez que o parâmetro legal adequado para a análise da isonomia entre os candidatos em uma disputa eleitoral é o limite de gastos de campanha para o cargo em disputa.

As estimativas apontam cerca de 27.000 pessoas contratadas de forma irregular pela Fundação CEPERJ. Esse contingente, transformado em potenciais apoiadores das candidaturas, remunerados com dinheiro público, representa uma força desproporcional na disputa eleitoral. Sobretudo quando se tem em conta a promoção da imagem dos investigados perante os eleitores. Ainda que alguns dos 22 projetos executados pela Fundação CEPERJ tenham sido suspensos antes do período eleitoral crítico, o capital eleitoral obtido com sua efetivação já estava concretizado.

O esquema não se limitou à capital. Espalhou-se por outros municípios do Rio de Janeiro, como evidenciado pelos R\$12.000.000,00 pagos “na boca do caixa” em uma única agência bancária de Campos dos Goytacazes/RJ, base política do então Secretário de Governo Rodrigo Bacellar, que se empenhou em descentralizar verbas para custeio dos projetos sociais.

Assim, a meu juízo, a concentração de um volume excessivo e injustificado de contratações e de gastos no ano de 2022 ostentou, inequivocamente, gravidade para macular a normalidade e a legitimidade das eleições de 2022 no Estado do Rio de Janeiro.

### 3.2.7. Da configuração de conduta vedada

Além do abuso de poder político e econômico, também ficou comprovada nos autos a prática da conduta vedada descrita no art. 73, II, da Lei 9.504/97, que veda aos agentes públicos o uso de materiais ou serviços custeados pelo poder público que excedam as prerrogativas consignadas nas normas dos órgãos que integram. Confira-se:

Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

[...]

II - usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;

Consoante a jurisprudência do TSE, o dispositivo contempla cláusula aberta no sistema de condutas vedadas e visa sancionar práticas, envolvendo a gestão de recursos públicos, que venham a implicar desvio de finalidade em seu emprego a fim de serem indevidamente convertidas em vantagens na competição eleitoral. Destaco os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. ELEIÇÕES 2020. PREFEITO. REPRESENTAÇÃO. CONDUTA VEDADA. ART. 73, II, DA LEI 9.504/97. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL. PROMOÇÃO PESSOAL. PERÍODO ANTERIOR AO REGISTRO. EXCESSO. PRERROGATIVAS. PRESTAÇÃO. SERVIÇO PÚBLICO. CONFIGURAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 24/TSE. MULTA. ART. 73, § 8º, DA LEI 9.504/97. BENEFÍCIO. NEGATIVA DE PROVIMENTO.

1. No *decisum* monocrático, mantiveram-se sentença e aresto unânime do TRE/RJ, com multa no patamar mínimo de R\$ 5.320,50 em desfavor do agravante, reeleito Prefeito de Rio das Ostras/RJ em 2020, diante de publicidade institucional contendo promoção pessoal em data anterior ao início da campanha, conduta que foi enquadrada no art. 73, II, da Lei 9.504/97.

2. Consoante o art. 73, II, da Lei 9.504/97, é vedado aos agentes públicos “usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram”. **Trata-se de cláusula aberta que visa sancionar condutas que impliquem desvio de finalidade no emprego de recursos públicos para fins eleitorais** (doutrina).

[...]

6. A condenação fundou-se não apenas no prévio conhecimento, mas também no art. 73, § 8º, da Lei 9.504/97, segundo o qual a multa se aplica “aos partidos, coligações e candidatos que delas se beneficiarem”. Veiculada a publicidade faltando menos de um mês para o marco final do registro de candidatura, e tendo o agravante se lançado à reeleição, o benefício é inequívoco.

[...]

Agravo interno a que se nega provimento.

(AgR-REspEI 0600101-83.2020.6.19.0184/RJ, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 25/4/2022 - sem destaque no original)

ELEIÇÕES 2020. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. REPRESENTAÇÃO. CONDUTA VEDADA. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. DESNECESSIDADE. LINK NA PÁGINA DA CÂMARA DE VEREADORES. DIRECIONAMENTO PARA A PÁGINA PESSOAL DO CANDIDATO. USO DE SERVIÇO CUSTEADO PELA CASA LEGISLATIVA. ART.

73, II DA LEI 9.504/1997. MULTA. PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR NA INTERNET NÃO RECONHECIDA. *NON REFORMATIO IN PEJUS*. SÚMULAS 24 E 30 DO TSE. DESPROVIMENTO.

[...]

**4. A moldura fática delineada pela Corte Regional certifica a ocorrência de indisfarçado desvio de finalidade na utilização de página mantida por órgão da administração pública do município, a qual serviu de atalho para impulsionar o acesso à rede social do candidato em que promovidos atos deliberados de campanha eleitoral.**

**5. A *ratio* normativa visa impedir o desequilíbrio das eleições pelo uso irregular dos bens públicos, em especial daqueles que estão na gestão da máquina pública, com maiores prerrogativas do que os demais candidatos. O emprego dos recursos públicos promove descompasso na oportunidade de chances entre os competidores eleitorais, razão porque o legislador se preocupou em delimitar o campo de atuação dos gestores, em plena campanha eleitoral.**

6. Agravo Regimental desprovido.

(AgR-AREspEI 0600243-93.2020.6.16.0015, Rel. Min. Alexandre de Moraes, DJe de 23/5/2022 - sem destaque no original)

O conjunto probatório revela o emprego da estrutura governamental com propósito eleitoreiro. Os depoimentos de Rodrigo Gaviorno, Mayra Carvalho e Marcos Pimentel, colaboradores de projetos da CEPERJ, atestam a coerção a que foram submetidos os trabalhadores temporários para que realizassem propaganda eleitoral em benefício dos investigados.

Suas declarações são convergentes no tocante à obrigatoriedade de comparecimento a inaugurações dos projetos, nos quais lhes era imposto distribuir panfletos institucionais e simular que eram moradores da região que espontaneamente compareciam a esses eventos. Além disso, eles relataram pressões exercidas por seus superiores imediatos para que publicassem, em redes sociais, conteúdo favorável a pré-candidatos do grupo político de Cláudio Castro, sob ameaça de desligamento dos projetos.

É notório, a meu ver, o desvio de finalidade no emprego das verbas públicas destinadas aos projetos sociais. As exigências impostas aos servidores temporários configuram nítido excesso das prerrogativas da administração pública, violando a isonomia que deve pautar a disputa eleitoral.

A conduta dos investigados ao instrumentalizar a máquina pública para fins de promoção eleitoreira amolda-se, assim, à conduta vedada no art. 73, II, da Lei 9.504/97, a ser sancionada com a multa prevista no § 4º do art. 73 da Lei das Eleições.

### **3.2.8. Responsabilidade dos recorridos**

A sistemática empreendida configurou um mecanismo de distribuição de recursos públicos à margem da transparência e dos controles institucionais, cujo objetivo não era atender ao interesse público, mas sim criar uma rede de apoiadores remunerados com verbas estatais e promover a imagem do governador e de seus aliados nas redes sociais e em inaugurações de novas unidades de projetos sociais.

Cláudio Bomfim de Castro e Silva, então governador do Rio de Janeiro e candidato à reeleição, aparece em uma posição central na arquitetura e execução do esquema ilícito. Utilizando-se de suas prerrogativas de chefe do Poder Executivo, não apenas anuiu com as práticas, mas as autorizou, além de ter editado atos normativos que viabilizaram as irregularidades.

A edição do Decreto 47.978/22, em março de 2022, que alterou a estrutura e as atribuições da Fundação CEPERJ, permitiu a contratação precária de milhares de indivíduos sob o manto de um falso interesse público. Tal manobra, ocorrida no ano em que se realizou o pleito, demonstra que a descentralização da execução dos projetos sociais constituía uma estratégia institucional deliberada, visando à reeleição. A sua presença no lançamento e na divulgação dos projetos sociais, atrelando a eles a sua imagem, reforça o viés eleitoreiro dessas ações.

Rodrigo da Silva Bacellar, então secretário de Estado de Governo, utilizou sua posição estratégica na administração estadual para destinar recursos públicos aos projetos executados pela CEPERJ e UERJ, ignorando questionamentos internos de outros órgãos acerca da legalidade do seu custeio.

Vale frisar que sua responsabilidade não se fundamenta exclusivamente no saque de R\$12.000.000,00 sacados “na boca do caixa” em uma única agência de Campos dos Goytacazes. Esse fato, contudo, em conjunto com sua atuação no sentido de descentralizar recursos para viabilizar os projetos e com os saques efetuados por pessoas a ele relacionadas, tais como sua cunhada e o futuro coordenador de sua campanha eleitoral, não deixa dúvida do seu papel central na articulação do esquema ilícito com fins eleitorais.

Gabriel Rodrigues Lopes, à época presidente da CEPERJ, também é diretamente responsável pelos atos abusivos. Sob sua gestão, a fundação passou a executar projetos sociais por meio da admissão de milhares de trabalhadores temporários, efetuada à margem das normas constitucionais e administrativas, com pagamentos via recibo de pagamento autônomo e saques em espécie, dificultando o controle e a transparência. Mesmo diante de alertas de instituições financeiras sobre o volume atípico de pagamentos “na boca do caixa”, a CEPERJ, sob seu comando, persistiu no método. A entidade, com a sua anuência e participação, foi instrumentalizada visando distribuir recursos públicos de forma dissimulada, convertendo-se em peça fundamental para a consecução dos objetivos eleitoreiros do grupo político.

Thiago Pampolha Gonçalves, embora não tenha tido participação ativa nas ações administrativas irregulares, foi

um dos seus beneficiários diretos na condição de candidato ao cargo de vice-governador eleito em 2022.

Diante de todo o panorama desvendado nos autos, entendo que as condutas perpetradas por Cláudio Bonfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes, cada qual em sua esfera de poder decisório, concorreram de forma determinante para a configuração do abuso de poder político e econômico, em amplitude e gravidade que comprometeu a normalidade e a legitimidade das Eleições 2022 no Estado do Rio de Janeiro, bem como em conduta vedada a agentes públicos. A responsabilidade dos investigados se assenta na consciente instrumentalização da máquina administrativa e no dispêndio irregular de recursos públicos com o fim precípuo de obter dividendos eleitorais, em afronta aos princípios que regem a administração pública e o processo eleitoral.

### 3.2.8. Fixação da multa

Consoante a jurisprudência deste Tribunal, a multa pela prática de conduta vedada a agentes públicos em campanha eleitoral, prevista no art. 73, §§ 4º, 5º e 8º, da Lei 9.504/97, deve ser arbitrada com fundamento nos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de acordo com as circunstâncias do caso concreto, considerando a reprovabilidade da conduta e a sua repercussão no contexto eleitoral, assim como a capacidade econômica dos demandados e o grau de participação de cada um deles. Confira-se:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ELEIÇÕES 2022. REPRESENTAÇÃO ESPECIAL. CONDUTAS VEDADAS A AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHA. AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DO PODER POLÍTICO E ECONÔMICO. CANDIDATOS NÃO ELEITOS. PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA. MULTAS. INELEGIBILIDADE. CONDENAÇÃO. ACÓRDÃO EMBARGADO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO.

[...]

Da alegação de ofensa aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na fixação da multa, em suposta dissonância com a jurisprudência do TSE.

19. Não se vislumbra nenhum vício nos acórdãos embargados acerca da aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na fixação das multas impostas aos embargantes, pois **as sanções pecuniárias foram arbitradas de acordo com as circunstâncias do caso concreto, considerando a intensa reprovabilidade das condutas e a sua ampla repercussão, assim como a capacidade econômica dos demandados e o grau de participação de cada um deles.** Desse modo, tendo em vista as quatro condutas vedadas praticadas pelo primeiro investigado e a gravidade da sua atuação, a maioria deste Tribunal aplicou-lhe multa no patamar máximo, por conduta praticada, totalizando o valor de R\$ 425.640,00, e, quanto ao segundo embargante, por se tratar de candidato beneficiário conivente com os ilícitos e que teve participação em episódios relevantes, considerou-se compatível a imposição da multa em 50% do patamar máximo, totalizando o montante de R\$ 212.820,00.

[...]

Embargos de declaração rejeitados.

(ED-REspe 0600984-57.2022.6.00.0000/DF, Rel. Min. Floriano de Azevedo Marques, DJe de 13/5/2024 – sem destaque no original)

As condutas perpetradas pelos recorridos se revestem da mais alta gravidade, porquanto, extrapolando as prerrogativas dos cargos que ocupavam, eles implementaram um engenhoso esquema de distribuição irregular de recursos públicos e de uso abusivo de mão-de-obra custeada pelo poder público a fim de obter vantagem eleitoral.

A prática ilícita obteve ampla repercussão no contexto eleitoral, visto que dezenas de milhares de trabalhadores foram contratados em diferentes municípios do estado, além de cifras elevadíssimas de dinheiro público desviadas em benefício da chapa do Governador Cláudio Castro e do vice Thiago Pampolha, bem como da candidatura à reeleição do deputado Rodrigo Bacellar, e de outros aliados.

Cláudio Castro, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes exerceram papéis determinantes na sistemática irregular de ampliação e de financiamento dos projetos sociais, razão pela qual a multa deve ser aplicada a esses agentes públicos no patamar máximo previsto no art. 73, § 4º, da Lei 9.504/97.

O vice-governador Thiago Pampolha, por sua vez, também deve ser sancionado com a multa do art. 73 da Lei das Eleições, em virtude do benefício eleitoral que obteve com as práticas ilícitas.

## 4. Conclusão

Em face do exposto, não conheço do recurso ordinário interposto por Marcelo Ribeiro Freixo e pela Coligação A Vida Vai Melhorar e, de outra parte, rejeito as preliminares e **dou provimento** aos recursos ordinários do Ministério Público para:

a) cassar a chapa majoritária, com a consequente cassação dos diplomas de Cláudio Bomfim de Castro e Silva e de Thiago Pampolha Gonçalves dos cargos de governador e vice-governador do Rio de Janeiro nas Eleições de 2022 e do

diploma de Rodrigo da Silva Bacellar do cargo de deputado estadual no citado pleito;

b) declarar a inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes;

c) determinar a realização de novas eleições para os referidos cargos majoritários e a retotalização dos votos para o cargo de deputado estadual; e

d) aplicar multa individual no patamar máximo (cem mil UFIR), prevista no art. 73, § 4º, da Lei 9.504/97 para Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes, e multa no patamar mínimo (cinco mil UFIR), prevista no art. 73, § 8º, da Lei 9.504/97, para Thiago Pampolha Gonçalves, pela prática da conduta vedada do art. 73, II, da referida norma.

Comunique-se com urgência ao TRE/RJ para fins de cumprimento imediato do acórdão, inclusive quanto à adoção de providências para realização de novas eleições (art. 224 do Código Eleitoral).

**É como voto.**

A SENHORA MINISTRA CÂRMEN LÚCIA (Presidente): Agradeço a Vossa Excelência pelo cuidadoso e muito profundo voto.

E indago do Ministro Antonio Carlos Ferreira que me comunica que... tem a palavra.

### PEDIDO DE VISTA

O SENHOR MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA: Muito obrigado, Senhora Presidente.

Eu confirmo, então, aqui, o que eu já havia adiantado, o meu pedido de vistas, para que eu e os demais Ministros possamos melhor refletir sobre o processo e sobre o voto da Ministra Isabel Gallotti, a quem eu cumprimento.

A SENHORA MINISTRA CÂRMEN LÚCIA (Presidente): Agradeço a Vossa Excelência.

Eu indago da Senhora Ministra Estela e dos Senhores Ministros se aguardam o pedido de vista do Ministro Antonio Carlos Ferreira.

### PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO (PROVISÓRIO)

A SENHORA MINISTRA CÂRMEN LÚCIA (Presidente): Então, proclamo o resultado provisório – no estado em que se está o processo – que, após o voto da Ministra Relatora, Isabel Gallotti, que não conhecia do recurso ordinário interposto por Marcelo Ribeiro Freixo e pela Coligação A Vida Vai Melhorar, e deu provimento aos recursos ordinários do Ministério Público para: 1. Cassar os diplomas de Cláudio Bomfim de Castro e Silva e de Thiago Pampolha Gonçalves, dos cargos de governador e vice-governador do Rio de Janeiro, nas eleições de 2022, e do diploma de Rodrigo da Silva Bacellar, do cargo de deputado estadual naquele pleito; 2. Declarar a inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes; 3. Determinar a realização de novas eleições para aqueles cargos majoritários e a retotalização de votos para o cargo de deputado estadual; e 4. Aplicar multa individual no patamar máximo de 100 mil Ufir, na forma prevista no § 4º do art. 73, da Lei n. 9.504/1997, para Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes, e multa de 50 mil Ufir para Thiago Pampolha Gonçalves pela prática de conduta vedada na forma do inc. II do art. 73 daquela norma, e comunicar, com urgência, ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio para cumprimento imediato do acórdão, inclusive quanto à decisão de providências para a realização de novas eleições na forma do art. 224 do Código Eleitoral, pediu vista o Ministro Antonio Carlos Ferreira. Aguardam os demais.

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI (Relatora): Ministra Cármen.

A SENHORA MINISTRA CÂRMEN LÚCIA (Presidente): Pois não.

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI (Relatora): Eu peço licença para dizer que o dispositivo do voto, em relação ao Thiago Pampolha, está em 50 mil UFIR, mas eu, considerando que realmente ele está sendo penalizado com a multa apenas por causa do benefício obtido, que a lei prevê como causa, eu entendo de fixar a multa, em relação a ele, no patamar mínimo.

E o Ministro Floriano – aqui, ao meu lado – já fez a conta e disse que esse patamar mínimo é de R\$ 10 mil. Então, eu adéquo.

A SENHORA MINISTRA CÂRMEN LÚCIA (Presidente): Sim, mas então aqui retifica-se o que consta do...

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI (Relatora): Fica assim: “multa no percentual máximo de 100 mil para Cláudio Castro, Rodrigo Bacellar e Gabriel e multa de R\$ 10 mil para Thiago Pampolha Gonçalves”.

A SENHORA MINISTRA CÂRMEN LÚCIA (Presidente): Dez mil reais para Thiago Pampolha. Está bem. Fica retificado na proclamação.

Pois não, Doutor Fernando Neves.

### REQUERIMENTO

O DOUTOR FERNANDO NEVES DA SILVA (Advogado): Devo cumprir meu dever de advogado, embora já podendo imaginar até qual é a posição da Corte, mas queria insistir, mais uma vez, que aos advogados da defesa fosse entregue uma cópia do voto da eminente Relatora, que foi lido em grande parte, mas tem outras partes. E aí, não só com o fundamento da publicidade, mas também da isonomia, porque, ao que pudemos perceber, o Doutor Procurador, que é parte neste processo, já

recebeu o voto da Senhora Ministra Relatora. Então, eu acho que seria razoável também aos demais advogados.

Muito obrigado.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): O pleito de Vossa Senhoria será encaminhado à Ministra Relatora.

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI (Relatora): Senhora Presidente, dada a extensão desse voto, eu quero fazer uma outra retificação, porque, como dito da Tribuna, o Vice-Governador Thiago Pampolha já renunciou ao cargo. Então, parece que, quanto a ele, a cassação de diploma já não tem mais objeto.

Desculpe tantas retificações.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Não. Sem problemas. O voto é longo.

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI (Relatora): Não sei se estarei aqui quando terminar o julgamento e, quanto ao pedido do nobre advogado, esse já foi feito em outros autos e eu indeferi, no sentido de que o julgamento ainda não terminou e, de qualquer forma, vou fazer a revisão de texto, e, de qualquer forma, o inteiro teor do voto está no YouTube. De forma que a única coisa que eu não li aqui foram os depoimentos das testemunhas.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Na inteireza.

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI (Relatora): Na inteireza. Eu li só as partes relevantes, mas os eminentes advogados podem saber que no voto eu transcrevi todos os depoimentos das testemunhas citadas.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Agradeço a Vossa Excelência.

O DOUTOR FERNANDO NEVES DA SILVA (Advogado): Eu pediria apenas a mesma gentileza que teve com o procurador, que recebeu cópia impressa, que é mais fácil de conferir do que pegar na gravação, com todos os eventuais cacos da gravação. Só queríamos o mesmo tratamento.

Muito obrigado.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Fica registrado, Doutor Fernando.

### EXTRATO DA ATA

RO-EI nº 0606570-47.2022.6.19.0000/RJ. Relatora: Ministra Isabel Gallotti. Recorrente: Ministério Público Eleitoral. Recorrido: Cláudio Bomfim de Castro e Silva (Advogados: Fernando Neves da Silva – OAB: 2030/DF e outros). Recorrido: Rodrigo da Silva Bacellar (Advogados: Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro – OAB: 25341/DF e outros). Assistente: União Brasil (UNIÃO) – Nacional (Advogados: José Eduardo Rangel de Alckmin – OAB: 2977/DF e outros). Recorrido: Thiago Pampolha Gonçalves (Advogados: Tiago Paes de Andrade Banhos – OAB: 61030/DF e outros). Recorrido: Gutemberg de Paula Fonseca (Advogados: Allan de Moura Silva Rosário – OAB: 220528/RJ e outros). Recorridos: Leonardo Vieira Mendes e outros (Advogados: Carolina Cruvello D'Avila Reis Figueiredo – OAB: 209651/RJ e outros). Recorrido: Bernardo Chim Rossi (Advogados: Jordani Fernandes Ribeiro – OAB: 163454/RJ e outros). Recorrido: Allan Borges Nogueira (Advogados: Fernando Reis de Carvalho Peres – OAB: 171869/RJ e outros). Recorrido: Max Rodrigues Lemos (Advogados: Larissa Paes Leme da Cunha – OAB: 228465/RJ e outros). Recorrido: Marcus Venissius da Silva Barbosa (Advogados: Lauro Vinicius Ramos Rabha – OAB: 169856/RJ e outros). Recorrido: Patrique Welber Atela de Faria (Advogados: Josias Ramos Vieira – OAB: 226862/RJ e outros).

Julgamento conjunto: Recursos Ordinários Eleitorais nº 0606570-47 e nº 0603507-14.

Usaram da palavra: a) o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa, Vice-Procurador-Geral Eleitoral, pelo Ministério Público Eleitoral (recorrente), e o Dr. Paulo Henrique Teles Fagundes, pelos recorrentes Marcelo Ribeiro Freixo e outra; b) o Dr. Bruno Calfat, pelo recorrido Thiago Pampolha Gonçalves, a Dra. Maria Claudia Bucchianeri, pelo recorrido Rodrigo da Silva Bacellar e o Dr. Fernando Neves da Silva, pelo recorrido Cláudio Bomfim de Castro e Silva.

Registrada a presença, no Plenário, do Dr. José Eduardo Alckmin, advogado do União Brasil (UNIÃO) - Nacional (assistente do recorrido Rodrigo da Silva Bacellar) e da Dra. Tatiana de Pádua Caversani Tasca, advogada do recorrido Gabriel Rodrigues Lopes. Constatou, ainda, a presença na sala de videoconferência o Dr. Jordani Fernandes Ribeiro, advogado do recorrido Bernardo Chim Rossi, os quais declinaram do direito de realizar sustentação oral.

Decisão: Iniciado o julgamento, a Relatora votou no sentido de não conhecer do recurso ordinário interposto por Marcelo Ribeiro Freixo e pela Coligação A Vida Vai Melhorar, rejeitar as preliminares e dar provimento aos recursos ordinários do Ministério Público para: a) cassar os diplomas de Cláudio Bomfim de Castro e Silva do cargo de governador do Rio de Janeiro, e de Rodrigo da Silva Bacellar do cargo de deputado estadual, nas Eleições de 2022; b) declarar a inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes; c) determinar a realização de novas eleições para os referidos cargos majoritários e a retotalização dos votos para o cargo de deputado estadual; e d) aplicar multa individual no patamar máximo (cem mil UFIR), previsto no art. 73, § 4º, da Lei 9.504/97 para Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes, e multa no patamar mínimo para Thiago Pampolha Gonçalves, pela prática da conduta vedada do art. 73, II, da referida norma. Em seguida, pediu vista o Ministro Antonio Carlos Ferreira.

Composição: Ministras Cármen Lúcia (Presidente), Isabel Gallotti e Estela Aranha, Ministros Nunes Marques, André Mendonça, Antonio Carlos Ferreira e Floriano de Azevedo Marques.

Vice-Procurador-Geral Eleitoral: Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

SESSÃO DE 4.11.2025.

### LEITURA DA ATA

O SENHOR JOÃO PAULO OLIVEIRA (Secretário da Sessão): Ata da sessão ordinária jurisdicional do Tribunal

Superior Eleitoral realizada em 4 de novembro de 2025. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à sessão os Senhores Ministros Nunes Marques, André Mendonça, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Floriano de Azevedo Marques e Estela Aranha. Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Doutor Alexandre Espinosa Bravo Barbosa. Às vinte horas e quatorze minutos foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior. A sessão foi encerrada às vinte e duas horas e cinquenta e dois minutos.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Indago das Senhoras Ministras e dos Senhores Ministros se há alguma observação, retificação a fazer sobre a ata.

Por favor, tem a palavra a eminente Ministra Corregedora-Geral, Ministra Isabel Gallotti.

## PROPOSTA

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI (Relatora): Senhora Presidente, peço a palavra para uma breve **retificação** referente à proclamação do resultado do julgamento ocorrido na sessão anterior, nos Recursos Ordinários 0606570-47 e 0603507-14, ambos do Rio de Janeiro.

Aproveito para apenas esclarecer que, na linha de fundamentação exposta em meu voto na sessão, há cassação dos diplomas, inclusive da chapa majoritária. Assim, o meu voto manteve a cassação do diploma do vice-governador Thiago Pampolha, expedido em dezembro de 2022, a qual, todavia, se dá independentemente da renúncia ao cargo, uma vez que dele se exonerou em razão da posse no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, conforme afirmado pelo eminente advogado da tribuna.

Em termos práticos, portanto, a condenação não tem eficácia em relação a ele, exceto quanto à condenação à multa corresponde ao mínimo legal, como constou da proclamação, ou seja, 5.000 UFIRs, nos termos do art. 73, § 8º, da Lei 9.504/97.

A propósito, verifiquei, ao revisar a redação final do voto, que houve um equívoco quanto ao valor verbalizado da multa aplicada ao investigado Thiago Pampolha Gonçalves pela conduta vedada.

Embora o voto tenha fixado o valor mínimo previsto em lei, correspondente a 5.000 UFIRs, houve referência oral equivocada ao montante de R\$ 10.000,00.

Correto, portanto, o registro de que a multa aplicada corresponde ao mínimo legal, como constou da proclamação, ou seja, 5.000 UFIRs, nos termos do art. 73, § 8º, da Lei 9.504/97.

Solicito, portanto, Senhora Presidente, com esse esclarecimento, a retificação da ata e da proclamação. Na verdade, não é nem da proclamação, é só da ata, porque a Senhora Presidente proclamou corretamente. Só da minuta que consta do PJe, sem alteração do conteúdo e da conclusão do voto, para que passe a constar:

## NOVA PROPOSTA DE PROCLAMAÇÃO

Iniciado o julgamento, a Relatora votou no sentido de **não conhecer** do recurso ordinário interposto por Marcelo Ribeiro Freixo e pela Coligação A Vida Vai Melhorar, **rejeitar as preliminares e dar provimento** aos recursos ordinários do Ministério Público para: **a)** cassar a chapa majoritária, com a consequente cassação do diploma de Cláudio Bomfim de Castro e Silva do cargo de governador do Rio de Janeiro e do diploma do vice-governador Thiago Pampolha, nas Eleições de 2022; **b)** cassar o diploma de Rodrigo da Silva Bacellar do cargo de deputado estadual, nas Eleições de 2022; **c)** declarar a inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes; **d)** determinar a realização de novas eleições para os referidos cargos majoritários e a retotalização dos votos para o cargo de deputado estadual; e **e)** aplicar multa individual no patamar máximo (cem mil UFIR), previsto no art. 73, § 4º, da Lei 9.504/97 para Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes, e multa no patamar mínimo legal (cinco mil UFIR), previsto no art. 73, § 8º, da Lei 9.504/97, para Thiago Pampolha Gonçalves, pela conduta vedada do art. 73, II, da referida norma. Em seguida, **pediu vista** o Ministro Antonio Carlos Ferreira.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Pois não. Então, a proclamação foi feita por mim exatamente nos termos do que Vossa Excelência apresentou, inclusive com a retificação oral.

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI: Sim.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Entretanto, Vossa Excelência agora pede a retificação para que conste da ata, e é essa então que estaríamos aprovando, no sentido da proclamação, agora com o esclarecimento feito de que a cassação do diploma atinge a chapa, ou seja, o candidato eleito governador, o candidato eleito vice-governador e Rodrigo da Silva Bacellar.

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI: Sim. Vossa Excelência havia anunciado isso, mas na transcrição feita para o PJe é que tem de prevalecer o que Vossa Excelência havia proclamado mesmo.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): E é isso que consta...

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI: É isso que consta aqui.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): O que consta da ata é exatamente o que está posto no voto que eu proclamei. Mas, então, fica a proclamação com a retificação agora apresentada por Vossa Excelência para esse esclarecimento, que não tinha sido feito, porque Vossa Excelência inclusive tinha verbalizado perda do objeto, que Vossa Excelência diz "quanto à perda do cargo não".

A SENHORA MINISTRA ISABEL GALLOTTI: Isso.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Pois não. Com esse esclarecimento e esse adendo agora feito, que passará a constar da ata, eu indago dos Senhores Ministros e da Senhora Ministra se há alguma observação ou outra

retificação a ser feita na ata, além dessa feita pela Ministra Isabel Gallotti.

Não havendo, proclamo, então, devidamente aprovada a ata da sessão anterior.

## EXTRATO DA ATA

RO-EI nº 0606570-47.2022.6.19.0000/RJ. Relatora: Ministra Isabel Gallotti. Recorrente: Ministério Público Eleitoral. Recorrido: Cláudio Bomfim de Castro e Silva (Advogados: Fernando Neves da Silva – OAB: 2030/DF e outros). Recorrido: Rodrigo da Silva Bacellar (Advogados: Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro – OAB: 25341/DF e outros). Assistente: União Brasil (UNIÃO) – Nacional (Advogados: José Eduardo Rangel de Alckmin – OAB: 2977/DF e outros). Recorrido: Thiago Pampolha Gonçalves (Advogados: Tiago Paes de Andrade Banhos – OAB: 61030/DF e outros). Recorrido: Gutemberg de Paula Fonseca (Advogados: Allan de Moura Silva Rosário – OAB: 220528/RJ e outros). Recorridos: Leonardo Vieira Mendes e outros (Advogados: Carolina Cruvello D' Avila Reis Figueiredo – OAB: 209651/RJ e outros). Recorrido: Bernardo Chim Rossi (Advogados: Jordani Fernandes Ribeiro – OAB: 163454/RJ e outros). Recorrido: Allan Borges Nogueira (Advogados: Fernando Reis de Carvalho Peres – OAB: 171869/RJ e outros). Recorrido: Max Rodrigues Lemos (Advogados: Larissa Paes Leme da Cunha – OAB: 228465/RJ e outros). Recorrido: Marcus Venissius da Silva Barbosa (Advogados: Lauro Vinicius Ramos Rabha – OAB: 169856/RJ e outros). Recorrido: Patrique Welber Atela de Faria (Advogados: Josias Ramos Vieira – OAB: 226862/RJ e outros).

Julgamento conjunto: Recursos Ordinários Eleitorais nº 0606570-47 e nº 0603507-14.

Decisão: Iniciado o julgamento, a Relatora votou no sentido de não conhecer do recurso ordinário interposto por Marcelo Ribeiro Freixo e pela Coligação A Vida Vai Melhorar, rejeitar as preliminares e dar provimento aos recursos ordinários do Ministério Público para: a) cassar a chapa majoritária, com a consequente cassação do diploma de Cláudio Bomfim de Castro e Silva do cargo de governador do Rio de Janeiro e do diploma do vice-governador Thiago Pampolha, nas Eleições de 2022; b) cassar o diploma de Rodrigo da Silva Bacellar do cargo de deputado estadual, nas Eleições de 2022; c) declarar a inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes; d) determinar a realização de novas eleições para os referidos cargos majoritários e a retotalização dos votos para o cargo de deputado estadual; e e) aplicar multa individual no patamar máximo (cem mil UFIR), previsto no art. 73, § 4º, da Lei 9.504/97 para Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes, e multa no patamar mínimo legal (cinco mil UFIR), previsto no art. 73, § 8º, da Lei 9.504/97, para Thiago Pampolha Gonçalves, pela conduta vedada do art. 73, II, da referida norma. Em seguida, pediu vista o Ministro Antonio Carlos Ferreira.

Composição: Ministras Cármen Lúcia (Presidente) Isabel Gallotti e Estela Aranha, Ministros Nunes Marques, André Mendonça, Antonio Carlos Ferreira e Floriano de Azevedo Marques.

Vice-Procurador-Geral Eleitoral: Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

SESSÃO DE 6.11.2025.

## VOTO-VISTA

O SENHOR MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA: Senhora Presidente, trata-se de duas Ações de Investigação Judicial Eleitoral (AIJEs) que tramitam em conjunto: a AIJE nº 0603507-14/RJ, ajuizada por Marcelo Ribeiro Freixo e pela Coligação A Vida Vai Melhorar, e a AIJE nº 0606570-47/RJ, ajuizada pelo Ministério Público Eleitoral, com imputação de abuso do poder político-econômico a Cláudio Bomfim de Castro e Silva, atual governador do estado do Rio de Janeiro, a Thiago Pampolha Gonçalves, então vice-governador, a Rodrigo da Silva Bacellar, atual deputado estadual, a Gabriel Rodrigues Lopes, então presidente da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), dentre outros, derivado do suposto uso eleitoreiro da estrutura da mencionada entidade e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) com vistas ao fomento de projeto de perpetuação de grupo político encabeçado pelo primeiro investigado, candidato a reeleição, tudo isso ao longo, inclusive, do período eleitoral (art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990, c/c o art. 30-A e 73, II, IV, V e § 10, da Lei das Eleições).

Narram os investigadores que, em **9.3.2022**, Cláudio Castro editou o Decreto Estadual nº 47.978, cujo objeto é a alteração organizacional dos objetivos e das atribuições da CEPERJ. A partir disso, a fundação tornou-se destino de escoamento deliberado de recursos públicos com propósito de promover e beneficiar eleitoralmente o investigado e seu grupo político, ainda que de forma travestida de políticas públicas.

Sustentam os autores que o orçamento destinado à CEPERJ triplicou de 2021 para 2022, ano eleitoral, sendo que mais de R\$ 310.000.000,00 foram empenhados com vistas à consecução de programas sociais destituídos de regulamentação legal, os quais distribuíram bens, serviços e recursos financeiros sem quaisquer critérios objetivos pré-definidos.

Acrescentam que diversas pastas atinentes a áreas essenciais do governo, como educação, trabalho e saúde fizeram convênios com a CEPERJ para criar inúmeros programas sociais de distribuição de bens e serviços, à míngua de qualquer previsão na Lei Orçamentária Anual (LOA) estadual de 2021 e 2022.

Chamam a atenção para o fato de que milhares de pessoas receberam benefícios via CEPERJ sem nenhum vínculo formal e/ou laboral, tudo com vistas a dificultar a fiscalização dos órgãos de controle externo.

Sobre o ponto, registram que a predita fundação passou a assumir nova função do governo estadual: a de provedora oficial de mão de obra a diversos outros órgãos do estado, tudo isso por contratação direta, sem processo seletivo, sem demonstração concreta de urgência na dispensa, e pagamentos realizados por meio de recibo de pagamento autônomo (RPA).

Estimam que cerca de 30.000 pessoas passaram a ter vínculo informal com o estado, as quais recebiam seus

pagamentos em espécie, na boca do caixa, de agências do Bradesco, não havendo controle ou informação sobre a natureza, lotação e horários de trabalho.

Consignam, ainda, que muitos desses beneficiários seriam “*fantasmas*” e/ou cabos eleitorais de Cláudio Castro, havendo ainda a imputação da prática de “*rachadinha*” no âmbito do esquema, dado que parte dos recursos eram devolvidos aos agentes públicos que indicavam tais beneficiários e aplicavam os importes na campanha à reeleição do primeiro investigado (caixa-dois).

Informam que o Juízo da 15ª Vara da Fazenda Pública/RJ, nos autos da Ação Civil Pública nº 0207873-93/RJ, concedeu liminar, em agosto de 2022, determinativa do sobrestamento de quaisquer tipos de contratação e/ou remuneração de mão de obra temporária sem a devida publicidade do plano de trabalho, discriminação das funções contratadas, carga horária e remuneração, no âmbito da CEPERJ. A liminar ainda determinou a vedação de pagamento por RPA ou ordem bancária de pagamento, além de proibir contratações sem processo seletivo.

Destacam que 46 candidatos a deputado estadual e federal foram diretamente beneficiados com recursos públicos da CEPERJ — cerca de R\$ 650.000,00 pulverizados em 170 saques em dinheiro na boca do caixa —, dos quais 43 candidatos são vinculados a legendas que compõem a coligação do investigado.

Se incluídos os demais cargos eletivos (vereadores, prefeitos, deputados e suplentes ao Senado), apontam que o número de candidatos beneficiados chega à soma de 2.000 políticos, todos, na ótica do investigador, apoiadores e/ou cabos eleitorais militantes de Cláudio Castro.

Denunciam que a Secretaria de Governo, diretamente vinculada ao gabinete do governador, possuía mais de 100 funcionários “*fantasmas*” que realizaram, entre janeiro e junho de 2022, 187 saques bancários, que totalizaram cerca de R\$ 500.000,00, todos recursos vinculados à CEPERJ.

Alegam que, em caso similar (RO-EI nº 0002007-51.2014.6.15.0000), o Tribunal Superior Eleitoral julgou procedente AIJE que igualmente versava sobre contratações estaduais espúrias, sem transparência e deliberadamente desorganizadas, sendo patente o interesse e o benefício eleitoral do investigado.

Tipificam a introdução de parte dos recursos espuriamente sacados da CEPERJ em favor da campanha eleitoral de Cláudio Castro como captação ilícita de recursos financeiros (art. 30-A da Lei das Eleições).

Asseveram que a UERJ também participou no desvio de finalidade, ao ter parte da sua verba ilícitamente destinada a fomentar a campanha do governador.

Ao final, requerem a procedência das AIJEs com vistas à cassação dos mandatos de todos os investigados, bem como à decretação de inelegibilidade dos envolvidos, sem prejuízo da aplicação de multa por força do cometimento de **(a)** uso promocional em favor de candidato de distribuição gratuita de bens e serviços custeados pelo Poder Público; **(b)** contratação de servidor público em período vedado; **(c)** distribuição gratuita de bens, valores e benefícios, em ano eleitoral, vinculado aos programas sociais não autorizados em lei e não previstos em lei orçamentária anterior; **(d)** desvio de recursos para a cooptação de apoio políticos e para “caixa dois” de campanha eleitoral.

O relator dos feitos perante o Tribunal de origem concluiu pela necessidade de tramitação conjunta das AIJEs, bem como pela necessidade de compartilhamento probatório.

O Tribunal local rejeitou, à unanimidade, todas as preliminares invocadas e, por apertada maioria (4 x 3), julgou improcedentes as AIJEs. O acórdão regional foi assim ementado (id. 162200812, AIJE nº 0603507-14/RJ):162200812):

ELEIÇÕES 2022. AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO. CONDUTAS VEDADAS A AGENTES PÚBLICOS. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE RECURSOS. JULGAMENTO CONJUNTO. CONEXÃO. FINALIDADE ELEITORAL. AFASTAMENTO. FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS.

1. Julgamento conjunto de Ações de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) ajuizadas: a primeira em desfavor do candidato reeleito Governador no Rio de Janeiro em 2022, de seu Vice, e do então Presidente da Fundação Pública Estadual CEPERJ; e a segunda em face dos dois primeiros e de mais outros dez investigados, dentre os quais candidatos eleitos e suplentes e secretários do governo estadual.

2. Preliminares de (i) incompetência absoluta da Justiça Eleitoral; (ii) inépcia da petição inicial; (iii) ausência de justa causa; (iv) nulidade por quebra da cadeia de custódia; (v) conversão em diligência; (vi) ilegitimidade passiva; (vii) violação à ampla defesa e ao contraditório; (viii) desrespeito ao litisconsórcio passivo necessário; (ix) decadência pela inobservância do prazo para ajuizamento da AIJE; (x) reabertura da instrução; (xi) desmembramento de autos; (xii) e nulidade da prova. Rejeição de todas, nos mesmos termos do voto relator.

3. Ausência da prova inequívoca da existência de ordens, *lato sensu*, partidas dos detentores das funções superiores para os integrantes das diversas estruturas administrativas que executaram as ações questionadas, com a finalidade de propiciar àqueles superiores as vantagens eleitorais apontadas como indevidas nas AIJE's. Se, no que tange aos subordinados, não se encontraram provas de ato ilícito, não parece razoável recorrer a elas, como se faz na teoria do domínio do fato, como evidências de ilegalidade por parte dos respectivos superiores hierárquicos, não fazendo qualquer sentido se cogitar, num mesmo ato, de ilicitude numa ponta e licitude na outra.

4. Apesar da importância e da relevância da contribuição da imprensa, em todas as suas formas de expressão, a atribuição indiscriminada de efeito probatório a tal espécie de material extrapola os limites dentro dos quais deve ser interpretada a notoriedade

- de que cuida o art. 23 da LC 64/1990, com a consequência do art. 374, I do CPC. O fato notório é aquele que possui amplo conhecimento e cuja veracidade não se discute. A transmissão de determinada informação na mídia a torna, apenas, de amplo conhecimento, mas não possui o condão de torná-la indiscutível ou uma verdade absoluta.
5. As ações apontam, no âmbito das Eleições de 2022, em suma, a prática dos ilícitos cíveis-eleitorais de (i) abuso do poder político e econômico; (ii) condutas vedadas a agentes políticos; e (iii) captação e gastos ilícitos de recursos, imputando-se, na primeira, as condutas descritas nos arts. 22 da LC nº 64/1990; 73, IV, V e §10 e 30-A da Lei nº 9.504/1997; e, na segunda, as tipificadas nos arts. 22 da LC nº 64/1990 e 73, II, IV, V da Lei nº 9.504/1997.
6. A primeira ação, ajuizada por candidato opositor, tem seu objeto mais limitado ao alegado desvirtuamento de finalidade da CEPERJ, para atender à campanha de reeleição do Governador e beneficiar seu grupo político apoiador. A operacionalização da empreitada teria se dado mediante termos de parceria firmados ao final de 2021 e no primeiro semestre de 2022, em maior parte com secretarias do governo estadual, para “turbinar” programas sociais já existentes ou lançar novos no ano eleitoral, financiados com verbas públicas. Isso teria sido legitimado, no entendimento dos autores, a partir do Decreto Estadual nº 47.978 de 09/03/2022 da lavra do Governador.
7. A segunda ação, proposta pelo Ministério Público, além da CEPERJ, também contempla o mesmo suposto esquema institucionalizado para atuação em projetos sociais promovidos pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ em parceria com órgãos do governo estadual, para promoção de candidaturas e cooptação de votos no pleito de 2022, mediante descentralização de créditos das secretarias de estado.
8. Caso amplamente divulgado na imprensa quanto às supostas contratações de funcionários sem concurso público, procedimento seletivo prévio ou folha de pagamento regulamentada, cuja remuneração se dava mediante saques na “boca do caixa”, pela agência Bradesco, por Ordem de Pagamento Bancária (OBP) e recibo de pagamento autônomo (RPA).
9. Deflagração de outras demandas fora do âmbito eleitoral, ainda em andamento, como Ação Civil Pública em trâmite perante Vara de Fazenda Pública; Inquérito Civil Público; bem como processos no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.
10. Interrupção das ações sociais e dispêndios de verbas públicas ligadas à CEPERJ, em agosto de 2022, após liminar concedida pelo juízo fazendário, resultando em um movimento de instauração de auditorias internas pelas próprias entidades estatais. Em relação à UERJ, a suspensão dos projetos ocorreu posteriormente, por determinação do TCE-RJ, mediante acolhimento de pedido de tutela provisória.
11. Existência de indícios de graves irregularidades em contratações no âmbito do CEPERJ e UERJ, encontrando-se em trâmite Ação Civil Pública cujo objeto é justamente a apuração desses possíveis ilícitos. Além disso, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi determinada a suspensão da continuidade de 22 projetos executados pelo CEPERJ.
12. Independente do clamor social que rodeia os fatos e de possíveis desdobramentos diversos para essas supostas irregularidades, certo é que o exame aqui em questão deve estar estritamente limitado à ótica da afetação da legitimidade, equilíbrio e lisura do pleito eleitoral. Não se trata simplesmente de reconhecer a ocorrência de uma irregularidade cível, administrativa ou até mesmo criminal. Deve haver, nessas irregularidades, um claro intuito e impacto eleitoral.
13. O reconhecimento dos ilícitos imputados, por possuir gravíssima consequência, qual seja, a cassação do cargo diplomado e inelegibilidade, deve ser feito com base em elementos do caso concreto e a repercussão eleitoral do ato específico deve ser claramente demonstrada. Inexistência de clara repercussão eleitoral nas supostas irregularidades perpetradas no âmbito do CEPERJ e UERJ. Contratações aparentemente irregulares que não possuem uma automática repercussão na lisura e equilíbrio do processo eleitoral.
14. Os depoimentos testemunhais dos servidores do TCE-RJ são no sentido de apenas confirmar a possível existência das irregularidades, sem qualquer menção ou indicação de desvio de finalidade no sentido eleitoral. As narrativas não permitem, autonomamente, concluir pela utilização da máquina administrativa ou coação de servidores para obtenção de favorecimento eleitoral em prol de candidatos.
15. Além de considerar esses elementos absolutamente insuficientes para o reconhecimento dos graves ilícitos imputados, não é possível identificar concretamente esse “esquema de cooptação de votos”, sendo que as testemunhas parecem relacionar uma suposta “propaganda eleitoral” ao simples comparecimento em eventos referentes à inauguração de obras públicas vinculadas aos projetos para os quais teriam sido contratadas para atuar, em períodos anteriores ao de campanha eleitoral. Testemunhas que foram

expressas ao negar a prática de campanha eleitoral e não indicaram a participação em eventos no período vedado. Outras testemunhas ouvidas durante a instrução foram categóricas em afastar a utilização dos contratados pelo CEPERJ em eventos de caráter eleitoral. Oitivas que não se prestam para assegurar, de forma clara, a prática de condutas que indiquem finalidade eleitoral, embora possam caracterizar, em tese, irregularidades administrativas ou até mesmo criminais.

16. Ausência de ilicitude eleitoral imputável aos investigados a respeito de supostas publicações em redes sociais de contratados do CEPERJ, uma vez que, conforme jurisprudência do TSE, “não há proibição a que um servidor público, também cidadão, crie uma página em rede social onde divulgue positivamente os atos da Administração e sinalize sua preferência eleitoral, de forma explícita ou implícita” (RespEI nº 37615, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE em 17/04/2020). Afirmção, por duas testemunhas, de que não lhes era solicitado que fizessem publicações em suas redes sociais.

17. Consignação, pelo TCE-RJ, que dos “R\$275.622.297,16, correspondentes aos valores pagos a título de remuneração ao pessoal contratado para atuar no âmbito dos projetos desenvolvidos pela CEPERJ em cooperação com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual”, R\$248.584.157,85 (ou seja, aproximadamente 90%) foram despendidos em período anterior ao próprio registro de candidatura.

18. Entre os contratados no CEPERJ existem diversas pessoas vinculadas a partidos políticos que compõem a coligação responsável por ajuizar a primeira AIJE, ou seja, os próprios adversários eleitorais da chapa vencedora e agora impugnada, conforme planilhas citadas na inicial da segunda AIJE e encaminhadas através do Ofício TCE-RJ nº 561/202, a afastar a finalidade eleitoral.

19. No que se refere à UERJ, o seu próprio reitor foi candidato a deputado federal pelo PT nessa mesma eleição de 2022. Foge à lógica imaginar que esse reitor, filiado e candidato pelo PT, estivesse participando de um esquema de cooptação de votos para a chapa formada pelo atual Governador. De acordo com o art. 207 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, a UERJ goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, sendo certo, que foi esse próprio reitor o responsável por aprovar a “Proposta Orçamentária da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, referente ao exercício de 2022”.

20. A chapa do governador investigado foi eleita em primeiro turno com um total de 4.930.288 votos (58,67% dos votos válidos), com uma ampla distância para o segundo colocado (que se trata, justamente, de um dos autores da primeira Ação de Investigação Judicial Eleitoral), qual seja, aproximadamente 2.600.000 votos. Apesar de a “potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição” não ser mais elemento caracterizador do abuso imputado, não é desprezível a expressiva votação alcançada pelo então candidato e governador no pleito eleitoral ora impugnado, especialmente quando comparada com a dimensão das supostas contratações irregulares.

21. Mesmo após a liminar deferida nos autos da já mencionada ACP em agosto de 2022 (onde se determinou a suspensão dos projetos do CEPERJ), o então candidato à reeleição continuou aumentando sua distância para o segundo colocado nas pesquisas eleitorais, tal qual se verifica das divulgações pelos meios de comunicação social colacionadas aos autos. De fato, foi a partir de setembro que houve um crescimento vertiginoso na intenção de voto registrada para esse candidato.

22. Em situações semelhantes, envolvendo contratações administrativas aparentemente irregulares, entenderam outros Regionais pela necessidade de prova suficiente à caracterização da finalidade eleitoral, para que seja possível a condenação. (TRE-RN. RE nº 060034945, Relator(a) Des. Fernando de Araujo Jales Costa. DJE 12/11/2021; TRE-MA. RE nº 060000129, Relator Des. Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos, DJE 18/11/2022; TRE-CE. RE nº 183, Des. Cassio Felipe Goes Pacheco, DJE 12/04/2018). Todos esses precedentes – análogos ao presente caso – vão ao encontro da jurisprudência do TSE, que já sedimentou o entendimento de que “não se admite a condenação pela prática de abuso do poder econômico ou político com fundamento em meras presunções quanto ao encadeamento dos fatos impugnados e ao benefício eleitoral auferido pelos candidatos” (AgRRespe nº 286-34, Rel. Min. Og Fernandes, DJE de 23.04.2019). Este Regional vem seguindo esse entendimento no sentido de exigir uma análise cautelosa quanto ao benefício eleitoral de eventuais irregularidades (REI nº 060057705, Rel. Des. Daniela Bandeira de Freitas, DJE 29/02/2024).

23. De acordo com o Portal da Transparência do Estado do Rio de Janeiro, o processo administrativo relativo à tramitação do Decreto Estadual nº 47.978/2022, teve início em outubro de 2021, e contou com parecer jurídico ratificado pela Procuradoria do Estado, no qual houve opinativa pela viabilidade jurídica da edição do Decreto, o que ocorreu após adequação às normas referentes a Controladoria Geral, em março de 2022. Regulamentação das atividades da CEPERJ pelo decreto que parece ser a consolidação das finalidades institucionais da Fundação CIDE e da FESP, dentre as quais já se verificava essa atribuição (agora questionada) de realizar projetos com órgãos da administração pública. Nota-se que a maioria das parcerias foi firmada anteriormente, em 2021. Testemunha do TCE/RJ que, em seu depoimento, afirmou que os projetos do CEPERJ poderiam acontecer sem autorização dos Secretários ou do Governador do Estado.

24. Não se localiza nos autos material probatório que corrobore a afirmação genérica do suposto emprego irregular das verbas provenientes da privatização da CEDAE para o incremento dos projetos sociais questionados. Partes autoras que não se desincumbiram do ônus de demonstrar que a destinação dos recursos oriundos daquela companhia estaria vinculada a determinado fim, a afastar os critérios de discricionariedade que, a rigor, o Administrador Público detém na gestão do seu orçamento.

25. Em consulta ao Portal da Transparência do Estado do Rio de Janeiro, é possível verificar que o resultado orçamentário de 2022 como um todo não destoava dos anos anteriores e subsequentes, tendo sido, inclusive, superior aos anos de 2019, 2020 e 2023 – o que sugere que não parece ter havido um gasto exacerbado em vinculação ao pleito eleitoral.

26. Para a configuração do abuso de poder e de conduta vedada de agentes políticos, cujas consequências são graves, não bastam indícios da ocorrência de ilícitos administrativos, cíveis ou até mesmo penais, sendo imprescindível que os fatos em apuração guardem correlação direta com o certame eleitoral.

27. Necessária observância à ferramenta hermenêutica do consequencialismo jurídico quanto à consideração do julgador acerca dos efeitos e repercussões práticas que as sanções pretendidas podem ocasionar no mundo real. O julgador deve considerar diversos fatores ao reconhecer ilícitos eleitorais que possam gerar a cassação do mandato e a inelegibilidade do investigado, especialmente quando se trata do respeito à vontade popular demonstrada nas urnas, dentre os quais: (i) proporcionalidade à gravidade da violação; (ii) impacto na eleição; (iii) precedentes e jurisprudência; (iv) respeito à ampla defesa; (v) interesse público. Inteligência do art. 5º e 20 da LINDB.

28. Prestígio à vontade popular expressada nas urnas, a fazer incidir o princípio *do in dubio pro suffragio*, tantas vezes reconhecido pela jurisprudência desta especializada (TSE. REspEI 060060673, Min. André Ramos Tavares, DJE, 26/02/2024; TSE. AgR no REspEI 060047115, Min. Raul Araujo Filho, DJE, 05/12/2023).

29. Conclusão pela fragilidade do acervo probatório no que concerne ao objetivo de favorecimento da campanha dos candidatos investigados, sem prejuízo de que os fatos sejam eventualmente examinados sob outro prisma de ilicitude, que foge da competência da Justiça Eleitoral.

30. Considerando a impossibilidade de atribuir responsabilidade pela via da teoria do domínio do fato, a inexistência de uma evidente ilegalidade na edição do Decreto Estadual nº 47.978/2022 e a absoluta fragilidade do acervo probatório acerca do liame eleitoral, não há como acolher os pedidos de cassação dos mandatos, inelegibilidade pela prática de abuso de poder político-econômico e aplicação de multa em decorrência da conduta vedada tipificada no art. 73 da Lei nº 9.504/1997.

31. Expedição de ofício ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para apuração da responsabilidade criminal dos envolvidos nestes litígios.

32. Improcedência dos pedidos.

Opostos os embargos pela Coligação A Vida Vai Melhorar e Marcelo Ribeiro Freixo (AIJE nº 0603507-14) e pelo Ministério Público Eleitoral (AIJE nº 0606570-47), foram eles rejeitados (id. 162200855):

ELEIÇÕES 2022. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DE PODER, CONDUTAS VEDADAS E CAPTAÇÃO ILÍCITA DE RECURSOS. JULGAMENTO CONJUNTO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA.

1. Não se verifica a existência de quaisquer dos vícios descritos no art. 1.022 do CPC, consoante o art. 275 do CE, objetivando os embargantes a reapreciação das matérias decididas.

2. Voto inaugural da divergência que efetuou uma digressão não apenas sobre o abuso de poder imputado aos investigados, como também acerca de todos os tipos eleitorais a eles atribuídos nas duas ações de investigação judicial eleitoral julgadas em conjunto, descabendo falar em omissão por ausência de fundamentação individualizada das condutas.

3. A tese vencedora, ao efetuar o cotejo com o material colhido ao longo da instrução, sobretudo a prova testemunhal, não negou a existência dos programas sociais e a possibilidade da ocorrência de irregularidades que possam refletir em outras searas. Pelo contrário, a decisão colegiada foi clara quanto à gravidade em abstrato dos fatos imputados, ressaltando a independência entre as instâncias eleitoral, civil, administrativa e penal.

4. Corte que concluiu pela improcedência dos pedidos em razão da fragilidade do conjunto probatório quanto à própria finalidade de mácula à legitimidade e à lisura do pleito, tratada como elemento essencial à consubstanciação de quaisquer dos ilícitos apontados, cujas consequências pelas cassação e inelegibilidade seriam gravíssimas.
5. Não se prestam os aclaratórios a servir de debate acerca da (im)prescindibilidade de análise subjetiva do viés eleitoreiro no âmbito das condutas vedadas, tema sobre o qual o acerto ou desacerto da maioria representa mero inconformismo dos embargantes.
6. A impossibilidade de mensuração de eventuais graus de abuso dos opositores, suscitada pelos embargantes, não configura contradição ou erro material do argumento de reforço utilizado na decisão colegiada sobre a constatação de que os adversários políticos dos investigados também estavam envolvidos nos programas sociais. Trata-se, a toda evidência, de mais uma irresignação que não guarda pertinência com vícios passíveis de esclarecimento por esta via, e sim, de revolvimento do mérito da decisão.
7. A alegação de que a tese vencedora dispôs de fundamentação genérica, a exemplo da ausência de menção ao nome do terceiro investigado é igualmente impertinente. O voto condutor, ao rebater a teoria do domínio do fato suscitada pelo Relator, afastou as responsabilidades de todos aqueles apontados como efetivos executores, dentre os quais se incluía o referido réu. Integra, ainda, o acórdão, outro voto divergente que dedica grande parte de sua fundamentação a examinar e rechaçar especificamente a conduta do referido investigado.
8. Inexiste contradição e obscuridade quanto à invocação da técnica de imputação penal da teoria do domínio final do fato, no âmbito da aferição da responsabilidade eleitoral. A uma porque a contradição que rende ensejo aos embargos não é aquela existente entre os fatos e a fundamentação jurídica a eles atribuída, mas sim a que diz respeito ao próprio conteúdo interno do julgado, que poderia vir a tornar a conclusão do resultado duvidosa ou teratológica. A duas porque tal abordagem, como dito, foi trazida pelo próprio Relator como fundamento para a condenação, tendo o inaugurador da dissidência apenas se referido à tese justamente para afastar os argumentos pela sua aplicabilidade ao caso concreto.
9. Tampouco há obscuridade ou contradição quanto ao exame da gravidade das circunstâncias. O voto condutor foi claro quanto à aferição do duplo viés a que alude a jurisprudência do TSE, acerca dos aspectos qualitativos e quantitativos pertinentes à reprovabilidade e à repercussão das condutas, referindo-se “à potencialidade de alterar o resultado do pleito” como elemento a ser analisado apenas secundariamente pelo julgador.
10. Menção aos resultados das pesquisas de intenção de votos ao longo do processo eleitoral que teve por escopo tão somente corroborar os argumentos sobre a fragilidade da demonstração do liame eleitoreiro das condutas.
11. O órgão julgador não está obrigado a enfrentar todas as teses suscitadas no processo, mas apenas aquelas capazes de, em tese, infirmar a conclusão da decisão. Inteligência do art. 489, §1º, IV, do CPC/2015. (TSE, ED no AgReg no AgRespE nº 60019595, Min. RAUL ARAUJO FILHO, DJE 22.3.2024).
12. Descabida a pretensa aplicação da multa a que alude o art. 275, §6º, do Código Eleitoral. Os embargantes, integralmente derrotados em seu pleitos autorais, são aqueles que dispõem de maior interesse na celeridade do andamento dos feitos para que possam buscar êxito na reversão do julgamento, nas instâncias superiores, não se tratando, aqui, de intento meramente protelatório, mas sim de estratégia jurídico-processual.
13. De toda sorte, mesmo que os embargantes queiram evitar a barreira imposta pelos verbetes sumulares nºs 282 e 356 do STF, para, eventualmente, interpor novos recursos com o questionamento previamente realizado no feito, o acórdão dispensa complementação integrativa. Incidiria, de qualquer forma, o art. 1.025 do Código de Processo Civil.
14. Desprovemento dos embargos de declaração.

Sobrevieram, então, os presentes recursos ordinários interpostos pela Coligação A Vida Vai Melhorar e por Marcelo Ribeiro Freixo (AIJE nº 0603507-14) e pelo MPE (AIJEs nºs 0603507-14 e 0606570-47).

Os investigantes da primeira AIJE, Coligação A Vida Vai Melhorar e Marcelo Ribeiro Freixo, defendem a tempestividade de seu recurso, pois deve-se observar a contagem de 10 dias para ciência e, após tal prazo, segundo defende, é que se dá o início do prazo recursal.

Assim, articulam que a disponibilização da comunicação pelo TRE/RJ não observou a obrigatoriedade do prazo de 10 dias de ciência antes de se efetivar a intimação para início do tríduo legal, notadamente no presente caso, em que a genitora do advogado subscritor teria realizado uma cirurgia no dia 27.7.2024, o que exigiu que o advogado a acompanhasse até o dia 1º.8.2024, dia anterior à interposição do recurso.

Reiteram o desacerto do Tribunal local ao julgar as AIJEs improcedentes, dado que os cerca de R\$

300.000.000,00 e as quase 30.000 contratações escusas inequivocadamente favoreceram a campanha de Cláudio Castro, deflagrando manifesto abuso do poder político-econômico.

No mais, requerem o provimento do recurso para que a AIJE seja julgada procedente, cassando-se os diplomas de Cláudio Castro e de Thiago Pampolha, além da decretação de inelegibilidade de Cláudio Castro e Gabriel Rodrigues, ex-presidente da CEPERJ, por serem, na ótica dos recorrentes, aqueles que pessoalmente contribuíram com o esquema abusivo.

O MPE interpôs recurso ordinário na primeira e na segunda AIJE, renovando as alegações de prática dos abusos dos poderes político e econômico (art. 22 da LC nº 64/1990), e as condutas vedadas tipificadas com viés de abuso do poder econômico (art. 73 e incisos da Lei nº 9.504/1997).

Aduz que houve diversos programas sociais e assistenciais lançados em pleno ano eleitoral, a denotar violação ao art. 73, § 10, da Lei das Eleições, sem que houvesse causa de urgência ou calamidade. Todos foram custeados pela CEPERJ e não tiveram execução orçamentária anterior, porquanto inexistentes.

Renova a alegação de que os recorridos engendraram esquema de escoamento de recursos públicos, dando-lhes aparência de legalidade, mas que, em verdade, foram indevidamente utilizados para promover suas respectivas candidaturas e cooptar votos para suas respectivas vitórias nas urnas, atendendo a interesses pessoais escusos e à perpetuação dos referidos políticos nos cargos eletivos do Estado do Rio de Janeiro, seja por meio do auxílio de Gabriel Rodrigues Lopes, ex-presidentes da CEPERJ (foco da primeira AIJE), seja por meio da colaboração de Rodrigo Bacellar, deputado estadual e, à época, secretário de governo (foco da segunda AIJE).

Preliminarmente, o MPE suscita nulidade absoluta do aresto por ausência de fundamentação, devido à falta de manifestação do TRE/RJ sobre os demais investigados, visto que o Tribunal local somente teria se dedicado à figura do primeiro investigado, Cláudio Castro. Sobre o ponto, o órgão ministerial reclama que a abordagem regional no tocante aos demais investigados fora somente genérica, havendo, ainda, *error in procedendo* do Tribunal de origem ao desconsiderar os elementos configuradores dos ilícitos eleitorais.

Salienta que o TRE/RJ nem sequer mencionou o nome do recorrido Rodrigo Bacellar, atual deputado estadual reeleito e, à época dos fatos, secretário de governo na gestão do primeiro investigado. O MPE reafirma que o secretário de estado atuou diretamente junto ao governador para o auferimento de benefícios eleitorais por meio da ingerência direta em programas e projetos relacionados à CEPERJ e à UERJ.

Repete que Rodrigo Bacellar indicou diversos aliados políticos, inclusive sua cunhada, para diversos cargos.

Relata a prevalência do voto vencido proferido pelo e. Desembargador eleitoral, Peterson Barroso Simão, que analisou detalhadamente a conduta dos três primeiros investigados, condenando-os — ainda que tenha concluído pela absolvição dos demais investigados.

Queixa-se do equívoco regional ao embasar-se na teoria do domínio do fato, eminentemente vocacionada à esfera penal, como razão de ser para afastar a responsabilização de Cláudio Castro em feito cível-eleitoral, de modo a ser forçosa a conclusão pela gestão concatenada de atos que tencionaram transformar a CEPERJ e a UERJ em meros instrumentos de perpetuação política.

Alega que o Tribunal local não proferiu juízo de valor sobre a desnaturação das atribuições da CEPERJ, derivada da edição do Decreto Estadual nº 47.938/2022, de lavra do governador, conforme assim concluiu o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

No mérito, o Ministério Público Eleitoral aduz o desacerto da Corte regional ao indevidamente desconsiderar as provas compartilhadas derivadas dos autos da ACP nº 0207873-93/RJ, ao fundamento de que tal ação foi lastreada por inquérito civil no qual o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro requisitou informações bancárias de terceiros, à míngua de autorização judicial.

Relembra que o TCE/RJ suspendeu o pagamento de 22 projetos executados pela CEPERJ, ao fundamento de que altos valores foram pagos a título de remuneração de pessoal, ainda que despendidos em período anterior ao registro de candidatura.

Chama a atenção para o desacerto regional ao limitar as irregularidades encontradas tão somente à seara da improbidade administrativa e criminal, de modo que o esquema engendrado, na ótica ministerial, também há de ser analisado à luz do Direito Eleitoral, dado o notório reflexo eleitoreiro de tais ações.

Registra que tanto a reprovabilidade quanto a repercussão eleitoral dos atos estão provadas, considerando as próprias conclusões do juízo fazendário e do Tribunal de contas estadual (aspecto qualitativo).

Com relação à gravidade em seu aspecto quantitativo, aduz que o TRE/RJ a abordou de forma contraditória, de modo que deveria ter sido considerado que a contratação massiva e injustificada de funcionários temporários via CEPERJ e UERJ custou cerca de R\$ 915.000.000,00 ao erário fluminense — importe bem superior aos limites de gastos de campanha dos cargos eletivos: quase R\$ 18.000.000,00 para o cargo de governador e quase R\$ 1.300.000,00 para o cargo de deputado estadual.

Assim, defende o MPE que os R\$ 915.000.000,00 sejam cotejados com o teto de cada campanha, e não com o orçamento geral do Estado do Rio de Janeiro.

Articula que o TSE deve proceder à análise específica de cada enquadramento típico, considerando que cada conduta vedada ostenta elementos configuradores próprios.

Narra que, das três condutas vedadas narradas na exordial (incisos II, IV e V do art. 73), apenas a hipótese versada no inciso V reclama demonstração de ocorrência no período dos 3 meses que antecedem o pleito, de modo que o fato de alguns convênios terem sido suspensos antes do período eleitoral não conduz, por si, à superação do quadro de abusividade, mas, tão somente, eventual afastamento de dada conduta vedada, de forma que o Tribunal local deveria ter analisado as condutas sob o prisma dos dois ilícitos.

Acentua o erro regional ao utilizar-se do critério de avaliação de potencialidade lesiva, que afirma ultrapassado, bem como ao exigir-lhe prova diabólica, ao demandar lista de contratações feitas dentro do período eleitoral (3 meses antes do pleito), dado que os investigados se recusaram a fornecer tal informação.

Destaca que tal determinação é facilmente superada ao se analisarem as planilhas enviadas ao TCE/RJ, unívocas

no sentido de que houve, sim, aumento do número de pessoas contratadas a partir de julho de 2022 (as quais, antes, não constavam da lista de pagamentos).

Acrescenta que a corrente vencedora não levou em consideração o desvio de finalidade empregado nas contratações.

Frisa que para que haja a cassação dos mandatos basta o auferimento de benefícios eleitorais — e não eventual domínio na prática das condutas tidas por abusivas.

Sustenta que os três investigados, todos candidatos à reeleição, praticaram, ordenaram e/ou possibilitaram a consecução dos projetos e programas sociais e a efetivação das contratações temporárias de funcionários, bem como o empenho injustificado de recursos públicos, no ano eleitoral 2022.

Repete que atuaram, também, na edição do Decreto nº 47.978/2022 e resoluções conjuntas de cooperação das Secretarias de Governo com a CEPERJ e UERJ, diretamente editadas e executadas pelos investigados, o que denota mais do que simples anuência e conhecimento (que já bastariam para a caracterização do elemento subjetivo).

Advoga que atos aparentemente lícitos e regulares podem, sim, tomar feição de ilícitos eleitorais, caso editados de forma concatenada e com finalidade estritamente eleitoral.

Articula que o TCE/RJ, no Ofício nº 561/2022, forneceu informações que revelam com clareza: (a) o desconhecimento pelo órgão fiscalizador das contratações; (b) o aumento abrupto do empenho de recursos públicos, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, para o custeio dos mencionados projetos, no ano eleitoral de 2022, notadamente com recursos provenientes da CEDAE.

Reafirma que o procedimento de descentralização orçamentária foi comandado por Rodrigo Bacellar, então candidato a deputado estadual, que, após eleito, retornou à Secretaria e, atualmente, ocupa o posto de presidente da ALERJ (afastado). Notícia que tal descentralização ocorreu, majoritariamente, com recursos oriundos da concessão da CEDAE, desde 2021, mas que em 2022 (ano eleitoral) o incremento foi substancial, a denotar o intuito eleitoreiro dos investigados.

Novamente destaca que a maior parte dos saques ocorreu no Município de Campos dos Goytacazes/RJ, “coincidentemente” reduto eleitoral dos investigados. Chama a atenção para o fato de uma agência do Bradesco situada naquela municipalidade ter registrado, num único dia, saques que totalizaram meio milhão de reais, todos pagos na boca do caixa.

Questiona a negativa regional em considerar válidas as provas compartilhadas pela 6ª Promotoria (dados bancários), dado que não lastreada em lei ou orientação jurisprudencial. Isso porque os dados das movimentações impugnadas são oriundos de contas oficiais do governo, sendo tal fiscalização prerrogativa ministerial prevista na Constituição.

Sobre o ponto, assevera que o direito ao sigilo bancário não é absoluto e, no caso, aos direitos constitucionais à privacidade e à intimidade são insitos à pessoa humana, não havendo falar em sigilo de contas oficiais, pertencentes a entes públicos, até mesmo porque deve observância aos postulados da Administração Pública. Ademais, rememora que tal compartilhamento somente ocorreu após a autorização do juízo da ACP.

Chama de “escárnio” o fato de a cunhada do terceiro investigado (Rodrigo Bacellar) ter sido contratada pela CEPERJ e ter sacado mais de R\$ 200.000,00 em espécie.

Destaca que há depoimentos extrajudiciais (e ulteriormente confirmados em fase judicial) informando que havia, sim, organização e esquema de cooptação de votos, sendo verdadeira campanha política, inclusive, com distribuição de material propagandístico em favor de Cláudio Castro e outros candidatos.

Categoriza como insofismável o uso em excesso de recursos patrimoniais públicos disponibilizados, exclusivamente, aos primeiros investigados, incrementando a CEPERJ sob a concordância e o auxílio do terceiro investigado, em benefício da candidatura dos demais investigados, de forma a interferir no equilíbrio da disputa e afetar a normalidade e legitimidade das eleições, rompendo com o bem jurídico tutelado pela lei eleitoral.

Ressalta que treze dirigentes partidários nacionais e trinta dirigentes partidários regionais foram identificados procedendo a vários saques, entre janeiro e junho de 2022, conforme a conclusão do juízo da ACP.

Com relação ao processo aberto perante o TCE/RJ, afirma que os números impressionam ainda mais: lá foram identificadas 1.040 pessoas vinculadas a diretórios estaduais de várias legendas (maioria apoiadora do governador) e 248 pessoas ligadas a diretórios municipais, isso sem contabilizar os beneficiários já falecidos à época do pagamento.

Notícia que quase 15.000 pessoas inscritas em programas sociais (Auxílio-Brasil) foram constatadas na folha de pagamento da CEPERJ, havendo contratação massiva de pessoas socialmente vulneráveis.

Frisa que as contratações operadas pela CEPERJ em ano eleitoral não foram informadas ao TCE/RJ.

Com relação às contratações da UERJ, alegadamente espúrias, assevera que todos os projetos foram interrompidos em 31.12.2022, último dia do ano eleitoral.

Narra que, entre o total de 27.665 beneficiários de saques na boca do caixa das agências do Bradesco, 7.442 ingressaram na impugnada folha de pagamento “secreta” após 2.7.2022, isto é, dentro do período vedado pela lei eleitoral (3 meses antes do pleito — art. 73, V).

Afirma que a descentralização de execução de crédito orçamentário entabulada pela Secretaria Estadual de Educação, em 30.6.2022, com duração até 31.12.2022, escancara ainda mais o esquema engendrado pelos investigados, dado o relevante valor dos importes de mais de R\$ 57.000.000,00.

Declara que há diversos depoimentos testemunhais unívocos no sentido de que as manobras orçamentárias/contratações ilícitas tiveram como razão de ser o uso eleitoreiro da máquina pública estadual em prol da campanha dos investigados.

Com relação à UERJ, narra o recorrente que o governador, em 27.4.2021, sancionou a Lei nº 9.255/2021, a fim de possibilitar a contratação direta de mão de obra sem processo seletivo simplificado, que trabalharia na UERJ para prestar serviços eventuais e com duração atrelada ao tempo do respectivo projeto. Acentua que o banco Bradesco questionou a forma de pagamento dos contratados, por ordem bancária de pagamento (OBP), ao enviar uma carta à UERJ para informar e notificar a entidade sobre o numerário e forma de pagamento; e que o aumento abrupto de recursos para custeio da UERJ ocorreu majoritariamente por meio de fontes provenientes da CEDAE.

Especificamente com relação ao convênio Observatório Social da Operação Segurança Presente, celebrado entre

a UERJ, a Secretaria da Casa Civil e a Secretaria de Governo, esta chefiada pelo terceiro investigado, Rodrigo Bacellar, o MPE destaca o fato de tal convênio ter demandado um gasto total de R\$ 26.000.000,00 em 2021, e, no entanto, em 2022 (ano eleitoral), o mesmo convênio ter liberado R\$ 141.000.000,00 — valor superior a cinco vezes o numerário do ano anterior.

Afirma que o administrador financeiro das campanhas de Cláudio Castro e Rodrigo Bacellar, Aislan de Souza Coelho, foi beneficiado com valores oriundos do predito projeto vinculado à UERJ.

O órgão ministerial destaca que somente em 31.12.2022, a reitoria da universidade optou por cessar a prática irregular com vistas à apuração das irregularidades (suspensão dos projetos sociais).

Ao final, o MPE requer o provimento dos recursos ordinários para que, caso não acolhida a preliminar suscitada, seja, em última análise, reformado o aresto regional e reconhecida a prática abusiva e as condutas vedadas versadas no art. 73, IV, V e § 10, da Lei das Eleições (primeira AIJE) ou art. 73, II, IV e V, da mesma lei (segunda AIJE), condenando-se Cláudio Castro, Thiago Pampolha Gonçalves (primeira e segunda AIJEs) e Rodrigo da Silva Bacellar (segunda AIJE) à cassação de seus diplomas, bem como condenando Cláudio Castro (ambas as AIJEs), Gabriel Rodrigues Lopes (primeira AIJE) e Rodrigo Bacellar (segunda AIJE) à inelegibilidade, além da aplicação de multa aos quatro investigados.

**Gabriel Rodrigues Lopes** apresentou contrarrazões (id. 162200881, AIJE nº 0603507-14), nas quais invoca preliminar de cerceamento de defesa derivada do fato de o recorrido não fazer parte do polo passivo da AIJE nº 0606570-47, feito no qual se fez oitiva de testemunha ulteriormente compartilhada na AIJE nº 0603507-14. No mais, sustenta não ter praticado qualquer ato ilegal, tampouco eivado de conotação eleitoral, inexistindo, em sua ótica, prova de que as contratações operadas efetivamente militaram em prol de dada campanha eleitoral.

**Thiago Pampolha Gonçalves** apresentou contrarrazões (id. 162200883, AIJE nº 0603507-14), articulando intempestividade do recurso ordinário interposto pela Coligação a Vida Vai Melhorar e Marcelo Freixo, além da ilegitimidade do MPE em recorrer nos autos da primeira AIJE, dado que figura como *custos legis*, havendo pretensa ilegitimidade na interposição de recursos ministeriais em ambas as AIJEs. No mérito, defende a ausência de liame eleitoral nas condutas impugnadas, havendo, por arrastamento, ausência de suporte probatório suficientemente robusto de quaisquer ilícitos eleitorais.

**Cláudio Castro** apresentou contrarrazões (id. 162200885, AIJE nº 0603507-14) articulando intempestividade do recurso ministerial, ao argumento de que a PRE fora intimada do acórdão em 26.7.2024. Defende que tão somente editou o Decreto Estadual nº 47.978/2022, tendo eventuais contratações ilícitas derivadas de tal decreto sido responsabilidade de outros gestores.

Ressalta que a diferença de votação obtida entre ele e o segundo candidato é superior a 2.600.000 de votos. Frisa que os fatos ora analisados o foram também em autos de ACP e perante o TCE, anotando que eventuais irregularidades são de ordem fiscal - e não eleitoral.

Chama a atenção para o fato de o recorrido, de próprio punho, ter determinado a instauração de auditoria sobre a CEPERJ, ainda em 18.7.2022 (sem provocação do MP ou TC), além de não ser o gestor pessoalmente responsável pelos atos praticados na CEPERJ e UERJ. Rememora que o gestor da UERJ à época dos fatos era Ricardo Lodi, reitor filiado ao PT, partido dos investigantes.

Sustenta que as contratações operadas pela CEPERJ ocorriam por processo seletivo ou análise curricular, bem como que a edição do decreto impugnado ocorrera antes do período vedado previsto no art. 73, V, da Lei das Eleições.

Defende que postagens de contratados em prol de sua campanha não se amoldam ao tipo constante do art. 73, VI, *b*, da Lei das Eleições, eis que atos privados e espontâneos.

No mais, articula a incompetência desta Justiça especializada para processar e dirimir os presentes feitos, dado que os fatos investigados são de ordem administrativa e/ou orçamentária. Ao final, requer a incidência do postulado do *in dubio pro suffragio*.

**Rodrigo da Silva Bacellar** apresentou contrarrazões (id. 162202048, AIJE nº 0606570-47/RJ), alegando que o MPE não indicou quais seriam os aliados políticos pretensamente contratados pela CEPERJ.

Aduz que o fato de sua cunhada ter recebido R\$ 22.000,00 oriundos de contrato com a CEPERJ não pode ser enquadrado como abuso do poder político.

Sustenta que o MPE não logrou êxito em comprovar a conotação eleitoral das condutas e/ou desvio de finalidade das contratações.

Defende a rejeição da tese ministerial de necessidade de individualização da conduta, ignorada no acórdão recorrido, visto que prejudicada pela pretensa ausência de dolo eleitoreiro.

Narra que o fato de o reitor da UERJ, então filiado ao PT, não ter sido nem sequer incluído no polo passivo da AIJEs reforça a ausência de conotação eleitoral nas contratações.

Destaca que nenhuma testemunha relatou ter sido indicada pelo recorrido, tampouco ter feito campanha em prol de sua campanha a deputado estadual.

Queixa-se da tese ministerial de que Aislan de Souza Coelho — nada obstante ter sido contratado para projeto na UERJ em 2021 e 2022 e sido administrador financeiro de sua campanha e da de Cláudio Castro — nem sequer foi arrolado como testemunha da acusação, inexistindo incompatibilidade formal entre essas duas atuações.

Frisa que, de todas as pessoas contratadas, somente Aislan e sua cunhada têm relações públicas e conhecidas com o recorrido.

A Procuradoria-Geral Eleitoral manifestou-se pelo não conhecimento do recurso interposto por Marcelo Ribeiro Freixo e pela Coligação A Vida Vai Melhorar (AIJE nº 0603507-14/RJ) bem como pelo parcial provimento do recurso ministerial (AIJE nº 0606570-47/RJ).

Em 31.10.2025, no âmbito da AIJE nº 0606570-47/RJ, o partido União Brasil (UNIÃO) formulou, incidentalmente, pedido de ingresso no feito como assistente simples de Rodrigo da Silva Bacellar, uma vez que o investigado, deputado estadual, é a ele filiado (id. 164808109).

Em 3.11.2025, a e. relatora, Ministra Maria Isabel Gallotti, **deferiu** a intervenção (id. 164813846).

Na sessão de 4.11.2025, a e. relatora votou no sentido de **não conhecer** do recurso ordinário interposto por Marcelo Ribeiro Freixo e pela Coligação A Vida Vai Melhorar, **rejeitar as preliminares e dar provimento** aos recursos ordinários

do MPE para: **(a)** cassar o diploma de Cláudio Bomfim de Castro e Silva do cargo de governador do Rio de Janeiro, e de Rodrigo da Silva Bacellar do cargo de deputado estadual, nas eleições de 2022; **(b)** declarar a inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes; **(c)** determinar a realização de novas eleições para os referidos cargos majoritários e a retotalização dos votos para o cargo de deputado estadual; e **(d)** aplicar multa individual no patamar máximo (100 mil UFIR), previsto no art. 73, § 4º, da Lei 9.504/1997 para Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes, e multa no patamar mínimo para Thiago Pampolha Gonçalves, pela prática da conduta vedada do art. 73, II, da referida norma.

Ato contínuo, **pedi vista** a fim de verticalizar a análise dos autos.

De saída, **não há como conhecer** do recurso ordinário interposto pelos investigantes (Coligação A Vida Vai Melhorar e Marcelo Ribeiro Freixo) nos autos da AIJE nº 0603507-14/RJ, uma vez que, conforme atesta a certidão de id. 162200862, o acórdão integrativo foi publicado em 29.7.2024, segunda-feira, tendo o presente recurso sido interposto, no entanto, dia 2.8.2024, sexta-feira, um dia após o prazo fatal (id. 162200864).

Ademais, não convence a alegação do advogado subscritor acerca da tempestividade recursal ao argumento de estar acompanhando sua genitora por conta de uma cirurgia. Os investigantes são representados por outros advogados, havendo plenas condições de qualquer deles interpor o recurso ordinário a tempo e modo, do mesmo modo não se aplica o prazo prévio de 10 dias para ciência (Lei nº 11.419/2006), considerando que as partes não fazem jus à intimação pessoal dos atos judiciais.

Nesse sentido, orienta a jurisprudência deste Tribunal Superior:

ELEIÇÕES 2020. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CANDIDATO. CARGO DE VEREADOR. CONTAS DESAPROVADAS COM DETERMINAÇÃO DE RECOLHIMENTO DE VALORES AO TESOUREO NACIONAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO APÓS O TRÍDUO LEGAL. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIDO O RECURSO.

1. Consoante previsto nos § 2º do art. 4º da Lei nº 11.419/2006, a publicação no *DJe* substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para todos os efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exijam intimação ou vista pessoal, o que, contudo, não é o caso dos autos.

2. Uma vez publicado o ato no *DJe* e ausente regra especial de intimação pessoal ou de vista pessoal, considera-se intimada a parte para todos os fins legais, dispensando-se, nessa hipótese, a intimação eletrônica de que trata o art. 5º da Lei 11.419/2006 (AgR-AREspE nº 0601109-90/MG, rel. Min. Sérgio Banhos, julgado em 2.6.2022, *DJe* de 8.6.2022).

3. O presente agravo é intempestivo, porquanto a decisão agravada foi publicada no *DJe* de 25.1.2022, terça-feira, iniciando-se o curso do tríduo legal em 26.1.2022 (quarta-feira) e encerrando-se em 28.1.2022 (sexta-feira), sem que, até essa última data, fosse manejado nenhum recurso, tendo em vista que o presente agravo foi interposto apenas no dia 7.2.2022, segunda-feira (ID 157246510), quando já escoado o prazo legal.

4. Recurso não conhecido.

(AREspE nº 0600447-28/TO, rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 30.6.2022, *DJe* de 2.8.2022)

Melhor sorte, no entanto, socorre aos recursos ordinários do MPE (interpostos em ambas as AIJES), uma vez que tempestivos. Conforme consta das tramitações processuais, foi determinada a intimação da Procuradoria Regional em 25.7.2024 (AIJE nº 0606570-47) e em 26.7.2024 (AIJE nº 0603507-14).

Considerando a ausência de notícia de efetiva consulta processual, o prazo de 10 dias de ciência findou-se em 5.8.2024 — conforme o art. 22 da Res.-TSE nº 23.417/2014, segundo o qual a intercorrência de feriado ou a interrupção de expediente prorroga a contagem do prazo na hipótese em que o dia final ocorra em tal período —, dando-se início, assim, ao tríduo legal, que findou no dia 8.8.2024, data da interposição dos recursos ministeriais.

Registro, ainda, que estamos a tratar de processos eletrônicos, os quais guardam estrita observância à Lei nº 11.419/2006 (Lei do Processo Eletrônico), a qual dispõe que, em caso de ausência de ciência expressa, esta ocorrerá de forma tácita, em 10 dias (art. 5º da predita lei).

Dessa forma, descabe usar como parâmetro a data de chegada dos autos em secretaria ministerial, informado em sistema privativo do MPE, visto não se tratar da sistemática processual do processo físico, devendo prevalecer a informação constante do sistema oficial do Poder Judiciário (PJe), que não registrou ciência expressa. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INTEMPESTIVIDADE. FERIADO LOCAL. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO NO ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. PRECEDENTES.

1. Intempestivo o recurso especial interposto fora do prazo previsto no art. 1.003, § 5º, do Código de Processo Civil de 2015.

2. A jurisprudência desta Corte orienta que, "recaindo a data da consulta eletrônica ou o término do decêndio em feriado ou dia não útil, considera-se como data da intimação o primeiro dia útil seguinte" (REsp n. 1.663.172/TO, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 8/8/2017, *DJe* 14/8/2017)

3. Transcorrido o prazo de 10 (dez) dias em 2/10/2021 (sábado), considera-se como data da intimação o primeiro dia útil seguinte - 4/10/2021 (segunda-feira). Em consequência, a contagem do prazo para interposição do recurso especial teve início em 5/10/2021, findando-se no dia 26/10/2021. O recurso especial, no entanto, foi interposto apenas em 27/10/2021, razão pela qual intempestivo.

4. Na vigência do Código de Processo Civil de 2015, é necessária a comprovação da ocorrência de feriado local ou suspensão de prazos processuais no Tribunal local por meio de documento idôneo no ato de interposição do recurso.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(STJ: AgInt no AREsp nº 2.098.050/MG, rel. Min. Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 14.8.2023, DJe de 17.8.2023)

Com relação às **preliminares** suscitadas pelo MPE (nulidade do acórdão por deficiência argumentativa e ausência de prestação jurisdicional, alegada em seus recursos); por Gabriel Rodrigues Lopes (cerceamento de defesa derivado do compartilhamento de provas, suscitada em contrarrazões); e por Thiago Pampolha Gonçalves (ilegitimidade e preclusão ministeriais, invocada em contrarrazões), todas devem ser **rejeitadas**.

A primeira (nulidade do acórdão por deficiência argumentativa e ausência de prestação jurisdicional), por ser manifestamente incabível. O fato de a apertada maioria do Tribunal local ter concluído pela ausência de finalidade eleitoreira não torna, por si, o acórdão deficiente. Em igual forma, o fato de a corrente vencedora no TRE/RJ não ter analisado pormenorizadamente a conduta de cada investigado não nulifica o ato, pois este argumento diz respeito à tese da parte autora que ficou prejudicada em razão do julgamento pela improcedência das ações. Ademais, o MPE nem sequer recorreu contra os demais investigados, lançando recurso somente em desfavor dos quatro multicitados. No mais, as demais teses ministeriais estão relacionadas com o mérito das AIJEs.

A segunda (cerceamento de defesa derivado do compartilhamento de provas), também incabível, uma vez que a jurisprudência do TSE é unívoca quanto à legitimidade do compartilhamento probatório, desde que seja oportunizado o respectivo contraditório, o que ocorreu no caso. Confira:

ELEIÇÕES 2020. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DO PODER ECONÔMICO. ART. 22 DA LC Nº 64/1990. IMPROCEDÊNCIA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA PARA TÃO SOMENTE AFASTAR A CONDUTA ABUSIVA. AUSÊNCIA DE GRAVIDADE. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. ART. 41-A DA LEI Nº 9.504/1997. PROCEDÊNCIA. PROMESSA DE VANTAGEM FINANCEIRA EM TROCA DE VOTOS. PROVA TESTEMUNHAL, APREENSÃO DE QUANTIA EM DINHEIRO E DADOS EXTRAÍDOS DE CELULAR. CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO E CONVERGENTE. ARGUIÇÃO DE NULIDADE FEITA TARDIAMENTE. PRECLUSÃO TEMPORAL. POSSIBILIDADE COMPARTILHAMENTO DE PROVAS DE PROCESSO CRIMINAL. ASSEGURADOS O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA. IMPEDIMENTO OU IMPARCIALIDADE NÃO CONFIGURADOS. INEXISTÊNCIA DE COMPROMETIMENTO DA IMPARCIALIDADE OBJETIVA DO ÓRGÃO JULGADOR. REEXAME DE FATOS E PROVAS.

[...]

4. Conquanto seja sólida a orientação jurisprudencial de independência entre as esferas cível-eleitoral e criminal, esta Corte Superior entende que não há óbice à utilização de prova emprestada em feitos eleitorais, admitindo-se, em AIJE, o compartilhamento de provas produzidas inclusive em procedimento investigativo criminal, desde que resguardados os postulados do contraditório e da ampla defesa no processo em que tais provas serão aproveitadas.

(AREspE nº 0600398-33/SC, rel. Min. Raul Araújo, julgado em 13.6.2023, DJe de 8.8.2023)

A terceira (ilegitimidade e preclusão ministeriais), por ser legítima a atuação do MPE em ambos os feitos, seja na qualidade de *custos legis* (primeira AIJE), seja na qualidade de parte (segunda AIJE), podendo o órgão ministerial recorrer normalmente, ainda que não seja parte investigante, inclusive porque a jurisprudência desta Corte há muito reconhece a possibilidade de o MPE até mesmo assumir a titularidade de demandas como a presente, em razão do interesse público que as orienta (ED-REspEI nº 0600172-33/MG, rel. Min. Floriano de Azevedo Marques, julgados em 12.3.2024, DJe de 12.6.2024). Tal conclusão encontra-se, ainda, positivada no art. 179, II, do CPC. Registro, ainda, não haver falar em maltrato ao postulado da unirrecorribilidade recursal, dado que as AIJEs, apesar de similares, têm suas particularidades, tratando-se de feitos distintos, ainda que julgadas em conjunto.

**No mérito**, em apertada síntese, imputa-se abuso do poder político-econômico e condutas vedadas a Cláudio Castro, Thiago Pampolha Gonçalves, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes, dada a delimitação subjetiva da demanda, tendo em vista que o MPE deixou de recorrer com relação aos demais investigados.

Os fatos imputados foram os seguintes:

a) aumento exponencial de repasses financeiros à CEPERJ e à UERJ, por meio de descentralização orçamentária propiciada por ato do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, para o custeio de diversos projetos e programas em ano eleitoral; e

b) pagamento deliberado de mão de obra relacionada a tais projetos e programas por meio de recibos, possibilitando saques em espécie diretamente na boca do caixa, de modo a dificultar a fiscalização por parte dos órgãos de

controle, além da contratação de funcionários “*fantasmas*”, de modo que grande parte dos beneficiados do esquema acabava tornando-se cabos eleitorais dos investigados, objetivando sua perpetuação no poder.

### **DAS CONDUTAS VEDADAS**

Com relação especificamente às condutas vedadas, o MPE pugna pela condenação dos investigados por violação ao art. 73, IV, V e § 10, da Lei das Eleições (primeira AIJE) e ao art. 73, II, IV e V, da mesma lei (segunda AIJE).

O exame da prática de condutas vedadas, por sua vez, se dá de forma objetiva, configurando-se o ilícito pelo mero fato da subsunção da conduta à previsão legal. Nesse sentido:

[...] as condutas vedadas contidas no art. 73 da Lei nº 9.504/1997 se aperfeiçoam com a mera prática dos atos descritos na norma, independentemente da finalidade eleitoral, uma vez que constituem ilícitos de natureza objetiva. Precedentes.

(RO-EI nº 0608809-63/RJ, rel. Min. Raul Araújo Filho, julgado em 9.5.2023, DJe de 19.5.2023)

Dessa forma, o TRE/RJ incorreu em desacerto ao reclamar a demonstração cabal de finalidade eleitoreira nas condutas vedadas.

No que concerne à imputação do art. 73, V, da Lei das Eleições (contratar funcionários nos 3 meses antes das eleições), sem sorte o MPE, uma vez que o dispositivo mencionado demanda contratação, necessariamente, nos 3 meses anteriores ao pleito — o que não foi confirmado.

Porém, ainda que não configurado o ilícito à luz da conduta vedada, o mesmo fato pode constituir a prática do abuso de poder, considerando que os requisitos versados no art. 22 da Lei Complementar nº 64/1990 são independentes e autônomos, como será analisado adiante.

Nessa linha, “[...] a ausência de subsunção dos fatos às hipóteses do art. 73 da Lei n. 9.504/1997 não impede que esses sejam reconhecidos como abuso do poder político, que tem abrangência mais ampla” (AgR-AREspE nº 415-14/PA, rel. Min. Kassio Nunes Marques, julgado em 28.4.2025, DJe de 15.5.2025).

Imputa-se, também, a conduta vedada do **art. 73, II**, qual seja, “usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram”.

Os requisitos para a configuração dessa conduta estão preenchidos, de acordo com os depoimentos testemunhais de Rodrigo Gaviorno, Mayra Carvalho e Marcos Pimentel, unívocos no sentido de haver finalidade eleitoral nas contratações efetuadas a partir de alterações engendradas pelos altos gestores, ora investigados.

Conforme provas coligidas e a cronologia dos fatos - notadamente os decretos estaduais, atos normativos, depoimentos testemunhais e relatórios do Tribunal de Contas estadual -, resta claro o fundo eleitoreiro das condutas, principalmente ao se considerar o pedido de apoio político a beneficiários do programa, bem como a existência de panfletagem.

Por bem resumir o caráter eleitoreiro das contratações massivas, cito, inicialmente, o depoimento de Rodrigo Gaviorno, um dos contratados na CEPERJ no esquema derivado das descentralizações orçamentárias (id. 162201968):

[...] que trabalha atualmente de Uber, desde novembro do ano passado; que antes trabalhava no Estado pela CEPERJ pelo Governo do Estado pela Casa Civil; que é formado em Zootecnia e em Direito e tem Pós-Graduação em Direito Penal; que é bacharel; que nunca foi filiado a nenhum partido político; que nunca trabalhou na campanha de nenhum candidato direta nem indiretamente; que em 2022 trabalhava pela Casa Civil lotado no Jacarezinho; que recebia pela Fundação CEPERJ; que começou em 1 de abril e era pra terminar em dezembro, podendo ser renovado, **mas dia 15 de agosto eles, não a CEPERJ, mas os superiores lhes chamaram em uma reunião e lhes demitiram; que a data foi de 01 de abril de 2022 até 15 de agosto de 2022**

[...]

[...] que o CEPERJ nunca mandou nenhum contracheque para eles, mesmo com mais de vinte e-mails; que foi solicitado que fosse feita campanha eleitoral em página de rede social; que no dia 05 de agosto receberam uma ligação da Ana Cláudia Albino via WhatsApp pelo celular da Mayra e aí ela pediu que chamasse todo mundo e se reuniram dentro do container e ela falou que o Allan Borges fez um acordo e precisava de 4 vagas e essas 4 vagas saíam deles ou do pessoal da Muzema, ia sair do Cidade Integrada e a questão era quem não aceitasse fazer campanha eleitoral ia ser demitido, aí vieram os nomes Lula, Cláudio Castro, Romário e Max Lemos e Dionísio Lins; que esse foi o primeiro, mas lógico que tinha que fazer campanha por WhatsApp, as redes sociais todas e participar se tiver de alguma comitiva ou outra coisa, tanto que nessas apresentações do Governador para início de obra, tinha que ir de colete e dependendo da quantidade de número de pessoas que estivessem lá, mantinham o colete ou eram obrigados a tirar pra dar número e não falar que era do governo, como se fosse morador da região; que eles usavam dessa técnica e o Allan Borges sempre estava lá controlando tudo, ele só não foi em uma pela questão da viagem que já falou; que não chegou a fazer a propaganda eleitoral e na verdade nem votou no primeiro turno; que aceitou fazer a propaganda, quem não aceitou foi o Tadeu e prontamente foi desligado antes deles, Tadeu Braga, Willian Botelho, Gabriela que era fisioterapeuta, e mais uma pessoa do palácio que não sabe quem foi; que essas pessoas que se recusaram foram desligadas porque eles precisavam de 4 vagas e, na verdade, até onde sabe, quem não aceitou foi o Tadeu; que aceitou mas não fez, todo mundo aceitou porque precisava do emprego e essa era a primeira condição deles;

que ela falou que essa questão da propaganda seria fiscalizada e aí depois teve uma outra reunião no Bar Elo Perdido na Praça da Bandeira em que a Ana Cláudia Albino convocou todo mundo que era do CEPERJ, tanto do Jacarezinho quanto de Jacarepaguá, e nessa reunião ela falou que todo mundo ia ter que fazer a campanha nas mídias, a mesma coisa, mas que o Allan Borges não ia conseguir segurar ninguém porque já tinham demitido eles no dia 15, só que pra ninguém falar nada fizeram essa reunião e que logo depois chamariam novamente, criariam um grupo até porque ele quer ser vereador em 2024 e é filiado ao PT; que nesse período de 5 a 15 de agosto entre o pedido de campanha e a demissão não fez nada em relação aos pedidos de campanha; que o pessoal lá estava combinando de fazer um Instagram falso pra fazer, **mas aí a Ana Cláudia disse que não adiantava fazer Instagram falso porque o pessoal vai estar de olho e tinha uma equipe para isso, então tinha que usar o deles mesmo; que aí todo mundo ficou com aquele medo, pois muita gente não queria votar nessas pessoas;** que nesse período não adotou políticas de campanha; que houve essa reunião dia 05 e depois só houve depois de serem desligados; que quem fez o contato foi Ana Cláudia Albino e ela trabalhava no palácio, mas ela era responsável pelas equipes, era coordenadora das equipes que ficaram nos territórios, tanto ela quanto o Rudolf Hassan; que só ela fazia contato por ela; que ela que fazia contato em nome do Allan; **que todo mundo foi desligado dia 15**, menos quem já era contratado do CEPERJ como a Carolina Santana, ela começou um mês antes, Marcelo Lima, esses ficaram; **que ficou tendo vínculo com Ana Cláudia até um pouco depois quando realizou uma postagem no Instagram do Allan Borges reclamando que o projeto não funcionava, não servia para nada, escancarou, aí ela lhe bloqueou e não teve mais contato; que no dia 05 a ligação foi pra isso, foi às claras, quem não fizer vai sair do projeto; [...] que os eventos eram sempre para o Cláudio Castro**, o Governador, Senador Romário, Max Lemos como Deputado Federal, Chiquinho da Mangueira como estadual e em alguns eventos o Dionísio Lins e a Vera Lins que é vereadora [...]; **que no período do dia 05 de agosto e 15 de agosto não houve determinação para que fosse feito trabalho eleitoral**, não chegaram a pedir; que houve uma movimentação pelo salário de julho que não havia sido pago e o pessoal estava reclamando no grupo inter equipes e aí o Allan Borges determinou essa reunião do dia 15 chamando todo mundo do CEPERJ na SEINFRA e ele estaria lá; que nesse período eles não determinaram e vieram a determinar após; que a determinação posterior foi que eles deveriam proteger o Allan Borges, o nome dele não pode aparecer de jeito nenhum, e teriam que fortalecer o Dionísio Lins e o Governador para que, quando eles ganharem, conseguem trazê-los de volta; [...]

[...]

que sabe quem é Thiago Pampolha mas não teve contato; que não o viu nos lugares, mas seu nome surgiu porque ele tinha lá uma secretaria mas não teve contato com ele não; **que também não teve contato com Rodrigo Bacelar, mas a mesma coisa, o nome dele surgia diversas vezes;**

[...]

que exigiram que ele fizesse propaganda política e ainda não sabiam que seriam demitidos, que a reunião foi dia 05 e foram demitidos dia 15; que receberiam em agosto, não pagaram o mês de julho que era pago até o dia 05; **que a reunião foi dia 05 e ninguém perguntou sobre se ia receber, a ligação foi diretamente para perguntar que só ia continuar fazendo parte quem aceitasse fazer propaganda;**

[...]

que não fez propaganda, mas algumas pessoas fizeram, a Tati, o Jorge, acha que a Carolina Santana também mas ela já era nomeada e não ia ser mandada embora mas queriam cargo, mas Ulie, o Marcos, não fez, o Ricardo participou dessa; que quem fez a propaganda fez por vias públicas também e sabe porque tinha contato com eles e conversavam e falavam que tinham esperança de voltar [...];

A denotar o **forte caráter eleitoral nas contratações questionadas e, por arrastamento, maior reprovabilidade na conduta impugnada**, o mencionado depoimento testemunhal relata que aquelas pessoas contratadas eram **coagidas a fazer campanha em prol dos investigados, sob pena de serem demitidas/desligadas do esquema travestido de programa/projeto social**, isso sem falar que quem escolhia os beneficiários das contratações eram assessores ou cabos eleitorais de diversos candidatos, conforme o trecho a seguir, do mesmo depoimento (id. 162201968):

[...] **que os candidatos ou assessores, cabos eleitorais que indicavam pessoas que constavam na lista de ordem de pagamento da CEPERJ é Allan Borges, Chiquinho da Mangueira, o Romário não sabe dizer, o Governador com certeza porque via as secretarias, mas não ouviu ninguém dizer que foi indicado diretamente pelo Governador, só os secretários ou secretárias que eram diretamente indicados por ele e faziam parte do projeto, era de cada secretaria;** que o Gelbe Justus indicou muita gente; **que uns trabalhavam e muitos não, teve gente que recebeu até no Sul; que não tinham a dimensão de quantos eram contratados, quem era e quem não era, que conheciam os que apareciam, os que nunca apareceram não tem como saber;**

[...]

que utilizavam esses projetos para fazer campanha eleitoral também, pois colocavam somente pessoas indicadas, cabos eleitorais, pessoas indicadas já para aquela votação, já era determinado já; que não tinha acesso aos dados das pessoas contratadas; que haviam contratações via CEPERJ no âmbito da UERJ, o Na Régua é pago pela UERJ por isso que eles ficaram até dezembro e depois como eles saíram e a justiça determinou que ninguém mais trabalhasse, eles chamaram estagiários da UERJ ou de outras faculdades e pagavam pela UERJ, não pagavam mais pela CEPERJ, faziam essa cambalacho; que o pessoal do Na Régua recebia no banco; que essas pessoas recebiam pela CEPERJ ou pela UERJ, só os nomeados; que a origem dos recursos pelo que ficou sabendo era da venda da CEDAE; que não sabe se os estagiários da UERJ recebiam na boca do caixa, mas o pessoal do Na Régua, eles tinham conta e recebiam na conta; que tinham valores superiores dependendo do cargo, engenheiro, arquiteto; que era na faixa de R\$ 8.000,00 (oito mil); que no caso deles no contrato estava R\$ 5.000,00 (cinco mil) mas, quando o CEPERJ colocou no INSS, ele colocou R\$ 6.500,00 e eles indagaram diversas vezes e eles não explicam o porquê; que prestou depoimento na Procuradoria Regional Eleitoral no procedimento 1141/2022-33; que não chegou a enviar fotos ou e-mail, apesar de tê-los;

Ainda sobre o forte liame existente entre as contratações e a campanha eleitoral dos investigados, cito trecho do depoimento de Mayra Carvalho, outra contratada pela CEPERJ e outrora cabo eleitoral de Cláudio Castro, que, em igual forma, noticia a coação sofrida para militar em prol da campanha dos investigados, inclusive por meio de panfletagem (id. 162201968):

que não é amiga nem parente de ninguém do processo; que só tem interesse com o compromisso da verdade; que é assistente social no Sian de Rio das Ostras; que não foi nem é filiada a nenhum partido político; que já trabalhou em campanha política durante o trabalho que exerceu no Cidade Integrada para o candidato Claudio Castro; que em 2022 trabalhou no Projeto Cidade Integrada [...];

[...]

que na primeira reunião foi perguntado quanto ao pagamento dos integrantes do Projeto Cidade Integrada e eles disseram que o CEPERJ ia dar as orientações; que demorou um tempo para receberem o pagamento e todos ficaram inseguros porque não tinham assinado contrato e aí Ana Claudia disse que no primeiro pagamento iam sacar direto na boca do caixa; que inicialmente ela falou que ia cair na conta que foi passada na reunião; que depois ela disse que isso ia ser só no primeiro mês e pediu para todo mundo abrir conta no Bradesco; que abriram conta no Bradesco mas nunca receberam pagamento por transferência, foi sempre na boca do caixa (banco Bradesco);

[...]

que trabalhou nesse projeto por cinco meses; que saiu no dia 15 de agosto; que Ana Claudia solicitou que a depoente fizesse campanha eleitoral nas páginas da rede social; que ela disse que a campanha eleitoral seria a favor de Lula, Claudio Castro, Dionísio Lins e Max Lemos; que a depoente estava em horário de expediente e Ana Claudia lhe mandou uma mensagem pedindo para atender uma ligação via Whatsapp.

[...]

que ela falou que estava chegando a campanha política e o trabalho ia se intensificar e que ela precisaria que a depoente e a equipe fizessem campanha eleitoral, inclusive nas redes sociais, para esses candidatos já citados e, quem não concordasse, deveria avisar no momento porque ia ter que ser desligado.

[....]

que eles pediram para abrir o Instagram mas a depoente não abriu; que ficou privado e aparentemente ninguém fiscalizava; que quem não concordasse com a campanha teria o contrato finalizado; que tinham obrigação de comparecer a eventos políticos; que houve dois eventos, um no Jacarezinho e outro na comunidade da frente, não se recordando o nome; que eram campanhas de inauguração de obras do Claudio Castro; que a depoente e a equipe tinham que ficar o dia inteiro organizando, distribuindo panfleto e quando ele chegava eles tinham que ficar na frente do palanque fazendo volume;

[...]

que teve um segundo evento, na parte da noite, depois do horário do expediente; que, quando não tinha muita gente, eles pediam

para tirar o colete do Cidade Integrada para parecer eleitor; que no primeiro evento, além de Claudio Castro, tinha o Romário acompanhando e no segundo tinha o Max Lemos; que isso não foi um convite, foi uma ordem da chefia como parte do trabalho;

[...]

que isso não foi avisado para a depoente e a equipe quando eles foram contratados; que essa orientação foi sempre de forma verbal; que a divulgação dos panfletos era enviada no grupo que eles tinham de trabalho; que a divulgação dos panfletos tinha as fotos dos candidatos e os feitos deles, inauguração da obra, essas coisas; que a depoente e a equipe iam nos eventos divulgando e eles tinham o panfleto impresso para entregar para a população; que isso era sempre enviado por WhatsApp;

[...]

que foram chamados nessa reunião do dia 15 e foram desligados; que eles disseram que o CEPERJ não poderia pagar os salários porque estava sendo investigado; que depois Ana Claudia convocou nova reunião dando esperança de que retornariam assim que as campanhas políticas retornassem; que estavam saindo muitas reportagens na época e algumas com fontes de alguns colegas de trabalho e ela pediu para eles não falarem com a imprensa porque tinham que proteger a imagem de Alan porque ele seria candidato a vereador em algum momento, acha que em 2024 e ele não poderia ficar com a imagem suja, e viria também a campanha do Claudio Castro;

[...]

que essa reunião Ana Claudia convocou de forma bem informal num bar na Tijuca com a promessa de que eles retornariam, tendo pedido os currículos de todos de novo; que eles não assinaram nada no desligamento, foi só um desligamento verbal; que a depoente sacava três mil e oitocentos reais mas no contrato tinha outro valor, a mais;

[...]

que não viu nenhum serviço efetivamente chegar à população por meio desse Projeto Cidade Integrada;

[...]

que foi convocada para ir em duas inaugurações de obras e nesses eventos eles davam alguns panfletos para a depoente e equipe para entregar para as pessoas que passavam na rua; que não sabe dizer se os panfletos tinham número de candidato mas era o Claudio Castro convidando para a inauguração da obra;

[...]

que não sabe dizer como teve campanha nesse período três meses antes da eleição; que não lembra ao certo a data desses eventos, mas teve uma em junho ou julho de 2022, todas antes da campanha eleitoral; que foram a um evento em que Ana Claudia orientou a eles que tirassem o colete para fazer volume e parecer que eram população; que o governador não estava do lado; que a orientação veio de Ana Claudia, que estava embaixo, e o governador estava no palanque; que a depoente e equipe tiraram o colete e ficaram embaixo fazendo volume como eleitor;

Como se vê, os depoimentos de Rodrigo Gaviorno e Mayra Carvalho são convergentes e merecem credibilidade, pois ambos descrevem o mesmo episódio: uma ligação telefônica feita por Ana Cláudia Albino, em viva-voz, durante a qual foi determinada a realização de campanha eleitoral.

Rodrigo relata que, em 5 de agosto de 2022, Ana Cláudia, coordenadora de um dos projetos, ligou para Mayra, colocando a chamada na função viva-voz e, nessa conversa, exigiu que todos os contratados participassem da campanha, inclusive com postagens em redes sociais e comparecimento a eventos, sob pena de desligamento do projeto (id. 162201968).

Mayra confirma essa orientação, detalhando que a ordem era clara e vinculada à manutenção do vínculo contratual, mencionando expressamente os candidatos beneficiados, como Cláudio Castro. A coincidência quanto à circunstância da ligação, durante o expediente de trabalho, à forma (ligação viva-voz) e ao conteúdo (imposição de campanha como condição para permanência) reforça a harmonia dos relatos e confere elevada força probatória à narrativa das testemunhas (id. 162201968).

Essa coerência entre os relatos não se limita à ligação telefônica, mas se soma a outros elementos probatórios (tais como decreto, atos normativos e relatórios do TCE/RJ) que reforçam a credibilidade das testemunhas no sentido de que os atos tencionaram, em última análise, finalidade eleitoral. Ambas descrevem reuniões presenciais nas quais se reiterou a exigência de engajamento eleitoral, bem como a imposição de comparecimento a eventos políticos e a distribuição de panfletos em favor de

gestores específicos, como Cláudio Castro.

Além disso, depoimentos convergem quanto à ameaça de desligamento das funções daqueles que não aceitassem participar da campanha, circunstância que demonstra não apenas a uniformidade das narrativas, mas também a existência de um método estruturado de coação, voltado a transformar contratações temporárias em instrumento de promoção eleitoral. Essa harmonia, aliada à riqueza de detalhes sobre datas, locais e condutas exigidas, confere credibilidade ao conjunto probatório.

Outra testemunha, Marcos Pimentel, foi peremptória ao asseverar o caráter político-eleitoreiro dos projetos impugnados e também afirmou a coação sofrida e a necessidade de distribuição de panfletos em prol da campanha de Cláudio Castro à reeleição (id. 162201968):

**que hoje trabalha na Time Multi empresas, multifunções; que começou a trabalhar nessa empresa em setembro; que faz a função de bombeiro hidráulico; que é formado em bombeiro hidráulico, porém tem nível superior tecnólogo em Petróleo e Gás; que não é filiado ou foi filiado a um partido político, nunca foi; que não é atuante por nenhum partido ou candidato;**

[...]

**que trabalhou de abril a 15 de agosto de 2022; que foi quando todos que estavam vinculados, houve aquele escândalo do fantasma e aí ficaram até mesmo sem receber e aí pararam de trabalhar, desvinculou todo mundo;**

[...]

**que não houve entrevista; que receberam o contrato de trabalho pelo e-mail muito tempo depois, porém, aquilo que eles falaram que era, não tinham conhecimento se realmente era o certo; que não conseguia entrar, mas as pessoas quando conseguiam viam que o salário estava divergente daquilo que constava no contrato; que a divergência era para mais, só que eles recebiam para menos;**

[...]

**que a princípio não foi pedido para fazer propaganda para político ou partido, foram fazendo, porém quando foi chegando começaram a falar “gente, as eleições estão chegando”, porém o tempo de sair foi antes do início de tudo; que era pra eles darem continuidade no processo, foi meio uma barganha que deu a entender, “você vão estar aqui, a gente tem que forçar, aqueles que já estão a gente tem que dar continuidade pra gente dar continuidade ao nosso trabalho”; que ocorria da seguinte forma, não só no Mandela, mas também quando houve as inaugurações foi solicitado “oh gente, vai pra rua, nos moradores e fala que o Governador, Fulano, Beltrano, vai vir aqui pra estar com o maior número de pessoas possíveis para estar ali fazendo; que não foi solicitado campanha nas redes sociais, até porque quando começaram a falar o depoente disse que tudo bem, era seu trabalho e estava ali e ia fazer, mas sua vida pessoal não podia fazer uma vez que tem pessoas que estava indo lá, candidatos que o depoente não vota, independentemente de estar ali ou não;”**

[...]

**que não pegaram contracheque; que falavam que o pagamento estava no banco e era nominal apresentava a identidade e sacava na boca do caixa; que não tinha emitente, não tinha cheque, era na boca do caixa, apresentava a identidade e já recebia**

[...]

**que no primeiro mês falaram que tinha dado problema, aí o segundo deu problema era só ir lá e sacar o dinheiro e assim foi até que chegou agosto e todo mundo foi cortado;**

[...]

**que não foi solicitado campanha nas redes sociais, até porque quando começaram a falar o depoente disse que tudo bem, era seu trabalho e estava ali e ia fazer, mas sua vida pessoal não podia fazer uma vez que tem pessoas que estava indo lá, candidatos que o depoente não vota, independentemente de estar ali ou não; que não sabe informar se alguém ficava vendo suas redes sociais se tinha campanha em favor, na verdade sua rede social calhou de ter sido hackeada e então perdeu e nesse meio tempo teve que mudar tudo, até mesmo na época se e-mail era do Yahoo e perdeu esse e-mail, e até pediu para mandar seu contrato para o Gmail, então ficou quase um mês e meio sem rede social; que no dia da inauguração iam chamar a população e estaria lá pra fazer a inauguração com alguns candidatos e quanto maior a quantidade pra estar apresentando**

não só aquilo que foi entregue, por exemplo, a obra concluída ou se ia iniciar uma obra do Cidade Integrada e ali tinha os candidatos;

[...]

que os candidatos estavam presentes na hora que estava determinada, e não de manhã cedo quando faziam; que tinham que fazer, recebiam panfletos para distribuir, por exemplo, naquela manhã seria preciso estar indo e tal local para estar motivando aquela área porque Fulano de Tal vai estar lá, apresentando o início da obra ou o término da obra, então iam lá de manhã panfletava, chamava a população e assim acontecia; que sobre palanque estavam lá e tinham que ficar no evento e só saiam após o término; que eram obrigados a comparecer como se fosse parte do trabalho; que os eventos eram do Governador Claudio Castro, teve o Chiquinho da Mangueira, o Romário, Max Lemos, tem alguns que não lembra, mas esses lembra porque falaram no microfone algumas vezes em algumas obras;

[...]

que não sabia que isso fazia parte do trabalho, e isso veio a acontecer no meio, até porque quando lhes apresentaram era Cidade Integrada e era pra ver aquilo que estava sendo executado, quando foi se aproximando que começou a direcionar pra esse lado;

[...]

que falou que o panfleto estava lá pra inauguração aonde tinha a pessoa e apresentavam o panfleto dizendo 'oh vai ter a inauguração'; que no panfleto estava o início da obra Cidade Integrada e avisava, falava que o Governador estaria lá, mas não estava no panfleto, falava Cidade Integrada; que não subiam no palanque; que no palanque viu o Governador, o Romário, o Max Lemos, o Chiquinho da Mangueira, teve outros que não se recorda, que lembra deles porque estavam mais ali presentes;

[...]

que o Governador estava porque era ele quem dava início à obra; que era informado tipo no final do expediente que no dia seguinte estaria em determinado local e vai iniciar ou terminar uma obra e precisavam estar lá pra movimentar os moradores pra esse evento que vai acontecer; que não fez nenhum trabalho eleitoral porque quando saíram foi em agosto, então não houve esse tempo assim, houve no início da campanha do Cidade Integrada a informação das obras, mas não houve; que foi no dia 15 de agosto que houve a paralização[sic] do Cidade Integrada pelo Ministério Público, se não está enganado, e ficaram até sem receber; que por isso o contrato de trabalho se encerrou, o de todos que ali se encontravam; que no 15 de agosto se encerrou e houve uma reunião explicando que não haveria possibilidade e também não seria justo com eles continuar trabalhando sem receber, porque não tinham recebido julho e os 15 dias de agosto que não ia conseguir cumprir;

[...]

que só foi ter conhecimento de contratações via CEPERJ, no âmbito da UERJ, quando teve o escândalo; que passaram para eles que estavam vinculados à CEPERJ e foi quando perguntaram porque não estavam recebendo e aí na reunião do dia 15 ela falou que era porque houve um problema com a CEPERJ e estavam tentando fazer o pagamento, porém o Ministério bloqueou tudo e tem que apresentar e não tem como e foi quando descobriu por onde estava recebendo; (Grifos acrescidos)

Na mesma linha, Marcos Pimentel, que trabalhou em um dos projetos impugnados (Cidade Integrada) de abril a 15 de agosto de 2022, confirma que houve orientação verbal para o comparecimento a inaugurações e distribuição de panfletos, reforçando a narrativa de que os projetos eram utilizados como instrumento de promoção eleitoral (id. 162201968).

Ademais, pelo seu depoimento, o tema da campanha em redes sociais chegou a ser introduzido, mas não evoluiu porque o depoente rechaçou a orientação, circunstância que não fragiliza, mas antes reforça a coerência do conjunto probatório, pois demonstra que a exigência era real e sistemática, ainda que nem todos os contratados tenham aderido. Essa harmonia entre os relatos evidencia um padrão de coação voltado à prática abusiva, em consonância com os depoimentos anteriores (Mayra e Rodrigo), que descrevem imposições claras e vinculadas à manutenção do vínculo contratual.

Por sua vez, a testemunha Lúcia Helena de Oliveira, em igual forma, ratifica a existência de liame eleitoral nos projetos impugnados (Id. 162201968):

que a depoente não é parente, nem amiga íntima, nem inimiga de nenhuma das partes do processo; que a depoente acha que esse processo vai afetar a sua vida negativamente, porque já foi lá, denunciou e toda hora lhe chamam para poder fazer alguma coisa; que

a depoente chegou até a ir à Polícia Federal, por causa de um carro que estava rodando na época o condomínio onde a depoente mora; que a depoente não tem nenhum interesse nesse processo, sendo que o resultado desse processo não irá lhe beneficiar ou lhe prejudicar de alguma forma;

[...]

que a depoente só trabalhou indiretamente na campanha de um candidato, Renato Moura, mas não foi nada, sendo mesmo de apoio, porque, no caso, a depoente é líder comunitária, sendo que a gente já se conhecia; que Marcos Vinícius da Silva Barbosa, de Angra dos Reis, foi candidato a deputado federal, tendo a depoente contato com ele;

[...]

que foi quando o Vinícius ganhou alguns cargos e, aí, o Marcelo Félix, junto com o Eduardo Gil, falaram, sendo quando a depoente começou a perceber, começou a questionar; **que, no caso, a ajuda que eles iriam dar seria ficar dando o cargo para trabalhar como cabo eleitoral, tendo a depoente questionado;**

[...]

que, aí, no caso, o Vinícius deu à depoente coordenação, os meninos lá, no caso, Marcelo Félix e Eduardo, porque o Vinícius só mandava; **que parece que distribuíram para ele uns trinta cargos, misturado Esporte Presente e CEPERJ, só que nisso eles foram distribuindo para as pessoas, que, no caso, seriam cabos eleitorais e, aí, a depoente começou a questionar, poque [sic] a depoente foi um dia para receber na boca do caixa e, aí, dava o seu CPF, mas não recebia;**

[...]

que, se não se engana a depoente, esse projeto iniciou em abril de 2022, sendo que, como a depoente começou a questionar, por que a depoente estava indo no banco e não tinha recibo do que estava recebendo; **que, aí, se por exemplo, mas, por exemplo, se for cinco mil reais o valor do salário, era descontado setecentos reais, começando a questionar 'por que é descontado o INSS, porque não está assinando nenhum documento, está indo na boca do caixa recebendo o dinheiro e depois como fica isso'; que, aí, a depoente via, no caso, o Eduardo Gil, na porta, começando a observar que iam pessoas pegar dinheiro com ele, a pessoa entrava, recebia e, aí, dava um dinheiro na mão dele;**

[....]

que a depoente começou a questionar e, aí, começou a perguntar, 'não quero o meu nome envolvido com esse tipo de coisa, porque é a única coisa que, já sendo casa[da], tendo um casamento homoafetivo, já é mulher e, aí, se envolve com algum tipo de coisa desse tipo, 'a corda sempre arrebenta do lado mais fraco'; que, aí, foi quando a depoente começou a questionar e, passado um mês, começou a ver uma movimentação meio esquisita, falando assim, desculpe a expressão, 'eles vão dar uma sacaneada aqui, né'; que, aí, a depoente ligou para o Vinícius, no dia do pagamento, falando 'não caiu', sendo que, no caso, eles tinham colocado o Eduardo Gil dentro, sendo que ele era funcionário público de um colégio, tendo ele pedido emprestado para poder trabalhar dentro da CEPERJ, na ocasião; que, como a depoente estava questionando muito, começou a ver que eles já estavam incomodados pelo fato de a depoente estar questionando, perguntando e, aí, começou a prestar mais atenção;

[...]

**que o Vinicius chegou, tendo fotos, sendo que a depoente mandou, no caso, quando fez a denúncia, chegando a ligar vários veículos de comunicação para poder denunciar, sendo que a depoente ligou para o Vinicius, falando 'olha só, eu estou percebendo o que vocês estão fazendo e eu vou deixar bem claro pra você, eu não quero saber, eu não quero receber, eu não quero nada, mas a minha professora deu aula e ela vai ter que receber';**

[...]

que a depoente não conheceu outros projetos envolvidos pelo Governo do Estado; que ele, Marcos Vinicius, só foi, no caso, lá no meu, ao que saiba a depoente, sendo que dos outros não pode afirmar, porque não estava; **que, nestas ocasiões, ele chegou a pedir voto, fez discurso, com cunho eleitoral,** sendo que isso foi lá em Realengo, tendo a depoente mandado fotos; que ele, inclusive, falou para as alunas da depoente que ele estava vindo a candidato e que seria muito importante que elas soubessem também que a depoente estava com ele, que a depoente seria parceira dele como candidata estadual; **que a depoente não estava**

ciente de que as pessoas seriam contratadas para supostamente atuarem nos projetos, quando, na verdade, elas deveriam atuar como cabos eleitorais na campanha dos candidatos da coligação do Governador, que foi reeleito, e na própria campanha do Governador;

[...]

que ele visitou a academia e a quadra, mas só que, no caso, para a depoente, a intenção do Esporte Presente seria um projeto para poder ajudar a associação de moradores, da qual a depoente era Presidente; **que foi quando a depoente começou a ver que o Esporte Presente estava tendo a mesma coisa que estava rolando com a CEPERJ, porque, até então, não estava aparecendo na televisão o Esporte Presente, você só ouvia falar em CEPERJ;**

[...]

**que foi aonde começou a rolar um questionamento de como seria, ‘você vai continuar, esse projeto vai acabar depois das eleições, como é que vai ser, como é que eu vou ficar, e as minhas idosas’;**

[...]

que a depoente chegou a fazer um saque, achando que era no valor de, no total, no bruto quatro mil e trezentos reais, não tendo certeza, e no líquido três mil e setecentos reais, sendo uma vez só; que eles descontavam dinheiro e, aí, a depoente começou a questionar; que a depoente assinava o papel só no banco, sendo que o desconto era de boca, no caixa e, por isso, que a depoente começou a ficar assim, ‘como é que eu vou assinar’; que foi uma vez que a depoente fez isso; que, se não se engana a depoente, era dia 15, sabendo que na hora que a gente ia receber estava lá quatro mil e trezentos reais e, na hora de receber, vai vir a três mil e setecentos reais; que, aí, a depoente questionou esse desconto, falando ‘esse desconto é o que, é INSS’, tendo o caixa falado ‘não sei, sei que já vem descontado já’; que a depoente falou ‘e o recibo’, tendo o caixa falado ‘não, a única coisa que você vai fazer é assinar aqui que você recebeu, e esse papel fica comigo’;

[...]

que o Esporte Presente, na verdade, o problema todo que a depoente achou foi que não era para poder beneficiar as idosas da depoente, era que estavam lhe pagando por cabo eleitoral e, aí, a depoente, tipo assim vai acabar o projeto depois de outubro e como é que fica, então, esse é o pagamento para poder trabalhar para ele como cabo eleitoral, sendo os seus questionamentos;

[...]

Assim, tal como destaca a PGE, o que se observa é um “[...] método estruturado de promoção pessoal custeado pelo erário com desvio de finalidade das funções dos servidores temporários contratados irregularmente” (id. 162848441).

Dessa forma, fica configurada a violação do **art. 73, II**, da Lei das Eleições, dado o uso massivo e indiscriminado da máquina pública como verdadeiro instrumento de arregimentação de particulares, remunerados com recursos públicos e contratados de forma ilegal, sem nenhum tipo de controle.

Também com razão o MPE com relação à imputação da conduta prevista no **art. 73, IV**, da Lei das Eleições.

Isso porque, com relação ao **art. 73, IV**, da Lei das Eleições, qual seja, “fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público”, o caderno probatório examinado em cotejo com a jurisprudência deste Tribunal Superior permite concluir com a segurança necessária pelo uso promocional dos programas em favor dos candidatos, dado que os projetos sociais iniciaram-se em momento pré-eleitoral e adentraram no período crítico às eleições, havendo fornecimento de serviços com inequívocos contornos eleitoreiros em favor dos investigados, tudo com vistas ao projeto de promoção pessoal dos candidatos, conforme se extrai da análise concatenada da cronologia dos fatos, dos relatórios da Corte de Contas e dos depoimentos testemunhais.

Rememoro, que nos termos da sólida jurisprudência deste Tribunal Superior, a conduta vedada delineada no **inciso IV** reclama três requisitos para a sua configuração, quais sejam, **(a)** existência de fornecimento de bens e/ou serviços sociais, **(b)** caráter gratuito e **(c)** caráter promocional dos serviços.

Nesse sentido:

RECURSOS ESPECIAIS. ELEIÇÕES 2020. PREFEITO. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE). ABUSO DO PODER POLÍTICO (ART. 22 DA LC 64/90). CONDUTA VEDADA A AGENTES PÚBLICOS (ART. 73, IV, DA LEI 9.504/97).

[...]

TEMA DE FUNDO. DISTRIBUIÇÃO. CESTAS BÁSICAS. DESVIO DE FINALIDADE. FALAS E DISCURSOS. RECORRENTES. AUSÊNCIA. ENTREGA INDISCRIMINADA. PROXIMIDADE. PERÍODO ELEITORAL. ELEVADO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS. ILÍCITOS CONFIGURADOS.

5. O abuso do poder político (art. 22 da LC 64/90) configura-se quando o agente público, valendo-se de sua condição funcional e em manifesto desvio de finalidade, desequilibra disputa em benefício de sua candidatura ou de terceiros. Precedentes.

**6. Nos termos do art. 73, IV, da Lei 9.504/97, é proibido aos agentes públicos "fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público". O ilícito pressupõe três requisitos cumulativos: (a) contemplar bens e serviços de cunho assistencialista, diretamente à população; (b) gratuidade, sem contrapartidas; (c) caráter promocional em benefício de candidatos ou legendas. Precedentes.**

7. No caso, extrai-se de início da moldura fática do acórdão regional que os recorrentes, reeleitos, promoveram em nome da Prefeitura a entrega gratuita de cestas básicas a mais de mil pessoas, ao custo de R\$ 498.440,00 (repassados pela União para medidas de combate da pandemia da Covid-19), em período próximo ao início da campanha (junho e julho de 2020).

8. As entregas não observaram quaisquer padrões técnicos, o que se denota a partir dos seguintes aspectos: (a) depoimentos claros e coesos de inúmeros agraciados, segundo os quais a distribuição ocorreu de porta em porta; (b) testemunho de assistente social, do quadro efetivo do Centro de Referência de Assistência Social; (c) mesmo pessoas com renda e trabalho receberam as benesses.

[...]

11. Não tem relevância para o desfecho do caso a alegação de existência de documentos que previam critérios para as entregas. Independentemente dessa prova, fato é que a distribuição foi desvirtuada por completo, seja pela presença dos recorrentes, seja porque qualquer pessoa poderia ser agraciada.

12. Gravidade dos fatos plenamente configurada, nos termos do art. 22, XVI, da LC 64/90. CONCLUSÃO.

13. Recursos especiais de Pedro Henrique Wanderley Machado e Simone Elizabete Friedrich a que se nega provimento. Recurso especial do Partido Social Democrático (PSD) de Alto Alegre/RR provido para admiti-lo como assistente simples.

(REspEI nº 0600105-70/RR, rel. Designada Min. Cármen Lúcia, julgado em 8.2.2024, Dje de 21.2.2024)

Lado outro, em relação ao art. 73, § 10, da Lei das Eleições ("no ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior"), à míngua de provas de que o enfoque foi exclusivamente assistencial, destinado especificamente a pessoas em situação de vulnerabilidade (razão de ser da norma), descabe falar em sua configuração, notadamente ao se considerar que tais programas eram, em grande medida, voltados à população fluminense de forma indiscriminada, conforme consta do processo. Nesse sentido:

ELEIÇÕES 2018. GOVERNADOR E VICE-GOVERNADOR. RECURSO ORDINÁRIO. RECURSO ESPECIAL. REPRESENTAÇÃO POR CONDUTA VEDADA. ART. 73, IV e § 10, DA LEI Nº 9.504/1997. PROCEDÊNCIA NA ORIGEM. CONDENAÇÃO. MULTA. REFORMA DO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO DE BENESSES. PRESTAÇÃO ORDINÁRIA DE SERVIÇOS DE SAÚDE E DE CIDADANIA PELO ESTADO. DESCARACTERIZAÇÃO. PROGRAMA SOCIAL. POSSIBILIDADE. CONTINUIDADE EM ANO ELEITORAL. DESNECESSIDADE DE LEI AUTORIZADORA. NÃO COMPROVAÇÃO DE USO PROMOCIONAL ELEITORAL. PROVIDOS O RECURSO ORDINÁRIO E O RECURSO ESPECIAL.

1. O TRE/MT julgou procedente representação por conduta vedada a agente público ajuizada com base no art. 73, IV e § 10, da Lei nº 9.504/1997, sob o fundamento de que os representados promoveram, em ano eleitoral, distribuição gratuita de bens e serviços com fins eleitorais, por meio do programa estadual denominado Caravana da Transformação, sem a observância dos requisitos legais da execução orçamentária no ano anterior ao pleito e da criação por lei.

[...]

3. O Programa de Ações Governamentais Emergenciais e Estratégicas, sinteticamente denominado Caravana da Transformação, criado, em 2016, por decreto do governo de Mato Grosso, não se enquadra na hipótese de programa social a que se refere o § 10 do

art. 73 da Lei das Eleições, tendo em vista não se tratar de programa assistencial seletivo, dirigido a pessoas hipossuficientes ou em vulnerabilidade, mas, sim, de programa caracterizado pelo oferecimento amplo e irrestrito de serviços públicos de saúde e de cidadania à população, consoante diretriz constitucional. Precedente.

[...]

7. O não enquadramento do programa Caravana da Transformação como conduta vedada não impede que os fatos descritos no acórdão regional sejam examinados por esta Justiça Eleitoral sob a ótica do abuso do poder político. Contudo, no caso concreto, em que foram apresentados recursos apenas pelos condenados, o reconhecimento da prática desse ilícito e a aplicação da sanção de inelegibilidade implicaria a piora da situação jurídica destes, o que não é admitido, ante a configuração da *reformatio in pejus* do decisor.

8. Providos o recurso ordinário e o recurso especial.

(RO-EI nº 0600233-06/MT, rel. designado Min. Benedito Gonçalves, julgado em 11.5.2023, *DJe* de 31.5.2023)

Com efeito, a completa e deliberada ausência de informações mínimas acerca dos “projetos” operados pelos investigados obsta avançar na análise das circunstâncias que seriam, em tese, caracterizadoras das demais condutas vedadas, razão pela qual se impõe o não acolhimento dessas imputações cogitadas pelo MPE em suas razões recursais, no ponto.

Relembro, ainda, que a e. relatora, em seu judicioso voto, conclui pela necessidade de condenação dos investigados somente na conduta versada no **art. 73, II**, da Lei das Eleições. Confira-se:

O conjunto probatório revela o emprego da estrutura governamental com propósito eleitoreiro. Os depoimentos de Rodrigo Gaviorno, Mayra Carvalho e Marcos Pimentel, colaboradores de projetos da CEPERJ, atestam a coerção a que foram submetidos os trabalhadores temporários para que realizassem propaganda eleitoral em benefício dos investigados.

Suas declarações são convergentes no tocante à obrigatoriedade de comparecimento a inaugurações dos projetos, nos quais lhes era imposto distribuir panfletos institucionais e simular que eram moradores da região que espontaneamente compareciam a esses eventos. Além disso, eles relataram pressões exercidas por seus superiores imediatos para que publicassem, em redes sociais, conteúdo favorável a pré-candidatos do grupo político de Cláudio Castro, sob ameaça de desligamento dos projetos.

É notório, a meu ver, o desvio de finalidade no emprego das verbas públicas destinadas aos projetos sociais. As exigências impostas aos servidores temporários configuram nítido excesso das prerrogativas da administração pública, violando a isonomia que deve pautar a disputa eleitoral.

A conduta dos investigados ao instrumentalizar a máquina pública para fins de promoção eleitoreira amolda-se, assim, à conduta vedada no art. 73, II, da Lei 9.504/97, a ser sancionada com a multa prevista no § 4º do art. 73 da Lei das Eleições.

Como dito, todavia, adicionalmente ao voto de Sua Excelência, entendo que as condutas vedadas delineadas no **inciso II** e no **inciso IV** devem ser imputadas a Cláudio Castro (governador), por ser a autoridade editora do decreto e beneficiário direto das irregularidades perpetradas; a Gabriel Lopes, então presidente da CEPERJ e executor direto do decreto impugnado; e a Rodrigo da Silva Bacellar, secretário de Estado de governo à época da edição do decreto e autoridade máxima do órgão responsável por dar suporte pessoal ao governador na prática de seus atos (órgão interveniente na descentralização orçamentária), uma vez que apenas pelos atos dos três investigados é que foi possível efetivar as descentralizações orçamentárias que culminaram nas inúmeras contratações ilegais, o que, inevitavelmente, beneficiou também o vice-governador Thiago Pampolha, além do próprio secretário de governo, posteriormente eleito deputado estadual, Rodrigo Bacellar.

### **DO ABUSO DE PODER POLÍTICO-ECONÔMICO**

Registro que se dá o abuso do poder político, “[...] quando o agente público, valendo-se de sua condição funcional e em manifesto desvio de finalidade, compromete a igualdade e a legitimidade da disputa eleitoral em benefício de candidatura própria ou de terceiros (RO nº 172365/DF, Rel. Min. Admar Gonzaga, *DJe* de 27.2.2018; RO nº 466997/PR, Rel. Gilmar Mendes, *DJe* de 3.10.2016)”.

Por seu turno, o abuso do poder econômico, ainda segundo a orientação da Corte Superior eleitoral, “configura-se pelo uso desmedido de aportes patrimoniais que, por sua vultosidade, é capaz de viciar a vontade do eleitor, desequilibrando, em consequência, o desfecho do pleito e sua lisura” (RO-EI nº 3185-62/PA, rel. Min. Luis Felipe Salomão, *DJe* de 15.12.2021) (id. 162201968).

Conforme bem destacado pela PGE, no que tange à imputação da prática abusiva (art. 22, da LC nº 64/1990), o Tribunal local dividiu-se em duas correntes (id. 162848441):

a) majoritária — que não reconheceu o abuso por ausência de finalidade eleitoral, pois:

(a.1) os depoimentos dos servidores do TCE/RJ anotam a existência de irregularidades, mas sem referência a vantagens ou benefícios eleitorais e; as três testemunhas que sugeriram repercussão eleitoreira das contratações confundem o

mero comparecimento em obras públicas dos projetos da CEPERJ com obrigação de realizar propaganda eleitoral;

(a.2) houve concentração de grande parte do valor pago indevidamente como remuneração pela CEPERJ em período anterior ao registro de candidatura e ausência de aumento significativo de gastos no ano eleitoral, comparativamente com os exercícios anteriores;

(a.3) houve vinculação de alguns dos contratados com partidos que compõem a coligação investigante, ressaltando que o reitor da UERJ — entidade que goza de autonomia, inclusive quanto à gestão patrimonial e financeira — concorreu a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT); e

b) Minoritária — que reconheceu o abuso, pois:

(b.1) o depoimento judicial das testemunhas Rodrigo Gaviorno, Mayra Carvalho e Marcos Pimentel relata a obrigação imposta em participar de organização e esquema de cooptação de votos para os investigados Cláudio Castro e Thiago Pampolha Gonçalves;

(b.2) houve desvio de finalidade da CEPERJ por meio do Decreto nº 47.978 firmado pelo governador em 9.3.2022, cerca de 7 meses antes do pleito;

(b.3) houve desvio de recursos públicos com finalidade espúria no ano eleitoral;

(b.4) houve reforço da finalidade eleitoral na manutenção de parte dos projetos criticados ao longo do ano eleitoral, justificando que, após os resultados de auditoria especial do TCE, em 14.9.2022, o investigado Cláudio Castro determinou a extinção de apenas 7 projetos da CEPERJ (dentre os 22).

Assim, para a corrente minoritária, é suficiente para caracterizar a prática abusiva o massivo aporte de recursos públicos derivados de descentralização orçamentária para a CEPERJ e a UERJ, em ano eleitoral, para contratações indevidas de servidores temporários, irregularmente remunerados, a pretexto de execução de programas e projetos de responsabilidade do Governo do Estado.

Com efeito, o decreto estadual que tencionou conferir verniz de legitimidade a todas as movimentações orçamentárias relacionadas à CEPERJ foi editado pelo governador **há menos de 7 meses das eleições.**

Destaco que o fato de o reitor da UERJ ser vinculado a grupo opositor do primeiro investigado **não** elimina, por si, a hipótese de prática abusiva também com relação à universidade, uma vez que o benefício eleitoral era recíproco, convergente a ambos, independentemente do espectro político.

Sobre o ponto, cito trecho do parecer da PGE (id. 162848441, fl. 88):

Em síntese, portanto, a diretriz a ser observada para a equação da controvérsia deve ser voltada para um exame, com bases racionais e fundamentadas, quanto ao grau de lesividade aos valores da legitimidade e normalidade do pleito, tutelado pelo art. 14, § 9º, da Constituição, de modo que — eventual rivalidade política no tocante ao comando da UERJ —, por si só, não é óbice para que os investigados tenham auferidos benefícios concretos no uso da Universidade estadual como forma de incrementar recursos financeiros e permitir contratações para influenciar na isonomia da competição eleitoral.

A legislação relacionada à UERJ (Lei nº 9.255) foi sancionada pelo governador em 27.4.2021. Nada obstante, chama a atenção o fato de, em pleno ano eleitoral, os projetos envolvidos com a UERJ terem aumentado de 500 para cerca de 2.000, isso sem falar na contratação massiva de quase 30.000 funcionários temporários de forma ilegal, mediante pagamentos e em espécie na boca do caixa.

Além disso — ao contrário do sustentado por sua defesa —, o despacho do governador Cláudio Castro extinguindo os projetos impugnados (em 14.9.2022) **não** ocorrera por autoridade própria, senão em momento posterior à liminar exarada na Ação Civil Pública (em 3.8.2022) que já determinava a cessação dos pagamentos indevidos aos pretensos contratados nos projetos impugnados.

A atuação do TCE/RJ, a seu turno, ocorrera de ofício, com auditorias iniciadas a partir de notícias veiculadas pela mídia especializada, sem provocação alguma por parte do governo estadual, conforme depoimento testemunhal (id. 162200601).

A própria testemunha arrolada pela defesa de Cláudio Castro e Tiago Pampolha, **Nathália Emygdia Andrade**, foi peremptória ao atestar que os pagamentos indevidos somente cessaram por força de decisão judicial (id. 162200639).

As provas coligidas (decreto, atos normativos e relatórios do TCE) demonstram que as descentralizações orçamentárias imbricadas com a CEPERJ e a UERJ foram da ordem de **R\$ 600.000.000,00: cerca de R\$ 460.000.000,00 da CEPERJ e R\$ 140.000.000,00 da UERJ**. Ou seja: mais de meio bilhão de reais — valor muito superior ao limite de gastos para candidaturas a governador nas eleições 2022 (quase R\$ 18.000.000,00, cerca de 30 vezes o teto de gastos).

O volume de repasse de recursos para a CEPERJ, tendo por base o exercício de 2020, aumentou 502% em 2021 e, no ano eleitoral de 2022 (até junho), aumentou 2.139%.

Sobre o ponto, cito trecho do acórdão regional (id. 162201968):

Necessário observar a tabela (ID 32120342) em que os investigadores trazem dados da Secretaria de Fazenda expondo o potencial financeiro majorado em altíssimo valor a cada ano, chegando ao ápice justamente no ano eleitoral de 2022.

**Em 2020, a CEPERJ empenhou aproximadamente R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em 2021 passou para cerca de R\$ 127.000.000,00 (cento e vinte e sete milhões de reais) e, no ano eleitoral de 2022, ultrapassou os R\$ 470.000.000,00 (quatrocentos e setenta milhões de reais).**

Note-se que auditoria do Tribunal de Contas do Estado apontou que o Executivo gastou, no período eleitoral de 2022, em torno de R\$ 460.000.000,00 milhões (quatrocentos e sessenta milhões de reais) com projetos na CEPERJ, tendo constatado irregularidades em mais de 20.000 (vinte mil) contratações, incluindo “funcionários fantasmas”.

Conforme o aresto regional, o Banco Bradesco noticia que, apenas no período considerado de 2022, a CEPERJ emitiu 91.788 ordens bancárias de pagamento, favorecendo cerca de 27.665 pessoas físicas em uma despesa que atingiu quase R\$ 250.000.000,00.

No ponto, cito trecho do voto da e. relator acerca da responsabilidade de Cláudio Castro na prática abusiva:

Cláudio Bomfim de Castro e Silva, então governador do Rio de Janeiro e candidato à reeleição, aparece em uma posição central na arquitetura e execução do esquema ilícito. Utilizando-se de suas prerrogativas de chefe do Poder Executivo, não apenas anuiu com as práticas, mas as autorizou, além de ter editado atos normativos que viabilizaram as irregularidades.

A edição do Decreto 47.978/22, em março de 2022, que alterou a estrutura e as atribuições da Fundação CEPERJ, permitiu a contratação precária de milhares de indivíduos sob o manto de um falso interesse público. Tal manobra, ocorrida no ano em que se realizou o pleito, demonstra que a descentralização da execução dos projetos sociais constituía uma estratégia institucional deliberada, visando à reeleição. A sua presença no lançamento e na divulgação dos projetos sociais, atrelando a eles a sua imagem, reforça o viés eleitoreiro dessas ações.

A responsabilidade pessoal de Rodrigo Bacellar resta verificada ao se considerar que foi ele quem determinou a suplementação orçamentária, de modo que seria sua pasta a determinar quais pretensos profissionais seriam os contratados, nada obstante a assessoria jurídica da Casa Civil tenha alertado sobre tal procedimento, alerta que se mostrou insuficiente à desistência do ato pelo investigado, dado que, mesmo assim, sobreveio a assinatura da resolução conjunta para a descentralização de execução de crédito orçamentário para a CEPERJ, no valor de R\$ 22.111.320,00, para mais de setenta projetos do “Pacto RJ”.

Conforme consta do parecer da PGE (id. 162848441):

No transcurso administrativo do feito, todavia, enquanto o processo ainda estava submetido à análise da Procuradoria-Geral do Estado para avaliar o impacto da proposta no Regime de Recuperação Fiscal imposto ao Estado do Rio de Janeiro, Rodrigo Bacellar encaminhou o expediente para análise conclusiva da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento Econômico que, por sua vez, consignou a necessidade de esclarecimentos sobre a quantidade de cargos e a possibilidade de descentralização; mesmo assim, sem aguardar o regular andamento do procedimento, Rodrigo Bacellar determinou que fossem tomadas as providências para o repasse integral da descentralização. Desse modo, é incontroverso que houve especial dedicação do investigado Rodrigo da Silva Bacellar para agilizar a descentralização de recursos orçamentários permitindo, assim, a contratação de servidores temporários, cuja atribuição seria exatamente da Secretaria de Governo que coordenava à época dos fatos.

No ponto, a e. relatora assim fundamenta a responsabilidade de Rodrigo Bacellar:

Rodrigo da Silva Bacellar, então secretário de Estado de Governo, utilizou sua posição estratégica na administração estadual para destinar recursos públicos aos projetos executados pela CEPERJ e UERJ, ignorando questionamentos internos de outros órgãos acerca da legalidade do seu custeio.

Vale frisar que sua responsabilidade não se fundamenta exclusivamente no saque de R\$12.000.000,00 sacados “na boca do caixa” em uma única agência de Campos dos Goytacazes. Esse fato, contudo, em conjunto com sua atuação no sentido de descentralizar recursos para viabilizar os projetos e com os saques efetuados por pessoas a ele relacionadas, tais como sua cunhada e o futuro coordenador de sua campanha eleitoral, não deixa dúvida do seu papel central na articulação do esquema ilícito com fins eleitorais.

Com relação a responsabilidade de Gabriel Lopes, a e. relatora assim dispõe:

Gabriel Rodrigues Lopes, à época presidente da CEPERJ, também é diretamente responsável pelos atos abusivos. Sob sua gestão, a fundação passou a executar projetos sociais por meio da admissão de milhares de trabalhadores temporários, efetuada à margem das normas constitucionais e administrativas, com pagamentos via recibo de pagamento autônomo e saques em espécie, dificultando o controle e a transparência. Mesmo diante de alertas de instituições financeiras sobre o volume atípico de pagamentos “na boca do caixa”, a CEPERJ, sob seu comando, persistiu no método. A entidade, com a sua anuência e participação, foi instrumentalizada visando distribuir recursos públicos de forma dissimulada, convertendo-se em peça fundamental para a consecução dos objetivos eleitoreiros do grupo político.

Com efeito, tanto a corrente vencida quanto a corrente vencedora atestam as graves ilegalidades cometidas pelos investigados. A divergência ocorreu tão somente com relação à existência de finalidade eleitoral nos atos perpetrados.

Desse modo, compete exclusivamente à Justiça Eleitoral aferir se irregularidades cíveis, administrativas ou de qualquer outra natureza têm o condão de macular a legitimidade das eleições. Nesse sentido:

Compete à Justiça Eleitoral apreciar eventuais atos praticados por agentes públicos caracterizadores de improbidade administrativa

quando repercutirem no pleito e tipificarem também ilícito eleitoral.

(AgR-REspEI nº 0600831-20/MG, rel. Min. Isabel Gallotti, julgado em 9.5.2024, DJe de 31.5.2024)

Dessa forma, uma vez constatada a prática dos atos ilícitos, resta ao órgão julgador eleitoral, em seu imprescindível exercício de atividade interpretativa, aquilatar a gravidade dos fatos, de modo a concluir, eventualmente, pela configuração da prática abusiva.

É o caso dos autos, pois a implementação de inúmeros projetos e programas sociais como justificativa para os vultosos repasses de recursos financeiros travestidos de parcerias entre secretarias de governo e a CEPERJ e a UERJ (estratégia de descentralização de recursos orçamentários), a fim de que fossem contratadas dezenas de milhares de servidores temporários sem amparo legal, transparência, publicidade, processo seletivo e plano de trabalho, mediante pagamento por meio da RPA, permitindo “saques na boca do caixa” — sem controle algum — é inegavelmente abusiva, com indubitável gravidade e finalidade eleitorais, notadamente ao se considerar o período em que as descentralizações ocorreram, tudo com vistas a legitimar a perpetuação de poder dos investigados (aspecto qualitativo).

O aspecto quantitativo, por sua vez, está presente quando se considera o volume de beneficiários diretos (cerca 30.000 pessoas), indiretos (incontáveis), bem como o montante multimilionário de recursos envolvidos no esquema, o qual ultrapassou — e muito —, o teto de gastos de candidaturas fixado para as eleições 2022.

Destaco que, consoante o detido cálculo exposto no voto do Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira, os pagamentos realizados aos servidores temporários irregularmente contratados somaram a impactante quantia de R\$ 519.842.120,04 (id. 162200812).

No julgamento do RO-EI nº 1954-70/PR, rel. designado Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 10.11.2020, DJe de 14.12.2021, em que apreciada AIJE por abuso do poder político proposta em desfavor dos candidatos eleitos à chefia do Poder Executivo estadual, consignou-se que “o ato de injetar aproximadamente R\$ 3.000.000,00 no orçamento de 939 famílias paraibanas, por si só, já possuiria a gravidade intrínseca suficiente para caracterizar abuso do poder político, com viés econômico”.

Dessa forma, incide o art. 22 da LC nº 64/1990 sobre três dos investigados (Cláudio Castro, Rodrigo Bacellar e Gabriel Lopes), devendo-se cassar, ainda, o diploma de todos os agentes públicos envolvidos, uma vez que responsáveis diretos ou indiretos.

Por fim, o órgão julgador deve sempre aplicar as regras de experiência comum em sua atividade interpretativa, de acordo com o que ordinariamente se vê no plano dos fatos (art. 375 do CPC), de modo que uma **(a)** análise concatenada da cadeia cronológica dos fatos; **(b)** aliada à vultuosidade dos importes empregados; à luz do **(c)** teor dos depoimentos testemunhais e **(d)** provas materiais coligidas (decretos, atos normativos e relatórios do TCE, denotam, a toda evidência, a manifesta intenção eleitoreira na conduta dos investigados (liame eleitoral).

Nessa linha, os achados do **TCE/RJ**, decorrentes de refinado cruzamento de bases de dados — envolvendo **ordens bancárias de pagamento emitidas pela CEPERJ**, folhas de pagamento oficiais, cadastros de filiados partidários, candidatos, e até registros de pessoas falecidas — reforçam sobremaneira o **caráter eleitoreiro** das contratações realizadas por meio dos projetos investigados.

A auditoria identificou — e os fatos são incontroversos, em virtude da ausência de impugnação específica do articulado na petição inicial do MPE (art. 374, III, do CPC) —, **1.040 pessoas vinculadas a diretórios estaduais de diversos partidos políticos**, sendo a maioria pertencente às legendas que compõem a coligação do então governador. Além disso, foram encontrados **248 indivíduos ligados a diretórios municipais, 79 candidatos não eleitos nas eleições de 2018** e até **pessoas falecidas** entre os supostos beneficiários dos pagamentos.

Esse quadro não é compatível com a finalidade legítima de projetos públicos regulares. Ao contrário, **evidencia a utilização da estrutura da CEPERJ como mecanismo de mobilização de bases político-partidárias**, mediante a inclusão de filiados, dirigentes e candidatos — inclusive aqueles já derrotados em pleitos anteriores — em folhas de pagamento financiadas com recursos públicos, sem transparência, sem controle e mediante saques em espécie na boca do caixa. A presença massiva de pessoas **politicamente engajadas, organizadas e articuladas com diretórios partidários**, recebendo valores públicos à margem dos controles formais, revela que as contratações tinham função **instrumental**, destinada a **alimentar redes de apoio e a fortalecer cabos eleitorais**, assegurando capilaridade política em benefício dos investigados.

Tal cenário reforça que as contratações não buscavam atender a uma demanda administrativa real, mas sim **sustentar um contingente de apoiadores** cuja atuação se mostrava convergente com os objetivos da campanha eleitoral — seja pela presença em eventos, pela mobilização territorial, pela panfletagem, seja pela atuação digital, conforme revelado pelos depoimentos testemunhais.

A constatação de pagamentos a **dirigentes partidários, filiados organizados e candidatos derrotados**, somada à identificação de beneficiários **falecidos**, expõe a completa deturpação do sistema de contratações, demonstrando que a máquina pública foi deliberadamente utilizada para **retroalimentar estruturas eleitorais**, em típico desvio de finalidade incompatível com a normalidade e a legitimidade do pleito.

Assim, os dados apurados pelo TCE/RJ **confirmam e ampliam** a narrativa das testemunhas: as contratações, longe de eventual irregularidade administrativa isolada, integravam **um arranjo amplo, sistemático e orientado ao favorecimento eleitoral**, apto a mobilizar milhares de apoiadores e cabos eleitorais por meio de vínculos remunerados com o Estado. Tal configuração corrobora o nexo entre as irregularidades administrativas e o **abuso do poder político-econômico**, nos termos do art. 22 da LC nº 64/1990, bem como a utilização indevida de bens e serviços custeados pelo poder público, em violação ao art. 73 da Lei nº 9.504/1997.

A experiência comum demonstra que o **influxo multimilionário de recursos**, às vésperas da eleição, direcionado a estruturas paralelas e informais, somado ao recrutamento de indivíduos com atuação política ativa e à ausência de justificativa administrativa para a expansão abrupta dos projetos, **não se explica por motivos técnico-administrativos**, mas por objetivos

de natureza eleitoral.

## **CONCLUSÃO**

Incide, pois, a sanção de inelegibilidade sobre **Cláudio Bomfim de Castro**, dada sua participação direta no esquema (como subscritor do decreto e ascendente hierárquico), sobre **Rodrigo Bacellar** (como chefe da secretaria diretamente envolvida nos fatos ilícitos, além de operador do esquema e subordinado direto do primeiro investigado) e sobre **Gabriel Lopes**, presidente da CEPERJ, fundação diretamente envolvida, porquanto todos esses agentes foram pessoalmente responsáveis pela prática do abuso de poder, cassando-se, por arrastamento, os diplomas de governador de Cláudio Bomfim de Castro e de deputado estadual de Rodrigo da Silva Bacellar.

Por fim, incide também **multa** a todos os agentes envolvidos e beneficiários, tendo em vista o art. 73, II, da Lei das Eleições, na forma do voto da e. relatora, de modo que, **em maior extensão, também condeno os investigados à multa do art. 73, § 4º, da Lei das Eleições em seu patamar máximo (100.000 UFIR), ante a violação ao art. 73, IV do mesmo diploma, com exceção do investigado Thiago Pampolha, sobre o qual aplico a reprimenda em seu patamar mínimo (5.000 UFIR).**

Assim, tal como e. relatora, **não conheço** do recurso ordinário interposto por Marcelo Ribeiro Freixo e pela Coligação A Vida Vai Melhorar, ante a sua intempestividade, ao tempo em que **dou provimento** aos recursos ordinários do Ministério Público para:

a) **cassar** os diplomas de Cláudio Bomfim de Castro e Silva do cargo de governador do Estado do Rio de Janeiro nas Eleições de 2022 e do diploma de Rodrigo da Silva Bacellar do cargo de deputado estadual no citado pleito;

b) **declarar a inelegibilidade** de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes;

c) determinar a realização de novas eleições para os cargos majoritários e a retotalização dos votos para o cargo de deputado estadual; e

d) aplicar **multa** individual no patamar máximo (cem mil UFIR), prevista no art. 73, § 4º, da Lei 9.504/97 para Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes, e multa no patamar mínimo (cinco mil UFIR), prevista no art. 73, § 8º, da Lei 9.504/97, para Thiago Pampolha Gonçalves, pela prática da conduta vedada do art. 73, II, da referida norma.

**Adicionalmente, também condeno os investigados à multa do art. 73, § 4º, da Lei das Eleições em seu patamar máximo (100.000 UFIR), dada a altíssima reprovabilidade da conduta e suas circunstâncias, ante a violação ao art. 73, IV do mesmo diploma, com exceção do investigado Thiago Pampolha, sobre o qual aplico a reprimenda em seu patamar mínimo (5.000 UFIR).**

Destaco, em tempo, **não** haver falar, todavia, na imposição de inelegibilidade à Thiago Pampolha, à míngua de provas que indiquem que o então vice-governador pessoalmente atuou no esquema, nada obstante fosse forçosa a cassação de seu diploma, por sua clara condição de então beneficiário e pelo postulado da unicidade de chapa, condição prejudicada, todavia, em razão de sua posse no cargo de conselheiro do TCE/RJ.

Convém, também, registrar que o MPE não recorreu com relação aos demais investigados.

É como voto.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Agradeço a Vossa Excelência que, portanto, vota acompanhando a Ministra Relatora no sentido de declarar a inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro, Rodrigo Bacellar, Gabriel Lopes, aplicando multa aos agentes envolvidos, na forma do voto de Vossa Excelência, e, quanto a Thiago Pampolha, Vossa Excelência não pode aplicar a cassação a... também aplica... a cassação do cargo não, o afastamento do cargo, porque ele já não é, exatamente na forma do voto da Ministra Relatora.

O SENHOR MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA: Senhora Presidente, apenas acrescento um tópico pequeno...

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Relativo ao art. 73, § 4º.

O SENHOR MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA: ...condeno os investigados à multa também do art. 73, § 4º.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Setenta e três, § 4º.

O SENHOR MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA: Obrigado.

## **PEDIDO DE VISTA**

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): O Ministro Vice-Presidente, Nunes Marques, antecipa o pedido de vista e comunico, portanto – e fica comunicado a toda sociedade –, que este feito está incluído, já de imediato, na pauta do próximo dia 24 deste mês de março, terça-feira. Estou convocando também uma sessão extraordinária para o dia 25, na parte da manhã, se houver a necessidade de continuidade, mas, de toda a sorte, fica convocada essa reunião.

## **PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO (PROVISÓRIO)**

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): E, portanto, proclamo o resultado provisório: que, após o voto do Ministro Vistor, Antonio Carlos Ferreira, no sentido de acompanhar a Relatora, não conhecendo do recurso ordinário interposto por Marcelo Ribeiro Freixo e pela Coligação A Vida Vai Melhorar, rejeitando as preliminares e dando provimento aos recursos ordinários do Ministério Público para cassar os diplomas de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, do cargo de Governador

do Rio de Janeiro, e do diploma de Rodrigo da Silva Bacellar, do cargo de Deputado Estadual. Declarar a inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes. Determinar a realização de novas eleições para os cargos majoritários e retotalização dos votos para o cargo de deputado estadual e aplicar multa individual, no patamar máximo, para Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes e multa, no patamar mínimo, para Thiago Pampolha Gonçalves pela prática das condutas descritas e, adicionalmente, também, condenando os investigados à multa prevista no § 4º do art. 73 da Lei das Eleições, em seu patamar máximo, dada a reprovabilidade, exceção feita apenas ao investigado Thiago Pampolha, ao qual se aplica a reprimenda em seu patamar mínimo. Antecipou o pedido de vista o Ministro Nunes Marques, reincluindo a Presidente o feito em pauta para o retorno da vista na sessão do dia 24 de março deste mês.

Por favor.

O DOUTOR FERNANDO NEVES DA SILVA (Advogado): Primeiro, para homenagear o eminente Vistor pelo seu aniversário. Segundo, Senhora Presidente, o Ministro acolheu o pedido, que a defesa já havia feito, de entregar a cópia do voto, mas nós temos um problema aí: nós não conhecemos o voto da Ministra Relatora Isabel, que não mais integra o Tribunal. E, aí, eu queria pedir a Vossa Excelência se deferia também a entrega do voto dela para a gente poder...

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Pode fazer o pedido por escrito que será devidamente analisado.

O DOUTOR FERNANDO NEVES DA SILVA (Advogado): Espero que deferido também.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Agradeço a Vossa Excelência.

### EXTRATO DA ATA

RO-EI nº 0606570-47.2022.6.19.0000/RJ. Relatora: Ministra Isabel Gallotti. Recorrente: Ministério Público Eleitoral. Recorrido: Cláudio Bomfim de Castro e Silva (Advogados: Fernando Neves da Silva – OAB: 2030/DF e outros). Recorrido: Rodrigo da Silva Bacellar (Advogados: Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro – OAB: 25341/DF e outros). Assistente: União Brasil (UNIÃO) – Nacional (Advogados: José Eduardo Rangel de Alckmin – OAB: 2977/DF e outros). Recorrido: Thiago Pampolha Gonçalves (Advogados: Tiago Paes de Andrade Banhos – OAB: 61030/DF e outros). Recorrido: Gutemberg de Paula Fonseca (Advogados: Allan de Moura Silva Rosário – OAB: 220528/RJ e outros). Recorridos: Leonardo Vieira Mendes e outros (Advogados: Carolina Cruvello D' Avila Reis Figueiredo – OAB: 209651/RJ e outros). Recorrido: Bernado Chim Rossi (Advogados: Jordani Fernandes Ribeiro – OAB: 163454/RJ e outros). Recorrido: Allan Borges Nogueira (Advogados: Fernando Reis de Carvalho Peres – OAB: 171869/RJ e outros). Recorrido: Max Rodrigues Lemos (Advogados: Larissa Paes Leme da Cunha – OAB: 228465/RJ e outros). Recorrido: Marcus Venissius da Silva Barbosa (Advogados: Lauro Vinicius Ramos Rabha – OAB: 169856/RJ e outros). Recorrido: Patrique Welber Atela de Faria (Advogados: Josias Ramos Vieira – OAB: 226862/RJ e outros).

Julgamento conjunto: Recursos Ordinários nº 0606570-47 e nº 0603507-14.

Retomado o julgamento, o Ministro Antonio Carlos Ferreira, acompanhando a Relatora, apresentou voto-vista, em maior extensão, no sentido de não conhecer do recurso ordinário interposto por Marcelo Ribeiro Freixo e pela Coligação A Vida Vai Melhorar, ante a sua intempestividade, ao tempo em que deu provimento aos recursos ordinários do Ministério Público para: a) cassar os diplomas de Cláudio Bomfim de Castro e Silva do cargo de governador do Rio de Janeiro nas Eleições de 2022 e do diploma de Rodrigo da Silva Bacellar do cargo de deputado estadual no citado pleito; b) declarar a inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes; c) determinar a realização de novas eleições para os cargos majoritários e a retotalização dos votos para o cargo de deputado estadual; e d) aplicar multa individual no patamar máximo (cem mil UFIR), prevista no art. 73, § 4º, da Lei 9.504/97 para Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes, e multa no patamar mínimo (cinco mil UFIR), prevista no art. 73, § 8º, da Lei 9.504/97, para Thiago Pampolha Gonçalves, pela prática da conduta vedada do art. 73, II, da referida norma. Adicionalmente, também condenou os investigados à multa do art. 73, § 4º, da Lei das Eleições em seu patamar máximo (100.000 UFIR), dada a altíssima reprovabilidade da conduta e suas circunstâncias, ante a violação ao art. 73, IV do mesmo diploma, com exceção do investigado Thiago Pampolha, sobre o qual aplica a reprimenda em seu patamar mínimo (5.000 UFIR).

Em seguida, antecipou pedido de vista o Ministro Nunes Marques.

Registrada a presença, no plenário, do Dr. Paulo Henrique Teles Fagundes, advogado dos recorrentes Marcelo Ribeiro Freixo e outra.

Não integrou a composição do julgamento o Ministro Villas Bôas Cueva, em razão da preservação do voto da Ministra Isabel Gallotti, proferido em assentada anterior.

Composição do julgamento: Ministras Cármen Lúcia (Presidente) e Estela Aranha, Ministros Nunes Marques, André Mendonça, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Floriano de Azevedo Marques.

Vice-Procurador-Geral Eleitoral: Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

SESSÃO DE 10.3.2026.

### VOTO-VISTA

O SENHOR MINISTRO NUNES MARQUES: Senhora Presidente, na origem, a Coligação A Vida Vai Melhorar e Marcelo Roberto Freixo, candidato derrotado ao governo do Rio de Janeiro no pleito de 2022, ajuizaram ação de investigação judicial eleitoral (AIJE n. 0603507-14) contra Cláudio Bomfim de Castro e Silva (então candidato à reeleição ao cargo de Governador do Rio de Janeiro), Thiago Pampolha Gonçalves (então candidato ao cargo de vice-governador) e Gabriel Rodrigues

Lopes (ex-Presidente da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ), imputando-lhes a prática de abuso do poder econômico, abuso do poder político (art. 22, XIV, da LC n. 64/1990), conduta vedada aos agentes públicos (art. 73, IV, V e § 10, da Lei n. 9.504/1997) e captação e gastos ilícitos de recursos eleitorais (art. 30-A da Lei n. 9.504/1997).

Para os investigadores, houve um aumento exponencial do orçamento e dos valores empenhados pela Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) para executar projetos e programas não regulamentados ou previstos na lei orçamentária.

O Ministério Público Eleitoral, por seu turno, propôs ação de investigação judicial eleitoral (AIJE n. 0606570-47) em face de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Thiago Pampolha Gonçalves, Rodrigo da Silva Bacellar (Secretário de Estado de Governo), Gutemberg de Paula Fonseca (então candidato a deputado federal pelo Partido Liberal), Leonardo Vieira Mendes (então candidato ao cargo de deputado estadual pelo Partido Social Cristão), Áureo Lídio Moreira Ribeiro (então candidato ao cargo de deputado federal pelo Solidariedade), Bernardo Chim Rossi (então candidato a deputado estadual pelo Solidariedade), Allan Borges Nogueira (Subsecretário da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Obras), Max Rodrigues Lemos (então candidato ao cargo de deputado federal pelo PROS), Marcus Venissius da Silva Barbosa (então candidato ao cargo de deputado federal pelo PODEMOS), Patrique Welber Atela de Faria (Secretário de Estado de Trabalho e Renda) e Danielle Christian Ribeiro Barros (Secretária de Estado de Cultura e Economia Criativa).

Alegou o *Parquet* a existência de um esquema de contratação de pessoal, sem concurso público, que alcançou 18 mil pessoas, sendo que a maioria delas se dedicou às campanhas dos investigados, englobando a CEPERJ e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, em julgamento conjunto das AIJEs, por unanimidade, rejeitou as preliminares e, por maioria, julgou improcedentes os pedidos formulados em ambas as ações.

Põe-se em julgamento o recurso ordinário eleitoral interposto pela Coligação A Vida Vai Melhorar e por Marcelo Freixo, bem como o apresentado pelo Ministério Público Eleitoral.

A Procuradoria-Geral Eleitoral manifesta-se pelo não conhecimento do recurso interposto pela Coligação A Vida Vai Melhorar e por Marcelo Freixo, em razão da sua intempestividade (ID 162848440).

Lado outro, a PGE em seu parecer pugna pelo “provimento parcial do recurso interposto pelo Ministério Público Eleitoral para fins de reconhecer: a) a conduta vedada do art. 73, II, da Lei n 9.504/97, fixando-se multa para Cláudio Bomfim de Castro, Gabriel Rodrigues Lopes, Thiago Pampolha Gonçalves e Rodrigo da Silva Bacellar e; b) a prática do abuso de poder político e econômico, cassando o diploma dos investigados eleitos e declarando a inelegibilidade, pelo prazo de oito anos, de Cláudio Castro, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes”( ID 162848440).

É o relato do essencial. **Passo ao voto.**

Antes de avançar sobre o mérito dos recursos ordinários, é necessário que se verifique a tempestividade de cada um deles.

Conforme se extrai dos autos, a publicação do acórdão que julgou os embargos de declaração ocorreu em 29 de julho de 2024 (segunda-feira), portanto, o prazo para a interposição do recurso ordinário pela Coligação A Vida Vai Melhorar e por Marcelo Freixo findou-se em 1º de agosto de 2025 (quinta-feira).

Em razão disso, o recurso ordinário interposto em 2 de agosto de 2025 pelos recorrentes foi protocolizado a destempo (ID 162200883).

Não identificando situação de força maior que justifique a alteração do tríduo legal, mister o reconhecimento da intempestividade do mencionado recurso.

Por outro lado, o recurso interposto pelo Ministério Público Eleitoral é tempestivo.

A intimação da Procuradoria Regional Eleitoral ocorreu em 25 de julho de 2024. A contagem do prazo de 10 (dez) dias, estabelecido no art. 5º, §§ 2º e 3º, da Lei n. 11.419/2026, encerrou-se em 5 de agosto de 2024. O tríduo legal, por seu turno, finalizou em 8 de agosto de 2024, data da efetiva apresentação do recurso pelo *Parquet*.

No tocante às demais preliminares apresentadas, adianto que acompanho integralmente a Relatora.

Detenho-me, apenas, no tocante à questão da alegada nulidade referente à ausência de Ricardo Lodi, reitor da UERJ, no polo passivo da demanda.

A jurisprudência do TSE, a partir do julgamento do RO-EI n. 0603040-10.2018.6.07.0000/DF, ministro Mauro Campbell Marques, *DJe de* 1º de julho de 2021, fixou-se no sentido de rejeitar nulidade calcada na suposta ausência de litisconsorte passivo necessário.

Estabeleceu-se que as ações eleitorais devem ter por alvo o beneficiário da conduta tida por ilícita, não sendo essencial que o autor do ato abusivo integre o polo passivo.

Em razão disso, não há nulidade a ser declarada nas ações ora em julgamento.

Anoto, ainda, que acompanho a relatora no tocante ao trânsito em julgado do acórdão regional em relação aos investigados Gutemberg de Paula Fonseca, Leonardo Vieira Mendes, Aureo Lídio Moreira Ribeiro, Bernardo Chim Rossi, Allan Borges Nogueira, Max Rodrigues Lemos, Marcus Venissius da Silva Barbosa, Patrique Welber Atela e Danielle Christian Ribeiro Barros.

Conforme explicitado por Sua Excelência, os recursos ordinários dirigidos ao TSE não veicularam insurgência quanto à improcedência das ações em relação aos citados investigados.

Antes de adentrar ao mérito recursal, assinalo que se renova neste Tribunal Superior a discussão a respeito da possibilidade de determinado arcabouço fático caracterizar, a um só tempo, quaisquer das condutas vedadas previstas no art. 73 da Lei n. 9.504/1997 e as hipóteses descritas no art. 22, XIV, da LC n. 64/1990.

Com as devidas vênias aos posicionamentos em contrário, reafirmo minha compreensão no sentido de que tal proceder viola o princípio da especialidade das normas, que possui plena aplicação na seara eleitoral.

Conforme fiz ver em inúmeros julgamentos levados a efeito nesta Corte Superior, dentre os quais ganham relevo as ações de investigação judicial eleitoral n. 0600946-27.2022.6.00.0000, 0600972-43.2022.6.00.0000 e 0600984-57.2022.6.00.0000, Relator o ministro Benedito Gonçalves, julgadas em 31 de outubro de 2023, as condutas vedadas descritas

na lei das eleições são espécies tipificadas do gênero abuso de poder.

O legislador, com zelo incomum na seara eleitoral, positivou condutas específicas para as quais criou presunção, *Juris et de jure*, de que se voltam a interferir no pleito.

Rememoro, por relevante, que, logo no *caput* do art. 73 da Lei n. 9.504/1997, o legislador estabeleceu que as ações que estão descritas naquele artigo são, peremptoriamente, “[...] tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais [...]”.

Os abusos mencionados na lei de inelegibilidades, por seu turno, necessitam para sua caracterização que reste demonstrada sua intenção de impactar na disputa eleitoral.

Há, em síntese, relação de gênero e espécie entre a cláusula aberta concernente ao abuso e as figuras típicas, cuidadosamente descritas pelo legislador.

Essa distinção entre condutas vedadas e abuso de poder, seja político seja econômico, longe de dificultar o mister da judicatura eleitoral, permitiu que esta Justiça Especializada avançasse bastante na garantia da lisura das eleições.

A lógica que entendo aplicável pode ser assim resumida: Diante das espécies existentes no art. 73, o intérprete não deve aquilatá-las sob o prisma do abuso. Cumpre, ao revés, aferir a gravidade das condutas, já consideradas, pelo Legislador, como “tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais”, perquirindo-se se, além da multa, devem ensejar também a cassação do registro ou do diploma (§ 4º do art. 73 da Lei das Eleições).

Não se obtendo êxito nesse desiderato, seja porque as condutas não foram praticadas dentro dos períodos proscritos, seja em razão da falta de elementos que revelem a tipicidade da conduta tida por ilícita, deve-se analisar os fatos à luz do abuso de poder em quaisquer de suas formas.

Esse *iter*, que em boa medida foi adotado pelos votos que me antecederam e foi seguido pelo parecer ministerial, reforça o caráter subsidiário das apurações do art. 22, XIV, da LC n. 64/1990.

Assentadas essas premissas, passo à análise dos fatos trazidos a esta Justiça Especializada que, conforme alegado junto ao Regional e reforçados nos recursos ordinários interpostos, foram preponderantes para o sucesso da chapa escolhida para comandar o Estado do Rio de Janeiro.

As ações propostas na origem visam discutir os seguintes fatos:

(i) possível utilização de estruturas administrativas, mediante descentralização de créditos orçamentários, para viabilizar a execução de programas e projetos com potencial impacto eleitoral; (ii) edição do Decreto n. 47.978/2022, em março de 2022, que teria ampliado contratações e despesas públicas em período próximo ao eleitoral; (iii) criação e expansão de programas sociais em ano eleitoral, com destaque para iniciativas como “Esporte Presente”, “RJ para Todos” e outras, acompanhadas de participação institucional do Chefe do Executivo; e (iv) realização de contratações temporárias em número expressivo, por meios simplificados de pagamento, com questionamentos quanto à regularidade dos procedimentos adotados.

Cumpre, conforme o *iter* que indiquei, fazer a glosa dessas ações à luz do art. 73 da Lei das Eleições.

Adianto, quanto ao ponto, que guardo compreensão idêntica à formulada pela Procuradoria-Geral Eleitoral no tocante à ausência de malferimento aos incisos IV e V[1] do art. 73 da Lei n. 9.504/1997.

Com relação ao inciso IV, o *Parquet* afirma expressamente que:

[...] é forçoso reconhecer que não há prova da efetiva distribuição gratuita de bens e serviços custeados ou subvencionados pelo Poder Público nos atos em que houve promoção do Governador do Estado que se tratava de inaugurações de obras e de projetos e programas da administração pública”. Inexiste indicação segura, na hipótese, de que, na oportunidade em que o investigado Cláudio Castro e seus aliados políticos compareceram nas criticadas solenidades de inauguração de prédios, estavam sendo oferecidos os serviços à população. (ID 162848441, fl. 75)

Da mesma forma, compartilho do entendimento formulado no parecer ministerial no sentido de que é inviável que se reconheça em desfavor dos recorridos a conduta vedada descrita no inciso V. Isso porque “não há nos autos comprovação de contratação de servidores temporários no período proscrito” (ID 162848441, fl. 66), ou seja, dentro dos três meses que antecedem o pleito, conforme estabelecido pela lei eleitoral.

Valho-me do citado parecer, igualmente, para afastar a incidência do art. 73, § 10[1], da Lei n. 9.504/1997:

Sem embargo de o voto vencido da Desembargadora Daniela Bandeira expressar que “não houve previsão orçamentária dos valores empenhados nos referidos projetos de governo”, no tocante ao ingresso dos valores recebidos na venda da CEDAE em 2021, porque ausente incremento de despesas entre 2021 e 2022, forçoso reconhecer que não houve prova segura, no transcurso da instrução, de que os “projetos” ou “programas” de governo impugnados se consubstanciem em “programas sociais”, na forma prevista pelo § 10 do art. 73 da Lei nº 9.504/97. Não consta nos autos especificação quanto à exata configuração e natureza dos aludidos projetos, de modo a possibilitar seu enquadramento como programa social que, conceitualmente, é direcionado para atender pessoas hipossuficientes ou vulneráveis. Cabe rememorar que o Tribunal Superior Eleitoral tem feito exame detido da natureza e dos objetivos do programa implementado pela administração pública com a finalidade de enquadramento ao elemento normativo “programa social” contido no art. 73, §10, da Lei nº 9.504/97. [...] Também não é caso de conduta vedada do art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97 em relação ao Programa Casa do Trabalhador - cujo objetivo é implementar política de emprego e geração de renda, bem como estimular a qualificação profissional e a (re)inserção e manutenção dos trabalhadores no mercado de trabalho – porque programa social e programa de implemento de políticas públicas não são nomenclaturas intercambiáveis, para fins da subsunção requestada. (ID

162848441, fls. 77-78)

Finalmente, no tocante à seara dos ilícitos descritos no art. 73, reporto-me ao único ponto de discordância que tenho em relação ao parecer ofertado pela PGE, que se refere à violação do que disposto no art. 73, II, da Lei das Eleições, o qual proíbe o uso de: “materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram”.

Tenho que tampouco há nos autos elementos suficientes para caracterizar a violação da mencionada norma.

É patente que o mero comparecimento de servidores, temporários ou não, em eventos da administração e na inauguração de obras públicas não é suficiente para atingir o bem jurídico tutelado pela norma, quando ausente a expressa conotação eleitoral.

Transcrevo, por oportuno, doutrina de Rodrigo López Zilio que bem elucida os contornos da proteção à eleição buscada pelo legislador quando erigiu a vedação do inciso II:

O presente inciso tem origem no "Caso Humberto Lucena", que teve seu mandato cassado por ter ordenado, às custas da gráfica do Senado, a impressão de 130.000 calendários com propaganda eleitoral em proveito próprio (TSE - RO nº 12.244/PB - j. 13.09.1994-DJ 23.09.1994). **Essa conduta vedada tem por escopo justamente evitar o desvio de finalidade da administração pública, transformando uma prerrogativa de exercício de mandato em uma indevida vantagem na competição eleitoral. [...] Em regra, é lícita a permissão de uso dos materiais e serviços, custeados pelos governos ou casas legislativas, desde que não excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram. Somente o excesso dessas prerrogativas caracteriza a conduta vedada do art. 73, II, da LE.**

[...]

**Assim, mesmo observados os limites estabelecidos nos regimentos e normas dos órgãos que os integram, não é permitido o uso de materiais e serviços para fins privados, ainda que consubstanciado em ato de propaganda eleitoral, pois evidente o desvio de finalidade na aplicação dessas verbas.** Nesse contexto, é fundamental distinguir quando o conteúdo veiculado, por boletim informativo, configura ato de prestação de contas da atividade parlamentar exercida que é permitido e quando transborda para a veiculação de ato de propaganda eleitoral, ainda que subliminar que é vedado pelo inciso II do art. 73 da LE.

Compulsando os elementos de prova existentes nestes autos, não se identifica o uso de “materiais” ou “serviços” em ato que possa ser considerado de pré-campanha em favor dos recorridos.

São apontados pelos recorrentes e pela PGE como elementos aptos a configurar o mencionado ilícito, a existência de três depoimentos, em um universo de milhares de contratações, que efetivamente reportam a existência de pressão para que tivessem atuação eleitoral em favor dos recorridos.

Entretanto, para além de os relatos serem pontuais, considerada a dimensão das contratações efetuadas, eles padecem de inconsistência. Tomemos como exemplo o depoimento de Marcos Pimentel, um dos contratados de forma temporária.

Após mencionar que houve pedido de um engajamento maior, dada a proximidade da eleição, disse que sua atuação era no sentido de **conclamar a população para participar dos eventos de inauguração que seriam realizados.**

Como se sabe, essa prática de convocar os cidadãos para participar desse tipo de evento é corriqueira em todas as esferas da Administração, não sendo devido que seja confundida com a conduta vedada descrita no inciso II do art. 73, mormente, quando realizada há mais de 90 dias da eleição.

Da mesma forma, tem contorno anódino a conclamação dos servidores temporários para que participassem dos eventos realizados pelo próprio órgão ao qual vinculados. Também nesse caso, à míngua de exploração eleitoral concreta, não há falar na prática da mencionada conduta vedada.

Em síntese, não há elemento nos autos que viabilize a glosa das condutas à luz do art. 73 da Lei das Eleições, fato que, a toda evidência, impossibilita a aplicação de multa a quaisquer dos recorridos.

Passo a examinar os fatos sob o prisma do abuso de poder político e econômico, previstos no art. 22, XIV, LC n. 64/1990. Diz o dispositivo:

Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito: [...] XIV – julgada procedente a representação, ainda que após a proclamação dos eleitos, o Tribunal declarará a inelegibilidade do representado e de quantos hajam contribuído para a prática do ato, cominando-lhes sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 8 (oito) anos subsequentes à eleição em que se verificou, além da cassação do registro ou diploma do candidato diretamente beneficiado pela interferência do poder econômico ou pelo desvio ou abuso do poder de autoridade ou dos meios de comunicação, determinando a remessa dos autos ao Ministério Público Eleitoral, para instauração de processo disciplinar, se for o caso, e de ação penal, ordenando quaisquer outras providências que a espécie comportar; XVI – para a configuração do ato abusivo, não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas apenas a gravidade das circunstâncias que o

caracterizam.

Em síntese, discute-se a contratação de servidores temporários pela CEPERJ e pela UERJ, aproximadamente 27 mil, além do aumento de repasses de valores do Estado para o custeio dos projetos e programas dessas entidades em 2022. Volto a transcrever, por relevante, a síntese dos fatos em apuração:

- i. criação e ampliação de programas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, com execução por meio da CEPERJ e da UERJ;
- ii. realização de contratações em número expressivo, com pagamentos por meio de RPAs e saques em espécie, conforme apontado em acórdão do TCE (ID 162200656);
- iii. repasses orçamentários significativos à CEPERJ e à UERJ, concentrados nos anos de 2021 e 2022;
- iv. existência de três depoimentos que que indicariam possível relação entre as contratações e o contexto eleitoral;
- v. participação de Ricardo Lodi, reitor da UERJ no pleito de 2022 por partido que fazia oposição central à chapa encabeçada pelo recorrente Cláudio Castro;

A jurisprudência deste Tribunal Superior há muito estabeleceu os parâmetros necessários para identificar a ocorrência de abuso do poder econômico. Em apertada síntese, o abuso dos poderes político e econômico ocorre pelo uso exorbitante de recursos patrimoniais, **sejam eles públicos ou privados**, de forma a comprometer a isonomia da disputa eleitoral e a legitimidade do pleito em benefício de determinada candidatura (AgR-REspE n. 1057-17.2016.6.27.0007/TO, ministro Jorge Mussi, *DJe* de 13 de dezembro de 2019).

É dizer que, para a configuração do abuso, mister que as ações praticadas impactem, concretamente, a disputa eleitoral.

Nossos precedentes, por outro lado, afastam a necessidade de que haja a comprovação matemática do papel decisivo dessas ações no resultado do pleito. Exige-se, apenas, que possuam gravidade, aferida, cumulativamente, sob os aspectos qualitativo e quantitativo.

Não se admite, por outro lado, condenação fundada em presunções ou ilações genéricas.

Pois bem.

É estreme de dúvida que as cifras envolvidas neste caso concreto são superlativas. Segundo restou demonstrado, os convênios com a CPERJ e a UERJ alcançaram valores expressivos e resultaram na contratação de aproximadamente 27 mil pessoas. Na hipótese de se concluir, a partir das provas existentes nos autos, que essas contratações realmente foram efetivadas para beneficiar as candidaturas dos recorridos, impõe-se sua condenação.

Ocorre que, conforme pretendo demonstrar, os elementos existentes não se traduzem em um grau de certeza que permita apenas os integrantes da chapa eleita no pleito de 2022 para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, tampouco os demais recorridos, com as duras penas previstas no art. 22, XIV, da LC n. 64/1990.

Rememoro, por relevante, que, no âmbito nacional, a eleição de 2022 foi a mais disputada entre todas as que foram realizadas após a redemocratização.

No que interessa ao caso discutido nestes autos, o abuso alegadamente perpetrado tinha por peça-chave, além do governador que buscava a reeleição pelo Partido Liberal, o reitor da UERJ, Ricardo Lodi.

Conforme o próprio parecer ministerial, o indigitado reitor era filiado ao Partido dos Trabalhadores, “sigla partidária que faz oposição aos investigados”, tendo disputado uma vaga na câmara federal pela mencionada agremiação.

É dizer, na espécie, que um dos principais artífices do alegado abuso ocorrido no pleito estadual para o cargo de governador do Rio de Janeiro era membro destacado de um dos partidos centrais da coligação opositora.

Tal contradição não passou despercebida pelo redator para o acórdão na origem, Desembargador Eleitoral Marcello Granado. Colaciono, por oportuno, a análise feita quanto ao aspecto pluripartidário das contratações:

A meu ver, não faz sentido imaginar que partidos políticos (ou pessoas a eles filiadas), como, por exemplo, PC do B, PSOL, PT e PSB (de acordo com as citadas planilhas, todos esses partidos tiveram candidatos filiados nas eleições de 2018 e posteriormente contratados pelo CEPERJ), participariam de um engenhoso esquema de cooptação de votos para seus adversários políticos. Por outro lado, não seria irrazoável supor que inúmeros partidos, independente do espectro político, pudessem participar de contratações públicas supostamente irregulares com objetivos espúrios diversos, não vinculados ao pleito eleitoral. Aliás, não seria o primeiro caso nesse sentido, o que não cabe aqui abordar. No que se refere à UERJ, também citada na segunda AIJE como tendo efetuado contratações irregulares com finalidade eleitoreira, o seu próprio reitor foi candidato à deputado federal pelo PT nessa mesma eleição de 2022. Também foge à lógica imaginar que esse reitor, filiado e candidato pelo PT, estivesse participando de um esquema de cooptação de votos para a chapa formada pelo atual Governador CLÁUDIO BONFIM DE CASTRO E SILVA. Não se podendo ignorar, aqui, que, nos termos do art. 207 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, a UERJ goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, sendo certo, aliás, que foi esse próprio reitor o responsável por aprovar a “Proposta Orçamentária da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, referente ao exercício de 2022”. (ID 162200812)

O desembargador acrescenta, ainda, em outro ponto de seu voto:

Também sobre as supostas contratações irregulares no âmbito da CEPERJ, o Exmº Relator destaca que foi aparentemente beneficiada com projetos da Universidade a então candidata ao cargo de deputado federal nessa mesma eleição de 2022, Daniela Maia, filha do candidato a Vice-Governador na chapa derrotada de um dos autores da primeira AIJE (Marcelo Freixo), o que reforça, mais uma vez, que é extremamente improvável que as supostas irregularidades tenham tido finalidade eleitoral.

Compartilho da leitura feita pelo acórdão regional que, precipuamente, a execução dessas ações pela CEPERJ e pela UERJ voltam-se a atender a agenda política do Poder Executivo estadual, sendo escassos os elementos eleitorais necessários para a procedência das AIJEs.

Nesse diapasão, ganha relevo o alegado caráter eleitoreiro das contratações.

É de se indagar como a existência de apenas 3 depoimentos, em um universo de 27 mil contratações, seria suficiente para comprovar a intenção de impactar o pleito que ocorreria em 2022.

Não há filmagens ou quaisquer outros elementos concretos que tenham registrado as ações desses contratados servindo à pré-campanha dos recorridos.

Parte significativa das ações confessadas no bojo dos referidos depoimentos, conforme indiquei na parte inicial do meu voto, dão conta apenas da participação dos contratados em eventos e inaugurações levadas a efeito no âmbito das instituições a que vinculadas.

Em resumo, a par da afirmação de que existia pressão para adesão à pré-campanha dos recorridos, não foram trazidas aos autos provas materiais que ilustrem a materialização dessa participação.

No tocante à conotação eleitoral das ações abusivas descritas no art. 22, XIV, da LC n. 64/1990, ao contrário das hipóteses que envolvem as condutas vedadas, exige-se a comprovação de sua ligação com o pleito, mormente quando praticadas antes do período eleitoral.

No caso ora em análise, entretanto, os elementos efetivamente presentes do desiderato eleitoral dessas contratações são, para dizer o mínimo, esquivos.

Tome-se, por exemplo, os depoimentos testemunhais dos servidores do TCE/RJ Ana Maria Furbino Bretas Barros (ID 32082607), Marcus Paulo Peixoto Mendes (ID 32082618), Ricardo Luiz França (ID 32044708) e Amélia Norma Cardoso da Silva (ID 32044609).

A tônica das oitivas é uma só e volta-se à existência de irregularidades na condução dos programas em execução no âmbito da CEPERJ e da UERJ, sem, contudo, poder ser identificada qualquer referência ao alegado uso eleitoral desses programas.

Como se sabe, é da competência desta Justiça Especializada fazer a análise vertical da eventual conotação eleitoreira dos atos praticados pela administração pública, mas a ausência de menção ao aspecto eleitoral chama a atenção.

No tocante aos depoimentos prestados por Rodrigo Gaviorno, Mayra Carvalho e Marcos Pimentel, que, como se sabe, são elementos centrais na caracterização da conotação eleitoreira dos programas e das contratações, vale trazer a lume o voto vencedor proferido pelo Desembargador Eleitoral Marcello Granado. Confira-se:

[...] o voto do Exmº Relator traz, concretamente, apenas os depoimentos das testemunhas RODRIGO GAVIORNO, MAYRA CARVALHO e MARCOS PIMENTEL como supostos elementos de uma repercussão eleitoreira das contratações, afirmando que eles teriam relatado “terem sido obrigadas a participar de verdadeira organização e esquema de cooptação de votos para os réus Cláudio Castro e Thiago Pampolha”. Para além disso, vejo apenas uma genérica presunção de que as irregularidades haveriam de ter repercussão no pleito eleitoral, como se tratasse de uma consequência automática dos fatos narrados – o que, com a devida vênia, não é o caso.

Conforme bem ponderado pelo mencionado desembargador, os depoimentos, a rigor, partem de uma simples presunção de que as contratações teriam impacto no pleito que ocorreria naquele ano, sem trazer elemento concreto que corrobore essa premissa.

Também constou do mencionado voto a existência de depoimentos que, em sentido contrário, afastam o multicitado caráter eleitoreiro da atuação dos contratados:

[...] outras testemunhas ouvidas durante a instrução foram categóricas em afastar a utilização dos contratados pelo CEPERJ em eventos de caráter eleitoreiro. Nesse sentido:

Testemunha VICTOR BORGES LOPES DE SOUZA (que trabalhou no projeto CIDADE INTEGRADA e foi arrolado pelo investigado ALLAN BORGES NOGUEIRA): **“que em nenhum momento foi falado para o depoente qualquer ordem no sentido de fazer campanha política nas suas redes sociais; que nunca ouviu nada a respeito disso; que isso também não existia in loco; que na verdade faziam panfletagem comunicando a população que ia ter a inauguração de uma obra, mas nada vinculado a votar em algum candidato; que era um panfleto institucional do governo do Estado”**. Testemunha NATHÁLIA EMYGDIA ANDRADE (coordenadora de políticas sociais do Centro de Estatística, Pesquisa e Estudos da CEPERJ e que foi arrolada pela defesa dos investigados CLÁUDIO BONFIM DE CASTRO E SILVA e THIAGO PAMPOLHA GONÇALVES): **“que a depoente não sofreu nenhuma ingerência política, eleitoreira, nenhuma influência da eleição, nomeia A ou B, faz isso, corre com isso, porque tem que atender o deputado A ou B”; que a depoente não tem notícias de ninguém que tenha trabalhado com a depoente tenha sofrido pressão; (...) que a depoente não viu, não presenciou atos de propaganda, distribuição de material de campanha,**

**coisas de política, eleitoral;** que, durante o trabalho da depoente, em nenhum momento foi induzida por ninguém, nem pelo Gabriel, indicando em quem a depoente deveria votar ou alguém deveria votar, sendo que ele, em nenhum dia, agendou algum tipo de reunião ou falou com os trabalhadores lá 'olha, vocês precisam votar em alguém especificamente'; (...) **que ninguém citou a proximidade das eleições como motivo para o aumento desses projetos."**

Para além disso, com as devidas vênias aos pensamentos em contrário, outros fatos retiram a segurança para a formação de um decreto condenatório por parte desta Justiça Especializada.

Refiro-me à evolução da disputa eleitoral para o governo do Estado.

A questão foi assim sintetizada pelo TRE/RJ:

20. A chapa do governador investigado foi eleita em primeiro turno com um total de 4.930.288 votos (58,67% dos votos válidos), com uma ampla distância para o segundo colocado (que se trata, justamente, de um dos autores da primeira Ação de Investigação Judicial Eleitoral), qual seja, aproximadamente 2.600.000 votos. Apesar de a "potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição" não ser mais elemento caracterizador do abuso imputado, não é desprezível a expressiva votação alcançada pelo então candidato e governador no pleito eleitoral ora impugnado, especialmente quando comparada com a dimensão das supostas contratações irregulares. 21. Mesmo após a liminar deferida nos autos da já mencionada ACP em agosto de 2022 (onde se determinou a suspensão dos projetos do CEPERJ), o então candidato à reeleição continuou aumentando sua distância para o segundo colocado nas pesquisas eleitorais, tal qual se verifica das divulgações pelos meios de comunicação social colocadas aos autos. De fato, foi a partir de setembro que houve um crescimento vertiginoso na intenção de voto registrada para esse candidato. (ID 162200812)

Em suma, o Regional atesta que tanto a suspensão liminar dos pagamentos relacionados aos convênios com a CEPERJ e a UERJ em agosto como a posterior extinção definitiva de parte dos programas em setembro não trouxeram quaisquer impactos negativos no desempenho eleitoral dos recorridos.

Em verdade, o TRE/RJ explicita que foi no mês de setembro que, segundo as pesquisas eleitorais, a campanha da chapa encabeçada por Cláudio Castro ganhou os votos necessários para vencer a disputa em primeiro turno.

Sublinho, por relevante, o resultado do pleito majoritário no Estado do Rio de Janeiro. A candidatura dos recorridos, que alcançou a vitória no primeiro turno, obteve 58,67% dos votos, tendo conquistado mais que o dobro dos votos do segundo colocado. Foram 4.930.288 votos contra 2.300.980 votos.

Cumpra mencionar, ainda quanto ao ponto, que a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral consolidou-se no sentido de que, havendo dúvida sobre a ocorrência ou não do ilícito eleitoral ou, ainda, na existência de incerteza com relação ao seu real impacto no pleito, deve-se prestigiar o resultado da eleição, porquanto reflexo da soberania popular.

Nesse sentido, as palavras do ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, nos autos do RO 0600086-33.2018.6.27.0000/TO, *DJe* de 29 de maio de 2018, *in verbis*: "[...] Em caso de dúvida razoável da melhor interpretação do direito posto, vigora, na esfera peculiar do Direito Eleitoral, o princípio do *in dubio pro suffragio*, segundo o qual a expressão do voto popular e a máxima preservação da capacidade eleitoral passiva merecem ser prioritariamente tuteladas pelo Poder Judiciário".

Cito, também:

ELEIÇÕES 2016. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. VEREADOR. ABUSO DE PODER ECONÔMICO E CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. NECESSIDADE DE ROBUSTEZ PROBATÓRIA. PROVAS INÁBEIS PARA COMPROVAR A PRÁTICA DOS ILÍCITOS. GRAVIDADE. INOCORRÊNCIA. AGRAVO PROVIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL E JULGAR IMPROCEDENTE A AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. 1. A prática de captação ilícita de sufrágio, descrita no art. 41-A da Lei nº 9.504/1997, consubstancia-se com a oferta, a doação, a promessa ou a entrega de benefícios de qualquer natureza pelo candidato ao eleitor, em troca de voto, que, comprovado por meio de acervo probatório robusto, acarreta a cominação de sanção pecuniária e a cassação do registro ou do diploma. 2. Na espécie, a condenação do recorrente se embasou apenas em denúncias anônimas e na apreensão de drogas, santinhos e títulos eleitorais na casa dos investigados, sem que houvesse provas de que esses seriam cabos eleitorais do candidato. 3. **Das provas carreadas aos autos, em especial a transcrição dos depoimentos das testemunhas, não é possível o reconhecimento da captação ilícita de sufrágio imputada ao então candidato, atraindo a incidência do princípio do *in dubio pro suffragio*.** 4. **No tocante ao abuso do poder econômico, a compreensão deste Tribunal Superior é firme no sentido de que o ilícito se caracteriza pela utilização desmedida de aporte patrimonial que, por sua vultosidade e gravidade, é capaz de viciar a vontade do eleitor, desequilibrando a lisura do pleito e seu desfecho. Precedentes.** 5. **No caso dos autos, também nesse ponto, o caderno probatório dos autos não alcança a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, porquanto nenhum dos elementos específicos foi comprovado, não restando demonstrado de que forma uma posição econômica privilegiada foi utilizada para obter desproporcional vantagem eleitoral.** 6. Conclui-se que as provas produzidas carecem da robustez suficiente a demonstrar a ocorrência da captação ilícita de sufrágio e do abuso de poder econômico, de modo que resta inviabilizada, destarte, a aplicação das sanções previstas nos arts. 41-A da Lei nº 9.504/1997 e 22, XIV, da Lei Complementar nº 64/1990, impondo-se a reforma do acórdão regional. 7. Provimento do agravo e do recurso especial eleitoral para julgar improcedente a ação de investigação judicial eleitoral ajuizada contra Leonardo José dos Santos Maciel. (AI n. 0000685-43.2016.6.14.0003/PA, ministro Edson Fachin, *DJe* de 19 de março de 2021, grifos nossos)

Finalmente, destaco que não é objeto das apurações levadas a efeito nesta Justiça Especializada a legalidade, isoladamente considerada, dos convênios e das contratações derivadas dos acordos firmados entre o Estado do Rio de Janeiro e as entidades multicitadas (CEPERJ e UERJ).

Investiga-se, em verdade, apenas sua vinculação com o pleito de 2022 e, caso existente essa relação, os impactos na eleição disputada.

Cassações de mandatos, no âmbito da Justiça Eleitoral, constituem, devemos sempre lembrar, providência excepcional vocacionada ao restabelecimento da soberania popular, sempre que demonstrado que a vontade do eleitorado foi comprometida por práticas que vulneraram, de modo significativo, a paridade de armas e a lisura do processo eleitoral.

Não se qualificam, portanto, como instrumento de punição simbólica, ainda que as condutas possam atrair severo tratamento em outras searas, sob pena de revelar barateamento dos mandatos.

Nessa perspectiva, a jurisprudência desta Corte tem reiteradamente afirmado que a medida extrema da cassação somente se legitima diante de condutas que, sob os prismas quantitativo e qualitativo, revelem gravidade suficiente para macular a normalidade e a legitimidade das eleições, de modo a comprometer a higidez da formação da vontade popular.

A soberania popular, fundamento estruturante do regime democrático, não se protege pela substituição indevida da escolha legítima do eleitor, sob pena de inversão axiológica que transforme a medida em fator de instabilidade da própria representação política.

Assim, ainda que os fatos examinados ostentem relevância jurídica e, em juízo próprio, possam vir a merecer reprovação, não se evidencia, no caso concreto, a presença da gravidade qualificada que justifica a incidência da sanção máxima do Direito Eleitoral.

Registro que o próprio TRE/RJ, corretamente, a meu sentir, determinou a expedição de ofício ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para apuração da responsabilidade criminal dos envolvidos nos litígios que deram origem às ações eleitorais.

Reitero, contudo, que as ações que tramitam nesta Justiça visam identificar, exclusivamente, a repercussão eleitoral dos atos praticados, sendo vedados juízos condenatórios fundados em presunção.

Com as devidas vênias aos votos em contrário, entendo que a repercussão eleitoral não restou comprovada, de forma que a manutenção do acórdão regional é medida que se impõe.

Ante o exposto, voto no sentido de acompanhar a Relatora apenas no tocante ao não conhecimento do recurso ordinário interposto por Marcelo Ribeiro Freixo e pela Coligação A Vida Vai Melhorar.

Por outro lado, dirijo de Sua Excelência para negar provimento ao recurso ordinário interposto pelo Ministério Público Eleitoral, mantendo incólume o acórdão regional.

É como voto.

[1] § 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

[1] Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

[...]

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público;

V - **nomear, contratar ou de qualquer forma admitir**, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, *ex officio*, remover, transferir ou exonerar **servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos**, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados:

## VOTO

O SENHOR MINISTRO FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES: Senhora Presidente, trata-se de recursos ordinários interpostos pelo Ministério Público Eleitoral, pela Coligação A Vida Vai Melhorar e por Marcelo Ribeiro Freixo, candidato não eleito ao cargo de governador nas Eleições de 2022, contra acórdão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro que, por unanimidade, rejeitou as questões preliminares e, no mérito, por maioria, julgou improcedentes os pedidos nas Ações de Investigação Judicial Eleitoral 0603507-14.2022.6.19.0000 e 0606570-47.2022.6.19.0000, por entender não configurados abuso do poder político e econômico e condutas vedadas a agentes públicos.

A respeito das aludidas ações de investigação judicial eleitoral, registro que:

a) a AIJE 0606570-47.2022.6.19.0000 foi proposta pelo Ministério Público Eleitoral em desfavor de: **Cláudio Bomfim de Castro e Silva**, reeleito ao cargo de governador do Estado do Rio de Janeiro nas Eleições de 2022; **Thiago Pampolha Gonçalves**, eleito vice-governador; **Rodrigo da Silva Bacellar**, ex-secretário da Secretaria de Estado de Governo no primeiro mandato do governador investigado e reeleito ao cargo de deputado estadual nas Eleições de 2022; **Danielle Christian Ribeiro Barros**, **Patrique Welber Atela de Farias** e **Allan Borges Nogueira**, ex-secretários e ex-subsecretário do governo estadual, respectivamente; **Áureo Lídio Moreira Ribeiro** e **Max Rodrigues Lemos**, deputados federais; **Gutemberg de Paula Fonseca** e **Marcos Venissius da Silva Barbosa**, candidatos a deputado federal não eleitos; **Leonardo Vieira Mendes** e **Bernardo Chim Rossi**, deputado estadual e suplente, respectivamente. Alegou-se a prática de abuso do poder político e econômico e das condutas vedadas a agentes públicos previstas no art. 73, II, IV e V, da Lei 9.504/97;

b) a AIJE 0603507-14.2022.6.19.0000 foi movida pela Coligação A Vida Vai Melhorar e por Marcelo Ribeiro Freixo em desfavor de: **Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Thiago Pampolha Gonçalves e Gabriel Rodrigues Lopes**, ex-presidente da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), atribuindo-lhes a prática de abuso de poder político e econômico, condutas vedadas aos agentes públicos descritas no art. 73, IV, V e § 10, da Lei 9.504/97 e captação e gastos ilícitos recurso de campanha (art. 30-A da Lei das Eleições).

Em apertada síntese, narra-se nas referidas ações a existência de suposto esquema institucionalizado no governo estadual do Rio de Janeiro, envolvendo a contratação de milhares de trabalhadores temporários, sem critérios objetivos – os quais seriam pagos mediante Recibo de Pagamento Autônomo (RPA) para evitar a sua inclusão na folha regular de pagamento de pessoal e com a realização de saques em espécie, dificultando a identificação dos destinatários –, bem como a execução de projetos sociais criados ou ampliados no ano eleitoral, mediante desvio da finalidade da CEPERJ e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com o intuito de favorecer as candidaturas do governador Cláudio Bomfim de Castro e Silva e dos demais investigados.

De acordo com os investigadores, houve aumento expressivo das despesas empenhadas pela CEPERJ entre 2020 e junho de 2022, em grande parte com recursos oriundos do leilão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE). Ademais, quanto aos supostos fatos relacionados à UERJ, aponta-se que o acréscimo de transações bancárias por meio de saques na boca do caixa teria sido tão significativo no ano de 2022 que teria levado a instituição bancária responsável pelos pagamentos a notificar as autoridades responsáveis.

Além disso, o governador e os demais candidatos investigados teriam comparecido a grande número de inaugurações de novas unidades de projetos sociais implementados pela CEPERJ e pela UERJ ao longo do ano eleitoral, bem como promovido sua intensa divulgação, com explícita associação às suas figuras. Também teria sido imposta aos contratados a exigência de que, sob pena de desligamento, comparecessem a eventos correlatos, arregimentassem pessoas para participar das inaugurações e fizessem postagens em seus perfis em redes sociais, como se fossem cabos eleitorais.

Em decisão por apertada maioria (4 a 3 votos), o TRE/RJ julgou improcedentes os pedidos formalizados nas ações de investigação judicial eleitoral em apreço, por entender pela fragilidade do conjunto probatório para demonstrar a finalidade eleitoral das condutas e a sua gravidade para desequilibrar o pleito, embora reconhecendo a existência de indícios de irregularidades administrativas nas contratações. Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados, também por maioria (acórdãos de IDs 162200812 e 162200855 do RO-EI 0603507-14; e 162201968 e 162202020 do RO-EI 0606570-47).

Nos recursos ordinários interpostos pelo Ministério Público Eleitoral, pugna-se pela declaração de nulidade do acórdão regional por deficiência de fundamentação e error in procedendo, com o retorno dos autos ao Tribunal de origem para novo julgamento, e, no mérito, postula-se a reforma do aresto para julgar procedentes os pedidos nas ações de investigação judicial eleitoral, a fim de que seja reconhecida a prática de abuso de poder político e econômico e de condutas vedadas a agentes públicos, com aplicação das seguintes sanções (IDs 162200872 do RO-EI 0603507-14 e 162202027 do RO-EI 0606570-47):

a) na AIJE 0606570-47: i) cassação dos diplomas de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Thiago Pampolha Gonçalves e Rodrigo da Silva Bacellar; ii) declaração de inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva e Rodrigo da Silva Bacellar; iii) aplicação de multa aos três recorridos no valor máximo, com base nos arts. 14, § 9º, da Constituição Federal, 22 da Lei Complementar 64/90, e 73, II, IV e V, da Lei 9.504/97;

b) na AIJE 0603507-14: i) cassação dos diplomas de Cláudio Bomfim de Castro e Silva e Thiago Pampolha Gonçalves; ii) declaração de inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva e Gabriel Rodrigues Lopes; iii) aplicação de multa aos três recorridos no valor máximo, com base nos arts. 14, § 9º, da Constituição Federal, 22 da Lei Complementar 64/90, e 73, IV, V e § 10, da Lei 9.504/97.

Por sua vez, A Coligação A Vida Vai Melhorar e Marcelo Ribeiro Freixo defendem a tempestividade do seu recurso ordinário, apontam omissão do aresto recorrido quanto às razões para desconsiderar a infração ao § 10 do art. 73 da Lei 9.504/97, e afirmam que a participação ou ciência do governador não é importante para cassação de diploma, mas apenas para imposição de inelegibilidade, bem como defendem a impossibilidade de se desconsiderar a interferência nas eleições decorrente do impacto decorrente da quantidade expressiva de contratações de quase 30 mil pessoas, sem nenhum critério e há poucos meses das eleições, sendo inequívocos o abuso de poder político e econômico e a conduta vedada.

Requerem o conhecimento e o provimento do recurso para condenar os recorridos na forma postulada na inicial, cassando os diplomas de Cláudio Bomfim de Castro e Silva e Thiago Pampolha Gonçalves, e declarando a inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva e Gabriel Rodrigues Lopes.

Foram apresentadas contrarrazões nos autos do RO-EI 0603507-14 por Gabriel Rodrigues Lopes, Thiago Pampolha Gonçalves e Cláudio Bomfim de Castro e Silva (IDs 162200881, 162200883 e 162200885, respectivamente). Nos autos do RO-EI 0606570-47, apresentaram contrarrazões os recorridos Áureo Lídio Moreira Ribeiro, Leonardo Vieira Mendes e Danielle Christian Ribeiro Barros (ID 162202034), Allan Borges Nogueira (ID 162202036), Marcus Venissius da Silva Barbosa (ID 162202038), Thiago Pampolha Gonçalves (ID 162202041), Max Rodrigues Lemos (ID 162202043), Rodrigo da Silva Bacellar (ID 162202048) e Cláudio Bomfim de Castro e Silva (ID 162202050).

A douta Procuradoria-Geral Eleitoral se manifestou pelo não conhecimento do apelo manejado pela Coligação A Vida Vai Melhorar e por Marcelo Ribeiro Freixo, e pelo provimento parcial do recurso ordinário do Ministério Público Eleitoral (IDs 162848440 do RO-EI 0603507-14 e 162848441 do RO-EI 0606570-47).

Feito esse breve relatório, louvo o substancial voto da eminente relatora, Ministra Isabel Gallotti, dada a costureira profundidade vertical de fundamentos expostos na apreciação dos recursos ordinários ora em exame.

Passo à apreciação das preliminares suscitadas nos recursos e nas contrarrazões.

## 1. QUESTÕES PRELIMINARES.

### 1.1. Intempestividade do recurso ordinário dos investigadores. Acolhimento.

Deve ser acolhida a preliminar de intempestividade do recurso ordinário dos investigadores, suscitada nas contrarrazões apresentadas pelos recorridos Gabriel Rodrigues Lopes, Thiago Pampolha Gonçalves e Cláudio Bomfim de Castro e Silva (IDs 162200881, 162200883 e 162200885 do RO-EI 0603507-14).

Com efeito, o acórdão regional referente ao julgamento dos embargos de declaração foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico de 29.7.2024, segunda-feira (certidão de ID 162200862 do RO-EI 0603507-14), de modo que a contagem do prazo recursal de três dias teve início em 30.7.2024, terça-feira, e findou em 1º.8.2024, quinta-feira. Todavia, o recurso ordinário dos investigadores foi manejado apenas no dia 2.8.2024 (ID 162200864 do RO-EI 0603507-14), quando já decorrido o tríduo previsto no art. 276, § 1º, do Código Eleitoral.

Quanto ao ponto, pugna-se pelo conhecimento do recurso ordinário sob os seguintes argumentos: i) a contagem do tríduo legal somente se iniciaria após o decurso do prazo de dez dias, a partir de suposta intimação eletrônica; e ii) houve motivo de força maior que teria impedido o exercício profissional do advogado que assina a petição recursal e ensejaria devolução do prazo.

Todavia, não assiste razão aos investigadores, ora recorrentes, quanto à alegação de que a contagem do prazo recursal de somente se iniciaria após o transcurso do interregno de dez dias contados de suposta intimação eletrônica.

Isso porque, diferentemente do sustentado no recurso ordinário, a intimação dos investigadores não ocorreu pela disponibilização do ato de comunicação no sistema de PJE, mas, sim, pela publicação do acórdão dos embargos no Diário de Justiça Eletrônico, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei 11.419/2006.

Coerentemente com isso, a imagem de tela apresentada no bojo do recurso ordinário em apreço demonstra que o sistema de PJE registrou ciência dos investigadores em 29.7.2024 (ID 162200864, p. 2), precisamente a data de publicação do acórdão referente ao julgamento dos embargos de declaração no DJE.

Também não há falar em coexistência, na espécie, de intimações por publicação no diário oficial e por meio eletrônico, a fim de privilegiar essa última, pois inexistente nos autos elemento que demonstre que teria havido também intimação eletrônica endereçada à coligação e ao candidato investigadores.

Nesse sentido, assinalo que o art. 21 da Res.-TSE 23.417 – que institui o Processo Judicial Eletrônico da Justiça Eleitoral – estabelece a regra de que “as intimações endereçadas aos advogados ou às partes por eles representadas deverão ser feitas no Diário de Justiça Eletrônico, hipótese em que a contagem dos prazos rege-se na forma prevista nos §§ 3º e 4º do art. 4º da Lei nº 11.419, de 2006, exceto no período eleitoral, em que será observado o disposto no art. 48 desta resolução”.

Ademais, de acordo com a jurisprudência deste Tribunal Superior, “consoante previsto nos § 2º do art. 4º da Lei nº 11.419/2006, a publicação no DJE substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para todos os efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exijam intimação ou vista pessoal, o que, contudo, não é o caso dos autos” (AREspE 0600447-28, rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJE de 2.8.2022).

Desse modo, publicado o ato no Diário de Justiça Eletrônico e ausente regra especial que determine a intimação pessoal ou a vista pessoal, considera-se intimada a parte para todos os fins legais, dispensando-se, em tal hipótese, a intimação eletrônica prevista no art. 5º da Lei 11.419/2006. Nessa linha de entendimento: AREspE 0600447-28, rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJE de 2.8.2022; e AgR-AREspE 0601109-90, rel. Min. Sérgio Banhos, DJE de 8.6.2022).

Na espécie, a comparação realizada pelos recorrentes com a contagem do prazo para o Ministério Público Eleitoral não pode ser acolhida, pois há previsão legal de intimação pessoal do órgão ministerial, nos termos do art. 18, II, h, da Lei Complementar 75/93 (AgR-AI 2-68, rel. Min. Luiz Fux, DJE de 7.12.2017), ao passo que a coligação e o candidato recorrentes não têm tal prerrogativa.

Portanto, a contagem do prazo para recurso, tendo como termo inicial a data da publicação do acórdão dos embargos no Diário de Justiça Eletrônico, longe afrontar os arts. 22, I e II, da Res.-TSE 23.417, e 5º da Lei 11.419/2006, está de acordo com disposto no art. 4º, § 2º, da Lei 11.419/2006 e com a jurisprudência deste Tribunal Superior a respeito da matéria, acima citada.

Ademais, também não merece acolhimento a alegação de que haveria motivo de força maior para a devolução do prazo para recurso. Quanto ao ponto, os recorrentes afirmam que a genitora do advogado subscritor foi submetida a cirurgia em 27.7.2024, tendo alta hospitalar em 28.7.2024, e que problemas médicos pós-operatórios teriam exigido que o causídico a acompanhasse até 1º.8.2024, o que teria impedido o exercício profissional nesses dias.

Todavia, em que pese a alegação de que, após o período eleitoral, o subscritor do recurso ordinário passou a atuar isoladamente no processo, observa-se que há outros seis advogados constituídos nos autos para representação processual dos investigadores. Além disso, conforme já decidido por este Tribunal Superior, *mutatis mutandis*: “A doença que acomete o advogado somente se caracteriza como justa causa idônea para ensejar a devolução do prazo recursal quando o impossibilita de forma absoluta para o exercício da profissão ou para substabelecer o mandato, o que não ficou demonstrado na espécie” (AgR-AREspE 0602449-48, rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJE de 1º.4.2022). Na mesma linha de entendimento: AgR-AREspE 0600345-12, rel. Min. Isabel Gallotti, DJE de 2.9.2024.

Conforme dito acima, o acórdão regional referente ao julgamento dos embargos de declaração foi publicado no DJE de 29.7.2024, segunda-feira, de modo que o prazo recursal de três dias (art. 276, § 1º, do Código Eleitoral) teve início em 30.7.2024, terça-feira, e findou em 1º.8.2024, quinta-feira, o que evidencia a intempestividade do recurso ordinário interposto pelos investigadores apenas no dia 2.8.2024, quando já decorrido o tríduo legal.

Assim, impõe-se o não conhecimento do recurso ordinário eleitoral interposto pela Coligação A Vida Vai Melhorar e por Marcelo Ribeiro Freixo.

## 1.2. Intempestividade do recurso ordinário do Ministério Público Eleitoral. Rejeição.

De forma diversa, deve ser rejeitada a alegação de intempestividade do recurso ordinário do Ministério Público Eleitoral, a qual foi arguida nas contrarrazões apresentadas pelo recorrido Cláudio Bomfim de Castro e Silva (ID 162200885 do RO-EI 0603507-14 e ID 162202050 do RO-EI 0606570-47).

Quanto ao ponto, o recorrido, valendo-se de informações obtidas por meio da consulta processual disponível no Portal da Transparência do Ministério Público Federal, alega que o órgão ministerial foi intimado em 26.7.2024, sexta-feira, data em que os autos deram entrada na assessoria da Procuradoria Regional Eleitoral e foram recebidos no gabinete do Procurador Regional Eleitoral, mas o recurso ordinário foi interposto somente em 8.8.2024. Sustenta que a contagem do prazo recursal teria se iniciado em 29.7.2024, segunda-feira, de forma que o apelo deveria ter sido interposto até o dia 31.7.2024, quarta-feira, sendo o apelo intempestivo por ter ultrapassado o tríduo legal, ante a inexistência de feriado no período ou de alegação recursal nesse sentido.

Todavia, tais alegações não merecem acolhimento.

O art. 5º, § 1º, da Lei 11.419/2006 dispõe que “considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização”, e, por sua vez, o § 3º do referido artigo estabelece que “a consulta referida nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo”.

Na espécie, não há nos autos nenhum indicativo de que o representante do Ministério Público Eleitoral tenha registrado ciência do acórdão em data anterior ao decurso do decêndio referido no § 3º do art. 5º da Lei 11.419/2006.

Assim, a situação dos autos é precisamente a prevista no § 2º do art. 5º da Lei 11.419/2006, pois a intimação pessoal foi realizada no dia 26.7.2024, sexta-feira (ID 162200860 do RO-EI 0603507-14) e no dia 25.7.2024, quinta-feira (ID 162202025 do RO-EI 0606570-47), passando a correr o prazo de dez dias para ciência do órgão ministerial, o qual se encerrou em 4.8.2024, domingo (prorrogando-se para o primeiro dia seguinte), e 5.8.2024, respectivamente, datas nas quais se considera realizada a intimação automaticamente. Por conseguinte, o marco inicial do prazo recursal foi o dia 5.8.2024, segunda-feira, e o tríduo legal se encerrou em 8.8.2024, quinta-feira, quando foi manejado o recurso do MPE (ID 162200872 do RO-EI 0603507-14 e ID 162202027 do RO-EI 0606570-47).

Incide, portanto, a orientação de que, “em conformidade com o disposto no art. 5º, § 3º, da Lei nº 11.419/2006, c/c o art. 22 da Res.-TSE nº 23.417/2014, considera-se efetivada a intimação eletrônica no dia em que o intimado efetivar a consulta eletrônica do teor da intimação, o que pode ocorrer em até 10 dias, contados da data de seu envio, sob pena de a intimação ser considerada automaticamente realizada na data do término desse prazo. Precedentes do STJ. Preliminar de intempestividade rejeitada” (RO-EI 0608788-87, rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJE de 29.9.2021).

Ademais, os precedentes citados pelo recorrido, segundo os quais o marco inicial para contagem do prazo seria o recebimento dos autos no serviço administrativo do Ministério Público Eleitoral (AgR-REspe 141-37, rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJE de 13.4.2016; AgR-REspe 151-81, rel. Min. Henrique Neves da Silva, DJE de 18.11.2014; e acórdão do STF no HC 191.244, rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJE de 3.12.2020) dizem respeito a autos físicos, o que não é o caso sob apreciação, devendo prevalecer a norma especial atinente aos processos em meio eletrônico prevista na Lei 11.419/2006.

Assim, deve ser afastada a preliminar de intempestividade do recurso do órgão ministerial, pois a intimação do Ministério Público Eleitoral foi realizada nos dias 26.7.2024, sexta-feira (RO-EI 0603507-14), e 25.7.2024, quinta-feira (RO-EI 0606570-47). Considerando que a intimação se consumou em 4.8.2024, domingo (prorrogando-se para o primeiro dia seguinte), e 5.8.2024, respectivamente, os recursos ordinários manejados pelo MPE em 8.8.2024, são tempestivos.

## 1.3. Da alegação de decadência, por não inclusão oportuna do dirigente da instituição universitária no polo passivo da AIJE.

O recorrente Cláudio Bonfim de Castro e Silva alega, em suas contrarrazões (ID 162202050, p. 24) e ainda que de forma genérica e sem pedido específico, que o Ministério Público teria optado por incluir no polo passivo da AIJE os candidatos que estavam fora da área de atuação da universidade e da fundação, sem incluir, no caso da UERJ, o candidato diretamente responsável pela gestão administrativa, financeira e patrimonial da instituição universitária, com inegável autonomia preconizada pelo art. 207 da Constituição Federal.

Defende que essa falha macula o processo desde o início, devendo ser reconhecida a decadência no caso concreto, com a extinção do feito, porquanto inviável o chamamento do reitor após o transcurso do prazo para ajuizada da ação eleitoral.

Não obstante a alegação formulada, anoto que a jurisprudência do Tribunal firmada a partir das Eleições de 2018 (RO-EI 0603040-10, rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJE de 1º.7.2021) firmou-se no sentido de que as previsões da “AIJE não depende[m] da inclusão, no polo passivo, de pessoas apontadas como responsáveis pela conduta abusiva, sem prejuízo de que figurem como litisconsortes facultativos dos candidatos” (AREspE 0600161-88, rel. Min. André Mendonça, DJE de 23.9.2024), ou seja, não há falar, assim, em exigência de litisconsórcio passivo necessário a resultar em eventual configuração de decadência e extinção de demanda.

De fato, em sede de AIJE não é aplicável tout court o princípio da incindibilidade da ação penal. A ausência no rol de investigados de um ou outro agente a que se possa eventualmente imputar participação no eventual abuso ou corresponder conduta congênere dos demais investigados não impede o prosseguimento da ação em relação aos investigados listados.

Ademais, no caso, vertente, embora as condutas que alegadamente tenham transcorrido de forma semelhante no âmbito da UERJ, elas não se confundem com aquelas aqui investigadas relacionadas à precipuamente CEPERJ e outros órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Se houve conduta abusiva e ela foi praticada também no âmbito da universidade, é de lamentar tanto que se haja havido a macular a prestigiosa universidade fluminense e que tenha havido proposital seletividade em se recortar as condutas

supostamente abusivas.

Portanto, ainda que seja criticável o não arrolamento de agente da UERJ na AIJE, a não inclusão dele em específico não se mostra relevante, até mesmo considerando que os fatos predominantemente dizem respeito a condutas em relação a COPERJ, ente que não é dotado de autonomia administrativa, de modo que o liame jurídico é distinto. O fato de eventual prática abusiva ter se desenvolvido por outros candidatos disputantes, por grei adversária, não torna a conduta isenta de investigação.

Por tais razões, rejeito tal alegação de decadência.

#### 1.4. Ausência de representação legal da coligação recorrente. Prejudicialidade.

Ante a intempestividade do recurso ordinário interposto pela Coligação A Vida Vai Melhorar e por Marcelo Ribeiro Freixo, fica prejudicada a preliminar de ausência de representação legal da coligação recorrente, suscitada nas contrarrazões de Gabriel Rodrigues Lopes (ID 162200881 do RO-EI 0603507-14).

#### 1.5. Nulidade absoluta do acórdão recorrido, por ausência de fundamentação e error in procedendo. Omissão e negativa de prestação jurisdicional. Insubsistência das alegações.

Nas razões recursais, o Órgão Ministerial suscita, preliminarmente, a nulidade absoluta do acórdão recorrido, integralizado pelo aresto que julgou os embargos de declaração, por omissão e ausência de fundamentação, em afronta aos arts. 93, IX, da Constituição Federal, 275 do Código Eleitoral, 489, § 1º, IV, e 1.022 do CPC e, ainda, ao Tema 339 do STF, e pugna pelo retorno dos autos à origem para novo julgamento.

Sustenta que a Corte de origem, ao julgar improcedentes os pedidos, restringiu-se a analisar as condutas em relação ao primeiro investigado, Cláudio Castro, Governador reeleito do Estado do Rio de Janeiro, para absolvê-lo, sem examinar os fatos detidamente e sem individualizar as condutas em relação aos outros recorridos, a despeito da oposição de embargos de declaração.

Entendo que a alegação não prospera, porquanto as matérias foram enfrentadas pela Corte de origem, por meio de decisão devidamente fundamentada. Ademais, o eventual acolhimento da tese de deficiência de fundamentação e de omissão do julgado não implicaria a impossibilidade de se reanalisar o conjunto probatório, tendo em vista o efeito devolutivo insculpido no art. 1.013, § 1º, do CPC, aplicável aos recursos de natureza ordinária.

Ressalte-se que, em sede de cognição ampla e exauriente, é permitido ao Tribunal ad quem analisar os elementos constantes dos autos, considerando todas as questões suscitadas e debatidas no processo, ainda que não tenham sido objeto de exame pelo Tribunal a quo no acórdão recorrido, desde que relativas ao capítulo impugnado.

Sendo assim, e tendo em vista a necessária observância do dever da celeridade dos feitos eleitorais, em consonância com o princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, inciso LXXVIII, da CF/88, afasto a preliminar apontada.

Com efeito, conluo pela insubsistência da tese de nulidade do acórdão recorrido e pelo não acolhimento do pedido de retorno dos autos à Corte de origem para novo julgamento.

#### 1.6. Nulidade por cerceamento de defesa. Afastamento.

Segundo o recorrido Gabriel Rodrigues Lopes, o compartilhamento de provas, produzidas na AIJE 0606570-47 – ajuizada pelo Ministério Público Eleitoral –, notadamente as testemunhais, teria lhe causado prejuízo, na medida em que não fez parte do polo passivo daquele feito e não teve oportunidade de inquirir as testemunhas, razão pela qual teria havido nulidade por cerceamento de defesa.

Na espécie, a matéria foi enfrentada em sede de agravo regimental nos autos da AIJE 0603507-14, em cujo julgamento a Corte de origem consignou que “as partes foram intimadas a respeito das provas produzidas nos autos de nº 0606570-47.2022.6.19.0000 – trazidas a estes autos – e tiveram a oportunidade de tecer suas considerações, com plena observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, não havendo qualquer irregularidade na instrução” (ID 162200775, grifo nosso).

Com efeito, não há falar em nulidade, porquanto, acerca do tema, é assente o entendimento deste Tribunal de que é possível a utilização de prova emprestada originada de processo do qual não tenha figurado como parte aquela contra quem venha a ser utilizada, desde que lhe seja permitido o contraditório e a ampla defesa. Nessa linha, os seguintes julgados desta Corte: AgR-AREspE 421-83, rel. Min. Sérgio Banhos, DJE de 23.5.2022; REspe 652-25, red. para o acórdão Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJE de 2.5.2016.

Ainda sobre o assunto, destaco o entendimento do STJ no sentido de que, a teor do art. 372 do CPC, “uma vez garantido às partes do processo o contraditório e ampla defesa por meio de manifestação quanto ao teor da prova emprestada [...] não há vedação para sua utilização, ainda que não exista identidade de partes com relação ao processo na qual foi produzida” (AgRg no AREsp 1.104.676, rel. Min. Jorge Mussi, Quinta Turma, DJE de 1º.2.2019).

Por essas razões, deve ser afastada a alegada nulidade processual.

#### 1.7. Ilegitimidade e falta de interesse recursal do Ministério Público. Afastamento.

O recorrido Thiago Pampolha Gonçalves sustenta a ilegitimidade recursal do Ministério Público, sob o argumento de que, nos autos da AIJE 0603507-14, a ação foi intentada apenas por Marcelo Ribeiro Freixo e pela Coligação A Vida Vai

Melhorar, razão pela qual o Parquet não teria legitimidade para interpor apelo.

No entanto, a legitimidade recursal do Órgão Ministerial está expressamente prevista no art. 996 do CPC, segundo o qual “o recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro prejudicado e pelo Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica”, razão pela qual é insubsistente a tese de ilegitimidade recursal do Parquet. Nesse sentido: REspEI 0600001-81, rel. Min. Isabel Gallotti, DJE de 5.2.2024.

Portanto, afastado a preliminar de ilegitimidade e de falta de interesse recursal do Ministério Público.

1.8. Violação ao princípio da unirrecorribilidade. Recursos interpostos pelo Ministério Público contra um único título judicial. Discussão dos mesmos fatos. Preclusão consumativa. Insubsistência da tese.

Segundo o recorrido Thiago Pampolha Gonçalves, o Parquet protocolou recurso ordinário na AIJE 0603507-14 e também na AIJE 0606570-47, atacando o mesmo título judicial, na mesma data, mas em horários diferentes, em ofensa ao princípio da unirrecorribilidade, razão pela qual pugna pelo não conhecimento do apelo interposto em segundo lugar, nos autos da AIJE 0603507-14, devido à incidência de preclusão consumativa.

Sobre o tema, é cediço o entendimento de que a interposição de dois recursos contra o mesmo ato judicial exige o não conhecimento do segundo em razão do princípio da unirrecorribilidade recursal e da preclusão consumativa. Nessa linha: AgR-RE-REspEI 0600408-42, rel. Min. Cármen Lúcia, DJE de 25.6.2025; ED-AgR-REspEI 0600025-88, rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, DJE de 1º.4.2025.

Entretanto, na espécie, não obstante o julgamento das ações tenha sido em conjunto, considerada a similaridade dos fatos, os apelos foram protocolados em autos diferentes.

Frise-se que a ação de investigação judicial eleitoral ajuizada pelo Ministério Público (AIJE 0606570-47), por conter maior número de investigados, é mais abrangente do que aquela intentada nos autos da AIJE 0603507-14, o que torna insubsistente a tese de que os apelos protocolados pelo Parquet nas duas AIJEs teriam sido em duplicidade.

Portanto, a tese é totalmente improcedente.

1.9. Deficiência de fundamentação do recurso do Ministério Público. Matéria que se confunde com o mérito recursal.

Marcus Venissius da Silva Barbosa sustenta a deficiência de fundamentação do recurso do Ministério Público Eleitoral, sob o argumento de que o Parquet não teria indicado provas robustas, indícios e circunstâncias para demonstrar a ocorrência dos fatos imputados ao ora recorrido, o que implicaria a incidência dos verbetes sumulares 284 do STF e 27 do TSE e, por consequência, a inadmissibilidade recursal.

Por sua vez, Áureo Lídio Moreira Ribeiro, Leonardo Vieira Mendes e Danielle Christian Ribeiro Barros alegam haver inépcia da petição recursal em razão de supostamente não deixar claro se eles seriam recorridos, aduzindo o recurso ministerial não os teria mencionado, referindo-se apenas à absolvição dos doze investigados, o que prejudicaria o exercício dos direitos à ampla defesa e ao contraditório, aludindo nesse particular às Súmulas 284 e 287 do STF.

Quanto ao ponto, entendo que tais alegações se confundem com o próprio mérito do recurso ordinário, cujas razões serão analisadas por esta Corte em sede de cognição ampla, a partir dos elementos constantes dos autos, considerando todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido objeto de decisão, desde que relativas ao capítulo impugnado do acórdão objeto do recurso, por força do efeito devolutivo insculpido no art. 1.013, § 1º, do CPC.

Ademais, o Tribunal ad quem tem ampla margem de apreciação no recurso ordinário para exame das provas dos autos, não estando limitado pela fundamentação do apelo apresentado pelo órgão ministerial.

Sendo assim, as alegações atinentes à suposta ausência de indicação de provas robustas para ensejar a procedência do decreto condenatório, bem como à suscitada inépcia do recurso ministerial serão examinadas no âmbito do mérito recursal, considerada a amplitude do efeito devolutivo.

1.10. Preliminar de impossibilidade de cumulação objetiva de abuso de poder e conduta vedada aos agentes públicos nas ações de investigação judicial eleitoral sob apreciação.

A douta Procuradoria-Geral Eleitoral suscita questão não alegada pelas partes, defendendo a possibilidade de cumulação objetiva de ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder e condutas vedadas aos agentes públicos, considerando que, nas eleições federais e estaduais, a AIJE é de competência do Corregedor Regional Eleitoral e as representações especiais se inserem na competência dos juízes auxiliares, sendo eventualmente redistribuídas aos membros titulares após o dia 19 de dezembro do ano da eleição.

Na espécie, as duas ações de investigação judicial eleitoral foram distribuídas ao Corregedor Regional Eleitoral (IDs 162200385 do RO-EI 0603507-14 e 162201085 do RO-EI 0606570-47) e ambas têm como objeto a apuração de abuso de poder de forma concomitante com condutas vedadas, com base nos mesmos fatos.

Com efeito, o art. 96-B da Lei 9.504/97 estabelece que “serão reunidas para julgamento comum as ações eleitorais propostas por partes diversas sobre o mesmo fato, sendo competente para apreciá-las o juiz ou relator que tiver recebido a primeira”. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, a inserção de tal dispositivo na legislação eleitoral tem o principal objetivo reproduzir entendimento consolidado na jurisprudência do TSE, “confirmando a celeridade da Justiça Eleitoral e reforçando a segurança jurídica, já que evita decisões contraditórias proferidas em juízos diversos” (ADI 5.507, rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJE de 3.10.2022).

Além disso, há muito este Tribunal Superior admite que, nas ações de cassação de competência originária dos

tribunais eleitorais, haja cumulação objetiva de ação de investigação judicial eleitoral e representação especial, sob a relatoria do Corregedor Regional Eleitoral, sobretudo com o objetivo de evitar desmembramento do feito e o risco de prolação de decisões conflitantes.

Nesse sentido: “A representação proposta para apurar, concomitantemente, abuso de poder e violação à Lei 9.504/97 deve ser julgada sob a relatoria do Exmo. Sr. Corregedor” (AgR-REspe 27.991, rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJE de 17.6.2009. Na mesma linha: RO 2.339, rel. Min. Marcelo Ribeiro, DJE de 27.3.2009.

Com efeito, observo que, não obstante se trate de norma editada após as eleições em que teriam ocorrido os fatos alegados nestes autos, o art. 4º da Res.-TSE 23.735, de 27.2.2024, reflete a orientação predominante neste Tribunal ao dispor que as ações eleitorais relativas a abuso de poder e condutas vedadas – entre outras citadas no seu art. 1º –, “quando versarem sobre o mesmo fato e forem propostas por partes diversas ou com capitulação jurídica distinta, poderão ser reunidas sob a mesma relatoria ou no mesmo juízo para julgamento conjunto (Lei nº 9.504/1997, art. 96-B)”, prevendo, em seu § 3º, que, “se for determinada, a reunião das ações será no juízo que tiver recebido a primeira delas, salvo se alguma for de competência de corregedoria, hipótese na qual essa unidade receberá as ações (Código de Processo Civil, art. 58; Lei Complementar nº 64/1990, arts. 19, caput, e 24)” (grifo nosso).

Ademais, em julgado referente às eleições gerais de 2018, e cuja orientação não sofreu modificação para as demandas do pleito de 2022, este Tribunal Superior reafirmou a orientação jurisprudencial de que “não há óbice a que haja cumulação de pedidos na AIJE, apurando-se concomitantemente a prática de abuso de poder e a infração ao art. 73 da Lei nº 9.504/97, seguindo-se o rito do art. 22 da LC nº 64/90” (AgR-RO-EI 0602936-45, rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE de 7.2.2022).

Desse modo, inexistente óbice à apreciação concomitante das alegações de abuso de poder e de conduta vedada nas AIJEs propostas na espécie.

Assim apreciadas as matérias preliminares, passo à análise do mérito.

## 2. MÉRITO.

Como antes já referido, a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) ajuizada pelo candidato opositor tem seu objeto mais limitado ao alegado desvirtuamento de finalidade da CEPERJ, para atender à campanha de reeleição do Governador e beneficiar seu grupo político apoiador, mediante termos de parceria firmados ao final de 2021 e no primeiro semestre de 2022, em maior parte com secretarias do governo estadual, para potencializar programas sociais existentes ou lançar novos no ano eleitoral, financiados com verbas públicas, o que teria sido legitimado, no entendimento dos autores, a partir do Decreto Estadual 47.978 de 9.3.2022 da lavra do Governador.

A segunda ação, proposta pelo Ministério Público, além da CEPERJ, também contempla o mesmo suposto esquema institucionalizado para atuação em projetos sociais promovidos pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – em parceria com órgãos do governo estadual, para promoção de candidaturas e cooptação de votos no pleito de 2022, mediante descentralização de créditos das secretarias de estado.

Passo, então, ao exame dos recursos ordinários do Ministério Público em ambas demandas propostas, dada a improcedência assentada na Corte fluminense.

### 2.1. Alegação de abuso do poder político e econômico. Contratação de servidores temporários e aumento de repasse de valores para custeio de programas pela CEPERJ e UERJ.

Alegou-se na inicial que houve contratação excessiva e irregular de mais de 27.000 servidores temporários pela CEPERJ e UERJ, com aumento alegadamente substancial do repasse de valores do Estado para custeio de programas das referidas entidades no ano de 2022.

Em linhas gerais, a Corte de origem reconheceu as irregularidades em tela, ficando a controvérsia adstrita à finalidade eleitoral dos atos ilícitos.

Na ótica da maioria formada na origem, conduzida pelo voto do Desembargador Eleitoral Marcello Granado, não ficou evidenciada a finalidade eleitoral, tendo em vista que:

- a) os testemunhos de servidores do Tribunal de Contas do Estado comprovam as irregularidades, mas sem indicativo de vantagens ou benefícios eleitorais;
- b) as três testemunhas que sugeriram o caráter eleitoral das contratações confundem o mero comparecimento a obras públicas dos projetos do CEPERJ com a realização de propaganda eleitoral;
- c) a maior parte dos valores repassados indevidamente pela CEPERJ foi paga no período anterior ao período do registro de candidatura, sem constatação de aumento significativo de gastos no ano eleitoral;
- d) vinculação de alguns contratados com partidos com a coligação investigante.

A esses fundamentos, o Desembargador Eleitoral acresceu que as principais irregularidades apontadas, em especial o lançamento dos projetos da CEPERJ e UERJ, a contratação irregular de servidores temporários e o pagamento por meio em espécie, já ocorriam desde 2021.

Os argumentos adotados pela maioria formada no TRE/RJ não prosperam, conforme abaixo indicado.

### 2.1.1. Irrelevância da opinião dos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro acerca da finalidade eleitoral.

Como visto, o acórdão recorrido é farto em trazer a opinião, vertida em depoimentos, de servidores dos TCE/RJ acerca da suposta ausência de indicativo de benefício eleitoral.

O fundamento é juridicamente irrelevante.

A uma, porque não compete ao TCE ou aos seus servidores aferir o impacto eleitoral de condutas ilícitas praticadas por candidatos. Essa atribuição é exclusiva da Justiça Eleitoral, por mais abrangente que se queira entender o plexo de competências das Cortes de Contas.

A duas, porque todos sabemos que condutas ilícitas ou abusivas em ambiente eleitoral podem buscar interferir no pleito, mas, ao final, não lograr êxito. Isso não retira a ilicitude, a abusividade, nem muito menos a punibilidade de tais condutas.

A três, porque, mais que o “indicativo” – mesmo considerando o reflexo potencial direto de condutas como as ora investigadas –, deve ser analisado o que moveu a conduta tendente a afetar a normalidade e legitimidade do pleito, e não o resultado concreto. O abuso é ilícito em si e independe da obtenção de eventual resultado. Do contrário, argumentar-se-ia que a conduta abusiva inexistiu porque foi coibida pelo MP. Igualmente nada releva a alegação de que foram beneficiados candidatos de vários partidos e matizes políticas.

Segundo, porque se o candidato à reeleição mobiliza a máquina e recursos públicos de forma inusual e artificial para promover a sua gestão ou alavancar a presença em atos políticos, ele está cometendo abuso para reforçar a imagem do gestor público, com óbvio proveito eleitoral. Se a conduta abusiva se converter em cem, mil ou cem mil votos, não é relevante. Importa ver o potencial de influência no pleito.

Entregar obras faz parte da gestão. Fornecer cestas básicas também. Porém, da mesma forma que esta Corte Superior julga como abusivo o aumento artificial e exponencial do fornecimento de cestas básicas no ano eleitoral (e não só no período de campanha), igualmente não pode entender normal que se arregimentem trabalhadores temporários adrede contratados para simplesmente irem fazer número (ora com colete, ora sem colete) em eventos de inauguração de obras. Igualmente esta Corte tem entendido abusiva a aceleração e a alavancagem artificiais de programas em ano eleitoral.

O argumento do período de desembolso anterior à candidatura é igualmente insubsistente. Primeiro, porque, quando se trata de Chefe do Executivo e candidato à reeleição, o registro de candidatura é irrelevante para atribuir a condição de candidato.

Segundo, porque é incontroverso que o esquema foi viabilizado pela edição do Decreto, oportunamente perpetrado em 14 de março do ano eleitoral.

No que diz com a existência de contratados – e acrescento eu, mesmo candidatos – de partidos ou coligações divergentes, o argumento ressoa um tanto desconexo.

À Justiça Eleitoral compete garantir a paridade de armas e a higidez do pleito eleitoral como bens jurídicos em si. Desimporta se o ilícito eleitoral, se a conduta caracterizadora seja eclética, ecumênica ou universal. Importa a tríade abuso – gravidade – potencial benefício eleitoral. A universalização do ilícito não tisa a ilicitude, nem impede a punição.

Logo, o argumento é de uma irrelevância jurídica patente.

Feitos esses registros, passo diretamente ao exame do abuso, iniciando pelo alegado abuso do poder econômico decorrente de repasses de vultosos recursos públicos, em desvio de finalidade.

Em primeiro lugar, destaco que um dos principais elementos para a análise do caso consiste na edição do Decreto 47.978/2022, por meio do qual o Governo do Estado viabilizou a descentralização financeira de recursos administrativos e, no caso específico da CEPERJ, a ampliação da finalidade institucional dessa entidade.

Por meio desse instrumento administrativo, foram repassados, apenas no exercício de 2022, os valores da ordem das centenas de milhões de reais, sem nenhum critério objetivo nem proporcionalidade com os gastos em anos anteriores. E esse valor não foi maior devido à ação do MPE e à decisão jurisdicional obstativa.

Em segundo lugar, porque os números impressionam, sobretudo quando cotejados com os exercícios anteriores, mais especificamente os anos de 2021 e 2022. Segundo consta da informação trazida pelo Banco Bradesco, que instrui a Ação Civil Pública 0207873-93.2022.8.19.0001 e o Procedimento Preparatório Eleitoral que embasa a AIJE 0606570-47, os repasses para a CEPERJ no ano de 2021 foram 502% maiores do que aqueles utilizados em 2020. E mais impressionante: até junho de 2022, o aumento foi da ordem de 2.139%. Eis os valores consolidados:

Ano	Valor empenhado (R\$)	Valor pago (R\$)	Percentual
2020	21.618.225,82	19.747.783,22	0
2021	127.432.213,88	139.992.287,29	502%
2022	473.905.833,99	378.754.461,04	2.139%

Outro aspecto para a mensuração econômica dessa conduta foi bem destacado no parecer da douta Procuradoria-Geral Eleitoral (ID 162848441 do RO-EI 0606570-47, pp. 95-96):

*A conclusão de que, no primeiro semestre de 2022, foram gastos mais de meio bilhão de reais para contratações irregulares de servidores terceirizados é particularmente significativa e de gravidade impar, sobretudo quando se observa que o limite de gastos para o Governo do Estado do Rio de Janeiro nas eleições 2022 (considerado o primeiro turno) foi de R\$ 17.788.806,16, ou seja, o valor gasto com repasse de recursos e contratação de servidores no primeiro semestre do ano da eleição alcançou valores*

*correspondentes a quase 30 vezes o teto de gastos de campanha a Governador do Rio de Janeiro.*

Portanto, seja sob a ótica dos números absolutos, seja pela análise do crescimento ano a ano das verbas empregadas, ou mesmo levando-se em conta o limite de gastos, está devidamente evidenciado que a legitimidade e normalidade do pleito foram maculadas pelo emprego desproporcional de recursos financeiros em favor dos investigados.

É importante que se deixe claro: a própria edição do referido decreto pelo governo, associada ao repasse de centenas de milhões de reais, em total descompasso com os valores investidos em anos anteriores e sem um planejamento claro das ações a serem desenvolvidas, é conduta reveladora do abuso do poder econômico. Trata-se do emprego desproporcional de recursos, apenas no ano eleitoral e sem políticas públicas devidamente identificadas, em evidente quebra da paridade de armas e da normalidade do pleito.

Ressalto que esta Corte Superior já teve a oportunidade de analisar conduta similar, mantendo o reconhecimento do abuso do poder econômico quando identificada a majoração excessiva de gastos no ano eleitoral:

*7. A Corte de origem assentou que as transferências de recursos do Município para a Associação dos Universitários de Cascavel (AUC) ocorreram fora das diretrizes legais e orçamentárias. Além disso, apontou que a prestação do serviço de transporte subsidiado por essa verba deu-se apenas em maio, junho, agosto, setembro e outubro, o que demonstra finalidade eleitoral. O óbice da Súmula 24/TSE impede rever tais conclusões.*

*8. Identificou-se irregularidade em programa de estágio contratado pela Prefeitura em 2015, com gastos majorados no ano do pleito - em mais de 400% - e drasticamente reduzidos no ano seguinte, sem, ademais, processo seletivo prévio. Incide, também quanto ao ponto, a Súmula 24/TSE.*

[...]

*12. Agravo regimental desprovido.*

(AgR-REspe 312-22, rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 10.10.2019.)

Nesse particular, deve ser rechaçada a alegação defensiva do recorrido Cláudio Castro de que os valores seriam justificados pelos efeitos da pandemia de Covid-19.

Isso porque o uso desmedido de recursos decorreu mais da contratação desenfreada, sem critério, da formação de diversas equipes de trabalho sem plano previamente definido e, sobretudo, da necessidade de que os contratados estivessem empenhados na promoção de ações do notório pré-candidato à reeleição.

Em outros termos, não há nenhuma evidência nos autos, senão menções genéricas nos ofícios referentes aos programas, que as ações visavam a amainar os efeitos nefastos da pandemia. E certamente a realização de panfletagem, a presença em inaugurações de obras e a utilização de contratados como se populares fossem (para dar a impressão do êxito de atos públicos em que participavam alguns) em nada se relacionam com o vírus e seu combate.

Igualmente, não há explicação do motivo pelo qual os repasses cresceram de forma exponencial no ano de 2022 – quando a pandemia estava razoavelmente controlada, em razão do êxito da vacinação –, mas não alcançaram tal monta no ano de 2021, momento mais crítico do ponto de vista sanitário e socioeconômico.

Enfim, analisada a desproporcionalidade dos repasses, cumpre examinar o segundo aspecto do abuso, alusivo às contratações em si.

Nesse particular, a principal questão controversa em relação a esse tópico reside unicamente na finalidade eleitoral dos ilícitos administrativos verificados no âmbito das unidades supracitadas. Afinal, as irregularidades abundam, assim como os valores empregados. Resta saber a finalidade.

De início, afasto o fundamento do acórdão recorrido de que a existência de servidores na CEPERJ e UERJ com vinculação política ao grupo investigante seria excludente dos ilícitos eleitorais. Afinal, o que se busca elucidar no caso é se contratação de 27.000 servidores temporários e o incremento substancial do repasse de recursos a esses órgãos administrativos se enquadram na figura do abuso do poder econômico, assim entendido como o uso desproporcional de recursos financeiros com fins eleitorais, e/ou do abuso do poder político, caracterizado pelo desvio de finalidade da atuação administrativa para beneficiar candidatura.

Entregar obras faz parte da gestão. Fornecer cestas básicas também. Porém, da mesma forma que esta Corte Superior julga como abusivo o aumento artificial e exponencial do fornecimento de cestas básicas no ano eleitoral (e não só no período de campanha), igualmente não pode entender normal que se arregimentem trabalhadores temporários adrede contratados para simplesmente irem fazer número (ora com colete, ora sem colete) em eventos de inauguração de obras. Igualmente esta Corte tem entendido abusiva a aceleração e a alavancagem artificiais de programas em ano eleitoral.

Esse esclarecimento é necessário porque o objeto das ações subjacentes aos recursos ordinários não é a apuração de eventual culpa recíproca entre os investigados e o então reitor da UERJ, ligado a partidos de oposição à chapa reeleita; o que se investiga na espécie é se as condutas apuradas comprometeram a legitimidade e a normalidade do pleito, bens jurídicos estampados no art. 14, § 9º, da Constituição Federal.

Ainda que cause algum estranhamento a não inclusão do dirigente da universidade entre os investigados, tal fato em si nem obsta o prosseguimento da AIJE nem altera o cerne das condutas que nela se investiga.

Dito isso, ressalto que há farta prova, verdadeiramente indene de dúvidas, de que os repasses do Governo do Estado do Rio de Janeiro para a CEPERJ foram substancialmente incrementados durante a administração, com o pico dos

valores sendo atingido no primeiro semestre do ano de 2022. Esses repasses estão diretamente relacionados às contratações temporárias exorbitantes, sem nenhum critério objetivo e remuneradas de forma ilegal.

A esse propósito, destaco o depoimento da testemunha Ana Maria Furbino Bretas Barros, servidora do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (ID 162201968 do RO-EI 0606570-47 e transcrito no acórdão recorrido):

[...] *que é servidora do TCE desde 2012; que é formada em Direito; que seu cargo efetivo é auditora de controle externo e atualmente exerce o cargo de subsecretária adjunta de controle de políticas da cidadania; que até o ano passado era coordenadora da Coordenadoria de Política e Educação, Ciência e Tecnologia e Cultura; que como coordenadora dois projetos tramitaram na sua coordenadoria e como coordenadora assina esses processos; que esses processos são TCE RJ nºs 1027590/22 e 103682-8/22; que tomou conhecimento de dois projetos envolvendo a CEPERJ e que nesses projetos existia a contratação de muitas pessoas, não sabendo o número exato; [...] que houve um aumento expressivo do volume de recursos, recursos utilizados pelo CEPERJ comparando com o ano anterior e o que se percebeu foi que, principalmente no caso do Esporte Presente, **eles contrataram uma organização não governamental de forma estranha, o processo não estava claro, não era transparente, o pagamento das pessoas era feito por um credor geral; que eram várias falhas que mostravam indícios de irregularidade; que esse projeto foi o principal pelo que a depoente se recorda; que acha que começou em 2021, mas o TCE começou a atuar nisso em meados de 2022; que os primeiros acordos foram feitos em 2021 mas o volume de recursos aumentou expressivamente em 2022; que não se recorda qual era a origem das fontes de pagamento da CEPERJ e da UERJ; que não sabe dizer se a origem das fontes de pagamento deveria ser comunicada ao TCE; que em um dos processos, em algum momento, a nota de empenho falava que a fonte era a CEDAE; que posteriormente houve uma troca; que é possível haver troca relativa a nota de empenho; que nesses dois processos o foco não era saber se nessas contratações havia alguém filiado a partido político, familiar de algum político, algum candidato, o foco era o desvio de finalidade da CEPERJ; [...] que aumentou a quantidade de núcleos, aumentou o volume de recursos; que chamou a atenção porque a CEPERJ iria desenvolver atividades esportivas e ela que era a responsável pelos pagamentos; que eles fizeram isso através de um termo de colaboração com uma organização e também efetuavam o pagamento direto para as pessoas; que o que chamou a atenção do TCE inicialmente foi a falta de transparência; que, quando se começa uma fiscalização, acessa-se o processo administrativo do Estado; que os documentos eram sigilosos; que um dos pedidos do TCE era para tirar o sigilo desses documentos; [...] que chamou a atenção do TCE o aumento de volume que foi aplicado de 2021 para 2022; que credor genérico é como consta na nota de empenho; que a nota de empenho deve informar quem é o credor e eles colocaram credor genérico; que esse credor genérico teria que ser identificado depois e o TCE não conseguiu ter acesso a essa informação; que não tiveram acesso à folha vinculada a esse credor; que o pagamento desses funcionários contratados era feito por RPA; que o problema ou o risco desse pagamento não é da área da depoente; que tem uma área de pessoal lá e por isso não pode dar detalhes; que nos processos em que trabalhou não chegou a ter conhecimento de saques na boca do caixa; que para o TCE não era possível a realização desses termos no formato em que foi feito; que não viram justificativa para isso tanto no Esporte Presente quanto no Cultura para Todos; que os dois processos ainda não foram terminados, estão em tramitação; que conseguiram medidas cautelares determinando a suspensão dos pagamentos; que no Esporte Presente tinha pagamento direto para as pessoas, através do credor genérico, e pagamento por uma organização [...]; que não foi visualizado nenhuma política, nem para o esporte, nem para a cultura, mesmo com o valor do aumento empenhado de 2021 para 2022; que nesses dois processos o foco do TCE não era a responsabilização, o foco era tentar impedir que esses recursos fossem utilizados da maneira como estavam sendo; que todas as determinações são para a CEPERJ não pagar, para ela divulgar, para tornar acessível o processo SEI e não focaram na responsabilização de funcionários; que o parecer do setor que a depoente trabalha é meramente opinativo para os conselheiros do Tribunal de Contas; que é feito um parecer técnico apresentando a situação e o Plenário ou eventualmente uma decisão monocrática, geralmente após ouvir a outra parte, decide; que não houve decisão final do Plenário, foi só uma tutela de urgência para paralisar os projetos; que, pelo que consta nos processos, não houve diligência externa do TCE nos projetos.***

Relato similar foi feito pela testemunha Marcus Paulo Peixoto Mendes, também servidor do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (ID 162201968 do RO-EI 0606570-47 e transcrito no acórdão recorrido):

[...] *que é servidor efetivo desde setembro de 2021; que tem a formação de gestor de recursos humanos, mas está de auditor; que a auditoria em controle externo não exige formação específica; que atuou em dois casos da CEPERJ; que o primeiro foi um envolvendo o Esporte Presente e o segundo o Cultura para [...] o que chamou a atenção foi o uso da CEPERJ, pois a CEPERJ era para promover concurso, treinamento e aí houve uma alteração por decreto das finalidades dela, que ela poderia alocar pessoal porque no Cultura para Todos não existia mais a ONG, a própria CEPERJ que geria; que se não se engana esse decreto foi em abril de 2022; que sobre a contratação de pessoal e se houve dispensa, o seu trabalho na coordenadoria de educação apenas pode dizer que não houve essa comprovação, mas aí a área de pessoal cuidou da folha de pagamento, na coordenadoria de educação pode dizer que não houve essa justificativa, mas ainda não se pronunciaram no processo, então, conforme explicou, quando o processo voltar é que vão poder se posicionar sobre essa questão; que o objeto de seu trabalho é a apreciação da legalidade, economicidade; que são dois projetos, o Esporte Presente ele começou em 2021 e o Cultura começou em 2022, mas, na análise orçamentária, até o Cultura andou mais, então já pode apreciar, até acha que está na terceira prestação e até colocaram no processo que a CEPERJ vinha com R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) de orçamento e de 2021 até setembro ela*

tinha de despesa orçamentária ela tinha pago R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões), até o fim do ano foi 123, em 2021 e em 2022 pulou para meio bilhão, foi um salto, e aí na instrução colocaram o desvio de finalidade porque justamente não tinha essa expertise de gerir; que o processo é extenso, mas de pessoal até colocou que no Cultura o quadro de pessoal da CEPERJ era 100 pessoas e se não se engana todos os projetos eram 21, foram milhares, mais de 20.000 (vinte mil) pessoas; que é uma coisa que colocaram como desvio de finalidade, o que foi acatado e posteriormente até foi designada uma comissão no âmbito do Governo do Estado no executivo para apurar e eles concordaram que a CEPERJ não tinha a finalidade de gerir projetos, pessoal e essas coisas e eles propuseram que fosse extinto; [...]; que, como falou para o Ministério Público, não tinha nenhum elemento, uma abertura de processo seletivo, não tinha uma classificação nem nada; que dentro da proposta era que a CEPERJ trouxesse como foi feita essa seleção; que uma das coisas que fez e fortaleceu para que o corpo deliberativo mandasse parar era que justamente para realizar os pagamentos seguintes, tem que apresentar o tal resultado e não foi feito [...]; que no SIAF só aparece credor genérico; que SIAF é a gestão orçamentária e lá é pra emitir empenho e todos os órgãos estaduais tem que emitir por meio do SIAF; que no SIAF constava credor genérico; que o credor genérico é como se fosse um acumulador, eles criam um código, pelo que entendeu e a partir daí o pagamento é pra esse credor e aí sim ele distribui nas contas e aí não sabe como é feito; que o nome da ONG é Instituto Fair Play; (Grifo nosso).

Também com relato similar, a testemunha Ricardo Luis França, servidor do Tribunal de Contas do Estado, esclareceu que (ID 162201968 do RO-EI 0606570-47 e transcrito no acórdão recorrido):

[...] que o depoente trabalhou no caso da UERJ; que essa questão, se houve um volume exorbitante de contratos temporárias na UERJ, foi abordada no processo, sendo uma das discussões; que nós fomos pra lá, até pra ver se eram, realmente, contratos temporários ou se as pessoas estavam sendo pagas por RPA; que o que a gente viu foi que em alguns casos nós constatamos RPA e também constatamos contratos, mas esses contratos, como consta no relatório, muitos deles, embora a própria UERJ diga que foi feito, não foram assinados, sendo que eles não apresentaram os documentos devidamente assinados, sendo que tudo nós colocamos, apontamos no relatório; [...] que, após essas reportagens que noticiaram supostas listas secretas de contratações, foram instauradas essa auditoria da CEPERJ e a auditoria da UERJ, no nosso setor. [...] então, é aquela coisa, não podemos dizer que eram emergenciais, porque alguns já vinham acontecendo, outros eram novos, esse por exemplo, da questão da mulher, a gente acabou descobrindo lá que parece que já era uma coisa antiga, agora dizer para a senhora, emergencial assim, não tem como o depoente precisar; [...] que perguntado pela Dra. Promotora de Justiça se foi identificado a origem das fontes de pagamento e dos empenhos da UERJ dos anos de 2021 e 2022, pelo depoente foi dito que a nossa parte foi pessoal, mas o que a gente viu é que o dinheiro era, não é remanejamento, sendo que é um termo técnico que tem na parte da contabilidade, onde o dinheiro era repassado da secretaria para a UERJ, para que o projeto fosse desenvolvido; que cada Secretaria do Estado transferia para a UERJ os recursos orçamentários para o desenvolvimento do projeto; [...] que o depoente lembra de alguma coisa sobre se o TCE fez um cruzamento das folhas de pagamento da CEPERJ e da UERJ com as planilhas do Bradesco, identificando filiados a partidos políticos, candidatos a pleitos eleitorais daquele ano, contratação de familiares de candidatos, contratação de apenados, de servidores públicos; que, do CEPERJ, parece que foi uma folha do Bradesco para lá pra gente pedir, a única coisa do CEPERJ que sabe, que foi uma folha do Bradesco pra lá para gente pedir; [...] que uma coisa só que chamou a atenção ao depoente no plano de trabalho foi a questão de que em alguns planos de trabalho, não lembrando totalmente, muitos poucos, era a questão da descrição da atividade, isso nos chamou a atenção, porque, em muitos, não havia a descrição da atividade, e quando havia era assim, digamos, definição da atividade do pesquisador 4, ajudar o pesquisador 3, do pesquisador 5, ajudar o pesquisado r4 ; que, então, a gente entendeu que isso não era uma atribuição que estava clara e o plano de trabalho deveria ter sido mais específico quanto a essas atribuições de atividades, e isso foi no relatório; que o depoente não se recorda qual era o período definido para a prestação desse serviço, no plano de trabalho, se essa atividade começou em 2021, se ela ia a 2022, se ela avançava em 2023, ou ela iria parar em 2022, não se recordando o depoente; que as informações conclusivas que o órgão de contas fez sobre essas auditorias de conformidade nos processos que envolveram os projetos executados pela UERJ em 2021 e 2022 foram pagamento de RPA, contratação por RPA, em alguns casos o não envio dos contratos por prazo determinado ao TCE; que houve indícios de irregularidades apontados pelo Tribunal de Contas nestes instrumentos, do não encaminhamento, dessa forma de admissão indevida, que seria contrato por prazo determinado e pagaram por RPA; que tiveram mais irregularidades, lembrando o depoente que foram sete listadas no relatório, que nós chamamos de 'achados'. (Grifos do original).

O exame desses depoimentos revela que:

- i) durante o ano de 2021 para 2022, houve a ampliação desmedida de projetos sociais e profissionais junto ao CEPERJ, passando de 500 para 2.000;
- ii) houve contratação de 27.000 servidores temporários, um acréscimo substancial em relação aos anos anteriores;

iii) boa parte dos projetos refere-se à área de esportes, tema absolutamente alheio à expertise da CEPERJ;

iv) o processo de contratação, além de não se enquadrar nas hipóteses de contratação emergencial previstas no art. 37, IX, da Constituição Federal, não observou o princípio da publicidade e, até a atuação do TCE/RJ, estava sob sigilo;

v) os pagamentos a muitos dos contratados ocorreu à margem do sistema formal de pagamentos, por meio de RPA.

Tais irregularidades se repetiram, embora em menor dimensão, no âmbito da UERJ.

Neste ponto, é de se registrar ser digno de indignação que se tenha envolvido uma instituição universitária, merecedora de todas as lãureas, como veículo de expediente voltado ao abuso eleitoral. Tal envolvimento, de todo censurável e lamentável, não tisona a reputação da universidade fluminense que tantos quadros destacados formou. Nem serve, como dito no enfrentamento das preliminares, para elidir das condutas ora investigadas. Repito: a universalização e o ecletismo do abuso não têm o condão de tornar o ilícito lícito.

Pois bem, muito embora as contratações em tela tenham ocorrido no primeiro semestre de 2022 – fora do período vedado pelo art. 73, V, da Lei 9.504/97 –, esta Corte Superior tem o firme entendimento de que elas podem ser analisadas sob a ótica do abuso de poder, se verificada a gravidade exigida, nos termos do art. 22, XIV e XVI, da Lei Complementar 64/90.

Nesse sentido: “Mesmo que as contratações tenham ocorrido antes do prazo de três meses que antecede o pleito, a que se refere o art. 73, V, da Lei das Eleições, tal alegação não exclui a possibilidade de exame da ilicitude para fins de configuração do abuso do poder político, especialmente porque se registrou que não havia prova de que as contratações ocorreram por motivo relevante ou urgente, conforme consignado no acórdão recorrido” (AC 83-85, rel. Min. Henrique Neves da Silva, DJE de 4.12.2015).

Igualmente: “Configura abuso de poder político a hipótese de contratações temporárias de servidores públicos realizadas no curso do ano eleitoral, sem enquadramento na excepcionalidade prevista no art. 37, IX, da CF/88 e com viés eleitoreiro” (AgR-REspe 389-73, rel. Min. Jorge Mussi, DJE de 12.8.2019).

Além dos julgados acima, destaco que esta Corte Superior já teve a oportunidade de assentar que o aumento significativo e não motivado de contratações temporárias em ano eleitoral é elemento sólido o suficiente para denotar a conotação eleitoral do ilícito (vide, nesse sentido: REspe 134-26, rel. Min. Admar Gonzaga, DJE de 5.4.2016).

Não bastasse isso, ao contrário da ótica prevalecente na origem, a prova testemunhal revela que os servidores contratados efetivamente participaram de atos de conotação eleitoral, inclusive com a presença dos investigados.

A esse respeito, é revelador o depoimento da testemunha Marcos Santos Pimentel, que foi um dos contratados. Ele confirmou, entre outros fatos, que as ações eram desvirtuadas para a promoção das figuras dos investigados, ora recorridos. Eis o teor do depoimento (ID 162201968 do RO-EI 0606570-47):

*[...] que estavam formando pessoas e com isso foi buscando pessoas vinculadas, então não foi por base de telefone e inscrição; que seu cunhado que entrou também, como sabia do seu conhecimento na área da construção civil foi e lhe chamou para trabalhar junto com eles no Cidade Integrada; que trabalhou de abril a 15 de agosto de 2022; que foi quando todos que estavam vinculados, houve aquele escândalo do fantasma e aí ficaram até mesmo sem receber e aí pararam de trabalhar, desvinculou todo mundo; [...] **que não houve entrevista; que receberam o contrato de trabalho pelo e-mail muito tempo depois, porém, aquilo que eles falaram que era, não tinham conhecimento se realmente era o certo; que não conseguia entrar, mas as pessoas quando conseguiram viam que o salário estava divergente daquilo que constava no contrato; que a divergência era para mais, só que eles recebiam para menos; [...]; que não pegaram contracheque; que falavam que o pagamento estava no banco e era nominal apresentava a identidade e sacava na boca do caixa; que não tinha emitente, não tinha cheque, era na boca do caixa, apresentava a identidade e já recebia;** que não sabia quem estava lhe pagando, apenas recebia o valor específico; **que recebiam o valor que era três mil trezentos e pouco mais ou menos, o comprovante de pagamento e retirada; que era pelo Banco Bradesco;** que não teve que abrir conta no Bradesco, não precisou, até porque o depoente já tinha conta no Bradesco, mas nunca foi direcionado, **eles iam lá receber todo mês na boca do caixa;** que quando fizeram foi colocado a conta, mas nunca caiu; que no primeiro mês falaram que tinha dado problema, aí o segundo deu problema era só ir lá e sacar o dinheiro e assim foi até que chegou agosto e todo mundo foi cortado; que os 8 poderiam ter conta no Bradesco, porém, ninguém recebia na conta, todo mundo ia na boca do caixa pra fazer a retirada; que ele como já tinha conta no Bradesco, já sacava e depositava na sua conta; que no início eles falaram que estava dando problema de divergência e estava dando problema no pagamento e para eles não ficarem sem receber mensalmente iam lá e assim foi sendo; que no banco mostrava sua identificação e sacava e eles já sabiam; que vinha sempre o mesmo valor; **que a princípio não foi pedido para fazer propaganda para político ou partido, foram fazendo, porém quando foi chegando começaram a falar ‘gente, as eleições estão chegando’, porém o tempo de sair foi antes do início de tudo; que era pra eles darem continuidade no processo, foi meio uma barganha que deu a entender, ‘vocês vão estar aqui, a gente tem que forçar, aqueles que já estão a gente tem que dar continuidade pra gente dar continuidade ao nosso trabalho’; que ocorria da seguinte forma, não só no Mandela, mas também quando houve as inaugurações foi solicitado ‘oh gente, vai pra rua, nos moradores e fala que o Governador, Fulano, Beltrano, vai vir aqui pra estar com o maior número de pessoas possíveis para estar ali fazendo’;** que não foi solicitado campanha nas redes sociais, até porque quando começaram a falar o depoente disse que*

tudo bem, era seu trabalho e estava ali e ia fazer, mas sua vida pessoal não podia fazer uma vez que tem pessoas que estava indo lá, candidatos que o depoente não vota, independentemente de estar ali ou não; que não sabe informar se alguém ficava vendo suas redes sociais se tinha campanha em favor, na verdade sua rede social calhou de ter sido hackeada e então perdeu e nesse meio tempo teve que mudar tudo, até mesmo na época se e-mail era do Yahoo e perdeu esse e-mail, e até pediu para mandar seu contrato para o Gmail, então ficou quase um mês e meio sem rede social; que no dia da inauguração iam chamar a população e estaria lá pra fazer a inauguração com alguns candidatos e quanto maior a quantidade pra estar apresentando não só aquilo que foi entregue, por exemplo, a obra concluída ou se ia iniciar uma obra do Cidade Integrada e ali tinha os candidatos; **que os candidatos estavam presentes na hora que estava determinada, e não de manhã cedo quando faziam; que tinham que fazer, recebiam panfletos para distribuir, por exemplo, naquela manhã seria preciso estar indo e tal local para estar motivando aquela área porque Fulano de Tal vai estar lá, apresentando o início da obra ou o término da obra, então iam lá de manhã panfletava, chamava a população e assim acontecia; que sobre palanque estavam lá e tinham que ficar no evento e só saiam após o término; que eram obrigados a comparecer como se fosse parte do trabalho; que os eventos eram do Governador Claudio Castro, teve o Chiquinho da Mangueira, o Romário, Max Lemos, tem alguns que não lembra, mas esses lembra porque falaram no microfone algumas vezes em algumas obras; que não sabia que isso fazia parte do trabalho, e isso veio a acontecer no meio, até porque quando lhes apresentaram era Cidade Integrada e era pra ver aquilo que estava sendo executado, quando foi se aproximando que começou a direcionar pra esse lado; que falou que o panfleto estava lá pra inauguração aonde tinha a pessoa e apresentavam o panfleto dizendo 'oh vai ter a inauguração'; que no panfleto estava o início da obra Cidade Integrada e avisava, falava que o Governador estaria lá, mas não estava no panfleto, falava Cidade Integrada; que não subiam no palanque; que no palanque viu o Governador, o Romário, o Max Lemos, o Chiquinho da Mangueira, teve outros que não se recorda, que lembra deles porque estavam mais ali presentes; que o Romário subiu e falou uma vez, foi no Jacarezinho e em outras obras ele não esteve, mas o Max Lemos esteve e em outras também, Chiquinho da Mangueira; que o Governador estava porque era ele quem dava início à obra; que era informado tipo no final do expediente que no dia seguinte estaria em determinado local e vai iniciar ou terminar uma obra e precisavam estar lá pra movimentar os moradores pra esse evento que vai acontecer; que não fez nenhum trabalho eleitoral porque quando saíram foi em agosto, então não houve esse tempo assim, houve no início da campanha do Cidade Integrada a informação das obras, mas não houve; que foi no dia 15 de agosto que houve a paralização do Cidade Integrada pelo Ministério Público, se não está enganado, e ficaram até sem receber; que por isso o contrato de trabalho se encerrou, o de todos que ali se encontravam; que no 15 de agosto se encerrou e houve uma reunião explicando que não haveria possibilidade e também não seria justo com eles continuar trabalhando sem receber, porque não tinham recebido julho e os 15 dias de agosto que não ia conseguir cumprir; [...] **que só foi ter conhecimento de contratações via CEPERJ, no âmbito da UERJ, quando teve o escândalo; que passaram para eles que estavam vinculados à CEPERJ e foi quando perguntaram porque não estavam recebendo e aí na reunião do dia 15 ela falou que era porque houve um problema com a CEPERJ e estavam tentando fazer o pagamento, porém o Ministério bloqueou tudo e tem que apresentar e não tem como e foi quando descobriu por onde estava recebendo; que não sabe a que secretaria era vinculada a CEPERJ; que não sabe a origem do recurso dos pagamentos; que tinham um programa onde faziam e encaminhavam e iam direto para os responsáveis do Cidade Integrada, ali direcionavam o diário de bordo todos os problemas que tinham ou melhorias e nesse programa era direcionado direto; que enviavam para a Cidade Integrada, a diretriz Cidade Integrada como chamavam; que trabalhou nos projetos Esporte Presente, Casa do Trabalhador, Cultura para Todos e iam lá para conferir; que basicamente fiscalizava, não só ele como os demais que estavam lá; que a sua função era basicamente fiscalizadora; que prestou depoimento no procedimento 1141/2022; que recebeu mensagem de Whatsapp do Ministério Público dizendo que seria intimado, que respondeu para perguntar se seria em São João mesmo mas não obteve resposta. (Grifos nossos).****

A participação em eventos eleitorais, em detrimento de projetos vinculados às entidades, foi confirmada pelo depoimento da testemunha Lucia Helena de Oliveira, conforme trecho adiante (ID 162201968 do RO-EI 0606570-47):

[...] que, aí, o Marcelo Félix, junto com o Gil, colocaram, no caso, no Esporte Presente, porque a depoente já tinha um projeto, como tem até hoje, para idosos lá na praça, só que isso era custeado pela associação de moradores, sendo que a depoente arrecadava e pagava os professores através da associação e sempre esteve procurando o apoio; que foi quando o Vinícius ganhou alguns cargos e, aí, o Marcelo Félix, junto com o Eduardo Gil, falaram, sendo quando a depoente começou a perceber, começou a questionar; **que, no caso, a ajuda que eles iriam dar seria ficar dando o cargo para trabalhar como cabo eleitoral, tendo a depoente questionado; que, no caso, no Esporte Presente, eram quatro pessoas, no caso, coordenação, supervisão, um professor e um técnico de enfermagem**; que, aí, no caso, o Vinícius deu à depoente coordenação, os meninos lá, no caso, Marcelo Félix e Eduardo, porque o Vinícius só mandava; **que parece que distribuíram para ele uns trinta cargos, misturado Esporte Presente e CEPERJ, só que nisso eles foram distribuindo para as pessoas, que, no caso, seriam cabos eleitorais e, aí, a depoente começou a questionar, porque a depoente foi um dia para receber na boca do caixa e, aí, dava o seu CPF, mas não recebia**; que esse projeto seria para acontecer, no caso, lá na praça, aonde a gente sempre fez; [...] que lá no caso do núcleo de Realengo, no da depoente, como é até hoje, é alongamento e circuito funcional para idosos; que o plano de trabalho quem fazia, no caso, era a professora, sendo que ela que jogava tudo lá, sendo que tinha um site, sendo que era até bem organizadinho o negócio do Esporte

Presente; que, se não se engana a depoente, esse projeto iniciou em abril de 2022, sendo que, como a depoente começou a questionar, por que a depoente estava indo no banco e não tinha recibo do que estava recebendo; que, aí, se por exemplo, mas, por exemplo, se for cinco mil reais o valor do salário, era descontado setecentos reais, começando a questionar 'por que é descontado o INSS, porque não está assinando nenhum documento, está indo na boca do caixa recebendo o dinheiro e depois como fica isso'; que, aí, a depoente via, no caso, o Eduardo Gil, na porta, começando a observar que iam pessoas pegar dinheiro com ele, a pessoa entrava, recebia e, aí, dava um dinheiro na mão dele; que a depoente começou a questionar e, aí, começou a perguntar, 'não quero o meu nome envolvido com esse tipo de coisa, porque é a única coisa que, já sendo casa, tendo um casamento homoafetivo, já é mulher e, aí, se envolve com algum tipo de coisa desse tipo, "a corda sempre arrebenta do lado mais fraco'; que, aí, foi quando a depoente começou a questionar e, passado um mês, começou a ver uma movimentação meio esquisita, falando assim, desculpe a expressão, 'eles vão dar uma sacaneada aqui, né'; que, aí, a depoente ligou para o Vinicius, no dia do pagamento, falando "não caiu", sendo que, no caso, eles tinham colocado o Eduardo Gil dentro, sendo que ele era funcionário público de um colégio, tendo ele pedido emprestado para poder trabalhar dentro da CEPERJ, na ocasião; que, como a depoente estava questionando muito, começou a ver que eles já estavam incomodados pelo fato de a depoente estar questionando, perguntando e, aí, começou a prestar mais atenção; [...]; que a depoente não conheceu outros projetos envolvidos pelo Governo do Estado; que ele, Marcos Vinicius, só foi, no caso, lá no meu, ao que saiba a depoente, sendo que dos outros não pode afirmar, porque não estava; que, nestas ocasiões, ele chegou a pedir voto, fez discurso, com cunho eleitoral, sendo que isso foi lá em Realengo, tendo a depoente mandado fotos; que ele, inclusive, falou para as alunas da depoente que ele estava vindo a candidato e que seria muito importante que elas soubessem também que a depoente estava com ele, que a depoente seria parceira dele como candidata estadual; que a depoente não estava ciente de que as pessoas seriam contratadas para supostamente atuarem nos projetos, quando, na verdade, elas deveriam atuar como cabos eleitorais na campanha dos candidatos da coligação do Governador, que foi reeleito, e na própria campanha do Governador; [...] que, durante o desenvolvimento do projeto, tem registro por fotografia e vídeo, sendo que, inclusive, marcava ele na rede social, para poder marcar ele, o Vinicius, como se ele fosse o padrinho; que o Vinicius era marcado e o Podemus também; que, às vezes, eles botavam lá também o Cláudio Castro, porque era apoio, sendo que quem determinava isso, no caso, eram o Marcelo Félix e o Eduardo Gil; [...] que o Esporte Presente, na verdade, o problema todo que a depoente achou foi que não era para poder beneficiar as idosas da depoente, era que estavam lhe pagando por cabo eleitoral e, aí, a depoente, tipo assim vai acabar o projeto depois de outubro e como é que fica, então, esse é o pagamento para poder trabalhar para ele como cabo eleitoral, sendo os seus questionamentos (Grifos nossos).

Esse mesmo padrão, de desvio de finalidade dos projetos para a promoção de candidaturas, pode ser observado do exame do depoimento da testemunha Rodrigo Gaviorno Maia de Castro (ID 162201968 do RO-EI 0606570-47):

[...] que na verdade em um primeiro momento acharam que realmente iam trabalhar como coordenadores, mas não foi isso que aconteceu; que no e-mail veio informado que receberiam pela conta do Bradesco e tinha o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); [...] que nos eventos os secretários compareciam, mas não nas visitas; que compartilhou a visita deles quando era início de obras, início de obra no Mandela 2, inauguração do complexo poliesportivo; que no Complexo Esportivo estava o Chiquinho da Mangueira, o Governador Cláudio Castro, Allan Borges, Max Lemos, tinha bastante autoridades lá; que no Complexo de Prédios do Jacarezinho foi o Romário, Max Lemos, Cláudio Castro e Chiquinho da Mangueira; [...] que também participou quando Max Lemos foi condecorado na Câmara Municipal, também estava lá, foi obrigado a ir né; [...] que eram vários coordenadores, teve o DETRAN; que ele ia em todas as obras, Campo do Abóbora, Complexo Poliesportivo, tudo que acontecia de obra ele estava; [...] que foi solicitado que fosse feita campanha eleitoral em página de rede social; que no dia 05 de agosto receberam uma ligação da Ana Cláudia Albino via WhatsApp pelo celular da Mayra e aí ela pediu que chamasse todo mundo e se reuniram dentro do container e ela falou que o Allan Borges fez um acordo e precisava de 4 vagas e essas 4 vagas saíam deles ou do pessoal da Muzema, ia sair do Cidade Integrada e a questão era quem não aceitasse fazer campanha eleitoral ia ser demitido, aí vieram os nomes Lula, Cláudio Castro, Romário e Max Lemos e Dionísio Lins; que esse foi o primeiro, mas lógico que tinha que fazer campanha por WhatsApp, as redes sociais todas e participar se tiver de alguma comitiva ou outra coisa, tanto que nessas apresentações do Governador para início de obra, tinha que ir de colete e dependendo da quantidade de número de pessoas que estivessem lá, mantinham o colete ou eram obrigados a tirar pra dar número e não falar que era do governo, como se fosse morador da região; que eles usavam dessa técnica e o Allan Borges sempre estava lá controlando tudo, ele só não foi em uma pela questão da viagem que já falou; que não chegou a fazer a propaganda eleitoral e na verdade nem votou no primeiro turno; que aceitou fazer a propaganda, quem não aceitou foi o Tadeu e prontamente foi desligado antes deles, Tadeu Braga, Willian Botelho, Gabriela que era fisioterapeuta, e mais uma pessoa do palácio que não sabe quem foi; que essas pessoas que se recusaram foram desligadas porque eles precisavam de 4 vagas e, na verdade, até onde sabe, quem não aceitou foi o Tadeu; que aceitou mas não fez, todo mundo aceitou porque precisava do emprego e essa era a primeira condição deles; que ela falou que essa questão da propaganda seria fiscalizada e aí depois teve uma outra reunião no Bar Elo Perdido na Praça da Bandeira em que a Ana Cláudia Albino convocou todo mundo que era do CEPERJ, tanto do Jacarezinho quanto de Jacarepaguá, e nessa reunião ela falou que todo mundo ia ter que fazer a campanha nas

**mídias**, [...] que o pessoal lá estava combinando de fazer um Instagram falso pra fazer, mas aí a Ana Cláudia disse que não adiantava fazer Instagram falso porque o pessoal vai estar de olho e tinha uma equipe para isso, então tinha que usar o deles mesmo; que aí todo mundo ficou com aquele medo, pois muita gente não queria votar nessas pessoas; que nesse período não adotou políticas de campanha; que houve essa reunião dia 05 e depois só houve depois de serem desligados; [...]; que o Rudolph foi quem montou a equipe do Pavão-Pavãozinho; que não ficava no palanque, mas tinha fazer volume e fazer acontecer, ir na comunidade, bater de porta em porta, chamar, panfletar, ver se estava tudo funcionando; que pra esses eventos políticos eram eles dois que faziam as convocações, Ana Cláudia e Hassan; que além dos já mencionados o Chiquinho da Mangueira também estava sempre presente; que os eventos eram sempre para o Cláudio Castro, o Governador, Senador Romário, Max Lemos como Deputado Federal, Chiquinho da Mangueira como estadual e em alguns eventos o Dionísio Lins e a Vera Lins que é vereadora, [...]; que a determinação posterior foi que eles deveriam proteger o Allan Borges, o nome dele não pode aparecer de jeito nenhum, e teriam que fortalecer o Dionísio Lins e o Governador para que, quando eles ganharem, conseguirem trazê-los de volta; que a determinação foi dada por Ana Cláudia a mando de Allan Borges diretamente por uma reunião no bar na Praça da Bandeira chamado Elo Perdido; que ela ligou por WhatsApp e pediu que se reunissem lá, ligou pra diversas pessoas; que outros ex contratados foram chamados para a mesma atividade; que havia promessa de continuar no projeto se comparecessem ou em outros projetos que viessem a aparecer; que já sabiam que Allan Borges não ficaria nesse projeto porque o projeto dele sempre foi o Na Régua que também fazia parte do Cidade Integrada e ele deveria sair em dezembro mais ou menos ou janeiro até porque a repercussão que estava dando e a Ruth voltaria a assumir, já tinham essa ciência, voltaria a assumir não, assumiria; que essa promessa de continuidade de trabalho era feita expressamente por Ana Cláudia; que teve promessa pelo WhatsApp também, quando o Cláudio Castro ganhou, ela mandou mensagem dizendo que não via a hora de chamar eles de volta, que ia perguntar ao Allan Borges se podia chamar eles novamente, em tom de brincadeira, mas houve; [...]; que os candidatos ou assessores, cabos eleitorais que indicavam pessoas que constavam na lista de ordem de pagamento da CEPERJ é Allan Borges, Chiquinho da Mangueira, o Romário não sabe dizer, o Governador com certeza porque via as secretarias, mas não ouviu ninguém dizer que foi indicado diretamente pelo Governador, só os secretários ou secretárias que eram diretamente indicados por ele e faziam parte do projeto, era de cada secretaria (Grifos nossos).

0606570-47):

Idêntico método é descrito no depoimento da testemunha Mayra Santos Carvalho, (ID 162201968 do RO-EI

[...] **que já trabalhou em campanha política durante o trabalho que exerceu no Cidade Integrada para o candidato Claudio Castro; que em 2022 trabalhou no Projeto Cidade Integrada;** que um amigo seu da Pós Graduação chamou a depoente para trabalhar com ele nesse programa; que a depoente foi numa reunião na Secretaria de Obras em São Cristóvão para saber como seria o Projeto [...] que o Programa Cidade Integrada tinha como proposta a cidadania por meio de esporte, de curso, de trabalho; que fiscalizavam, **entre aspas, a Desenvolve Mulher, a Faetec, e um projeto de esporte que não lembra agora;** [...] **que Ana Claudia solicitou que a depoente fizesse campanha eleitoral nas páginas da rede social; que ela disse que a campanha eleitoral seria a favor de Lula, Claudio Castro, Dionísio Lins e Max Lemos;** que a depoente estava em horário de expediente e Ana Claudia lhe mandou uma mensagem pedindo para atender uma ligação via WhatsApp; que a depoente atendeu e ela pediu para colocar no viva voz para a equipe ouvir; **que ela falou que estava chegando a campanha política e o trabalho ia se intensificar e que ela precisaria que a depoente e a equipe fizessem campanha eleitoral, inclusive nas redes sociais, para esses candidatos já citados e, quem não concordasse, deveria avisar no momento porque ia ter que ser desligado;** que eles pediram para abrir o Instagram mas a depoente não abriu; que ficou privado e aparentemente ninguém fiscalizava; **que quem não concordasse com a campanha teria o contrato finalizado; que tinham obrigação de comparecer a eventos políticos;** que houve dois eventos, um no Jacarezinho e outro na comunidade da frente, não se recordando o nome; **que eram campanhas de inauguração de obras do Claudio Castro; que a depoente e a equipe tinham que ficar o dia inteiro organizando, distribuindo panfleto e quando ele chegava eles tinham que ficar na frente do palanque fazendo volume;** que teve um segundo evento, na parte da noite, depois do horário do expediente; **que, quando não tinha muita gente, eles pediam para tirar o colete do Cidade Integrada para parecer eleitor; que no primeiro evento, além de Claudio Castro, tinha o Romário acompanhando e no segundo tinha o Max Lemos; que isso não foi um convite, foi uma ordem da chefia como parte do trabalho;** que isso não foi avisado para a depoente e a equipe quando eles foram contratados; que essa orientação foi sempre de forma verbal; que a divulgação dos panfletos era enviada no grupo que eles tinham de trabalho; que a divulgação dos panfletos tinha as fotos dos candidatos e os feitos deles, inauguração da obra, essas coisas; que a depoente e a equipe iam nos eventos divulgando e eles tinham o panfleto impresso para entregar para a população; que isso era sempre enviado por WhatsApp; [...] **que Claudio Castro entrou em comunidade na primeira inauguração que teve, junto com Romário; que Marcelo dizia que tinha um acordo para eles entrarem nas favelas; que eles entravam com autorização do tráfico;** que um dia teve algum problema pois o pessoal da boca de fumo questionou o que eles estavam fazendo lá num dia que tinham pedido para eles fazerem um levantamento do comércio de lá; que isso não aconteceu com a depoente mas a outra equipe que estava com a depoente foi interceptada; [...] que tem informações que essas contratações que ocorreram via CEPERJ também ocorreram no âmbito da UERJ; que falavam que tinha uma ligação mas a depoente não entendia e não sabe explicar como; **que alguns eram contratados via CEPERJ e outros via UERJ; que esses contratados via UERJ**

também sacavam o dinheiro na boca do caixa; [...] que eles mandavam que a depoente e a equipe tirassem fotos quando fossem em alguma obra, mesmo que nada tivesse sido feito; que tinha que aparecer o colete com o nome Cidade Integrada; que era foto na obra, no Desenvolve Mulher, às vezes foto com a coordenação; que cada passo tinha que ser fotografado; que eles tinham que ficar de costas nas fotos com o colete aparecendo; que acredita que ainda tenha esses prints encaminhados; que foi convocada para ir em duas inaugurações de obras e nesses eventos eles davam alguns panfletos para a depoente e equipe para entregar para as pessoas que passavam na rua; que não sabe dizer se os panfletos tinham número de candidato mas era o Claudio Castro convidando para a inauguração da obra; que não se lembra se era Claudio Castro candidato ou Claudio Castro governador, panfleto institucional do Cidade Integrada; que não sabe dizer como teve campanha nesse período três meses antes da eleição; que não lembra ao certo a data desses eventos, mas teve uma em junho ou julho de 2022, todas antes da campanha eleitoral; que foram a um evento em que Ana Cláudia orientou a eles que tirassem o colete para fazer volume e parecer que eram população; que o governador não estava do lado; que a orientação veio de Ana Cláudia, que estava embaixo, e o governador estava no palanque; que a depoente e equipe tiraram o colete e ficaram embaixo fazendo volume como eleitor; que não viu Ana Cláudia conversando com o governador (Grifos nossos).

Aliás, registre-se que até mesmo a testemunha Victor Borges Lopes de Souza, indicada pela defesa do investigado Allan Borges Nogueira, confirmou que o trabalho envolvia também comparecimento a inaugurações de obra e distribuição de material informativo de promoção das ações do governo (ID 162201968 do RO-EI 0606570-47 e transcrito no acórdão regional):

[...] que atuou no programa Cidade Integrada; que trabalhava em um emprego e recebeu o contato de um amigo que trabalhava nesse emprego e ele pediu que o depoente enviasse o currículo para um determinado e-mail onde foi chamado para poder fazer a entrevista; que o processo seletivo consistia na análise curricular e uma entrevista; que o depoente coordenava uma equipe in loco porque o programa Cidade Integrada tem diversas localidades de atuação, então o depoente atuava em uma localização, coordenava uma equipe, onde tinham a tarefa de visualizar quantos inscritos, quantos presentes no programa oferecido pelo governo estadual naquela determinada localidade ou, se tivesse alguma obra naquela localidade, de fazer o acompanhamento, registro fotográfico e textual dessa obra; [...] que dependendo da localidade dos funcionários, eles tinham que comparecer nas inaugurações realizadas pelo governo do Estado, porém outras pessoas que estavam em outras localidades do projeto não poderiam desguarnecer, largar seus postos de trabalho para acompanhar isso; que era uma coisa mais de disponibilidade; que se estivessem disponível teriam que acompanhar; que em nenhum momento foi falado para o depoente qualquer ordem no sentido de fazer campanha política nas suas redes sociais; que nunca ouviu nada a respeito disso; que isso também não existia in loco; que na verdade faziam panfletagem comunicando a população que ia ter a inauguração de uma obra, mas nada vinculado a votar em algum candidato; que era um panfleto institucional do governo do Estado. (Grifos nossos).

A meu sentir, há elementos de prova sólidos e harmônicos de que não apenas as contratações temporárias deixaram de observar comandos normativos inerentes à administração pública, como também serviram de mecanismo para alavancar as candidaturas dos investigados e das suas alianças políticas no pleito de 2022.

Na espécie, o descaso administrativo, marcado pela informalidade dos procedimentos adotados (falta de critério na contratação, indefinição de atribuições, caráter genérico dos projetos a serem desenvolvidos, sistema de pagamentos “na boca do caixa”), serviu ao propósito de escamotear a verdadeira finalidade das ações, que era o benefício eleitoral de pré-candidatos por meio da atuação dos contratados como verdadeiros cabos eleitorais.

Aliás, em alguns casos a informalidade era tanta que os contratados foram orientados a se comportar como meros populares, não vinculados à Administração Pública, de modo a simular apoio popular aos atos dos quais participaram os investigados.

Mesmo o depoimento de Victor Borges Lopes de Souza, que negou a distribuição de material de campanha e a pressão para realizar a divulgação em redes sociais, confirma que parte do trabalho era a promoção de obras e atos institucionais em que estavam os investigados. Se essa testemunha não presenciou pedido de votos ou pressão para que o fizesse, essa perspectiva pessoal não se sobrepõe aos demais relatos, de amplo desvirtuamento das ações empreendidas.

Parece-me, com o devido respeito à douta maioria formada na origem e aos pares que tenham entendimento contrário, que abundam provas do desvio de finalidade de atos administrativos de contratação temporária e de execução de projetos de suposto interesse público, com vistas a beneficiar o grupo político ligado ao então candidato à reeleição ao Governo do Estado do Rio de Janeiro/RJ.

Em nenhum momento fica evidenciado o caráter emergencial dessas contratações, nem se definem claramente as atribuições e as tarefas desenvolvidas nos projetos. O que emerge da prova dos autos é a utilização dos contratados para a promoção do grupo político ligado ao Governador do Estado, candidato à reeleição, o que é evidência suficiente do benefício eleitoral, mormente quando se trata de disputa à reeleição.

Final, como se sabe, a reeleição é mais uma consulta popular sobre a aprovação de um determinado governo do que propriamente uma disputa eleitoral tradicional. Para um candidato à reeleição, a criação de ambiente favorável, que reflita ou sugira aprovação popular, é tão relevante quanto a campanha eleitoral propriamente dita.

Enfim, os atos supracitados amoldam-se perfeitamente ao conceito de abuso do poder político, o qual, segundo entendimento desta Corte Superior, “configura-se quando a legitimidade das eleições é comprometida por condutas de agentes públicos que, valendo-se de sua condição funcional, beneficiam candidaturas mediante desvio de finalidade” (AgR-AREspE 0600720-49, rel. Min. Isabel Gallotti, DJE de 24.10.2024).

Igualmente: “Consoante jurisprudência deste Tribunal, o abuso de poder político se caracteriza como o ato de agente público (vinculado à administração ou detentor de mandato eletivo) praticado com desvio de finalidade eleitoreira, que atinge bens e serviços públicos ou prerrogativas do cargo ocupado, em prejuízo à isonomia entre candidaturas (AIJE 0600814-85, rel. Min. Benedito Gonçalves, DJE de 2.8.2023)” (REspEI 0600564-30, de minha relatoria, DJE de 23.8.2024).

2.2. Do fato consistente na alegada coação de contratados para comparecimento em eventos do Governo Estadual.

O Ministério Público alega que o governador e os demais candidatos investigados teriam comparecido a grande número de inaugurações de novas unidades de projetos sociais implementados pela CEPERJ e pela UERJ ao longo do ano eleitoral, bem como promovido sua intensa divulgação, com explícita associação em prol das candidaturas do Governador à reeleição e de seu Vice-Governador, bem como demais aliados políticos, tendo sido imposta aos contratados a exigência de que, sob pena de desligamento, comparecessem a eventos correlatos, arregimentassem pessoas para participar das inaugurações e fizessem postagens em seus perfis em redes sociais, como se fossem cabos eleitorais.

Com relação à intimidação e constrangimento desses contratados para os referidos eventos, o voto condutor na Corte de origem, proferido pelo Desembargador Marcello Ferreira de Souza Granado, assinalou que a narrativa – apesar das irregularidades na contratação de servidores e apuráveis pelas vias cabíveis – não permitia concluir, de forma automática, pela coação de contratados para obtenção de favorecimento eleitoral em prol de candidatos, concluindo não devidamente comprovada tal prática, nos seguintes termos (ID 162201968 do RO-EI 0606570-47):

*O voto do Exmº Relator traz, concretamente, apenas os depoimentos das testemunhas RODRIGO GAVIORNO, MAYRA CARVALHO e MARCOS PIMENTEL como supostos elementos de uma repercussão eleitoreira das contratações, afirmando que eles teriam relatado ‘terem sido obrigadas a participar de verdadeira organização e esquema de cooptação de votos para os réus Cláudio Castro e Thiago Pampolha’. Para além disso, vejo apenas uma genérica presunção de que as irregularidades haveriam de ter repercussão no pleito eleitoral, como se tratasse de uma consequência automática dos fatos narrados – o que, com a devida vênia, não é o caso.*

*No entanto, além de considerar esses elementos absolutamente insuficientes para o reconhecimento dos graves ilícitos imputados, a partir da análise de tais depoimentos, não identifico concretamente esse ‘esquema de cooptação de votos’, sendo certo que as testemunhas parecem relacionar uma suposta “propaganda eleitoral” ao simples comparecimento em eventos referentes à inauguração de obras públicas vinculadas justamente aos projetos para os quais teriam sido contratadas para atuar – tudo isso em períodos anteriores ao de campanha eleitoral. Nesse sentido:*

*Testemunha MAYRA CARVALHO (que trabalhou no projeto CIDADE INTEGRADA): ‘que eram campanhas de inauguração de obras do Cláudio Castro; (...) que a depoente e a equipe iam nos eventos divulgando e eles tinham o panfleto impresso para entregar para a população (...) mas campanha não viu ninguém fazer, além desses momentos em que iam nos eventos; (...) que foi convocada para ir em duas inaugurações de obras e nesses eventos eles davam alguns panfletos para a depoente e equipe para entregar para as pessoas que passavam na rua; que não sabe dizer se os panfletos tinham número de candidato mas era o Cláudio Castro convidando para a inauguração da obra; que não se lembra se era Cláudio Castro candidato ou Cláudio Castro governador, panfleto institucional do Cidade Integrada; que não sabe dizer como teve campanha nesse período três meses antes da eleição; que não lembra ao certo a data desses eventos, mas teve uma em junho ou julho de 2022, todas antes da campanha eleitoral’.*

*Testemunha MARCOS PIMENTEL (que trabalhou no projeto CIDADE INTEGRADA): ‘que não trabalhou para campanha direcionada, mas trabalhou no Cidade Integrada que era vinculada ao Governo do Estado; que não era específico para nenhum candidato, a princípio não; (...) que ocorria da seguinte forma, não só no Mandela, mas também quando houve as inaugurações foi solicitado “oh gente, vai pra rua, nos moradores e fala que o Governador, Fulano, Beltrano, vai vir aqui pra estar com o maior número de pessoas possíveis para estar ali fazendo; (...) que no dia da inauguração iam chamar a população e estaria lá pra fazer a inauguração com alguns candidatos e quanto maior a quantidade pra estar apresentando não só aquilo que foi entregue, por exemplo, a obra concluída ou se ia iniciar uma obra do Cidade Integrada e ali tinha os candidatos; que os candidatos estavam presentes na hora que estava determinada, e não de manhã cedo quando faziam; que tinham que fazer, recebiam panfletos para distribuir, por exemplo, naquela manhã seria preciso estar indo e tal local para estar motivando aquela área porque Fulano de Tal vai estar lá, apresentando o início da obra ou o término da obra, então iam lá de manhã panfletava, chamava a população e assim acontecia; (...) que não fez nenhum trabalho eleitoral porque quando saíram foi em agosto, então não houve esse tempo assim, houve no início da campanha do Cidade Integrada a informação das obras, mas não houve’.*

*Essas testemunhas foram expressas ao negar a prática de campanha eleitoral e não indicaram a participação em eventos no período vedado.*

A verdade é que, caso este E. Tribunal entenda por bem chancelar o posicionamento de que o simples comparecimento em inaugurações de obras públicas ou projetos sociais, mesmo em período não vedado pela legislação, seria ato ilícito de propaganda eleitoral apto a caracterizar o abuso de poder político, deveríamos cassar praticamente todos os candidatos que já eram ocupantes de cargo público, pois trata-se de prática corriqueira (e que, a meu ver, não ostenta qualquer ilicitude perante a legislação vigente).

Para mais, outras testemunhas ouvidas durante a instrução foram categóricas em afastar a utilização dos contratados pelo CEPERJ em eventos de caráter eleitoral. Nesse sentido:

Testemunha VICTOR BORGES LOPES DE SOUZA (que trabalhou no projeto CIDADE INTEGRADA e foi arrolado pelo investigado ALLAN BORGES NOGUEIRA): **'que em nenhum momento foi falado para o depoente qualquer ordem no sentido de fazer campanha política nas suas redes sociais; que nunca ouviu nada a respeito disso; que isso também não existia in loco; que na verdade faziam panfletagem comunicando a população que ia ter a inauguração de uma obra, mas nada vinculado a votar em algum candidato; que era um panfleto institucional do governo do Estado'**.

Testemunha NATHÁLIA EMYGDIA ANDRADE (coordenadora de políticas sociais do Centro de Estatística, Pesquisa e Estudos da CEPERJ e que foi arrolada pela defesa dos investigados CLÁUDIO BONFIM DE CASTRO E SILVA e THIAGO PAMPOLHA GONÇALVES): **'que a depoente não sofreu nenhuma ingerência política, eleitoral, nenhuma influência da eleição, nomeia A ou B, faz isso, corre com isso, porque tem que atender o deputado A ou B'; que a depoente não tem notícias de ninguém que tenha trabalhado com a depoente tenha sofrido pressão; (...) que a depoente não viu, não presenciou atos de propaganda, distribuição de material de campanha, coisas de política, eleitoral; que, durante o trabalho da depoente, em nenhum momento foi induzida por ninguém, nem pelo Gabriel, indicando em quem a depoente deveria votar ou alguém deveria votar, sendo que ele, em nenhum dia, agendou algum tipo de reunião ou falou com os trabalhadores lá 'olha, vocês precisam votar em alguém especificamente'; (...) que ninguém citou a proximidade das eleições como motivo para o aumento desses projetos'**.

Tem-se, ainda, dentre os documentos anexados à petição inicial da AIJE nº 0606570-47, termos de declaração datados de 31/10/22 e referentes a depoimentos prestados perante o promotor da 149ª Zona Eleitoral de Guapimirim, em que as depoentes Cinthia da Cruz Tavares, Ionara Ramos e Alessandra Lopes de Souza afirmam que trabalharam para a Fundação CEPERJ e que 'o emprego ou o valor recebido não foram oferecidos por conta de apoio a algum candidato' (ids 31746889 a 31746891).

As duas primeiras informam que não tiveram 'contato com candidato, coordenadores de campanha ou prestaram serviços para algum desses nas eleições de 2022', ao passo que a última declara que não se candidatou a nenhum cargo em 2022 e que, apesar de ter tido contato com diversas pessoas, não prestou serviço para ninguém.

Assim, as oitivas das testemunhas não se prestam, no meu entendimento, para assegurar, de forma clara, a prática de condutas que indiquem finalidade eleitoral, embora possam caracterizar, em tese, irregularidades administrativas ou até mesmo criminais.

Sobre supostas publicações em redes sociais de contratados do CEPERJ, não vejo ilicitude eleitoral imputável aos candidatos aqui investigados, uma vez que, conforme jurisprudência do TSE, 'não há proibição a que um servidor público, também cidadão, crie uma página em rede social onde divulgue positivamente os atos da Administração e sinalize sua preferência eleitoral, de forma explícita ou implícita' (RespEI nº 37615, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE em 17/04/2020).

Ainda sobre isso, as testemunhas MARCOS PIMENTEL e VICTOR BORGES LOPES DE SOUZA, ouvidas nestes autos, afirmaram que não lhes era solicitado que fizessem publicações em suas redes sociais. (Grifos nossos).

Por sua vez, o voto proferido pelo Desembargador Fernando Cabral Filho igualmente concluiu pela não comprovação da arguida coação de contratados (ID 162201968 do RO-EI 0606570-47):

A testemunha Mayra Santos Carvalho, indicada pelo Ministério Público e ouvida pelo Exmo. Juiz da 184ª Zonal Eleitoral, ao ser inquirida, respondeu que era Assistente Social, e que em 2022 foi contratada para trabalhar no Projeto Cidade Integrada, tendo sido convidada para lá ingressar, por um colega de Pós-graduação. Discorreu sobre o trabalho que desempenhou enquanto por lá esteve, e afirmou peremptoriamente, que durante o período, teria participado da campanha política do Candidato Claudio Castro.

Sucedo que visto o Depoimento, extrai-se uma imensa imprecisão. Vejam-se os trechos:

'Dr. Advogado: A Sra. falou no início do depoimento, respondendo a pergunta da Dra. Promotora que trabalhou na campanha do Claudio Castro, eu queria saber como foi, se a senhora trabalhou como cabo eleitoral, se a senhora trabalhou distribuindo

*bandeira, panfleto, adesivo, como foi isso?*

*Mayra: Eu fui convocada para ir em duas inaugurações de obra e nesses eventos eles davam alguns panfletos para gente entregar para as pessoas que estavam passando nas ruas da comunidade.*

*Dr. Advogado: Mas eram panfletos das obras do estado do Rio de Janeiro ou panfleto de Campanha com número de candidato, CNPJ, santinho de campanha?*

*Mayra: Não sei dizer, não sei dizer se tinha número de candidato, mas era o Cláudio Castro convidando para inauguração da obra.*

*Dr. Advogado: Mas o Claudio Castro governador, candidato ou governador institucional, panfleto institucional do estado do Rio de Janeiro do programa Cidade Integrada?*

*Mayra: Não sei dizer. Não me lembro.*

*Dr. Advogado: Por último, como a senhora explica, se os candidatos não podem ter inaugurações de obras públicas, três meses que antecedem as eleições, como que teve campanha dentro desse período?*

*Mayra: Não sei.*

*Dr. Advogado: Então a senhora não sabe as datas em que esses eventos ocorreram?*

*Mayra: Ah, as datas eu não lembro exatamente por que foi em 2022, mas teve uma talvez em junho ou julho, não sei dizer exatamente.*

*Dr. Advogado: Ou seja, todas antes da campanha eleitoral?*

*Mayra: Sim.'*

*O que se colhe do depoimento, é que, embora acredite que tenha feito campanha eleitoral em favor do então candidato Claudio Castro, a Senhora Mayra, na realidade, não sabia distinguir se distribuiu panfletos políticos ou institucionais, do próprio Governo, o que é no mínimo estranho, diante de seu alto nível de formação acadêmica.*

*Mais que isso, sendo fato público e notório a instalação do período vedado no ano eleitoral, é inimaginável que o então Governador do Estado tenha inaugurado uma obra pública, em evento aberto, naquele tempo, a partir do qual se atribuem número aos candidatos e circulam o material de campanha.*

*O depoimento é confuso, denota a adoção de premissas equivocadas pela depoente e revela-se, ao meu aviso, inverossímil.*

*De sua vez, o depoente Vitor Borges, afirmou que não viu qualquer integrante do projeto em que participou ser obrigado a realizar atos para promoção pessoal de nenhum político, devendo apenas exercer suas atribuições, e que chegou a entregar panfletos institucionais do Governo do Estado, informativo das obras.*

*Dr. Advogado: Nesse tempo em que você atuou nesse Programa, você sabe ou teve conhecimento se já houve exigência de que os Funcionários que atuavam também nesse programa eram compelidos a ir à inauguração de obras na localidade?*

*Vitor: Na verdade, dependendo da localidade dos funcionários, dos prestadores ali, eles tinham que comparecer nas inaugurações realizadas pelo Governo do Estado, porém, outras pessoas que estavam em outras localidades de atuação do projeto não poderiam desguarnecer, não poderiam largar seu posto de trabalho para acompanhar isso, era uma coisa mais de disponibilidade, se tivesse disponível, a gente teria que acompanhar ali.*

*Dr. Advogado: E os funcionários da Cidade Integrada, eles eram obrigados, compelidos a usar as redes sociais próprias para fazer campanha em favor de algum candidato?*

*Vitor: Não, em nenhum momento foi falado para minha pessoa e ainda não ouvi em nenhum momento nenhuma ordem nesse sentido da gente fazer campanha política nas nossas próprias redes sociais.*

*Dr. Advogado: Nem nas redes sociais e in locu, isso existia também ou não?*

*Vitor: In locu também não. Na verdade nós fazíamos panfletagem quando eu compareci, salvo engano, uma vez, a gente fazia a panfletagem comunicando a população de que ia ter a inauguração de uma obra, alguma coisa. Mas nada vinculado a um 'vote em algum candidato', enfim, não tinha nada disso no panfleto, era mais institucional do Governo do Estado.'*

*Assim, o depoimento do Sr. Vitor Borges, de alguma forma, jogou algumas luzes àquilo que foi dito pela Testemunha Mayra, quando asseverou que entregou panfletos em inaugurações de obras, mas que não sabia esclarecer se seriam político-partidários ou institucionais, do Estado do Rio de Janeiro.*

*De sua vez, Marcos Pimentel em seu depoimento informou que trabalhou efetivamente no Projeto Cidade Integrada, pois fazia a vistoria de todas as obras vinculadas ao programa, diariamente.*

*Perguntado pelo Ministério Público se sabia informar se sua escolha e de outras pessoas com quem trabalhou decorreria de interferência política aplicada por assessores ou cabo eleitorais, respondeu que não sabia informar.*

*Prosseguindo, a Testemunha Natália Emygia Andrade que é funcionária do CEPERJ, escutada, disse o seguinte, no trecho que abaixo destaca:*

*'Dr. Advogado: Naquilo que diz respeito ao processo, ainda que não seja de atribuição do CEPERJ, a senhora identificou ali alguma gestão de cunho eleitoreiro, a senhora presenciou algum ato de campanha, algum favorecimento a candidato A e B? Seja na dependência do CEPERJ ou alguma movimentação atípica?*

*Nathália: Nas dependências da fundação, não. Nunca presenciei nada.*

*Dr. Advogado: A senhora sabe dizer se algum servidor do CEPERJ, foi compelido ou coagido, foi de certa forma influenciado a fazer campanha para alguém no período eleitoral?*

*Natalia: Desconheço. '*

*Fazendo um cotejo entre o que extrai da longa prova oral produzida, e aquilo que constou nas imputações, me pareceu, com todas as véias, que, relativamente aos Investigados Cláudio Castro e Rodrigo Bacellar, os fatos extraídos, são principalmente afetos aos saques na "boca do caixa" e às irregularidades administrativas que podem ensejar responsabilidade aos demandados na seara administrativa.*

Nada obstante tais votos alinhados sobre a não comprovação da imputada coação aos contratados temporários, o relator vencido na Corte de origem, Desembargador Peterson Barroso Simão, reconheceu que "as testemunhas Marcos Santos Pimentel, Rodrigo Gaviorno, Mayra Carvalho e Victor Borges Lopes de Souza depuseram em juízo que, em verdade, foram obrigadas a participar de verdadeira campanha política e de esquema de cooptação de votos para Cláudio Castro e Thiago Pampolha" (ID 162201968 do RO 0606570-47, grifo nosso). O teor desses depoimentos e de outros colhidos na fase de instrução estão transcritos no início do voto do relator na origem e também foram citados no tópico anterior.

No ponto, os 4 depoimentos acima transcritos, das testemunhas Rodrigo Gaviorno, Mayra Carvalho, Marcos Santos Pimentel e Lucia Helena de Oliveira, são coesos no sentido de que – mesmo não reconhecendo que a contratação se destinou à realização direta de campanha eleitoral ou que atuassem os contratados como cabos eleitorais: i) houve expressiva arregimentação de pessoas para os projetos sociais em tela; ii) houve uma cooptação dos contratados para apoio dos candidatos envolvidos; iii) houve esforço de engajar esses contratados para figurarem como plateia nos eventos da Administração Pública, forçando um ambiente de aprovação popular com substrato de propaganda eleitoral.

Inequívoco, também, que os contratados ouvidos e nos depoimentos ora transcritos confirmam, de forma uníssona, que chegaram a ser instados no empenho de suas atividades, diante do período eleitoral e a necessidade de apoio, com menções à necessidade de adesão deles nas redes, dada a divulgação e participação dos lançamentos dos muitos projetos sociais executados. Também impressiona a circunstância de que, nesses eventos, partia orientação para que tirassem o colete para "fazer volume e parecer que eram população" e, de outra parte, outras testemunhas, a exemplo de Victor Borges Lopes de Souza, indicada pela defesa do réu Allan Borges Nogueira, confirma que "faziam panfletagem comunicando a população que ia ter a inauguração de uma obra, mas nada vinculado a votar em algum candidato" (ID 162201968 do RO 0606570-47, grifos do original).

Diante desse contexto, fato é que os depoimentos destacados permitem, associados às inúmeras irregularidades nas expressivas contratações sucedidas (ausência de critérios objetivos de seleção, falta de processo seletivo formal, ausência de controle de jornada, pagamentos mediante saques em espécie na "boca do caixa" etc.) vinculadas a dezenas de projetos, inferir a lamentável convergência da atuação dos contratados para ao menos engajamento político em eventos de inequívoca projeção dos gestores políticos em face das eleições então vindouras de 2022, com atração de membros de comunidade e mesmo – que fosse – de distribuição de panfletos institucionais.

É de se reconhecer, associado aos demais fatos já analisados na AIJE, que eventos de inauguração de obras públicas e de projetos sociais, com uso de contratados precários para potencializar tais eventos e com a presença das figuras políticas estaduais, para muito longe de ser um mero acontecimento da Administração Pública, configurava, em verdade e dado todo o cenário apurado, uma confortável estratégia de emprego de recursos públicos em desvio de finalidade, para atos de promoção pessoal de agentes públicos (que não necessita se equiparar a autêntica propaganda eleitoral antecipada), em nítida projeção de investigados que compareciam pessoalmente a tais eventos.

Seria ingênuo cogitar que tais inaugurações ou projetos sociais não se travestiam de acontecimentos de natureza política, reputando o uso de material impresso – mesmo institucional – distribuído com o escopo de dar notícia dos projetos ao público local, o que era efetivado por meio de profissionais temporariamente contratados sob vínculos precários e que, a meu juízo, transborda a mera função informativa dos feitos administrativos em questão.

Vale lembrar que o princípio da impessoalidade previsto na Constituição Federal veda expressamente autopromoção do agente público ou político. Quando estamos diante de campanha para a reeleição, considerados os recursos públicos envolvidos e o potencial prejuízo à lisura e legitimidade do pleito que se avizinhava, é exigível redobrada cautela. As condutas narradas e comprovadas por testemunhas deixam patente o aparelhamento da política pública e da gestão de benefícios, ações e projetos, voltados a pessoas em situação de vulnerabilidade social em comunidades de baixa renda. Não é ilícito o comparecimento de altos dignitários em eventos, dada a possibilidade de reeleição. Porém, devem eles exercer seu múnus de forma discreta e com retidão, evitando assim a caracterização de abuso de poder. Usar recursos públicos de forma desabrida para alavancar esses eventos é suficiente para caracterizar o abuso.

Não há como negar que os benefícios das ações sociais, iniciativas culturais e assistenciais fraqueados à população, em ano eleitoral, teve nítido reflexo entre as candidaturas dos agentes políticos que as promoviam em face de seus opositores, malferindo a paridade de armas que deveria informar a disputa e a própria legitimidade do processo eleitoral.

De outra parte, para além do uso desses contratados temporários nos eventos, destaco que o voto vencedor no Tribunal a quo afirma que, sobre supostas publicações em redes sociais de contratados do CEPERJ, não haveria ilicitude eleitoral imputável aos candidatos investigados, porque não há proibição a que um servidor público, também cidadão, crie uma página em rede social para apoioamento deles.

Aqui, dadas todas as vênias, o voto condutor no Regional desvia o foco da questão. Não se está a analisar a mera divulgação de mensagem eleitoral por cidadãos ou agente público pessoa física. Está em tela evidenciada uma conduta sistêmica engendrada para, com recursos públicos, montar uma máquina de propaganda política em prol do ordenador último de despesas. Estamos diante da criação de um verdadeiro exército de, digamos, “micro influencers eleitorais laranjas”, arregimentados à força de dinheiro público e assédio moral. Típico ilícito eleitoral organizado, articulado, vultoso. Abuso patente, portanto. O esquema investigado inovou ao montar, com recursos amealhados com a concessão do CEDAE, um exército de bots humanos recrutados em inegável desvio de finalidade.

Está provado que não se tratou de mera atuação voluntária do eleitor ou apoiador. Houve sim assédio para fazer propaganda política sob ameaça de demissão. A jurisprudência desta Corte é pacífica em vedar nas empresas privadas reprovável intimidação, pelo simples fato do vínculo laboral existente. Ora, se não se admite que um empregador privado exerça constrangimento em face de empregados a apoiar, propagandear, panfletar ou votar em candidato por ele imposto, tanto mais deve ser condenada a conduta de agentes públicos que orquestram o recrutamento, à custa do erário, de trabalhadores a ente público para assediá-los em serem cabos eleitorais.

Por tais razões, patente a ilicitude consistente na obrigação de comparecimento dos contratados a eventos, diante do reconhecimento de uma estratégia de emprego de recursos públicos em desvio de finalidade para atos de promoção pessoal de agente público.

### 2.3. Exame da gravidade. Análise não condicionada pelo resultado eleitoral.

Numa disputa em que o apoio de pessoas jurídicas é vedado, mais ainda vedado há de ser contar com o apoio material de pessoas contratadas por entidades vinculadas à administração pública, por meio do desvirtuamento de projetos em favor de pré-candidaturas e do expressivo e desproporcional aporte de recursos no ano da eleição.

Pois, se o abuso do poder econômico se traduz no uso desproporcional de recursos patrimoniais que desequilibrem a disputa, não se pode entender desprovida de gravidade a conduta de utilizar recursos de pessoa jurídica de direito público, ainda mais quando extrapolado – e muito – o limite de gastos de campanha.

Já pode asseverar anteriormente: a permissão constitucional de reeleição para a Chefia do Executivo está longe de significar salvo conduto para prática que sobrelevem a disparidade de armas. Muito menos pode legitimar práticas abusivas mediante desvio de finalidade (abuso de poder político) ou uso desmedido e excepcional de recursos públicos com objetivos exclusiva ou complementarmente eleitorais (abuso do poder econômico com desvio do erário).

Portanto, apenas o fato de ter restado comprovado o emprego de bens, serviços e pessoas CEPERJ e da UERJ já acarreta desequilíbrio da disputa com gravidade relevante a ponto de fazer incidir a censura da Justiça Eleitoral.

No mais, ainda que se pudesse considerar o esforço argumentativo empreendido pelo voto condutor na origem em demonstrar as peculiaridades da disputa eleitoral no Rio de Janeiro, certo é que se recorreu a aspectos metajurídicos e a elementos quantitativos de votação, de modo a se sustentar a tese de que a conduta dos investigados e o uso da estrutura da CEPERJ e da UERJ não alterariam o resultado eleitoral.

Essa perspectiva, no entanto, não encontra lastro na legislação vigente, na doutrina mais abalizada e muito menos na jurisprudência desta Corte Superior.

A gravidade não se mede pelo impacto numérico no resultado eleitoral nem pela eficácia em alterar o curso do pleito. A gravidade deve ser medida pelo potencial de desequilibrar a disputa e pela potencial ofensa nela engendrado.

Com efeito, nos termos do inciso XVI do art. 22 da Lei Complementar 64/90, com a redação conferida pela Lei Complementar 135/2010, “para a configuração do ato abusivo, não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado

da eleição, mas apenas a gravidade das circunstâncias que o caracterizam". Ou seja, nos termos legais, não mais se avalia a capacidade de a conduta alterar a votação de candidatos, mas apenas se em tese há mácula objetiva à normalidade e à legitimidade das eleições, inclusive sob a ótica da igualdade de chances entre os candidatos.

Essa linha é adotada por Edson de Resende Castro, para quem "será grave o fato que puder – em tese, ou seja, em análise abstrata e sem estabelecer nexos de com o resultado das urnas – afetar a lisura do pleito e desejada igualdade de chances dos competidores"[1].

Ora, afirmar, como parece pretender o acórdão regional, que os ilícitos praticados, por mais graves que sejam, não caracterizam abusos coibíveis com base no art. 22, XIV, da LC 64/90 porque a chapa encabeçada pelo recorrido Cláudio Castro seria eleita de qualquer forma por conta do apoio eleitoral no Estado do Rio de Janeiro importaria em dar um salvo conduto a práticas ilícitas abusivas a todos os candidatos que desfrutem de potencial eleitoral elevado ou que sejam consagrados nas urnas. Seria o mesmo que dizer que o abuso é imune à coibição se feito por quem seja brindado por uma tendência eleitoral benfazeja e favorável. Daí que candidatos hegemônicos no seu Estado estariam livres para delinquir eleitoralmente e, assim, perenizarem sua hegemonia.

Se, como parece sustentar a decisão recorrida, o candidato seria eleito com ou sem o beneficiamento dos atos patenteados como ocorridos e ilícitos, maior razão haveria para que ele concorresse respeitando as regras eleitorais, rejeitando apoio de pessoa jurídica, disputando em paridade de armas e zelando pela lisura do pleito.

Aliás, como registrado acima, nas disputas pela reeleição, a criação de um ambiente de virtual apoio a candidatos e pré-candidatos – como ocorreu na espécie por meio do comparecimento compulsório de contratados temporários a atos partidários – ganha especial relevância, pois sugere ao público em geral que aquela gestão goza de apoio popular e que, bem por isso, mereceria novo mandato.

Ademais, considerando o elevado número de contratados (em torno de 27.000) e a vultuosidade dos recursos empregados (aproximadamente meio bilhão de reais), é presumível que os expressivos resultados eleitorais da chapa eleita em primeiro turno tenham sido obtidos exatamente pelo efeito multiplicador dos atos ilícitos, em prejuízo à igualdade da disputa.

Acrescente-se que a dimensão numérica (23 mil contratados) e econômica (mais de meio bilhão de reais) presumivelmente só não foi maior porque a continuidade das condutas foi tolhida pelo Ministério Público e pelo órgão de controle, cessando antes de chegar à beira do pleito.

Sim, pois se, como alegam as defesas, os recursos foram gastos em 2022, porque oriundos da privatização do CEDAE. Não houvesse o MP agido para interromper tal prática, os valores poderiam alcançar alguns bilhões de reais.

Além disso, como bem ressaltou a relatora: os achados do TCE/RJ, mediante cruzamento das bases de dados, indicam que havia no CEPERJ pelo menos 1.040 pessoas vinculadas a diretórios estaduais de diversos partidos políticos, a maioria da coligação do então governador. Também foram encontrados 248 indivíduos ligados a diretórios municipais, 79 candidatos não eleitos nas Eleições de 2018 e até pessoas falecidas, a reforçar o caráter eleitoreiro das contratações e a sua total falta de critério.

Meu entendimento sobre o exame da gravidade já foi adotado por este Tribunal nos seguintes julgados:

*5. Os recorrentes defendem que foi comprovada a prática das seguintes condutas abusivas: (i) utilização de mídias produzidas para publicidade institucional do governo na propaganda eleitoral dos investigados; (ii) uso promocional de programas governamentais, notadamente o Programa "Odontomóvel" e a entrega de equipamentos hospitalares no Município de Codajás; (iii) concessão de reajustes gerais e aumentos prospectivos, por meio da sistematizada e generalizada reestruturação remuneratória de diversas carreiras; (iv) contratação fraudulenta da empresa Agência Nacional de Segurança e Defesa (ANS&D) pelo Governo do Amazonas, com o objetivo de custear gastos eleitorais dos investigados, além de captar ilícitamente sufrágio.*

*6. Nas ações de investigação judicial eleitoral, a análise da gravidade das condutas reputadas ilegais deve ser feita a partir de uma análise conjunta e global dos fatos, a fim de que se verifique se houve a configuração do abuso de poder.*

[...]

*9. Constatado que também houve uso promocional do "Programa Odontomóvel", instituído pela Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas, em 24 de julho de 2014, sem qualquer previsão legal ou execução orçamentária anterior. Reforça o caráter eleitoreiro da conduta abusiva a filmagem feita durante um dos atendimentos no Conjunto Viver Melhor, a qual revela o uso de propaganda eleitoral da chapa majoritária eleita. **A gravidade da conduta reside não apenas no número de pessoas atendidas e seu efeito multiplicador, mas em suas próprias circunstâncias, diante do desvirtuamento de programa de caráter social, para a promoção da candidatura dos investigados.***

(RO-EI 2244-91, rel. Min. Luis Roberto Barroso, DJE de 28.9.2021, grifos nossos.)

*5. A Corte de origem confirmou a sentença e manteve o reconhecimento do abuso de poder político consubstanciado na contratação temporária de algumas dezenas de servidores públicos, sem motivação excepcional e no curso do período eleitoral.*

*6. O fato ensejador da procedência da AIJE foi considerado grave não somente pelas circunstâncias insitas à conduta administrativa apurada, mas tendo em vista o ambiente específico da disputa majoritária do município, cuja votação foi decidida por uma margem*

*mínima consistente em 49 votos, diante de um universo de 5.989 votos válidos, o que representou uma vantagem, em termos percentuais, de 0,82%, relevando-se, em consequência, o efeito multiplicador da conduta alusiva aos atos admissionais precários em face dos núcleos familiares dos contratados, em ambiente de pobreza generalizada.*

7. A revisão da compreensão das instâncias ordinárias quanto ao ilícito de abuso de poder político tipificado no art. 22 da LC 64/90 exigiria nova incursão no contexto fático-probatório, o que é vedado nesta instância extraordinária, a teor do verbete sumular 24 desta Corte Superior.

8. A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral tem adotado rigor quanto aos limites de incidência da norma permissiva da alínea d do inciso V do art. 73 da Lei das Eleições, em face da vedação, no período de três que antecede o pleito até a posse dos eleitos, dos atos de movimentação funcional (nomeação, contratação, admissão, demissão sem justa causa, supressão ou readaptação de vantagens, entre outros), porque tais condutas possuem nítido e expressivo impacto na disputa e, podem, em consequência e mesmo no âmbito da ressalva legal, configurar abuso de poder político.

(REspe 211-55, rel. Min. Sérgio Banhos, DJE de 5.11.2019, grifos nossos).

Repise-se, como tem feito reiteradamente a jurisprudência da Corte Superior Eleitoral, que, para a aferição da incidência ou não da sanção cominada no art. 22, XIV, da LC 64/90, é irrelevante perquirir o impacto no resultado, bastando verificar o impacto potencial da conduta em si para a lisura do pleito (gravidade).

Afinal, como se sabe, “a teor da jurisprudência deste Tribunal Superior, endossada pelo acórdão recorrido, a configuração do ato abusivo não depende da potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas da gravidade das circunstâncias que o caracterizam, consoante o inciso XVI do art. 22 da Lei Complementar nº 64/90” (REspe 829-11, rel. Min. Admar Gonzaga, DJE de 3.12.2015).

Igualmente: “A partir da Lei Complementar nº 135/2010, que inseriu inciso XVI ao art. 22 da Lei Complementar nº 64/90, não mais se cogita de potencialidade como critério para configuração do abuso de poder, mas apenas a gravidade do ato perpetrado” (RO 7634-25, red. para o acórdão Min. Tarcisio Vieira de Carvalho Neto, DJE de 17.5.2019).

Sirvo-me, nesse ponto, do bem lançado trecho do parecer da Doutrina Procuradoria-Geral Eleitoral, que bem sintetiza os elementos da gravidade (ID 162848440 do RO-EI 0603507-14, pp. 114-116):

*No caso dos autos, o critério qualitativo da gravidade se perfaz por uma série de circunstâncias que podem ser assim sintetizadas: i) o uso da condição de agente público (cargos eletivos) para auferir vantagem na competição eleitoral; ii) o argumento da implementação de projetos e programas sociais como justificativa para os vultosos repasses de recursos financeiros, cuja finalidade se revelou de cunho eleitoral; iii) a técnica das parcerias entre Secretarias de Governo e a CEPERJ e UERJ para o atingimento dos objetivos eleitorais; iv) a estratégia de descentralização de recursos orçamentários direcionando as atenções para entidades desvinculadas da administração pública direta estadual, ou seja, o uso de intermediários para atingir a finalidade de interferir no processo eleitoral; v) o expressivo incremento – nominal e percentual – de recursos públicos repassados à CEPERJ e UERJ até o final do primeiro semestre do ano eleitoral; vi) a contratação de dezenas de milhares de servidores temporários sem amparo legal, transparência, publicidade, processo seletivo e plano de trabalho; vii) a adoção da modalidade de pagamento por meio da Requisição de Pagamento Autônomo, de modo a permitir ‘saques na boca do caixa’ – sem qualquer controle – o que consolida uma forma de cooptação dos beneficiários no ano eleitoral.*

*Decerto que esse contexto de fatos concatenados autoriza concluir por um acentuado desvalor do comportamento dos investigados, o que densifica o critério qualitativo da gravidade. Revela-se presente, aqui, uma conexão indissociável entre as condutas perpetradas pelos investigados e o benefício que desequilibrou o ideal de isonomia da competição eleitoral.*

*No tocante ao aspecto quantitativo, ainda que não seja fator determinante para metrificar o abuso de poder, não se pode desprezar, na espécie, o expressivo número de contratações irregulares e o natural efeito multiplicador – seja pela exploração da condição hipossuficiente dos beneficiados com os contratos írritos, seja pelos núcleos familiares e entes próximos que sentem igualmente os efeitos dos empregos concedidos e remunerados à margem da lei – dessa modalidade de ilícito que, ao fim e ao cabo, atua na conformação da própria dignidade da pessoa humana.*

Portanto, ao contrário do que entendeu a Corte de origem, considero não apenas comprovadas as condutas em si, como também a gravidade que caracteriza o abuso do poder econômico, razão pela qual são cabíveis as sanções descritas no inciso XIV do art. 22 da Lei Complementar 64/90, mais especificamente a cassação do diploma do candidato eleito e a inelegibilidade dos autores e partícipes do ato.

O exame concreto dessas sanções e a exposição dos consectários do julgamento serão explorados nos tópicos a seguir.

#### 2.4. Aplicação das sanções e individualização das condutas.

Reconhecido o abuso do poder econômico, a votação da chapa beneficiária deve ser anulada, nos termos do art. 222, c.c. o art. 237, ambos do Código Eleitoral, in verbis:

*Art. 222. É também anulável a votação, quando viciada de falsidade, fraude, coação, uso de meios de que trata o art. 237, ou emprego de processo de propaganda ou captação de sufrágios vedado por lei.*

[...]

*Art. 237. A interferência do poder econômico e o desvio ou abuso do poder de autoridade, em desfavor da liberdade do voto, serão coibidos e punidos.*

No mesmo sentido, a jurisprudência desta Corte Superior: “Os votos atribuídos aos candidatos cassados em virtude do cometimento de ilícitos eleitorais devem ser considerados nulos, nos termos do art. 222 c.c. o art. 237, do CE, ainda que, na data do pleito, o pedido de registro de candidatura estivesse deferido” (ED-RO-EI 0601236-07, rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJE de 12.4.2021).

Desse modo, os votos devem ser considerados nulos, nos termos supracitados.

Com relação à inelegibilidade, individualizo a conduta dos seguintes investigados, conforme prova produzida nos autos e parcialmente reproduzida acima:

i) Cláudio Castro teve participação nos fatos imputados, seja na edição do Decreto 47.978/2022 (que alterou a finalidade da CEPERJ), seja pela ascendência hierárquica em relação aos agentes diretamente envolvidos. E, como chefe do Executivo, tomou conhecimento das práticas, pois, diante do montante de recursos transferidos para efetivar as contratações, o estratagema não seria possível sem aquiescência do governador. Além disso, participou ativamente dos atos nos quais os contratados temporários eram orientados a comparecer;

ii) Rodrigo da Silva Bacellar teve atuação concreta nos fatos descritos na condição de Secretário de Estado de Governo, órgão interveniente na operação de descentralização dos créditos, dedicando esforço notável para a aprovação de convênio com a CEPERJ para viabilizar o projeto “Pacto RJ”, objeto do desvirtuamento apurado nas ações em tela:

Em relação a este investigado, recebi memoriais em que se procura sustentar o seu envolvimento apenas tangencial nos fatos. É bem verdade que nos depoimentos não emerge prova de que o abuso teria sido usado em favor da candidatura do investigado. Contudo, nem o convênio com a CEPERJ, nem a descentralização dos recursos, nem a destinação desses teriam sido possíveis sem a sua participação. Se abuso de poder econômico e político houve – e isso foi provado –, é extrema de dúvidas que necessariamente passou pelo Secretário de Governo ao tempo dos fatos, o investigado. O só fato de que alguns atos se inseriram em procedimentos complexos com envolvimento **também** do Secretário de Estado da Casa Civil não afasta o envolvimento do Secretário de Governo. É incontroverso que o convênio, que funcionou como vetor do abuso, foi firmado pela secretária chefiada por Rodrigo Bacellar com a CEPERJ. E, político experiente que é, não se mostra plausível crível que aceitasse firmar convênio com esses objetivos e proporções sem saber ao que ele se prestaria;

iii) Gabriel Rodrigues Lopes, por sua vez, atuou como Presidente da CEPERJ à época dos fatos, com poder de mando no âmbito da fundação, além da assinatura de atos normativos que viabilizaram os repasses de recursos e as contratações irregulares.

Aos três investigados acima, deve ser declarada a inelegibilidade, pelo prazo de 8 anos contados da eleição, nos termos do inciso XIV do art. 22 da Lei Complementar 64/90.

Por outro lado, não se verificou prova suficiente, indene de dúvida, da participação, ciência ou anuência de Thiago Pampolha Gonçalves, de modo que a ele não pode ser reconhecida a inelegibilidade.

Por fim, nos termos do mesmo dispositivo legal, é cabível a cassação do registro ou diploma dos mandatários beneficiários do ilícito, mais especificamente de Cláudio Castro, Thiago Pampolha Gonçalves e Rodrigo da Silva Bacellar.

Em relação aos dois primeiros, como não mais ocupam os mandatos – o primeiro em razão de renúncia e o segundo pela nomeação para a Corte de Contas –, entendo cabível a cassação dos respectivos registros. Já quanto a Rodrigo da Silva Bacellar, é de rigor a cassação do respectivo diploma, tudo com base no inciso XIV do art. 22 da Lei Complementar 64/90.

## 2.5. Do enquadramento dos fatos como condutas vedadas. Fixação de multas.

No caso, é incontroverso que as contratações ocorreram antes do período crítico, de modo que não há falar em incidência da conduta vedada de que trata o art. 73, V, da Lei 9.504/97.

Por outro lado, é evidente a prática das condutas vedadas dos incisos II e III do referido dispositivo, cuja incidência alcança condutas que tenham ocorrido antes do período crítico. Nesse sentido: “Para a incidência dos incisos II e III do art. 73 da Lei nº 9.504/97, não se faz necessário que as condutas tenham ocorrido durante o período de três meses antecedentes ao pleito” (AgR-REspe 355-46, rel. Min. Arnaldo Versiani, DJE de 30.9.2011).

Conforme visto, a prova dos autos indica a prática da conduta vedada do art. 73, II, da Lei 9.504/97, que deve ser imputada aos investigados Cláudio Castro – pela edição do Decreto 47.978/2022, que alterou a finalidade da CEPERJ – e Gabriel Rodrigues Lopes – então Diretor da CEPERJ e executor dos atos normativos implementados para efetivar o desvio da destinação da referida entidade.

Além desses, devem ser sancionados com multa, na condição de beneficiários, Thiago Pampolha Gonçalves e Rodrigo da Silva Bacellar.

Em relação ao quantum da multa, à míngua de outras provas sobre a capacidade econômica dos investigados, considero apenas a gravidade da conduta, a repercussão do ilícito e a posição de cada um dos recorridos na cadeia de responsabilidades.

Nesse sentido, tanto Cláudio Castro quanto Gabriel Rodrigues Lopes devem ser sancionados com multa, que arbitro em 100.000 UFIRs, dados os respectivos papéis centrais na prática da conduta vedada e, no caso do primeiro, a condição de maior beneficiário do esquema ilícito. Sem eles, as condutas vedadas e os atos abusivos não teriam ocorrido, o que justifica sanção em patamar superior.

A Rodrigo da Silva Bacellar, entendo suficiente a imposição de multa de 20.000 UFIRs, visto que ele se beneficiou especificamente dos projetos Observatório do Pacto RJ e RJ Para Todos ao ser transformado em executor dos projetos para órgãos da administração estadual. Também exerceu o cargo de Secretário de Estado do Governo do Rio de Janeiro durante os fatos ilícitos, dedicando esforço notável para a aprovação de convênio com a CEPERJ para viabilizar o projeto “Pacto RJ”, objeto do desvirtuamento apurado nas ações em tela. Sua atuação foi importante para a consecução dos fatos ilícitos, mas em menor grau quando cotejada com os dois investigados acima.

Por seu turno, Thiago Pampolha Gonçalves deve ser sancionado em menor grau, em 20.000 UFIRs, considerando que apenas se beneficiou em menor extensão, na condição de candidato a vice-governador.

Em relação aos demais investigados, não vislumbro prova robusta das suas participações ou dos seus benefícios nas condutas apuradas.

### 3. Conclusão.

Ante o exposto, rogando as mais respeitosas vênias a quem tenha compreensão diversa, voto no sentido de:

**a) não conhecer do recurso ordinário interposto pela Coligação A Vida Vai Melhorar e por Marcelo Ribeiro Freixo;**

**b) prover parcialmente o recurso interposto pelo Ministério Público Eleitoral, a fim de:**

**i) reconhecer a prática de abuso de poder político e econômico;**

**ii) declarar a inelegibilidade, pelo prazo de 8 anos, de Cláudio Castro, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes;**

**iii) aplicar multa individual aos recorridos Cláudio Castro e Gabriel Rodrigues Lopes, no valor de 100.000 UFIRs, multa individual ao recorrido Rodrigo da Silva Bacellar, no valor de 50.000 UFIRs, e multa individual ao recorrido Thiago Pampolha Gonçalves, no valor de R\$ 20.000 UFIRs, em razão da prática das condutas vedadas do art. 73, II e III, da Lei 9.504/97;**

**iv) em relação a Cláudio Castro e Thiago Pampolha Gonçalves, muito embora não haja mandatos a serem invalidados – haja vista as renúncias do primeiro na data de ontem e do segundo ao tempo de sua nomeação para o TCE/RJ –, é de rigor a cassação dos respectivos registros, nos precisos termos do art. 22, XIV, da Lei Complementar 64/90;**

**v) cassar o diploma de Rodrigo da Silva Bacellar, nos termos do art. 22, XIV, da Lei Complementar 64/90.**

[1] CASTRO. Edson de Resende. Curso de direito eleitoral. 10. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2020, p. 483.

### VOTO

A SENHORA MINISTRA ESTELA ARANHA: Senhora Presidente, de início, adianto que acompanho o voto da Ministra Isabel Gallotti quanto às soluções apresentadas para as questões preliminares suscitadas nos processos. Nesse sentido, também deixo de conhecer do recurso interposto pela Coligação “A Vida Vai Melhorar” e outros, diante da intempestividade, e, por outro lado, conheço do recurso do Ministério Público Eleitoral, uma vez interposto dentro do prazo recursal, além de assentar sua legitimidade recursal em razão da sua condição de fiscal da ordem jurídica e a observância da tempestividade, sobretudo diante

da certificação que consta no PJe. Anoto a inexistência de litisconsórcio passivo necessário nos presentes casos e aponto, ainda, a inoportunidade de cerceamento de defesa em decorrência do compartilhamento de provas, tendo em vista que houve o pleno respeito ao contraditório. Por fim, igualmente afasto a tese de nulidade do acórdão, pois entendo suficientemente fundamentado o pronunciamento do Tribunal Regional Eleitoral.

No mérito, anoto que as imputações de prática de conduta vedada e de abuso de poder político e econômico repousam, em suma, no aumento substancial do repasse de valores, por intermédio de descentralização de crédito, para o custeio de projetos e programas junto à Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) e à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em período próximo às eleições, bem como na excessiva contratação de servidores temporários por ambas as entidades, remunerados por pagamento em espécie mediante saque bancário e com destinação de parcela dessa mão de obra para realizar campanha eleitoral em favor dos investigados.

Registro ainda que a leitura que fiz do acórdão impugnado foi a de que a corrente majoritária na origem reconheceu a existência e a gravidade dos ilícitos perpetrados no âmbito da CEPERJ e da UERJ, contudo, alinhou-se à tese no sentido de que não haveria *“provas robustas o suficiente de que os atos praticados tenham sido efetuados com o objetivo de favorecer a campanha dos candidatos investigados, sem prejuízo de que os fatos sejam eventualmente examinados sob outro prisma de ilicitude”*. Com efeito, a discordância operada na origem residiu na verificação da existência ou não da finalidade eleitoral dos ilícitos imputados.

Bem exposto o quadro processual em julgamento, reputo necessária a análise das imputações tanto sob o aspecto das condutas vedadas descritas no art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997, quanto sob a ótica de abuso de poder político e econômico disciplinado no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990.

De início, ressalto a compreensão deste Tribunal no sentido de que *“as condutas vedadas contidas no art. 73 da Lei nº 9.504/1997 se aperfeiçoam com a mera prática dos atos descritos na norma, independentemente da finalidade eleitoral, uma vez que constituem ilícitos de natureza objetiva”*, conforme Agravo em Recurso Especial Eleitoral nº 0 600 492-36, de Relatoria do Min. André Mendonça[1]. Em igual sentido, cito o Recurso Especial Eleitoral nº 0 600 852-87, da Relatoria do Min. Raul Araújo[2]. Nesses termos, como a configuração da conduta vedada dispensa a análise da finalidade eleitoral, bastando a subsunção objetiva da conduta factual ao ilícito eleitoral, é seguro afirmar que *“sua prática, por si, afeta a isonomia dos candidatos”*, conforme entendimento firmado no julgamento do Agravo Regimental no Recurso Especial Eleitoral nº 0 600 394-28, da Relatoria do Min. Antonio Carlos Ferreira[3]. Registro ainda que essa orientação encontra previsão normativa com igual conteúdo no art. 20, § 1º, da Resolução nº 23.735, de 2024, deste Tribunal[4].

No tópico, acompanho o voto-vista do Ministro Antonio Carlos, o qual cumprimento pela detalhada análise do caso, compreendendo, adicionalmente ao voto da Relatora, que houve a prática da conduta vedada descrita no inciso IV do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997, uma vez que as provas dos autos permitem concluir que ocorreu o uso promocional dos programas a favor do candidato, tendo em vista que os projetos sociais iniciaram-se em momento pré-eleitoral e adentraram no período crítico das eleições.

Em suma, a prova dos autos aponta para a ocorrência da conduta vedada descrita na Lei, atribuindo a responsabilidade dos atos ao então governador Cláudio Bonfim de Castro e Silva pela edição do Decreto que alterou a finalidade da CEPERJ, permitindo a prática da conduta analisada, bem como a Gabriel Rodrigues Lopes, então Diretor da CEPERJ e executor dos atos normativos que ensejaram o desvio da destinação da referida entidade, e Rodrigo da Silva Bacellar, então Secretário de Estado de Governo, diante da ciência inequívoca da edição do referido Decreto. Thiago Pampolha Gonçalves, candidato a vice-Governador, por sua vez, figurou tão somente como beneficiário da conduta.

Superado o tópico, entendo também configurado, no caso em análise, a ocorrência de abuso de poder político e econômico, na mesma linha de compreensão externada pela Eminente Relatora Ministra Isabel Gallotti. Sem pretensão de colmatar qualquer lacuna, porquanto inexistente, apenas gostaria de registrar os fundamentos principais para sustentar a condenação na espécie.

Os fatos apontados pelos investigadores, em suma, versam sobre a contratação de servidores temporários pela CEPERJ, a partir do repasse de recursos do Estado para o custeio de projetos e programas da CEPERJ e da UERJ, em ano eleitoral de 2022, a denotar um aumento de gastos significativos, conforme descritos na moldura do acórdão, tendo por base o ano de 2020.

Aponto para o fato de que, a menos de sete meses da eleição, houve a edição do Decreto Estadual nº 47.978, de 2022, assinado pelo governador Cláudio Bonfim de Castro e Silva, instrumento normativo que permitiu a ampla contratação de servidores temporários pela CEPERJ, em desrespeito à finalidade dessa espécie de contratação, sobretudo a partir das diretrizes fixadas pelo STF no julgamento do Tema de Repercussão Geral nº 612 [5]. A mesma situação se verificou em relação à UERJ, a partir da sanção da Lei Estadual nº 9.255, de 2021.

A análise probatória denota que, durante o exercício de 2022, a CEPERJ ampliou de sobremaneira o número de projetos sociais e profissionais a partir de promulgação de decreto e a assinatura de Resolução Conjunta para a descentralização da execução de crédito destinados à essa entidade.

Nesses termos, realço a expressiva quantidade de recursos que foram repassados via descentralização de créditos. Conforme descritos nos votos antecedentes, trata-se de condição significativa também para o enquadramento na conduta tipificada no art. 22 da Lei Complementar 64 de 1990.

Registro ainda, afastando os argumentos do Tribunal Regional Eleitoral, no sentido de que os fatos não teriam repercussão eleitoral, uma vez que a circunstância consistente em o Reitor da UERJ ter sido candidato a Deputado Federal por sigla partidária de oposição aos investigados não compensa, muito menos anula, a existência da conduta típica acima referida.

Também anoto que o fato de as contratações terem ocorrido fora do período eleitoral não prejudica a análise do ato sob o prisma eleitoral, mesmo porque é da compreensão deste Tribunal em precedente que a *“circunstância de o ilícito ter ocorrido antes do período de campanha não descaracteriza o ato abusivo”*[6].

Portanto, diante da verificação de gravidade das condutas, detidamente analisada no voto da eminente Relatora, impõe-se a aplicação das sanções dispostas no inciso XIV do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Como demonstrado, o então governador Cláudio Bonfim de Castro e Silva teve participação nos fatos, tanto pela

edição do Decreto que alterou a finalidade da CEPERJ, como respondia, como chefe do executivo estadual, pela de descentralização de créditos orçamentários, o que permitiu o repasse de recursos para entidade em questão. Rodrigo da Silva Bacellar, na condição de Secretário de Estado de Governo, por sua vez, também teve atuação na descentralização de créditos narrada. Gabriel Rodrigues Lopes, Presidente da CEPERJ à época dos fatos, foi responsável pela assinatura dos normativos que viabilizaram tanto o repasse os valores quanto as contratações aludidas.

Ante o exposto e com as devidas vênias ao excelente voto trazido pela divergência do Eminentíssimo Ministro Nunes Marques, **acompanho** o voto da Ministra Isabel Gallotti, com os acréscimos do voto-vista do Ministro Antonio Carlos Ferreira.

Por fim, também acrescento que compreendo como prejudicado o pedido de cassação do mandato do governador Cláudio Bonfim de Castro e Silva, em razão de sua renúncia já oficializada.

É como voto, Excelentíssima Senhora Presidente.

[1] TSE, AREspEI nº 0600492-36/PE, Rel. Min. André Mendonça, DJe de 14.10.2025.

[2] TSE, REspEI nº 0600850-87/RN, Rel. Min. Raul Araújo Filho, DJe de 13.9.2023.

[3] TSE, AgR-REspEI nº 0600394-28/MG, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, DJe de 1º.9.2025.

[4] Res.-TSE nº 23.735/2024: "Art. 20. [...] § 1º As condutas de que trata o art. 15 desta Resolução [DAS CONDUTAS VEDADAS ÀS(AOS) AGENTES PÚBLICAS(OS)] são de configuração objetiva e consumam-se pela prática dos atos descritos, que, por presunção legal, tendem a afetar a isonomia entre as(os) candidatas(os), sendo desnecessário comprovar sua potencialidade lesiva."

[5] STF, RE 658026/MG, Rel. Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe de 31.10.2014. Tese: Nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, para que se considere válida a contratação temporária de servidores públicos, é preciso que: a) os casos excepcionais estejam previstos em lei; b) o prazo de contratação seja predeterminado; c) a necessidade seja temporária; d) o interesse público seja excepcional; e) a contratação seja indispensável, sendo vedada para os serviços ordinários permanentes do Estado que estejam sob o espectro das contingências normais da Administração.

[6] ED-REspEI nº 0600559-98/SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 23.8.2023.

## VOTO

O SENHOR MINISTRO ANDRÉ MENDONÇA: Senhora Presidente, trata-se de dois recursos ordinários interpostos pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL (nas Ações de Investigação Judicial Eleitoral – AIJEs nº 0603507-14 e nº 0606570-47) e um recurso ordinário interposto por MARCELO RIBEIRO FREIXO e COLIGAÇÃO A VIDA VAI MELHORAR (na AIJE nº 0603507-14) contra acórdão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE/RJ), que, por apertada maioria, julgou **improcedentes** os pedidos para que fossem reconhecidas as práticas de (i) **abuso do poder político e econômico** e (ii) **condutas vedadas**, ocorridas nas eleições de 2022, envolvendo os cargos de Governador, Vice-Governador e Deputado Estadual no Rio de Janeiro.

Adotando o bem lançado relatório da e. Ministra Isabel Gallotti, **passo direto ao voto**.

### I – PRELIMINARES

Com relação às preliminares arguidas pelas partes, acompanho o voto da e. Relatora, assim como os demais votos que me antecederam, e **deixo de conhecer** do recurso ordinário interposto por MARCELO RIBEIRO FREIXO e pela COLIGAÇÃO A VIDA VAI MELHORAR, ante a **intempestividade** certificada nos autos de nº 0603507-14 (ID 162200869).

Também acompanhando os votos precedentes, **conheço** dos recursos ordinários interpostos pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, afastando a alegação de intempestividade suscitada em sede de contrarrazões por um dos investigados. Em acréscimo aos fundamentos trazidos pela e. Relatora acerca dessa preliminar, ressalto que o inciso II do art. 21 da Resolução CNJ nº 185/2013, que trata do Processo Judicial Eletrônico – PJe, dispõe **expressamente** sobre a situação verificada:

Art. 21. Para efeito da contagem do prazo de 10 (dez) dias corridos de que trata o art. 5º, § 3º, da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, no sistema PJe:

I - o dia inicial da contagem é o dia seguinte ao da disponibilização do ato de comunicação no sistema, independentemente de esse dia ser, ou não, de expediente no órgão comunicante;

II - o **dia da consumação da intimação ou comunicação** é o **décimo dia a partir do dia inicial, caso seja de expediente judiciário, ou o primeiro dia útil seguinte**, conforme previsto no art. 5º, § 2º, da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

Parágrafo único. A intercorrência de feriado, interrupção de expediente ou suspensão de prazo entre o dia inicial e o dia final do prazo para conclusão da comunicação não terá nenhum efeito sobre sua contagem, **excetuada a hipótese do inciso II**. [grifo nosso]

Logo, ausente certificação de que a Procuradoria Regional Eleitoral tenha efetivado formal consulta ao teor da intimação antes do transcurso do prazo de 10 (dez) dias previsto na Lei nº 11.419/2006, deve ser reputada **tempestiva** a insurgência recursal.

Sobre as demais preliminares, tenho por bem igualmente acompanhar a e. Ministra Relatora, adotando os mesmos fundamentos do seu judicioso voto.

### II – MÉRITO

**No mérito**, verifica-se, em suma, a imputação aos ora recorridos das práticas de **abuso de poder político e**

**econômico** (art. 22 da LC nº 64/1990) e de **conduta vedada** (art. 73, incisos II, IV e V, da Lei nº 9.504/1997), nas eleições de 2022.

Na petição inicial da AIJE proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, que é a mais abrangente das duas ações, a síntese das alegações é de que, ao longo dos anos de 2021 e principalmente 2022, teria sido montada uma **verdadeira estrutura paralela de mobilização eleitoral** na FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO (**CEPERJ**) e da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO (**UERJ**), fazendo-se largo uso da descentralização e repasse de verbas públicas estaduais, com a intenção de **afetar o pleito de 2022** e, assim, obter dividendos eleitorais em favor do grupo político dos investigados.

Nesse sentido, ainda de acordo com as imputações, os investigados seriam responsáveis e/ou teriam se beneficiado eleitoralmente dos seguintes fatos: (i) criação e expansão de programas sociais *sem* lastro técnico consistente, *sem* o devido monitoramento dos trabalhos e *sem* a necessária prestação de contas; (ii) incremento descomunal de despesas no ano eleitoral, mediante sucessivas descentralizações orçamentárias, sem justificativa proporcional; (iii) contratações massivas de pessoal sem critérios transparentes; (iv) direcionamento político-eleitoral dessas pessoas contratadas, constrangidas a trabalharem como cabos eleitorais; e (v) criação de uma espécie de folha de pagamento “secreta”, com pagamentos realizados por meio de saques em espécie na boca do caixa. Todos esses fatos estariam qualificados pela *finalidade eleitoral* e teriam comprometido a **normalidade e a legitimidade das eleições de 2022 no Estado do Rio de Janeiro**, desequilibrando ilicitamente a disputa para os cargos de Governador e Vice-Governador, bem como de Deputado Estadual.

O substancial voto trazido pela e. Relatora, Min. Isabel Gallotti, na Sessão Plenária de 4.11.2025 foi no sentido de **prover** os recursos ordinários do MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL e, assim, **cassar os diplomas** de CLÁUDIO BOMFIM DE CASTRO E SILVA do cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro e de RODRIGO DA SILVA BACELLAR do cargo de Deputado Estadual do Rio de Janeiro, com a imposição de **inelegibilidade a ambos**, sanção igualmente estendida a GABRIEL RODRIGUES LOPES, ex-Presidente da Fundação CEPERJ. Reconhece-se, ainda, a prática da conduta vedada prevista no art. 73, inc. II, da Lei nº 9.504/1997, com a imposição de **multa** a esses três agentes e a THIAGO PAMPOLHA GONÇALVES, eleito Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro. Por fim, determina-se a **realização de novas eleições** para os cargos de Governador e Vice-Governador do Rio de Janeiro, bem como a **retotalização** dos votos para o cargo de Deputado Estadual.

Feito esse breve introito passo a examinar (i) os fatos comprovados em juízo; (ii) a alegada finalidade eleitoral de modo conciliado à gravidade das condutas, nos aspectos qualitativo e quantitativo; e (iii) a responsabilidade sob a perspectiva eleitoral de cada um dos 4 (quatro) investigados que figuram como recorridos nestes recursos ordinários – CLÁUDIO CASTRO, THIAGO PAMPOLHA, RODRIGO BACELLAR e GABRIEL RODRIGUES LOPES –, salientando que em relação aos demais arrolados no polo passivo das ações de origem, absolvidos por falta de provas pela Corte Regional, **não houve irresignação pelo MPE**.

## II.I. Dos Fatos Comprovados em Juízo

Anoto, de início, **o quão importante é a liberdade de imprensa para o bom funcionamento da democracia em nosso país**. Este caso surgiu a partir de reportagens investigativas, ainda no mês de **junho de 2022**, as quais foram determinantes não apenas para que a população tivesse acesso a informações de seu interesse, mas também para que órgãos de fiscalização e controle, como o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP/RJ) e o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ), além do próprio Governo Estadual, começassem a adotar providências no âmbito de suas competências. Foi a partir dessas notícias, por exemplo, que o MP/RJ ajuizou a Ação Civil Pública nº 0207873-93.2022.8.19.0001, no bojo da qual obteve medida liminar em **agosto de 2022** determinando a imediata suspensão de projetos que, *eivados de manifestas irregularidades*, estavam sob a condução da Fundação CEPERJ.

A liberdade de imprensa é um dos pilares do Estado Democrático do Direito, na medida em que **informa a população, fiscaliza o poder e garante transparência**, elementos essenciais para o funcionamento de qualquer democracia. A atuação ampla, livre e desembaraçada do jornalismo e dos jornalistas —que, neste caso, resultou no desvelamento das gravíssimas irregularidades verificadas na Fundação CEPERJ—, constitui **garantia fundamental e imprescindível** da sociedade para combater eventuais abusos de poder, viabilizando que até os mais poderosos possam ser investigados e, observado o devido processo, responsabilizados.

É bem verdade que, consoante precedentes desta Corte Superior, **“o abuso do poder político não pode ser comprovado única e exclusivamente com base em matéria jornalística”** (AgR no RO-EI nº 1964-12/ES, Rel. Min. Luciana Lóssio, DJe 6.4.2016). Até porque, por mais relevantes e sérias que sejam, matérias jornalísticas **“não se revestem por si de força probante para firmar decreto condenatório na seara eleitoral”** (AIJE nº 0601771-28/DF, Rel. Min. Luís Felipe Salomão, DJe 18.8.2022).

Entretanto, se reportagens investigativas não constituem, *per si*, suporte probatório para um veredito jurídico condenatório, servem, não raras vezes, como *notícias de fatos*, isto é, pontos de partida para a necessária deflagração de investigações, até mesmo de ofício, pelos órgãos competentes, propiciando oportuna atuação na defesa do interesse público. No caso destes autos, **de forma providencial**, o MP/RJ ajuizou perante a 15ª Vara Cível da Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro a já mencionada Ação Civil Pública nº 0207873-93.2022.8.19.0001 e obteve, **ainda no início de agosto de 2022** —ou seja, antes mesmo do período destinado à propaganda eleitoral—, **decisão liminar** que determinou a suspensão dos projetos apontados como irregulares na Fundação CEPERJ, o que certamente contribuiu para evitar danos ainda maiores sob diversas óticas, **inclusive a eleitoral**.

Pois bem. O exame do extenso acervo probatório produzido nestes autos não deixa qualquer dúvida de que **gravíssimas irregularidades administrativas comprovadamente ocorreram no âmbito da Fundação CEPERJ nos idos de 2021 e, sobretudo, no decorrer de 2022**. Para além do que já foi realçado no voto da e. Relatora e nos demais votos que me precederam, faço o registro de que **esses mesmos fatos** foram objeto de **cognição jurisdicional exauriente** pelo Juízo da 15ª Vara da Fazenda Pública do RJ, que, em sentença datada de 29.5.2024, assim analisou as provas coligidas naquela seara:

“(…) II - DO MÉRITO

Originariamente, a CEPERJ foi concebida com o escopo de promover o recrutamento de pessoal, a capacitação e a formação de servidores públicos estaduais, além de coletar dados estatísticos e cartográficos acerca da realidade física, territorial, ambiental, econômica, cartográfica, demográfica e social do Estado, nos termos do art. 3º do Estatuto da CEPERJ, aprovado pelo Decreto Estadual nº 42.298/2010.

No entanto, verificou-se uma **significativa mudança no perfil de atuação da Fundação a partir do segundo semestre de 2021**, sobretudo mediante a alteração trazida pelo Decreto Estadual nº 47.978/2022, que objetivou a ampliação dos Projetos para a consecução das finalidades institucionais e alcance de metas estratégicas do Governo do Estado. Assim foi concebido. Tal opção gerou **acréscimos de empenhos da administração à Fundação CEPERJ**, justamente para possibilitar a realização de referidos Projetos, direcionados à análise e transformação da realidade atual da população do Estado em diversas vertentes, como se constata dos planos de trabalho dos Projetos em questão (fls. 12731, 12749, 12776, 12781, 12796, 12812, 12885, 12910, 12919, 12924, 12933, 12969, 12995).

Isso significa, em outros termos, que houve um **rápido e expressivo aumento nos recursos públicos destinados à CEPERJ**, que assumiu a execução de inúmeros projetos referentes à atividade-fim de outros órgãos da Administração Estadual Direta e Indireta e, para tanto, passou a contratar mão de obra por prazo determinado.

Não obstante o esforço apontado pela administração, no quesito transparência para a execução dos Projetos, a documentação acostada demonstra, com razoável facilidade, que passou ao largo.

Efetivamente, **não houve a identificação das pessoas físicas incluídas na folha de pagamento da CEPERJ ou a forma de seu recrutamento, função exercida por cada profissional, ou indicação do núcleo/unidade administrativa de sua lotação, seja no Diário Oficial, seja no Portal da Transparência do Estado do Rio de Janeiro, tampouco através dos processos administrativos disponibilizados para consulta pública no sistema SEI.**

Como se não bastasse, a publicidade das contratações e das respectivas despesas restou ainda mais comprometida pela forma inusitada com que os pagamentos eram realizados: em plena era digital, já após a implementação do Pix, novo meio de pagamento que permite transações bancárias como transferências e pagamentos em até dez segundos, ocorrida no ano de 2020, **os valores eram despendidos mediante "ordem de pagamento" ao Banco Bradesco, instituição contratada pelo ERJ, e eram levantados diretamente pelos colaboradores, em espécie, mediante saques efetuados "na boca do caixa", o que dificultava sobremaneira o rastreamento dos numerários e o controle interno e externo dos gastos públicos.**

Tal cenário escandaloso, para se dizer o mínimo, suscitou inúmeros questionamentos na sociedade, ficando conhecido na imprensa como "folha de pagamento secreta" da CEPERJ.

Em complemento à farta documentação que instrui a inicial, suficiente para a concessão da tutela de urgência às fls. 13011/13015, o *Parquet* apresentou ainda, ao longo da instrução probatória, provas robustas acerca das ilicitudes narradas, produzidas em conjunto com o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no exercício do controle externo, a seguir elencadas:

*(i) identificação de 210 pagamentos destinados a agências bancárias situadas fora do Estado do Rio de Janeiro (fls. 13063/13067), tendo sido posteriormente verificado os endereços de residência das pessoas que fizeram tais saques (fls. 16946), demonstrando que todos os vínculos que possuem não se relacionam com o nosso estado;*

*(ii) constatação de 941 situações de acumulação irregular de vínculos públicos, conforme demonstram as planilhas dos meses de janeiro a junho de 2022 (fls. 13068/1309 e 15401/15469);*

*(iii) a presença na planilha da CEPERJ de diversos candidatos ao cargo de Vereador que disputaram o pleito de 2020 por Municípios de todo o Estado do Rio de Janeiro, sendo 20 eleitos para exercício do mandato parlamentar, alguns aparecendo mais de uma vez como destinatários dos recursos, assim também de candidatos que disputaram o pleito de 2018 para o cargo de deputado estadual, a maioria alcançando a suplência (fls. 13094/14356);*

*(iv) resposta encaminhada ao TCE pela CEPERJ informando que as contratações não foram publicadas no Diário Oficial (fl. 14570);*

*(v) identificação, na relação de destinatários de valores do CEPERJ, de sete nomes de pessoas que constam como falecidas*

**nas bases de dados do sistema de óbitos da DATAPREV, alimentado por comunicados encaminhados ao INSS (fl. 14577);**

(vi) **identificação, na relação de destinatários de valores do CEPERJ, de milhares de pessoas diretamente inscritas como beneficiárias e que possuem familiares beneficiários dos programas assistenciais Bolsa Família e Supera RJ (fls. 14578/14625), o que levanta suspeitas sobre a compatibilidade de acumulação das rendas;**

(vii) **cruzamento dos familiares dos destinatários de recursos do CEPERJ com as bases de dados do TSE, resultando na identificação de 44 candidatos ao pleito de 2018 nos cargos de deputado federal e estadual que alcançaram a suplência e 01 que foi eleito (fls. 14626/15469);**

(viii) **identificação, na relação de destinatários de valores do CEPERJ, de 13 dirigentes de diretórios nacionais de partidos políticos e 30 dirigentes de diretórios estaduais de partidos políticos com vários saques nos meses de janeiro a junho de 2022 (fls. 15518/15554);**

(ix) **identificação de quase 15.000 CPFs de pessoas diretamente inscritas como beneficiárias do Programa Auxílio Brasil na folha de pagamentos da CEPERJ (fls. 15555/16928), o que sugere ter havido contratações em massa de pessoas vulneráveis;**

(x) **identificação, na relação de destinatários de valores do CEPERJ, de 259 presidiários e ex-presidiários, sendo certo que pelo menos 8 deles ainda eram apenados do sistema penitenciário na data da extração dos dados do banco da SEAP (fls. 16943/16946);**

(xi) **relação de pagamentos da CEPERJ encaminhada pelo BRADESCO dos meses de setembro a dezembro de 2021, que resultaram no total de R\$ 24.073.233,02 (vinte e quatro milhões, setenta e três mil, duzentos e trinta e três reais e dois centavos) (fls. 18021/18067);**

(xii) **identificados como destinatários de recursos da CEPERJ vários servidores que possuem vínculos com o Município do Rio de Janeiro, efetivos e extraquadros, lotados em diversos órgãos e entidades (fls. 18018/18020);**

(xiii) **acórdão proferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no processo nº 103682-8/2022, o qual concluiu pela constatação de diversas ilicitudes no projeto "Cultura para todos", realizado através da Fundação CEPERJ (fls. 18.325/18.358);**

(xiv) **acórdão proferido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no processo nº 104.897-2/2022, no qual foram constatados vícios insanáveis na admissão de pessoal para operacionalização dos projetos assumidos pela CEPERJ (fls. 18.382/18.392).**

Urge destacar que o acervo probatório ora examinado não foi alvo de impugnação pelos réus, os quais não ofertaram resistência quanto aos pedidos autorais, tampouco recorreram da decisão que deferiu a tutela de urgência, não tendo, ao fim e ao cabo, se desincumbido do ônus probatório que recai sobre a parte demandada, distribuído na forma do art. 373, II do CPC.

Considerando que as inconsistências nas contratações realizadas pela CEPERJ no período descrito na inicial restaram cabalmente demonstradas, em **patente violação aos princípios norteadores da atuação administrativa, em especial da publicidade, impessoalidade, moralidade e eficiência**, merece prosperar a pretensão ministerial." ([Link para a Sentença TJ\\_RJ](#))

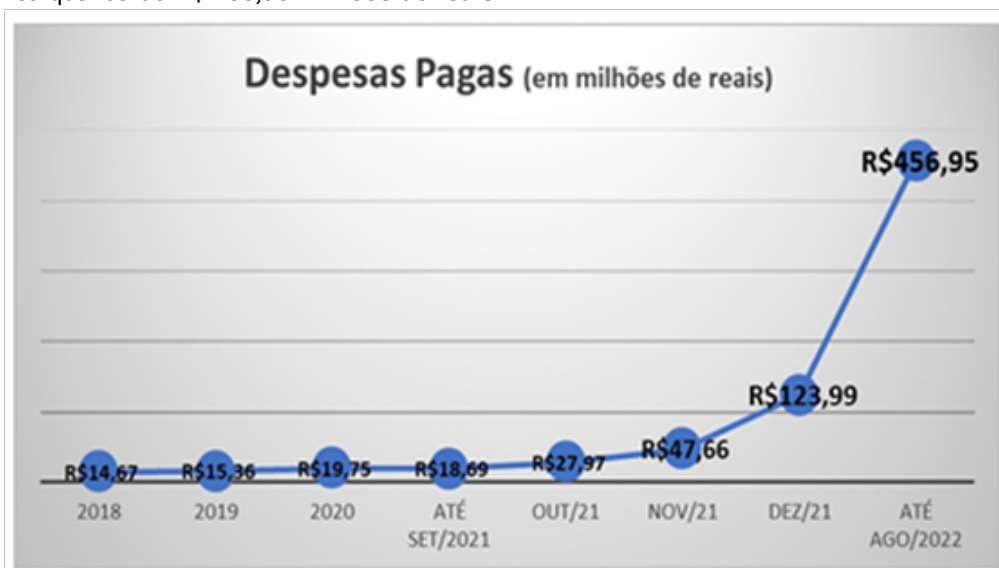
Ao fim, o Juízo Estadual **declarou a nulidade** das contratações feitas no âmbito da Fundação CEPERJ em manifesta afronta aos princípios constitucionais da Administração, bem como **condenou** os réus Estado do Rio de Janeiro e Fundação CEPERJ a inúmeras **obrigações de não fazer**, nos termos em que já havia sido concedida a tutela de urgência em agosto de 2022. Oportuno ressaltar que, consultando o sítio eletrônico do TJ/RJ, verifiquei que essa sentença foi integralmente mantida em sede de recurso de apelação ([Link para o Acórdão TJ\\_RJ](#)), estando aquele feito, atualmente, no Superior Tribunal de Justiça aguardando julgamento de agravo no recurso especial.

Esses mesmos fatos também foram submetidos ao escrutínio do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, já com várias condenações exaradas em face de ex-gestores da Fundação CEPERJ e de ex-dirigentes de Secretarias Estaduais do Governo do Estado do Rio de Janeiro. O exame dos diversos expedientes instaurados na referida Corte de Contas — disponíveis publicamente no respectivo sítio eletrônico— reforça a inequívoca ocorrência de variadas ilicitudes na Fundação CEPERJ em 2021/2022, com o igualmente inequívoco concurso de algumas Secretarias Estaduais.

No processo TCE nº 103.887-0/22, por exemplo, instaurado a partir de representação de parlamentar estadual após a notícia veiculada pela imprensa sobre a "folha de pagamento secreta de 18 mil cargos", aquela Corte de Contas proferiu o Acórdão 7448/2025-PLENV, em 17.3.2025, reconhecendo **"a total inexistência de controles referentes ao pessoal contratado e à execução dos projetos desenvolvidos pela CEPERJ"** ([Link para o Ac. 103.887-0/22 TCE\\_RJ](#)).

No processo TCE nº 103.682-8/2022, instaurado para apurar as irregularidades específicas do programa “CULTURA PARA TODOS”, e que envolveu a quantia de R\$ 70 milhões, restou evidenciado que as finalidades institucionais da Fundação, CEPERJ, voltadas à estatística e formação de servidores, “**não condizem com a realização de projeto na área da arte e da cultura nos moldes verificados**”, o que caracterizou “**gravíssimo desvio de finalidade**” ([Link para Ac. TCE RJ - 103682-8/22](#)). Uma das constatações que causou perplexidade na área técnica do TCE/RJ foi de que a Fundação CEPERJ, com quadro de pessoal composto por apenas 30 (trinta) servidores efetivos e outros 130 comissionados extraquadro, assumisse a tarefa de implantação de **660 Núcleos** para a realização de atividades culturais por equipes que totalizavam mais de 2.746 profissionais, tudo sem projeto técnico consistente, sem indicadores de governança, sem monitoramento de entregas.

Nesse processo 103.682-2/22, consta um quadro de evolução histórica das despesas da Fundação CEPERJ desde 2018, o qual reflete bem o descomunal incremento orçamentário obtido pela via da descentralização de recursos oriundos de diversas Secretarias Estaduais. Nota-se que a média das despesas pagas anualmente, em 2018, 2019 e 2020, girou em torno de R\$ 16 milhões de reais por ano, ao passo que, a partir de agosto de 2021 os valores começaram a subir de forma totalmente **desproporcional** até alcançar, em 2022, quando houve, ainda em agosto, a interrupção desses projetos por ordem judicial, a estratosférica quantia de **R\$ 456,96 milhões de reais**



Esse mesmo *modus operandi* foi constatado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em praticamente todos os demais projetos assumidos pela Fundação CEPERJ nesse período. Apesar de um orçamento anual módico, compatível com as suas finalidades institucionais, a Fundação obtinha **extraordinários incrementos orçamentários** a partir de termos de parceria, notadamente com Secretarias do Governo Estadual, pela via da descentralização, recursos esses direcionados sobretudo para a **contratação de pessoal** sem a mínima observância da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência administrativas.

O próprio Governo do Estado do Rio de Janeiro, chefiado pelo investigado e ora recorrido CLÁUDIO CASTRO, promoveu auditoria interna por meio de uma Comissão Especial de Auditoria e Transparência, instituída em julho de 2022, que elaborou, em 13.7.2024, Relatório de Situação Parcial de Auditoria em que, apesar de ainda ser parcial, se reconhece a efetiva ocorrência de praticamente todas as irregularidades ([Link para o Relatório\\_SEI\\_RJ](#)).

Comprovadas as irregularidades, passo a examinar a finalidade eleitoral e a gravidade das condutas, nos aspectos qualitativo e quantitativo.

## II.II. Da Finalidade Eleitoral e da Gravidade nos Aspectos Qualitativo e Quantitativo

O art. 22, inciso XVI, da LC nº 64/1990, aduz que, “**para a configuração do ato abusivo, não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas apenas a gravidade das circunstâncias que o caracterizam**”. Impõe-se, portanto, à luz dos fatos comprovados ao longo da instrução processual, examinar a reprovabilidade desses fatos e a sua necessária repercussão no pleito de 2022.

Enfatizo que este Tribunal “tem se posicionado no sentido de que a tríade para a apuração do abuso (conduta, reprovabilidade e repercussão) se aperfeiçoa diante de: i) prova de condutas que constituem o **núcleo da causa de pedir**; ii) elementos objetivos que autorizem estabelecer **juízo de valor negativo** a seu respeito, de modo a afirmar que as condutas são dotadas de alta reprovabilidade (gravidade qualitativa); iii) elementos objetivos que autorizem inferir com necessária segurança que **essas condutas foram nocivas ao ambiente eleitoral** (gravidade quantitativa). Nessa linha de entendimento, os seguintes julgados: AIJE 0600814-85, rel. Min. Benedito Gonçalves, DJE de 2.8.2023, REspEI 0600840-72, rel. Min. Floriano de Azevedo Marques, DJE de 2.2.2024; e AIJE 0601779-05, rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJE de 11.3.2021” (AREspE 0600984-79, rel. Min. Floriano de Azevedo Marques, DJE de 31.5.2024).

Estabelecidas essas premissas teóricas, tenho que todos os elementos dessa tríade – conduta, reprovabilidade e repercussão – estão presentes na hipótese dos autos. E mesmo ciente de que a cassação do diploma de um candidato que, neste caso, foi eleito com quase 5 milhões de votos, exige segurança probatória acima de qualquer dúvida razoável, alinhado-me ao voto da e. Relatora no sentido de que o abuso de poder político e econômico, com vistas a influenciar de forma deletéria o pleito de 2022, **efetivamente ocorreu**.

Com efeito, não é possível escamotear o fato de que a Fundação CEPERJ – e, ao que tudo indica, também a

UERJ – foi utilizada de forma escancaradamente **abusiva** para conduzir projetos sociais em total desvio de finalidade, sem qualquer compromisso mínimo com regras de boa governança e, pior, fazendo uso de milhares de pessoas contratadas de forma manifestamente ofensiva aos princípios da administração, notadamente o da impessoalidade, da moralidade e da eficiência. Embora o número preciso de contratações irregulares, ao que se tem, ainda esteja sob investigação no TCE/RJ e no MP/RJ, as provas levantadas nestes autos são irrefutáveis no sentido de que **milhares de pessoas foram arregimentadas com o absoluto desprezo às regras constitucionais e legais**, estando suficientemente demonstrada, a meu juízo, a finalidade eleitoral.

Nesse ponto, alinho-me aos votos vencidos na Corte Regional, igualmente acolhidos pela e. Relatora destes recursos ordinários, que efetivamente vislumbraram o **intento eleitoreiro** nas práticas irregulares verificadas na Fundação CEPERJ. A própria evolução histórica das despesas pagas pela CEPERJ, acima referida, indica claramente um **salto absolutamente desproporcional de gastos no ano eleitoral**, saindo de aproximadamente R\$ 20 milhões em 2020 para cerca de R\$ 130 milhões em 2021 – com especial acréscimo nos últimos meses daquele ano – até atingir a incrível quantia de R\$ 470 milhões em 2022, ressaltando que, em bora hora, os projetos foram interrompidos por decisão judicial em agosto daquele ano.

A par disso, também na esteira do voto da e. Relatora, os depoimentos colhidos em juízo – que, para evitar repetição, não serão aqui transcritos –, harmonizam-se com a tese da indevida e significativa interferência no processo eleitoral de 2022. Pelo menos 3 (três) depoentes confirmaram em juízo que receberam orientações expressas de superiores hierárquicos, inclusive sob pena de desligamento dos projetos, para que funcionassem como verdadeiros cabos eleitorais de determinados candidatos.

Assim, entendo suficientemente comprovada a **prática de abuso de poder político e econômico**, consistente no direcionamento de vultosos recursos – por via da descentralização promovida por diversas Secretarias Estaduais – à Fundação CEPERJ, que, em suma, (i) assumiu, em manifesto desvio de finalidade, a execução de projetos sociais destituídos de respaldo técnico e fora de qualquer regra de governança; (ii) promoveu a contratação de milhares de colaboradores ao total arrepio das regras constitucionais e legais; e (iii) utilizou essa mão de obra para impactar significativamente a normalidade e a legitimidade das eleições de 2022 no Estado do Rio de Janeiro.

Nessa mesma linha, entendo igualmente comprovada a prática da conduta vedada prevista no art. 73, inciso II, da Lei nº 9.504/1997.

Passo a examinar a responsabilidade de cada um dos recorridos, ressaltando que a delimitação subjetiva destes recursos ordinários, fixada pela parte recorrente, limita essa análise aos investigados GABRIEL RODRIGUES LOPES, RODRIGO BACELLAR, CLÁUDIO CASTRO e THIAGO PAMPOLHA.

### II.III. Da Responsabilidade dos Recorridos

#### i. GABRIEL RODRIGUES LOPES, ex-Presidente da CEPERJ

GABRIEL RODRIGUES LOPES exercia o cargo de Presidente da Fundação CEPERJ durante todo o período em que os fatos ocorreram

É absolutamente incontestável a responsabilidade e participação direta desse investigado em todo o conjunto de graves irregularidades, que vão desde a recepção de vultosos recursos orçamentários a partir de Secretarias Estaduais, visando a execução de projetos em verdadeiro desvio de finalidade, passando pela completa inobservância das regras de governança, o que inclui a contratação de milhares de pessoas de forma manifestamente viciada.

Assim, acompanho a e. Relatora quanto à aplicação de multa por conduta vedada e aplicação da sanção de inelegibilidade, em razão do abuso do poder político e econômico, em desfavor desse investigado.

#### ii. RODRIGO DA SILVA BACELLAR, eleito Deputado Estadual

A operacionalização de um esquema que envolveu a contratação fraudulenta de dezenas de milhares de pessoas jamais poderia ser levada a efeito apenas com os gestores da Fundação CEPERJ (ou da UERJ – ressaltando que, em relação à Universidade Estadual do Rio de Janeiro, nenhum gestor foi arrolado no polo passivo destas ações). Isso porque a fonte dos recursos indevidamente utilizados na execução desses projetos, incluindo a contratação de pessoal, dependeu de um forte mecanismo de **descentralização de recursos a partir das Secretarias Estaduais**, as quais, ao que se tem, desistiram de conduzir projetos sociais vinculados às suas atividades finalísticas e optaram por esse esdrúxulo direcionamento de verbas para a Fundação CEPERJ.

Nesse contexto, embora outros Secretários de Estado não figurem no polo passivo destas ações (ou tenham sido absolvidos sem que houvesse manejo de recurso), não há dúvidas sobre a participação direta de RODRIGO BACELLAR, ex-Secretário de Governo, que comprovadamente utilizou sua posição na estrutura administrativa para destinar recursos públicos – por meio da descentralização orçamentária – visando a execução (**indevida**) de projetos sociais pela Fundação CEPERJ e a contratação ilícita de milhares de colaboradores que, conforme visto, teve ampla repercussão na seara eleitoral.

Portanto, acompanho a e. Relatora em relação às sanções de **multa**, pela conduta vedada, e de **inelegibilidade**, inclusive adotando os mesmos fundamentos relacionados aos saques “na boca do caixa”, que somente em uma única agência localizada em Campos dos Goytacazes, reduto eleitoral do candidato, totalizaram R\$ 12 milhões.

#### iii. CLÁUDIO BOMFIM DE CASTRO E SILVA, eleito Governador

Em relação ao investigado CLÁUDIO CASTRO, candidato à reeleição para o cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro, o necessário liame subjetivo relacionado às irregularidades detectadas na Fundação CEPERJ limita-se à

responsabilidade pela sanção da Lei Estadual nº 9.255/2021 e pela edição do Decreto nº 47.978/2022, atos normativos que, ao menos do que consta dos autos, **não foram sequer questionados perante o Poder Judiciário**. Assim, sem descartar que a aplicação desvirtuada dessas normas, circunstância que não está na esfera de atribuições do Chefe do Poder Executivo, possa ter favorecido as irregularidades detectadas, **fato é que são atos em si hígidos e que não induzem, de forma objetiva e automática, a participação do governante**.

Com efeito, rogando as vênias de estilo para os posicionamentos em sentido diverso, não vislumbro **suficiência probatória** apta a configurar certeza jurídica – acima de qualquer dúvida razoável – acerca da responsabilidade direta ou mesmo indireta do Governador e candidato à reeleição nas irregularidades praticadas o âmbito da Fundação CEPERJ e da UERJ. Assim, embora tenha colhidos dividendos eleitorais – o que justificaria a cassação do diploma (caso não tivesse ocorrido a recente renúncia ao cargo) – não se aplica aqui a sanção de inelegibilidade, por insuficiência probatória da sua efetiva participação nos eventos.

Ressalto que a sanção de inelegibilidade possui caráter personalíssimo, conforme amplamente reconhecido pela jurisprudência deste TSE. Nesse sentido:

(...). 19. **A jurisprudência do TSE é pacífica no sentido de que a sanção de inelegibilidade tem natureza personalíssima, sendo necessária**, para a imposição de tal sanção ao vice-prefeito, réu da ação de investigação judicial eleitoral e beneficiário da conduta ilícita praticada, **a comprovação da sua participação direta ou indireta nos fatos**. Precedentes: AIJE nº 0601862-21/DF, rel. designado Min. Jorge Mussi, DJe de 26.11.2019; AREspE nº 0600236-41/CE, rel. Min. Sérgio Banhos, julgado em 23.3.2023, DJe de 12.4.202320. (...).”

(Recurso Especial Eleitoral nº 0600564-30, Rel. Min. Floriano de Azevedo Marques, DJE de 23/08/2024)

(...). 20. Quanto ao abuso do poder econômico, para a configuração do ilícito, é necessário o emprego desproporcional de recursos patrimoniais, com gravidade suficiente para comprometer a lisura e a normalidade do pleito e a paridade de armas entre os candidatos, **assim como se requer a comprovação da participação direta ou indireta do beneficiário nos fatos ilícitos para a imposição de inelegibilidade, cuja natureza é personalíssima** (AgR-REspEI 0600049-30, rel. Min. Benedito Gonçalves, DJE de 29.3.2022; REspe 458-67, rel. Min. Luiz Fux, DJE de 15.2.2018; REspe 418-63, rel. Min. Gilmar Mendes, DJE de 23.9.2016).

(Agravo em Recurso Especial Eleitoral nº060023641, Rel. Min. Sergio Silveira Banhos, DJE de 12/04/2023)

Portanto, penso que deve prevalecer o entendimento do voto vencedor no âmbito da Corte Regional, no sentido de que não restou comprovada a **“existência de ordens, lato sensu, partidas dos detentores das funções superiores para os integrantes das diversas estruturas administrativas que executaram as ações questionadas, com a finalidade de propiciar àqueles superiores as vantagens eleitorais apontadas como indevidas nas AIJEs aqui examinadas”**. Nenhuma prova documental ou testemunhal foi produzida de forma inequívoca acerca da ciência, anuência, determinação ou participação do Governador nas contratações irregulares.

De fato, a única **conduta objetiva efetivamente comprovada** nestes autos, relacionada à pessoa do Governador, é a edição do Decreto nº 47.978/2022, que, reitera-se, não contém em si vício de inconstitucionalidade ou ilegalidade apto a comprovar a necessária participação nos eventos em análise. Tanto é assim que o voto vencido do Relator originário no TRE/RJ socorre-se da **teoria do domínio funcional do fato** para aduzir que **“a responsabilidade direta e pessoal do Governador decorre da prática de ato de ofício – o Decreto nº 47.978/22 – além do dever de hierarquia e do dever de vigilância sobre a CEPERJ, a UERJ e os Secretários de Estado diretamente envolvidos na dinâmica infracional (...)”**.

Percebe-se que a fundamentação da responsabilidade pessoal do Governador foi amparada num abstrato “dever de hierarquia” ou “dever de vigilância” que, levado às últimas consequências, **tornaria todo governante pessoalmente responsável pela prática de quaisquer ilicitudes detectadas nos escalões inferiores, o que, ao menos para os fins da sanção de inelegibilidade na seara eleitoral, não é admissível**.

Ainda, sobre a teoria do domínio funcional do fato, cumpre registrar que, ao menos no âmbito do direito criminal, **o Supremo Tribunal Federal não tem admitido o uso dessa teoria para suprir deficiência probatória**. Nesse sentido:

(...). V - A narrativa que adota a teoria do domínio do fato “com vistas a **solucionar problemas de debilidade probatória** ou a fim de arrefecer os rigores para a caracterização do dolo delitivo” não é admitida pela jurisprudência desta Suprema Corte (AP 975/AL e AP 987/MG, ambas de relatoria do Ministro Edson Fachin). (...).

(AgR no HC 169.535/RS, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 4.3.2020; AP 975/AL, Rel. Min. Edson Fachin, DJe 2.3.2018).

Por outro lado, também não restou inequivocamente demonstrada a responsabilidade pessoal do Governador no direcionamento de recursos orçamentários à Fundação CEPERJ, pela via da descentralização, procedimento tomado no âmbito de diversas Secretarias Estaduais.

De toda forma, os fatos comprovados em juízo ensejariam a cassação do diploma de Governador, uma vez que a jurisprudência desse Tribunal Superior é firme no sentido de que, demonstrada a prática de abuso de poder com (i) finalidade eleitoral e (ii) gravidade – nos aspectos qualitativo e quantitativo – suficiente para afetar a normalidade e a legitimidade do pleito, **impõe-se a cassação do diploma independentemente da participação direta dos candidatos beneficiados**. Nesse sentido:

(...). **2.4. Da desnecessidade de prova da ciência, participação ou anuência dos beneficiários com o abuso do poder econômico para a aplicação da sanção de cassação de diploma**

16. A partir da interpretação literal do art. 22, XIV, da LC n° 64/90, que estabelece as balizas sancionatórias empregáveis nos casos de procedência de representações por abuso, **não se exige nenhuma prova do assentimento, da participação ou mesmo da ciência do candidato quanto à prática abusiva para o fim de fazer incidir a sanção de cassação de diploma, bastando que se demonstre ter sido o candidato diretamente beneficiado pela interferência do poder econômico.**

17. Essa hermenêutica foi acolhida, em sede de AIME, pela jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual **"a lei não exige, para a configuração do abuso de poder, a anuência do candidato quanto à prática abusiva, mas simplesmente a comprovação dos benefícios por ele hauridos. Precedente"** (REspe n° 1-62/RN, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 2.12.2015 - grifei). No mesmo sentido, confira-se o julgado, também proferido no bojo da ação constitucional, relativo ao REspe n° 736-46/BA, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 13.6.2016. (...).

(REspE n° 1-42/BA, Rel. Min. Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, DJe 17.12.2019)

(...). 10. Nos termos do art. 22, XIV, da LC n° 64/90, a condenação do candidato pela prática de abuso de poder **prescinde da demonstração de sua responsabilidade ou anuência em relação à conduta abusiva, sendo suficiente a comprovação de que ele tenha auferido benefícios em razão da prática do ilícito.** Precedente. (...).

(AgR no REspE n° 9-58/SP, Rel. Min. Luciana Lóssio, DJe 2.12.2016)

Havendo provas suficientes nos autos de que o então candidato à reeleição CLÁUDIO CASTRO foi um dos beneficiários do abuso de poder verificado na CEPERJ, eu acompanharia o voto da e. Relatora acerca da consequência necessária no âmbito da Justiça Eleitoral. **Entretanto**, conforme noticiado pela imprensa, é fato público e notório que o Sr. Governador renunciou ao cargo na data de 23/3/2026, o que torna prejudicada essa específica consequência eleitoral.

#### **iv. THIAGO PAMPOLHA GONÇALVES, eleito Vice-Governador:**

Com relação ao ex-Vice-Governador eleito do Rio de Janeiro, THIAGO PAMPOLHA GONÇALVES, a e. Relatora considera que esse investigado deve ser sancionado com a multa do art. 73, § 4º, da Lei n° 9.504/1997, proposta no valor equivalente à metade do patamar máximo legal, *"em virtude do benefício eleitoral que obteve com as práticas ilícitas"*.

Acompanho a e. Relatora nesse ponto, considerando que a jurisprudência deste Tribunal Superior é pacífica acerca do cabimento da multa ao beneficiário da conduta vedada, independentemente de ciência, anuência ou participação.

### **III – DO DISPOSITIVO**

Ante todo o exposto, acompanho a e. Relatora para não conhecer do recurso ordinário interposto por MARCELO RIBEIRO FREIXO e pela Coligação A VIDA VAI MELHORAR, pedindo vênias, contudo, para **divergir em parte** de Sua Excelência, assim como dos eminentes Pares que a acompanharam, a fim de dar **parcial provimento** aos recursos ordinários do Ministério Público Eleitoral tão somente para:

i. **cassar o diploma** de RODRIGO DA SILVA BACELLAR do cargo de Deputado Estadual, obtidos nas eleições de 2022, reconhecida a prejudicialidade dessa medida em relação aos investigados CLÁUDIO BOMFIM DE CASTRO E SILVA e THIAGO PAMPOLHA GONÇALVES, que renunciaram aos cargos obtidos nas eleições de 2022;

ii. **declarar a inelegibilidade** de RODRIGO DA SILVA BACELLAR e de GABRIEL RODRIGUES LOPES, considerado o caráter personalíssimo dessa sanção;

iii. aplicar **multa individual** no patamar máximo (cem mil UFIR), previsto no art. 73, § 4º, da Lei n° 9.504/1997 para CLÁUDIO BOMFIM DE CASTRO E SILVA, RODRIGO DA SILVA BACELLAR e GABRIEL RODRIGUES LOPES; e multa de cinco mil UFIR para THIAGO PAMPOLHA GONÇALVES, pela prática da conduta vedada do art. 73, inc. II, da Lei das Eleições;

iv. **determinar a retotalização dos votos** para o cargo de Deputado Estadual.

Por fim, considerando que os fatos apurados nesta Justiça Especializada caracterizam, em tese, **atos de improbidade administrativa**, além de possíveis **ilícitos penais**, e mesmo havendo notícia de que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro tem atuado na apuração do caso – tanto que propôs uma Ação Civil Pública –, voto também sentido de

encaminhar cópia destes autos ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para que aprofunde a investigação de todos esses fatos, que, salientando, são gravíssimos, inclusive com relação aos investigados que foram absolvidos na seara eleitoral, **ante a independência das instâncias**, bem como em relação aos **gestores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)**, pois, ao que consta dos autos, o mesmo esquema teria ocorrido naquela Universidade.

É como voto.

## VOTO

A SENHORA MINISTRA CÂRMEN LÚCIA: Senhores Ministros,

1. Recursos ordinários eleitorais interpostos pela Coligação A Vida Vai Melhorar, por Marcelo Ribeiro Freixo e pelo Ministério Público Eleitoral contra acórdão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro – TRE/RJ, o qual, por unanimidade, rejeitou as preliminares suscitadas pelos investigados e, no mérito, por maioria, julgou improcedentes os pedidos formulados nas Ações de Investigação Judicial Eleitoral – AIJES n. 0603507-14.222.6.19.0000 e 0606570-47.2022.6.19.0000, as quais foram reunidas para julgamento conjunto.

### O caso

2. Em 1º.9.2022, a *Coligação A Vida Vai Melhorar e Marcelo Ribeiro Freixo* ajuizaram a AIJE n. 0603507-14 contra Cláudio Bomfim de Castro e Silva, candidato à reeleição ao cargo de Governador do Rio de Janeiro, Washington Reis de Oliveira, candidato ao cargo de vice-governador, e Gabriel Rodrigues Lopes, ex-Presidente da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ, pela alegada prática de abuso dos poderes econômico e político (§ 9º do art. 14 da Constituição da República e art. 22 da Lei Complementar n. 64/1990), conduta vedada aos agentes públicos (§ 10 dos incs. IV e V do art. 73 da Lei n. 9.504/1997) e captação ilícita de recursos eleitorais (art. 30-A da Lei n. 9.504/1997).

Alegaram ter havido desvirtuamento da finalidade institucional da Fundação CEPERJ, exposto na edição do Decreto Estadual n. 47.978/2022, pelo qual se ampliaram as atribuições daquela entidade, para incluir a execução de programas e projetos sociais em cooperação com diversas Secretarias de Estado, sem previsão legal anterior nem critérios objetivos de seleção de beneficiários.

Sustentaram ter havido massiva contratação de pessoas por Recibo de Pagamento Autônomo – RPA, sem processo seletivo e sem comprovação de necessidade e urgência, com pagamentos realizados “na boca do caixa”, o que teria servido para fomentar a promoção pessoal do então Governador, aliciar cabos eleitorais e influenciar o eleitorado por meio de assistencialismo indireto.

Ressaltaram o crescimento exponencial do orçamento da CEPERJ nos exercícios de 2021 e 2022, sobretudo no primeiro semestre do ano eleitoral, alcançando valores superiores a R\$ 500 milhões, o que teria representado aumento de mais de 2.000% em relação a 2020.

Relataram a criação de projetos sociais sem fundamento em lei orçamentária, como o programa “Esporte Presente”, a existência de beneficiários-fantasma (inclusive de pessoas presas ou egressas do sistema prisional), que constariam das folhas de pagamento e devoluções parciais de valores, sugerindo a prática do ilícito denominado “rachadinha eleitoral” e a formação de caixa paralelo de campanha.

3. Em 24.9.2022, a Coligação A Vida vai Melhorar e Marcelo Ribeiro Freixo aditaram a petição inicial a fim de atualizar o polo passivo para que fosse excluído Washington Reis de Oliveira e incluído Thiago Pampolha Gonçalves, candidato a vice-governador (ID 162200387).

4. Em 14.12.2022, o Ministério Público Eleitoral ajuizou a AIJE n. 0606570-47.222.6.19.0000 contra *Cláudio Bomfim de Castro e Silva e Thiago Pampolha Gonçalves*, respectivamente reeleito ao cargo de Governador e eleito ao cargo de Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro nas eleições 2022; *Rodrigo da Silva Bacellar*, ex-secretário de Estado de Governo no primeiro mandato de Cláudio Castro e reeleito ao cargo de deputado estadual nas eleições 2022; *Danielle Christian Ribeiro Barros, Patrique Welber Atela e Allan Borges*, respectivamente ex-secretários e ex-subsecretário do governo estadual; *Aureo Lídio Moreira Ribeiro e Max Rodrigues Lemos*, deputados federais; *Gutemberg de Paula Fonseca e Marcos Venissius da Silva Barbosa*, candidatos não eleitos ao cargo de deputado federal; *Leonardo Vieira Mendes e Bernardo Chim Rossi*, deputado estadual e suplente, respectivamente.

Alegou prática de abuso dos poderes econômico e político (§ 9º do art. 14 da Constituição da República e art. 22 da Lei Complementar n. 64/1990) e das condutas vedadas previstas nos incs. II, IV e V do art. 73 da Lei n. 9.504/1997.

Afirmou a existência de esquema sistêmico na Administração estadual voltado a instrumentalizar a CEPERJ e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ para fins eleitorais.

Salientou que a descentralização orçamentária e a contratação de cerca de 27 mil servidores temporários sem licitação ou justificativa técnica configuraram abuso dos poderes político e econômico, com impacto direto na isonomia entre os candidatos.

Ressaltou que os pagamentos em espécie e a ausência de controle ou de plano de trabalho comprovam desvio de finalidade administrativa e finalidade eleitoral inequívoca.

5. Em 23.5.2024, em julgamento conjunto, o TRE/RJ, por unanimidade, rejeitou as preliminares e, por maioria, julgou improcedentes os pedidos formulados nas AIJES (IDs 162200812 e 162201968).

No voto condutor da maioria, entendeu-se que, embora houvesse indícios de irregularidades administrativas na execução dos programas sociais, não teria ficado comprovada a gravidade necessária para caracterizar o abuso de poder ou a conduta vedada com repercussão eleitoral. A corrente vencida, representada pelo Relator original, Desembargador Peterson Barroso Simão, acompanhada pela Desembargadora Daniela Bandeira de Freitas e pelo Presidente, Desembargador Henrique

Carlos de Andrade Figueira, reconhecia a configuração dos ilícitos eleitorais, com potencial para afetar a legitimidade das eleições.

Esta a ementa dos acórdãos regionais (AIJE n. 0603507-14, ID 162200816; AIJE n. 0606570-47, ID 162201971):

*“ELEIÇÕES 2022. AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO. CONDUTAS VEDADAS A AGENTES PÚBLICOS. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE RECURSOS. JULGAMENTO CONJUNTO. CONEXÃO. FINALIDADE ELEITORAL. AFASTAMENTO. FRAGILIDADE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS.*

1. *Julgamento conjunto de Ações de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) ajuizadas: a primeira em desfavor do candidato reeleito Governador no Rio de Janeiro em 2022, de seu Vice, e do então Presidente da Fundação Pública Estadual CEPERJ; e a segunda em face dos dois primeiros e de mais outros dez investigados, dentre os quais candidatos eleitos e suplentes e secretários do governo estadual.*

2. *Preliminares de (i) incompetência absoluta da Justiça Eleitoral; (ii) inépcia da petição inicial; (iii) ausência de justa causa; (iv) nulidade por quebra da cadeia de custódia; (v) conversão em diligência; (vi) ilegitimidade passiva; (vii) violação à ampla defesa e ao contraditório; (viii) desrespeito ao litisconsórcio passivo necessário; (ix) decadência pela inobservância do prazo para ajuizamento da AIJE; (x) reabertura da instrução; (xi) desmembramento de autos; (xii) e nulidade da prova. Rejeição de todas, nos mesmos termos do voto relator.*

3. *Ausência da prova inequívoca da existência de ordens, lato sensu, partidas dos detentores das funções superiores para os integrantes das diversas estruturas administrativas que executaram as ações questionadas, com a finalidade de propiciar àqueles superiores as vantagens eleitorais apontadas como indevidas nas AIJE's. Se, no que tange aos subordinados, não se encontraram provas de ato ilícito, não parece razoável recorrer a elas, como se faz na teoria do domínio do fato, como evidências de ilegalidade por parte dos respectivos superiores hierárquicos, não fazendo qualquer sentido se cogitar, num mesmo ato, de ilicitude numa ponta e licitude na outra.*

4. *Apesar da importância e da relevância da contribuição da imprensa, em todas as suas formas de expressão, a atribuição indiscriminada de efeito probatório a tal espécie de material extrapola os limites dentro dos quais deve ser interpretada a notoriedade de que cuida o art. 23 da LC 64/1990, com a consequência do art. 374, I do CPC. O fato notório é aquele que possui amplo conhecimento e cuja veracidade não se discute. A transmissão de determinada informação na mídia a torna, apenas, de amplo conhecimento, mas não possui o condão de torná-la indiscutível ou uma verdade absoluta.*

5. *As ações apontam, no âmbito das Eleições de 2022, em suma, a prática dos ilícitos cíveis-eleitorais de (i) abuso do poder político e econômico; (ii) condutas vedadas a agentes políticos; e (iii) captação e gastos ilícitos de recursos, imputando-se, na primeira, as condutas descritas nos arts. 22 da LC nº 64/1990; 73, IV, V e §10 e 30-A da Lei nº 9.504/1997; e, na segunda, as tipificadas nos arts. 22 da LC nº 64/1990 e 73, II, IV, V da Lei nº 9.504/1997.*

6. *A primeira ação, ajuizada por candidato opositor, tem seu objeto mais limitado ao alegado desvirtuamento de finalidade da CEPERJ, para atender à campanha de reeleição do Governador e beneficiar seu grupo político apoiador. A operacionalização da empreitada teria se dado mediante termos de parceria firmados ao final de 2021 e no primeiro semestre de 2022, em maior parte com secretarias do governo estadual, para ‘turbinar’ programas sociais já existentes ou lançar novos no ano eleitoral, financiados com verbas públicas. Isso teria sido legitimado, no entendimento dos autores, a partir do Decreto Estadual nº 47.978 de 09/03/2022 da lavra do Governador.*

7. *A segunda ação, proposta pelo Ministério Público, além da CEPERJ, também contempla o mesmo suposto esquema institucionalizado para atuação em projetos sociais promovidos pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ em parceria com órgãos do governo estadual, para promoção de candidaturas e cooptação de votos no pleito de 2022, mediante descentralização de créditos das secretarias de estado.*

8. *Caso amplamente divulgado na imprensa quanto às supostas contratações de funcionários sem concurso público, procedimento seletivo prévio ou folha de pagamento regulamentada, cuja remuneração se dava mediante saques na ‘boca do caixa’, pela agência Bradesco, por Ordem de Pagamento Bancária (OBP) e recibo de pagamento autônomo (RPA).*

9. *Deflagração de outras demandas fora do âmbito eleitoral, ainda em andamento, como Ação Civil Pública em trâmite perante Vara de Fazenda Pública; Inquérito Civil Público; bem como processos no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.*

10. *Interrupção das ações sociais e dispêndios de verbas públicas ligadas à CEPERJ, em agosto de 2022, após liminar concedida*

pelos juízes fazendários, resultando em um movimento de instauração de auditorias internas pelas próprias entidades estatais. Em relação à UERJ, a suspensão dos projetos ocorreu posteriormente, por determinação do TCE-RJ, mediante acolhimento de pedido de tutela provisória.

11. Existência de indícios de graves irregularidades em contratações no âmbito do CEPERJ e UERJ, encontrando-se em trâmite Ação Civil Pública cujo objeto é justamente a apuração desses possíveis ilícitos. Além disso, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi determinada a suspensão da continuidade de 22 projetos executados pelo CEPERJ.

12. Independente do clamor social que rodeia os fatos e de possíveis desdobramentos diversos para essas supostas irregularidades, certo é que o exame aqui em questão deve estar estritamente limitado à ótica da afetação da legitimidade, equilíbrio e lisura do pleito eleitoral. Não se trata simplesmente de reconhecer a ocorrência de uma irregularidade cível, administrativa ou até mesmo criminal. Deve haver, nessas irregularidades, um claro intuito e impacto eleitoral.

13. O reconhecimento dos ilícitos imputados, por possuir gravíssima consequência, qual seja, a cassação do cargo diplomado e inelegibilidade, deve ser feito com base em elementos do caso concreto e a repercussão eleitoral do ato específico deve ser claramente demonstrada. Inexistência de clara repercussão eleitoral nas supostas irregularidades perpetradas no âmbito do CEPERJ e UERJ. Contratações aparentemente irregulares que não possuem uma automática repercussão na lisura e equilíbrio do processo eleitoral.

14. Os depoimentos testemunhais dos servidores do TCE-RJ são no sentido de apenas confirmar a possível existência das irregularidades, sem qualquer menção ou indicação de desvio de finalidade no sentido eleitoral. As narrativas não permitem, autonomamente, concluir pela utilização da máquina administrativa ou coação de servidores para obtenção de favorecimento eleitoral em prol de candidatos.

15. Além de considerar esses elementos absolutamente insuficientes para o reconhecimento dos graves ilícitos imputados, não é possível identificar concretamente esse 'esquema de cooptação de votos', sendo que as testemunhas parecem relacionar uma suposta 'propaganda eleitoral' ao simples comparecimento em eventos referentes à inauguração de obras públicas vinculadas aos projetos para os quais teriam sido contratadas para atuar, em períodos anteriores ao de campanha eleitoral. Testemunhas que foram expressas ao negar a prática de campanha eleitoral e não indicaram a participação em eventos no período vedado. Outras testemunhas ouvidas durante a instrução foram categóricas em afastar a utilização dos contratados pelo CEPERJ em eventos de caráter eleitoral. Oitivas que não se prestam para assegurar, de forma clara, a prática de condutas que indiquem finalidade eleitoral, embora possam caracterizar, em tese, irregularidades administrativas ou até mesmo criminais.

16. Ausência de ilicitude eleitoral imputável aos investigados a respeito de supostas publicações em redes sociais de contratados do CEPERJ, uma vez que, conforme jurisprudência do TSE, 'não há proibição a que um servidor público, também cidadão, crie uma página em rede social onde divulgue positivamente os atos da Administração e sinalize sua preferência eleitoral, de forma explícita ou implícita' (RespEI nº 37615, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, DJE em 17/04/2020). Afirmação, por duas testemunhas, de que não lhes era solicitado que fizessem publicações em suas redes sociais.

17. Consignação, pelo TCE-RJ, que dos 'R\$275.622.297,16, correspondentes aos valores pagos a título de remuneração ao pessoal contratado para atuar no âmbito dos projetos desenvolvidos pela CEPERJ em cooperação com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual', R\$248.584.157,85 (ou seja, aproximadamente 90%) foram despendidos em período anterior ao próprio registro de candidatura.

18. Entre os contratados no CEPERJ existem diversas pessoas vinculadas a partidos políticos que compõem a coligação responsável por ajuizar a primeira AIJE, ou seja, os próprios adversários eleitorais da chapa vencedora e agora impugnada, conforme planilhas citadas na inicial da segunda AIJE e encaminhadas através do Ofício TCE-RJ nº 561/202, a afastar a finalidade eleitoral.

19. No que se refere à UERJ, o seu próprio reitor foi candidato a deputado federal pelo PT nessa mesma eleição de 2022. Foge à lógica imaginar que esse reitor, filiado e candidato pelo PT, estivesse participando de um esquema de cooptação de votos para a chapa formada pelo atual Governador. De acordo com o art. 207 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, a UERJ goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, sendo certo, que foi esse próprio reitor o responsável por aprovar a 'Proposta Orçamentária da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, referente ao exercício de 2022'.

20. A chapa do governador investigado foi eleita em primeiro turno com um total de 4.930.288 votos (58,67% dos votos válidos), com uma ampla distância para o segundo colocado (que se trata, justamente, de um dos autores da primeira Ação de Investigação Judicial Eleitoral), qual seja, aproximadamente 2.600.000 votos. Apesar de a 'potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição' não ser

mais elemento caracterizador do abuso imputado, não é desprezível a expressiva votação alcançada pelo então candidato e governador no pleito eleitoral ora impugnado, especialmente quando comparada com a dimensão das supostas contratações irregulares.

21. Mesmo após a liminar deferida nos autos da já mencionada ACP em agosto de 2022 (onde se determinou a suspensão dos projetos do CEPERJ), o então candidato à reeleição continuou aumentando sua distância para o segundo colocado nas pesquisas eleitorais, tal qual se verifica das divulgações pelos meios de comunicação social colacionadas aos autos. De fato, foi a partir de setembro que houve um crescimento vertiginoso na intenção de voto registrada para esse candidato.

22. Em situações semelhantes, envolvendo contratações administrativas aparentemente irregulares, entenderam outros Regionais pela necessidade de prova suficiente à caracterização da finalidade eleitoral, para que seja possível a condenação. (TRE-RN. RE nº 060034945, Relator(a) Des. Fernando de Araujo Jales Costa, DJE 12/11/2021; TRE-MA. RE nº 060000129, Relator Des. Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos, DJE 18/11/2022; TRE-CE. RE nº 183, Des. Cassio Felipe Goes Pacheco, DJE 12/04/2018). Todos esses precedentes – análogos ao presente caso – vão ao encontro da jurisprudência do TSE, que já sedimentou o entendimento de que “não se admite a condenação pela prática de abuso do poder econômico ou político com fundamento em meras presunções quanto ao encadeamento dos fatos impugnados e ao benefício eleitoral auferido pelos candidatos” (AgRRespe nº 286-34, Rel. Min. Og Fernandes, DJE de 23.04.2019). Este Regional vem seguindo esse entendimento no sentido de exigir uma análise cautelosa quanto ao benefício eleitoral de eventuais irregularidades (REI nº 060057705, Rel. Des. Daniela Bandeira de Freitas, DJE 29/02/2024).

23. De acordo com o Portal da Transparência do Estado do Rio de Janeiro, o processo administrativo relativo à tramitação do Decreto Estadual nº 47.978/2022, teve início em outubro de 2021, e contou com parecer jurídico ratificado pela Procuradoria do Estado, no qual houve opinativa pela viabilidade jurídica da edição do Decreto, o que ocorreu após adequação às normas referentes a Controladoria Geral, em março de 2022. Regulamentação das atividades da CEPERJ pelo decreto que parece ser a consolidação das finalidades institucionais da Fundação CIDE e da FESP, dentre as quais já se verificava essa atribuição (agora questionada) de realizar projetos com órgãos da administração pública. Nota-se que a maioria das parcerias foi firmada anteriormente, em 2021. Testemunha do TCE/RJ que, em seu depoimento, afirmou que os projetos do CEPERJ poderiam acontecer sem autorização dos Secretários ou do Governador do Estado.

24. Não se localiza nos autos material probatório que corrobore a afirmação genérica do suposto emprego irregular das verbas provenientes da privatização da CEDAE para o incremento dos projetos sociais questionados. Partes autoras que não se desincumbiram do ônus de demonstrar que a destinação dos recursos oriundos daquela companhia estaria vinculada a determinado fim, a afastar os critérios de discricionariedade que, a rigor, o Administrador Público detém na gestão do seu orçamento.

25. Em consulta ao Portal da Transparência do Estado do Rio de Janeiro, é possível verificar que o resultado orçamentário de 2022 como um todo não destoia dos anos anteriores e subsequentes, tendo sido, inclusive, superior aos anos de 2019, 2020 e 2023 – o que sugere que não parece ter havido um gasto exacerbado em vinculação ao pleito eleitoral.

26. Para a configuração do abuso de poder e de conduta vedada de agentes políticos, cujas consequências são graves, não bastam indícios da ocorrência de ilícitos administrativos, cíveis ou até mesmo penais, sendo imprescindível que os fatos em apuração guardem correlação direta com o certame eleitoral.

27. Necessária observância à ferramenta hermenêutica do consequencialismo jurídico quanto à consideração do julgador acerca dos efeitos e repercussões práticas que as sanções pretendidas podem ocasionar no mundo real. O julgador deve considerar diversos fatores ao reconhecer ilícitos eleitorais que possam gerar a cassação do mandato e a inelegibilidade do investigado, especialmente quando se trata do respeito à vontade popular demonstrada nas urnas, dentre os quais: (i) proporcionalidade à gravidade da violação; (ii) impacto na eleição; (iii) precedentes e jurisprudência; (iv) respeito à ampla defesa; (v) interesse público. Inteligência do art. 5º e 20 da LINDB.

28. Prestígio à vontade popular expressada nas urnas, a fazer incidir o princípio do in dubio pro suffragio, tantas vezes reconhecido pela jurisprudência desta especializada (TSE. REspEI 060060673, Min. André Ramos Tavares, DJE, 26/02/2024; TSE. AgR no REspEI 060047115, Min. Raul Araujo Filho, DJE, 05/12/2023).

29. Conclusão pela fragilidade do acervo probatório no que concerne ao objetivo de favorecimento da campanha dos candidatos investigados, sem prejuízo de que os fatos sejam eventualmente examinados sob outro prisma de ilicitude, que foge da competência da Justiça Eleitoral.

30. Considerando a impossibilidade de atribuir responsabilidade pela via da teoria do domínio do fato, a inexistência de uma evidente

*ilegalidade na edição do Decreto Estadual nº 47.978/2022 e a absoluta fragilidade do acervo probatório acerca do liame eleitoral, não há como acolher os pedidos de cassação dos mandatos, inelegibilidade pela prática de abuso de poder político-econômico e aplicação de multa em decorrência da conduta vedada tipificada no art. 73 da Lei nº 9.504/1997.*

31. Expedição de ofício ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para apuração da responsabilidade criminal dos envolvidos nestes litígios.

32. Improcedência dos pedidos.”

6. Os embargos de declaração opostos pela Coligação A Vida Vai Melhorar, por Marcelo Ribeiro Freixo e pelo Ministério Público Eleitoral foram rejeitados.

7. A Coligação A Vida Vai Melhorar, Marcelo Ribeiro Freixo e o Ministério Público Eleitoral interpuseram recursos ordinários, com fundamento no § 4º do inc. III e IV do art. 121 da Constituição da República e na al. a do inc. II do art. 276 do Código Eleitoral.

Recurso ordinário interposto pela Coligação A Vida Vai Melhorar e por Marcelo Ribeiro Freixo na AIJE n. 0603507-14

8. Os recorrentes alegam, preliminarmente, que o recurso ordinário seria tempestivo, ao argumento de que deve prevalecer a intimação eletrônica realizada pelo PJe, e não a publicação do DJe, nos termos da Resolução n. 23.417/2014 do Tribunal Superior Eleitoral. Afirmam que o TRE/RJ teria computado o prazo de forma incorreta, o que teria conduzido à indevida certificação de intempestividade. Explicam ter havido motivo de “força maior”.

Sustentam que os investigados, Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Thiago Pampolha Gonçalves, Rodrigo Bacellar de Mello e Gabriel Rodrigues Lopes, teriam praticado abuso dos poderes político e econômico, bem como condutas vedadas a agentes públicos, em afronta ao § 10 e aos incs. IV e V do art. 73 da Lei n. 9.504/1997 e ao art. 22 da Lei Complementar n. 64/1990.

Ressaltam que os recorridos teriam se utilizado da estrutura da Administração Pública estadual, especialmente por meio da Fundação CEPERJ e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, para criação e execução de programas e contratações com finalidade eleitoreira, em benefício da candidatura à reeleição do governador.

Salientam que a CEPERJ teria sido convertida em instrumento de cooptação política, por meio da contratação temporária de milhares de pessoas para projetos sociais e esportivos, com pagamentos realizados em espécie, ausência de controle orçamentário e indícios de repasse de valores a cabos eleitorais e lideranças regionais.

Enfatizam que teriam sido criados ou ampliados programas sociais em pleno ano eleitoral (2022), sem previsão orçamentária adequada, em afronta à vedação disposta no § 10 do art. 73 da Lei n. 9.504/1997, e que esses programas foram amplamente divulgados com o objetivo de gerar dividendos políticos à candidatura à reeleição.

Acrescentam que a abrangência das ações desenvolvidas pela CEPERJ e pela UERJ atingiu quase totalidade dos municípios do Estado do Rio de Janeiro, produzindo desequilíbrio na disputa eleitoral e comprometendo a lisura e a legitimidade das eleições.

Pedem o provimento do recurso para cassar os diplomas de Cláudio Bomfim de Castro e Silva e de Thiago Pampolha Gonçalves e, ainda, para declarar a inelegibilidade do primeiro e de Gabriel Rodrigues Lopes.

Recursos ordinários interpostos pelo Ministério Público Eleitoral nas AIJES n. 0603507-14 e 0606570-47

9. O recorrente alega, preliminarmente, a nulidade do acórdão recorrido, por omissão e contradição na apreciação do conjunto probatório e nos fundamentos dos votos vencidos, em afronta ao inc. IX do art. 93 da Constituição da República, ao § 1º do inc. IV do art. 489 do Código de Processo Civil e ao Tema n. 339 do Supremo Tribunal Federal.

Sustenta que os recorridos teriam instituído um esquema institucionalizado de desvio da máquina administrativa estadual, por meio da utilização da Fundação CEPERJ e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, para fins eleitorais durante o ano de 2022.

Afirma que esse esquema consistiria na manutenção de mais de 18 mil pessoas em folha de pagamento paralela, sem concurso público nem processo seletivo regular, vinculadas a projetos sociais e esportivos criados ou ampliados em pleno ano eleitoral, com recursos públicos desviados para cooptação política e compra indireta de apoio eleitoral.

Argumenta que as contratações eram formalmente justificadas como ações sociais, mas, na realidade, visavam fortalecer a base política e eleitoral do então governador, por meio da inserção de aliados e de cabos eleitorais em programas executados pela CEPERJ e pela UERJ, com pagamentos em espécie.

Reforça que a gravidade das condutas decorreria não apenas do montante de recursos públicos envolvidos, mas também da abrangência das ações, que alcançaram a quase totalidade dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Ressalta a responsabilidade direta do governador, enquanto beneficiário e chefe da administração estadual, ainda que não demonstrada a determinação direta de autoridade superior.

Conclui que as irregularidades praticadas caracterizam abuso dos poderes político e econômico e condutas vedadas previstas no § 10 e nos incs. IV, V do art. 73 da Lei n. 9.504/1997, ao argumento de que a estrutura administrativa foi usada como instrumento de favorecimento eleitoral.

Pede:

a) o provimento do recurso para determinar a anulação do acórdão regional por deficiência de fundamentação,

com o retorno dos autos ao TRE/RJ para realização de novo julgamento;

b) a procedência da ação para condenar Cláudio Castro, Thiago Pampolha Gonçalves, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes por abuso dos poderes político e econômico e pela prática das condutas vedadas previstas no § 10 e nos incs. II, IV e V do art. 73 da Lei n. 9.504/1997 e, como consequência, cassar os diplomas dos investigados candidatos, fixar multa no valor máximo e decretar a inelegibilidade do primeiro, do terceiro e do quarto recorridos.

Contrarrrazões apresentadas por Gabriel Rodrigues Lopes na AIJE n. 0603507-14

**10.** O recorrido suscita as seguintes preliminares (ID 162200881):

a) intempestividade do recurso interposto por Marcelo Freixo e pela Coligação A Vida Vai Melhorar, ao argumento de que *“o acórdão (...) foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico nº 193, de 29 de julho de 2024, (...) o prazo de 3 dias para interposição de recurso decorreu no dia 01/08/2024, sendo que o investigador apresentou seu recurso no dia 02/08/2024”* (p. 2);

b) ausência de representação legal da Coligação A Vida Vai Melhorar, pois, segundo afirma, *“a parte autora não trouxe os documentos indispensáveis à propositura do feito, (...) inexist[indo] documento que comprove a indicação do Sr. Ricardo Reis Pinheiro (...) como representante da coligação”* (p. 3);

c) cerceamento de defesa em razão do uso de prova emprestada sob a alegação de que não é parte na AIJE ajuizada pelo Ministério Público Eleitoral e *“não teve a oportunidade de realizar o contraditório, elaborar perguntas e questionar as testemunhas, tão pouco obteve acesso e análise detalhada”* (p. 5).

No mérito, sustenta que *“as provas colacionadas nos autos, não possuem condão eleitoral sendo insuficientes para demonstrar o impacto relevante no pleito, sendo que qualquer suposta prática de improbidade administrativa deverá ser averiguada no juízo competente”* (ID 162200881, p. 14).

Contrarrrazões apresentadas por Thiago Pampolha Gonçalves na AIJE n. 0603507-14

**11.** O recorrido suscita as seguintes preliminares (ID 162200883):

a) intempestividade do recurso ordinário interposto pela Coligação A Vida Vai Melhorar e por Marcelo Ribeiro Freixo;

b) afronta ao princípio da unirrecorribilidade sob a alegação de que apenas o primeiro recurso interposto pelo Ministério Público Eleitoral deve ser conhecido, pois, em relação ao segundo, operou-se a preclusão consumativa;

c) ilegitimidade recursal do Ministério Público Eleitoral, por ter atuado na presente ação como fiscal da lei.

No mérito, defende a manutenção do acórdão regional, sustentando a *“ausência de comprovação, em todo o acervo probatório dos autos, de abuso de poder político ou econômico, tampouco de prática de conduta vedada pelos investigados”* (ID 162200883, p. 33).

Contrarrrazões apresentadas por Thiago Pampolha Gonçalves na AIJE n. 0606570-47

**12.** O recorrido argumenta não merecer prosperar a preliminar de nulidade do recurso do Ministério Público pela ausência de fundamentação, pois todas as teses suscitadas pelas partes teriam sido analisadas. Argumenta a inaplicabilidade da teoria do domínio do fato como preliminar de nulidade e a ausência de omissão ou contradição no acórdão regional, como suscitado pelo Ministério Público Eleitoral.

No mérito, defende a manutenção do acórdão regional, sustentando a *“ausência de comprovação, em todo o acervo probatório dos autos, de abuso de poder político ou econômico, tampouco de prática de conduta vedada pelos investigados”* (ID 162202041, p. 26).

Contrarrrazões apresentadas por Cláudio Bomfim de Castro e Silva nas AIJEs n. 0603507-14 e 0606570-47

**13.** O recorrido suscita as seguintes preliminares (AIJE n. 0603507-14, ID 162200885; AIJE n. 0606570-47, ID 162202050):

a) intempestividade do recurso ordinário interposto por Marcelo Freixo e pela Coligação A Vida Vai Melhorar;

b) intempestividade do recurso ordinário interposto pelo Ministério Público Eleitoral ao argumento de que, *“considerando que o parquet eleitoral foi devidamente intimado do acórdão que negou provimento aos seus embargos de declaração e recebeu os autos no dia 26.7.2024, sexta-feira, iniciando a contagem no primeiro dia útil subsequente (29.7.2024, segunda-feira), deveria ter interposto o seu recurso dentro dos três dias seguintes, ou seja, até o dia 31.7.2024, quarta-feira”* (p. 3).

No mérito, defende ser frágil o conjunto probatório dos autos em relação ao alegado abuso do poder econômico, além de não haver provas de sua anuência ou participação nas questionadas práticas.

**14.** Áureo Lídio Moreira Ribeiro, Leonardo Vieira Mendes, Danielle Christian Ribeiro Barros, Allan Borges Nogueira, Marcus Venissius da Silva Barbosa e Max Rodrigues Lemos apresentaram contrarrrazões ao recurso ordinário do Ministério Público Eleitoral na AIJE n. 0606570-47 (IDs 162202034, 162202036, 162202038 e 162202043).

**15.** Em 16.8.2024, Allan Borges Nogueira pediu a certificação de trânsito em julgado do acórdão regional em relação a si (AIJE n. 0606570-47, ID 162202036).

**16.** A Procuradoria-Geral Eleitoral opinou por (AIJE n. 0604507-14, ID 162848440, p. 121):

*“j) não conhecimento do recurso da Coligação ‘A Vida Vai Melhorar’ e Marcelo Freixo e;*

ii) provimento parcial do recurso interposto pelo Ministério Público Eleitoral para fins de reconhecer: a) a conduta vedada do art. 73, II, da Lei n. 9.504/97, fixando-se multa para Cláudio Bomfim de Castro, Gabriel Rodrigues Lopes, Thiago Pampolha Gonçalves e Rodrigo da Silva Bacellar e; b) a prática do abuso de poder político e econômico, cassando o diploma dos investigados eleitos<sup>132</sup> e declarando a inelegibilidade, pelo prazo de oito anos, de Cláudio Castro, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes”.

17. Em 31.10.2025, o Diretório Nacional do União Brasil requereu o seu ingresso na ação como assistente simples, o que foi deferido nos termos da decisão de ID 164813846 (AIJE n. 060570-47, ID 164808109).

18. Rodrigo da Silva Bacellar e Cláudio Bomfim de Castro e Silva apresentaram petições, suscitando questão de ordem pela ausência de formação de litisconsórcio passivo necessário com o reitor da UERJ (AIJE n. 0606570-47, IDs 164814727 e 164818953).

19. Em 4.11.2025, Thiago Pampolha Gonçalves apresentou petição, sustentando não se opor aos pedidos formulados na questão de ordem (AIJE n. 0606570-47, ID 164818623).

20. No curso do julgamento dos presentes recursos, marcada a sessão de 24.3.2026, após três assentadas anteriores nas quais ouvidos relatório, sustentações orais, votos da Ministra Relatora, Isabel Galotti, voto do Ministro Vistor Antônio Carlos Ferreira, Cláudio Bomfim de Castro e Silva registrou, no mesmo dia 24.3.2026, que “na data de ontem (23.3.2026), renunciou ao cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro, para o qual foi eleito no pleito de 2022, a fim de cumprir o prazo de desincompatibilização previsto na legislação em vigor” (ID 165441284).

Examino, em conjunto, dos recursos ordinários.

### Das Preliminares

#### RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO POR MARCELO RIBEIRO FREIXO E COLIGAÇÃO A VIDA VAI MELHORAR NA AIJE n. 0603507-14 (ID 162200864)

21. Os recorridos Gabriel Rodrigues Lopes, Thiago Pampolha Gonçalves e Cláudio Bomfim de Castro e Silva alegam a intempestividade do recurso ordinário interposto por Marcelo Ribeiro Freixo e outra.

Quanto ao cabimento de recursos ordinários de acórdãos dos Tribunais Regionais Eleitorais para o Tribunal Superior Eleitoral, dispõe a Súmula n. 36 deste Tribunal Superior:

“Cabe recurso ordinário de acórdão de Tribunal Regional Eleitoral que decida sobre inelegibilidade, expedição ou anulação de diploma ou perda de mandato eletivo nas eleições federais ou estaduais (art. 121, § 4º, incisos III e IV, da Constituição Federal).”

O prazo para a interposição do recurso ordinário, na espécie, é de três dias, contados da publicação da decisão, conforme dispõe o art. 258 do Código Eleitoral:

“Art. 258. Sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em três dias da publicação do ato, resolução ou despacho.”

O art. 21 da Resolução n. 23.417/2014 do Tribunal Superior Eleitoral, que “institui[u] o Processo Judicial Eletrônico (PJe) da Justiça Eleitoral como o sistema informatizado de constituição e tramitação de processos judiciais e administrativos nessa esfera da Justiça”, estabelece que as intimações, como regra, serão realizadas pelo Diário da Justiça Eletrônico fora do período eleitoral:

“Art. 21. As intimações endereçadas aos advogados ou às partes por eles representadas deverão ser feitas no Diário da Justiça Eletrônico, hipótese em que a contagem dos prazos reger-se-á na forma prevista nos §§ 3º e 4º do art. 4º da Lei nº 11.419, de 2006, exceto no período eleitoral, em que será observado o disposto no art. 48 desta resolução.”

O acórdão dos embargos de declaração foi publicado em 29.7.2024, segunda-feira (ID 162200862), e o recurso ordinário de Marcelo Ribeiro Freixo e outra foi interposto em 2.8.2024, sexta-feira (ID 162200864). Exaurido o tríduo legal para a interposição do recurso em 1º.8.2024, o recurso ordinário ora analisado é intempestivo.

Ademais, o procedimento cirúrgico realizado pela mãe do Dr. Paulo Henrique Teles Fagundes, que teria exigido os cuidados desse advogado entre os dias 27.7.2024 a 1º.8.2024, não caracteriza motivo de força maior a justificar a devolução do prazo recursal, pois esse procurador não é o único advogado constituído nos autos pela parte recorrente, como se observa das procurações juntadas aos autos no RO n. 0603507-14, IDs 162200242 e 162200243.

Assim, por exemplo:

“PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. INTEMPESTIVIDADE. A doença do advogado pode constituir justa causa para autorizar a interposição tardia de recurso se for o único procurador da parte constituído nos autos - o que não ocorre na espécie. Agravo regimental não conhecido.” (Superior Tribunal de Justiça - AgRg no AI n. 1.049.633/RS, Relator o Ministro Ari Pargendler, DJe 18.11.2008)

**22. No caso, não conheço do recurso ordinário interposto por Marcelo Ribeiro Freixo, por ser intempestivo.**

**23.** O recorrido *Gabriel Rodrigues Lopes* alegou também a ausência de representação legal da Coligação A Vida Vai Melhorar. Afirma que “a parte autora não trouxe os documentos indispensáveis à propositura do feito, (...) inexist[indo] documento que comprove a indicação do Sr. Ricardo Reis Pinheiro (...) como representante da coligação.” (p. 3).

**Essa alegação está prejudicada, por ser intempestivo o recurso da Coligação e de Marcelo Ribeiro Freixo.**

RECURSOS ORDINÁRIOS INTERPOSTOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL NOS RECURSOS ORDINÁRIOS ELEITORAIS N. 0603507-14 E 0606570-47

Da preliminar de nulidade do acórdão, pela ausência de fundamentação

**24.** O Ministério Público Eleitoral alega a nulidade do acórdão recorrido “por ausência de fundamentação, em afronta aos Art. 93, inc. IX, da CRFB e Art. 489, §1º, inc. IV, do CPC e, ainda, ao Tema nº 339, do e. STF”, ao argumento de que “só foca o voto e acórdão na pessoa do primeiro investigado, CLAUDIO CASTRO, Governador reeleito do Estado do Rio de Janeiro, para absolvê-lo, apenas com menção genérica aos demais investigados para absolvê-los por falta de provas” (RO-EI n. 0603507-14, ID 162200872, p. 13; RO-EI n. 0606570-47, ID 162202027, p. 15).

O recorrente sustenta que “a simples leitura do acórdão combatido (Id. 3215853) e do integrativo (Id. 32264381), permite a conclusão de que a absolvição (...) [dos recorridos] foram efetuadas sem nenhuma fundamentação plausível e individualizada” (RO-EI n. 0603507-14, ID 162200872, p. 14; RO-EI n. 0606570-47, ID 162202027, p. 16).

Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, “o que a Constituição exige, no art. 93, IX, é que a decisão judicial seja fundamentada; não, que a fundamentação seja correta, na solução das questões de fato ou de direito da lide: declinadas no julgado as premissas, corretamente assentadas ou não, mas coerentes com o dispositivo do acórdão, está satisfeita a exigência constitucional” (RE n. 140.370/MT, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, Primeira Turma, DJ 21.5.1993).

A jurisprudência deste Tribunal Superior é firme no sentido de que, “ainda que os Recorrentes entendam equivocadas ou insubsistentes as razões de decidir que alicerçam o acórdão atacado, tal não implica, necessariamente, que essas sejam desprovidas de fundamentação. Há significativa distinção entre a decisão que peca pela inexistência de alicerces jurídicos e aquela que traz resultado desfavorável à pretensão do litigante.” (RO n. 1804/RJ, Relatora a Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 5.11.2014).

Ademais, este Tribunal Superior consolidou o entendimento de que “[...] o dever de fundamentação das decisões judiciais, garantia fundamental do Estado Democrático de Direito, encartada no inc. IX do art. 93, exige apenas e tão somente que o juiz ou o tribunal apresente as razões que reputar necessárias à formação de seu convencimento, prescindindo, bem por isso, que se proceda à extensa fundamentação, dado que a motivação sucinta se afigura decisão motivada [...]” (AgR-REspe nº 305-66/AL, rel. Min. Luiz Fux, julgado em 5.3.2015, DJe de 28.4.2015)” (AgR-AI n. 27567/RS, Relator o Ministro Og Fernandes, DJe 6.3.2020).

No presente caso, até mesmo o voto vencido proferido pelo Desembargador Peterson Barroso Simão no Tribunal Regional, depois de analisar de forma detalhada e individualizada a conduta de cada um dos investigados, foi apresentado no sentido de absolver nove investigados por insuficiência de provas pelos ilícitos eleitorais indicados (RO-EI n. 0603507-14, ID 162200814; RO-EI n. 0606570-47, ID 16221972):

“d) Julgar Improcedentes os pedidos formulados nesta AIJE nº 0606570-47.2022.6.19.0000 para absolver os investigados Gutemberg de Paula Fonseca, Leonardo Vieira Mendes, Áureo Lídeo Moreira Ribeiro, Bernardo Chim Rossi, Allan Borges Nogueira, Max Rodrigues Lemos, Marcos Venissius da Silva Barbosa, Patrique Welber Atela e Danielle Christian Ribeiro Barros de todas as imputações que lhes foram dirigidas na inicial, por insuficiência de provas, na forma do art. 386, VII, do CPP, art. 368-A da Lei nº 4.737/65 e art. 373, I, do CPC. Dê-se baixa e anote-se com relação a estes.”

Em relação aos demais investigados, o voto vencedor, condutor do acórdão recorrido, depois de analisar os elementos probatórios dos autos, concluiu pela insuficiência do acervo probatório referente ao liame eleitoral.

De forma sucinta, o acórdão recorrido divergiu das teses defendidas pelos investigantes, o que não acarreta ausência de fundamentação.

Assim, não merece acolhida a alegada ausência de fundamentação mencionada pelo recorrente, inexistindo nulidade processual a ser reconhecida.

Pelo exposto, **voto no sentido de rejeitar a preliminar de nulidade do acórdão do Tribunal Regional por ausência de fundamentação.**

Da preliminar de intempestividade do recurso ordinário do Ministério Público Eleitoral

**25.** O recorrido *Cláudio Bomfim de Castro e Silva* alega a intempestividade do recurso ordinário interposto pelo Ministério Público Eleitoral ao argumento de que, “considerando que o parquet eleitoral foi devidamente intimado do acórdão que negou provimento aos seus embargos de declaração e recebeu os autos no dia 26.7.2024, sexta-feira, iniciando a contagem no primeiro dia útil subsequente (29.7.2024, segunda-feira), deveria ter interposto o seu recurso dentro dos três dias seguintes, ou seja, até o dia 31.7.2024, quarta-feira” (p. 3)

Os recursos ordinários interpostos pelo Ministério Público Eleitoral em 8.8.2024 são tempestivos.

O Ministério Público Eleitoral foi intimado do acórdão regional nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 5º da Lei n. 11.419/2006, que “dispõe sobre a informatização do processo judicial”.

Na AIJE n. 0603507-14, a Procuradoria Regional Eleitoral foi intimada, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 5º da Lei

n. 11.419/2006, no dia 26.7.2024, sexta-feira (ID 162200860), de modo que a intimação automática ocorreu no dia 5.8.2024, segunda-feira, iniciando-se o tríduo legal no dia 6.8.2024. Assim, é tempestivo o recurso ordinário interposto no dia 8.8.2024, término do prazo recursal.

Na AIJE n. 0606570-47, a Procuradoria Regional Eleitoral foi intimada, nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 5º da Lei n. 11.419/2006, no dia 25.7.2024, quinta-feira (ID 162202025), de modo que a intimação automática ocorreu em 4.8.2024, domingo, dia não útil. Assim, deve ser considerada realizada a intimação no primeiro dia útil seguinte, dia 5.8.2024, iniciando-se o tríduo legal em 6.8.2024. Assim, é tempestivo o recurso ordinário interposto no dia 8.8.2024, término do prazo recursal.

Assim, por exemplo:

*“AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INTEMPESTIVIDADE. FERIADO LOCAL. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO NO ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. PRECEDENTES.*

1. *Intempestivo o recurso especial interposto fora do prazo previsto no art. 1.003, § 5º, do Código de Processo Civil de 2015.*
2. *A jurisprudência desta Corte orienta que, "recaindo a data da consulta eletrônica ou o término do decêndio em feriado ou dia não útil, considera-se como data da intimação o primeiro dia útil seguinte" (REsp n. 1.663.172/TO, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 8/8/2017, DJe 14/8/2017).*
3. *Transcorrido o prazo de 10 (dez) dias em 2/10/2021 (sábado), considera-se como data da intimação o primeiro dia útil seguinte - 4/10/2021 (segunda-feira). Em consequência, a contagem do prazo para interposição do recurso especial teve início em 5/10/2021, findando-se no dia 26/10/2021. O recurso especial, no entanto, foi interposto apenas em 27/10/2021, razão pela qual intempestivo.*
4. *Na vigência do Código de Processo Civil de 2015, é necessária a comprovação da ocorrência de feriado local ou suspensão de prazos processuais no Tribunal local por meio de documento idôneo no ato de interposição do recurso.*
5. *Agravo interno a que se nega provimento." (Superior Tribunal de Justiça - AgInt no AREsp 2098050/MG, Relatora a Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 14.8.2023)*

Pelo exposto, **voto no sentido de rejeitar a preliminar de intempestividade do recurso ordinário do Ministério Público Eleitoral.**

*Da preliminar de violação ao princípio da unirrecorribilidade recursal*

26. Thiago Pampolha Gonçalves aponta, nas contrarrazões apresentadas ao RO n. 0603507-14, violação ao princípio da unirrecorribilidade. Assevera que apenas o primeiro recurso interposto pelo Ministério Público Eleitoral deve ser conhecido, pois em relação ao segundo operou-se a preclusão consumativa.

Apesar do julgamento conjunto, que resultou em um único acórdão, são duas ações distintas no PJe, não se havendo cogitar de preclusão consumativa de recursos interpostos em processos distintos.

27. Pelo exposto, **voto no sentido de rejeitar a preliminar de violação ao princípio da unirrecorribilidade pelo recurso ordinário do Ministério Público Eleitoral.**

*Da preliminar de ilegitimidade recursal do Ministério Público Eleitoral*

28. Thiago Pampolha Gonçalves sustenta a ilegitimidade recursal do Ministério Público Eleitoral no RO n. 0603507-14, porque atuou na presente ação como fiscal da lei.

O inc. II do art. 179 do Código de Processo Civil estabelece que o Ministério Público, mesmo atuando como fiscal da ordem jurídica, poderá recorrer:

*“Art. 179. Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público:*

*I - terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo;*

*II - poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.”*

29. Pelo exposto, **voto no sentido de rejeitar a preliminar de ilegitimidade recursal do Ministério Público Eleitoral.**

*Da preliminar de cerceamento de defesa*

30. Gabriel Rodrigues Lopes, nas contrarrazões ao RO n. 0603507-14, alega cerceamento de defesa em razão do

uso de prova emprestada. Observa não ser parte na AIJE ajuizada pelo Ministério Público Eleitoral e afirma que “*não teve a oportunidade de realizar o contraditório, elaborar perguntas e questionar as testemunhas, tão pouco obteve acesso e análise detalhada*” (p. 5).

Não se comprova, no caso, cerceamento de defesa. Os investigados tiveram oportunidade de se manifestar após a produção de todas as provas produzidas nas ações de investigação judicial eleitoral. Como ressaltado no voto vencido pelo Desembargador Peterson Barroso Simão, “*as partes foram intimadas da prova produzida e tiveram direito a tecer suas considerações e impugnações, com plena observância do contraditório e da ampla defesa, conforme exigido pelo art. 5º, LV, da Constituição da República, não padecendo a instrução de irregularidade*” (ID 162200814 do RO-EI 0603507-14).

**31.** Pelo exposto, **voto no sentido de rejeitar a preliminar de cerceamento de defesa.**

Da preliminar de litisconsórcio passivo necessário

**32.** Rodrigo da Silva Bacellar e Cláudio Bomfim de Castro e Silva apresentaram petições nas quais suscitam questão de ordem pela ausência de formação de litisconsórcio passivo necessário com o reitor da UERJ, Ricardo Lodi (AIJE n. 0606570-47, IDs 164814727 e 164818953).

A jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, desde as eleições de 2018, firmou-se pela ausência de exigibilidade de formação de litisconsórcio passivo necessário entre o candidato beneficiário e autor da conduta em ações de investigação judicial eleitoral.

Nesse sentido, por exemplo:

*“ELEIÇÕES 2020. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE). ABUSO DOS PODERES POLÍTICO E ECONÔMICO. DECADÊNCIA RECONHECIDA NA ORIGEM. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. ENTENDIMENTO CONTRÁRIO À JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REFORMA DO ACÓRDÃO REGIONAL. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. DESPROVIMENTO.*

1. *Agravo regimental interposto pelo prefeito e pelo vice-prefeito de Aroazes/PI contra decisão pela qual foram providos os recursos especiais interpostos contra acórdão do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE/PI) para afastar a decadência por falta de formação de litisconsórcio passivo necessário entre o candidato beneficiário e os autores da conduta ilícita e determinar o prosseguimento da Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) também em relação às imputações de abuso de poder político e econômico, e não só no que se refere à captação ilícita de sufrágio, como decidira o TRE/PI.*

2. *O entendimento firmado pelo TSE no RO-EI nº 0603040-10.2018.6.07.0000 (Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 1º/7/2021), no sentido não se exigir litisconsórcio passivo necessário entre o beneficiário e o autor do ato abusivo em AIJE, aplica-se ao caso dos autos, relativo às Eleições 2020, pois o referido precedente foi o primeiro processo das Eleições 2018 a abordar a temática em análise e, naquele julgamento, esta Corte consignou expressamente que a nova orientação teria aplicação para as Eleições 2018 e seguintes, em observância ao postulado da segurança jurídica.*

3. *Na linha do parecer do Ministério Público Eleitoral, na hipótese de nova interposição de recurso pelos agravantes, mostra-se necessária a formação de autos suplementares, com a devolução imediata dos autos principais à origem, haja vista o caráter não terminativo do acórdão regional quanto à alegada captação ilícita de sufrágio, o que não foi objeto de recurso. Precedentes.*

4. *Agravo regimental desprovido. Determinação de formação de autos suplementares.”*

AgR-REspEI n. 0600129-63/PI, Relator o Ministro André Ramos Tavares, DJe de 22.4.2024.

**33.** Pelo exposto, **voto no sentido de rejeitar a preliminar de cerceamento de defesa.**

Do Mérito

**34.** A controvérsia exposta nos recursos consiste na alegação de abuso de poder político, abuso de poder econômico e prática de condutas vedadas dos agentes públicos, consubstanciados na utilização da estrutura administrativa do Estado do Rio de Janeiro – especialmente da Fundação CEPERJ e da UERJ – para fins eleitorais nas eleições de 2022.

**35.** Na origem, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro – TRE/RJ, por maioria, julgou improcedentes as ações de investigação judicial eleitoral (AIJEs 0603507-14 e 0606570-47), ajuizadas contra o Governador do Estado do Rio de Janeiro, *Cláudio Bomfim de Castro e Silva*, e do Vice-Governador fluminense, *Thiago Pampolha Gonçalves*, em conjunto com o *Presidente da Fundação CEPERJ*, *Gabriel Rodrigues Lopes* e *Rodrigo da Silva Bacellar* para apurar ocorrência de abuso de poder político e econômico e condutas vedadas praticadas pelos agentes públicos, nas eleições de 2022.

O TRE/RJ concluiu que, embora houvesse “*indícios de graves irregularidades*” e das contratações “*aparentemente irregulares*”, não se comprovou de forma inequívoca a finalidade eleitoreira ou a repercussão direta dessas condutas na disputa eleitoral.

Assentou que “*não se trata simplesmente de reconhecer a ocorrência de uma irregularidade cível, administrativa ou até mesmo criminal. Deve haver, nessas irregularidades, um claro intuito e impacto eleitoral.*” (ID 162200812, item 12).

Destacam-se, do acórdão recorrido, os seguintes argumentos:

- a) inexistência de prova direta da atuação pessoal do governador e do vice-governador (itens 3,13,14,15 e 30);
- b) entendimento de que as irregularidades na CEPERJ e UERJ não configuram, por si só, ilícito eleitoral (itens 12 a 13);
- c) ausência de demonstração de finalidade eleitoral (itens 13, 15 e 16);
- d) prevalência dos princípios da soberania popular e do *in dubio pro sufrágio* (item 28);
- e) necessidade de prova robusta de desvio de finalidade, conforme precedentes do Tribunal Superior Eleitoral (item 22);

**36.** O Ministério Público Eleitoral interpôs Recursos Ordinários Eleitorais nas AIJEs 0603507-14 e 0606570-47, que apuram o abuso de poder político e econômico e de condutas vedadas aos agentes públicos (incs. II, IV e V e § 10º do art. 73 da Lei n. 9.504/1997), praticadas por Cláudio Bonfim de Castro e Silva (Governador e candidato à reeleição), Thiago Pampolha Gonçalves (Vice-Governador eleito), Gabriel Lopes (Presidente da CEPERJ) e Rodrigo da Silva Bacellar (Secretário de Governo e candidato a deputado estadual).

Sustentou haver provas robustas de utilização da estrutura administrativa e orçamentária do Estado do Rio de Janeiro para fins de promoção pessoal e eleitoral, por meio da CEPERJ e da UERJ.

Alegou que a CEPERJ e a UERJ foram instrumentalizadas para a criação e ampliação de programas e projetos sociais em ano eleitoral, com contratações massivas e irregulares de servidores temporários e dispêndio de vultosos recursos públicos, caracterizando desvio de finalidade e comprometendo a isonomia do pleito.

Afirmou que as irregularidades caracterizaram abuso do poder político e econômico e prática de conduta vedada, consubstanciadas nas seguintes condutas:

- a) **uso indevido da máquina pública**, por meio da descentralização de créditos orçamentários da Secretaria de Estado para a Fundação CEPERJ e UERJ, a fim de viabilizar a execução de programas e projetos de cunho eleitoral;
- b) **edição do Decreto n. 47.978/2022**, em 9.3.2022, com desvio de finalidade, que teria possibilitado quase 30 mil contratações irregulares e despesas superiores a R\$ 310 milhões em poucos meses antes das eleições;
- c) **criação e expansão de programas sociais em ano eleitoral**, como “Esporte Presente”, “RJ para Todos”, “Casa do Trabalhador”, “Escola de Campeões” dentre outros, sem respaldo orçamentário e sem situações de calamidade pública que justificassem a exceção legal, havendo intensa participação e promoção do Governador nos lançamentos;
- d) **excessivas contratações irregulares de aproximadamente 30 mil servidores temporários**, sem processo seletivo, pagos por Recibo de Pagamento Autônomo – RPA e Ordem Bancária de Pagamento – OBP, com saques em espécie (na “boca do caixa”), sem rastreabilidade bancária, o que indica desvio de finalidade e ocultação de beneficiários políticos.

Afirmou que o TCE/RJ reconheceu fortes indícios de irregularidade nessas admissões e suspendeu 22 projetos da CEPERJ, por concluir caracterizada afronta às regras de transparência e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Alegou ter sido efetuado pagamento a milhares de beneficiários sem vínculo formal e que parte dos valores era devolvida a agentes políticos, formando caixa dois de campanha.

Apresentou planilhas da CEPERJ vinculadas ao projeto “Casa do Trabalhador”, nas quais centenas de contratações constavam sob o título “Governador”, indicando possível comando direto do Chefe do Executivo sobre as nomeações.

e) **aumento expressivo de repasses orçamentários para CEPERJ e UERJ**. Argumentou que o orçamento da CEPERJ teria triplicado de 2021 para 2022, com mais de R\$ 310 milhões empenhados em projetos sem base legal ou previsão na LOA.

Afirmou que “*quando faltavam poucos meses das eleições de 2022, mais de R\$ 310.000.000,00 foram empenhados para a CEPERJ executar esses nebulosos projetos e programas, não regulamentados em lei, tampouco devidamente previstos na legislação orçamentária*” (ID 162200872, p.18).

f) **realocação de recursos de áreas essenciais para a CEPERJ**. Registrou ter havido transferência de recursos da Educação e da Secretaria de Trabalho e Renda para a CEPERJ, com previsão de R\$ 301,4 milhões ao projeto “Casa do Trabalhador” e R\$ 85,6 milhões repassados até julho de 2022.

O recorrente pede o provimento do recurso ordinário eleitoral para reformar o acórdão recorrido e sejam reconhecidas as práticas simultâneas de abuso de poder político e econômico e de condutas vedadas pelos incs. II, IV, V e pelo § 10º do art. 73 da Lei n. 9.504/1997, com a determinação das consequências previstas na legislação eleitoral.

Com razão o recorrente.

### **37. Da alegada prática de conduta vedada**

A instrução processual revela consistente prova documental e testemunhal de que os dirigentes indicados, nas presentes ações, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, nos anos de 2021 e 2022, majoraram substancialmente os repasses de créditos orçamentários a órgãos e entidades da Administração Público Indireta, em especial à Fundação CEPERJ e à UERJ, para a execução de projetos e programas sociais, sem previsão orçamentária específica e sem transparência, efetuando contratações massivas e ilegais em ano eleitoral.

Há de serem examinadas as condutas indicadas.

#### **37.1- Edição do Decreto n. 47.978/2022**

Em 9.3.2022, o Governador Cláudio Castro editou o Decreto n. 47.978/2022, ampliando as competências da Fundação CEPERJ, autorizando-a a executar programas e projetos de outros órgãos estaduais e a celebrar convênios e

parcerias para contratação de pessoal temporário, sem que houvesse previsão legal ou orçamentária anterior a embasar as práticas(ID 162200369):

“Art. 5º - Compete à Fundação CEPERJ: (...)

*IX - prospectar, apoiar, fomentar e disseminar soluções inovadoras no setor público por meio de projetos de experimentação no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta;*

*X - monitorar e executar programas e projetos de cooperação entre os órgãos integrantes da Administração Pública Estadual para a consecução de suas finalidades institucionais e alcance de metas estratégicas do Governo do Estado;”.*

Por esse decreto, o Governo do Estado do Rio de Janeiro dotou de aparência de legalidade acordos de cooperação técnica e convênios que a CEPERJ pactuou no segundo semestre de 2021 e possibilitou a sua ampliação em 2022.

Pelos acordos, a CEPERJ passou a ter atribuição de responsabilizar-se pela execução dos projetos, podendo para tanto contratar mão de obra sem concurso ou processo seletivo prévio.

O acórdão recorrido concluiu pela *“inexistência de uma evidente ilegalidade na edição do Decreto Estadual n. 47.978/2022 e a absoluta fragilidade do acervo probatório acerca do liame eleitoral”* (ID 162200812 – item 30 da ementa).

Entretanto, a jurisprudência deste Tribunal Superior Eleitoral é firme no sentido de que as condutas elencadas no art. 73 da Lei n. 9.504/1997 *“se aperfeiçoam com a mera prática dos atos, os quais, por presunção legal são tendentes a afetar a isonomia entre os candidatos”* (REspEI n. 372-75/ES, relator o Ministro Alexandre de Moraes, DJe de 9.11.2021).

Neste sentido, por exemplo:

*“ELEIÇÕES 2020. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE) POR PRÁTICA DE CONDUTA VEDADA. EXECUÇÃO GRATUITA DE SERVIÇOS REALIZADOS COM MAQUINÁRIO PÚBLICO EM PROPRIEDADES PRIVADAS SEM RESPALDO EM PROGRAMA SOCIAL CRIADO POR LEI ESPECÍFICA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PRÓPRIA. ART. 73, § 10, DA LEI Nº 9.504/1997. REENQUADRAMENTO JURÍDICO DA MOLDURA FÁTICA. SUBSUNÇÃO OBJETIVA DA CONDUTA AO ILÍCITO ELEITORAL. MULTA. REITERAÇÃO DE ARGUMENTOS FUNDAMENTADAMENTE AFASTADOS. NEGATIVA DE PROVIMENTO.*

(...)

*4.1. Esta Corte Superior entende que a configuração da conduta vedada (a) prescinde da análise da finalidade eleitoral da conduta e da sua potencialidade lesiva, bastando a subsunção objetiva da conduta factual ao ilícito eleitoral; (b) sua prática, por si, afeta a isonomia dos candidatos; (c) a circunstância de se tratar de prática rotineira naquela municipalidade não afasta a caracterização da conduta ilícita e respectivos consectários legais. Ademais, ainda de acordo com a jurisprudência deste Tribunal, configurada a prática da conduta vedada, impõe-se mensurar a sanção a ser aplicada, consoante os §§ 4º e 5º do art. 73 da Lei das Eleições e com base na compreensão da reserva legal proporcional. Precedentes”.*

(Agr-REspEI n. 060039428/MG, Relator o Ministro Antonio Carlos Ferreira, DJe 1.9.2025).

No caso em exame, a edição do decreto pelo governador permitiu o uso da CEPERJ para a realização de acordos sem qualquer controle de legalidade, pelo qual foram empenhados **R\$ 310.857.800,33**, conforme tabela abaixo:

PROJETO CEPERJ	ORGÃO PARCEIRO	V. EMPENHADO	VALOR PAGO 2021	VALOR PAGO 2022 (até julho)
Esporte Presente	SUDERJ <sup>7</sup>	115.394.416,68	5.507.750,00	109.883.387,68
Agentes de Trabalho e Renda	SETRAB <sup>8</sup>	69.553.456,00	2.699.600,00	66.853.856,00
Observatório do Pacto RJ	SEGOV <sup>9</sup>	66.144.787,05	11.242.092,00	44.288.354,27
RJ para todos	SEGOV <sup>10</sup>	34.523.928,71	2.699.600,00	22.528.318,16
Cultura para todos	SECEC <sup>11</sup>	12.048.300,00	N/C	12.048.300,00
Casa do Consumidor	SEDCON <sup>12</sup>	4.224.480,00	N/C	4.224.480,00
Resolve RJ	JUCERJA <sup>13</sup>	2.850.894,00	66.150,00	401.900,00
RJ Sustentável	SEDEERJ <sup>14</sup>	2.069.900,00	N/C	2.069.900,00
Governo Digital	PRODERJ <sup>15</sup>	1.615.549,04	195.400,00	1.615.549,04
Incentivos	CODIN <sup>16</sup>	1.423.192,00	197.300,00	1.225.892,00
Jovem Empreendedor	JUCERJA <sup>17</sup>	687.300,00	N/C	687.300,00
Academia PRODERJ	PRODERJ <sup>18</sup>	321.596,85	N/C	N/C
<b>TOTAL</b>		<b>310.857.800,33</b>		<b>288.435.129,15</b>

<sup>7</sup> Cfr. Acordo de Cooperação Técnica nº 04/2021, publicado no DOERJ de 01/10/2021, doc. 22925459 do SEI 150161\_002102\_2021.

<sup>8</sup> Cfr. Resolução Conjunta SETRAB/CEPERJ nº 33/2021, publicado à p. 26 da Parte I do DOERJ de 18/11/2021 SEI-400001/000789/2021

<sup>9</sup> Cfr. Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2021, doc. 21362748 do SEI-420001\_000625\_2021.

<sup>10</sup> Cfr. Termo de Cooperação SEI 21487424, publicado no DOERJ de 02/09/2021 – SEI-420001/000471/2021 sigiloso.

<sup>11</sup> Cfr. Acordo de Cooperação nº 003/2022, publicado no DOERJ de 31/03/2022, doc. 30702765 do SEI 150161\_000572\_2022.

<sup>12</sup> Cfr. Termo de Cooperação publicado no DOERJ de 31/03/2022, doc. 29051239 do SEI 240001/000002/2021.

<sup>13</sup> Cfr. Termo de Cooperação publicado no DOERJ de 01/10/2021. – SEI-220011/001486/2021 sigiloso.

<sup>14</sup> Cfr. Termo de Cooperação nº 002/2022, publicado no DOERJ de 31/03/2022. - SEI-220012/000127/2022 sigiloso.

<sup>15</sup> Cfr. Termo de Cooperação nº 01/2021, publicado no DOERJ de 18/10/2021, doc. 23462315 do SEI\_150016\_001100\_2021.

<sup>16</sup> Cfr. Termo de Cooperação nº 007/2021, publicado no DOERJ de 29/10/2021, doc. 23631986 do SEI\_220010\_000402\_2021.

<sup>17</sup> Cfr. Termo de Cooperação Técnica publicado no DOERJ de 02/03/2022, doc. 29245045 do SEI\_220011\_001956\_2021

<sup>18</sup> Cfr. Termo Cooperação Técnica nº 01/2022, publicado no DOERJ de 13/06/2022, doc. 34145662 do SEI 150016\_000633\_2022.

Assim, em minha compreensão, e com as vênias dos entendimentos diversos, não remanescem dúvidas quanto à participação do recorrido Cláudio Castro nas irregularidades praticadas na CEPERJ.

### 37.2- Criação e ampliação de programas sociais em ano eleitoral

Consta dos autos que, entre o final de 2021 e o primeiro semestre de 2022, foram criados ou ampliados 22 programas sociais sem respaldo técnico e orçamentário, dentre os quais, o “*Esporte Presente*”, “*Cultura para Todos*”, “*Casa do Trabalhador*” e “*Agentes do Trabalho e Renda*”, inclusive com a presença do governador em eventos dos programas.

O § 10 do art. 73 da Lei n. 9.504/1997 veda a criação de programas sociais em ano eleitoral, salvo nas hipóteses excepcionais previstas em lei.

“Art. 73. (...)”

§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.”

Na espécie em exame, os programas sociais foram criados por acordos de cooperação técnica, termos de cooperação e até mesmo resoluções conjuntas entre a CEPERJ e Secretarias do governo estadual, sem qualquer base legal ou previsão orçamentária para a sua efetivação.

A jurisprudência do TSE é firme no sentido de que “*somente a existência cumulativa da lei de criação do programa social e da previsão orçamentária específica atende à exigência do art. 73, § 10, da Lei das Eleições*” (AgR-REspEI n. 1-72/PI, rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 2.12.2016), o que não se comprovou no caso.

Podem ser mencionados, por exemplo:

*“ELEIÇÕES 2008. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ABUSO DE PODER. CONDUTA VEDADA. DISTRIBUIÇÃO DE BENS. PROGRAMA SOCIAL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. PROCEDÊNCIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA.*”

1. O Tribunal Regional Eleitoral assentou que houve a distribuição, em ano eleitoral, de diversos bens a eleitores carentes por meio de programa social não instituído por lei específica, caracterizando abuso de poder político e econômico. Diante das premissas que fundamentam o acórdão, não é possível novo enquadramento jurídico dos fatos.

2. Segundo a jurisprudência do TSE, somente a existência cumulativa da lei de criação do programa social e da previsão orçamentária específica atende à exigência do art. 73, § 10, da Lei das Eleições. Precedentes.

3. *Decisão agravada mantida por seus fundamentos. Agravo regimental desprovido.* (AgR-REspEI n. 1-72/PI, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe 2.12.2016)

Ademais, o inc. IV do art. 73 da Lei n. 9.504/1997 veda o uso promocional de programas de caráter social custeados pelo Poder Público:

*“Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:*

(...)

*IV – fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo poder público; “*

Assim, evidencia-se claro descumprimento do inc. IV e § 10 do art. 73 da Lei n. 9.504/1997.

### 37.3 - Contratação excessiva e atípica de pessoal

Além do excessivo valor empenhado na realização dos programas sociais da CEPERJ, foram contratadas aproximadamente 27 mil pessoas sem vínculo formal e sem processo seletivo, remuneradas por Recibos de Pagamento Autônomo (RRAs) e com saques em espécie, na denominada “*boca do caixa*”.

O acórdão n. 002068/2024 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ assentou ter sido apurado o montante de **R\$ 275.622.297,16** “*pagos a título de remuneração ao pessoal contratado pela CEPERJ para atuar no âmbito dos projetos desenvolvidos pela CEPERJ em cooperação com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, no período compreendido entre setembro de 2021 e julho de 2022*” (ID 162200656, p. 5).

Pelo acórdão do TCE/RJ, os valores foram pagos sem algum controle de atestado da efetiva contraprestação dos serviços para os quais teria havido as contratações. Identificou-se, ainda, entre os contratados pela CEPERJ, servidores ocupantes de cargos comissionados extraquadro, em órgãos públicos estaduais e municipais, beneficiários apenas encarcerados do sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro e beneficiários que efetuaram saques fora do Estado, totalizando 66 pessoas, correspondendo ao valor de R\$ 1.394.807,26 de danos ao erário (ID 162200656).

Os depoimentos das testemunhas Rodrigo Gaviorno, Mayra Carvalho e Marcos Pimentel corroboram ausência de qualquer processo de seleção, contrato ou outro instrumento de admissão, sequer contracheque formalizando os pagamentos, cujos valores tinham que ser retirados diretamente no caixa.

Essa prática, além de contrariar os princípios da impessoalidade e moralidade administrativa, indica desvio da finalidade administrativa e utilização da máquina pública para fins político-eleitorais, caracterizando a conduta vedada prescrita no inc. II do art. 73 da Lei n. 9.504/1997, que assim dispõe:

*“Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais: (...)*

*II – usar materiais ou serviços, custeados pelos governos ou casas legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;”*

### 37.4 - Aumento expressivo de repasses orçamentários para CEPERJ e UERJ

Constam dos autos planilhas nas quais são apontados aumentos nos repasses financeiros para a CEPERJ de 2020 para 2021 de 502% e de 2021 para 2022 de 2.139%, sem previsão no orçamento anual, respectivamente.

Esses valores financiaram contratações temporárias e programas sociais em diversas áreas sem amparo legal, caracterizando desvio de finalidade e uso político da estrutura estatal e afronta à conduta vedada prevista no inc. II do art. 73 da Lei n. 9.504/1997.

Conclui-se, portanto, pela caracterização das condutas vedadas previstas no inc. II e § 10 do art. 73 da Lei n. 9.504/1997.

## **38. Da prática do abuso do poder político e econômico**

Na jurisprudência consolidada deste Tribunal Superior Eleitoral, o abuso de poder político “*caracteriza-se como o ato de agente público (vinculado à Administração ou detentor de mandato eletivo) praticado com desvio de finalidade eleitoral, que atinge bens e serviços públicos ou prerrogativas do cargo ocupado, em prejuízo à isonomia entre candidaturas*” (AIJE 0600814–85, Relator o Ministro Benedito Gonçalves, DJE de 2.8.2023).

O abuso do poder econômico “*caracteriza-se pelo emprego desproporcional de recursos patrimoniais (públicos ou privados), com gravidade suficiente para afetar o equilíbrio entre os candidatos e macular a legitimidade da disputa*” (AIJE n.060185189/DF, Relator o Ministro Jorge Mussi, DJe 12.3.2019)

O conjunto fático-probatório dos autos evidencia que:

a) o Governo do Estado criou e expandiu programas sem previsão orçamentária, utilizando a CEPERJ como intermediária para contratações em massa sem processo seletivo;

b) foram aproximadamente 27 mil pessoas contratadas, pagas por meio de RPAs e com retiradas em espécie (“boca do caixa”), prática reconhecida em auditoria do TCE/RJ (acórdão do TCE no ID. 162200656);

c) o Governo do Estado promoveu, nos exercícios de 2021 e 2022, aumento exponencial dos repasses orçamentários à CEPERJ e à UERJ, mediante descentralizações que atingiram R\$ 519 milhões representando crescimento de 502% (em 2021) e 2.139% (em 2022) em relação a 2020 (informação extraída do voto proferido pela Desembargadora Daniela Bandeira no ID 162200812);

d) esses recursos foram empregados nas contratações temporárias de aproximadamente 27 mil pessoas sem processo seletivo e com pagamentos em espécie, revelando desvio de finalidade e falta de transparência;

e) os valores movimentados (R\$ 519 milhões) superam em 30 vezes o limite legal de gastos de campanha para o cargo de Governador (R\$ 17,7 milhões), segundo planilha da SEFAZ e pareceres da CGU, evidenciando o impacto na isonomia eleitoral;

f) planilhas apreendidas na CEPERJ identificam beneficiários indicados por deputados e lideranças regionais, sobretudo em municípios da base política dos investigados;

g) depoimentos de coordenadores regionais confirmam que contratados eram instados a divulgar programas e participar de eventos oficiais e de campanha, conduta que caracteriza promoção pessoal e utilização da estrutura estatal em benefício eleitoral;

h) vídeos e fotografias colacionadas aos autos mostram Cláudio Bonfim de Castro e Silva em inaugurações e eventos oficiais com ampla exposição de sua imagem e de símbolos do governo e servidores com camisetas e faixas de programas estaduais em atos oficiais, realizados entre junho e setembro de 2022;

i) no processo TCE/RJ n. 105.181-8/22, apurou-se que o recorrido Rodrigo da Silva Bacellar, então Secretário de governo, assinou em parceria com a UERJ a execução do projeto “Observatório Social da Operação Segurança Presente”, cujos recursos em 2021 foram de 67 milhões de reais e passaram para 141 milhões de reais em 2022.

Esses fatos caracterizam abuso do poder político e econômico, por evidenciarem a manipulação intencional da máquina administrativa estadual, mediante utilização de programas e servidores públicos estaduais com o propósito de consolidar apoio político e auferir proveito eleitoral.

Ademais, ficou demonstrado o emprego irregular e desproporcional de recursos públicos em contexto eleitoral, em afronta aos princípios da moralidade, da impessoalidade e da isonomia entre os candidatos.

Este Tribunal Superior Eleitoral sedimentou o entendimento de que contratações temporárias em massa, desprovidas de interesse público e realizadas em ano eleitoral, revelam abuso de poder político e que aumento extraordinário de gastos públicos com viés eleitoral caracteriza abuso de poder econômico.

Assim, por exemplo:

*“Configura abuso de poder político a hipótese de contratações temporárias de servidores públicos realizadas no curso do ano eleitoral, sem enquadramento na excepcionalidade prevista no art. 37, IX, da CF/88 e com viés eleitoral” (AgR-REspe nº 389-73/RN, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 12.8.2019).“*

(AgR-AI n. 438-55/PB, Relator o Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, DJE de 16.3.2021).

Os valores empregados, equivalentes a 30 vezes o teto de gastos de campanha para o cargo de Governador, e o método de remuneração por saques (“boca do caixa”) - sem rastreabilidade bancária - revelam a desproporção do aporte financeiro e sua aptidão para influenciar a disputa eleitoral.

### 38.1 – Da gravidade das condutas

Nos termos do inc. XVI do art. 22 da Lei Complementar n. 64/1990, para a caracterização do abuso de poder, não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas apenas a gravidade das circunstâncias que o caracterizam:

“Art. 22 (...)

*XVI – para a configuração do ato abusivo, não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas apenas a gravidade das circunstâncias que o caracterizam”.*

Consoante a jurisprudência deste Tribunal Superior, a gravidade deve ser aferida sob dois aspectos: qualitativo

(grau de reprovabilidade) e quantitativo (significativa repercussão na disputa eleitoral).

Assim, por exemplo:

*“É igualmente estabelecida a orientação de que, 'para a caracterização do abuso de poder, [exige-se] que a gravidade dos fatos seja comprovada de forma robusta e segura a partir da verificação do alto grau de reprovabilidade da conduta (aspecto qualitativo) e de sua significativa repercussão a fim de influenciar o equilíbrio da disputa eleitoral (aspecto quantitativo)’.”*

(AREspE n. 0600984–79/MG, Relator o Ministro Floriano de Azevedo Marques, DJe de 31.5.2024).

No caso dos autos, sob o aspecto qualitativo a conduta dos recorridos demonstra elevado grau de reprovabilidade, pela *a)* utilização da estrutura administrativa e orçamentária, bem como da posição funcional para fins eleitorais; *b)* criação e ampliação de programas sociais, em ano eleitoral, sem respaldo técnico e executados à margem da legalidade; *c)* tentativa de disfarçar o controle direto da origem dos recursos por meio de descentralização de créditos; *d)* ausência de transparência e controle; *e)* realização de pagamentos em espécie de milhares de contratados.

Sob o aspecto quantitativo, a gravidade é inconteste diante do volume de recursos e do número de pessoas envolvidas – mais de 27 mil contratações e R\$ 519 milhões aplicados –, valores e dimensões suficientes para causar impacto direto na isonomia e no equilíbrio da disputa eleitoral.

A atuação articulada de agentes públicos em funções de autoridade e o impacto sobre milhares de eleitores desequilibram o processo eleitoral, afetando a legitimidade e a paridade de oportunidades entre os candidatos.

Especificamente quanto à criação e ampliação de programas em ano eleitoral, de se registrar o assentado pelo Supremo Tribunal Federal no recente julgamento da ADI n. 7.212/DF, da relatoria do Ministro André Mendonça:

*“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMENDA CONSTITUCIONAL 123/2022. RECONHECIMENTO DE ESTADO DE EMERGÊNCIA. CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS EM ANO ELEITORAL. VIOLAÇÃO AO NÚCLEO ESSENCIAL DA ANTERIORIDADE ELEITORAL, DA PARIDADE DE ARMAS E DA LIBERDADE DE VOTO. PEDIDO JULGADO PARCIALMENTE PROCEDENTE, COM EFEITOS EX NUNC.*

**5. A indevida utilização da máquina pública como meio para obtenção de vantagens eleitorais, de modo geral, caracteriza o abuso de uma circunstância fática de proeminência e, por conseguinte, evidencia ofensa ao núcleo essencial da liberdade de voto e paridade de armas, tendo em vista o emprego abusivo, arbitrário e injustificado de instrumentos que acentuam o desequilíbrio entre os candidatos.**

*6. A utilização de instrumentos excepcionais, pelos Poderes Executivo e Legislativo, tais como o estado de emergência e a calamidade pública, pressupõem a indicação concreta e verídica, devidamente justificada, de elementos fáticos substanciais e idôneos, que denotem a gravidade da circunstância, para configuração de sua higidez jurídica. Reconhecida uma situação extraordinária com premente efeito eleitoral, o Poder Judiciário deve avaliar com maior severidade a presença dos pressupostos fáticos legitimadores da adoção de medidas de caráter atípico, como meio de salvaguardar os direitos das minorias”.*

(ADI n. 7212, Relator o Ministro André Mendonça, Relator para acórdão, o Ministro Gilmar Mendes, DJe 27.5.2025)

Portanto, forçoso é concluir pela comprovação de se caracterizar, na espécie, abuso de poder político e econômico, pela utilização da máquina pública para beneficiar candidaturas e desequilibrar a disputa eleitoral.

### 39. Da responsabilidade individual

As provas constantes dos autos permitem afirmar que tiveram participação direta e consciente na elaboração e execução das condutas ilícitas os seguintes recorridos:

*a)* **Cláudio Bomfim de Castro e Silva**, Governador do Estado, editou o Decreto Estadual n. 47.978/2022, ampliando as atribuições da CEPERJ, viabilizando a utilização político-eleitoral da fundação. Beneficiou-se diretamente dos programas executados com finalidade eleitoral.

*b)* **Rodrigo da Silva Bacellar**, Deputado estadual, então secretário de governo, atuou na coordenação dos programas e nos repasses orçamentários. Coautoria comprovada.

*c)* **Gabriel Rodrigues Lopes**, presidente da CEPERJ, operacionalizou as contratações e os pagamentos irregulares, ou seja, teve responsabilidade direta na execução dos ilícitos.

**Quanto ao recorrido Thiago Pampolha Gonçalves**, vice-governador, embora seja evidente a sua condição de beneficiário, inexistem nos autos elementos suficientes que comprovem sua participação direta ou, ao menos, para sua anuência em relação às condutas praticadas, razão pela qual não é cabível impor-lhe sanção de inelegibilidade.

A jurisprudência deste Tribunal Superior é firme no sentido de que *“a inelegibilidade decorrente da prática de abuso é sanção personalíssima, que se impõe ‘a quantos hajam contribuído para a prática do ato [abusivo]’ (art. 22, XIV da LC nº 64/1990). Essa contribuição deve, portanto, ser avaliada considerando-se a conduta de cada pessoa frente ao padrão de comportamento que lhe era exigível”* (AIJE n.060097243/DF, Relator o Ministro Benedito Gonçalves, DJe 20.3.2024).

Ademais, este Tribunal Superior Eleitoral tem por assentado que a sanção de inelegibilidade tem natureza

personalíssima, “sendo necessária, para a imposição dessa sanção ao vice-prefeito, réu da ação de investigação judicial eleitoral e beneficiário da conduta ilícita praticada, a comprovação da sua participação direta ou indireta nos fatos. Precedentes: AIJE nº 0601862–21/DF, rel. designado Min. Jorge Mussi, DJe de 26.11.2019;” (AREspE nº 0600236–41/CE, Relator o Ministro Sérgio Banhos, DJe de 12.4.2023).

**40.** Pelo exposto, **voto no sentido de:**

**1 - NÃO CONHECER** do recurso de Marcelo Ribeiro Freixo e da Coligação “A Vida Vai Melhorar”, por intempestividade.

**2 – JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTE** o recurso ordinário eleitoral interposto pelo Ministério Público Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro para reformar o acórdão regional e reconhecer caracterizadas a conduta vedada (incs. II, IV e no § 10 do art. 73 da Lei n. 9.504/1997) e o abuso de poder político e econômico (art. 22 da Lei Complementar n. 64/1990), praticados por Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Thiago Pampolha Gonçalves, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes.

**3 – E POR CONSEQUÊNCIA:**

**3.1 - determino a CASSAÇÃO do diploma** de Rodrigo da Silva Bacellar, eleito ao cargo de Deputado Estadual.

**3.2 – julgo prejudicada a cassação dos mandatos, em decorrência da renúncia dos cargos de**

**a) Cláudio Bomfim de Castro e Silva, eleito governador;**

**b) Thiago Pampolha Gonçalves, eleito vice-governador.**

**3.3 - declaro INELEGÍVEL** pelo prazo de 8 anos, contados da eleição de 2022, nos termos do inc. XIV do art. 22 da Lei Complementar n. 64/1990 de:

**a) Cláudio Bomfim de Castro e Silva,**

**b) Rodrigo da Silva Bacellar, deputado estadual e**

**c) Gabriel Rodrigues Lopes.**

**3.4 – não aplico a sanção de inelegibilidade a Thiago Pampolha Gonçalves**, por se tratar de consequência personalíssima.

**3.5 – condeno:**

**a)** Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes ao pagamento de multa no patamar máximo, qual seja, R\$ 106.410,00, diante da gravidade dos fatos revelados nestes autos, com base no art. 73, § 4º, da Lei nº 9.504/97;

**b)** Thiago Pampolha Gonçalves ao pagamento de multa de R\$ 5.000,00, com base no art. 73, § 4º, da Lei nº 9.504/97.

**3.6 - determino a retotalização dos votos** para o cargo de deputado estadual nas eleições 2022, excluindo-se os votos computados a Rodrigo Bacellar.

Verificada a dupla vacância dos cargos de governador e vice-governador, é caso de aplicação do § 1º do art. 142 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, segundo o qual “*ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período governamental, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pela Assembleia Legislativa, na forma da lei*”.

Execução imediata do julgado.

É como voto.

## ESCLARECIMENTO

O SENHOR MINISTRO ANDRÉ MENDONÇA: Senhora Presidente, agradecendo e cumprimentando todos os Ministros pelos respectivos votos, também Vossa Excelência.

Pelo que pude anotar, Vossa Excelência também adere a essa sugestão que fiz de encaminhamento ao Ministério Público?

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Sim, também estou votando no sentido de encaminhar, mas me parece que só os votos de...

O SENHOR MINISTRO ANDRÉ MENDONÇA: Se todos os Ministros...

O SENHOR MINISTRO FLORIANO DE AZÉVEDO MARQUES: Não, eu adiro também.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Também? Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SENHOR MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA: Presidente.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Pois não. Por favor, tem a palavra.

## VOTO (COMPLEMENTAÇÃO)

O SENHOR MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA: Senhora Presidente, eminentes pares, conforme amplamente noticiado e informado nos autos (ids. 165441287 [AIJE nº 0606570-47/RJ] e 165441281 [AIJE nº 0603507-14/RJ]), o investigado Cláudio Bomfim de Castro e Silva renunciou ontem, um dia antes do prosseguimento do julgamento dos presentes feitos, ao cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Esse cenário, para além de prejudicar a pretensão de cassação do diploma – e, por consequência, do mandato do então chefe do Poder Executivo –, não implica perda superveniente integral do objeto das Ações de Investigação Judicial Eleitoral (AIJEs), eis que os efeitos decorrentes da eventual procedência dos pedidos nelas formulados não se limitam às cassações.

Com efeito, a AIJE é ação eleitoral de natureza sancionatória própria, podendo culminar, ainda, na decretação de

inelegibilidade em desfavor do investigado, nos estritos termos do art. 22, XIV, da LC nº 64/1990.

Não bastasse isso, remanesce interesse na imposição de multa aos investigados, dada a imputação, pelos investigadores, de diversas condutas vedadas pela legislação eleitoral (art. 73 e incisos da Lei das Eleições), também apuradas no âmbito de ambas as ações.

Logo, subsiste plenamente o interesse processual no julgamento das demandas, haja vista a autonomia das sanções eventualmente incidentes sobre os investigados.

No mais, **ratifico** o meu voto e sua conclusão, à exceção da cassação do diploma e da correspondente perda de mandato de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, que restaram prejudicadas em razão da renúncia do investigado.

Com efeito, em meu sentir e na linha da doutrina especializada<sup>[1]</sup>, a cassação do diploma e a cassação do mandato, embora distintas no campo formal, têm equivalência material no âmbito do Direito Eleitoral. Isso porque o diploma possui natureza meramente instrumental, constituindo o ato formal que atesta a regularidade da eleição e habilita o candidato eleito ao exercício do mandato. Não se trata, portanto, de elemento que configura um fim em si mesmo, mas de um pressuposto jurídico para a investidura e permanência no cargo.

Por essa razão, a distinção entre cassação do diploma e cassação do mandato assume contornos meramente formais, sendo ambas, sob a perspectiva material, expressões de um mesmo resultado jurídico: o afastamento do agente do cargo eletivo em razão de vício no processo eleitoral.

Assim, se a renúncia ao cargo antes do julgamento da AIJE prejudica o exame do pedido de cassação do mandato, em razão da perda de objeto, também resta comprometida – por identidade de fundamento e de finalidade prática – a apreciação do pedido para cassar o diploma do candidato eleito, sobretudo porque a diplomação não subsiste como ato autônomo, senão como suporte jurídico do exercício das funções inerentes ao mandato.

A propósito da forma de execução do julgado referida pela eminente relatora em seu voto – quando determinou a incidência do art. 224 do CE –, anoto que o marco definidor para a aplicabilidade do art. 224, §§ 3º e 4º, do Código Eleitoral é o fato causador da vacância e sua natureza – no caso, a superveniente renúncia, causa, em tese, não eleitoral, anterior a qualquer decisão desta Corte. Ainda que houvesse a posterior cassação do diploma, a conclusão seria a mesma quanto à modalidade de eleição, ressalvada a hipótese de reconhecimento de desvio de finalidade na renúncia, questão não suscitada neste julgamento.

Por fim, adiro à oportuna sugestão formulada pelo eminente Ministro André Mendonça, cuja percuciente análise bem evidenciou a gravidade dos fatos apurados, para determinar a remessa de cópia dos presentes autos ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a fim de que aprofunde a investigação, inclusive quanto aos investigados absolvidos na seara eleitoral — ante a independência das instâncias — e aos gestores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em face dos indícios constantes dos autos de que o mesmo esquema teria se reproduzido naquela instituição.

Eram essas as considerações que tinha a fazer, Senhora Presidente.

A SENHORA MINISTRA CÂRMEN LÚCIA (Presidente): Agradeço a Vossa Excelência.

Ministra Estela também adere?

[1] ZILIO, Rodrigo López. *Decisão de cassação de mandato: um método de estruturação*. Salvador: Editora JusPodivm, 2019, p. 98-99: “Não obstante essa técnica legislativa desarmoniosa, o efeito prático da procedência dessas ações é o mesmo. Vale dizer, cassar ou negar o diploma, tornar inválido ou insubsistente o mandato tem o mesmo efeito desconstitutivo em relação ao título de representação obtido. Dada a correspondência prática entre esses termos, será adotada, doravante, a expressão cassação de mandato, de modo a englobar também as situações de denegação ou cassação de diploma.

## PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO

A SENHORA MINISTRA CÂRMEN LÚCIA (Presidente): Então proclamo o resultado: que nos Recursos Ordinários n. 0606570-47 e 0603507-14, procedente do Rio de Janeiro, relatado pela Ministra Isabel Gallotti, o Tribunal, por unanimidade, rejeitou as preliminares, não conheceu do recurso ordinário interposto por Marcelo Ribeiro Freixo e pela Coligação a Vida Vai Melhorar, e deu parcial provimento aos recursos ordinários do Ministério Público para a) cassar os diplomas de Cláudio Bomfim de Castro e Silva do cargo de governador do Rio de Janeiro, nas eleições 2022, e do diploma de Rodrigo da Silva Bacellar do cargo de deputado estadual naquele pleito; b) declarar a inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes; c) determinar a realização de novas eleições para os cargos majoritários, com a retotalização dos votos para o cargo de deputado estadual, excluindo-se os votos que tinham sido computados para Rodrigo da Silva Bacellar; d) aplicar multa individual, no patamar máximo, 100 mil Ufir, prevista na legislação, para Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes e multa no patamar mínimo, ou seja, 5 mil Ufir, prevista na legislação, para Thiago Pampolha pela prática da conduta vedada no inc. II do art. 73 da legislação, Lei 9.504/1997.

Por maioria, considerou prejudicada a cassação do diploma de vice-governador Thiago Pampolha e também nesse caso não há mais a cassação dos... não há mais, portanto, a dissolução dos cargos; considerou prejudicada a cassação do diploma e, com maior extensão, condenou os investigados à multa do art. 73, § 4º, da Lei das Eleições em seu patamar máximo, 100 mil Ufir, pela alta reprovabilidade da conduta, com violação ao art. 73, inc. IV, do mesmo diploma, com exceção do investigado Thiago Pampolha, sobre o qual aplica a multa no patamar mínimo, 5 mil Ufir, nos termos do voto do Ministro Antonio Carlos. Vencida parcialmente a Relatora, porque tem uma diferença...

O SENHOR MINISTRO FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES: No caso, a diferença é de texto, porque a Ministra Isabel fixava no patamar máximo, que corresponde ao valor do voto do Ministro Antonio Carlos. Então, prevalecendo o voto da Relatora, que é igual ao do Ministro Antonio Carlos.

A SENHORA MINISTRA CÂRMEN LÚCIA (Presidente): Então, ela não fica vencida nem neste ponto.

E vencidos, parcialmente, os Ministros Nunes Marques e André Mendonça em relação à condenação de inelegibilidade do governador e do vice e, em muito menor extensão, apenas na diferença de fixação da multa para Thiago.

O SENHOR MINISTRO FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES: Eu concordo com a multa para o presidente da CEPERJ (Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro) e o governador e

divirjo parcialmente em relação à multa do Rodrigo Bacellar e Thiago Pampolha – patamares diferentes.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Por isso que eu digo que vencido em muito menor extensão.

O Tribunal, por unanimidade, ou sem o voto da Relatora que já não está, mas... recomenda o envio de cópia dos autos, determina a cópia dos autos ao Ministério Público Eleitoral para aprofundar a investigação aos gestores, inclusive da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), e redigirá o acórdão o Ministro Antonio Carlos Ferreira, nos termos do Regimento Interno.

O SENHOR MINISTRO FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES: Ministra, pela ordem, uma dúvida que me veio aqui, comentando com o Ministro Antônio Carlos: o voto da Relatora, como é de rigor, determinava o cumprimento imediato da decisão, que normalmente nós fixamos em função da perda do mandato.

Não havendo a perda do mandato, há os efeitos outros, que podem ter cumprimento imediato, mas eu não... aí eu só não sei se na proclamação do voto deve constar isso, em função de não ter mais mandato a perder.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Eu acho que aí é melhor esperar a publicação até para os advogados...

O SENHOR MINISTRO FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES: Porque isso sobrevém ao voto da Ministra Relatora.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Sim. Porque naquele caso havia perda do mandato.

O SENHOR MINISTRO FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES: Tinha que ser.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Como houve a renúncia. Esta é a proclamação, portanto, do resultado.

### EXTRATO DA ATA

RO-EI nº 0606570-47.2022.6.19.0000/RJ. Relatora originária: Ministra Isabel Gallotti. Redator para o acórdão: Ministro Antonio Carlos Ferreira. Recorrente: Ministério Público Eleitoral. Recorrido: Cláudio Bomfim de Castro e Silva (Advogados: Fernando Neves da Silva – OAB: 2030/DF e outros). Recorrido: Rodrigo da Silva Bacellar (Advogados: Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro – OAB: 25341/DF e outros). Assistente: União Brasil (UNIÃO) – Nacional (Advogados: José Eduardo Rangel de Alckmin – OAB: 2977/DF e outros). Recorrido: Thiago Pampolha Gonçalves (Advogados: Tiago Paes de Andrade Banhos – OAB: 61030/DF e outros). Recorrido: Gutemberg de Paula Fonseca (Advogados: Allan de Moura Silva Rosário – OAB: 220528/RJ e outros). Recorridos: Leonardo Vieira Mendes e outros (Advogados: Carolina Cruvello D' Avila Reis Figueiredo – OAB: 209651/RJ e outros). Recorrido: Bernado Chim Rossi (Advogados: Jordani Fernandes Ribeiro – OAB: 163454/RJ e outros). Recorrido: Allan Borges Nogueira (Advogados: Fernando Reis de Carvalho Peres – OAB: 171869/RJ e outros). Recorrido: Max Rodrigues Lemos (Advogados: Larissa Paes Leme da Cunha – OAB: 228465/RJ e outros). Recorrido: Marcus Venissius da Silva Barbosa (Advogados: Lauro Vinicius Ramos Rabha – OAB: 169856/RJ e outros). Recorrido: Patrique Welber Atela de Faria (Advogados: Josias Ramos Vieira – OAB: 226862/RJ e outros).

Julgamento conjunto: Recursos Ordinários nº 0606570-47 e nº 0603507-14.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou as preliminares, não conheceu do recurso ordinário interposto por Marcelo Ribeiro Freixo e pela Coligação a Vida Vai Melhorar, e deu parcial provimento aos recursos ordinários do Ministério Público para: a) cassar os diplomas de Cláudio Bomfim de Castro e Silva do cargo de governador do Rio de Janeiro nas Eleições de 2022 e do diploma de Rodrigo da Silva Bacellar do cargo de deputado estadual no citado pleito; b) declarar a inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes; c) determinar a realização de novas eleições para os cargos majoritários, com a retotalização dos votos para o cargo de deputado estadual, excluindo-se os votos que foram e que tinham sido computados para Rodrigo da Silva Bacellar; d) aplicar multa individual, no patamar máximo, 100 mil UFIR, prevista na legislação, para Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes e multa no patamar mínimo, ou seja, 5.000 UFIR, prevista na legislação, para Thiago Pampolha pela prática da conduta vedada no inciso II do art. 73 da Lei 9.504/97. Por maioria, considerou prejudicada a cassação do diploma de governador de Cláudio Bomfim de Castro e Silva e de vice-governador de Thiago Pampolha, e com maior extensão condenou os investigados à multa do art. 73, § 4º, da Lei das Eleições em seu patamar máximo, 100 mil UFIR, pela alta reprovabilidade da conduta, com violação ao art. 73, inciso IV, do mesmo diploma, com exceção do investigado Thiago Pampolha, sobre o qual aplicou a multa no patamar mínimo, 5.000 UFIR, nos termos do voto da Ministra Isabel Gallotti (Relatora), com os acréscimos feitos pelo Ministro Antonio Carlos Ferreira, vencidos o Ministro Nunes Marques e, em parte, o Ministro André Mendonça, em relação à condenação de inelegibilidade do Governador e, em muito menor extensão, o Ministro Floriano de Azevedo Marques, apenas na fixação da multa em patamares diferentes para Rodrigo Bacellar e Thiago Pampolha.

Determinou, ainda, o envio de cópia dos autos ao Ministério Público Eleitoral para aprofundar a investigação dos fatos, inclusive com relação aos gestores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Acompanharam a Relatora os Ministros Antonio Carlos Ferreira, Estela Aranha e Cármen Lúcia (Presidente).

Redigirá o acórdão o Ministro Antonio Carlos Ferreira (art. 25, § 2º, do Regimento Interno no TSE).

Registrada a presença, no plenário, do Dr. Paulo Henrique Teles Fagundes, advogado dos recorrentes Marcelo Ribeiro Freixo e outra.

Não integrou a composição do julgamento o Ministro Villas Bôas Cueva, em razão da preservação do voto da Ministra Isabel Gallotti, proferido em assentada anterior.

Composição do julgamento: Ministras Cármen Lúcia (Presidente) e Estela Aranha, Ministros Nunes Marques, André Mendonça, Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira e Floriano de Azevedo Marques.

Vice-Procurador-Geral Eleitoral: Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

SESSÃO DE 24.3.2026.

**LEITURA DA ATA**

O SENHOR JOÃO PAULO OLIVEIRA (Secretário da Sessão): Ata da sessão ordinária jurisdicional do Tribunal Superior Eleitoral realizada em vinte e quatro de março de dois mil e vinte e seis. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à sessão os Senhores Ministros Nunes Marques, André Mendonça, Antonio Carlos Ferreira, Villas Bôas Cueva, Floriano de Azevedo Marques e Estela Aranha. Vice-Procurador-Geral Eleitoral, Doutor Alexandre Espinosa Bravo Barbosa. Às dezenove horas e vinte e um minutos foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior. Foram julgados seis processos e a sessão foi encerrada às vinte e uma horas e quarenta e sete minutos.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Quanto à proclamação do resultado do julgamento dos recursos ordinários, ficou constando da ata:

O Tribunal, por unanimidade, rejeitou as preliminares, não conheceu do recurso ordinário proposto por Marcelo Ribeiro Freixo e pela Coligação A Vida Vai Melhorar; deu parcial provimento aos recursos ordinários do Ministério Público para cassar o diploma de Rodrigo da Silva Bacellar do cargo de deputado estadual naquele pleito; declarar a inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes; determinar a realização de novas eleições para os cargos majoritários, com a retotalização dos cargos de deputado, excluindo-se os votos que foram e que tinham sido computados para Rodrigo da Silva Bacellar; aplicar multa individual, no patamar máximo de 100 mil Ufir, prevista na legislação, para Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar, Gabriel Rodrigues Lopes; multa no patamar mínimo de 5 mil Ufir, prevista na legislação, para Thiago Pampolha pela prática da conduta vedada nos incs. I e II do art. 73 da lei; considerou prejudicada a cassação do diploma do Governador Cláudio Bomfim de Castro e Silva e do Vice-Governador Thiago Pampolha, e condenando também às multas, nos termos do voto da Ministra Isabel Gallotti.

Vencidos o Ministro Nunes Marques e, em parte, o Ministro André Mendonça, em relação à condenação de inelegibilidade do governador e do vice em menor extensão; o Ministro Floriano de Azevedo Marques, apenas na diferença de fixação da multa em patamares diferentes para Rodrigo Bacellar e Thiago Pampolha.

Determinou o envio de cópia dos autos ao Ministério Público Eleitoral para aprofundar a investigação dos fatos, inclusive em relação aos gestores da Universidade Estadual do Rio – UERJ.

E o Ministro Floriano indagou, no momento, se, considerando que o governador tinha renunciado na véspera, não haveria a execução imediata. Nós, que formamos a maioria, acompanhamos a Relatora, inclusive na execução imediata, menos para o governador, como eu disse na hora – para o governador, que foi a pergunta –, que fique então constando.

E aí indago se a Ministra e os Ministros estão de acordo em que a execução é imediata, porque tem a perda do mandato do deputado e a necessidade de retotalização de votos.

O SENHOR MINISTRO FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES: O que foi, inclusive, apregoado.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (Presidente): Que foi apregoado e que foi a decisão constante, a parte dispositiva constante do voto da Ministra Relatora, que nós, por maioria, acompanhamos. Apenas houve a não execução imediata, porque já não há mais o cargo de governador, do diploma.

Indago da Senhora Ministra e dos Senhores Ministros apenas para esclarecimento quanto à execução imediata, quanto à perda do cargo e, portanto, aos demais itens do que foi julgado.

Estando todos de acordo, portanto, indago se há algum outro item da proclamação a ser feito.

E, portanto, declaro aprovada a ata, com este esclarecimento que passa a integrar quanto à execução imediata para a perda do cargo e retotalização dos votos.

**EXTRATO DA ATA**

RO-EI nº 0606570-47.2022.6.19.0000/RJ. Relatora originária: Ministra Isabel Gallotti. Redator para o acórdão: Ministro Antonio Carlos Ferreira. Recorrente: Ministério Público Eleitoral. Recorrido: Cláudio Bomfim de Castro e Silva (Advogados: Fernando Neves da Silva – OAB: 2030/DF e outros). Recorrido: Rodrigo da Silva Bacellar (Advogados: Maria Claudia Bucchianeri Pinheiro – OAB: 25341/DF e outros). Assistente: União Brasil (UNIÃO) – Nacional (Advogados: José Eduardo Rangel de Alckmin – OAB: 2977/DF e outros). Recorrido: Thiago Pampolha Gonçalves (Advogados: Tiago Paes de Andrade Banhos – OAB: 61030/DF e outros). Recorrido: Gutemberg de Paula Fonseca (Advogados: Allan de Moura Silva Rosário – OAB: 220528/RJ e outros). Recorridos: Leonardo Vieira Mendes e outros (Advogados: Carolina Cruvello D' Avila Reis Figueiredo – OAB: 209651/RJ e outros). Recorrido: Bernardo Chim Rossi (Advogados: Jordani Fernandes Ribeiro – OAB: 163454/RJ e outros). Recorrido: Allan Borges Nogueira (Advogados: Fernando Reis de Carvalho Peres – OAB: 171869/RJ e outros). Recorrido: Max Rodrigues Lemos (Advogados: Larissa Paes Leme da Cunha – OAB: 228465/RJ e outros). Recorrido: Marcus Venissius da Silva Barbosa (Advogados: Lauro Vinicius Ramos Rabha – OAB: 169856/RJ e outros). Recorrido: Patrique Welber Atela de Faria (Advogados: Josias Ramos Vieira – OAB: 226862/RJ e outros).

Julgamento conjunto: Recursos Ordinários nº 0606570-47 e nº 0603507-14.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, não conheceu do recurso ordinário dos investigantes e rejeitou as preliminares. Por maioria, julgou parcialmente procedentes os recursos ordinários do Ministério Público Eleitoral para (I) decretar a inelegibilidade de Cláudio Bomfim de Castro e Silva, vencidos os Ministros Nunes Marques e André Mendonça; de Rodrigo da Silva Bacellar e de Gabriel Rodrigues Lopes, vencido o Ministro Nunes Marques; (II.a) julgar prejudicada a cassação do mandato de Cláudio Bomfim de Castro e Silva - no ponto, a Ministra Isabel Gallotti não participou do julgamento, pois já não integrava a Corte quando da renúncia do ex-Governador; (II.b) julgar prejudicada a cassação do mandato de Thiago Pampolha Gonçalves;

(III) cassar o diploma e, por conseguinte, o mandato de Rodrigo da Silva Bacellar, vencido o Ministro Nunes Marques; (IV) impor multa individual no valor de 100 mil UFIRs a Cláudio Bomfim de Castro e Silva, Rodrigo da Silva Bacellar e Gabriel Rodrigues Lopes, bem como multa no valor mínimo de 5 mil UFIRs a Thiago Pampolha Gonçalves, por violação do art. 73, II, da Lei nº 9.504/1997, vencido o Ministro Nunes Marques quanto ao reconhecimento da infração e, parcialmente, o Ministro Floriano de Azevedo Marques quanto ao valor da multa; vencidos as Ministras Cármen Lúcia e Estela Aranha e o Ministro Antonio Carlos Ferreira quanto à infração do inciso IV do art. 73 da Lei nº 9.504/1997; e vencido o Ministro Floriano de Azevedo Marques quanto à infração do disposto no inciso III do art. 73 da Lei nº 9.504/1997; (V) determinar a realização de novas eleições para a Chefia do Poder Executivo, nos termos da legislação vigente, e a retotalização dos votos para o cargo de deputado estadual, excluindo-se os votos atribuídos a Rodrigo da Silva Bacellar, vencido o Ministro Nunes Marques; (VI) executar imediatamente o acórdão, por força do art. 257, § 1º, do Código Eleitoral; e (VII) remeter cópia dos feitos ao Ministério Público Eleitoral e ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, para que aprofundem as investigações, inclusive com relação aos investigados não condenados no âmbito desta justiça especializada.

Redigirá o acórdão o Ministro Antonio Carlos Ferreira (art. 25, § 2º, do Regimento Interno no TSE).

Não integrou a composição do julgamento o Ministro Villas Bôas Cueva, em razão da preservação do voto da Ministra Isabel Gallotti, proferido em assentada anterior.

Composição do julgamento: Ministros as Cármen Lúcia (Presidente) e Estela Aranha, Ministros Nunes Marques, André Mendonça, Antonio Carlos Ferreira e Floriano de Azevedo Marques.

Vice-Procurador-Geral Eleitoral: Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL DE 25.3.2026.